ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

PRICILA NICHES MÜLLER

“INTOCÁVEL E SOBERANA”: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) E O DISCURSO ANTICOMUNISTA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA (1961-1964)

Porto Alegre
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PRICILA NICHES MÜLLER

“INTOCÁVEL E SOBERANA”: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) E O DISCURSO ANTICOMUNISTA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA (1961-1964)

Tese de doutorado apresentada como parte do requisito para a obtenção do grau de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Sociedade, desenvolvimento econômico e migrações.

Porto Alegre
2025

PRICILA NICHES MÜLLER

“INTOCÁVEL E SOBERANA”: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) E O DISCURSO ANTICOMUNISTA NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA (1961-1964)

Tese de doutorado apresentada como parte do requisito para a obtenção do grau de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Sociedade, desenvolvimento econômico e migrações.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMIDORA:

_____

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS (Orientador)

_____

Profa. Dra. Elizabeth Cancelli – USP

_____

Profa. Dra. Thaíze Ferreira da Luz – IFRO

_____

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins – FEEVALE

_____

Prof. Dr. João Henrique Salles Jung – PUCRS

Ficha Catalográfica

M999i Müller, Pricila Niches

"Intocável e Soberana" : A Política Externa Independente (PEI) e o Discurso Anticomunista na Grande Imprensa Brasileira (1961-1964) / Pricila Niches Müller. – 2025.

353.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos MARTINS.

1. Política Externa Independente. 2. Anticomunismo. 3. Última Hora. 4. Jornal do Brasil. 5. O Estado de S. Paulo. I. MARTINS, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Aos meus pais, Lorimar e Rosane Müller,
todo meu amor e admiração, sempre!

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos era algo pelo qual estava esperando muito, pois no cronograma de tarefas foi a última coisa que me programei a fazer, por acreditar ser uma boa maneira de encerrar esta etapa da construção de uma Tese de Doutorado. Embora nunca tenha pensado que seria fácil, ao ler livros que eram fruto do trabalho de pesquisa da tese de historiadores, sem imaginar que um dia eu também faria uma. Contudo, eu nunca pensei que seria tão difícil, jamais imaginei as condições e o contexto histórico em que escrevi a minha tese.

Para muitas pessoas, a educação superior é a porta que se abre para "ser alguém na vida". Minha valorização pela educação vem de muito cedo, algo que aprendi dentro de casa e, também, na escola primária. Lembro-me claramente de quando cheguei sozinha a esta capital para trabalhar e estudar. Chorei diante da imensidão da cidade, achando que seria "engolida por ela". Mas, mais uma vez, os valores que trago de casa me impulsionaram a seguir em frente.

Cursei a graduação em Licenciatura em História pela PUCRS, com bolsa integral do ProUni, conciliando as aulas do curso diurno com 44 horas de trabalho semanal. Ao concluir, decidi fazer o mestrado em História, no qual contei com o suporte da bolsa integral CAPES. Com ela, tive a oportunidade de fazer um curso de inglês, algo que queria muito e não havia tido condições até então. No Doutorado em História, fui aprovada em segundo lugar na seleção e tive a oportunidade de cursar com bolsa integral CNPq. Eu tinha planos de fazer doutorado-sanduíche, visando aprofundar ainda mais a minha formação, mas após um semestre em que estava cursando o doutorado, veio a pandemia da COVID-19 e tudo mudou.

Fazer disciplinas, participar de eventos, realizar uma pesquisa e escrever a tese durante uma pandemia. Se alguém me contasse que isso aconteceria, eu não acreditaria. Era impossível ficar alheia a tudo que acontecia a minha volta, máscaras e preocupações em limpar qualquer coisa que viesse da rua e, mesmo assim, eu e meus familiares contraímos a doença no primeiro semestre se 2020, quando tudo era mais do que incerto. Felizmente estamos todos bem, com sequelas, mas bem. Após pandemia também não foi fácil, a quantidade de eventos que eram possíveis de serem feitos online, não os eram no presencial e eu descobri isso na prática, em 2022, quando me vi envolvida em quantidades exorbitantes de tarefas acadêmicas.

Quando o curso estava em sua reta final, o nosso Estado teve mais dias de profunda angústia e incerteza com as inundações que afetaram a vida de quem aqui vivia, tivesse você sido tirado de casa pelas águas ou auxiliado na linha de frente, pois as necessidades de auxílio eram muitas. Portanto, não foi nem um pouco fácil, penso nas pessoas a minha volta que

também entraram no curso neste período e sei que para concluir, uma coisa é fato: a rede de apoio de cada um de nós, é o que nos traz até aqui. Além das muitas horas de leitura, pesquisa, dedicação e muito trabalho solitário. Portanto, a primeira parte destes agradecimentos é para reconhecer esta vitória, a de uma tese concluída por mim.

Dito isso, quero agradecer imensamente a quem caminhou ao meu lado durante este processo. Em primeiro lugar, aos meus pais, Lorimar e Rosane, sem os quais eu não estaria aqui. Obrigada pelo incentivo, pelas cobranças e pelo exemplo que sempre me deram. Vocês me ensinaram que a educação é a melhor herança que podemos deixar aos filhos. Se hoje concluo este curso de doutorado, é graças a vocês. Amo muito vocês. Obrigada por tudo, sempre.

À minha irmã, Eduarda, minha amiga e cúmplice, parceria de academia, de doramas e séries. Agradeço o apoio de sempre, em formato de almoço e de risadas, pelo abraço e pela escuta, por adotarmos duas gatinhas que são nossas vidinhas, também pelas indicações de 200 livros que tenho para ler agora que terminei de escrever a tese. Te amo!

Ao meu companheiro, Jonas, por estar comigo em todos os momentos, aguentar meus surtos e desespero com a quantidade de material e de escrita que eu tinha pela frente. Agradeço a tua paciência enorme, teu amor, pelas cocas-cafés, chocolates e momentos cringe que alegravam estes dias, por celebrar comigo cada pequena conquista. Tua companhia é meu porto seguro, agradeço por estar ao teu lado e pelo que estamos construindo juntos. Lov u.

Aos meus amigos e colegas, que contribuíram com o amadurecimento deste trabalho por meio de trocas de ideias e pelo apoio contínuo. Em especial, agradeço a Gabbiana, Leonardo, Isadora F., Thiago, Tobias, Daiane, Pâmela, Mônica, Anna Rita, Chaiane, Patrícia, Eduardo, Gabriela, Giovani e Isadora S. Obrigada por tudo.

Agradeço a Daniella Slemer, por sua dedicação, escuta atenta e orientações valiosas ao longo deste percurso. Sua contribuição foi essencial para que eu mantivesse o equilíbrio e enfrentasse os desafios deste trabalho com mais serenidade e força.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu orientador, Luis Carlos dos Passos Martins, pelo incentivo nas fases iniciais desta pesquisa e pelas contribuições oferecidas ao longo do trabalho. Sua orientação foi essencial para dar os primeiros passos e construir o caminho que resultou na presente tese. Agradeço o seu apoio e a sua confiança no meu trabalho.

Aos membros da minha banca de qualificação, professores André Reis da Silva e Helder Gordim da Silveira, que contribuíram com críticas construtivas e sugestões durante o processo, meu sincero agradecimento. Suas observações ampliaram as perspectivas desta tese e enriqueceram o seu conteúdo.

Aos membros da minha banca de defesa, professores Elizabeth Cancelli, Thaíze Ferreira da Luz, Rodrigo Perla Martins e João Henrique Salles Jung, minha profunda gratidão, pela disponibilidade e aceite em avaliar essa tese. Para mim, é uma grande honra tê-los em minha banca de defesa, qualificando ainda mais o trabalho aqui apresentado.

Dedico um especial agradecimento aos professores do PPGH por todo aprendizado e a Daniela Petro Maria por todo apoio e disponibilidade.

Também sou profundamente grata às políticas de acesso à universidade e de fomento à ciência. A bolsa de graduação do Programa Universidade para Todos (ProUni), a bolsa de mestrado da CAPES e de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram determinantes na minha trajetória. O amparo financeiro recebido pela bolsa de doutorado foi fundamental para a execução desta pesquisa.

RESUMO

Esta tese analisa as representações da Política Externa Independente (PEI), caracterizada como uma inserção internacional pragmática e desvinculada de compromissos ideológicos, implementada durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). A pesquisa foca na imprensa brasileira, reconhecida como um agente central na difusão de ideias e na formação de opiniões públicas, especialmente em um período marcado pela polarização ideológica da Guerra Fria e pela ascensão do anticomunismo no Brasil. Para isso, são analisados três jornais de grande circulação — *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* — utilizando-se um roteiro de eventos estratégicos que abrange acontecimentos nacionais e internacionais relevantes entre 1961 e 1964. Metodologicamente, adota-se a análise de discurso para investigar os sentidos explícitos e implícitos nos textos jornalísticos, compreendendo o que foi dito e os silenciamentos estratégicos, revelando como os jornais construíram narrativas que refletiam interesses políticos e sociais. A análise comparativa busca identificar convergências e divergências entre os periódicos em relação aos princípios doutrinários da PEI e suas ações concretas, analisando também como a mídia articulava a política externa ao contexto interno do Brasil e ao cenário global da Guerra Fria. Essa tese contribui para o entendimento das interseções entre política externa, imprensa e sociedade, desvendando como o discurso anticomunista foi instrumentalizado para legitimar posicionamentos políticos e econômicos, e ilumina o papel da imprensa como mediadora do debate público e elemento ativo na construção de consensos e polarizações no período que culminou no golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Política Externa Independente; anticomunismo; Guerra Fria; *Última Hora; Jornal do Brasil; O Estado de S. Paulo.*

ABSTRACT

This thesis analyzes the representations of the Independent Foreign Policy (PEI), characterized as a pragmatic approach to Brazil's international engagement, detached from ideological commitments, implemented during the administrations of Jânio Quadros and João Goulart (1961–1964). The research focuses on the Brazilian press, recognized as a central agent in the dissemination of ideas and the formation of public opinion, especially during a period marked by ideological polarization from the Cold War and the rise of anticommunism in Brazil. The study examines three major newspapers — *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, and *O Estado de S. Paulo* — using a strategic timeline of events encompassing key national and international occurrences between 1961 and 1964. Methodologically, discourse analysis is employed to investigate explicit and implicit meanings in journalistic texts, revealing both expressed content and strategic silences while uncovering how newspapers constructed narratives reflecting political and social interests. The comparative analysis seeks to identify convergences and divergences among the newspapers regarding the doctrinal principles of the PEI and its concrete actions, analyzing how the media linked foreign policy to Brazil's internal context and the global Cold War scenario. This thesis contributes to understanding the intersections between foreign policy, the press, and society, revealing how anticommunist discourse was instrumentalized to legitimize political and economic agendas. Furthermore, it highlights the role of the press as a mediator of public debate and an active element in the construction of consensus and polarization during the period leading up to the 1964 civil-military coup.

Keywords: Independent Foreign Policy; Anticommunism; Cold War; *Última Hora; Jornal do Brasil; O Estado de S. Paulo.*

LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALPRO – Aliança para o Progresso

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

CM – Correio da Manhã

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

ED – Esquerda Democrática

EUA – Estados Unidos da América

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JB – Jornal do Brasil

JK – Juscelino Kubitschek

JQ – Jânio Quadros

LTBT – *Limited Nuclear Test Ban Treaty*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OEA – Organização dos Estados Americanos

OESP – O Estado de São Paulo

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PE – Política Externa

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PIB – Produto Interno Bruto

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTBT – *Partial Test Ban Treaty*

PTN – Partido Trabalhista Nacional

RDA – República Democrática Alemã

RFA – República Federal da Alemanha

SEPRO – Serviço de Propaganda e Expansão Comercial

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UDN – União Democrática Nacional

UH – Última Hora

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ministros das Relações Exteriores (1961-1964) 73
Tabela 2: Levantamento sobre a Política Externa nos periódicos selecionados 83
Tabela 3: Levantamento sobre a Política Externa Independente nos periódicos selecionados 83

Sumário

1. INTRODUÇÃO 16

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB) E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): CONCEPÇÕES E TRANSFORMAÇÕES PARADIGMATICAS 30

2.1. DA BARGANHA À SISTEMATIZAÇÃO DE UM BRASIL-POTÊNCIA 40

2.1.1. Os princípios da Política Externa Independente (PEI) no pensamento de San Tiago Dantas 45

2.1.2. No e para além do continente: Relações Bilaterais e Multilaterais 50

2.2. DO PONTO DE VISTA NACIONAL 54

2.2.1. A Bússola e a Balança da Economia 58

2.3. A PEI, A GUERRA-FRIA E O ANTICOMUNISMO 63

2.4. JÂNIO QUADROS 68

2.5. JOÃO GOULART 70

2.6. O REVEZAMENTO DIPLOMÁTICO NO ITAMARATY 73

3. O DELINEAR DE UMA NOVA GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS CONTINUIDADES: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) NA GRANDE IMPRENSA 83

3.1. CASTELO DE AREIA: A IDEALIZAÇÃO DO NOVO GOVERNO 87

3.2. A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS EM UM "GESTO INESPERADO" 97

3.3. UM ARRANJO TEMPORÁRIO OU "O ÚNICO CAMINHO"? 117

3.4. APÁTICOS OU TRANQUILOS? O POVO VAI ÀS URNAS 128

3.5. SOBERANIA POPULAR: O PAPEL DO PRESIDENCIALISMO NA POLÍTICA EXTERNA 138

4. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): ENTRE ESTRATÉGIAS PRESIDENCIAIS, PROJETOS ECONÔMICOS E DISCURSOS TRANSFORMADORES 150

4.1. A PEI E A MENSAGEM PRESIDENCIAL AO CONGRESSO EM 1961 151

4.2. ECONOMIA E SOBERANIA: O PLANO TRIENAL E AS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL 165

4.3. CENTRAL DO BRASIL, 13 DE MARÇO: O DISCURSO QUE ECOOU NA POLÍTICA EXTERNA E INTERNA 178

4.3.1. O Ultimato Reformista: a Mensagem de João Goulart ao Congresso e os Enfrentamentos de 1964 196

5. ENTRE MANCHETES E EDITORIAIS: A PEI NAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS E A RECONFIGURAÇÃO DO BRASIL NA GUERRA FRIA 208

5.1. BRAZIL, UNCLE SAM WANTS YOU! 209

5.2. A ORDEM E O CAOS: AS IMPLICAÇÕES DA CONDECORAÇÃO DE CHE GUEVARA PARA A PEI EM 1961 224

5.3. ENTRE PONTES E BARREIRAS: O REATAMENTO BRASIL-URSS E O DISCURSO SOBRE A PEI NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA 235

5.4. RESSONÂNCIAS DO TRATADO DE MOSCOU: A IMPRENSA, A GUERRA FRIA E O BRASIL 246

6. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS DESAFIOS GLOBAIS: REFLEXOS DE CRISES INTERNACIONAIS NO BRASIL 261

6.1. AUTODETERMINAÇÃO OU ALINHAMENTO? A PEI DIANTE DA INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS 262

6.2. PUNTA DEL ESTE: DEFENDER A DEMOCRACIA OU TRAIR O HEMISFÉRIO? A DIPLOMACIA BRASILEIRA ENTRE PRESSÕES E DISCURSOS NA GUERRA FRIA 279

6.3. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE ENTRE A PAZ E O PERIGO COMUNISTA: O BRASIL NA CRISE DOS MÍSSEIS EM 1962 298

6.4. ENTRE DIÁLOGOS E PESSIMISMO: A GRANDE IMPRENSA E A PEI PERANTE O ASSASSINATO DE JOHN KENNEDY 318

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 337

REFERÊNCIAS 341

ANEXOS 348

1. INTRODUÇÃO

Para a historiografia, inicia em meados da segunda metade do século XX a chamada terceira geração dos Annales. Neste momento, profundamente marcado pela fragmentação, a História Política passa por uma renovação (Burke, 1992, p.9), proporcionando ao pesquisador mais possibilidades de investigação, assim como também de abordagens no estudo historiográfico, e incorporando a longa duração e o uso de fontes seriadas. Para Burke (1992, p. 72), este retorno "Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam "cultura política", de ideias e de mentalidades". Atrelada a isso, está também a volta do interesse na narrativa dos eventos (Burke, 1992, p.73). Este processo se daria a fim de alcançar as pessoas comuns, e não mais apenas os ditos "grandes indivíduos". Em virtude disso, a imprensa também passou a ser considerada como um importante meio de pesquisa e fonte de novas problemáticas.

Fernando Catroga, autor do livro "Memória, História e historiografia" destaca a existência de três tipos de memória: a proto-memória – tendo relação com o *habitus* e a socialização –, a memória propriamente dita - responsável pela ativação da recordação e do reconhecimento – e a metamemória. Esta última define as representações que cada indivíduo faz da sua memória e o conhecimento que afirma ter dela e das chamadas memórias coletivas. Aprofundando um pouco mais esta problemática, podemos mencionar que a forma como o homem vivencia a experiência do tempo presente muito lhe diz sobre como a memória é compreendida em seus quadros sociais. Catroga ressalta que todas se interligam autonomamente, justamente por estarem sujeitas ao que ele chama de sobredeterminação social.

> Na experiencia vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado, é vivência interior na qual a identidade do *eu*, ou melhor, a ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa (Catroga, 2015, p. 11).

Pensando em um exemplo prático da memória na história e, também, refletindo sobre a pesquisa historiográfica, os impressos guardam em suas páginas a memória do que ocorria em diferentes momentos vividos pela sociedade. Eles registram o que estava em discussão, o período em que determinados acontecimentos ou eventos permaneceram sob os holofotes dos veículos de comunicação e o espaço que cada memória ocupava na sociedade. Esse espaço era refletido no destaque dado às publicações, seja nas primeiras páginas de um jornal ou se tornando uma manchete de capa.

Para demonstrar a relevância do uso da imprensa como objeto de estudo, pode-se mencionar o trabalho de Schudson (2010), que, através da institucionalização do jornalismo moderno, faz uma análise acerca da relação entre as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesta obra, é possível perceber que as mudanças no jornalismo vêm ocorrendo desde a segunda metade do século XIX, consolidando a chamada *Penny Press*, um jornal que não fazia distinção entre seus públicos e era voltada para as massas, sendo que anteriormente eram jornais muito mais comerciais ou partidários. Para o autor, "A imprensa popular era diferente, não somente em organização econômica e posição política, mas em seu conteúdo. O caráter dessa originalidade é simplesmente este: a imprensa popular inventou o conceito moderno de "notícia"." (Schudson, 2010, p.34).

Schudson (2010) também aborda a questão, mas por outro viés, o de que a democratização da política e da economia foram a base para o surgimento deste jornalismo moderno, pois, já no século XIX, o aumento populacional e, principalmente, aumento da população votante influenciavam no consumo de jornais, algo que era uma prática esporádica, passa a ser diária (Schudson, 2010, p.64). Este consumo do público leitor atraiu investidores para as empresas jornalísticas, que passaram a agregar em grande número as publicidades em suas páginas. Assim como os empresários que entraram na cena jornalística, outros profissionais também começaram a ter destaque, como os repórteres de guerra, a área de relações públicas e publicidade, bem como os assessores de imprensa.

Essa gama de interessados na "porta" de acesso ao público leitor que os jornais constituíam contribuiu para a construção do que as empresas jornalísticas denominaram de "opinião pública". A objetividade nos textos dos periódicos era uma meta que os profissionais da área buscavam alcançar. Nesta tentativa, procuravam seguir um método específico para a construção da matéria a ser publicada, uma espécie de regras que cada empresa procura adotar. Porém, conforme Ribeiro (2007), sejam objetivos ou não, esses textos possuem o seu discurso atrelado a estratégias de autoridade, por ocuparem a posição de informadores de um público, aspectos estes que podem ser percebidos na narrativa das produções.

> a objetividade do noticiário e da fotografia e a subjetividade dos artigos assinados e das caricaturas eram, como sabemos, apenas efeitos discursivos, relacionados a diferentes estratégias de autoridade mobilizadas por cada um desses gêneros. **Essas narrativas** construíram diferentes lugares de fala, **produzindo sobre os leitores diferentes expectativas e efeitos de sentido**. (Ribeiro, 2007, p.345)

Ana Ribeiro (2007) também trata, em sua obra, sobre as transformações do jornalismo no Brasil, mas seu foco está nas modificações que ocorreram na década de 1950, assinalando a passagem do jornalismo político-literário para o empresarial. A imprensa passou a privilegiar

"a informação (transmitida "objetiva" e "imparcialmente" na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião" do jornal (RIBEIRO, 2007, p.13). Além dessas mudanças, as páginas dos jornais também passaram por uma modernização gráfica, alterando a disposição das publicações e também a sua combinação com imagens. O *Jornal do Brasil* foi pioneiro neste quesito. Partindo para a década de 1960, conforme Schudson (2010), observa-se uma maior tomada de consciência por parte dos jornalistas em relação ao que era liberado para eles por parte dos governantes. Havia também a realização de pseudoeventos entre Governo e empresas jornalísticas para repassar as informações e, a partir disso, no jornalismo, há a percepção de que apenas relatar um fato já não era suficiente, era preciso interpretá-lo e dar a opinião[1] sobre ele.

É necessário destacar a importância da narrativa nesta construção da matéria jornalística, pois é ela quem dá a tônica da mensagem. Conforme Barthes (2009), esta capacidade que o narrador tem que compor uma única estrutura com mais de uma narrativa, faz parte do que o autor chama de "arte" (Barthes, 2009, p.20). Ainda assim, para obter sucesso na escrita, não basta seguir um método, o jornalista precisa de prática ou talento. É através da sua narrativa que o jornalista vai conquistar o seu público leitor, assim como também irá criar uma imagem para o seu público daquilo sobre o que está escrevendo. No caso desta pesquisa, trata-se da representação feita acerca da Política Externa Independente (PEI).

Outros autores também debatem sobre o assunto desta construção narrativa jornalística, destacando também a importância de um leitor modelo. Um exemplo é Nelson Traquina, que também valoriza o talento além da técnica na construção de uma notícia, fazendo também comparações e diferenciações em relação à produção de reportagens, pois estas necessitam de

[1] Pierre Bourdieu analisa, em um artigo, a questão da "opinião pública" que, para o autor, nos moldes como é comumente referida, não existe. Na sua conclusão, Bourdieu esclarece mais a postura adotada perante o assunto, dizendo que o autor acredita que a "opinião pública" como é comumente referida não tem o valor que lhe atribuem. E explica que "[...] eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. [...] Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe." (Bourdieu, 1982, p. 151). Por outro lado, também há a definição de Patrick Champagne sobre a "opinião pública". De acordo com o autor, "[...]até o início dos anos 60, os estudos sobre a opinião que eram efetuados pelos especialistas da ciência política partiam de alguma forma da definição – dominante, na época, do ponto de vista social – da opinião pública: em grande parte, incidiam sobre os "grupos de pressão" e consistiam no estudo das estratégias dessas minorias ativas e organizadas (*lobbies*) que tentavam influenciar as instâncias políticas (Parlamento e governo) ao fabricarem, em particular, por meio de campanhas de imprensa, movimentos de "opinião", mais ou menos artificiais." (Champagne, 1998, p.81). Considerando essas definições, atenta-se para o papel "dos públicos" de cada impresso em análise e não apenas agrupando todos em um mesmo núcleo, como se fizessem parte de uma mesma gama de leitores.

um enredo maior para compor o que será publicado, inseridas em um contexto mais amplo, inclusive de agenda. Para o autor, "enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento" (Traquina, 1993, p.168). Em outra obra, Traquina (2008) pondera sobre os critérios de noticiabilidade e os valores notícia. Esses valores formam um código e é através deles que o acontecimento pode tornar-se notícia, abrangendo aspectos como amplitude e frequência no relato de um acontecimento, a imprevisibilidade, bem como a continuidade, referência a nações ou pessoas de elite, entre outros exemplos. O trabalho de Alsina (1989) também é relevante por abordar a posição do jornalista e do leitor perante a notícia. Alsina diz que

> Por todo lo dicho podríamos considerar a los mass media un sistema que funciona con unos *inputs*, los acontecimentos, y que produce unos *outputs* que transmiten: las noticias. Y estas noticias son recibidas como acontecimentos por los individuos receptores de la información. Es decir, todo *output* puede ser a la vez um *input* de otro sistema, y todo *input* puede haber sido también um *output* de un sistema anterior. (Alsina, 1989, p. 92)

Isso tem relação direta com o proposto por Charadeau (2013) ao analisar que o consumo da notícia está vinculado à necessidade de demanda por informações, seja essa demanda natural ou um construído pelo impresso. Por sua vez, esta demanda do público leitor existe o receptor é um leitor cativo de um mesmo jornal, fidelizado e consumidor assíduo, muitas vezes por considerar determinado impresso como um jornal da sua confiança. E se um leitor assim considera o periódico, é porque a equipe jornalística realizou de forma eficaz o seu trabalho na construção das notícias[2].

Neste sentido, há também a obra de Lippmann (2010) que aborda um outro fator desta construção da "opinião pública" por parte dos impressos, atentando ao fato de ser possível que um determinado leitor, mesmo sem conhecer a fundo algum assunto abordado no periódico, crie uma imagem simbólica acerca da realidade, podendo ser inclusive sobre questões que este leitor nem mesmo vivenciou ou venha a vivenciar. No que poderíamos encaixar com muita propriedade a Política Externa Independente. Cada leitor, pertencente a uma maioria que seja

[2] Darton (1990) e Berger (1997) também abordam o processo de construção de uma notícia através do processo narrativo. Além dar um enfoque sobre como as coisas funcionam dentro de uma empresa jornalística – devido, também, a sua experiência pessoal –, Darton (1990) trata sobre a questão do leitor modelo, como comentado anteriormente em relação a técnica de produção textual e também sobre as influencias internas e externas pela qual um jornalista passa ao produzir uma matéria, pois o prestígio relacionado ao sucesso das publicações é de extrema relevância, podendo fazer subir ou cair o seu status dentro da empresa com facilidade. É nesse ponto que se insere o trabalho de Berger (1997). Para a autora, uma matéria precisa caber na página do jornal de diversas formas, sendo elas o espaço físico, mas também a ideologia do jornal ou mesmo de seus patrocinadores. Quanto mais o jornalista tiver dominado a técnica de escrita, relacionada às regras de composição de uma notícia, maior garantia ele terá na finalização do seu trabalho. Considerando que em algum momento o jornalista irá produzir uma estória com a informação bruta recebida e com base em todo o exposto, torna-se evidente o fato de não haver isenção na produção jornalística.

instruída ou não, conforme o pensamento de Lippmann (2010), irá formar uma opinião sobre a situação da política externa em vigor no país a partir de imagens que ele possui na sua realidade, no dia a dia, a partir da narrativa empregada pelo jornal. Ou seja, cada periódico tem o poder de influenciar nesta construção de formas diferentes, em qualquer indivíduo, conforme destaca o autor, mostrando a esta pesquisadora mais uma vez a importância de analisar separadamente cada impresso.

A autora Tânia Regina de Luca (2005) salienta que, até a década de 1930, os jornais não eram considerados uma fonte confiável de abordagem do passado. Os periódicos eram considerados apenas como uma "enciclopédia do cotidiano" e, sendo assim, conceituados apenas como um meio de comunicacional passível de paixões e conflitos de interesses, entre outros exemplos. Essa renovação na pesquisa resulta em rupturas epistemológicas que alteraram efetivamente o *status* dos jornais no Brasil a partir da década de 1970. Ao lado da História da Imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal veio a se tornar objeto de pesquisa histórica (Luca, 2005), pois a imprensa como um todo, esteja ela impressa na forma de periódicos ou também de jornais televisivos, tem a capacidade de gerar um "espaço virtual" de debate e reflexões sobre os assuntos de interesse coletivo. A imprensa se colocou como uma força política, construindo, a partir de seus mecanismos próprios de produção, aquilo que se tornou notícia, ainda que muitas vezes tenha feito uso da manipulação de interesses, interferindo na sociedade (Capelato, 1988). Nesta pesquisa, não se refere a esta manipulação de interesses dita pela autora como uma forma de enganar os leitores, mas, sim, aquela em que a empresa irá selecionar o que será publicado e aquilo que ficaria de fora das páginas do seu jornal, e isso relaciona-se com muitos fatores, inclusive com o interesse do seu público consumidor, construído pelo jornal através das publicações que fez e da narrativa que empregou.

A escolha dos três jornais — *Última Hora (UH), O Estado de São Paulo (OESP)* e *Jornal do Brasil (JB)* — deve-se às suas trajetórias e relevância histórica, bem como por se enquadrarem entre os veículos da grande imprensa, que eram os jornais de maior tiragerem no período:

- *Última Hora* (1951-1990) destacou-se pela modernização e por inovações na comunicação de massa, voltando-se para as camadas populares e alinhando-se ao trabalhismo.
- *O Estado de São Paulo* (fundado em 1875) surgiu como um periódico republicano, com o objetivo de combater a monarquia. Possui características conservadoras e tradição de oposição a Vargas e Goulart.

- *Jornal do Brasil* (fundado em 1891), inicialmente monarquista, transformou-se em um símbolo da "grande imprensa" nos anos 1960, após um processo de modernização liderado por Alberto Dines.

Esses jornais representam visões distintas, que permitem uma análise rica dos discursos sobre a política externa independente (PEI) e o anticomunismo durante o período. Com este breve histórico dos jornais a serem analisados nesta tese, conclui-se a justificativa ressaltando a importância de ambos. Faz-se também uso do estudo de Rosanvallon (2013) sobre a história conceitual do político, ao falar sobre a história social, indicando-se, assim, a relevância de analisar a PEI a partir das representações da imprensa. Conforme o autor,

> Ao enfatizar a interpretação dos conflitos de poder e de interesses, ela fornece uma grade explicativa que **conecta as posições e os comportamentos no campo propriamente político** – aquele das eleições ou das posições partidárias, por exemplo – **com as variáveis culturais, econômicas ou sociais que caracterizam diferentes grupos**. (Rosanvallon, 2010, p.79)[3]

Considera-se, dessa forma, o indivíduo como um agente gerador do social, assim como a imprensa também pode ser considerada, pois ela estimula que determinados assuntos sejam debatidos e por isso é tão caro que seja analisada a PEI a partir dos impressos, por caracterizarem uma maior difusão e circulação das ideias no espaço público[4]. Da mesma forma não se pode ignorar o fato de a PEI ser uma estratégia de Política Externa mais pragmática, que procurava desvincular a inserção internacional do Brasil das amarras ideológicas, ocorreu em um período em que o anticomunismo[5] estava acirrado na política interna do país.

A problemática central desta pesquisa concentra-se na análise das representações da Política Externa Independente (PEI) nos periódicos *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, entre 1961 e 1964. O principal questionamento que orienta o estudo é: **como a mídia impressa representou a PEI no contexto da Guerra Fria?** Essa pergunta se desdobra em outras reflexões, como se os jornais analisados adotaram uma postura favorável ou contrária à implementação da PEI, se o debate favorecia algum segmento específico da sociedade e quais valores e ideias foram mobilizados nas narrativas e representações construídas pelos periódicos.

[3] Grifos da autora desta tese.

[4] Conforme Martins (2016, p.16), "Algumas análises mais recentes têm demonstrado (Lavínia Ribeiro; Abreu & Lettman-Weltman), por exemplo, que os grandes jornais brasileiros dos anos 50 já apresentavam maneiras próprias de inserção no espaço público, não podendo ser considerados apenas suporte do discurso de outras instâncias sociais.". Também conforme Martins (2018, p.53-74), é preciso respeitar os limites e as possibilidades apresentadas pelos periódicos, entendendo-o como uma demonstração de estratégia argumentativa a sua busca por legitimação na tomada de posição.

[5] Rodrigo Patto Sá Motta (2002) ressalta que o anticomunismo no Brasil teve sua matriz atrelada a três pilares: liberalismo, catolicismo e nacionalismo.

Para investigar essa questão, o período selecionado abrange os governos de Jânio Quadros e João Goulart, marcado por intensas transformações políticas internas e externas. A PEI, delineada inicialmente pelo chanceler Afonso Arinos de Melo Franco e consolidada por San Tiago Dantas, estabelecia princípios fundamentais: a defesa da paz e da coexistência pacífica, o desarmamento, o respeito à autodeterminação dos povos, o desenvolvimento econômico autônomo, e a ampliação do comércio exterior brasileiro, livre de compromissos ideológicos. Essa política, que representava uma ruptura com alinhamentos tradicionais, foi desenvolvida em meio às tensões da Guerra Fria[6] e provocou debates acalorados na política interna e na imprensa brasileira.

Para compreender a amplitude dessa temática e seu impacto na sociedade, a pesquisa examina a cobertura dos três jornais mencionados, todos com ampla circulação e grande alcance social. Esses periódicos, sediados em capitais estratégicas do centro-sul do país e com filiais em outros estados, oferecem uma visão privilegiada das narrativas que permeavam tanto as relações exteriores quanto os conflitos internos, especialmente no contexto do anticomunismo e da polarização ideológica da época.

A escolha pela mídia impressa como fonte e objeto de estudo fundamenta-se no papel central que ela desempenhava como meio de comunicação entre os governantes e a sociedade. O foco principal da análise recai sobre os editoriais, pois representam as posições institucionais de cada periódico e oferecem uma visão mais clara de suas posturas diante da Política Externa Independente. No caso do *Última Hora*, onde a publicação de editoriais ocorre com menor frequência, a pesquisa abrange também outras matérias que substituem ou complementam essa função discursiva. Além disso, são analisadas publicações diretamente relacionadas aos temas tratados nos editoriais, quando estes estabelecem conexões com outras seções do jornal. Ainda assim, o eixo central da análise permanece nos editoriais, que constituem a base para identificar e interpretar as representações construídas pela imprensa sobre a PEI no período estudado, culminando no golpe civil-militar de 1964 e no fim dessa política.

A hipótese central desta tese é que o discurso anticomunista, prevalecente na grande imprensa em relação a Política Externa Independente (PEI), adotada pelo Brasil entre 1961 e 1964, serviu como um "guarda-chuva" retórico, abrigando e mascarando motivações

[6] Ao citar uma afirmação de René Rémond sobre a "pressão" que as relações internacionais provocam nas questões internas dos países, Domingos (2010, p.29) vai ressaltar, para explicar a questão da Guerra Fria que vinha ocorrendo desde o pós-guerra da década de 1940, que "Nessa conjuntura, o mundo passou a ter uma nova correlação de forças políticas, econômicas, sociais e culturais. De um mundo relativamente multipolar, modificou-se para um sistema no qual apenas duas potenciais manteriam a hegemonia planetária: os Estados Unidos da América do Norte (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).".

subjacentes de natureza política, econômica e estratégica. A narrativa anticomunista, utilizada ostensivamente pelos veículos de comunicação, como justificativa para decisões e posicionamentos no âmbito da política externa, transcendeu seu significado aparente de combate ao comunismo. Ela foi mobilizada para legitimar alianças, negociar interesses e silenciar debates que poderiam expor as contradições internas da política nacional e internacional do período.

O discurso anticomunista, então amplamente veiculado, não se limitava a defender um alinhamento ideológico na Guerra Fria. Ele também funcionava como uma ferramenta estratégica de manipulação política, capaz de construir opiniões públicas, criar consensos e desviar a atenção de questões domésticas urgentes, como as tensões sociais e econômicas. Nesse sentido, a pesquisa se propõe a investigar como o anticomunismo, mais do que um reflexo da conjuntura global, foi apropriado e instrumentalizado por atores políticos e setores da sociedade representados nas páginas dos periódicos para alcançar objetivos específicos, frequentemente ocultos nas narrativas explícitas.

Para explorar essa hipótese, a análise se concentra nos discursos disseminados por três jornais de grande circulação na época mencionados acima. Esses veículos não apenas registravam os debates sobre a PEI, mas também construíam e refletiam os interesses, alianças e conflitos que perpassavam o período de instabilidade política e polarização ideológica. A atenção recai sobre o que foi dito e, especialmente, sobre o que foi silenciado nesses impressos, buscando compreender os elementos ocultos ou implícitos nas construções discursivas.

Assim, a pesquisa busca desvendar como o discurso anticomunista, ao mesmo tempo em que respondia a dinâmicas internacionais da Guerra Fria, articulava interesses internos e externava posicionamentos políticos que iam além da sua representação ostensiva. Esse esforço contribui para uma compreensão mais profunda das interseções entre política externa, anticomunismo e comunicação no Brasil que antecedeu ao golpe de 1964.

Os objetivos desta pesquisa buscam compreender a representação da Política Externa Independente (PEI), desenvolvida e adotada pelo governo brasileiro entre 1961 e 1964, na imprensa brasileira. O objetivo principal é analisar como três periódicos de grande circulação — *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* — narraram e interpretaram as ações e os princípios doutrinários da PEI, destacando as convergências e divergências em seus posicionamentos. Essa análise comparativa entre os jornais visa identificar padrões narrativos, bem como as especificidades de cada veículo de comunicação em relação à política externa adotada pelos governantes do período.

Entre os objetivos específicos, busca-se identificar a existência ou não de convergências na abordagem dos três jornais sobre a PEI e, caso detectadas, investigar a formação de um possível discurso comum por parte da imprensa brasileira. Paralelamente, pretende-se verificar divergências nas narrativas, explorando como fatores como linha editorial, identidade ideológica e vínculos políticos influenciaram as perspectivas de cada periódico.

A pesquisa também se dedica a compreender os discursos autorreferenciais dos jornais, analisando como cada periódico buscou construir simbolicamente sua inserção no debate público sobre o tema. Isso inclui a relação estabelecida com o público leitor/eleitor e com o universo político. Outro ponto de investigação refere-se às possíveis conexões traçadas pelos jornais entre a PEI e questões político-ideológicas da Guerra Fria, em um momento marcado pela transição para uma fase de "Coexistência Pacífica".

Por fim, o estudo examina as interseções entre a política externa adotada pelo Brasil no período e os conflitos internos, especialmente no que tange ao discurso anticomunista predominante. Esses objetivos guiam a análise discursiva dos periódicos selecionados, buscando revelar não apenas as narrativas explícitas, mas também os silenciamentos e as motivações implícitas que caracterizaram a cobertura midiática da PEI no contexto político e ideológico da época.

De acordo com René Rémond (2003, p.36), "não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais". Ou seja, a história política está presente em diversas áreas. Considerando-se a interdisciplinaridade deste campo, a **análise de discurso** se torna extremamente relevante para investigar as publicações dos periódicos. Sendo assim, opta-se pela escolha deste método para o desenrolar da pesquisa, pois a completude dos processos permite que as informações sejam analisadas de forma ampla e minuciosa ao mesmo tempo. Ampla por ser possível investigar um mesmo assunto em mais de um material e precisa por vislumbrar que os objetivos sejam alcançados ao chegar na interpretação, pois, mesmo com um assunto em comum, não é de se surpreender que os resultados sejam diferentes para cada periódico e que as mudanças dentro de um mesmo periódico também ocorram de uma edição para a outra.

Nesse contexto, a análise de discurso surge como uma ferramenta metodológica essencial, permitindo investigar tanto o que é dito quanto o que é silenciado nos periódicos selecionados. Para embasar esse método, a pesquisa se apoia em Michel Pêcheux, cuja abordagem destaca a relação entre discurso, ideologia e poder, e em Eni Orlandi, que reforça a importância de

compreender os sentidos produzidos no processo comunicativo em seu contexto histórico e social. Ruth Amossy, por sua vez, contribui com sua abordagem sobre a construção da imagem de si nos discursos, um elemento essencial para analisar as estratégias argumentativas empregadas pelos jornais na formação das ditas opiniões públicas. Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau complementam essa perspectiva ao enfatizar os cenários discursivos, a construção dos sujeitos e as estratégias de persuasão que sustentam os textos jornalísticos.

Além disso, a pesquisa se beneficia das reflexões de Patrick Champagne, que examina o papel do campo jornalístico na produção de discursos em função das relações de poder e interesses econômicos. Jürgen Habermas, com sua teoria da esfera pública, oferece subsídios para compreender como os jornais participam do debate político e constroem a opinião pública, enquanto Pierre Bourdieu ilumina as dinâmicas de poder e os mecanismos simbólicos presentes nos campos jornalístico e político.

Dessa forma, ao adotar a análise de discurso como metodologia, a pesquisa busca captar os sentidos explícitos e implícitos nos periódicos, investigando as narrativas, os silenciamentos e os interesses subjacentes que construíram os discursos sobre a Política Externa Independente e o anticomunismo no Brasil entre 1961 e 1964.

Dada a abrangência temporal deste estudo, que cobre o período de 1961 a 1964, optou-se por adotar um roteiro de eventos que servirá como guia para a análise. A seleção desses eventos foi fundamentada em dois critérios principais: a relevância histórica destacada pela bibliografia especializada e sua pertinência no contexto da Guerra Fria e da política nacional brasileira. Assim, os eventos escolhidos não apenas refletem momentos cruciais da política externa e interna do período, mas também permitem uma abordagem sistemática que conecta os discursos midiáticos às transformações e tensões de cada momento.

A delimitação temporal de análise — uma semana antes e uma semana após a ocorrência de cada evento — foi estabelecida para garantir uma cobertura equilibrada e detalhada, de modo a captar tanto as antecipações quanto as repercussões discursivas nos jornais. Essa estratégia proporciona uma visão mais ampla e contextualizada das narrativas jornalísticas e suas dinâmicas temporais.

Os eventos selecionados, distribuídos conforme a temática nos capítulos 3, 4, 5 e 6 da tese, incluem: a posse de Jânio Quadros como Presidente do Brasil; a visita de um emissário dos Estados Unidos ao Brasil; a mensagem de Jânio ao Congresso Nacional; a invasão da Baía dos Porcos em Cuba; a condecoração de Che Guevara; a renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil; a posse de João Goulart como Presidente no sistema parlamentarista; o

reestabelecimento de relações entre Brasil e URSS; a Conferência de Punta del Este; as eleições gerais no Brasil; a crise dos mísseis; o Plano Trienal; a adoção do sistema presidencialista no Brasil; o Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares; o assassinato de John Kennedy nos Estados Unidos; o discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil; e a mensagem de João Goulart ao Congresso Nacional.

Essa abordagem permite que a pesquisa explore as interseções entre a política nacional e os grandes debates da Guerra Fria, destacando como a Política Externa Independente foi narrada e interpretada pelos periódicos selecionados. Ao articular eventos internacionais e domésticos, busca-se compreender como os jornais conectaram esses dois níveis e quais interesses discursivos foram mobilizados para construir ou contestar narrativas sobre a PEI e o período que culminou no golpe civil-militar de 1964.

A estrutura desta tese foi planejada para articular os principais eixos temáticos da pesquisa, combinando a contextualização histórica e teórica com a análise discursiva dos periódicos selecionados. Cada capítulo aborda uma dimensão específica da Política Externa Independente (PEI) e de suas representações na imprensa, construindo uma narrativa que conecta os eventos históricos, os discursos midiáticos e os desdobramentos políticos do período de 1961 a 1964. A seguir, apresenta-se a organização dos capítulos, destacando suas temáticas centrais e o foco de análise de cada um deles, de modo a oferecer uma visão panorâmica da trajetória percorrida ao longo desta investigação.

O segundo capítulo analisa a evolução da Política Externa Brasileira (PEB), com foco nas transformações que culminaram na formulação da Política Externa Independente (PEI) durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Parte-se de uma perspectiva histórica para entender como o Brasil passou de uma política de barganha, caracterizada pelo pragmatismo e pela dependência de potências hegemônicas, para a busca de uma sistematização que visava consolidar o país como uma potência regional e autônoma. O capítulo aborda os princípios fundamentais da PEI, definidos especialmente por San Tiago Dantas, como a defesa da coexistência pacífica, o respeito à autodeterminação dos povos e a ampliação dos mercados externos, todos inseridos no contexto da Guerra Fria. Além disso, examina como a PEI foi concebida para equilibrar as demandas econômicas internas, explorando os vínculos entre a política externa e o desenvolvimento nacional. A análise também abrange os desafios enfrentados por Jânio Quadros e João Goulart na implementação dessa política, dedicando-se a explorar as trajetórias individuais de cada um desses Presidentes, bem como dos ministros das Relações Exteriores que conduziram a PEI durante o período. Essa abordagem permite

compreender a amplitude das estratégias e posicionamentos desses atores políticos, contextualizando suas decisões à luz das pressões internas e externas.

No terceiro capítulo, o foco recai sobre como a PEI foi representada e interpretada pela grande imprensa brasileira, especificamente pelos jornais *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. O capítulo explora como esses veículos moldaram a narrativa em torno da idealização inicial do governo Jânio Quadros, que prometia uma política externa independente e ousada, e como essa expectativa foi gradualmente confrontada com os desdobramentos políticos e econômicos. A renúncia inesperada de Jânio e a transição para o sistema parlamentarista sob João Goulart são analisadas como momentos cruciais para entender a cobertura midiática, incluindo as tensões e disputas narrativas em torno da soberania popular e do papel do presidencialismo na formulação da política externa. O capítulo ainda investiga a abordagem dos jornais sobre as eleições gerais e a continuidade ou ruptura nas estratégias discursivas em relação à política externa, ressaltando como as narrativas jornalísticas refletiam e influenciavam os debates políticos e sociais do período.

O quarto capítulo aprofunda a análise das conexões entre as estratégias presidenciais, os projetos econômicos e os discursos políticos que sustentaram a PEI. O ponto de partida é a mensagem presidencial ao Congresso Nacional em 1961, que estabeleceu as bases doutrinárias da política externa no governo Jânio Quadros. Em seguida, aborda-se o impacto do Plano Trienal, implementado sob João Goulart, que buscava combinar desenvolvimento econômico interno com maior autonomia nas relações exteriores. Um destaque especial é dado ao discurso de Jango na Central do Brasil e a sua mensagem ao Congresso em março de 1964, que sintetizou as tensões entre as propostas reformistas e as críticas internas e externas ao governo. Por meio desses marcos, o capítulo discute como os discursos presidenciais e as políticas econômicas estavam interligados à formulação da PEI, evidenciando as dificuldades de sustentar uma política externa independente em um cenário de polarização ideológica, pressões internacionais e instabilidade política interna.

O quinto capítulo examina como a PEI foi narrada nos editoriais e reportagens dos três jornais selecionados, com foco na reconfiguração do Brasil no contexto da Guerra Fria. A análise inicia-se com a visita de um emissário dos Estados Unidos a Jânio Quadros, momento que simboliza as pressões externas enfrentadas pelo Brasil em um cenário de disputas ideológicas. Em seguida, aborda episódios emblemáticos, como a condecoração de Che Guevara pelo governo brasileiro, o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a assinatura do Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares. Esses eventos são explorados

para compreender como a imprensa conectava a política externa brasileira às tensões globais, frequentemente utilizando o discurso anticomunista para construir percepções públicas. O capítulo também investiga como os jornais interpretaram a relação do Brasil com os Estados Unidos e outras potências, revelando narrativas que oscilavam entre o apoio ao alinhamento hemisférico e a crítica à autonomia proposta pela PEI. Por fim, discute-se como essas narrativas midiáticas contribuíram para fortalecer ou enfraquecer a legitimidade da política externa nos debates públicos e políticos.

O sexto e último capítulo concentra-se nos desafios globais enfrentados pela PEI e nos reflexos de crises internacionais no Brasil. A análise aborda momentos decisivos da Guerra Fria que tiveram impacto direto na política externa brasileira, como a invasão da Baía dos Porcos, a Conferência de Punta del Este, a Crise dos Mísseis e o assassinato de John Kennedy. Esses episódios são explorados para compreender como o Brasil negociou sua posição entre a autodefesa de sua soberania e as pressões de alinhamento ideológico impostas pelo contexto hemisférico. O capítulo também discute como a imprensa retratou essas crises, evidenciando as tensões entre o discurso de autonomia da PEI e as acusações de conivência com o comunismo. A análise revela como os jornais utilizaram essas crises para construir narrativas que reforçavam ou contestavam a política externa brasileira, enquanto refletiam os conflitos internos que culminariam no golpe civil-militar de 1964.

Dessa forma, esta pesquisa busca compreender as múltiplas dimensões da Política Externa Independente (PEI) por meio das representações midiáticas e das narrativas construídas pela imprensa brasileira entre 1961 e 1964. A análise se debruça sobre a complexa interação entre política externa, política interna e o contexto da Guerra Fria, com destaque para o papel central do discurso anticomunista como ferramenta de mobilização e legitimação política. Estruturada em capítulos que contextualizam historicamente a PEI, exploram suas representações na imprensa e investigam as dinâmicas discursivas nos principais jornais da época, esta tese utiliza a análise de discurso como metodologia para desvendar os sentidos explícitos e implícitos nos textos jornalísticos.

Ao articular a memória dos eventos históricos com as representações midiáticas, busca-se não apenas investigar o papel dos jornais como mediadores do debate público, mas também revelar os interesses e motivações que construíram suas narrativas. Assim, esta pesquisa reafirma a relevância de estudar a imprensa como uma fonte rica e indispensável para a compreensão das dinâmicas políticas e ideológicas do Brasil em um dos períodos mais

desafiadores de sua história, marcado pela polarização ideológica e pela ascensão do anticomunismo como força dominante.

2. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB) E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): CONCEPÇÕES E TRANSFORMAÇÕES PARADIGMATICAS

A Política Externa empregada no início dos anos 1960 pelos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, em conjunto com seus ministros[7], foi denominada de Política Externa Independente (PEI). A PEI delineou-se desde o primeiro momento em que o chanceler Afonso Arinos de Mello Franco ocupou o cargo, mas ela foi melhor definida pelo chanceler San Tiago Dantas[8], ao agrupar seus princípios em cinco questões: defender a paz, a coexistência pacífica e o desarmamento; apoiar-se nos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos, obedecendo ao direito internacional; dar suporte aos territórios ainda não autônomos; ter autonomia para formular projetos de desenvolvimento econômico e na implementação de auxílio internacional e, como quinto princípio, ampliar os mercados externos para a produção brasileira, intensificando o comércio com todos os países, sem compromisso ideológico[9].

Desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem atravessado diversas fases, as quais nem sempre correspondem à dinâmica da política interna, mas essa diferença entre o que é externo e interno tem sido diluída na construção da identidade internacional, que também foi sendo moldada ao longo dos anos (Lafer, 2001, p.17). Celso Lafer caracteriza a política externa como sendo a responsável por traduzir as necessidades internas em possibilidades de ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino, por meio das relações internacionais do país (Lafer, 2001, p.16). Conforme analisa Pinheiro (2004), a política externa brasileira foi, predominantemente, *americanista* ou *globalista*.

---

[7] Neste período em análise, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil contou com cinco nomes, que são, em ordem de atuação: Afonso Arinos De Melo Franco (31/01/61-25/08/61), San Tiago Dantas (08/09/61-12/07/62), novamente Afonso Arinos De Melo Franco (12/07/62-18/09/62), Hermes Lima (18/09/62-18/06/63), Evandro Lins e Silva (18/06/63-22/08/63) e João Augusto de Araújo Castro (22/08/63-31-03-64).

[8] No seu discurso de posse como Ministro do Exterior em 1961, referindo-se à diplomacia e ao emprego da PEI, San Tiago Dantas proferiu as seguintes palavras: "O nosso país, cônscio de sua responsabilidade na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber: uma nação independente, uma nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em todas as assembleias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme, em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo." Franco, Álvaro da Costa (Org). **Documentos da política externa independente.** – Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 161.

[9] Sobre isso ver: Barboza, Mario Gibson. Na Diplomacia, o traço todo da vida. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alvez, 2007. In: Eiras, André Luis Silva. Por uma nova Política Externa Independente: O Governo Lula revisitado.

De acordo com a autora, o americanismo possui na sua definição a concepção de que os Estados Unidos são o eixo da política externa. Quanto mais próximo a Washington, maior poder de recursos e capacidade de negociação. Já o globalismo, conforme Pinheiro (2004), foi concebido como uma alternativa ao anterior, mas também com intuito de aumentar seu poder de barganha, inclusive com os EUA, elegendo a diversificação das relações exteriores do Brasil (Pinheiro, 2004, p, 64). Ainda assim, esses termos apresentavam subdivisões em suas bases, a saber: ideológica ou pragmática e hobbesiana ou grotiana. Conforme Lafer (2001), é esta globalização que vem influenciando na diminuição da diferença entre o que é externo e interno na política.

> É por esta razão que hoje os estudiosos tendem a definir o campo como o das complexas redes de interação governamentais e não governamentais – que estruturam o espaço do planeta e a governança do mundo. Daí o tema de uma diplomacia global e o problema correlato da sua multiplicidade de atores que passaram a incluir, rotineiramente, as empresas transnacionais, as organizações não-governamentais, a mídia – e o seu papel na estruturação da agenda da opinião pública, os partidos políticos, as agências de *rating* do mercado financeiro etc. (Lafer, 2001, p, 18)

Já se pode perceber em Lafer (2001) uma atenção para o papel da mídia dentro da estruturação da sociedade e da sua atuação enquanto meio comunicacional. Os discursos advindos do meio político sempre possuem espaço privilegiado na imprensa, na esfera do debate político, e, nem mesmo com as reformulações pelas quais passaram os periódicos no século XX – principalmente nos anos 1950 –, os espaços das publicações relacionadas à política deixaram de ter relevância nos periódicos, e isso por si só já justifica o uso dos jornais como objeto de pesquisa. Conforme Ribeiro (2004), as influências que poderiam ocorrer na esfera pública eram variadas e nem por isso significa que ocorriam de fora para dentro, assim como também apresentamos na fala de Celso Lafer.

> **A participação da imprensa nesta esfera ainda era fundamental à sua dinâmica.** Mesmo durante o Estado Novo, Getúlio criou um jornal exclusivamente voltado para a defesa do seu governo. Com o retorno dos direitos civis com a constituição de 1946, **emergiram uma pluralidade de novos agentes que recorreram à imprensa como forma de ampliação das suas posições e aspirações políticas.** Sem o propósito de descrever o emaranhado de intencionalidades em jogo e suas vinculações com os jornais da época, cabe afirmar, a princípio, a importância da imprensa como espaço de polemização das questões nacionais e locais, mais valorizado e participativo do que o rádio, o cinema e as publicações periódicas nacionais e locais.[10] (Ribeiro, 2004, p.321)

[10] Grifos da autora, para destacar aspectos importantes para a pesquisa. Esses grifos são recorrentes na tese, portanto, se ocorrer algum grifo próprio de um autor ou autora sendo citado, haverá outra nota de rodapé para informar, caso contrário, são grifos da pesquisadora.

Santos (2005) faz a análise sobre a história das relações internacionais no Brasil e como ela tem sido trabalhada por historiadores e internacionalistas, seu artigo procura fazer um esboço avaliativo sobre a área das relações internacionais. Partindo de um viés das questões teóricas socio intelectuais do campo das RI, ela analisa, entre outros fatores, como se deu a institucionalização deste campo. Para Santos, os aspectos ligados ao nacionalismo, à consolidação de uma Nação soberana e ao sentimento nacional da população estão sempre muito presentes nos trabalhos dos pesquisadores das relações internacionais, pois remetem a como aquele país está se inserindo internacionalmente e quais são os seus reais interesses, mas também, sobretudo, de que maneira a população estaria se conectando com a política nacional do país, tendo-se em vista suas características identitárias.

A autora destaca ainda que a área das RI vem ganhando destaque desde o século XIX, mas, neste período e até meados do séc. XX, era referenciada como história diplomática, mas os questionamentos entre as duas áreas são semelhantes, e destaco aqui a relação entre o macro e o micro, pois é uma vantagem para quem pesquisa sobre as RI de um país poder olhar o amplo exterior e se voltar para especificidades internas do mesmo, aspectos que por vezes passam batidos por aqueles historiadores que estudam a história de um determinado país, ignorando os assuntos diplomáticos, sendo também possível para o pesquisador trabalhar com as representações socioculturais em um determinado país, procurando ver as identificações existentes na sociedade, entre outros fatores (Santos, 2005, pg. 17). Com relação à institucionalização da área, a autora ressalta que se deu com a Primeira Guerra Mundial, como história diplomática, pois estudiosos começaram a tentar compreender o que levou a guerra e buscar fatores que pudessem evitar guerras futuras. Já a institucionalização das relações internacionais data dos anos 1970, conforme a autora.

> O debate segue, portanto, e o conhecimento histórico sempre se beneficia com o diálogo entre diferentes perspectivas, diferentes "escalas"; a ênfase no macro é claramente relevante, até porque negá-lo implicaria simplesmente alienação de determinados processos aos quais não escapamos. Na história das relações internacionais, em que estes são privilegiados, são particularmente bem-vindos os temas e metodologias voltados para analisar as representações, as percepções, as idéias, os movimentos da sociedade e das comunidades nacionais, a busca da identificação de forças mentais e suas manifestações, as formas com que os homens e as sociedades se interpretam e se identificam (Santos, 2005, p.17).

Mesmo que a História Diplomática tenha dado lugar à amplitude que engloba a História das Relações Internacionais em termos de trabalhos de pesquisas, os documentos diplomáticos possuem muito valor para os pesquisadores desta área, porque é uma parte fundamental para o entendimento dos assuntos governamentais e, também, para poder compará-los com outras

fontes, assim como propiciam as temáticas das representações. Outro trabalho mais recente que aborda as questões do método e do fazer historiográfico na área das pesquisas em relações internacionais é o de Uziel e Santos (2019). Neste artigo, os autores focam os aspectos fragmentários das fontes, no uso de documentos de forma individualizada, sem deixar de abordar a história oral e os aspectos discursivos na política externa.

Um assunto muito importante para quem pesquisa sobre relações internacionais é o acesso às fontes diplomáticas. Uziel e Santos relatam em seu artigo o quão difícil pode ser este acesso, dependendo do período que é analisado, a quem ou que governo o material se refere, destacando também como se esperava, pelos pesquisadores da área, que este quadro se modificasse com a instituição da Lei de Acesso à Informação – LAI, em 2011. Lembrando que, como se trata de documentos políticos, é necessário estar atento às perguntas feitas para a fonte, sem esquecer de por quem e/ou para quem elas foram produzidas, na hora de realizar o trabalho historiográfico.

> At least until recently, the difficulty in accessing sources for historical research has made Brazilian foreign policy similar to the study of ancient history, wherein sources are characterised by their fragmentation and incompleteness. With the 'slow, gradual and secure opening' of public files in Brazil and the 2011 Access to Information Law (LAI), this scenario could change. [...] Nonetheless, as explained by Marrou (1954: 68), there are cases in which there are simply no sources – either because they never existed, or because they were not preserved (Uziel; Santos; 2019, pg.190).

Esta questão do acesso à documentação de assuntos relacionados ao governo brasileiro é um posto que não afeta somente a área de quem pesquisa história das relações internacionais, como é o caso desta pesquisa, mas também daqueles que trabalham com as mais diversas áreas da pesquisa política. Principalmente quando se trata de documentos inexistentes, como no caso dos historiadores da História Antiga, como mencionam os autores no trecho acima, mas também daqueles que pesquisam períodos envolvendo ditaduras, pois muitas vezes estas documentações foram destruídas. Olhando por este aspecto, percebe-se a relevância do fazer historiográfico para história da política do país, pois muitas vezes é o esforço do historiador em reunir documentações que acaba por completar lacunas para o entendimento da história.

Para quem estuda história e imprensa, ressalta-se sempre a questão do agendamento, o que estava em pauta, o que iria virar notícia e se manter sob holofotes. Assim como os políticos em geral também possuem uma agenda de atividades e necessidades governamentais, tudo é muito programado, principalmente o que se torna público e quando se torna público, o que faz referência à discussão dos autores sobre a questão do sigilo na documentação governamental.

> Here Finley also gives interesting lessons: The first question to be asked with regard to any document refers to the reason or motive why it was written. This question is not asked often enough, for one unconsciously assumes that the reasons and purposes are self-evident, that is, that they are more or less the same as our own (Finley 1994: 44). A large part of the documents that make it to the historian's hands, especially when they are not explicitly part of a documental series, are devoid of context, with no clarity when it comes to the intentions of whoever produced it or to the importance of whoever produced it within the decision-making process (Uziel; Santos; 2019, pg.198).

Em se tratando da documentação produzida pelo MRE, o contexto da sua produção se torna mais inacessível aos pesquisadores do que em outras áreas, destacam os autores. Mas, unindo informações em diversas fontes, é possível, com cautela, construir o raciocínio historiográfico na pesquisa. Por fim, os autores mencionam o privilégio da história contemporânea em relação à história antiga, na área das RI, pois atualmente se conta com um maior número de fontes disponíveis, principalmente posterior à LAI. Também é preciso estar atento a maneira com que a documentação em análise foi disponibilizada e a forma como foi arquivada, pois estes aspectos também dizem muito sobre ela e, é preciso usar "os óculos do pesquisador" ao analisar as fontes, sem ser apenas um mero leitor.

No que tange aos aspectos políticos relacionados à área das relações internacionais, na década de 1960, período em análise nesta tese, ocorre na política externa brasileira uma mudança de paradigmas marcada pela busca por outros parceiros políticos e econômicos. Essa inserção internacional do Brasil de forma global foi denominada de Política Externa Independente, como já mencionado anteriormente sobre a PE do período. Loureiro aponta que uma das ideias centrais para o desenvolvimento da PEI era de que o Brasil deveria ocupar no cenário mundial um papel de maior importância e relevância ao qual vinha sendo desempenhado, devido a diversos fatores, entre eles o avanço da industrialização e a abundância de recursos naturais que se encontra no Brasil (Loureiro, 2019, pg. 189).

É nesse cenário que entram em cena no decorrer desta década em questão e nas próximas as relações, inclusive, com países asiáticos. Primeiramente com o Japão ainda nas décadas de 1960 e 1970, posteriormente com a China a partir da segunda metade dos anos 1970. Com outros países, como a Coreia do Sul, o relacionamento é ainda mais recente (Oliveira; Masiero, 2005). Em 1961, o então vice-Presidente João Goulart esteve na China, realizando uma visita diplomática que foi interrompida pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Para os militares, que supunham vínculos entre o vice-Presidente e o partido comunista, Jango era visto, de certa forma, como uma ameaça ao capitalismo. Aspectos como este desencadearam o golpe civil-militar que ocorreu no final do período proposto para análise neste trabalho.

Conforme aponta Ligiéro (2011, p.32), o período de governo dos Presidentes Jânio e Jango teve como característica uma polarização política que resultou no golpe civil-militar de 1964, assim como também houve grande ligação entre a política interna do país com a externa. Porém, mesmo conectadas, não significa que elas eram conduzidas da mesma maneira. Nos primeiros meses de 1961, Jânio e Jango adotaram uma política interna mais conservadora para contentar a base aliada mais tradicional e, em contraponto a isso, praticava-se uma "ousada" política externa, conforme define Ligiéro (2011, p.34), a qual buscava obter para o Brasil uma posição de liderança frente aos países em desenvolvimento.

Cervo e Bueno (2002, p.331) concebem a Política Externa Independente (PEI) como um processo realizado pelos dirigentes[11], não como um projeto propriamente dito, construído em detalhes. Ligiéro (2011) compara, na sua obra, a PEI e a política externa do governo do General Geisel[12], e Cervo e Bueno (2002) apresentam a política externa do período em análise neste projeto como sendo de bases nacionalistas. Para estes autores, a PEI

> possuía um caráter pragmatista, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos; e, para melhor consecução desses objetivos, **adotava postura independente em face de outras nações que tinham relacionamento preferencial com o Brasil.** A PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul.[13] (Cervo&Bueno, 2002, p. 332)

Uma dessas "outras nações" mencionadas pelos autores no trecho em destaque era os Estados Unidos da América. Isso não significa apenas que o Brasil procurava não se relacionar com os EUA, mas, sim, buscar alternativas a sua política de alinhamento, assim como tentar conseguir maior poder de barganha ao realizar negociações com os norte-americanos. Silva (2004, p.210), que faz uma análise dos modelos de importação e exportação brasileiros, destaca que vigorou, no período de 1961-1989, com algumas oscilações, um modelo substitutivo de exportações em detrimento do modelo de importações preponderante até o início dos anos 1960. Como o foco da política externa estava voltada para a exportação dos produtos brasileiros, para

[11] Apesar da crise política que abalou o governo naquele período, refletindo no Ministério das Relações Exteriores apenas nas trocas de chanceleres, nas quais nenhum deles chegou a completar mais de 12 meses de mandato, a maneira de conduzir a política externa não foi afetada. Conforme Cervo e Bueno (2002), essa ausência de quebra na continuidade se deu porque "ela era informada por um conjunto de ideias que provinham do nacional desenvolvimentismo-populista do período". Cervo, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Editora da Universidade de Brasília, 2002. p.331.

[12] O General Ernesto Geisel foi o penúltimo Presidente do período da ditadura civil-militar instaurada com o golpe em 1964. Ele governou no período de 1974-1979, e a sua política externa foi marcada pelo pragmatismo, não alinhamento ideológico e a diversificação de parcerias, prezando pela não intervenção em assuntos internos.

[13] Grifos da meus.

atingir seus objetivos, era estratégico que se buscassem novos parceiros para dar vasão a produção nacional.

A análise feita por Celso Furtado (1980), ao escrever sobre a formação econômica do Brasil, relaciona-se à questão proposta por Silva (2004). Furtado (1980) enfatiza que as importações estiveram em alta no pós-guerra da década de 1940, destacando que esta primeira metade do século XX esteve voltada para o mercado interno, mas sem tratar de forma estanque o mercado externo, apresentando-o como um formador de capital. Cervo (2008) relaciona três governos como pertencendo a uma mesma linha de desenvolvimento econômico, são eles: Vargas, Goulart e Geisel. Para o autor, estes três prezaram pelo desenvolvimento em busca de maior autonomia, "tocado essencialmente pelas forças da nação", com o intuito de criar autonomia política com um forte núcleo econômico[14]. Essa compreensão sobre a política dos mercados, interno e externo, é muito importante para a posterior análise dos jornais, permitindo que seja feito um melhor estudo sobre a abordagem das empresas de comunicação acerca da Política Externa Independente e a sua relação com a política nacional, bem como inserida no contexto da Guerra Fria[15].

Para Domingos (2010, p.76), este conceito nacional-desenvolvimentista ainda é muito amplo, baseado nos estudos de Gomes (2001), pois abarca um período que compreende desde os anos 1930 até o final da década de 1980 e com base em outros autores, considera que, a partir do início dos anos 1960, este nacionalismo se transformou para um nacional-reformismo (Domingos, 2010, p.83). Por isso, o autor também defende que a forma como a Política Externa Independente foi utilizada nos debates políticos deve ser mais bem analisada (Domingos, 2010, p.77). Em outro trabalho do autor (Domingos, 2011), ele fez uma análise sobre como a PEI tem sido abordada pela historiografia a partir dos anos 1960, estendendo sua análise até os anos 2000. Cita trabalhos consagrados na área de relações internacionais, como os de Tânia Quintaneiro, Leslie Bethell, Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, Paulo Fagundes Vizentini, Pedro Sampaio Malan, José Honório Rodrigues e outros autores, como Luiz Alberto Moniz Bandeira e Thomas Skidmore igualmente estendem suas análises à política nacional.

Segundo o seu estudo, de grande relevância por fazer uma análise do emprego da Política Externa Independente no período ao qual se pretende aqui estudar, nenhum desses autores fez

[14] Cervo, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 74.

[15] Será tratado sobre a Guerra Fria mais a frente, mas sobre a inserção internacional do Brasil, ver: Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012:** diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. E também: Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes. O Brasil e o Mundo: A Política Externa e suas Fases. **Ensaios FEE,** v. 20, n.1, p. 134-154, 1999.

uso da imprensa em suas pesquisas. O trabalho de Domingos em relação à PEI é anterior a esta produção, em 2010 ele publica a obra mencionada acima, fruto de sua tese de doutorado no qual analisa as relações entre Brasil e URSS na Guerra Fria com base em um estudo sobre a imprensa gaúcha.[16] Nas suas pesquisas, Domingos ressalta as acirradas disputas políticas que a PEI despertou desde o princípio, pois o governo de Quadros tinha fortes bases conservadoras e a política externa colocada em prática pelos governantes gerou reações que aprovavam e também que desaprovavam, sendo estas últimas, por parte dos seus apoiadores (Domingos, 2010, p.207).

E, apesar da renúncia de Quadros em agosto de 1961, a PEB empregada no período teve continuidade com aqueles que seguiram no governo, mesmo durante o período em que o Brasil passou pelo sistema parlamentarista[17] com João Goulart, ocorrido pela primeira vez na História da República do Brasil, após o sucesso da Campanha da Legalidade[18], como bem destaca Domingos. Este período durou pouco mais de um ano, voltando ao sistema presidencialista democrático em janeiro de 1963, no qual João Goulart permaneceu no poder até o Golpe civil-militar em março de 1964.

> No ato de sua posse, à sete de setembro de 1961 – quando se completavam 139 anos da Independência do Brasil, ao menos em termos políticos – **Goulart, em seu pronunciamento, disse ser seu desejo e sua intenção garantir a Paz, a Democracia e a Soberania.** Note-se que estas três palavras eram emblemáticas para o período, e para a consecução de seu governo. Paz nesse momento sintetiza a união de esforços para acabar com o exaltado clima político de confronto. Lutar pela democracia era sinônimo de luta pela manutenção dos direitos pela Constituição, o que significava contrariar o interesse dos golpistas, numa leitura mais atenta, ou ao menos garantir o respeito às escolhas da maioria, que eram pela sua posse. E, finalmente, falar em

[16] Em relação à Guerra Fria e às questões que envolveram a América Latina no período proposto para análise neste projeto de doutorado, é importante acrescentar outra obra que foi utilizada como inspiração para pensar a problemática, por abordar temáticas envolvendo os conflitos que estiveram em pauta na década de 1960 e que também destacam em alguns capítulos a importância da imprensa na esfera pública. Ver: Martins, Luis Carlos Dos Passos, Biazetto, Bruno Henz. **Revolução Cubana em Perspectiva:** EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v.1.

[17] Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014, p.34), "A adoção do parlamentarismo no Brasil foi imaginada em função das difíceis circunstâncias políticas que o país vivia. Esse regime não era desejado nem pela Junta Militar nem pelo Congresso nem por Goulart. Todos o aceitaram como um mal menor. Seu maior objetivo, impedir a guerra civil garantindo a posse de Goulart, só se cumpria com a diminuição dos poderes do Presidente da República. Dificilmente, portanto, poderia ser uma experiência política proveitosa para a vida democrática do país. Ninguém de fato lutava pelo parlamentarismo; todos o combatiam em partes ou no todo".

[18] Para compreender o que foi o Movimento da Legalidade e o que ele representou para o Brasil no início dos anos 1960, é preciso entender o contexto em que ele ocorreu, principalmente considerando a renúncia de Jânio Quadros, evento que está envolvido por "uma conjuntura muito mais ampla do que ele próprio" (Grijó, 2011, p.31). Guiados por Leonel de Moura Brizola, o RS se tornou uma referência contra os golpistas que tentavam se aproveitar do momento da renúncia de Jânio Quadros. E este movimento, que também ficou conhecido como Campanha da Legalidade, tornou-se "vitorioso em função da grande mobilização popular, pela defesa da legalidade constitucional, pela decidida liderança de Leonel Brizola e pela falta de apoio social mais amplo dos setores conservadores. Também pelo decidido apoio militar do III Exército e de oficiais e combatentes desertores das regiões militares fiéis a Odílio Denys, o principal articulador do golpe" (Konrad&Lameira, 2012, p.70). Odílio Denys era o Ministro do Exército do governo Jânio Quadros.

> Soberania, **nesse período de Guerra Fria**, **era se colocar como livre de influências demasiadas** tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, o que, nessa data em particular, era relembrar o sentimento de independência do Brasil como fator articulador e propulsor do seu governo; **o que demonstrava sua disposição em manter a Política Externa Independente** (Domingos, 2010, p.207-208).

E, como se sabe, foi exatamente o que ocorreu naquele período, a PEI seguiu até a ruptura democrática, angariando apoiadores e críticos quanto ao rumo da diplomacia brasileira. Ligiéro (2011, p.49) destaca, em relação à inserção internacional de um país, que a sua localização é de extrema importância, ressaltando também como as questões que envolveram a dependência do Brasil a países como Portugal, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América influenciaram nas suas negociações, especialmente com a América Latina.

> Vista dessa ótica, **a PEI representou um grande esforço para vencer as limitações e aproveitar as vantagens da localização geográfica brasileira.** O esforço de redução da dependência com relação aos Estados Unidos levou o Brasil a estabelecer relações com países mais distantes, como os da Europa Oriental, ou mesmo a China, em vista das vantagens econômico-comerciais que poderiam advir dessa cooperação, principalmente em termos comerciais.
> A América Latina tornou-se prioritária, já que, para buscar maior autonomia com relação à grande potência econômica ocidental, o Brasil buscou aprofundar as relações com os países em desenvolvimento. (Ligiéro, 2011, p.50-51)

Os trechos acima, de Ligiéro (2011), fornecem embasamento para os eventos selecionados para realização da pesquisa, o que guiou a metodologia a ser empregada. Almeida (1998, p.87), referindo-se ao trabalho de Cervo e Bueno sobre a política externa, destaca características de que esta política nacional-desenvolvimentista vinha a ser um processo e não um projeto, como foi mencionado anteriormente sobre a PEI, de que a "política externa, num país como o Brasil, tem caráter supletivo", ou seja, era uma política complementar. Ao identificar estas características, ressalta-se a importância de relacionar as questões internas e externas do país[19] por meio daqueles que se colocam como representantes da opinião pública, a imprensa.

Outra autora que trabalha com a "opinião pública" e a política externa brasileira do período em análise nesta tese é Tânia Manzur (2009). Conforme a autora, até a publicação de sua obra, o tema da dita opinião pública havia sido pouco abordado nos trabalhos que estudam a política externa brasileira e, quando abordado, feito de maneira superficial. A autora utilizou diversas fontes dentre jornais e revistas, entre outros, sendo a principal fonte os Diários do Congresso Nacional (Manzur, 2009, p.17). Como a própria pesquisadora ressalta ao concluir

[19] Haffner (2002) apresenta um debate na sua obra sobre a CEPAL e a industrialização brasileira analisando o período de 1950-1961. A autora destaca as questões sobre a Guerra Fria para elucidar ao leitor os argumentos de que a política externa tem relação direta com a política interna e por diversas vezes estes debates se confundiam na cena pública (Haffner, 2002, p.13).

seu trabalho, ainda há muito material a ser explorado que aborde as questões da imprensa e da política externa brasileira, seja no período 1961-1964, ou nos demais períodos históricos, pois Manzur acredita que pouco se aborda o quanto a "opinião pública" interfere nos assuntos de inserção internacional do país (Manzur, 2009, p.281).

Apesar de a autora não fazer referência a Habermas e, também, por considerar inapropriado para o seu trabalho o pensamento de Bourdieu sobre a opinião pública, seu conceito sobre a temática aproxima-se da linha de pensamento habermasiana[20], ao considerar como opinião pública apenas o que vem de grupos esclarecidos que façam parte de algo maior, seja politicamente, economicamente ou socialmente, pois a autora trabalha com correntes de pensamento em sua obra (Manzur, 2009, p.29)[21]. O conceito de esfera pública de Habermas é de grande valia para o desenvolvimento desta tese, mas, quando se falar em opinião pública aqui, pensa-se em algo mais amplo do que setores da burguesia, como o autor referência e, em virtude disto, considera-se aqui a imprensa como sendo *mediadores da e não a própria "opinião pública"*, pois trabalhar com a recepção de algo publicado é uma tarefa complicada e, por vezes, inviável. Considera-se que

> O estudo dos posicionamentos da grande imprensa a respeito da política externa brasileira tem diferentes pontos de interesse. Em primeiro lugar, em virtude da própria necessidade de os formulares e executores dessa política buscarem respaldo interno para as suas ações no plano externo. **Embora tais ações sejam voltadas para a relação do país com os demais, ela também visa e mesmo não pode desconsiderar a repercussão junto às diversas instâncias sociais no interior de uma nação.** O que se torna ainda mais imperioso em se tratando dos anos de 1960, quando a Guerra Fria dividia o mundo em dois blocos opostos e pautava as tomadas de posição dos partidos e outros grupos políticos. (Martins; Azevedo; 2014, p.75)

Além disso, os autores acima ainda destacam o fato de a imprensa constituir um "espaço privilegiado tanto para a busca de legitimação das políticas públicas frente ao corpo social, quanto para a compreensão da repercussão e das leituras que estas políticas podem receber para além do universo diplomático" (Martins; Azevedo; 2014, p.75). Considerando que os acontecimentos da política nacional, entre outros, estão diretamente ligados à política externa

[20] Sobre isso ver: Habermas, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

[21] Conforme Manzur (2009), o conceito elaborado e o qual é utilizado em toda a sua obra é o de que "opinião pública é o conjunto de diferentes correntes de pensamento expressas em uma localidade, em determinado período, acerca de uma ou mais temáticas, essas que revelam percepções, visões de mundo, conceitos e preconceitos, ideias e ideologias" (Manzur, 2009, p.29). Sendo que, conforme a autora, para algo ser considerado opinião pública é preciso que tenha vindo a público ou que tenha sido publicado. Quanto aos grupos de opinião que a autora trabalha em sua obra, Manzur destaca que "Nesse sentido, o conceito, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, entre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de percepções e posições definidas" (Manzur, 2009, p.29-30).

do país, pois a "máquina" governamental não funciona isoladamente e não existe um Presidente para questões internas e outro para as externas, essa é a função dos ministros que por vezes também alinham suas tarefas. Contudo, deve-se ter em mente que o coletivo deste "corpo social" é múltiplo, e cada periódico possui um público leitor e não se pode generalizar, referindo-se às representações criadas acerca da política exterior como uma totalidade, mas, sim, analisar caso a caso.

Os jornais possuem trajetórias diferenciadas um do outro e, também, a sua própria maneira de fazer jornalismo, como será abordado, gerando identificação com públicos leitores, no plural. Segundo Grijó (2011), os meios de comunicação em geral, assim como os militares e, também, os civis, estavam profundamente engajados, "Principalmente os jornais, mas, de modo geral, os meios de comunicação, não se limitavam a reportar fatos e divulgar informações, eram agentes diretos de produção e reprodução dos pontos de vista das correntes políticas que se enfrentavam" (Grijó, 2011, p. 30). Por isso, a importância de olhar para a imprensa e encará-la como este agente gerador do social, pois, por meio das narrativas por ela empregadas, nasceriam os discursos acerca da política externa independente e que estariam constituindo as páginas dos impressos.

Mas mais do que isso, estariam construindo representações que seriam levadas pelos seus leitores para discussões entre seus pares, que interpretariam e criariam realidades instituídas como fatos, até mesmo para quem estivesse distanciado do assunto. Por estes motivos, é importante analisar a discursividade empregada nos textos jornalísticos, procurando compreender as especificidades do que estava sendo produzido, não como um texto solto, mas no contexto de várias publicações que compunham o imaginário dentro das páginas dos periódicos da época, tendo em vista que as relações internacionais do país era um assunto que tinha ligação direta com a política nacional em exercício, que afetava principalmente os empresários brasileiros com interesses nas parcerias, visando a alianças econômicas e à valorização de seus produtos, que, por sua vez, estavam inseridos em cenários específicos da sociedade brasileira e se viam representados por meio de determinados jornais, pois cada um possui a sua própria história e maneira de fazer jornalismo.

2.1. DA BARGANHA À SISTEMATIZAÇÃO DE UM BRASIL-POTÊNCIA

Na obra de Oliveira (2005), o autor constrói um estudo sobre o conceito da política externa brasileira e de que para este trabalho do autor foi considerado que a PEB estava, principalmente a partir dos anos 1960, atrelada à política nacional de desenvolvimento. Oliveira

(2005) apresenta, dentro da abordagem mais tradicional, o Estado como sendo o principal ator das tomadas de decisões nas relações internacionais, a representação da unidade decisória, mas também traz outras abordagens[22] que constituem um desafio aos modelos tradicionais, por considerarem que "a ação do Estado é a ação definida pelos que atuam em nome do Estado" (Oliveira, 2005, p.16) e aqui se encaixam os funcionários do MRE e o papel do Itamaraty dentro das tomadas de decisões.

A partir disso, o autor considera que a PEI foi muito mais um discurso do que prática em si, alegando que o amadurecimento dessa política externa que buscava uma mudança de paradigmas em relação à política que vinha sendo implementada desde Rio Branco viria somente mais à frente no governo de Geisel. Ainda assim, para o autor, é importante ressaltar que os princípios básicos que alicerçariam a PEI estavam profundamente ligados aos fatores conjunturais do sistema internacional, especificamente falando dos países em desenvolvimento, daqueles que também buscavam alternativas aos EUA e na disseminação da coexistência pacífica entre as nações (Oliveira, 2005, p.88-89).

> Nessa perspectiva de mudança do eixo primordial do sistema internacional, a PEI baseia-se em uma forte crítica à bipolaridade enquanto constrangedora das possibilidades de desenvolvimento. Constrangedora porque implicava um desvio de recursos para a manutenção das capacidades militares e inviabilizando seu direcionamento para projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, a atuação internacional do País deveria estar calcada na negação de *fronteiras ideológicas*[23] e na multiplicação de parcerias. (Oliveira, 2005, p.89)

Com fronteiras ideológicas, o autor se refere às diretrizes da Guerra Fria, dando ênfase ao conceito de autonomia, que era o que os idealizadores da PEI almejavam. Vizentini (2004) realizou uma análise sobre as relações exteriores do Brasil no período 1945-1964. Em relação à PEI, o autor considera que este modelo de política externa foi um amadurecimento do projeto varguista e que tenha sido uma experiência inédita de dimensão mundial, com uma postura ativa que incomodava os conservadores, mas que foi uma peça central para o desenvolvimento do país, mesmo acreditando que tenha sido uma concepção precoce de Brasil-potência. O autor também se baseia em três problemáticas centrais baseado em suas pesquisas, que são de grande utilidade para termos em mente ao dar continuidade a esta pesquisa, principalmente na análise dos periódicos. A primeira refere-se ao plano externo e é o fato de haver no período uma crise de hegemonia nos EUA, mesmo que eles ainda continuassem poderosos. As outras duas problemáticas concernem ao plano interno, fazendo destaque para uma crise no regime

[22] Sobre isso ver: Snyder,R., Bruck, H. W.; Sapin, B. *Foreign policy decision making: an approach to the study of international politics.* New York: Free Press, 1962.
[23] Grifos do autor.

populista, alegando que Jango se perde na segunda metade do seu governo e que também há um agravamento do conflito social-político no período em questão.

> **A PEI constitui um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação do Brasil.** Até então a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. Assim, a "política externa para o desenvolvimento" que Vargas ensaiou nos anos 1930 era ainda parte de uma conjuntura específica, que se alterou após a guerra. Durante os anos 1950, entretanto, devido ao processo de industrialização brasileiro e à progressiva alteração do contexto internacional, mas, sobretudo, **na passagem da década de 1950 para 1960, a política externa procura tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais, no caso a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo.** Esse constitui o elemento dinâmico da PEI, dentro do qual os demais fatores devem ser entendidos.[24] (Vizentini, 2004, p.245)

Por sistemático, Vizentini compreende e divide o projeto da PEI em três distintas abordagens: diplomática, econômica e social. Conforme o autor, a abordagem diplomática serve de resposta às aceleradas transformações internacionais, ou seja, à postura diplomática do Brasil se deve a fenômenos de natureza econômico-social – projeto de desenvolvimento industrial substitutivo de importação e exportação, em choque com os EUA – e político-ideológico – nacionalismo como ideologia oficial do populismo e por ideologia consideram-se os cinco princípios formulados por San Tiago Dantas – internos à sociedade brasileira.

Já a abordagem econômica refere-se a uma análise da estratégia de inserção internacional e renegociação da dependência. Sendo esta estratégia uma reação à deterioração dos termos de comércio exterior, servir de apoio ao desenvolvimento industrial brasileiro e, também, a típica política de país capitalista, conforme Vizentini, traços de "subimperialismo" reagindo à potência dominante e tentando sua própria área de influência. O que nos leva diretamente para a última abordagem mencionada, a social, que é uma forma de reação nacionalista à hegemonia norte-americana. Esta abordagem parte do resultado das transformações internas da sociedade brasileira, com novos segmentos sociais em decorrência de uma urbanização e industrialização acelerada.

Esta maior margem de manobra no plano internacional vinha sendo almejada desde o primeiro Governo Vargas e sua barganha com os EUA, porém ainda preso a antigas estruturas. Já no final dos anos 1950, durante o Governo de JK, o Brasil se via em meio a uma industrialização e urbanização crescente e, a política externa continuava no meio do caminho, mantendo um alinhamento "negociado" com os EUA. É assim que Jânio lança a PEI, "pressionado pelas situações internas e pelas aceleradas transformações mundiais" (Vizentini,

[24] Grifos nossos.

2004, p.243). Contudo, a PEI é interrompida pelo golpe civil-militar[25] em 1964 e a política externa com um caráter de não alinhamento automático com os norte-americanos só será retomada durante o Governo do General Geisel e o Ministro do Exterior Azeredo da Silveira em 1974, com traços comuns ao da PEI, mas com um discurso diferenciado.

Estas tais "situações internas", pode-se substituir por crise interna, pois, durante o governo anterior, de JK, a industrialização acelerada promovida por ele acabou por acentuar a dependência externa do país. A tentativa de inserir o Brasil em contexto internacional, fazendo uso da estratégia de substituição de importações, não funcionava e abalou as estruturas internas do país (Vizentini, 2004). Era estrategicamente necessário ter boas relações com os EUA para levantar o país da crise, mas sem alinhar automaticamente como se fazia anteriormente e tanto os Presidentes quanto os ministros trabalharam para isso. Mesmo assim, do lado norte-americano, havia desconfiança quanto ao rumo político do Brasil, temiam uma radicalização por considerarem o país em uma localização estratégica dentro do hemisfério (Vizentini, 2004). Conforme Silveira (2014),

> Na prática político-diplomática, o Ocidente, particularmente seu polo essencial de defesa, os Estados Unidos, precisaria do Brasil e da América Latina para: garantir um centro de apoio maciço nas Nações Unidas; fornecer materiais estratégicos ou críticos quando esses viessem a faltar em virtude da ofensiva comunista em suas páreas tradicionais de produção; proteger o tráfego marítimo no Atlântico, em caso de um colapso possível do Suez ou do Panamá; proteger a travessia aérea por sobre o Oceano; solidificar um sistema eficaz de segurança coletiva continental; oferecer seu potencial demográfico para possíveis operações extracontinentais (Silveira, 2014, p.102).

Análise esta realizada sobre o nacionalismo de desenvolvimentismo na Guerra Fria com base na obra de Golbery do Couto e Silva. De acordo com o autor, Couto e Silva combatia os preceitos neutralistas, que eram centrais na formulação da PEI, assim como, além de enxergar

[25] Conforme Maia (2013), "A partir de 2000, com a publicação do livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, de Daniel Aarão Reis, as pesquisas tomaram um novo impulso e incorporaram às suas análises as complexas relações estabelecidas entre civis e militares naqueles tortuosos anos. Nesta perspectiva, a ditadura não seria exclusivamente militar, fruto da truculência e do autoritarismo gestados na caserna e impostos a toda a sociedade a partir de 1964. Ao contrário, diversos setores da sociedade civil aplaudiram o golpe que derrubou o Presidente João Goulart; promoveram manifestações entusiásticas em favor da intervenção militar e ingressaram nas fileiras estatais para propor projetos de desenvolvimento para a nação. É neste sentido que o artigo incorpora a perspectiva de que se trata de um regime civil-militar. A ditadura, composta e legitimada também pela participação de civis, se guiou por projetos gestados por estes antes mesmo do golpe de 1964. Durante o processo de redemocratização, iniciado em 1974, elaborou-se uma memória de resistência que apresenta os civis como defensores incontestes da democracia, mas se silenciaram as relações de apoio, participação e legitimidade de vários setores da sociedade durante os 21 anos do regime." (p. 184-185). A partir do exposto, compreendemos e fazemos uso neste trabalho do caráter civil-militar do golpe e do regime ditatorial, no qual, apesar de a "última palavra" ser do ditador que ocupava o cargo de Presidente, o mesmo não governava sozinho o país, ao contrário do que propõe o historiador Fico (2014) ao ressaltar que o golpe havia sido civil-militar, mas que o governo teria tido um caráter essencialmente militar.

o Brasil em uma posição estratégica e vantajosa, acreditava também em um quadro de vulnerabilidade em relação ao comunismo (Silveira, 2014, p.102-103). Este conflito de interesses entre Brasil e EUA, de serem aliados, mas não alinhados automaticamente em todas as questões, com o agravamento da crise interna, causou prejuízos à política externa que culminariam no golpe civil-militar em 1964.

> O neutralismo isebiano[26] apropriado por Quadros como uma "quarta posição" nas relações internacionais, ou "quase-neutralismo", segundo alguns, constituía tanto uma forma de inserção em escala mundial para o Brasil, como um campo de barganha ampliado face aos EUA. [...] Ao apresentar-se no plano mundial como um país de diplomacia autônoma, ou "independente", o Brasil esperava lograr uma posição de liderança, ou ao menos destacada importância no hemisfério sul para, concomitantemente, poder ser cortejado pelos EUA como um aliado importante do Ocidente. (Vizentini, 2004, p.183)

Na teoria, era um bom plano, mas na prática a neutralidade incomodava e gerava desconfiança, o que prejudicava o bom relacionamento com os norte-americanos. Porém, segundo a obra de Cervo (1994) sobre a historicidade da PEB, o Brasil possui três tradições que geram um grau de previsibilidade nas suas operações: o pacifismo, o juridicismo e o realismo/pragmatismo (Cervo, 1994, p. 26-27), ou seja, apesar da falta de americanismo no alinhamento automático com os norte-americanos no período, essa postura internacional do país durante o período aqui analisado não deveria causar tanta estranheza a ponto de culminar na ruptura democrática em 1964.

> A política exterior do Brasil tem por fundamento um caráter não-confrontacionista. Sobrevaloriza o princípio da autodeterminação e consequentemente a não-intervenção. Quer soluções pacíficas e negociadas para as controvérsias e condena o uso da força para obter resultados externos. A tradição pacifista vem se firmando desde 1876, quando o Brasil retirou as tropas do Paraguai. [...] O segundo elemento do acúmulo histórico da diplomacia brasileira é o juridicismo. O respeito aos tratados e convenções como se fossem manifestações sagradas da vontade nacional ou multilateral. [...] O pragmatismo induz a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre o conceito, os ganhos concretos e materiais sobre os valores políticos ou ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre o empenho do compromisso, o universalismo sobre as camisas-de-força dos particularismos, a aceitação sobre a resistência aos fatos (Cervo, 1994, p.26-27).

O autor ainda destaca que o pragmatismo vinha se formulando desde princípios do século XX, com o estilo diplomático do Barão do Rio Branco (1902-1912) e posteriormente "com

[26] O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) fora criado em 1955, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Os intelectuais que o criaram tinham por objetivo realizar análises críticas da sociedade brasileira, visando incentivar e promover o desenvolvimento nacional, tornando-se um dos centros de maior importância na elaboração do projeto conhecido como nacional desenvolvimentista. Conforme Abreu (DHBB, 2010), esses intelectuais consideravam que o Brasil só ultrapassaria a fase desenvolvimentista através do processo de intensificar a industrialização, pois a política desenvolvimentista deveria ser uma política nacionalista, considerada por eles como "a única capaz de levar a emancipação e a plena soberania".

estilo e substância da política exterior de Vargas (1930-45)" (Cervo, 1994, p. 27). A bibliografia especializada vislumbra a PEI como possuindo três fases, mesmo que os seus princípios mantivessem basicamente os mesmos, sem alterar a essência. A primeira fase vai até agosto de 1961, com este neutralismo em alta praticado pelo Ministro do Exterior Afonso Arinos. A segunda e mais longa fase vai até o final de 1962, com algumas mudanças por conta da crise interna cada vez mais acentuada, destaca-se o nome do Ministro San Tiago Dantas e, por fim, a derradeira etapa estende-se até o primeiro trimestre de 1964 quando ocorre a ruptura pelo golpe, estando a PEB nesta última fase comandada por Araújo Castro que teve como foco o desenvolvimento do país.

No prefácio da edição atualizada da obra de Dantas (2011, p.10) sobre a PEI, escritos do ano de 1962, o ex-ministro avalia a construção da política externa desenvolvida no período de forma otimista. Dantas acredita que a população tenha aplaudido as iniciativas e logo as tenha integrado e vislumbrando na política interna maneiras de ambas progredirem de maneira unificada. Ressalta-se ainda que "na política externa independente devemos distinguir dois momentos lógicos: o do critério geral, pré-formulado, que inspirou, em face dos fatos, a tomada de atitude e decisões; e o do sistema formado pela concatenação de todas estas, e pela sua redução a posteriori a uma unidade inteligível" (Dantas, 2011, p.10), considerando natural que alguns indivíduos não concordassem ou não compreendessem o que estava sendo projetado, ou mesmo que ocorressem **preocupações exageradas** de outros em relação às tomadas de posição, tendo receio de desagradar as intenções de "amigos poderosos". San Tiago Dantas julga que, em relação aos princípios formulados com a PEI, os quatro primeiros tenham sido amplamente desenvolvidos na sua gestão e seguiam em crescimento, podendo ser aperfeiçoados com as gestões seguintes do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

2.1.1. Os princípios da Política Externa Independente (PEI) no pensamento de San Tiago Dantas

Como mencionado no início deste capítulo, a PEI teve seus princípios bem delineados e mantidos com firmeza pelos condutores da política externa entre 1961-1964. Ao findar o período em que esteve liderando o MRE, San Tiago Dantas escreveu uma análise da construção da política externa de Jânio e Jango, que futuramente virou prefácio do seu livro sobre a Política Externa Independente, citado no parágrafo anterior. Conforme Felipe Loureiro (2019), este é um dos três documentos que melhor esclareceram o que era a PEI, sendo os outros dois um artigo do Presidente Jânio Quadros em 1961 e o discurso de Araújo Castro em 1963, apesar de

a PEI ter sido amplamente debatida entre autoridades no período de 1961 a 1964 (Loureiro, 2019, pg. 189). Neste subcapítulo, será examinado cada um destes princípios, tendo por base o pensamento de Dantas sobre o que se planejou para a diplomacia no período.

Conforme Dantas, as ideias foram precedidas pelos fatos e todo o planejamento de como se daria a política externa no período dos governos de Jânio e Jango foi inspirado na situação encontrada no MRE quando assumiram a Chancelaria. O autor destaca algo central que estaria guiando todas as decisões, que seria "a consideração exclusiva do interesse do Brasil" (Dantas, 2011, p.9), que, mesmo colocados à prova, mantiveram-se firmes na busca do que interessava para o país naquele momento e que, com o passar dos meses, a posição fixada pelo MRE internacionalmente seria reconhecida pelos brasileiros, ou melhor dizendo, pelo "povo"[27] como o autor se refere e, também, pelos outros países. Ou seja, conforme os anseios da Chancelaria, "visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária" (Dantas, 2011, p.9).

O primeiro princípio que norteia os ideais do MRE é o da "contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo" (Dantas, 2011, p.10) e Dantas lista de forma justificada alguns dos atos que corroboram com este ideal. O reatamento de relações com a URSS foi uma das primeiras atitudes a se tomar para isso, contendo razões políticas e econômicas. Quanto às razões políticas, Dantas justifica que, para os países coexistirem pacificamente, não era possível haver isolamento, pois, quando tu ignoras o outro, não está coexistindo, mas sim, negando a sua existência. O segundo ponto que justifica o reatamento no âmbito político estaria vinculado à questão do desarmamento, pois URSS e EUA eram duas das maiores potências nucleares, e o intuito era o de contribuir no intercâmbio, assim como no entendimento, para que não ocorresse um desfecho bélico. Dentro desta coexistência entre mundos democráticos e socialistas, Dantas acredita que a democracia tem seus níveis de influencia favorecidos sobre o socialismo.

[27] Conforme Comparato (1997), a ideia de povo vem sendo utilizada desde a antiguidade, mas sua importância modificou-se na modernidade com a valorização da democracia, pois, "Na teoria política e constitucional, povo não é um conceito descritivo, mas claramente operacional. Não se trata de designar, com esse termo, uma realidade definida e inconfundível da vida social, para efeito de classificação sociológica, por exemplo, mas sim de encontrar, no universo jurídico-político, um sujeito para a atribuição de certas prerrogativas e responsabilidades coletivas" (Comparato, 1997, p.213). Já Pereira (2011) destaca que este é um dos poucos conceitos políticos que é carregado de sentido no Brasil, seja no campo intelectual ou do senso comum; para a autora, "Um significado chama a atenção: a vinculação cotidiana do conceito de povo à realidade geográfica, étnica e cultural parece ser estruturante. No Brasil, é comum a identificação entre povo e nação, esta entendida de modo cultural, étnico e mesmo natural. Ao se falar de povo, referimo-nos primeiramente a raça, ao clima e aos elementos da nossa natureza, à música, à dança e às artes" (Pereira, 2011, p.20-21), sem associar primeiramente a sentidos revolucionários.

> O contato entre o mundo socialista e democrático é benéfico a democracias, como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas, característico do Estado de direito, se acha superposto a uma estrutura social baseada na dominação econômica de uma classe por outra, e, portanto, na denegação efetiva da própria liberdade. Daí resulta um permanente incentivo a reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra de continuidade do regime democrático (Dantas, 2011, p.12).

E em relação aos motivos econômicos do reatamento, conforme Dantas, estes estariam voltados para a ampliação do mercado brasileiro, possibilitando mais acordos de compra e venda de seus produtos. Outro esforço da coexistência pacífica foi o caso da expulsão de Cuba da OEA, sobre a qual Dantas menciona ter apresentado uma sugestão brasileira para ocorressem negociações e não chegasse ao ponto do isolamento, pois "O Brasil recusou-se a ver no caso de Cuba algo de diverso do que se tem passado com outros povos, em áreas geográficas mais distantes, e sustentou a conveniência de uma política de coexistência e não de isolamento" (Dantas, 2011, p.12), alegando que se havia negociação com povos socialistas mais distantes, não há por que deixar de negociar com outro só por estar no mesmo continente.

O terceiro ponto de atuação brasileira que colocou à prova a questão da coexistência pacífica foi a participação do Brasil na Conferência do Desarmamento em Genebra, em março de 1962. Sobre esta questão, destaca que o posicionamento dos Embaixadores brasileiros foi de que houvesse uma movimentação progressiva para o desarmamento, principalmente com relação às grandes potências nucleares, afirmando que o Brasil assumiu "um papel inequívoco na política do desarmamento, passando a contribuir para que se abrevie a distância que nos separa de uma coexistência sem risco militar" (Dantas, 2011, p.13).

O segundo princípio norteador da Política Externa Independente é o de "reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos" (Dantas, 2011, p.10), estando a OEA na centralidade deste sistema, Dantas comemora que através deste princípio foi possível criar relações internacionais com base na confiança mútua entre os países. Para o Ministro, o momento que foi o ponto de partida para colocar em prática este princípio foi na Conferência de Punta Del Este em 1962, na VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas. O objetivo central da reunião era discutir o impacto da Revolução Cubana nos assuntos hemisféricos, caracterizando o ingresso, da América do Sul e Central, na Guerra Fria.

> O primeiro ponto a salientar é que o princípio não tira seu valor excepcional para as nações, especialmente americanas, unicamente de sua racionalidade jurídica. Na verdade, ele protege alguma coisa de vital, que é a autenticidade do processo ao longo do qual se opera a transformação dos povos e se dá o pleno amadurecimento de suas independências (Dantas, 2011, p.14).

Conforme Dantas, nada que venha de fora para dentro, de maneira que seja uma imposição à sociedade, sendo necessário que haja uma conformação de um país em relação ao outro mediante a história nacional de cada um, pois cada sociedade tem seu próprio tempo de amadurecimento. Por isso, Dantas considera este princípio como de extrema importância, principalmente no papel de destaque que o Brasil desempenhou em Punta Del Este, contribuindo para que nem ocorresse votação em relação a possíveis intervenções em Cuba, ou seja, colaborou ativamente para a segurança coletiva das nações lá reunidas, frisando a diferença entre sanção e intervenção (Dantas, 2011, p.14).

Já com o terceiro princípio, da "ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas" (Dantas, 2011, p.10), o governo considerava grandes metas a serem cumpridas, pois tinha relação direta com a elevação do PNB, que é o Produto Nacional Bruto, cálculo no qual são incluídos os bens e serviços de brasileiros produzidos também no exterior e não só dentro das fronteiras do país, como ocorre no cálculo do PIB. Dantas reconhecia, no seu texto, que eram metas difíceis de se alcançar, tendo em vista que ocorre desvalorização dos produtos primários em relação aos produtos manufaturados, mas defendia a necessidade de um aumento quantitativo e gradual, justificando nesta questão a necessidade de ampliação dos mercados para os produtos brasileiros, na forma de um objetivo para a política de comércio exterior (Dantas, 2011, p.15).

Em relação a isso, Dantas afirma que "Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incremento de comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental.", pois "O comércio dos países latino-americanos entre si representava, em 1960, cerca de 9% do comércio global do hemisfério" e, ainda, com relação as negociações com os países socialistas, havia "um horizonte promissor se nos decidirmos a tais transações, pois o comércio dos países socialistas é, juntamente com o do Mercado Comum Europeu, o que apresenta, nos dias de hoje, taxa de expansão mais elevada" (Dantas, 2011, p.15). São questões que seriam refutadas pelos apoiadores do golpe de 1964, mas que voltariam a ser reconhecidas e entrariam novamente em pauta a partir de 1974.

Neste princípio, Dantas não se detém muito a referenciar o comércio com os EUA, além do que foi mencionado no parágrafo anterior, mas, no que diz respeito ao comércio com o

Mercado Comum Europeu, dissertou sobre, na época, ainda estarem em busca de eliminarem as situações desvantajosas, fazendo referência às normas do Tratado de Roma[28].

O quarto princípio voltava-se para o "apoio a emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole" (Dantas, 2011, p.10), reafirmando a posição anticolonialista que o Brasil desempenhava internacionalmente, baseada em motivações éticas e econômicas (Dantas, 2011, p.16). As questões éticas a que Dantas se refere voltam-se para o segundo princípio da PEI, em relação à autodeterminação dos povos e às motivações econômicas, baseia-se no bem-estar para a produção de trabalho de forma livre que os demais países possam ter e competir em regime de igualdade em relação a serem soberanos do próprio país. Dantas destaca que, em relação à Angola[29], a política externa brasileira jamais esqueceria os laços que os unem devido a ambos os países terem sido colonizados por Portugal (Dantas, 2011, pg.16).

Sobre este caso à parte, o Chancelar ressalta em sua obra que ocorreram alguns "pequenos desvios de atitude", que foram retificados por Afonso Arinos no seu discurso na ONU em 1962, explicando que estes desvios aconteceram em virtude de dar oportunidade para que "nações tradicionalmente amigas do país" optassem por uma decisão favorável a países que por estas nações eram administrados (Dantas, 2011, pg.16). Estes são os quatro pontos principais de formulação e desenvolvimento da PEI, mas que, conforme o autor, ainda se possa acrescentar um quinto que se considera de grande importância, mas que não chegou a alcançar os objetivos a que se propunha nos meses em que Dantas esteve com sua gestão em vigor.

Portanto, Dantas refere-se à "política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional" (Dantas, 2011, p.10), que fazia alusão à Aliança para o Progresso, ajuda externa que os EUA proporcionariam para a América

[28] O Tratado de Roma foi um acordo que feito no pós Segunda Guerra para unir a Comunidade Europeia. Conforme Soares (2009), "O Tratado de Roma foi o grande motor da construção europeia, tendo permitido afirmar a Comunidade Europeia como o veículo de aproximação dos Estados europeus. Na verdade, as Comunidades Europeias revelaram-se como o projecto capaz de impulsionar a integração europeia, atraindo novos países para o seu seio, e aprofundando as áreas de cooperação entre os Estados-membros" (Soares, 2009, p. 20). No mesmo sentido, explica Galvão (2014), que "Fica claro, da leitura do Tratado original de Roma que, desde as origens da fundação da CEE, as autoridades europeias concebiam o processo de integração como iniciativa que envolvia três dimensões: a econômica, a social e a territorial. A alta prioridade conferida à esfera econômica refletia as circunstâncias do momento histórico em que vivia o continente, ainda em fase de reconstrução de suas economias devastadas pela Segunda Grande Guerra. Não é de estranhar, assim, que a instituição criada tivesse recebido o nome de Comunidade Econômica e que os instrumentos concebidos para implementar essa comunidade refletissem os objetivos mais imediatos dos países europeus, ou seja, o crescimento da base material das suas economias" (Galvão, 2014, p.34), ou seja, a desvantagem à que Dantas se refere justifica-se pelo fato da CEE facilitar a integração e comércio entre seus integrantes, mas aumentar seus ganhos tarifários com outros países.

[29] Em 1961 Angola iniciaria a Guerra para Independência do país em relação a Portugal, que só seria concluída na década seguinte, em 1975, período em que o Brasil era governado pelo então Ditador, General Ernesto Geisel.

Latina[30]. Um projeto deste porte talvez representasse um perigo ao princípio de não intervenção em assuntos internos, mas Dantas mostrava-se ciente disso e que este risco tinha sido contornado durante a formulação de um convênio no qual o Nordeste receberia auxílio para desenvolver-se (Dantas, 2011, p.17), que foi o único acordo referente a este princípio que foi assinado durante a gestão de San Tiago Dantas.

> Limito-me, pois, a acentuar que a política externa independente viu na Aliança uma forma avançada e construtiva de americanismo, desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro – como, aliás, recomenda a Carta de Punta Del Este – de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais (Dantas, 2011, pg.17).

Seria uma mais uma maneira de avançar no desenvolvimento nacional e na construção de um Brasil potência. Por fim, como foi examinado neste subcapítulo, os princípios da PEI, bem como as intenções por trás de suas definições, a partir do que foi escrito pelo Ministro San Tiago Dantas, evidencia o comprometimento com o desenvolvimento nacional e a vontade de angariar mais prestígio para o Brasil no exterior, por meio de ações e pautas defendidas. Ainda assim, todo este esforço viria a resultar em um golpe civil-militar em 1964, sob pretextos que colocavam em dúvida a condução do país que estava em desenvolvimento até aquele momento.

2.1.2. No e para além do continente: Relações Bilaterais e Multilaterais

O adjetivo "independente", dando significação à política externa empregada de 1961 a 1964, pode gerar inúmeras interpretações, entre elas, a possibilidade de se relacionar com quem bem entender ou achar válido para o Brasil. Sendo assim, cabe aqui pontuar algumas conexões e parcerias firmadas no período, conforme destacam a bibliografia revisada sobre o tema, entre as relações com ocidente e oriente, sejam países socialistas ou democráticos. A política externa independente (PEI) priorizou uma aproximação com países da América Latina, especialmente México, Argentina e Chile. Essas nações compartilhavam algumas convergências políticas e econômicas com o Brasil, o que facilitava o diálogo em um momento de busca por maior autonomia regional diante das pressões externas, sobretudo dos Estados Unidos.

No início de seu governo, Jânio Quadros continuou a dar seguimento à OPA[31] e buscou uma maior aproximação com países da América Latina, havendo outros três países que a

[30] Sobre isso ver: Ribeiro, Ricardo Alaggio. A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. Unicamp, 2006.

[31] Conforme Silva (1992), com relação aos princípios que iriam nortear a criação da Operação Pan-Americana, "O Brasil continua se vendo como parte da civilização ocidental, à qual se liga por laços de ordem cultural e material; e permanece aceitando os pressupostos da Guerra Fria (divisão bipolar do poder mundial e liderança dos EUA no Ocidente), mas quer assumir um papel mais ativo dentro da coligação que integra, e cujas responsabilidades e

política externa se assemelhavam à PEI: México, Argentina e Chile (SILVA, 2004, pg. 225). Já em 1961 ocorreram reuniões entre os Presidentes do Brasil e da Argentina para a organização da ALALC, que buscaria melhorar o comércio regional. A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1961, surge nesse contexto como uma tentativa de fomentar o comércio regional e promover o desenvolvimento econômico através da redução de barreiras tarifárias.

Apesar das intenções ambiciosas, os resultados da ALALC foram limitados. A heterogeneidade das economias latino-americanas e a dependência de muitas delas de mercados externos (particularmente dos EUA e da Europa) dificultaram a efetiva integração. Além disso, a falta de infraestrutura e o protecionismo interno de muitos países enfraqueceram a iniciativa, reduzindo-a, na prática, a um espaço de negociações bilaterais pontuais. De acordo com Silva (2004), "Na realidade, a materialização da ALALC relacionava-se tanto aos princípios da OPA quanto aos da PEI, que defendiam a expansão do comércio e o acercamento econômico em relação à América Latina" (SILVA, 2004, pg. 231). Ainda segundo a autora, as medidas eram insuficientes e a influência dos EUA sob os demais países da América através da OEA ainda era grande, inclusive por meio da ALPRO e seu programa de apoio aos governos democráticos.

Em relação ao Leste Europeu, o Brasil restabeleceu relações com alguns países ainda no governo de Jânio Quadros no início de 1961, conseguindo até barganhar com a RFA e melhorar a relação com a RDA. O reatamento com a URSS[32] viria ainda no ano de 1961, mas seria já no governo parlamentarista de João Goulart no segundo semestre do ano. Acordos que iniciaram a discussão no governo de Quadros foram com relação à China, no período de sua renúncia (SILVA, 2004, p. 215-216). A missão que foi a China acompanhada de Goulart, que retornara mais cedo por conta dos eventos que sucederam após a renúncia de Jânio Quadros, continuou na China a fim de conseguir Acordos que beneficiassem o país. Segundo Silva (2004), a modalidade de intercâmbio acertada era favorável ao Brasil, o que nos remete aos Acordos firmados com este país no período do Governo Geisel (1974-1979)[33].

riscos assume. [...] o objetivo central da OPA é definido como o combate ao subdesenvolvimento econômico da América Latina, visto como o principal problema do continente, inclusive em termos de scsurança. [...] Assim, a OPA propunha urna associação entre desenvolvimento econômico e segurança" (SILVA, 1992, pg. 18).

[32] Os entendimentos para o Acordo de reatamento das relações haviam iniciado em julho daquele ano, mas até o momento da renúncia não se concretizaram. Conforme Silva (2004), as "reações da direita foram muito acirradas, criticando a política externa de Quadros" e o argumento por parte de Quadros e do MRE era o de "que o reatamento era a aplicação dos princípios da paz, da coexistência pacífica e do desarmamento" (SILVA, 2004, pg. 220-221).

[33] Sobre este assunto ver a minha dissertação de mestrado, na qual eu trabalhei especificamente com as relações entre Brasil e China que foram estabelecidas a nível de Embaixadas em 1974.

A aproximação do Brasil com a Europa Oriental e a China representou um movimento ousado dentro da lógica da PEI. Com a URSS, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas ainda em 1961, sob o governo de Jânio Quadros, marcando uma ruptura com a postura tradicional alinhada aos EUA. Essa reaproximação foi estratégica, pois buscava ampliar mercados para os produtos brasileiros e diversificar os parceiros comerciais em um momento de instabilidade econômica interna. Com a China, as negociações também ganharam destaque. A visita de uma delegação brasileira ao país, mesmo em meio à renúncia de Jânio, abriu caminhos para o diálogo bilateral. A China, por sua vez, via o Brasil como uma oportunidade de expandir sua influência no mundo em desenvolvimento, reforçando sua posição no movimento de países não alinhados. Contudo, esses avanços enfrentaram resistências internas, particularmente de setores conservadores e empresariais, que temiam os efeitos de uma aproximação com países socialistas em meio à Guerra Fria.

Por fim, ainda é necessário mencionar as relações do Brasil com a África, que também iniciaram as negociações no período de governo do Presidente Jânio Quadros. As relações entre Brasil e África foram marcadas por desafios ideológicos e práticos. Durante o governo de Jânio Quadros, um grupo de trabalho foi criado para identificar oportunidades comerciais com os novos Estados africanos que emergiam no contexto das descolonizações. Essa aproximação foi impulsionada pelo interesse em exportar manufaturados brasileiros, alinhando-se ao modelo substitutivo de exportações adotado internamente. De acordo com Silva (2004), foi formado inclusive um grupo especificamente para trabalhar em prol destas relações com os Estados africanos.

> De imediato, o Grupo de Trabalho concluiu que a aproximação com a África deveria ser pautada pelo exame de todas as oportunidades comerciais que emergiam do contexto das independências. Na realidade, tal iniciativa relacionava-se com a efetivação do Modelo Substitutivo de Exportações, haja vista que a independência das nações africanas abriria espaço para a exportação de manufaturados brasileiros (SILVA, 2004, pg.222).

Ainda conforme a autora, mesmo que no período de Quadros as iniciativas de melhores Acordos com o continente africano não tenham se aprofundado, as exportações do Brasil para a África do Sul, por exemplo, representavam aproximadamente 50% do que era exportado para aquele continente (SILVA, 2004, pg. 224). Ainda tinham as questões envolvendo o *apartheid*[34].

[34] De acordo com Lacerda, Carvalho e Teixeira (2015), o *apartheid* persistiu por décadas e foi sinônimo de violações a direitos humanos e uma política externa ofensiva. Com relação a sua originação, "Embora o termo *apartheid* denote "separação", a existência de um regime baseado nessa concepção representou mais do que uma segregação racial entre brancos, negros e *coloureds* (mestiços). Ulterior a isso, o Apartheid (1948-1994) foi um modelo de "desenvolvimento separado de cada raça, na área geográfica que lhe é determinada" (CORNEVIN, 1979, p. 25) na República da África do Sul (RAS). Esse sistema formalizado pelo Novo Partido Nacional (NNP),

No período de Quadros, não chegou a ser enviada nenhuma Missão para a África do Sul, que era vista "como uma porta de entrada do Brasil na região da África Austral" (SILVA, 2004, pg. 225). Silva ainda menciona em seu texto que as orientações seriam de medidas paliativas com relação à parceria com a África do Sul, inclusive de abster-se nas votações da ONU caso o assunto fosse relacionado ao *apartheid*.

No âmbito multilateral, o Brasil buscou na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na ONU um espaço para promover uma política externa autônoma, mas pragmática. Na OEA, o país enfrentava o desafio de equilibrar sua postura independente com a hegemonia dos Estados Unidos, que utilizavam o organismo como ferramenta de controle político na região, especialmente no contexto da Revolução Cubana. Na ONU, o Brasil destacou-se como defensor do processo de descolonização, especialmente em relação à África, embora sua postura muitas vezes fosse moderada devido a pressões internas. O país também usou o organismo para promover o comércio internacional e reforçar seu papel como liderança emergente no Sul Global.

Em suma, a política externa brasileira no período de 1961 a 1964, orientada pelo princípio da independência, buscou diversificar suas parcerias internacionais e fortalecer seu papel no cenário global. A aproximação com países da América Latina, como México, Argentina e Chile, evidenciou o esforço de integração regional e a tentativa de reduzir a dependência econômica dos mercados tradicionais. No entanto, iniciativas como a ALALC demonstraram as limitações estruturais e políticas que dificultavam a concretização de tais projetos.

Simultaneamente, a reaproximação com países do Leste Europeu e o estreitamento de laços com a China refletiram a ousadia da PEI em dialogar com diferentes blocos ideológicos, ainda que tais iniciativas tenham enfrentado resistências internas e externas, típicas de um contexto marcado pela Guerra Fria.

Já no continente africano, as negociações pautadas pela busca de oportunidades comerciais mostraram-se promissoras, mas pouco aprofundadas, em parte devido às barreiras impostas pela herança colonial e às tensões diplomáticas em torno do *apartheid*. Por fim, no campo multilateral, o Brasil procurou consolidar uma posição autônoma, utilizando organismos como a OEA e a ONU para promover pautas relacionadas à descolonização e ao comércio

representado pelos *africânders*, dividiu o Estado em onze repúblicas independentes com o discurso de que os negros precisavam ser civilizados, uma vez que cada um era considerado um "empregado domado, feliz e bastante preguiçoso". (CALVOCORESSI, 2011)" (LACERDA; et al; 2015, pg.179)

internacional, reafirmando seu compromisso com uma política externa mais soberana e diversificada.

Esse período histórico, portanto, exemplifica um momento de busca por maior protagonismo internacional, mas também expõe os desafios e contradições que marcaram a tentativa de equilibrar interesses nacionais e pressões globais.

2.2. DO PONTO DE VISTA NACIONAL

Os anos 1960 estavam imbuídos de radicalismo político, no contexto das disputas político-ideológicas da Guerra Fria, que resultaram no Golpe de 1964 perpetrado pelos setores da direita brasileira (KONRAD; LAMEIRA; 2012, p.68) ancorados pela mídia. É nessa conjuntura polarizada que assumem a presidência Jânio Quadro e João Goulart. Em se tratando do contexto interno do Brasil nos anos 1960, o Movimento da Legalidade, mencionado na parte inicial deste capítulo, é considerado como um dos maiores protagonismos populares, pois também eram grandes os intuitos golpistas encabeçados principalmente pelos militares em parceria com civis, resultando no golpe ocorrido em 1964. Conforme Grijó,

> Há muito, pelo menos desde que se foram organizando melhor, que **das forças armadas brasileiras partiam várias, intensas e tensas ações institucionais ou extrainstitucionais na dinâmica política brasileira.** Desde os últimos anos do Império, vinha o exército se destacando neste sentido. Os principais agentes da derrubada do imperador, em 1889, eram seus cadetes e alguns oficiais, os quais também estiveram presentes nos movimentos conhecidos como "tenentistas", da década de 1920, nos chamados "clubes 3 de outubro", organizados depois da Revolução de 1930, na qual tiveram também um papel importante, nos levantes filocomunistas de 1935, na tentativa de golpe integralista de 1937, na instalação do Estado Novo, naquele mesmo ano e em sua derrubada em 1945 (GRIJÓ, 2011, p.29).

Ou seja, evidentemente era um período de grandes tensões na política e na sociedade brasileira, pois:

> Se, até a década de 1960, esse engajamento resultou em processos nos quais os agentes civis terminaram por impor seu protagonismo mais eficazmente, pouco antes, **já se gestava no interior das forças armadas a possibilidade mais clara de intervenções diretas de militares,** que bancariam, eles próprios, os ônus e bônus dos seus resultados. E isso não sem o apoio de significativos setores civis (GRIJÓ, 2011, p.29).

E ainda conforme o autor, o que ocorreu em 1961 com a renúncia de Jânio Quadros e que foi neutralizado pela Campanha da Legalidade foi uma espécie de ensaio para o que de fato aconteceu em 1964[35]. Mas o início dos anos 1960 foi tão conturbado para a população que a

[35] Sobre este assunto, Quintaneiro (1988) aborda em sua obra que "A renúncia do Presidente Jânio Quadros e a instabilidade política que a ela se seguiu quase promoveram uma interrupção brusca nessa orientação devido às pressões militares; entretanto, foi possível contornar a crise, e a posse do Vice-Presidente garantiu também a

renúncia presidencial de Quadros figura como a "cereja do bolo" no ano de 1961. Segundo aponta Vizentini, a população tinha aumentado e ultrapassado a marca dos 70 milhões de habitantes, tendo a população urbana também crescido com o êxodo rural e a produção industrial já era maior do que a produção rural (VIZENTINI, 2004, p.124). Como resultado desse crescente número de pessoas vivendo em áreas urbanas, elas se tornavam mais participativas na vida política e social, assim como também ressalta o autor e é também constatado por Tania Quintaneiro (1988), ao mencionar que

> O período da chamada "política externa independente" foi marcado por uma crescente mobilização social: estudantes, militares, operários, intelectuais, assim como partidos políticos e outras entidades manifestavam grande interesse em participar nos processos decisórios, alimentando o debate, que, de resto, se dava em toda a América Latina, sobre o subdesenvolvimento e a dependência (QUINTANEIRO, 1988, p.12).

E esse debate sendo alimentado por estas mobilizações também estava presente nas páginas dos periódicos, como é possível visualizar desde o princípio do governo de Quadros. A autora ainda afirma que, para melhor compreender as mudanças que vinham ocorrendo na política externa desde o governo JK para adquirir o caráter independente nos governos de Quadros e Goulart, é necessário se ater a dois pontos importantes, além do que a autora considera a revolução cubana como um elemento chave no ritmo de mudanças na diplomacia brasileira. Em relação aos dois pontos importantes, Quintaneiro diz que "o primeiro deles refere-se ao lugar que a América Latina ocupava na escala de prioridades da política econômica norte-americana; o segundo é o sistema de segurança coletivo consolidado no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca[36] (TIAR)" (QUINTANEIRO, 1988, p.15).

Mas em relação ao cenário econômico herdado do governo JK, não era dos mais favoráveis e várias medidas precisaram ser tomadas já no início do novo governo, pois a crise já havia atingido uma situação deveras preocupante, na qual a "Sociedade convivia com uma crescente taxa de desemprego, o impacto da inflação sobre a crescente alta do custo de vida e a baixa dos salários e, principalmente, a intensificação de movimentos e conflitos políticos em regiões como o nordeste" (VIZENTINI, 2004, p.124). Todavia, as promessas de campanha de

manutenção do projeto iniciado pelo Itamaraty" (Quintaneiro, 1988, p.13), sendo, assim, mais uma constatação da historiografia sobre a crescente ânsia de poder por parte dos militares, que também foi possível visualizar nas páginas dos jornais durante a análise das fontes para este trabalho de tese em andamento.

[36] Conforme o verbete de Moura no CPDOC, esse tratado de defesa hemisférica foi "Assinado pelas repúblicas americanas na Conferência do Rio de Janeiro" em 1947 e, segundo Quintaneiro, o TIAR teve suas origens na Conferência Interamericana que foi realizada no Panamá no ano de 1939. A autora também enfatiza que "Apesar da palavra "assistência", o TIAR, também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, referia-se à segurança dos países membros da OEA e tornou-se o marco jurídico mais importante na redefinição político-estratégica do continente" (Quintaneiro, 1988, p.17).

Quadros agradavam, de certo modo, a todas as classes sociais e, já em março de 1961, o governo implementa medidas que buscavam controlar a inflação, mas que acabam por gerar mais agitação na sociedade.

> É justamente nesse período de extrema tensão que o governo brasileiro assumiu a posição de **não mais se alinhar automaticamente** aos Estados Unidos, defendendo sua independência para **manter relações diplomáticas e comerciais com qualquer país** que fosse de seu interesse, entre eles os de regimes comunistas. Assim, no governo de Jânio Quadros, o Itamaraty dedicou especial atenção às relações com os novos países africanos, às nações comunistas do Leste Europeu, à União Soviética, à China e a Cuba. Nesse contexto, o Brasil havia recusado apoio aos Estados Unidos para a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Jânio Quadros condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul ninguém menos do que o líder revolucionário Che Guevara (FERREIRA; GOMES; 2014, p.15-16).

Além do quadro crítico relacionado à economia, como mencionado, outra dificuldade que Quadros enfrentou para governar foi a falta de maioria parlamentar no Congresso, como também é destacado por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, enfatizando também que, nem mesmo dentro de um dos partidos que mais priorizava sua base – a UDN, Jânio conseguia agradar por completo (FERREIRA; GOMES; 2014, p.18). Mas não era só Quadros que teve problemas em não ter uma maioria parlamentar no Congresso. Nos trabalhos de Domingos (2018) e Bastos (2019), que abordam sobre as relações de John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos naquele período, com João Goulart, os autores também evidenciam a busca de Goulart por ter mais apoiadores, assim como o apoio do governo americano aos candidatos que eram opositores a Goulart em 1962. Conforme destacam em seus respectivos artigos, Kennedy sabia a importância que seu apoio representaria para Goulart nestas eleições e adiou tantas vezes quantas foram precisas a viagem de visita que faria ao Brasil.

Segundo Rodeghero (2007) analisa[37], naquele início dos anos 1960, os EUA também nutriam preocupações em relação ao nacionalismo em transformação dentro do Brasil, provavelmente devido ao caráter independentista da política externa, como já mencionado, ser um problema para os norte-americanos. Por isso, Domingos (2010, p.87) reafirma que "O projeto político do Presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, política e econômicas, visando ao desenvolvimento do país", projetos atrelados à política externa independente.

> **As forças identificadas com o nacionalismo estavam muito longe das propostas socialistas, constantemente se opondo a elas**. Mas acusações de que eram comunistas foram o cimento ideológico que unificou a diversidade das classes

[37] *Apud* DOMINGOS (2010, p.86).

> dominantes, a fim de deflagrar a construção do Golpe de 1964. Nesse sentido, a Campanha da Legalidade, vitoriosa em 1961, aprofundaria a reação dos setores conservadores (KONRAD; LAMEIRA; 2011, p.74).

De certa maneira, durante o período parlamentarista do governo, o ministro do Exterior – que naquele momento era San Tiago Dantas – alcançava uma maior autonomia em relação a tomadas de decisão na política externa. Conforme aponta Vizentini (2004, p.178), Dantas, no seu discurso em 1961, "Depois de enaltecer a paz e a coexistência, além de outros princípios da PEI como diplomacia de envergadura mundial, Dantas voltou aos aspectos comerciais, destacando as necessidades brasileiras", fazendo um apelo à necessidade de se fazerem reformas no plano social. Após citar em sua obra um longo trecho do discurso do ministro, Vizentini procura fazer uma leitura da tentativa de legitimação da PEI perante a população e a busca por alternativas que corroborassem c as necessidades brasileiras, por parte do MRE.

> Sem dúvida, este apelo a reforma social pode ser lido em vários planos. **Tratava-se de legitimar em nível popular a política externa do regime e alargar as bases de sustentação do governo.** Mas havia mais. Tanto o governo precisava tirar a economia de alguns impasses que emperravam o **desenvolvimento econômico** (reforma agrária, alargamento do mercado interno, entre outros), como passava a ser cada vez mais pressionado pelos setores populares e sindicais, devido ao acirramento do conflito de classes no Brasil. [...] Daí percebemos, na análise de San Tiago Dantas, **a necessidade de, apesar de tudo, manter relações econômicas privilegiadas com os EUA** naquele momento (VIZENTINI, 2004, p.181-182).

Portanto, pode-se perceber, assim como o próprio autor destaca em seu trabalho, que não havia uma tentativa de rivalizar, tão pouco de negar relacionar-se com os EUA, mas sim de tentar ser visto como um importante parceiro dentro do continente, ou ainda de "poder ser cortejado pelos EUA como um aliado importante do Ocidente" (VIZENTINI, 2004, p.183) quando procurou se colocar como um país de diplomacia independente. Porém, isto é o que nos diz a historiografia do período, a partir da documentação oficial. Sendo assim, ficam aqui os questionamentos para serem analisados na sequência dos próximos capítulos em relação ao que a grande imprensa[38] do período esteve representando acerca do que estava sendo desenvolvido na política externa do Brasil. Qual era o discurso que estava compondo o que vinha a público nas páginas dos jornais, principalmente nos espaços de maior valor visual para a empresa, como

[38] Conforme Barbosa (2007), entende-se por grande imprensa jornais que possuíam uma publicação diária considerada regular, possuindo grandes tiragens e voltados para o mercado. A região sudeste, entre outras características, possui a tradição de reverberar informações através de seus veículos de comunicação para as mais diversas partes do país e, também, para o exterior. Do mesmo modo que, conforme Tânia de Luca (2011), são jornais que compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. Portanto pode-se identificar que um jornal de grande circulação engloba uma infinidade de outros aspectos públicos e privados que podem, ou não, estar influenciando no teor das publicações de um jornal.

a página na qual se encontra o editorial e, assim como, naquelas colunas de colaboradores assíduos do periódico? No decorrer da pesquisa, tentaremos elucidar estes aspectos.

2.2.1. A Bússola e a Balança da Economia

A bússola e a balança é uma metáfora existente em análises psicológicas, auxiliando na hora de tomar uma decisão moralmente correta. Nesta metáfora, somente a bússola ou somente a balança não garante um retorno satisfatório na tomada de decisão, pois a bússola é o elemento norteador e a balança é quem pesa os prós e contras. Para agir como apenas indivíduos, essa metáfora pode ser interessante a ser seguida, mas, ao decidir as escolhas que um governo deve tomar, seu Norte e os pesos de cada decisão, são necessárias algumas outras ferramentas. E para isso, tentar-se-á compreender um pouco mais sobre a política de desenvolvimento econômico e sua relação com a inserção internacional.

Um indicador é o PIB[39], ele auxilia na compreensão da economia de um país, pois fornece comparativos anuais que podem servir como uma análise de desempenho, podendo traçar sua evolução no tempo; também permite que sejam realizadas comparações com o PIB de outros países, avaliando o tamanho de cada economia e, outro fator, é análise do PIB *per capita*, calculando uma média por cada indivíduo, entre outros estudos. Para realizar o cálculo do produto interno bruto, são levados em consideração todos os produtos finais produzidos dentro de uma cidade, de um Estado ou do país, no período de um ano. Esse medidor foi criado após a Segunda Guerra Mundial e pode ser analisado por dois pontos de vista, o da oferta e o da demanda.

Pelo lado da oferta, é necessário somar todos os bens produzidos nos setores da indústria, agropecuária e serviços, a fim de ver a soma total de suas riquezas. Por outro lado, o cálculo pelo ponto de vista da demanda é mais complexo e as suas fórmulas podem variar, mas a mais básica para esta análise dos gastos no país é a seguinte: PIB = C + I + G + (X - M). Significando, respectivamente, de trás para frente, a subtração do que foi importado pelo que foi exportado, para depois ser somado aos gastos governamentais em bens e serviços, também aos investimentos realizados pelas empresas e ainda o que cada família consumiu em bens e

[39] As informações técnicas sobre o Produto Interno Bruto (PIB) foram retiradas do site do IBGE, setor responsável por estes números avaliativos da economia brasileira desde os anos 1970, antes disso essas informações eram obtidas através da FGV. Site: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php Acesso em: 25/02/2022. Há também outro artigo contendo gráfico do PIB e uma planilha com os números avaliativos até o ano de 2020. Site: https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica. Acesso em: 25/02/2022.

serviços. Se a análise for feita pelo lado da oferta ou da demanda, não importa, o resultado deve ser o mesmo, o que varia são os pontos de vista a serem colocados na balança.

Essa introdução é para melhor compreender a situação em que se encontrava o Brasil economicamente e, consequentemente, refletindo na vida política, no início dos anos 1960. Amado Cervo (1994) também considera em seu trabalho, assim como foi abordado em relação à visão de Vizentini (2004), que não havia o desejo de confrontar-se com os EUA, nem com nenhum outro país. Que o fator central da política exterior naquele momento era contribuir com o desenvolvimento nacional do Brasil, procurando fazer isto com menos auxílio externo, de forma a contribuir com a elevação de prestígio do Brasil perante outros países, "Era marchar com os povos atrasados, cujos objetivos externos são distintos dos das grandes potências. Era conceber e reivindicar uma nova ordem internacional que promovesse a igualdade social entre as nações" (CERVO, 1994, p.40). Assim como Silva (2004) desenvolveu em seu trabalho, uma década após a publicação da obra de Cervo, sobre a questão da substituição de exportações.

> Em inícios da década de 1960, o Brasil era visto, internacionalmente, não somente como a mais moderna e diversificada estrutura industrial do mundo subdesenvolvido, mas, sobretudo, como tendo sido uma das primeiras economias semi-industrializadas a realizar com razoável grau de sucesso, a transição de um desenvolvimento industrial baseado no protecionismo concedido às atividades voltadas para o atendimento exclusivo do mercado interno, para uma fase de desenvolvimento com abertura crescente para o exterior, por meio da promoção de exportações não-tradicionais e de progressiva liberalização do comércio exterior (SILVA, 2004, p.207).

Na visão da autora, o desenvolvimento industrial já havia cumprido sua função essencial até o início dos anos 1960 e que a partir de 1961 as pressões por ampliar os mercados externos eram maiores, tornou-se uma necessidade interna esta ampliação. Sendo assim, além de matérias-primas havia o intuito de exportar produtos de maior valor agregado, vendendo para o exterior também produtos manufaturados, com o progresso da ciência e da tecnologia, conforme as teses de Hans Singer e Raul Prebisch (SILVA, 2004, p.210). A autora ressalta que já em março de 1961 o governo realizou mudanças na política cambial vigente, transferindo-a para um "mercado dito livre" no qual o objetivo era a "desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial" que afetou em 100% as "importações preferenciais, tais como trigo, petróleo e papel de imprensa" (SILVA, 2004, p.211). Essa prática da desvalorização das taxas cambiais, realizadas por meio de Instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), ocorre com o intuito de exportar mais, porém é necessário que seja uma ação realizada com muito cuidado e atenção ao mercado, mexer nisso pode representar um perigo para a economia, pois causa influencia no PIB.

Vizentini (1995) referiu-se a esta reforma realizada por Jânio Quadros como a "verdade cambial", considerando os cortes como atitudes abruptas, que causaram inquietação até mesmo entre aqueles que apoiavam o governo.

> A política de deflação completava um austero e ortodoxo pacote de estabilização que, ao lado da brutal desvalorização cambial, reduzia drasticamente os gastos públicos e a emissão monetária. **O resultado foi um notável aumento do custo de vida, que era ainda acompanhado pelo congelamento de preços e restrições ao crédito** (VIZENTINI, 1995, p.180).

Resultaram em protestos e descontentamento, segundo o autor. Quintaneiro (1988) analisa um discurso de Jânio fazendo uma autoavaliação do seu governo, falando sobre as necessidades nacionais e sobre a diplomacia. A autora considera importante ressaltar a diferenciação que Quadros fazia entre os conceitos de economia e de soberania política, que ele almeja alcançar para o Brasil.

> **O conceito de soberania política passava a ser privilegiado e fortalecido**: era através do uso adequado dos instrumentos políticos em nível internacional que seria possível **modificar as condições econômicas desfavoráveis para os países pobres.** Certamente que as palavras de Jânio não podem ser interpretadas apenas como retórica vazia ou como um simples ardil; **de certa forma elas expressavam também a vontade política daqueles países que, como o Brasil, tinham alcançado um considerável grau de modernização** (QUINTANEIRO, 1988, p.37).

Conforme a autora, estas ideias representavam aquele intuito de demonstrar que o Brasil estava buscando adquirir uma autoridade internacional, na mesma medida que tentava fortificar a autonomia nacional, pois é com base nesses elementos que Quintaneiro justifica as aproximações com a Argentina e com a África também. Ideias que vão ao encontro do pensamento de Silva (2004) sobre a mesma questão, referindo-se também às diretrizes da diplomacia mencionadas no artigo[40] de Quadros pouco depois da sua renúncia, em que o então Presidente menciona "a necessidade de expansão do comércio exterior e a luta contra o subdesenvolvimento" nas quais a autora acredita relacionarem-se diretamente com a "gestação do Modelo Substitutivo de Exportações, cuja via de consolidação era a ampliação da geografia do comércio exterior brasileiro e a aproximação com os países do Terceiro Mundo", pois buscava, como mencionado anteriormente, "conquistar mercados externos para os seus manufaturados" (SILVA, 2004, p.213). Fica assim mais esclarecida também a ideia de não se

[40] Durante a escrita deste capítulo, não foi possível acessar diretamente a este artigo de Jânio Quadros, apenas trechos através das obras de Heloísa Conceição Machado da Silva (2004) e Amado Luis Cervo & Clodoaldo Bueno (2010). O artigo referido é QUADROS, J. "Brazil's New Foreing Policy", in, **Foreing Affairs**, Vol. XL, 1, October 1961, p.22-24, tradução brasileira: "Nova Política Externa do Brasil", in, Revista Brasileira de Política Internacional, Ano IV, nº6, Dezembro de 1961.

preocuparem com as questões ideológicas do país com que se fazia relação, desde que os negócios fossem concretizados de maneira satisfatória.

> Merece destaque, também, **o debate sobre a Lei de Remessa de Lucro**s, aprovada ainda em dezembro de 1961. Alvo de forte oposição das "classes produtoras" e dos políticos tradicionais. A Bolsa caiu vertiginosamente após sua aprovação, enquanto os discursos afirmavam que ela levaria ao caos e à falência do Brasil, sendo péssima para o desenvolvimento do País. **Aqueles que a defendiam afirmavam a necessidade de valorizar o capital nacional e o bom capital estrangeiro, como defendia o próprio Presidente** (KONRAD; LAMEIRA; 2011, p.76).

É importante ressaltar que os autores Konrad e Lameira (2011) utilizaram em sua obra, sobre o Movimento da Legalidade, publicações do jornal da imprensa gaúcha, *Correio do Povo*, assim como Domingos (2010) também o fez, para tratar sobre o estabelecimento das relações entre o Brasil e a URSS naquele período. Almeida (1998, pg.193) também destaca o debate sobre a Lei de Remessa de Lucros como sendo um dos dois temas que majoritariamente chamaram a atenção dos parlamentares no período, tratando-se o outro, do Acordo de Garantias de Investimento com os Estados Unidos, que estaria em pauta no Congresso desde 1957 e só seria efetivamente assinado em 1965, contando com algumas ressalvas. Em sua obra, o autor enfatiza a dominação no cenário político brasileiro entre 1945-1964 de três partidos políticos: o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro, acrescentando que, apesar dos inúmeros partidos que se registravam na Justiça Eleitoral, estes três "totalizavam cerca de ¾ das bancadas federais, mas a distribuição das cadeiras alterou-se progressivamente em favor da corrente trabalhista" (ALMEIDA, 1998, pg.178).

Conforme afirma Koshiyama (2008, p. 62), cientistas econômicos afirmam que a crise nacional e a decadência do PIB a partir de 1962 são, em grande parte, herdadas do período JK e que por mais que Quadros e Goulart tentassem, por meio de medidas consideradas urgentes pelo autor, estabilizar a questão monetária, seus esforços não contribuíram para a desaceleração do PIB[41], que só voltaria a crescer a partir de 1967. Um dos esforços para contribuir com a área comercial do Brasil, ainda em 1961, foi a criação do SEPRO[42] (Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil), que modificaria os escritórios comerciais, assim como uma

[41] Segundo o autor, o início da década de 1960 seria considerado pelos economistas como a "primeira grande crise econômica na fase industrial", ocorrendo uma queda "dos investimentos e da produção industrial", desacelerando a economia e elevando a taxa inflacionária, que atingiria níveis de 90% em 1964 (KOSHIYAMA, 2008, pg. 61-62).

[42] A Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que dá conta destas mudanças ocorridas na estruturação do Itamaraty, teve seus trechos revogados por diversas vezes ao longo dos anos desde o período ditatorial e hoje em dia a que está valendo é de 2006, Lei nº 11.440. O CPDOC da FGV possui em acervo físico a documentação de estruturação, criação e nomeações do SEPRO.

reforma no Itamaraty ocorrida em julho daquele ano, visando à modernização para atender as demandas que a diplomacia se propunha fazer (SILVA, 2004, p. 214).

Pinheiro (2004, p. 34) também menciona sobre a "crítica nacionalista ao *americanismo*[43] desenvolvida no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão engajado na criação e promoção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista", somado a isso, ressalta a tentativa dos Estados de aumentarem seus ganhos absolutos. A autora também considera que o eixo da PEI seguia as teses da CEPAL[44], que propunha uma "reação coletiva a hegemonia do centro, unia os latino-americanos por suas especificidades nacionais e os diferenciava dos países desenvolvidos". Pois na visão de Pinheiro, era crucial estas mudanças e adequações na diversificação de parcerias para a diplomacia brasileira no período, com o intuito de aumentar o mercado para os produtos primários e manufaturados, analisando a política externa dos governos Quadros e Goulart como pertencendo a duas fases.

> Em linhas gerais, a chamada Política Externa Independente, implementada ao longo dos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) pode ser dividida em duas fases, cujas principais marcas foram: na primeira, a busca pela preservação da paz, aproveitando-se do poder de barganha decorrente da possibilidade de o país optar por uma postura neutralista; e na segunda, a dissociação da Guerra Fria como elemento definidor central e a ênfase na questão do desenvolvimento. Em outras palavras, a disputa Leste-Oeste cede lugar ao conflito Norte-Sul como eixo condutor da política externa (PINHEIRO, 2004, p.35-36).

Assim como menciona Pinheiro neste trecho em relação à Guerra Fria não ser um eixo condutor para as relações exteriores do país, Almeida (1998) também considera que a materialização da PEI se deu com o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, entre outros fatores, como a "intensificação dos laços comerciais com os países socialistas, a recusa à política de isolamento de Cuba do sistema interamericano e a adoção de uma política anticolonialista e de afirmação do princípio de não-intervenção" (ALMEIDA, 1998, p.193). Mas o próprio autor ainda afirma que o motivador de intensos debates entre os parlamentares e discussões partidárias, foi o reatamento com a URSS. Todos esses elementos se enquadram na citação de Pinheiro, assim como também já tem sido mencionado, ao longo deste capítulo, sobre

[43] Grifo de PINHEIRO (2004).

[44] A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 para auxiliar os países em desenvolvimento a desenvolver a sua economia, pois estes anos que se seguiram ampliaram os debates mundiais sobre as políticas econômicas destes países (HAFFNER, 2002, p.9). Conforme a autora, "A CEPAL expôs minuciosamente toda uma linha ideológica que explicava o caminho que deveria ser percorrido para alcançar o desenvolvimento e as transformações que dele surgiriam. Atingir a industrialização integral era vista, então, como via fundamental da superação da pobreza e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos" (HAFFNER, 2002, p.11).

as diretrizes da PEI, na preservação da paz e da busca por desenvolvimento, assim como de alcançar um maior reconhecimento externo.

2.3. A PEI, A GUERRA-FRIA E O ANTICOMUNISMO

> A fines de los años cincuenta, la Guerra Fría entró em la que fue quizá su fase más peligrosa, el momento en el cual la amenaza de uma guerra nuclear generalizada llego al punto álgido. Una sucesión de crisis, que culminaron en 1962 com la confrontación entre Washington y Moscú debida a la presencia de misiles soviéticos en Cuba, acercó peligrosamente al mundo a una conflagración nuclear. Las posturas arriesgadas y la retórica discordante alcanzaron en ambos bandos niveles desconocidos desde finales de los años cuarenta (McMahon, 2009, pg. 133).

Nesta obra em que Robert McMahon faz uma análise geral da guerra fria, desde a segunda guerra mundial até os anos 1990, para o autor, o período entre 1958 e 1962 representou os anos de maior perigo em relação ao conflito. Munhoz (2020), em uma de suas obras mais recentes sobre a guerra fria, cita os momentos de tensão com relação a este período, ao fazer uma revisão da obra de Halliday (1983). Conforme Munhoz "Entre aproximadamente 1953 e 1969, segundo Halliday, ocorreu um período de equilíbrio oscilatório, quando as duas potências centrais buscaram alguma forma de aproximação e de solução dos conflitos" (Munhoz, 2020, pg. 205), mas passando por essas situações que causaram tensões em todo o mundo, desde 1956 até 1962.

Diversas obras já foram produzidas pela historiografia acerca dos conflitos que causaram a Guerra Fria e o que representavam realmente os embates ao longo do período pós segunda guerra mundial, portanto, não nos cabe aqui fazer uma extensa revisão sobre o assunto, mas, sim, evidenciar o contexto em que a PEI foi idealizada e posta em cena pelo governo brasileiro. De todo modo, é consenso, entre a maioria dos autores sobre este tema, que as raízes da Guerra Fria estão na segunda GM[45]. Aquela que uniu em uma grande aliança dois lados opostos, capitalismo e comunismo, em prol de um objetivo em comum – o fascismo.

Segundo Hobsbawm (1995), a Guerra Fria representava o "colapso da grande aliança antifascista", pois "Assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais" (HOBSBAWM, 1995, p. 177). Já para Munhoz (2020), que também cita a obra Hobsbawm,

[45] Para Powaski, por exemplo, estas "raízes" teriam "ramificações" mais antigas, analisando que, "Según la opinión tradicional, la guerra fría empezó en los últimos meses de la segunda contienda mundial, pero las raíces de la rivalidad entre las superpotencias tienen varios siglos de antigüedad y se remontan a la infancia misma de la nación norteamericana. Tanto Rusia como Estados Unidos eran naciones expansionistas cuyos respectivos pueblos creían tener una misión especial en la historia. Si bien es indudable que todas las naciones piensan que están cumpliendo una misión singular en la historia, las de Estados Unidos y Rusia adquirieron dimensiones mundiales durante el siglo xx" (POWASKI, 2000, pg. 359).

essa “grande aliança” seria um “breve interregno” entre os países em questão, refletindo que “A parceria ocorrida ao longo da guerra implicou breve interregno em antigas rivalidades, que foram retomadas com maior virulência quando os motivos indutores da sua penosa construção deixaram de existir” (MUNHOZ, 2020, pg. 31). Conforme Hobsbawm, havia a tensão e a possibilidade de guerra, mas não era uma possibilidade real.

> A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. [...] A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Semelhante ideia central pode-se encontrar na obra de Gaddis (2006) sobre a guerra fria, de que a questão da rivalidade entre as grandes potências era muito mais comum e antiga do que a breve aliança. O que Gaddis coloca em questão é a surpresa dos líderes em geral naquele período com a ruptura após o fim da segunda guerra mundial, pois para o autor até um visitante extraterrestre ou mesmo teóricos das relações internacionais saberiam disto (GADDIS, 2006, pg. 25). Já para Biagi, a guerra fria é composta por um imaginário que a envolve e da qual depende, assim como as grandes empresas dependem do capitalismo e vice-versa (BIAGI, 2001, p. 70).

Sendo assim, como se daria a formação da PEI neste contexto? Domingos (2010) nomeia este momento como uma “nova fase da latino-americanização da Guerra Fria”, período em que a PEI se iniciava, juntamente com o novo governo no Brasil. Segundo o autor, a política interna estava sendo planejada de acordo com o “leque de apoios” conservadores e partidários que Jânio Quadros teve nas eleições, mas que “a política externa se mostrava em dissonância com o projeto político ao qual representava. Embora realizasse um governo conservador na política interna, as propostas de política externa eram progressistas” e, como era de se imaginar, “a Política Externa Independente desagradou aos setores mais conservadores da sociedade brasileira” (DOMINGOS, 2010, p. 34-35). Segundo Loureiro (2019), os motivos que explicam os novos rumos da política externa brasileira nos anos 1960 são “múltiplos e complexos” e, também, possuem um longo debate bibliográfico, mas que, ainda assim,

> Talvez seja mais razoável pensar em termos de espectro, dentro do qual nações centrais tendencialmente teriam maior grau de liberdade na formulação de política externa, enquanto regiões periféricas, como o Brasil do pós-guerra, dependeriam sobretudo do surgimento de janelas de oportunidade no sistema internacional (e da mudança de posição do país no sistema) para construir mudanças em sua política com o exterior (LOUREIRO, 2019, pg. 198)[46].

Assim como internamente alguns setores não concordavam com a política externa empregada, como falava Domingos (2010), por vezes o aproveitamento destas "janelas" no sistema internacional, conforme menciona Loureiro (2019), também pode causar estranheza em outros líderes Brasil a fora. Mas ainda assim, era em busca de uma janela como esta que os novos governantes miravam quando assumiram o governo em 1961, pois

> Uma premissa central da PEI era a de que o Brasil, dado o seu tamanho continental, sua abundância de recursos naturais, população crescentes e intensificação do processo de desenvolvimento, em especial em termos do avanço de sua industrialização, não desempenhava, no plano global, um papel à altura de sua importância (LOUREIRO, 2019, pg. 189).

Contudo, as superpotências estavam com seus radares trabalhando intensamente, atentas para qualquer situação de saísse do que era normalidade para elas. Conforme Biagi (2001), para os EUA, o que não estava de acordo com seus princípios era comunismo, e o mesmo valia para a URSS com relação ao capitalismo, o que ele chamou de "maniqueísmo das opções políticas". Logo, "Governos com ideias mais nacionalistas (ou simplesmente mais práticas para o seu momento), não necessariamente comunistas ou democráticas, eram combatidos, provocando, muitas vezes, a intervenção direta de um país sob o outro" (BIAGI, 2001, p. 81-82). Ou seja, no caso dos EUA, resultou no apoio a ditaduras contrárias ao comunismo, como também destaca o autor.

O anticomunismo naquele período, mas não somente nele, estava manifestado e era propagado de diversas maneiras, partidárias ou não, que já faziam parte do imaginário de muitas pessoas como algo a ser combatido. É nessa linha de raciocínio que se dá o trabalho de Motta (2000), pois, para o autor, "o fato é que o anticomunismo se tornou uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era sua razão de ser, o comunismo" (MOTTA, 2000, pg.5). Com relação ao período em análise nesta tese, Motta ressalta que, em relação ao século XX, este debate esteve na centralidade das questões nacionais e internacionais, como já mencionamos e será identificado mais à frente ao

[46] O autor ainda analisa quais as condições externas e internas que propiciaram estas mudanças na PEB. Além de a externas estarem interconectadas com a guerra fria, Felipe Loureiro destaca que, "Em termos domésticos, é de se destacar a intensificação do processo de industrialização substitutiva de importações no Brasil, que geraria toda uma gama de interesses sobre a maneira pela qual o país deveria se inserir no sistema internacional" (LOUREIRO, 2019, p. 199), assim como já se analisa neste capítulo sobre as questões internas.

analisar as trajetórias daqueles que construíram e desenvolveram a PEI. Portanto, conforme o autor,

> No decorrer do século XX, o conflito opondo comunismo e anticomunismo ocupou posição central, colocando-se como elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas 6 relações internacionais. Não é possível compreender os acontecimentos mundiais dos últimos decênios sem levar em consideração os embates em torno da utopia comunista. Tal centralidade ficou ainda mais evidente no quadro da guerra fria, momento a partir do qual o comunismo tornou-se de fato uma força planetária, na medida em que estados da Ásia, América e África (além da Europa oriental) começaram a aderir aos ideais de Marx, rompendo o isolamento da União Soviética (MOTTA, 2000, pg.5-6).

Assim como Rodrigo Pato de Sá Motta reflete sobre o perigo comunista, Carla Rodeghero faz uma análise sobre a historiografia do anticomunismo católico no Brasil, e, para a autora,

> O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Esse conjunto de representações capaz de criar um imaginário a que muitas pessoas só têm acesso pelo que ouvem falar, sem maneiras de investigar a veracidade dos fatos. Contudo, isso vale para diversos outros assuntos a serem discutidos, inclusive aquilo que a própria mídia da época propagava nas páginas dos jornais. Ser anticomunista no Brasil se tornou "uma sólida tradição", nas palavras de Motta (2000, p.7), o que também se revelou em desculpa política para muitas ações, entre elas, o golpe civil militar de 1964. Por fim, ainda é importante ressaltar mais uma destas tradições relacionadas ao anticomunismo, que inclusive faz parte de um discurso atual no Brasil, mas que já vem de décadas atrás: a questão de que, se o cidadão não for contra o comunismo, ele é contra a sua pátria e a está desonrando. Isso pode ter gerado – e ainda gera – sentimentos contraditórios sobre o lado "certo e o errado" de se estar, principalmente para os indivíduos que não participam ativamente da vida política, ou que são vítimas de notícias falsas. Nesse sentido, Motta alega que

> Embora não se possa negar que muitos anticomunistas realmente acreditassem nesta "ameaça" à pátria, por outro lado é inegável a conveniência do argumento para o sucesso das campanhas de combate ao comunismo. Os inimigos revolucionários recebiam o pesado rótulo de impatriotas ou pior, traidores, ao passo que os combatentes anticomunistas eram aureolados com o distintivo de defensores da pátria. Além disso, já que a atividade comunista representava um risco à integridade do Brasil, não haveria por que ter contemplação: a repressão comandada pelas autoridades policiais estaria justificada pela gravidade do perigo. Não seria uma questão de defender os interesses de grupos, mas da pátria como um todo (MOTTA, 2000, p.56).

Por conseguinte, esta comunidade inflamada contra o perigo que para eles o comunismo representava para o Brasil esteve combatendo a PEI, sobretudo após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, porque se, para eles, um Presidente com uma trajetória como a de Jânio já estava deslizando nas diretrizes patrióticas, João Goulart que representava os partidos mais à esquerda era um perigo maior ainda para o país. E essas "ameaças" a sociedade seriam suspensas com golpe em 1964.

> O golpe militar de 1964, no Brasil, representou o desfecho de uma profunda luta envolvendo projetos antagônicos que disputavam poder e que se encontravam, nos momentos anteriores a ele, em situação de instável equilíbrio. A solução "técnica" advinda com o Golpe, veio acompanhada da instauração de um regime militar, apoiado por civis, que imprimiu um modelo de desenvolvimento econômico gestado e idealizado por aquele novo bloco de poder que estava se assenhorando do país (SILVA, 2004, p.11)

Assim como identifica Motta (2000), em sua tese, ao analisar as reações enérgicas por parte dos anticomunistas após o reatamento de relações com a URSS ao final de 1961. Por outro lado, em relação a PEB, conforme analisa Silva (2004) "o golpe militar (e a implantação do seu regime) alterou o equilíbrio de forças e introduziu uma reorientação no curso histórico do país, em suas esferas interna e externa – ou seja, em sua política externa" (SILVA, 2004, p.11). À vista disso, a PEI foi delineada a partir dos princípios que já foram analisados neste capítulo, pensada para o desenvolvimento do país em meio à guerra fria, conforme as suas necessidades, sem que ficassem reféns de uma única direção, mesmo que parte da população não enxergasse desta maneira, por conta de todo o imaginário em que estavam inseridos.

A Política Externa Independente (PEI) surgiu em um contexto de intensa polarização global durante a Guerra Fria, caracterizado pela disputa ideológica entre capitalismo e comunismo, que moldava as relações internacionais da época. Como evidenciado, a PEI buscou oferecer ao Brasil maior autonomia em sua atuação no cenário internacional, rompendo com a dependência histórica em relação aos Estados Unidos e promovendo uma inserção mais ampla e diversificada. No entanto, o período de sua implementação também foi marcado por tensões internas e externas, alimentadas pelo imaginário anticomunista profundamente enraizado na sociedade brasileira e nas elites políticas e econômicas.

A análise das condições que possibilitaram a formulação da PEI revela um momento de equilíbrio instável entre os blocos hegemônicos e a tentativa de países periféricos, como o Brasil, de explorar janelas de oportunidade para fortalecer seu papel no sistema internacional. Essa tentativa, contudo, esbarrava nas resistências internas de setores conservadores e no monitoramento constante das superpotências, especialmente dos Estados Unidos, preocupados com qualquer desvio da ordem que sustentava sua hegemonia. Assim, a PEI, com sua orientação

progressista e pragmática, tornou-se alvo de críticas e resistências, especialmente diante do avanço de João Goulart ao poder, intensificando os temores de um alinhamento à esquerda.

Por fim, o golpe militar de 1964 não apenas representou o encerramento da experiência da PEI, mas também instaurou um novo paradigma na política externa brasileira, com reorientações significativas em função dos interesses do bloco de poder que emergiu no contexto do regime autoritário. Esse desfecho evidencia como o anticomunismo, enquanto força política e ideológica, desempenhou um papel central no Brasil da Guerra Fria, não apenas na configuração do imaginário coletivo, mas também na definição dos rumos políticos e diplomáticos do país.

2.4. JÂNIO QUADROS

Natural de Campo Grande e filho de político, Jânio da Silva Quadros teve uma rápida ascensão no que diz respeito ao quadro político do país[47], como será destacado a seguir. Para Queler, "De forma geral, a projeção de JQ na política nacional era considerada como provindo do êxito de uma propaganda meticulosamente organizada e planejada" (Queler, 2009, p. 63), considerando ainda toda uma mistificação em volta de sua imagem construída por Jânio Quadros, conforme destaca o autor. Outro autor que também fala sobre a "rápida e meteórica ascensão" de Jânio, que se pode relacionar com essa mistificação que menciona Queler, destaca que "Durante toda sua carreira, além do carisma esboçado pela figura de Jânio, houve também a crença de que ele poderia resolver todos os problemas enfrentados pela população, seja no âmbito da cidade de São Paulo, do Estado ou até mesmo do país" (Bento, 2020, pg. 87).

Mas como teria se dado a formação e construção deste político para que a bibliografia o represente desta maneira? Ainda na juventude, a família de Quadros instalou-se em São Paulo, onde ele deu sequência aos seus estudos do secundário em uma escola arquidiocesana. Em 1935, ano em que iniciou a faculdade de direito aos 18 anos de idade, também começou a lecionar em algumas escolas as matérias de língua portuguesa e geografia. No verbete biográfico sobre Jânio, está descrita como "singular" a primeira campanha que ele realizou para angariar votos a fim de se tornar secretário do centro acadêmico que participava, pois ele ficava todos os dias "sentado num barril, em frente às arcadas da faculdade, com uma fita no chapéu onde escrevera: "Vote em Jânio." Os colegas acharam graça e votaram nele" (Mayer; Xavier;

[47] O dicionário histórico biográfico-brasileiro organizado pelo CPDOC da FGV conta com informações da vida pessoal e carreira de diversas personalidades, dentre elas, o ex-Presidente Jânio Quadros.

DHBB). Após se graduar em direito, abriu um escritório de advocacia, mas manteve seu trabalho de professor em duas escolas.

Após o fim do Estado Novo, Jânio filiou-se ao PDC para concorrer a vereador de São Paulo, ficou suplente, mas ainda assim acabou sendo chamado em 1948, devido à cassação dos candidatos do PCB que havia ocorrido e ao grande número de vagas em aberto. Mayer e Xavier destacam que o trabalho de vereador foi de grande importância para a projeção política de Jânio no futuro, qualificando até mesmo como "decisivo" para as futuras campanhas. Em 1953, concorreu a prefeito de São Paulo pelo PDC, saindo vitorioso e tendo alcançado mais do dobro de votos do que o outro candidato, assumindo a prefeitura aos 36 anos. Conforme consta no verbete, o primeiro ato como prefeito foi a demissão em massa de funcionários, o que os autores chamam de uma onda moralizadora, que posteriormente seria associada à imagem da vassoura de Jânio que limpava o governo da corrupção.

Em 1954, afastou-se do seu cargo para concorrer ao governo de SP, inicialmente pelo PDC, mas, após uma crise referente a seu companheiro de chapa indicado pelo partido, Jânio retira sua candidatura do PDC em um episódio dramático, conforme dissertam Xavier e Mayer, mas ainda recebendo apoio do PTN e do PSB, Jânio segue na disputa e torna-se vitorioso, derrotando o ademarismo[48] sem um projeto pré-definido, mas com a população acreditando no seu combate à corrupção. Foi nesse período que Jânio ampliou seus contatos pelo país, pensando numa candidatura à presidência que inicialmente ocorreria em 1955, mas, na intenção de realizar acordos políticos, Jânio declina. Foram essas eleições que JK saiu vitorioso como Presidente e Jango como vice-Presidente, assumindo em 1956. No período em que JQ esteve governando São Paulo, o estado contou com uma expansão econômica e um rigoroso controle das despesas públicas, conforme apontam Mayer e Xavier. Em 1959, após retornar do exterior, Jânio iniciara sua campanha presidencial.

> A campanha para a sucessão presidencial de 1960 foi realizada em um quadro alterado pelas transformações econômicas e sociais ocorridas durante o governo de Kubitschek, cuja política desenvolvimentista provocou um grande crescimento das cidades. [...] Nessas condições, foi sendo construído o mito Jânio Quadros, político desligado dos partidos e investido de um messianismo puritano e moralizador, expresso em *slogans* como "Jânio vem aí" e símbolos como a vassoura (Mayer; Xavier; DHBB).

[48] Conforme descreve Guilherme Gonzaga Bento, ademarismo é uma "Expressão utilizada para designar um grupo de políticos que possuía ligação com o líder político paulista Ademar de Barros, que foi prefeito de São Paulo, interventor federal no Estado e por duas vezes governador de São Paulo, o que possibilitou com que formasse um núcleo político que o seguia enquanto liderança e apoiava suas ideias, práticas e ações políticas. Os ademaristas em São Paulo, eram o principal grupo político opositor dos janistas, formados por políticos que possuíam ligação com Jânio Quadros" (Bento, 2020, p. 88). Sobre este assunto, ver também: Chaia, 1991.

Em meio à campanha, no início de 1960, Jânio foi a Cuba com uma comitiva a convite de Fidel Castro. Entre os nomes que estavam nesta comitiva, encontrava-se o que viria a ser Ministro das Relações Exteriores em seu governo, então senador, Afonso Arinos. Os autores ressaltam que, a partir desta visita, JQ defendeu a reforma agrária realizada em Cuba, além do reatamento com a URSS e a China Popular, bem como a legalização do PCB. Em outubro daquele ano, Jânio venceu as eleições com uma porcentagem altíssima dos votos. Ainda assim, ficava o questionamento de como seria a relação entre Legislativo e Executivo, tendo em vista a composição das bancadas. Para Loureiro, "À primeira vista, Jânio Quadros, eleito Presidente da República em outubro de 1960, teria muito trabalho para pôr em prática todas as promessas de moralização administrativa e de reformas socioeconômicas feitas durante a campanha" (Loureiro, 2009, pg.189), analisando a composição legislativa desfavorável a JQ eleita em 1958.

Conforme aponta o autor, mesmo que inicialmente desfavorável, a oposição demonstrou interesse em realizar parcerias com o governo que estaria iniciando seus trabalhos em 1961, mas que não encontrou reciprocidade no Presidente eleito, muito pelo contrário, houve uma certa hostilização e desdém. Como é de se esperar, diante deste cenário, a oposição manteve seu papel de opositora, abandonando tentativas de conciliação.

> Em suma: a teoria da independência entre os poderes era a justificativa dada por Jânio para explicar suas atitudes de negligência perante os trabalhos do Congresso. Com isso, ele mantinha, diante da população, a imagem de um representante que não se misturava com os partidos e com os políticos, ao mesmo tempo em que concedia às opiniões mais informadas uma razão legal para as suas atitudes. No fundo, tem-se a impressão de que as constantes e sistemáticas ações janistas de esvaziamento do Congresso se deram para impedir que ele trabalhasse em harmonia com o Executivo, levando, talvez, à necessidade de uma reforma constitucional que fortalecesse a Presidência (Loureiro, 2009, pg. 194).

Com a crise interna que o governo enfrentou para realizar suas ações e, mesmo após tentativas de aproximação com a oposição pouco tempo antes da renúncia, alguns membros do Legislativo enxergavam estas movimentações como mais alguma manobra de Jânio (Loureiro, 2009, pg. 203). Jânio renunciou a presidência da república em 25 de agosto de 1961 e há inúmeras versões na historiografia sobre este fato. As vitórias de Jânio Quadros na cena pública ocorrem em um período muito curto de tempo, se comparado com outros políticos, pois, conforme apontam Bento e Queler, JQ tinha 44 anos quando se elegeu à presidência e seus cargos políticos desde o período que antecedeu a prefeitura de São Paulo teriam sido alcançados ao longo de 13 anos.

2.5. JOÃO GOULART

> As imagens negativas que envolvem o nome de Jango permitem, desse modo, que outros ex-Presidentes da República, como Vargas e Juscelino, continuem presentes nas memórias oficial e popular, mas Goulart não. Ele se tornou uma personalidade esquecida no quadro político nacional – o que não é casual. Apesar da grande mobilização política e social vivida pelo país na época de seu governo, após o golpe militar uma determinada versão surgiu e se consolidou. Os militares e seus aliados civis, vitoriosos com o golpe de Estado, passaram a afirmar que tudo antes de março de 1964 era corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem (Ferreira, 2011, pg. 11).

Essa questão da imagem criada sobre Jango e a memória do esquecimento em relação à historiografia, também são ressaltadas no trabalho de Lucilia Delgado (2009), quando se refere à produção historiográfica sobre os períodos do nacional-desenvolvimentismo de Vargas e JK, mas que "A mesma ênfase não acontece em relação a João Goulart, que tem sido relegado a um segundo plano pela produção historiográfica e também pela memória coletiva nacional" (Delgado, 2010, pg. 125). Mattos (2008) ainda ressalta que a produção sobre o governo de Goulart tem a praxe, em sua maioria, de girar em torno do golpe de 1964, mas que "A análise do período de exercício da presidência por Goulart a partir de suas características, independentemente do desfecho golpista, é um importante sinal de que o teleologismo vem sendo superado" (Mattos, 2008, pg. 245).

João Belchior Marques Goulart, filho de fazendeiro e natural de São Borja no interior do Rio Grande do Sul, foi deputado federal, Ministro do Trabalho, vice-Presidente e Presidente da república. Conforme o verbete biográfico escrito por Marieta de Morais Ferreira (DHBB), Jango nunca foi muito dedicado aos estudos e preferia a vida no campo, auxiliando no trabalho de seu pai, mas cursou a faculdade de direito na capital gaúcha entre 1935 e 1939, ainda sem se envolver nas questões políticas e nem nos confrontos entre AIB e ANL. Ao formar-se, retorna para o interior a fim de administrar a fazenda ao lado do pai, sem também se dedicar à carreira de advogado. Em 1943, seu pai vem a falecer, e Jango assume por inteiro os negócios da família.

Com o fim do Estado Novo em 1945, Getúlio Vargas retorna a São Borja, que também era sua cidade natal e, a partir deste momento e dos contatos cada vez mais frequentes entre os dois, Jango passa a vislumbrar e almejar seu envolvimento na política. Em 1946, conforme Ferreira (DHBB), identificando o perfil de liderança e os bons contatos que Jango tinha na região, Vargas apoia a candidatura de Goulart a deputado estadual. Nos anos que se seguiram até 1950, a Estância de Jango torna-se gabinete político para Vargas que passa a organizar-se desde lá para a candidatura à presidência em 1950. Concomitante a isso, Jango angariou cada vez mais popularidade dentro do PTB, tornou-se Presidente do diretório e da comissão executiva estaduais para o período 1950-1952 e reeleito para o biênio seguinte, lançando o

nome de Vargas para a presidência e o seu próprio para deputado federal, ambos saindo vitoriosos.

Ferreira (DHBB) o descreve como naquele período sendo uma das maiores forças políticas do Rio Grande do Sul, sendo nomeado Ministro do Trabalho em 1953. Conforme Jorge Ferreira (2011), Jango instituiu a informalidade no ministério, além de ainda conseguir tempo para prestigiar as atividades do PTB e de movimentos sindicais, em contraponto às recusas de participar de jantares e outras situações com integrantes da elite. Apesar de reconhecerem o trabalho de Goulart como Ministro, suas práticas no dia a dia não deixavam de incomodar aqueles que estavam acostumados com formalidades político-sociais que Jango não exercia e, a partir disso, já se pode perceber também como era o trânsito dele em determinados setores da sociedade.

> A atuação de Goulart no ministério chocou amplos setores conservadores da sociedade brasileira – civis e militares. Afinal, um homem nascido entre as elites socais do país, rico empresário rural e exercendo um cargo ministerial estava recebendo, em seu próprio gabinete, trabalhadores, sindicalistas e pessoas comuns – a maioria de origem social humilde (Ferreira, 2011, pg. 98).

Seja nesta obra de Jorge Ferreira ou no verbete de Marieta Ferreira, ambos autores ressaltam que Jango havia modificado as práticas na administração do ministério que, em vez de fazer uso da repressão, o diálogo e a negociação eram o mecanismo mais utilizado em sua gestão. Em fevereiro de 1954, Jango foi afastado do cargo por pressões políticas que iriam deteriorar cada vez mais o governo Vargas, reassumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados. Apesar do abalo gerado pela morte de Vargas, Jango era um dos maiores herdeiros de seu legado[49] e ainda em 1954 começou a articular negociações para as eleições presidenciais do ano seguinte, estando em contato com JK, que concorreria à presidência pelo PSD e João Goulart a vice pelo PTB, parceria firmada depois de algumas resistências, eleição na qual saíram vitoriosos.

Conforme o verbete, durante 1956, no seu primeiro ano na vice-presidência, Jango procurou construir uma imagem mais moderada a seu respeito, o que não inibiu a oposição de Lacerda contra ele e, também, no ano seguinte oposições dentro do próprio PTB. Durante 1958, João Goulart participou de conferências no exterior, inclusive nos EUA, onde reafirmou suas

[49] Outra autora que trabalha com esta questão do trabalhismo e do PTB é Pâmela Chiorotti Becker Souza em sua dissertação de mestrado. Conforme Souza, além de Goulart, dentre outros nomes do PTB, outro político que se destacava era Pasqualini e havia uma certa diferenciação entre os dois e a seus projetos. A autora destaca que "Nesse caso, João Goulart significaria um passo adiante rumo a um país de reformas sociais, maior espaço para as reivindicações das camadas populares, bem como ampliação do intervencionismo estatal. Pasqualini, apesar das semelhanças entre ele e João Goulart com relação às propostas de igualitarismo, seria proponente de reformas sob viés mais conservador, prezando pelo equilíbrio entre capital e trabalho e, na visão do *CM*, era descolado da influência de Getúlio Vargas" (Souza, 2021, pg. 125).

aspirações democráticas. Já em 1959, os partidos já tinham em vista as eleições do ano seguinte, mas a atual parceria estava enfraquecida. Em meio a muitas discussões com relação a quem o PTB indicaria para a candidatura, inclusive aconselhamento entre Brizola e Jango, foi lançado em 1960 Lott para a presidência e Goulart como vice, mas também, conforme os verbetes biográficos de Jânio e Jango, João Goulart não se opunha ao movimento Jan-Jan nos meios sindicais. Como se sabe e também se ressalta no subcapítulo anterior, Jânio venceu com folga a candidatura à presidência e Goulart venceu para vice, mas o verbete de Ferreira enfatiza que dentro do estado do RS, Goulart não vencera naquelas eleições.

O início do governo de Quadros e Goulart foi marcado pelas crises internas, mas não só em relação ao país, mas também na relação entre eles. Conforme os autores destacam, devido às decisões tomadas por Jânio, Jango identificava uma maior dificuldade em se relacionar com o atual Presidente, mantendo-se mais afastado em um primeiro momento. Com o agravamento da crise, esse distanciamento entre os dois se reduziu. Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto 1961, "inicia-se um movimento para garantir a legalidade, liderado pelo governador Leonel Brizola, com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército" (Moreira, 2011, pg. 91) e, a partir deste movimento, viria a solução inicial para impedir o golpe, o sistema parlamentarista com Jango na presidência. Este sistema duraria até 1963, quando retornariam o presidencialismo e os plenos poderes do Presidente.

> Como Presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam (Delgado, 2009, p. 126).

Delgado ainda menciona na sequência, em relação à historiografia sobre Jango, que, somente nos últimos cinco anos que antecederam a publicação de seu artigo, passaram a ter produções que considerassem a trajetória política de João Goulart. Já para Mattos, em relação a esses trabalhos, ainda faltaria uma maior conexão entre trajetória e a história social do período "para não afastar completamente do horizonte que, para além dos embates entre 'esquerdas' e 'direitas', ou melhor, explicando-os, encontramos interesses sociais distintos e conflitantes, que se manifestam em diferentes projetos de poder" (Mattos, 2008, pg. 261).

2.6. O REVEZAMENTO DIPLOMÁTICO NO ITAMARATY

Tabela 1: Ministros das Relações Exteriores (1961-1964):

Ministro	Formação Acadêmica	Atuação Profissional Prévia	Vínculo Político	Período no MRE	Eventos marcantes durante o mandato
Afonso Arinos de Melo Franco	Direito	Promotor de justiça, jornalista, professor, escritor	UDN	Jan-Set 1961 / Set 1962-Jan 1963	Posse de Jânio Quadros e João Goulart, visita de emissário dos EUA, condecoração de Che Guevara, renúncia de Jânio, crise parlamentarista
San Tiago Dantas	Direito	Advogado, professor, jornalista, empresário (Jornal do Comércio)	PTB	Set 1961-Jun 1962	Restabelecimento de relações Brasil-URSS, Conferência de Punta del Este, visita de Goulart a Kennedy
Alberto Franco Nogueira (interino)	Diplomata de carreira	Embaixador, assessor no MRE	Sem filiação partidária	Jun-Set 1962	Administração do Itamaraty no período de transição
Hermes Lima	Direito	Jornalista, professor, escritor, deputado constituinte, ministro do Trabalho	PSB / PTB	Jan-Jun 1963	Crise dos Mísseis, Plano Trienal, eleições gerais, plebiscito do presidencialismo
Evandro Lins e Silva	Direito	Advogado criminalista, jornalista, procurador-geral da República	UDN / PSB	Jun-Ago 1963	Tratado de Interdição Parcial dos Ensaios Nucleares, transição no MRE
João Augusto de Araújo Castro	Direito	Diplomata de carreira, secretário-geral do Itamaraty	Sem filiação partidária	Ago 1963-Mar 1964	Assassinato de John Kennedy, discurso de Jango na Central do Brasil, mensagem de Jango ao Congresso Nacional

Conforme mencionado no início deste capítulo, este período em análise contou com uma intensa troca de ministros, a qual será dado destaque neste subcapítulo, a fim de compreender a formação destes ministros para então relacionar cada mandato com os acontecimentos internos e externos selecionados para o roteiro[50] de pesquisa na imprensa. Esta análise da

[50] O guia do roteiro de pesquisa pode ser consultado nos anexos desta tese, no subcapítulo que trata sobre as alterações no projeto de pesquisa.

trajetória deles é importante para o entendimento de quem estava por trás da condução da PEI juntamente aos ex-Presidentes do período, Quadros e Goulart. O primeiro a ser escolhido para ocupar o cargo de Ministro do Exterior em 1961 foi Afonso Arinos de Melo Franco, respondendo pela pasta durante todo o governo de Jânio Quadros, sendo substituído em setembro após a renúncia de Quadros, mas também, de todos os ministros, foi o único que retornou ao cargo posteriormente.

Afonso Arinos[51] vem de uma família que se dedica à política desde os tempos do Império. Iniciou a faculdade de direito e interrompeu o curso antes da conclusão para acompanhar seu pai em missões diplomáticas, retomando e concluindo o curso posteriormente. Arinos também se dedicou à literatura e à imprensa, dedicando-se aos estudos da obra de Proust. Em 1927, após graduar-se assumiu o cargo de promotor de justiça em Belo Horizonte e, além disso, passou a escrever sobre política internacional para o *Diário de Minas* que tinha como redator chefe Carlos Drummond de Andrade. No ano seguinte, casou-se e foram morar no Rio de Janeiro, saindo da promotoria e começando a trabalhar como fiscal de banco e advogado para uma empresa de energia elétrica, também continuou a escrever para a imprensa, publicando crônicas para *O Jornal*, de Assis de Chateaubriand, e na *Revista do Brasil*, de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Nesse meio tempo, ao frequentar a Livraria Católica, passou a integrar um grupo de pensadores católicos, juntamente com San Tiago Dantas, também tendo contato com outros autores importantes e modernistas, participando ativamente da vida política nos anos que seguiram, inclusive da campanha da Aliança Liberal que lançou Vargas em 1930, perdendo para Júlio Prestes. Acompanhou a distância os movimentos conspiracionistas que se seguiram, por motivos de saúde. Publicou seu primeiro livro ainda naquele ano e foi para Suíça continuar seu tratamento de saúde, onde participou de uma conferência sobre desarmamento em nome do Brasil, retornando ao país e a Belo Horizonte somente em 1932. Nos anos que se seguiram, passou a dedicar-se mais ainda aos trabalhos na imprensa mineira e à literatura, acompanhando somente a distância a política, por meio também de seu pai e irmão, ficando de fora da onda repressiva de 1937 com o Estado Novo. Nessa segunda metade dos anos 1930, dedicou-se ainda à carreira de professor, ministrando inclusive um curso na Sorbonne sobre cultura brasileira.

A partir de 1943, após a morte de seu pai, passou a pesquisar e escrever um livro sobre ele que seria publicado somente 12 anos depois e dedicou-se a combater o regime em vigor, estando ao lado daqueles que queriam o retorno da democracia e da liberdade, juntamente a um

[51] As informações sobre o Ministro Afonso Arinos de Melo Franco foram retiradas do CPDOC – DHBB.

grupo denominado de Sociedade Amigos da América. Foi um ativo colaborador do Manifesto dos Mineiros contra a ditadura de Vargas, o que ocasionou sua demissão do Banco do Brasil, onde trabalhava, e seu desligamento como colaborador do jornal *A Manhã*, que, segundo Afonso Arinos, estava ligado ao governo varguista. Passou a publicar então em outros quatro periódicos: *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias* e *Diário Popular*. Em 1945, Arinos foi um dos responsáveis pelo manifesto de criação da UDN e, em 1947, manifestou-se contrário à cassação do mandato dos integrantes do partido comunista, o que foi aprovado, enfrentando ainda ao lado de seu irmão outros contratempos na UDN e voltou a dedicar-se à carreira de professor. Em 1950, Vargas vence as eleições e, em 1951, Arinos passa a compor a vice-liderança oposicionista pela UDN dentro da câmara, para depois assumir a liderança da oposição, onde combateu ativamente o governo varguista, sendo inclusive contrário a medidas propostas por João Goulart enquanto Ministro do Trabalho de Vargas.

Ao lado de Carlos Lacerda, também fez forte oposição a JK e Jango a partir de 1955, mas também foi contrário às medidas do general legalista Henrique Lott. A partir de 1956, passou a batalhar pela liberdade de imprensa, o que representou importante pauta para os udenistas. Em 1958, foi empossado na Academia Brasileira de Letras e também foi neste ano que concorreu ao Senado pelo DF, recebendo o maior número de votos que um político havia recebido até então, naquele estado, após uma intensa campanha apoiada por Lacerda, assumindo em 1959 quando também se tornou Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Ainda atuou ativamente na campanha à presidência de Jânio Quadros, que o nomeou como Ministro das Relações Exteriores.

Durante os primeiros meses em que esteve à frente do MRE, Arinos liderou algumas iniciativas importantes para a PEI. Sobre este período, compõem o roteiro de pesquisa desta tese a posse de Jânio Quadros e João Goulart, a visita de um emissário dos EUA ao Brasil, a mensagem de Jânio ao Congresso Nacional, a invasão da Baía dos Porcos, a construção do muro de Berlim e a condecoração de Che Guevara, finalizando com a renúncia de Jânio Quadros. Neste período, Afonso Arinos se distanciou do MRE e reassumiu seu cargo no senado, tendo um importante papel na instauração do regime parlamentarista que garantiu a Goulart o cargo de Presidente da República[52].

Ao assumir a presidência, Goulart indica San Tiago Dantas para o MRE, que ficaria a frente da pasta por quase um ano. Há algumas semelhanças e diferenças na formação de Dantas em comparação com Arinos, e, entre as semelhanças, estão a formação em direito, livros

[52] As datas exatas em que cada ministro esteve à frente do MRE estão na primeira nota de rodapé do capítulo 1.

publicados, carreira de professor e textos escritos para a imprensa, além do envolvimento em questões políticas desde a juventude. Francisco Clementino de San Tiago Dantas é natural do Rio de Janeiro, seu pai era almirante, foi comandante chefe da Esquadra e nos anos 1950 foi chefe do Estado-Maior da Armada[53]. San Tiago Dantas cursou direito entre 1928 e 1932 no RJ e foi neste período que entrou em contato "com grupos que combatiam o liberalismo e o comunismo e propunham a adoção de uma política nacionalista e autoritária por parte do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas" (Keller, DHBB) e vinculou-se ao movimento de intelectuais liderado por Plínio Salgado[54]. E foi juntamente com este grupo que San Tiago passou a dedicar-se para a imprensa, sendo um dos fundadores e principais redatores do jornal *A Razão*[55], bem como contribui com a fundação da revista *Hierarquia*, também ligada às ideias deste mesmo grupo.

Após se formar em 1932, San Tiago Dantas dedicou-se à carreira de professor e, também, abriu um escritório de advocacia, além de casar-se neste período. Continuou a dedicar-se nas ações promovidas pela AIB e passou a escrever sobre integralismo e a situação nacional e internacional, para o semanário *A Ofensiva*, que se tornou um meio de divulgar as ideias do grupo. Entre 1935 e 1938, as questões políticas se intensificaram e, segundo Keller (DHBB), Dantas era um dos principais conselheiros de Plinio Salgado, e foi neste período que se instaurou o Estado Novo e o grupo de Salgado organizou o primeiro levante contra Vargas, sem sucesso. San Tiago decidiu então por afastar-se do grupo em 1938, retomando sua dedicação à carreira de professor de Direito no RJ. Entre 1938 e 1945, tornou-se professor de diversas disciplinas ligadas ao direito, economia e filosofia, inclusive no Escola de Estado-Maior do Exército e ainda dirigiu a *Revista Forense*. Conforme Keller, suas aulas tornaram-se apostilas publicadas nos anos 1970.

Foi a partir de 1945 que Dantas passou a envolver-se em ações do governo, mas sem retomar as atividades político partidárias, que reiniciaria somente a partir de 1955. Atuou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio por um ano, desligando-se em 1946 para atuar como professor de Direito em Paris, período em que representou o Brasil em algumas conferências no exterior. Foi vice-Presidente da refinaria de Petróleo de Manguinhos por nove anos e, em 1951, no

[53] Informações também coletadas no DHBB.

[54] Plínio Salgado foi um jornalista, escritor e político brasileiro, fundador da AIB – Ação Integralista Brasileira – movimento de inspiração conservador e autoritário, baseado em princípios fascistas de extrema-direita. Para saber mais sobre o tema ver as obras de Odilon Caldeira Neto, Leandro Pereira Gonçalves e René Gertz, entre outros autores.

[55] O jornal não chegou a alcançar um ano de existência, sofrendo ações de opositores que levaram ao seu fechamento.

governo Vargas, também atuou como conselheiro da delegação brasileira que foi enviada à IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, que se realizou em Washington nos EUA.

Ainda em 1951 e em 1952, Dantas assessorou pessoalmente o então Presidente Vargas em dois projetos, a criação da Petrobrás e da Rede Ferroviária Federal, participando a partir de então em reuniões e organismos internacionais, representando o Brasil. Em 1955, decide filiar-se ao PTB e retomar as atividades político-partidárias. Em 1957, Dantas compra o *Jornal do Comércio*, jornal que pertencia à grande imprensa carioca no período, jornal que ficou sob sua direção até 1959 quando vendeu a empresa para Assis Chateaubriand, que era dono dos *Diários Associados*. Em 1958, sob influência de João Goulart, foi eleito deputado federal pelo estado de MG, destacando-se cada vez mais na política a partir de então e dentro do próprio PTB, assumindo a vice-presidência da comissão executiva do partido em 1960.

Três dias antes de renunciar, em agosto de 1961, Jânio Quadros nomeou San Tiago Dantas como embaixador do Brasil na ONU, cargo que ele não assumiu em decorrência da renúncia e da crise que se instaurou no país. Dantas foi um dos nomes que redigiu a emenda parlamentar que instauraria o regime parlamentarista, garantindo a posse de Goulart na presidência. Escolhido para a chefia do MRE por Goulart, Dantas tomou posse de seu cargo em 11 de setembro de 1961. Do período em que esteve à frente da pasta, foram selecionados alguns acontecimentos para compor o roteiro de pesquisa, tais quais o restabelecimento de relações entre o Brasil e a URSS, a Conferência de Punta Del Este e a Visita de Goulart a Kennedy nos EUA. San Tiago ficou à frente do MRE até junho de 1962, quando deixou o cargo para dedicar-se à campanha de reeleição para deputado federal em outubro, a qual foi vitorioso. Em 1963, quando o Brasil retornou ao sistema presidencialista, Goulart nomeou Dantas para o Ministério da Fazenda, onde trabalhou até precisar renunciar devido ao quadro de saúde debilitada em que se encontrava[56].

Da saída de Dantas do Itamaraty até setembro de 1962, Afonso Arinos retornou à frente do MRE, até que Goulart nomeou Hermes Lima para a pasta. Hermes Lima, natural da Bahia, iniciou sua carreira mais cedo do que seus antecessores e, também, fez história como jornalista, professor e escritor, além de graduar-se em direito em 1924, ano em que também foi eleito deputado estadual pela Concentração Republicana da Bahia. Foi neste início dos anos 1920 que começou a dar aulas e ainda iniciou sua carreira de jornalista, escrevendo para os jornais baianos

[56] San Tiago Dantas tinha sido diagnosticado com câncer de pulmão e viria a falecer em 1964 com o agravamento da doença (Keller, DHBB).

Diário da Bahia e *O Imparcial*. Foi docente do curso de Direito em Salvador até 1926, quando passou em um concurso para dar aula de direito em uma faculdade de São Paulo. Lá estando, passou a escrever para outros três jornais, o *Correio Paulistano*, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite*. Lima ficou em SP até 1933, quando passou em outro concurso para professor de direito, mas desta vez na Universidade do RJ, da qual se tornaria diretor em 1935, conforme Coutinho (DHBB). Na área do jornalismo, Hermes Lima passou a escrever para o *Diário de Notícias*.

Diferentemente de San Tiago Dantas, Hermes Lima estava no lado extremo oposto do movimento integralista. Em 1935, Lima foi membro da ANL, movimento de caráter anti-imperialista, antifascista e anti-integralista, recebendo apoio do partido comunista (PCB). Para colaborar com a ANL, Hermes Lima escrevia textos para o jornal *A Manhã*, colocando-se em defesa da democracia, conforme Coutinho (DHBB). A radicalização que o movimento vinha alcançando fez com que Vargas a fechasse, o que contribuiu com o movimento que tentaria depor Vargas da presidência, sem sucesso. A repressão que se seguiu levou Hermes Lima a ser demitido do cargo de professor e a ficar 13 meses preso. Após ser solto, passou a escrever sob pseudônimos para o *Correio da Manhã*, mas logo passou a ter seus escritos censurados pelo DIP, abandonando o jornal e voltando a advogar.

Ainda no primeiro semestre de 1945, Vargas anunciou eleições e concedeu anistia aos presos políticos, o que fez com que Hermes Lima, entre outros, recuperassem seus empregos de professores universitários. Foi neste mesmo período que Lima participou da fundação da UDN e da Esquerda Democrática (ED), a qual fez questão de diferenciar do PCB e das ideias socialistas russas, sempre se colocando a favor da liberdade, já nesta época defendia a livre relação entre os países, fosse com a Rússia ou com os EUA (Coutinho, DHBB). Hermes Lima se candidatou para compor a ANC e foi o candidato com maior número de votos, assumindo em 1946, ano em que foi Promulgada a Constituição.

A partir de 1947, dois grupos se fundiram, a ED a qual Hermes Lima fazia parte e a Liga Comunista Internacionalista, assim criando o PSB, partido que Lima definiu como não marxista em uma publicação no jornal *Vanguarda*, periódico que havia assumido a direção por curto período, pois o jornal fechou no ano seguinte. Conforme Coutinho, em um misto de tolerância e crítica de Hermes Lima em relação ao comunismo, em nome do PSB se posicionou a favor do rompimento das relações entre Brasil e URSS em 1947 e seguiu fazendo duras críticas ao PCB, que estava na ilegalidade. Já em 1950 proferiu duas palestras emblemáticas, uma contra o sistema presidencialista em vigor no Brasil e outra a favor da paz entre as nações, que estava

relacionada ao andamento da guerra fria. Em 1951, Hermes Lima voltou a lecionar no curso de direito e em 1953 entrou para o PTB, a convite de San Tiago Dantas. Também foi diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, entre 1957 e 1959.

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, Hermes Lima foi convidado para chefiar o Gabinete Civil da presidência em setembro daquele ano, posição que ocupou até julho de 1962, quando assumiu o ministério do Trabalho. Mas ainda em setembro de 1962, Hermes Lima seria nomeado para outras duas pastas, deixando a do Trabalho e tornando-se primeiro ministro, além de assumir o Ministério das Relações Exteriores, cumulativamente. Durante seu período no MRE, serão analisados aqui a Crise dos Mísseis, o Plano Trienal, o período das eleições gerais e, também, do plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo.

O governo de João Goulart ainda contou com mais dois ministros no Itamaraty após a gestão de Hermes Lima, que, em 1963, seria nomeado para assumir o STF. Evandro Lins e Silva foi o nome que assumiu a pasta do MRE em junho de 1963, ficando nela até meados de agosto daquele ano. O pernambucano Lins e Silva, filho de juiz, iniciou o curso de direito em 1929 no RJ, época em que também começou a trabalhar como revisor no jornal *A Batalha*, mas, já no ano seguinte, tornou-se repórter para o jornal *Diário de Notícias*. Ao concluir sua graduação em 1932, especializou-se em direito penal e passou a conciliar as duas profissões, de advogado e jornalista. Entre 1934 e 1936, trabalhou para o jornal *A Nação* e, a partir daquele ano, com a criação da TSN, passou a defender um grande número de presos políticos em decorrência da crise política dos anos 1930 e, durante a segunda guerra mundial, os processos de espionagem. Nos anos de guerra, passou a escrever para a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, nos quais usava o pseudônimo de Lobão. A partir de 1944 até 1961, conforme Junqueira (DHBB), Lins e Silva integrou o conselho da OAB.

Neste período dos anos 1940 até 1961, também participou da fundação da UDN, foi membro da ED e por um curto período do PSB. Com relação ao direito penal, manteve seu escritório de advocacia em funcionamento até 1961, mas também, entre 1956 e 1961, foi professor de direito no RJ. Em agosto de 1961, a convite de Jango, acompanhou-o na viagem que visitaria a China e a URSS. Após a crise da renúncia e com João Goulart assumindo em setembro daquele ano, Evandro de Lins e Silva foi convidado para a vaga de procurador-geral da República, cargo em que permaneceu até assumir o MRE por três meses, antes de ser nomeado ministro do STF em 1963, permanecendo no cargo mesmo após o golpe civil-militar em março de 1964.

Quem assumiu o Ministério das Relações Exteriores após a saída de Lins e Silva em 1963, foi João Augusto de Araújo Castro, natural do RJ, especializado em língua inglesa e, também, graduado em direito nos anos 1940, década em que iniciou sua carreira diplomática como cônsul de terceira classe (DHBB). Atuou em diversos países e em 1945 foi promovido a cônsul de segunda classe, retornando ao Brasil para trabalhar no Departamento de Administração do Itamaraty em 1948. Conforme o verbete, em 1951 Araújo Castro foi promovido a segundo secretário da missão permanente do Brasil na ONU, participando da IV reunião de consulta ministerial, realizada em Washington, além da VI e VII Assembleias Gerais da ONU na década de 1950. Em 1953, foi transferido para a embaixada do Brasil em Roma, retornando apenas em 1957, sendo promovido a conselheiro ao final daquele ano e ministro de segunda classe em junho de 1958, à frente do Departamento Político e Cultural do Itamaraty.

Em 1959, Araújo Castro foi transferido para a Embaixada do Brasil no Japão, onde permaneceu atuando nos anos seguintes e integrou a comitiva de João Goulart em agosto de 1961, retornando ao Brasil em setembro daquele ano como secretário adjunto para assuntos internacionais do Itamaraty, sendo promovido a ministro de primeira classe no ano seguinte. Em 1963, foi nomeado secretário-geral do MRE pouco antes de ser indicado para assumir o cargo de Ministro do MRE, que, conforme o verbete do DHBB, rompia com uma tradição excludente dos diplomatas de carreira do primeiro escalão do Itamaraty. Ainda segundo o verbete, Muniz Bandeira faz uma análise de que, em 1964, Araújo Castro haveria atendido a uma solicitação de Castelo Branco à revelia de João Goulart e também foi o único ministro ausente no comício sobre as reformas de base em março de 1964.

Com relação ao roteiro de pesquisa, no que diz respeito ao período de Araújo Castro, foi selecionado primeiramente o Tratado de Interdição Parcial dos Ensaios Nucleares, o qual pega em parte o período em que Lins e Silva atuou como ministro. Também compõem o roteiro o assassinato de John Kennedy, Presidente dos EUA; o discurso de João Goulart a Central do Brasil e, por fim, a mensagem de Jango ao Congresso Nacional. Entre os ministros deste período em análise, Araújo Castro foi o único que, em sua trajetória, não se filiou em partidos políticos, nem mesmo atuou como professor ou jornalista.

A análise da trajetória destas personalidades que compuseram o MRE torna-se deveras interessante frente a essa multiplicidade de pensamentos e construções individuais de cada um até chegar ao cargo de ministro, sendo que todos trabalharam para levar em frente a PEI. Tendo esta compreensão, também será de grande auxílio ao fazer a análise discursiva das publicações que os jornais faziam sobre a condução da PEI, bem como das decisões tomadas no período

que influenciavam nas relações exteriores, fossem com relação ao âmbito interno ou externo do governo.

3. O DELINEAR DE UMA NOVA GESTÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS CONTINUIDADES: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) NA GRANDE IMPRENSA

As representações sociais não são neutras e apresentam uma construção do social, elas inserem valores de significação e também hierarquizam, como uma forma de poder por quem as produz, encarregado de representar o social. Chartier, que analisa o conceito de representação, fundamenta sua conceituação na "Nova História", pois, para ele, o desafio do historiador "não se ancora mais em uma crítica dos hábitos da disciplina em nome das inovações das ciências sociais, mas em uma crítica dos postulados das próprias ciências sociais." (Chartier, 2002, p.64) e do mesmo modo que "A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: ela é uso do corpo, inscrito em um espaço, relação consigo ou com o outro. É por essa razão que devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores [...]" (Chartier, 2002, p.70).

Partindo deste princípio, considera-se que cada grupo adquire uma singularidade por meio de representações comuns, o que faz com que gere uma disputa pela imposição da sua concepção do social. Mediante este conceito, procura-se aqui distinguir quais eram estas representações que estavam sendo apresentadas pela imprensa, considerando serem "essas representações coletivas como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social" (Chartier, 2002, p.72). O primeiro passo para iniciar a compreensão do que estava sendo construído socialmente por meio dos periódicos, encarando como uma operação não abstrata, como bem analisa Chartier, é verificar o quanto da nova política externa estava presente em suas páginas. Ou seja, qual a ênfase dada por estes jornais da grande imprensa a Política Externa Independente e, na falta dela, o que preenchia este vazio.

Nas tabelas abaixo, segue um comparativo do número de matérias publicadas nos jornais *Última Hora*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* no período de 1961 a 1964, contendo especificamente a frase "política externa" e "política externa independente". Ambos os termos se apresentam em uma crescente neste período em dois dos periódicos e de forma decrescente em um deles, mas a discrepância de publicações que ocorrem sobre o termo "política externa independente" neste terceiro desperta um frenesi de curiosidade e inquietação sobre o que estava sendo publicado a respeito da política externa neste jornal, enquanto os outros vinham em uma crescente, mesmo que de forma mais comedida ao mencionar a "política externa

independente".[57] Outro ponto interessante de poder analisar estes números é em consideração à política externa empregada pelos outros países, pois, como mencionado, tratava-se de um período da Guerra Fria e o que era feito no plano externo estava em destaque no mundo todo. Ou seja, a política exterior, do Brasil e do mundo, estava representada na imprensa, mas havia um certo silenciamento quanto ao programa em desenvolvimento no Brasil para a política externa? No decorrer deste e dos próximos capítulos, tentar-se-á montar este "quebra-cabeça".

Tabelas 2 e 3: incidência das frases "política externa" e "política externa independente" nos jornais *Última Hora, O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* respectivamente, período 1961-1964.

Política Externa				
Ano	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**
UH	685	1224	1680	2064
OESP	301	265	126	89
JB	99	511	979	1408
Total	1085	2000	2785	3561

Política Externa Independente				
Ano	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**
UH	25	55	67	154
OESP	1	3	2	0
JB	17	71	91	124
Total	43	129	160	278

O que serve de embasamento para o início desta análise é a trajetória de cada periódico no que diz respeito a sua origem, mas também em como estes jornais estiveram posicionados desde o período eleitoral de Jânio Quadros e João Goulart. O jornal *Última Hora* foi fundado por Samuel Wainer em 1951, do qual foi proprietário até 1971, sendo o mais novo dos três periódicos selecionados (DHBB, 2010). Fundado em uma década na qual a imprensa se destaca por sua modernização, conforme o verbete do DHBB[58], este impresso já surgiu, destacando-se por suas propostas

[57] As aspas foram utilizadas para exemplificar a forma como foi feita a busca nos periódicos, pois gera uma maior exatidão ao encontrar a frase em específico no acervo.
[58] Cf. Alzira Alves de Abreu et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:** Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 03 jun. 2019.

inovadoras e "revolucionando a imprensa brasileira da época", por ter introduzido técnicas de comunicação de massa que eram desconhecidas pela imprensa do Brasil até então. Também segundo o verbete, era um jornal voltado para as camadas populares e teria servido de suporte a Getúlio Vargas desde a sua fundação.

Quanto ao Governo de Jânio, apesar de ter adotado uma postura contrária a este candidato no período de campanha, demonstrou-se favorável à gestão em relação a alguns aspectos da política externa (DHBB, 2010). Já em relação a João Goulart, segundo o DHBB, o jornal *UH* permaneceu favorável a ele tanto na campanha para a vice-presidência, como também no período em que assumiu a presidência do Brasil. Isso se deve à tradição trabalhista do jornal, que tradicionalmente era próxima ao PTB e, também, ao governo Getúlio Vargas. Ainda sobre sua posição quanto a Jango, o jornal *UH* chegou a ser o único, apoiando-o nos momentos finais da gestão. No início dos anos 1960, o *UH* possuía uma tiragem por volta de 350 mil exemplares, mas este jornal encerrou suas atividades no início da década de 1990 devido a uma grande dívida adquirida pela empresa.

Já os jornais *O Estado de São Paulo*[59] e *Jornal do Brasil* possuem suas fundações ainda no século XIX, sendo *OESP* o mais antigo dos três. O jornal *OESP* surgiu em 1875 sob o nome de *A Província de São Paulo*, possuindo na gerência de sua fundação um grupo de republicanos, liderados por Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles, porém, desde 1885 até o momento, está sob direção da família Mesquita. Com características conservadoras, o periódico havia sido criado no intuito de combater a monarquia e a escravidão. Na década de 1950, o *JB* destacou-se entre seus pares pelo processo de modernização do jornal, porém, no final do século XIX, o jornal *OESP* também foi exemplo para outros periódicos quanto às inovações apresentadas pelo ele, possuindo o seu primeiro anúncio colorido e, também, por inserir a figura do jornaleiro, um funcionário que divulgava as notícias do jornal e, ainda, conseguiu elevar a sua produção. A posição adotada pelo periódico frente aos governos de Jânio e Jango difere do jornal *UH*. Quanto à campanha e posse de Jânio, conforme o verbete do DHBB (2010), foi "recebida com festa pelo jornal". O *Estadão* na década de 1950 havia sido contrário a Vargas, assim como contrário a João Goulart como Ministro do trabalho em 1954 e, também, não apoiou que ele tomasse posse após a renúncia de Jânio Quadros (DHBB, 2010).

[59] As informações do jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre a sua fundação e demais características que remetem ao histórico do periódico, foram retiradas do acervo *on-line* do *Estadão*, atualmente sem necessidade de assinar o jornal para ter acesso ao acervo. Acesso em: 03 jun. 2019.

O *Jornal do Brasil*[60] foi fundado por defensores da monarquia em 1891, sendo Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco seus fundadores. Porém, já em 1894, o jornal carioca foi comprado por republicanos que modificaram o foco das publicações do impresso. Adquirindo diversas facetas no decorrer de sua trajetória, na primeira metade do século XX, o *JB* passou por um período em que era considerado popular, moderado e, também, um "boletim de anúncios", passando por reformas entre 1953 e 1961 (DHBB, 2010). Na década de 1960, esta reforma estava consolidada e o jornal carioca passa a caracterizar o que se entende por "grande imprensa[61]", tendo sido Alberto Dines[62] o grande nome destas transformações.

Ainda conforme o verbete do DHBB, o *JB* não se posicionou no período eleitoral que elegeu Jânio Quadros, tecendo algumas críticas no período inicial do Governo, modificando sua postura nos anos seguintes frente à política externa. O verbete destaca ainda que o *JB* procurava manter quatro características norteadoras, um jornal "católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada". Em relação a João Goulart, o DHBB destaca que o *JB* "deu crédito" ao novo Presidente, após a renúncia de Jânio em 1961, apoiando uma das principais questões do novo Governo: a Política Externa Independente, tal qual proposta por Dantas.

Portanto, considera-se importante que a posse de Jânio Quadros na presidência seja o primeiro evento a ser analisado, pois oferece oportunidade para identificar a tomada de posição mais ideológica destes jornais em relação ao novo governo que se iniciava, bem como serão analisadas na sequência as representações acerca da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e o sistema parlamentarista que teve início em setembro de 1961 com João Goulart como Presidente. Os dois últimos tópicos a serem discutidos sobre o sistema político são as eleições gerais e a retomada do sistema presidencialista em 1963, pouco mais de um ano antes do golpe civil-militar ocorrido em 1964, que depôs o Presidente João Goulart e deu início aos vinte e um anos de ditadura ocorridos no Brasil, que também colocou fim na política externa independente em vigor, passando a um alinhamento direto com os ideais norte-americanos. Isto posto, passa-se então para o estudo de como tudo isso iniciou-se e circulou por meio dos periódicos.

[60] Assim como as informações do *Última Hora*, as características da trajetória do *JB* foram retiradas do DHBB, com acesso na mesma data.
[61] Conforme Barbosa (2007), entende-se por grande imprensa jornais que possuíam uma publicação diária considerada regular, possuindo grandes tiragens e voltados para o mercado. A região sudeste, entre outras características, possui a tradição de reverberar informações através de seus veículos de comunicação para as mais diversas partes do país e, também, para o exterior.
[62] Editor do Jornal do Brasil no período de 1961-1973.

3.1. CASTELO DE AREIA: A IDEALIZAÇÃO DO NOVO GOVERNO

O volume de publicações sobre o novo governo foi diferenciado em cada um dos jornais aqui em análise, seja para os dias que antecederam ou que vieram a *posteriori* da posse dos então governantes do país em 31 de janeiro de 1961. Como se pode imaginar, a partir do quadro apresentado no início deste capítulo, o periódico com o maior número de publicações foi o *Jornal do Brasil*, seguido pelo *Última Hora* e, por fim, o *Estadão.* Mas nem sempre a quantidade significa densidade e profundidade nas publicações. As matérias do *Estadão* e do Última Hora eram mais reduzidas sobre o novo governo nos sete dias que antecederam a posse e tiveram uma elevação em seus números após este dia, o que diferia do *Jornal do Brasil*, que manteve a frequência de publicações, tanto antes como depois.

O que os três jornais tinham em comum era a pauta predominante: como seria este novo governo e quem estaria a frente dele junto a Jânio Quadros e João Goulart. Sendo assim, qual a maior diferença nas publicações? Certamente, o discurso empregado nestas especulações e teorizações sobre o novo governo, bem como sobre o que seria de seus próximos anos.

Ainda assim, nem tudo era diferente no discurso empregado, como poderá ser visto adiante, havia dois sentimentos comuns: esperança e decepção. Na esperança, ambos os três jornais se assemelhavam, era a esperança deles e da opinião pública a que representavam[63], também daqueles que elegeram Jânio Quadros para a presidência. Quanto à decepção, este é um caso mais complexo, pois, para cada um dos periódicos, este sentimento de tristeza chegou em um momento diferente e se referia a questões diferentes, dentro da temática aqui abordada. Para começar esta análise, procura-se identificar nos editoriais publicados como estava sendo feita a construção da imagem do então Presidente Jânio Quadros, do Ministro Afonso Arinos como primeiro indicado para a pasta do MRE e do governo que estava se iniciando, para que sirva de parâmetro no decorrer da pesquisa com relação à política externa independente.

Do dia 24 de janeiro de 1961 até o dia 07 de fevereiro daquele ano, com relação ao pensamento expresso no *Jornal do Brasil* sobre estes pontos acima destacados, pode-se dizer que o periódico se mostrou indeciso, parecendo suas publicações estarem no meio do percurso de uma montanha russa. Incialmente a figura de Jânio Quadros estava sendo apresentada como

[63] Os impressos sempre são colocados por aqueles que os escrevem como representantes daqueles que os leem, chamando-os de opinião pública, de forma geral, mesmo que seja em si a opinião de um público específico. Conforme Maingueneau (2013), "o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem responde a demandas, explícitas ou não, dos leitores" (Maingueneau, 2013, pg. 44). No jornal Última Hora, em um de seus textos aqui em análise, contém, inclusive, a informação de quantos jornais foram vendidos, procurando usar como argumento em um de seus editoriais, como uma forma de chamar atenção para a importância deles como veículo de comunicação.

a de um político "cauteloso", um "administrador original" que certamente estava recebendo uma "tarefa adequada" para executar – a de governar o país. Mas já nos primeiros dias do mês de fevereiro, estas impressões mudaram para um Jânio Quadros "alarmista" e "exagerado", passando ainda por uma nova avaliação na qual foi considerado um governante "rápido", "decidido" e, também, que "tinha pulso"[64]. Enquanto os adjetivos produzem sensações e impressões, as figuras de linguagem simbolizam um significado plural indo além do literal, das regras de linguagem denotativa[65], sendo muito comum o uso de metáforas.

Algumas destas classificações condiziam com o sujeito público que já era de fato conhecido por todos e que foi eleito, outras estavam inseridas na construção de um novo sujeito, de acordo com princípios ideológicos que norteavam as publicações de cada um desses periódicos. O jornal *Última Hora* inicialmente descreve um Presidente envolto em segredos, "inteligente" e um "autêntico *outsider*"[66], comparando o trabalho que deveria desempenhar ao governar o Brasil com a história de Moisés[67]. Entretanto, antes mesmo da virada que ocorreu no *JB,* sem rodeios, o *UH* define Jânio Quadros como alguém "sem firmeza", "sem coragem" e que era desprovido de "decisão própria", ressaltando ainda que o Presidente também era "dramático". Estas palavras endurecidas nas páginas deste periódico estavam ancoradas na expectativa criada, pelo grande número de votos e apoio que o Presidente receberia para tomar suas decisões, por parte da população.

---

[64] Nesta situação, o ter "pulso" apresenta-se no sentido figurado, de alguém que apresenta firmeza e objetividade na hora de tomar decisões, podendo também ser definido como alguém sensato, conforme consta no dicionário informal da língua portuguesa, ou ainda alguém que não se submete a pressões.

[65] Conforme Eni Orlandi (2012), dois signos podem emitir a mesma mensagem mesmo que a sua formulação seja diferente, pois "Essas observações levam a problematizar a noção de literalidade suposta em oposições como a de denotação/conotação na qual se alinha, de um lado, o componente cognitivo (da língua, do código) e, do outro, o afetivo (do nível da fala, das significações emotivas etc)" (Orlandi, 2012, p.21). E sobre as noções de discurso e texto, a autora diz "que há um percurso que reflete o desenvolvimento dessa proposta de superação, desenvolvimento este que tem seu ponto de partida na Lógica (signo/mundo), passa pela Linguística (língua/ fala), pela estilística (denotação/conotação), pela semiologia (noção de sujeito) e desemboca no discurso (enquanto de-centração do sujeito nas práticas discursivas). Abandona-se, na análise de discurso, a noção de conotação já que esta traz, subjacente, a ideia de um sentido primeiro (verdadeiro) ao qual viria se juntar uma "sobre-significação". Não há sobre-significação, há sentidos que são *diferentes*. [...] Em suma, a análise de discurso propõe-se a dar um passo a mais que incorpora e ultrapassa a noção de sujeito da semiótica e a de implícito da semântica argumentativa, pela noção de *ideologia*. [...] Por esta proposta da análise de discurso, vai-se tratar das práticas discursivas e de sua regularidade em uma formação social. Abandona-se a problemática centrada no sujeito falante para se formularem questões em termos de *sistemas de representação*." (Orlandi, 2012, p.22).

[66] O significado do termo em inglês é *"person: not part of Community",* que não pertence a um grupo. Outras significações atribuídas ao termo são forasteiro, estranho, intruso, entre outras. Com relação a política, o termo é aplicado para se referir aqueles políticos que não possuem uma longa carreira ou fidelidade partidária, nem muita experiência nesta área.

[67] Na história bíblica, Moisés foi abandonado quando criança e salvo, foi escolhido por Deus para ser o guia do povo hebreu para a terra prometida, era visto como um grande líder e legislador. Portanto, apesar das críticas e de não ter apoiado Jânio Quadros no período da campanha, o jornal Última Hora desejava que fosse um bom governo em nome do público leitor daquele periódico e, obviamente, daqueles que o gerenciavam.

Nos editoriais do Estadão, só é possível encontrar uma opinião direta sobre o Presidente eleito a partir de fevereiro, quando Jânio Quadros já havia assumido o cargo da presidência da república. A partir de então, aparece, nas páginas do jornal paulista, o estereótipo de um político "corajoso", "objetivo" e "realista". Mas isso em relação aos editoriais, pois, nos artigos assinados, ou mesmo cartas publicadas, havia outros adjetivos ao Presidente. De um modo geral, o Estadão procurava-se referir ao governo em si, seja o atual ou anteriores, fosse para elogiar ou criticar. A maior parte das matérias encontradas procurava demonstrar o quanto iria mudar – para a melhor – esta nova gestão, mas sem deixar de fazer um alerta em um de seus textos opinativos, de que as decepções seriam culpa do próprio Jânio Quadros, aquele que era conhecido pelas suas qualidades administrativas.

Os primeiros dias da semana que antecedeu a posse de Jânio Quadros e João Goulart na presidência foram de previsões e especulação sobre a formação ministerial na imprensa, e, no dia 24 de janeiro de 1961, o *Jornal do Brasil* publica algumas notícias falando sobre a preparação de Brasília para a posse e as movimentações partidárias em relação a escolha de seus representantes para aquele ano. Além disso, outras duas matérias sobre escolhas de Jânio para os Ministérios, na qual uma delas destaca que a UDN não está reivindicando nenhum dos cargos, mas afirmando o apoio daquele partido ao Presidente eleito[68]. Todas essas publicações encontram-se na mesma página, onde no canto esquerdo inferior tem uma pequena nota. Nela, que apresenta um título quase 50% do tamanho da mesma nota, alega que o Presidente "terá um Brasil de arrepiar"[69], referindo-se a uma notícia que saiu nos EUA sobre a inflação no Brasil naquele momento. Ao finalizar, destaca em um subtítulo a alegação "tarefa adequada", como uma forma de dizer aos leitores para não se assustarem, pois Jânio havia "posto de pé" o governo de São Paulo.

Podemos dizer que neste dia, entre os três jornais, o grande destaque estaria no jornal *Última Hora*, com a publicação de um editorial sobre o novo governo em sua capa[70], ocupando quase toda a metade inferior da página, contando ainda com uma manchete sobre os assuntos relacionados aos ministérios já comentados também terem sido discutidas pelo *JB*, mas com um outro enfoque no *UH*, dizendo que a UDN estaria em crise por conta da falta de informação ministerial de Jânio. Mas o foco é no editorial, pois o texto publicado seria transcrito pela

[68] "Magalhães diz a Jânio que UDN não reivindica posições no Ministério", *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, notícia da Sucursal de São Paulo.
[69] "Jânio terá um Brasil de arrepiar", *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, nota.
[70] "(I) Introdução ao Governo JQ.: Personalismo, a Grande Ameaça!", *Última Hora*, 24 de janeiro de 1961, 1º caderno, capa, editorial.

Câmara Federal dias depois[71]. Pela análise do discurso empregado, trata-se de uma mensagem direcionada ao Presidente eleito, no formato de um alerta, chamando-o para a realidade da situação que, do ponto de vista publicado pela edição, não estava sendo encarado com seriedade e oportunidades estariam sendo perdidas. O jornal *Última Hora* se coloca na posição de uma "Organização jornalística que pode e irá manter completa independência em relação ao governo do Sr. Jânio Quadros", estando certos de que não lhes falta "autoridade para adverti-lo neste editorial sobre os perigos que, paradoxalmente, se encerram no espetacular resultado de 3 de outubro".

Este posicionamento do *UH* fica claro desde o título do editorial, pois o personalismo[72] ali colocado não está significando que Jânio é a ameaça, mas que isso é uma ameaça para ele se não abandonar este "personalismo". Pelo desenrolar do texto apresentado, o *UH* considera que o Presidente eleito ainda está, às vésperas de iniciar o seu governo, na fase de comemoração das eleições que aconteceram meses atrás, parecendo não dar a devida importância para as decisões que precisam ser tomadas. Como poderá ser visto mais a frente, esta não é uma visão somente da editoria do *UH*. Além disso, como exemplo para o alerta que estão fazendo, trazem, ao longo da matéria, o governo de Vargas e principalmente em como ele terminou em 1954. Também chamam o Presidente eleito de "ex-professor" e "taumaturgo". O primeiro, em menção ao período em que Quadros era responsável por ensinar outras pessoas, para ironizar sua dificuldade em aprender "A lição de Vargas" e o segundo por conta de todo o misticismo envolvendo suas decisões, ou a falta delas.

Em relação a esses posicionamentos mais enfáticos, pelo menos neste primeiro momento do governo, é possível identificá-los na discursividade dos jornais *Última Hora* e *O Estado de S. Paulo*. Ainda nesta mesma data em que ambos os jornais cariocas trouxeram os incômodos gerados pela falta de informação a respeito dos ministérios e de como se daria o governo a partir da semana seguinte, o *Estadão* limita-se a trazer algumas notícias sobre a preparação para a posse e reuniões que JQ estaria tendo, além de um editorial[73]. O assunto principal deste editorial é acerca de um memorando que estaria sendo preparado para ser entregue a Jânio Quadros, realizado por trabalhadores sindicalistas em uma abertura que o próprio Presidente eleito os teria dado. Este tópico será retomado em outros editoriais ao longo dos dias que se seguiriam,

[71] Esta informação seria trazida para o público no dia 28 daquele mês, em uma das colunas assinadas tradicionais do jornal *UH*.
[72] Se pesquisada a significação da palavra, ela pode trazer o sentido de algo que é pessoal ou subjetivo, de uma conduta egocêntrica, ou ainda, em se tratando especificamente de política, um sistema baseado no carisma e na personalidade dinâmica que um líder apresenta, através da supremacia de interesses.
[73] "O proletariado e o novo governo", *O Estado de S. Paulo*, 24 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.

mas deste texto em específico podemos extrair algumas informações sobre o que o jornal paulista estava pensando sobre o governo. Apresentam-se esperançosos com "o novo estilo de governo" e, neste primeiro momento, assistiam "com a mais viva satisfação" a construção deste memorial. Tendo por base este editorial, ao contrário do *UH*, demonstram uma certa satisfação com as movimentações de Jânio e aguardam por mais novidades neste sentido.

O *Estadão* traz outro editorial[74] no dia seguinte, mas com foco na formação do governo que estaria sendo organizado em "etapas distintas". Estas etapas refletem na configuração do editorial que fica parecendo estar composto por várias notas a respeito destas etapas e, entre elas, podemos destacar uma que menciona a expectativa do Presidente eleito em relação ao governo. Conforme *OESP*, em conversa que Jânio teria tido com amigos, ele estaria prevendo um começo difícil, mas que estaria otimista com os resultados que seriam gerados no futuro. Além disso, traz o discurso do Presidente eleito nos EUA, John Kennedy, e ainda publicam um comentário[75] sobre uma notícia que teria saído em uma revista nos EUA sobre a posse de Jânio. Nesta matéria, a revista estaria falando sobre a popularidade que JQ adquiriu ao colocar as finanças do governo de São Paulo em dia, a fim de argumentar que ele estaria tendo a oportunidade de fazer o mesmo pelo Brasil, colocando isso como algo necessário a ser feito.

É importante ressaltar também que, nesses dias que antecederam a posse, o foco dos três periódicos também esteve bastante voltado para como seria o grande dia, quem estaria lá e quem não estaria, além de analisarem sobre o esquema de segurança e técnico que também comportaria o trabalho da imprensa para a cobertura. Estes aspectos não são o foco da pesquisa, mas, sim, as matérias que dividiam espaço com estas publicações nas páginas dos periódicos. Entre expectativas, certezas de como seria e tentativas de nortear como deveria ser o novo governo, cada vez mais a questão dos ministérios ampliava seu espaço nas páginas e com o passar dos dias, mas principalmente após a posse de Jânio Quadros, é que os assuntos relacionados a política externa começaram a ganhar um maior destaque. Portanto, o foco será a que se relacionava a formação ministerial, para chegar à política externa e concluir retornando ao aspecto da representação de JQ em si.

A formação ministerial gerou um alvoroço quase tão grande quanto a posse presidencial nas páginas destes três jornais, contudo, pode-se dizer que um responda ao outro em seus questionamentos e aflições frente aos nomes anunciados. O jornal *UH* afirmava em seu

[74] "Formação do Governo em Etapas Distintas", *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[75] "U.S. News: Jânio e as finanças", *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, comentário.

editorial[76] estar sem entender o que levou Quadros a optar por aqueles ministros, mas não só eles, pois alegaram que "A opinião pública ainda se acha atônita, ainda não voltou a si da surpresa causada pela revelação dos nomes que o Sr. Jânio Quadros escolheu para o seu Ministério. Ninguém conseguiu atinar com o critério que orientou o novo Presidente" e para o *UH* o questionamento que fica é se "haveria, sequer, um critério?", demonstrando sua indignação. Da mesma forma, o *Estadão* também demonstrou sua decepção em um editorial[77], alegando que seria inútil não culpar o Presidente eleito pelo resultado, assim como este acontecimento não estava de acordo com os anseios da opinião pública. Para o jornal paulista, a formação teria se dado "Após alguns rápidos e atabalhoados contatos que manteve nestes poucos dias que mediaram entre a sua chegada e a sua posse", ainda afirmando que "foi excessivamente longa a ausência do Sr. Jânio Quadros".

Enquanto o jornal *OESP* acreditava, com uma narrativa de quem quase estava esquecendo de comentar sobre isso, de que havia sim alguns acertos e a pasta militar seria um desses, o *JB*, por sua vez, publica uma manchete declarando que ministério não agrada militares e políticos[78]. Era consenso nesses três jornais que

> De qualquer forma, ficou provado que o Senhor Jânio Quadros não dispõe da liberdade de movimentos que tanto alardeava, declarando-se acima das forças políticas que o elegeram. Ao contrário, mostra-se preso a injunções mesquinhas, de grupos e corrilhos. Não é, pois, segundo indica este seu primeiro ato, o dirigente que o País esperava, dotado de firmeza, coragem e capacidade de decisão própria[79].

Para o *UH* estes "métodos superados" não eram um ato que condizia com a evolução em que o Brasil se encontrava e, de mesmo modo, o *Estadão* finaliza apontando que tal qual o Presidente era

> Senhor da confiança dos partidos que o elegeram e dispondo, por isso mesmo, de absoluta liberdade de ação, o sr. Jânio Quadros, entretanto, não se serviu desta liberdade para formar um Ministério que, a par de figuras preeminentes, revelasse homogeneidade na sua composição e na capacidade dos elementos que o compõem. Neste momento tão sério da vida nacional, quando se impunha a necessidade de uma escolha que atendesse, antes de tudo, à preocupação de colocar "*the right man in the right place*", o sr. Jânio Quadros oferece um governo heterogêneo em que há de tudo [...][80].

[76] "O Grande Desapontamento", *Última Hora*, 30 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, Coluna de "UH".
[77] "O Novo Ministério", *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[78] "Militares e políticos não recebem com agrado Ministério de Jânio", *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1961, capa, manchete.
[79] "O Grande Desapontamento", *Última Hora*, 30 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, Coluna de "UH".
[80] "O Novo Ministério", *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.

No entanto, dias antes de todo este desapontamento dos jornais, o *JB* publicou uma manchete[81] para uma das colunas não assinada tradicionais do jornal carioca, na qual continha a fórmula da formação ministerial, pois nela dizia que "o Presidente eleito fixou o critério geral para a composição do Governo, segundo o qual os ministros não representarão partidos, mas alguns Estados e principalmente a política a ser aplicada a cada setor da administração". Ao mesmo passo em que ironizou com o trocadilho "Mistério ou Ministério"[82] para refletir sobre a cautela que os homens públicos tinham ao tomar decisões, mas que a de quem faria parte do governo já estava demasiadamente longa, já alertando que, "quanto maior for a expectativa, tanto maior o perigo de desapontamento possível, pois é perfeitamente certo que o Sr. Jânio Quadros não poderá contentar a gregos e troianos". E a crítica, pode-se dizer que na mesma intensidade dos outros dois jornais, não tardou a chegar, vindo mais rápido do que no *UH* e no *OESP*.

> Talvez esquecido de que ganhou as eleições com uma vantagem de mais de dois milhões de votos, o Sr. Jânio Quadros está escolhendo os seus ministros por um processo inteiramente inadequado e, sob certos aspectos, desalentador. [...] Mas, como tem relutância em assumir compromissos com partidos, passou a comprometer-se com entes de razão ou hipóteses políticas. O Ministério do Sr. Jânio Quadros, ainda não divulgado, mas já percebido, parece uma constelação de lugares-comuns[83].

Pondera-se ainda que, a composição ministerial realizada, não era garantia de sucesso[84] em um governo que as expectativas estavam acima do bom e beirando a excelência. Entretanto, em todas as reclamações acerca das escolhas do Presidente eleito para os ministérios, o nome de Arinos não era considerado um problema – até certo ponto, nos três jornais – e, em certos momentos, aparecia como solução para política interna também, por considerarem a política externa uma via de realizações no plano nacional. O *Jornal do Brasil* trouxe assuntos relacionados a Afonso Arinos na coluna "Coisas da Política", explicando a importância de Arinos[85] para aquele "critério geral" que haviam mencionado, pois ele poderia representar dois estados, Minas e Guanabara[86] e, além disso, referindo-se a intenções de JQ com a indicação de

[81] "Ministério de Jânio será decidido a 28 e revelado um dia antes da posse", *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1961, capa, manchete.
[82] "Mistério ou Ministério?", *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[83] "Mistério de chavões", *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[84] "Esperança e Temor", *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[85] "Arinos, duas vezes", *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, coluna Coisas da Política.
[86] Guanabara foi o Estado localizado na atual cidade do Rio de Janeiro por quinze anos (1960-1975). Antes de 1960, ali era o Distrito Federal, que passou então a ser em Brasília nos anos 1960. Em 1974, o Ditador Gen. Ernesto Geisel realizou um decreto para que a partir de 1975 a Guanabara voltasse a integrar o Estado do Rio de Janeiro.

Arinos, "que deveria marcar, segundo anunciara na campanha, **o caráter renovador, para não dizer revolucionário,** do seu Governo: a Pasta do Exterior"[87].

No mesmo sentido, o *UH* confirma Afonso Arinos no MRE, ressaltando que ele já estaria organizando quem mais trabalharia naquele setor do governo[88], além disso, traz uma declaração de João Dantas, diretor do *Diário de Notícias*, que fala sobre o caráter de "inovação total" que teria a PEB neste governo com o intuito de atingir o objetivo de tornar o Brasil uma grande potência[89] e, ainda, outra matéria[90] sobre a questão do petróleo especificamente, mas que "as nossas esperanças tem que estar voltadas, sempre, para a capacidade nacional de realização, sem menosprezo pelas possibilidades de cooperação externa, desde que nos seja conveniente", ressaltando a necessidade do Brasil ter boas relações internacionais que não resultem só em "doações vindas do exterior". Enquanto os dois jornais cariocas traziam estas discussões sobre como seria ou deveria ser a política externa implementada por Jânio Quadros junto ao MRE, no *Estadão* só foi possível encontrar silêncio em relação a este assunto. E a ausência no discurso também é algo importante de se analisar[91]. O jornal paulista fala sobre o novo Ministro do Exterior somente após a posse, em uma reportagem[92] na qual falou sobre a trajetória de todos os Ministros de Jânio, concluindo que "O novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil figura entre os maiores representantes da intelectualidade brasileira. Sua ação como Deputado Federal e Senador, granjeou-lhe o respeito e admiração de amigos e adversários políticos".

Salta aos olhos a diferença nas publicações entre os jornais cariocas e o paulista nos primeiros dias de governo, primeiramente em relação ao discurso de posse de Jânio Quadros, o qual foi elogiado pelo *OESP* e criticado pelo *UH* e *JB*. Em segundo lugar, estaria o discurso de Afonso Arinos. O motivo de discórdia foi a parte do conteúdo em que JQ criticava o governo de JK, bem como as condições em que se encontrava o país naquele momento. Em quase todos estes dias em que foi realizada a análise deste primeiro guia do roteiro de pesquisa, o *Estadão* trouxe críticas diretas e indiretas ao governo JK, o que para eles aumentava as expectativas em

[87] "Jânio revelou intenção de dar forte colorido udenista ao seu Ministério", *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, coluna Coisas da Política. Grifos nossos.
[88] "JQ: Ministério Poderá Ser Conhecido Hoje", *Última Hora*, 27 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, notícia.
[89] "JOÃO DANTAS: NACIONALISMO DEVERÁ SER BANDEIRA DE JÂNIO", *Última Hora*, 27 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 4, artigo.
[90] "Que fazer?", *Última Hora*, 27 de janeiro de 1961, 1º caderno, pg. 6, coluna Do Ponto de Vista Nacional, assinada por J. Soares Pereira – exclusivo de UH.
[91] Conforme Eni Orlandi (2008), "Na teorização que propus do silêncio (Orlandi, 1992) pensando a relação sujeito-linguagem-história, meu objetivo principal era justamente desestabilizar a ideia pré-concebida, que se tinha, de que o silêncio é o vazio. O silêncio é prenhe de sentidos. Ao tratar o silêncio de modo a incluí-lo na perspectiva analítica do discurso, não pensamos o silêncio místico, nem o silêncio empírico, mas o silêncio que tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre dizer e não dizer".
[92] "Quem são os ministros do novo Presidente", *O Estado de S. Paulo*, 1 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 6, reportagem.

relação ao novo governo, falando inclusive de uma recuperação moral em comparação aos últimos anos[93].

> Se grandes foram as restrições que fizemos em relação à composição do Ministério do Presidente Jânio Quadros, são poucas, muito poucas, as que se nos oferece fazer ao excelente discurso com que s. exa. Se apresentou à Nação. **Nessa bela peça oratória voltamos a encontrar o homem a quem prestamos apoio**, tanto no governo de São Paulo como na campanha para a Presidência da República. As palavras do novo Presidente não poderão deixar de calar fundo na consciência nacional. O país readquiriu finalmente a consciência de se ter na Presidência da República quem saiba interpretar, com fidelidade e justeza, o sentir daquela parcela do Brasil **que jamais compactuou com as irregularidades e desmandos que caracterizaram a nossa vida pública nestes últimos trinta anos**[94].

Destacando mais uma vez ao final do texto o quão "primoroso" tinha sido o discurso de Jânio Quadros. Também comemorou a nomeação por parte de Kennedy de Adolf A. Berle como Presidente de uma comissão especial para a América Latina, programa dos EUA, "que será parte da "revolução pacífica da esperança" que anima os povos da América Latina, assim como o novo governo norte-americano"[95]. Para o *UH*, durante o seu discurso Jânio Quadros havia pintado um "quadro dramático" do Brasil, distribuindo "sorrisos durante o dia" e "ataques" na sua primeira noite como Presidente da República[96], ao lado de textos e manchetes que destacavam o quão emocionante havia sido a despedida de JK. Aqui há claramente um desencontro na análise desses periódicos sobre a dita "opinião pública", o que evidencia os diferentes públicos a que dizem representar os periódicos. O *UH* também apresenta o texto de uma colunista assídua que com frequência desferia reprovações com relação ao novo governo, onde ela caracteriza Jânio como "humorista, satírico e sarcástico" estando o Brasil conduzido por "apodrecidas elites"[97].

Já o discurso de Afonso Arinos não recebeu críticas por parte do *UH*, que ainda apresentou citações do Ministro sobre o que se pretendia para as relações exteriores[98], mencionando o que seriam futuramente os princípios norteadores da PEI – sem ainda falar nela como independente – e comentando sobre a primeira ordem do Presidente ao ministro: organizar-se para que fossem iniciadas relações com a Hungria, Bulgária e Romênia[99]. Outro assunto que já entraria na pauta diplomática do MRE, conforme mencionado pelo *UH*, eram as

---

[93] "A filosofia de 3 de outubro", *O Estado de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[94] Ibidem; grifos nossos.
[95] "Uma grande notícia", *O Estado de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[96] "Jânio pinta quadro dramático do país", *Última Hora*, 1 de fevereiro de 1961, 1º caderno, capa.
[97] "Humorista na Presidência", *Última Hora*, 1 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 5, coluna Retrato sem Retoque, assinada por Adalgisa Nery.
[98] "A. Arinos: "Relações com Todos os Países"", *Última Hora*, 2 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 5, notícia.
[99] "Relações com Hungria, Bulgária e Romênia", *Última Hora*, 4 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 5, notícia.

relações com a URSS e a China comunista[100], além de destacarem a admiração de Arinos por alguns líderes cubanos, conforme o próprio ministro. Também contrariado com a fala do Presidente Jânio Quadros em seu primeiro discurso, o *JB* reprovou o pessimismo e o tom exageradamente alarmista ao falar dos governos anteriores ao dele[101], não só a JK, segundo a sua análise. Entretanto, alegam não se saber muito sobre os objetivos do Presidente, mas que a política externa seria uma esperança para o país, além de mencionar a crítica de Jânio ao comunismo no intuito de passar segurança sobre o seu governo.

Sobre o MRE, para o *JB*, "trata-se de uma pasta apolítica, onde as correntes partidárias, as tendencias ideológicas ou as inclinações e idiossincrasias não devem ter qualquer espécie de ingerência" além de acreditar que "se o Ministério do Exterior dispuser dos instrumentos indispensáveis ao seu funcionamento, seria legitimo esperar do atual Governo uma atuação construtiva no campo internacional"[102]. Especificamente em relação ao discurso de Afonso Arinos, destacam a coerência e objetividade em sua fala ao definir a política externa que será empregada, que o plano traçado parece combinar com a política externa dos EUA e encaram com bons olhos o apoio norte-americano através da Aliança para o Progresso[103], publicando também a integra do discurso do Ministro. Assim como o UH, o JB anuncia que Jânio Quadros quer que o Brasil reate com a "Cortina"[104] e publicam um elogio ao fato de Arinos logo já ter começado a trabalhar, demonstrando liderança no Itamaraty, comemorando que o Ministro daria continuidade ao que JK iniciou com a OPA[105].

> O Brasil já cresceu demais para resignar-se a um papel secundário na História contemporânea. Nos últimos anos, alguns diplomatas brasileiros se capacitaram disso e lutaram, pacientemente, dentro e fora do Itamarati, **para que o Brasil tivesse uma política exterior adulta e independente**, para que o nosso país não aparecesse mais, nas conferências internacionais, como caudatário ou como figura do côro. **Esperamos que, agora, esse sonho se torne realidade**[106].

O *Estadão* também reconhece a "vigorosa afirmação de valores no discurso de Arinos", comparando ao do Presidente eleito nos EUA, destacando semelhanças e, por outro lado, analisando falhas no discurso de Quadros por não ter sido a altura destes outros dois ao falar sobre a política externa do Brasil[107]. Ainda menciona o caráter soberano que Arinos pretende

[100] "Arinos: "Rússia e China no Esquema de Relações Traçado pelo Governo"", *Última Hora*, 7 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 7, notícia.
[101] "O Discurso do Presidente", *Jornal do Brasil*, 1 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[102] "Diplomacia Construtiva", *Jornal do Brasil*, 1 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[103] "A Aliança", *Jornal do Brasil*, 2 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[104] "Jânio quer que o Brasil reate com a cortina", *Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1961, 1º caderno, capa.
[105] "O Itamarati", *Jornal do Brasil*, 7 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[106] Ibidem; grifos nossos.
[107] "O Brasil silencioso", *O Estado de S. Paulo*, 3 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.

dar ao Brasil, indo além do tradicional, acreditando que o país precisa assumir esta posição de liderança que lhe cabe, que serão valiosas contribuições no MRE nesta gestão. Além de noticiarem que os EUA estariam doando 4 navios ao Brasil, para uma operação antissubmarino[108]. Entretanto, os elogios teriam vida curta. O jornal paulista posiciona-se contrário sobre as parcerias anunciadas, envolvendo "a órbita soviética" e que estariam no aguardo de maiores esclarecimentos sobre o assunto[109].

Ainda assim, as críticas vão mais a fundo em relação aos rumos que estariam tomando a PEB, alegando não fazer sentido o estabelecimento de relações com países do bloco socialista pois parece "já ter ficado suficientemente demonstrado pelos nossos economistas que as perspectivas de comércio abertas ao Brasil nos países do bloco comunista são praticamente insignificantes"[110]. Fazem também um chamado para que a ala militar do governo também faça seu parecer sobre esta situação, pois seria "prudente" que assim fosse, com riscos de "comprometer a já débil segurança interna", pois trata-se "de um problema com sérias implicações na futura tranquilidade do País". Entretanto, reconhecem que o Brasil precisa exercer o papel de ter boas relações com todos os outros países, mas acreditam que não há ainda as condições necessárias para que nisso sejam incluídas as conversações com o bloco ocidental.

Percebe-se, após este estudo inicial sobre o princípio do governo de Jânio Quadros na Presidência da República, o caráter oscilatório dos posicionamentos externalizados, apesar de que os princípios ideológicos aparentarem seguir uma linha contínua. Principalmente em relação ao jornal *OESP*, mesmo em meio a críticas e elogios deferidos em relação ao Presidente ou a política externa, manteve-se presente a tônica conservadora em seu discurso, assim como os jornais *UH* e *JB* sustentaram seus discursos de fiscalizadores do novo governo. Contudo, as opiniões figuravam como castelos construídos na areia, pela fragilidade em serem desmanchadas e, também, pela facilidade de serem reconstruídas, ou modificadas, estando à mercê de novas ondas que as transformassem.

3.2. A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS EM UM "GESTO INESPERADO"

Em 25 de agosto de 1961, ao final daquele dia, com sete meses de governo, pouco mais de meio ano de mandato presidencial, Jânio Quadros renunciara à Presidência da República

[108] "Os EUA cederão mais quatro navios ao Brasil", *O Estado de S. Paulo*, 3 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 5, notícia da sucursal de Brasília.
[109] "Provoca reações desencontradas a revisão da política externa do Brasil", *O Estado de S. Paulo*, 5 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.
[110] "O Brasil e as nações comunistas", *O Estado de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1961, 1º caderno, pg. 3, editorial.

Federativa do Brasil, um dos momentos mais marcantes da história política brasileira ainda no início da segunda metade do século XX. A carta que acompanhou o bilhete enviado ao Congresso Nacional alegava, misteriosamente, que "forças terríveis" o impediam de governar. Este ato e a decisão repentina de Jânio Quadros fizeram com que se iniciasse no Brasil uma grave crise institucional, pois até o que era para ser óbvio, conforme a Constituição — de que o vice-Presidente assumiria a Presidência na ausência ou impedimento do Presidente eleito — se tornou motivo de grandes discussões no país[111]. Foi assim que também, naquele momento, se deu início à Campanha da Legalidade, que visava garantir a posse de João Goulart, que se encontrava em missão oficial na China naquele período.

Como foi possível ver no subcapítulo anterior, havia muita expectativa em relação ao mandato de Jânio Quadros como Presidente da República, fato embasado no extenso número de votos que ele teve durante as eleições, considerado histórico para o período. Porém, ao longo dos sete meses de mandato, estas expectativas foram se transformando em frustrações para alguns e fé de que as coisas ainda poderiam melhorar, para outros. A política externa independente em vigor no período foi um dos pontos mais marcantes de discussões sobre a política externa, bem como a política interna realizada por Quadros, tendo em vista o seu forte caráter soberano e independente. Naquele mês de agosto de 1961, os ânimos estavam ainda mais exaltados pela aproximação do país com países socialistas, como Cuba, URSS e China, o que fazia com que os setores mais conservadores se agitassem em reprovar as medidas empregadas pelo governo.

A grande imprensa, aqui representada por três periódicos, discutiu amplamente as questões que, para eles, estavam conectadas à renúncia, procurando sempre fundamentar o seu ponto de vista para seus leitores. Para que possamos compreender melhor os discursos realizados por estes veículos midiáticos, vamos dividir este subcapítulo em três partes: a semana que antecedeu a renúncia, o dia da renúncia e a semana após a renúncia. Esta divisão procura identificar, de forma comparada, as rupturas e continuidade contidas nos discursos destes jornais, fosse em meio a apoios ou críticas ao governo e, principalmente, à PEI, visando compreender como se deram as críticas ou justificativas para a renúncia em meio aos jornais. Utilizando-se de um discurso político ideológico, mas também anticomunista, muito presente

[111] E nos jornais, tanto nos editoriais, como nas outras matérias, se viu muito a menção ao "Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente. Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais", fosse para apoiar ou mesmo para tentar achar justificativas no impedimento a posse de João Goulart naquele momento de crise.

naquele momento, busca-se avaliar a postura da imprensa na sua própria construção de agente gerador do social[112].

É possível identificar nos subentendidos[113], justamente argumentos que se conectam com a hipótese levantada nesta tese em relação ao uso do anticomunismo para endossar interesses privados disfarçados de "opinião pública", como poderá ser visto em citações mais a frente, comparando as publicações dos periódicos. Para além da ruptura e dos silenciamentos, vamos agora analisar nestas formações discursivas o interdiscurso, a cenografia e o *ethos* discursivo, visando melhor compreender os posicionamentos explícitos e as adjetivações encontradas em relação a Jânio Quadros, João Goulart e a política externa.

Dentro deste contexto da renúncia, o aspecto mais marcante na discursividade jornalística é com certeza a cenografia[114] criada por cada um dos periódicos, principalmente quando analisada de forma comparada. Este cenário discursivo é como a situação que está sendo criada no discurso, em um contexto imaginário e simbólico. O jornal paulista constrói um cenário de total **tensão**, sendo **alarmista** em relação a uma **crise** constitucional **iminente** – e isso antes do dia da renúncia de fato – demonstrando que o país estaria prestes a ruir e a PEI é colocada como um dos maiores problemas enfrentados, como se fosse uma "pedra no sapato" da população brasileira representada por este periódico[115]. Dentre os três jornais, o *Jornal do Brasil* possui o

[112] Em sua obra sobre sujeito, sentido e ideologia, Eni Orlandi (2017, p. 23), apresenta que "Como vemos, a análise de discurso, proposta por M. Pêcheux, se faz no entremeio das disciplinas e as afeta em seus métodos de interpretação, na medida em que articula linguagem com ideologia, praticando a análise de suas materialidades. Portanto, não é só a linguística que é afetada pela constituição da análise de discurso e seu objeto mas qualquer teoria que, em um momento de sua prática, defronta-se com a questão da língua e da interpretação" estando de acordo com o que Pêcheux (2015, p. 54) fala sobre descrever e interpretar, pois para o autor "Desse ponto de vista o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de urna alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível", assim como, para o trabalho realizado nesta tese, estas formações discursivas atravessadas são aquelas que orientam os sentidos e as ideologias em disputas, conforme apresenta Pêcheux em sua obra.

[113] Conforme Michel Pêcheux (2015, p. 48) "Em história, sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência; trata-se, para além das leituras dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido".

[114] Para Maingueneau (2015, p.117) "O termo "cena" apresenta ainda a vantagem de poder referir ao mesmo tempo *um quadro* e *um processo*: ela é, ao mesmo tempo, o espaço bem delimitado no qual são representadas as peças [...], e as sequências das ações, verbais e não verbais que habitam esse espaço[...]", além de subdividir em três categorias: a cena englobante – que usualmente pode ser referida como o tipo de discurso, conforme o autor –, a cena genérica – que seriam como normas que suscitam expectativas – e por fim, a cenografia, pois "Enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*" (Maingueneau, 2015, p.122).

[115] Conforme Regina e Souza (2024, p.64) "É condição *sine qua non* considerar que as ideias que regularmente fazem parte de um periódico, de fato, **circulam na sociedade, mas não são universais em seu conjunto**. Ou seja, é importante ao pesquisador ter em conta a subjetividade do **grau de penetração social** de determinados sentidos presentes nos jornais. Como destaca Charaudeau (2006), não se pode considerar como informação pronta os efeitos de sentido possíveis na recepção de um texto. Dessa forma, precisa-se observar o conteúdo presente em um

cenário mais **ponderado**, como se fosse um **observador crítico** que procura compreender a situação com uma certa **distância**, sem se tornar alarmista, criando um equilíbrio entre críticas e reconhecimentos. O *Última Hora* cria uma cena de **defesa** e, ainda, **combativo** em favor do governo, inclusive em relação a Jânio Quadros, que é apresentado por este periódico como um **Presidente incompreendido**, que está sendo vítima de seus opositores conservadores e golpistas.

Estes cenários também se relacionam com a constituição do *ethos*[116] destes periódicos. Por *ethos* entendemos a imagem que o enunciador cria de si mesmo, carregando uma maior credibilidade ao que é dito, como uma forma de conquistar e se aproximar do leitor (Maingueneau, 2008; Amossy, 2016). O *Estadão* assume a posição de **detentor do saber, um porta voz da ordem e da moralidade**, sendo crítico não somente às políticas de Jânio Quadros, mas também a ele como pessoa. Já o *Jornal do Brasil* se apresenta também com uma **postura moderada e reflexiva**, procurando manter uma **posição de equilíbrio**, de acordo com a sua cenografia. O jornal *Última Hora*, alinhado com a **tradição trabalhista**, destaca-se como **defensor do governo e do progresso**. Em relação às formações discursivas, o *JB* e o *UH* seguem essa mesma linha do que já veio sendo apresentado em seu *ethos* e cenografia – o primeiro com um discurso menos ideológico e mais pragmático e o segundo com críticas aos setores conservadores por gerarem instabilidade –, mas o *OESP* acrescenta um tom conservador atrelado à ordem e moral, com intensas críticas a PEI.

As capas do *Estadão* são em sua maioria voltadas para assuntos internacionais, com raras menções aos assuntos internos do país, mesmo quando seus editoriais estão "recheados" de discussões sobre a política nacional. Sete dias antes da renúncia, o *OESP* traz um editorial[117] que carrega em seu discurso estes aspectos mencionados acima. O texto fala sobre uma carta de Kruschev a Jânio, na qual o jornal paulista questiona os atos do Presidente, o colocando contra a opinião pública e a democracia, apresenta alguns adjetivos negativos para a carta – "mensagem terrível" – e para Jânio – "uma destas infelizes criaturas" –, mencionam que

determinado discurso jornalístico como um conjunto de enunciados que pretende semânticas possíveis, sentidos esses que poderão ser, em parte – nunca na sua totalidade, visto a impossibilidade de reconstrução exata das intenções do autor –, analisados pela pesquisa histórica" – grifos meus.

[116] Embasada em Maingueneau, Amossy (2016, p.17) apresenta em sua introdução que "Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar adesão. Ao mesmo tempo, o ethos está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala. A noção de ethos estabelecida pela análise do discurso encontra, assim, a sociologia dos campos, mas privilegia "o imbricamento de um discurso e de uma instituição", ou seja, recusando a concepção de uma sociologia externa. Ela também encontra a retórica a partir da qual Maingueneau retoma a ideia de discurso eficaz, recusando-se a considerá-lo uma "coleção de procedimentos a serviço de um conteúdo que procura encontrar uma forma".", explicando o que se compreende por ethos, de forma simplificada.

[117] "O sr. Kruschev elucida o sr. Quadros", *O Estado de S. Paulo*, 18 de agosto de 1961, p.3, editorial.

aguardam o juízo que o Presidente teria sobre a situação, **alertando de que ele nem precisa ler a carta, basta ler o que eles escreveram ali para saber o que fazer.**

> O Presidente do Brasil não terá necessidade de ler as quatorze páginas da mensagem apocalíptica. Aqui, nesta transcrição que lhe oferecemos a título de colaboração para seu esclarecimento, está a sua causa precípua: "Os sentimentos nacionalistas e a estreiteza de mente não desaparecem automaticamente com o estabelecimento de um sistema socialista..."[118]

Ressaltam ainda **o perigo comunista** e falam sobre o que estão fazendo com os trabalhadores na Alemanha, também sinalizam que o sentimento nacionalista não muda do dia para a noite em ocorrência de uma mudança para o sistema socialista, dando a ideia de que o povo não vai mudar seu pensamento nacionalista atual para o que os comunistas querem que seja a lógica nacionalista, trazendo mais sugestões do que pensam os socialistas na conclusão do texto opinativo.

Com ideias complementares a este, no dia 20 de agosto o *Estadão* traz no editorial principal, intitulado "Para onde vamos?"[119], falando sobre o descontentamento do andamento do país sob a presidência de **Jânio Quadros**, de que para eles **nem para neutro estava servindo no plano internacional e sim pendendo para o lado dos comunistas**, fazem um alerta sobre o caos que está o país, afirmando acreditarem que esta situação não estava nem nas previsões de Jânio e **teria ultrapassado suas forças**, para então o jornal paulista fazer a sua previsão: de que provavelmente ocorreria um **novo golpe das forças armadas** e que isso até seria algo lógico na situação atual, pois para eles **só um novo Deodoro ou Floriano pra recuperar o país** e salvar de um **Fidel brasileiro**, em outras palavras[120].

Já o editorial do dia 22 de agosto de 1961[121] parece colocar "panos quentes" em cima do cenário de tenso e alarmante criado por eles no editorial anterior, lembrando que nunca nenhum Presidente foi eleito em tão favoráveis condições, com o "terreno pronto" para ele recuperar a economia, pois teria o auxílio do grande amigo norte-americano disponível. Porém, para *OESP*, Jânio desprezou a atitude do eleitorado realizando **uma política sem norte e sem sistema**, criou choques com governadores e opositores, teve a audácia de se achar acima dos governos, praticando uma "**aventura exterior sem precedentes"**, contrariando a todos com seus

---

[118] Idem.
[119] "Para onde vamos?", *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[120] Este é um pensamento muito sintomático das raízes do próprio Estadão, lembrando que ele foi fundado em 1875 por um grupo de republicanos e tanto Deodoro quanto Floriano foram militares e políticos, participaram dos movimentos contrários a monarquia para Proclamação da República em 1889 e foram, simultaneamente, o primeiro Presidente da República – que renunciou ao seu mandato – e seu substituto no governo. Para saber mais sobre este assunto, ver: Silva, Hélio.; Carvalho, José Murilo De.; Schwarcz, Lilia Moritz.; Holanda, Sérgio Buarque De.; Sodré, Nelson Werneck.
[121] "Ainda é tempo", *O Estado de S. Paulo*, 22 de agosto de 1961, p.3, editorial.

propósitos subversivos, instaurando uma crise geral, mas tranquilizam de que ainda é tempo de recuperar alegando que o Brasil precisa **voltar as suas tradições e convicções democráticas**, **ser leal às nações líderes das américas –** ou seja, alinhar-se aos Estados Unidos –, finalizando o editorial com um conselho do que o Presidente deveria fazer.

> Entretanto, ainda é tempo. Reconsidere s. exa, a sua política e esse gesto só o poderá valorizar. Volte s. exa. às tradições brasileiras, às convicções democráticas da Nação e aos ideais que sempre animaram o Brasil. Procure chegar a um entendimento leal com as nações líderes das Américas estará aberto o caminho para o restabelecimento da harmonia entre a pessoa de s. exa, e as correntes democráticas que exprimem o sentir da nacionalidade. Tenha s. exa. bem presente que as onze figuras acima citadas nada mais desejam do que ajudá-lo a safar-nos do atoleiro que nos vem sufocando, faça delas a base insubstituível da sua política e o País voltará a calma e a confiança sem a qual nada de útil e de proveitoso resultará para ele do seu governo[122].

Os dias seguintes vieram com editoriais lotados de críticas a Jânio Quadros e sua política, tanto externa quanto também a interna, no jornal paulista. O primeiro deles, está mais ligado a condecoração de Che Guevara que ocorrera no dia 19 de agosto e que será abordada no capítulo cinco da presente tese, mas é importante para este capítulo pela entonação usada neste texto opinativo, como um pai que repreende o filho que fez algo errado e irá colher as consequências por não ter escutado os conselhos paternais. Estes elementos podem ser identificados no trecho a seguir.

> Ontem **aludimos** ao fato de o Brasil contar neste momento, à frente de dez Estados da União, com a presença de outras tantas personalidades de primeira plana. **Mostramos** também ao sr. Jânio Quadros que **era nessas personalidades que s. exa. devia buscar o apoio para o seu governo** e que nenhuma delas, estamos certos, se recusaria a atender a um tal apelo. Hoje, diante das **sombrias perspectivas** com que nos defrontamos, permitimo-nos recordar a s. exa. que essas dez personalidades lá se encontram firmes nos seus postos, prontas a atendê-lo ao menor aceno. Personificações legitimas dos anseios de dez dos mais importantes Estados do Brasil, **é nesse pugilo de homens, e não em assessores ou conselheiros improvisados e inexpressivos**, que s. exa. **deve procurar** não só o apoio necessário ao seu governo, mas a orientação política indispensável à **tranquilidade do País e à preservação do regime**[123]. (grifos meus)

Na sequência, criticam os atos do Presidente acusando de estarem "dotado de infantilidade" e comparam Jânio a um "professor frustrado de anos iniciais com alunos infelizes", fazendo também alusão ao período do estado novo em tom de crítica, pois falavam sobre a tentativa de regulamentar a profissão de jornalista, a qual o *Estadão* era contrário[124], nomeando também a política interna de Quadros de autoritária e personalista[125]. Por fim,

[122] Idem.
[123] "A crise se acentua", *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[124] "Infantil e arbitrário", *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[125] "O dever da UDN", *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1961, p.3, editorial.

criticam a "numerosa" comitiva que foi negociar com a **China comunista**[126], dizendo ser desnecessário por se tratar de números secundários na economia brasileira em relação a exportações e importações, trazendo números das negociações com a China continental. Ainda alegam que por ordens do Presidente da República a delegação se vê em uma posição ingrata e que o Brasil teria condições de exportar bens de equipamentos para a China**, afirmando que se trata de um país subdesenvolvido que não se compara ao Brasil**.

No dia que antecede a renúncia os editoriais estão voltados para a relação conflituosa de Jânio e Lacerda, bem como os dois artigos de sucursais que comumente estão ao lado dos editoriais. Vale destacar um deles[127], que fala sobre o que foi prometido em campanha e o que se está sendo feito de fato, realçando as promessas de campanha de um "governo ríspido, áspero, bravio e intolerante particularmente no campo da restituição da probidade", para isso Jânio instaurou dezenas de sindicâncias e inquéritos **para apurar graves irregularidades da gestão anterior.** A crítica do jornal paulista está no ponto de que vários destes inquéritos já haviam encerrado e "restou o silêncio do Presidente", **pois não deram em nada e as promessas de campanha estariam se tornando nada mais do que apenas promessas**. Chamam **João Goulart de "pupilo de Vargas"** e que um dos inquéritos era contra o próprio vice-Presidente e não deu em nada, **apontam que a rigidez e aspereza está somente contra os difusores do pensamento como rádio e televisão**, mencionando a regulamentação da profissão de jornalista, encerram seus argumentos, mais uma vez, como detentores do saber, dizendo o que o Presidente deveria ou não fazer.

> Como afirmamos em outro comentário nesta mesma seção, ninguém tem o direito de duvidar dos **propósitos moralizadores do senhor Presidente da República**. Mas **a opinião pública tem o direito e o dever de alertá-lo** sobre a evidente retração do ímpeto inicial devida, certamente, a fatores e atores que escapam, momentaneamente, a vigilância presidencial. É, pois, a título de colaboração com o senhor Jânio Quadros que **lhe sugerimos a maneira mais fácil de descobrir o que é que há para que não continue havendo**[128].

Mudando um pouco o clima de tensão, o *Jornal do Brasil* com seu lado mais reflexivo sobre os acontecimentos internacionais, apresenta um editorial[129] fazendo uma avaliação sobre a oferta de ajuda que os Estados Unidos fizeram para as Américas, aquela que o *Estadão* aconselhou a "agarrar com unhas e dentes", em outras palavras. Para o *JB*, não ficou claro quem estaria dentro das fronteiras convidadas a receber este auxílio e se de fato os norte americanos iriam honrar o compromisso, trazendo questionamentos acerca do assunto para seus leitores.

[126] "Comércio com a China Popular", *O Estado de S. Paulo,* 23 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[127] "O que há com os inquéritos?", *O Estado de S. Paulo,* 24 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[128] Idem.
[129] "Balanço", *Jornal do Brasil,* 18 de agosto de 1961, p.6, editorial.

Também chamam atenção do leitor para o fato de que "**sabia o Sr. Jânio Quadros dos sacrifícios que seriam impostos ao povo brasileiro. Tinha certeza, inclusive, conforme testemunhou em vários pronunciamentos, que isto implicaria no próprio desgaste de seu ativo político"** falando sobre os meios para atingir os fins, em relação as ações planejadas do governo e que "**Não deve mudar de rumo** quando tudo indica que o objetivo visado está a menos de meio caminho"[130]. Além do *JB* contar com manchetes na capa que falam sobre os assuntos do governo, na maioria das vezes tinham matérias que complementavam os editoriais, trazendo informações sobre a política externa, inclusive ponderando de que ela não era tão inovadora assim, pois apresentava continuidades do que vinha fazendo JK no governo anterior[131]. Em outro editorial[132] voltam a falar da ajuda oferecida pelos EUA, mencionando que aparentemente eles estão "maduros" para oferecerem este auxílio e alertam que os demais países da América estão atentos para o que o Brasil fará com o que receber.

> O Governo deve ser fiel às suas intenções de planejar o crescimento da economia nacional e à execução das reformas necessárias de acordo com uma escala de prioridades. O Plano de Emergência ainda é um esboço. O Plano Quinquenal, uma promessa. **Esperamos que o Governo não fique no esboço nem deixe de cumprir a promessa.** As oportunidades, afinal, não podem ser desperdiçadas. **O Sr. Jânio Quadros, que sempre teve um grande senso do que é oportuno e do que não o é, tem hoje a grande responsabilidade, perante todos os demais países da América**, que é a de provar que as transformações revolucionárias também podem ser feitas de maneira pacífica[133].

Para já no dia seguinte realizarem uma reclamação em seu editorial[134], com relação a outros colegas jornalistas, bem como outros políticos, que tem criticado a política externa brasileira, acusando-a de ser comunista, trazendo um título bem expressivo: Histeria.

> Se há coisa perigosa, em política, é o excesso de imaginação. **Essa crise** que pôs o Brasil em sobressalto, nos últimos quatro dias, **alimentou-se de entes de razão**, invocados, de maneira confusa, por **grupos conservadores nervosos**, por alguns **jornais mais apressados**, por vários **políticos sem rumo** certo e por um sem-número de observadores que analisavam **fatos inexistentes** ou admitiam **hipóteses improváveis**[135].

E continuam dizendo que "Há, em tudo isso, um aspecto extremamente desagradável, que é o da repercussão de uma **crise desse tipo — verdadeira crise de nervos — no exterior",** ainda adjetivando de que a Nação ficou "ansiosa" e "perdeu tempo" com assuntos sem profundidade, de que "Seria fácil apontar um culpado ou vários. Mas o que nos parece mais

[130] "Reflexos", *Jornal do Brasil*, 19 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[131] "Coisas da política", *Jornal do Brasil*, 18 de agosto de 1961, p.3, coluna.
[132] "Responsabilidade", *Jornal do Brasil*, 20 e 21 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[133] Idem.
[134] "Histeria", *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[135] Idem.

justo é dizer que há uma culpa ambiente, um equívoco geral, uma falta de informação e de maturidade, que só pode causar prejuízos ao País" por conta de alguns "setores tradicionais". E o *JB* continuará a abordar a temática da política externa brasileira nos dias subsequentes. Na capa do dia 23 de agosto tem uma fala de Afonso Arinos de que "Política do Brasil é de luta pela paz" e no editorial[136] deste dia, o Jornal do Brasil volta a adotar uma postura mais tranquilizadora, alegando que até entendem, "embora não seja justificável" a "inquietação que alguns setores da sociedade brasileira sentem diante da política externa do Presidente Jânio Quadros", falando também sobre o espanto das classes conservadoras.

> Quando perceberam que o processo do desenvolvimento não só era do interesse do Brasil, como também lhes trazia benefícios e lhes abria perspectivas, não tiveram a percepção de que era imperiosa a execução de uma política externa despida de preconceitos e de temores. O Presidente Jânio Quadros, **de maneira abrupta**, e o Chanceler Afonso Arinos, com argumentação lógica, **puseram as classes conservadoras diante da realidade**, nua e crua[137].

E concluem,

> Até hoje, as resistências à política externa do Presidente Jânio Quadros se basearam em **suspeitas infundadas e temores inarticulados**. [...] **Há muito que o Itamaraty fora condenado ao imobilismo pelo temor que os políticos, sob a influência das classes conservadoras, sentiam diante de qualquer ideia de atualização da nossa diplomacia.** Agora, o que se vê, de maneira tumultuária ainda, é um reflorescimento da diplomacia brasileira e **uma afirmação cada vez maior do nosso País no exterior**. É o caso de se perguntar se o Brasil poderia continuar, por muito tempo, crescendo por dentro e minguando por fora[138].

Por fim, em relação aos editoriais do *JB* nesses dias que antecederam a renúncia, na véspera o jornal carioca utiliza de elogios para com a política externa, para embasar suas críticas à política interna, alegam que a primeira tem ações firmes – "A política externa do Presidente Jânio Quadros, que consideramos inteligente e audaciosa, permite que o Governo, internamente, tenha uma maior área de manobra nos planos econômico, financeiro, administrativo e social" – e a segunda ainda está no ritmo da improvisação. Ao mesmo tempo, dizem não duvidar dos esforços do Presidente e que sabem que **"Há no Brasil inúmeros fatores, de toda ordem, que concorrem para o desgaste da melhor das administrações"** e confessam temer que "um mandato, sob todos os aspectos inédito na história do País, deixe de cumprir-se, de maneira integral, por querer o Governo fazer tudo de uma só vez" parecendo prever o que estava por vir[139].

---

136 "Afirmação", *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1961, p.6, editorial.
137 Idem.
138 Ibidem.
139 "Revisão", *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1961, p.6, editorial.

Apesar do jornal *Última Hora* ser o mais expressivo dos três, tanto na maneira direta de apresentar suas manchetes na capa e mesmo de colocar seus editoriais na capa, não é sempre que eles são publicados e nestes dias que antecederam a renúncia, não ocorreu a publicação de nenhum editorial. Outra publicação interessante é a "Coluna de UH", assinada pelo diretor do jornal, Paulo Silveira, mas que assim como os editoriais, não é algo que ocorre diariamente no *UH*. Portanto, assim como nos demais jornais, nos detivemos nas matérias contidas nas primeiras páginas, que possuem textos relacionados com as políticas interna e externa do país, conforme interesse da pesquisa. Na capa do dia 19 de agosto de 1961 tem uma manchete que fala sobre o governo estar se defendendo em relação ao aumento do custo de vida que foi só de 10%[140] e no interior do periódico tem uma matéria centralizada na página que apresenta uma carta de Jânio a URSS, dizendo que o povo russo está em condições de entender o brasileiro, pois "é importante intensificar o intercâmbio com a União Soviética. Temos alguma coisa a oferecer e muito a receber"[141].

Na edição publicada no dia 21 de agosto, o jornal *Última Hora* apresentou uma postura clara de defesa da estabilidade institucional e da ordem democrática, utilizando a Coluna de UH assinada por Paulo Silveira, com um texto intitulado "Em busca da legalidade" para construir um *ethos* de proteção à democracia e à legitimidade do governo Jânio Quadros[142]. Ao fazer críticas incisivas a Carlos Lacerda, caracterizando-o como um "conspirador" e o responsabilizando pelo suicídio de Vargas em 1954, o jornal sinaliza a continuidade de práticas golpistas que colocavam em risco a ordem democrática. A escolha de palavras para usar no texto como "aventuras golpistas" e ainda chamando Lacerda de "imprudente" reforça uma cenografia em que o governo Jânio é retratado como vítima de sabotagem por parte de setores conservadores, enquanto se exalta a união em defesa da legalidade em seu entorno.

> Felizmente que, no instante mesmo em que um Governa dor de Estado mostra-se tão ostensivamente incompatibilizado com o exercício democrático e chega ao absurdo de ameaçar de deposição o Presidente da República, outro dirigente partidário oferece expressivo exemplo de fidelidade à Lei, esquecido mesmo, na hora da ação, de que é um adversário político de quem se encontra, agora, à frente do Governo. Circunstância, de resto, que não pode ser invocada, pois, acima dela, 'este País aspira à ordem, à estabilidade, ao respeito de si próprio e ao respeito das demais nações', para usar as mesmas palavras com que falou aos brasileiros o Sr. Juscelino Kubitschek. Muito mais cedo do que pensavam o Sr. Carlos **Lacerda e os que com ele se agitam**, compreendeu o Sr. Jânio Quadros que tem o **apoio maciço da opinião nacional na sua disposição de defender, a todo custo, a ordem democrática**,

[140] "Clamor Popular Explode na Câmara e Govêrno se Defende: "Custo de Vida Subiu só 10%!"", *Última Hora,* 19 de agosto de 1961, capa, manchete.
[141] "JÂNIO A KRUSCHEV: "O POVO RUSSO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE ENTENDER-NOS", *Última Hora,* 19 de agosto de 1961, p.4, notícia da sucursal de Brasília.
[142] "EM DEFESA DA LEGALIDADE", *Última Hora,* 21 de agosto de 1961, p.4, Coluna de UH.

> mesmo que tal esforço demande a objetiva inflexível de um povo político de Governo passado e objetivo inflexível de **um povo que já não se deixa seduzir pela voz empolada de um político superado.** [...] Em agosto de 1954, o Sr. Carlos Lacerda **levou ao suicídio** um Chefe de Estado; **seria imprudente** se tentasse repetir, em 1961, o mesmo **golpe**...[143]

A coluna posiciona-se como um contrapeso aos discursos alarmistas de outros jornais, como o que foi visto no *Estadão*, apresentando o governo como um agente de estabilidade, capaz de manter a ordem frente às adversidades e às forças desestabilizadoras representadas pela oposição.

No dia seguinte, o *Última Hora* destacou a missão brasileira em Cuba, utilizando como ponto central a fala de Jânio Quadros sobre a importância de um "bom acordo comercial" com aquele país e parafraseiam a fala de Jânio de que "O Governo não cogita de reexaminar o que está certo e seguirá os rumos que se traçou porque são os que consultam aos interesses da Nação."[144]. A abordagem do jornal evita qualquer conotação negativa, naturalizando as relações diplomáticas com o bloco socialista e silenciando as críticas que associavam essas ações a um alinhamento ideológico com o comunismo, sem abordar os tópicos anticomunistas visto no jornal paulista. A cenografia construída pelo jornal enfatiza a política externa como uma estratégia soberana e independente, alinhada aos interesses do Brasil, reforçada pelas declarações do então Presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, que classificou a PEI como independente e estratégica[145]. Esse alinhamento entre a cobertura feito pelo jornal carioca e a fala de Nasser projeta um *ethos* positivo para Jânio, apresentando-o como um líder capaz de fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional. Ao mesmo tempo, traz um silenciamento aos discursos que criticavam as condecorações e as parcerias comerciais, afastando a narrativa anticomunista em favor de uma valorização da soberania diplomática em vigor.

Em 23 de agosto as questões envolvendo a PEI continuam em evidência, a defesa da Política Externa Independente se aprofunda com a reprodução de trechos do discurso de Afonso Arinos proferido na Faculdade Nacional de Direito, onde ele reafirma o compromisso do Brasil com a autodeterminação dos povos e a busca pela paz mundial[146]. O *UH* constrói uma cenografia em que o chanceler é aclamado pelos estudantes, apresentando um *ethos* de estadista

[143] Idem, grifos meus.
[144] "JÂNIO CATEGÓRICO: POLÍTICA EXTERIOR NÃO SERÁ REEXAMINADA", *Última Hora*, 22 de agosto de 1961, p.4, Coluna do Planalto.
[145] "Nasser: "Política Exterior de Jânio Demonstra Independência"", *Última Hora*, 22 de agosto de 1961, p.5, notícia.
[146] "Arinos Aos Estudantes: Política Exterior do Brasil é Pela Paz Mundial", *Última Hora*, 23 de agosto de 1961, p.3, notícia.

competente e comprometido com princípios universais democráticos. A escolha de palavras como “coerência” e “consistência” no discurso de Arinos reforça o contraste com as críticas conservadoras, retratadas como baseadas em “suspeitas infundadas e temores inarticulados”. Também tem outra matéria em que falam sobre a PEI e sobre desafios do governo, trazendo citações de falas de Jânio Quadros.

> Após frisar que seu Governo "vem lutando, como pode, onde suas forças o autorizem, com os interesses a qualquer Governo, mas procurando marcar a sua conduta pela mais absoluta imparcialidade", passou o Presidente da República a enumerar os resultados da sua administração:
> "Já se podem colher alguns frutos" — disse. "Aí está a política internacional, cujo resultado é, por enquanto, **a presença soberana do Brasil em pontos nevrálgicos do mundo, com total independência de qualquer poder.** Apenas o critério internacional impera no exercício do nosso direito de soberania."[147]

Jânio afirma que a política exterior será mantida “a qualquer custo”. Essa narrativa neutraliza as acusações de alinhamento ideológico com o socialismo contida em outros periódicos como o *Estadão*, por exemplo, e posiciona a PEI como um projeto de renovação diplomática. Além disso, a ênfase na recepção calorosa por parte dos estudantes sugere um apoio popular à política externa, silenciando as tensões internas e reforçando a legitimidade do governo perante a "opinião pública[148]".

Por fim, no dia que antecede a renúncia, o *Última Hora* celebra o avanço das relações comerciais entre Brasil e China, em virtude da viagem governamental chefiada pelo vice-Presidente, destacando o acordo de crédito assinado durante a visita de João Goulart a aquele país[149]. O jornal reproduz o telegrama enviado por Jango a Jânio, enfatizando a importância estratégica do acordo e as manifestações de apoio ao Brasil por parte das autoridades chinesas. A construção discursiva do jornal reforça um *ethos* de competência e protagonismo internacional do governo brasileiro, como visto anteriormente, posicionando-o como agente de transformação no cenário diplomático global. Por outro lado, há a omissão de críticas ou "receios" sobre as relações com a China ou com o bloco socialista, contribuindo para uma

[147] "JÁ ESTAMOS COLHENDO RESULTADOS DA NOVA POLÍTICA INTERNACIONAL", *Última Hora*, 23 de agosto de 1961, p.4, notícia.
[148] Opinião pública circunscrita aqui como sendo os leitores daquele periódico, tendo em vista os significados que ele produz. Conforme Charaudeau (2019, p.49) “O *efeito de verdade* está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. Diferentemente do valor de verdade, que se baseia na *evidência*, o efeito de verdade baseia-se na *convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos” (grifos do autor), ou seja, depende da adesão de indivíduos aos pensamentos expostos por um dispositivo enunciativo, que no caso da tese, são os jornais.
[149] “Jango: Iniciam-se com otimismo as relações entre Brasil e China”, *Última Hora*, 24 de agosto de 1961, p.4, coluna Dia do Planalto.

cenografia de progresso e integração econômica, ignorando os temores conservadores amplamente divulgados em outros jornais. Sendo assim, fica evidente que o *Última Hora* apresenta a PEI como um elemento central da soberania brasileira, destacando os resultados concretos de suas ações e silenciando narrativas de crise ou ameaça à democracia, como foi possível identificar nas outras publicações do *OESP* e do *JB*.

Eis que chega o dia 25 de agosto de 1961, dia em que ocorre a renúncia de Jânio Quadros e a grande imprensa aqui em análise continuava a tratar de temas que refletiam as tensões políticas e ideológicas daquele momento, embora não se soubesse que a renúncia de Jânio Quadros ocorreria ao final daquele dia. O *Estadão*, por exemplo, manteve seu foco em questões internacionais na capa e na página 2, como de costume, mas o editorial na página 3 destacou preocupações mais profundas sobre a **solidez do regime e a confiabilidade de Jânio como líder**[150]. Ao questionar o silêncio do Presidente e sua ausência em momentos cruciais, o jornal construiu um discurso que associava sua postura à instabilidade institucional e à fragilidade democrática.

> Nenhuma dúvida teríamos em aceitar uma política exterior de plena independência — Independência que está nas nossas tradições e de que nos departimos desde a ditadura — se essa fosse realmente a linha de rumo do Sr. Presidente da República. Mas não é. Entre as palavras e os atos de s. exa. há sempre um desajustamento, contradições, negações. **Emprega o Sr. Jânio Quadros as mesmas palavras que nós, mas deforma-as na aplicação prática, ao tirar conclusões.** Vocábulos com democracia, autodeterminação, ditadura, colonialismo têm para s. exa. e para nós significados diferentes. Não aceitamos as sutilezas dialéticas do chefe do Executivo[151].

Além disso, ao criticar acordos comerciais com a China comunista e defender a indústria nacional[152], o *Estadão* reforçou a visão de que a **política externa de Jânio** não era apenas um risco político, mas também **uma ameaça** ao desenvolvimento econômico interno, fazendo uso de uma retórica marcadamente nacionalista e anticomunista.

Já o *Jornal do Brasil* apresentou uma abordagem mais moderada e cautelosa, como já vinha sendo observado, sem abandonar seu tom analítico. Na capa, as manchetes apontavam o apoio de setores estratégicos da sociedade, como a classe operária e o Exército, ao governo, criando um contraste com a visão crítica evidenciada por outros veículos midiáticos. No editorial "Constância"[153], o jornal dissertou sobre a Aliança para o Progresso, destacando a relevância estratégica dessa iniciativa para o desenvolvimento da América Latina ao ressaltar que "A partir do momento em que os primeiros efeitos da guerra fria se fizeram sentir nas

[150] "O sr. Jânio Quadros e a opinião pública", *O Estado de S. Paulo,* 25 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[151] "Palavras claras", *O Estado de S. Paulo,* 25 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[152] "Defesa da indústria nacional", *O Estado de S. Paulo,* 25 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[153] "Constância", *Jornal do Brasil,* 25 de agosto de 1961, p.6, editorial.

Américas, os Estados Unidos atentaram para as suas responsabilidades históricas nesta parte do mundo, antes tão ignorada" e que "Um exemplo de imaginação bem aplicada é o plano da Aliança para o Progresso, que, basicamente, propõe o controle e a canalização dos processos revolucionários na América Latina.", mas também apontando desafios políticos internos nos Estados Unidos que poderiam comprometer sua implementação. Embora o *JB* não apresentasse críticas diretas a Jânio naquele dia, o texto subentendia que o Brasil deveria manter sua posição de liderança regional, mas sem ignorar as dificuldades internas e externas que rondavam o governo.

Por sua vez, o *Última Hora* manteve sua postura alinhada ao governo, com uma capa que destacava a afirmação de Castro Neves[154]: "Não farão com Jânio o que fizeram com Vargas!"[155], mais uma vez evocando o passado recente e a memória do suicídio de Getúlio Vargas como um recurso discursivo para legitimar o Presidente e denunciar possíveis conspirações contra ele. Na página 4, um texto sobre San Tiago Dantas reafirmar que a política externa de Jânio estava alinhada ao programa do PTB[156], o que reforçava a coerência ideológica do governo diante de críticas da oposição.

> Definindo a política externa do Sr. Jânio Quadros como nitidamente enquadrada dentro do programa do PTB, especialmente dentro dos 8 itens a respeito contidos na proclamação que o PTB fez quando da Convenção de 1º de Maio de 1959, não o contrapondo, assim, a razões de ordem partidária; assinalando que a efetiva participação do Brasil na orientação política internacional iniciou-se com o Governo do Sr. Juscelino; reafirmando a condição de liderança que já se pode atribuir ao Brasil e provocando o melhor acirramento das divergências que medram no seio da UDN [...][157].

Contudo, o apoio de governadores e líderes sindicais à política externa era ampliado, conforme o jornal carioca, consolidando a imagem de Jânio como um estadista que representava a soberania nacional e a independência diplomática do país, mesmo em meio às crises que envolviam o governo naquele momento.

Essas publicações nos mostram como cada jornal vinha atuando em consonância com seu *ethos*. O *Estadão* optava por um tom alarmista e crítico, ressaltando as incoerências e riscos associados ao governo, enquanto o *JB* equilibrava análises com mais atenção e minúcia com reconhecimentos pontuais de avanços diplomáticos. Já o *Última Hora*, ao exaltar apoios e neutralizar tensões, tinha uma postura de defensor do governo fortalecida, apresentando Jânio

[154] Foi um político e Ministro do Trabalho e Previdencia Social durante o governo de Jânio Quadros.
[155] "Castro Neves responde: "Não Farão Com Jânio O Que Fizeram Com Vargas!"", *Última Hora*, 25 de agosto de 1961, capa, manchete.
[156] "San Tiago: Política exterior de Jânio é a mesma do PTB", *Última Hora*, 25 de agosto de 1961, p.4, nota.
[157] Idem.

como uma figura incompreendida e perseguida por seus adversários. Essa pluralidade de vozes contribui para compreender as disputas ideológicas e os sentidos atribuídos ao contexto político daquele dia histórico para o Brasil.

O *Estadão*, ao longo da semana subsequente à renúncia de Jânio Quadros, manteve um discurso que oscilava entre o ceticismo em relação à política externa do governo anterior e a preocupação com as implicações da posse de João Goulart. Contudo, nem um acontecimento como a renúncia fez com que o *OESP* apresentasse algo sobre a política nacional na sua capa, que se manteve com manchetes internacionais. Desde os primeiros editoriais, como "Momentos de apreensão"[158] publicado em 26 de agosto, o jornal posiciona-se criticamente diante da situação, reforçando a comparação entre Jânio e Dom Pedro I e apelando à maturidade das instituições para enfrentar a crise, dizendo que o Brasil tem uma base de renovação sólida e que a população pode encarar com "serenidade e confiança" este "gesto inesperado". A construção discursiva aqui associa a renúncia a uma espécie de "fragilidade moral" do ex-Presidente e projeta no Congresso e nas Forças Armadas a responsabilidade de garantir que o Brasil não fosse tomado por "forças subversivas".

> Hoje, é ainda sobre elas que repousam a tranquilidade da comunhão brasileira e a sobrevivência do regime. E confiamos em que, mais uma vez, elas saibam desempenhar o papel de garantidoras da vontade popular que novamente lhes comete o destino. Está em suas mãos o futuro da nacionalidade. Alheios às paixões despertadas pela transitoriedade dos fenômenos, da hora que passa, e olhando de cima o entrechoque de ambições que nos levou à situação em que nos debatemos, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas, atentas à dramática evolução da crise, se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional[159].

Tal narrativa revela como o *Estadão* se utilizava de uma retórica que misturava argumentos institucionais e ideológicos, colocando-se como defensor da ordem democrática, ainda que com reservas explícitas em relação ao vice-Presidente João Goulart. Conforme Charaudeau (2018), esta crise e os elementos levantados pelo jornal paulista, são uma oportunidade valiosa para os espaços midiáticos captarem o público leitor[160].

Nos dias seguintes, a retórica do *Estadão* aprofunda-se na sua inquietação sobre o que está por vir em relação ao futuro do Brasil sob a liderança de Goulart. Em editoriais como o de

---

[158] "Momento de apreensão", *O Estado de S. Paulo*, 26 de agosto de 1961, p.3, editorial.

[159] Idem.

[160] "Os acontecimentos apresentados neste espaço dependem sempre da infelicidade como um sintoma da desordem social que permite colocar em cena as vítimas e os dramas vividos por elas, os malefícios, os perseguidores e os salvadores. O mundo nos é apresentado, a nós, público cidadão, sem que se possa distinguir a realidade da ficção: é apresentada uma espécie de "verdade verossímil", que faz "fundirem-se os dados da ficção na ilusão do autêntico" por meio de uma narrativa que "constrói seu próprio ideal, fazendo comércio de nossos imaginários"." (Charaudeau, 2018, p.284-285)

27 de agosto, o jornal critica duramente a política externa independente de Jânio, acusando-a de perigosa dubiedade e de colocar o Brasil em uma posição vulnerável no contexto da Guerra Fria. Para eles "A Nação reagiu com indiscutível frieza ante o gesto dramático do sr. Janio Quadros."[161] e *OESP* elabora diversas comparações entre Jânio Quadros e Getúlio Vargas, destacando também os movimentos golpistas que marcaram os anos anteriores no Brasil. Contudo, traz uma reflexão inquietante ao equiparar o suicídio de Vargas à renúncia de Jânio, sugerindo que ambos teriam escolhido caminhos semelhantes para escapar de situações que não poderiam enfrentar. O texto encerra com a provocação: "Amanhã, empossado o sr. João Goulart, que é que nos restará?", concluindo com a percepção de que o Brasil está exausto de ver suas aspirações desvirtuadas[162].

Além disso, menciona o impacto econômico da crise e a necessidade de reformas cambiais, independentemente de quem assumisse a presidência[163]. O tom alarmista, presente em expressões como "perigo comunista", "forças subversivas" e "ditadura militar inevitável", evidencia uma tentativa de moldar a opinião pública em favor de soluções políticas que restringissem o poder de Goulart, como o parlamentarismo.

> Essa recusa, segundo declarações do sr. ministro da Guerra, fundamenta-se na convicção em que se acham, respectivamente, os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de que a posse do **sr. Jango Goulart**[164] significaria o início da revolução que nos levaria à **implantação do regime comunista no País**. O momento — teria declarado s. exa. — **nos obriga a optar entre a democracia e o comunismo e as Forças Armadas já se decidiram**: elas irão até às últimas consequências na defesa das nossas tradições democráticas[165].

Essa postura é consolidada em edições posteriores, como na de 30 de agosto, quando o *Estadão* menciona pela primeira vez o assunto do parlamentarismo[166]. No editorial daquele dia[167], retomam sua avaliação sobre a renúncia de Jânio Quadros, destacando que o jornal paulista evita emitir opiniões no calor dos acontecimentos, mas, no entanto, reiteram que sua

[161] "A realidade dos fatos", *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[162] Idem.
[163] "Política e conjuntura econômica", *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[164] Em análise de discurso, a escolha de como nomear alguém está carregada de significados e estratégias. A troca de "João" por "Jango", no caso de João Goulart, pode ser interpretada como um mecanismo discursivo de deslegitimação. Segundo Pêcheux (1988), essa prática pode transformar o sujeito, criando outro carregado de novos sentidos ideológicos. Maingueneau (2013) sugere que a nomeação reflete gestos de exclusão ou familiaridade, indicando a posição do enunciador. Além disso, a alteração reforça associações culturais ancoradas na memória discursiva, produzindo efeitos que enfraquecem a legitimidade simbólica e deslocam o sujeito de uma posição institucional para uma mais caricatural ou popular.
[165] "O dever do congresso", *O Estado de S. Paulo*, 29 de agosto de 1961, p.3, editorial. Grifos meus.
[166] "Renovam os militares o seu veto à posse de J. Goulart; impaciência do Exército ante a demora de solução", *O Estado de S. Paulo*, 30 de agosto de 1961, p.3, artigo.
[167] "Os universitários, o proletariado e o momento nacional", *O Estado de S. Paulo*, 30 de agosto de 1961, p.3, editorial.

posição quanto à figura de Jânio e sua renúncia permanece inalterada seja naquele momento ou no futuro, classificando-a como uma "melancólica decisão", um "equívoco de um político civicamente despreparado para tão altas responsabilidades", e como uma "renúncia indesejada, inoportuna, inexplicável e apressada". Além disso, o jornal critica o que chama de perigosa ambiguidade da política externa conduzida pelo ex-Presidente, que teria colocado o Brasil em situações arriscadas. Nesse sentido, afirmam que,

> [...] aceitando a inversão de posições refletida pela condenação, dia a dia mais explícita, das correntes democráticas à sua política exterior, e pelo apoio, hora a hora mais provocador e subversivo, dos extremistas vermelhos a tendências que deixaram de ser meramente demagógicas para se tornarem perigosas à situação internacional do Brasil, s. exa. selou seu destino[168].

A combinação de críticas à política externa e a defesa de soluções conservadoras demonstra o alinhamento do jornal com interesses econômicos e políticos que buscavam neutralizar o avanço de lideranças vinculadas à esquerda[169]. O texto também sustenta que Jânio, em sua saída, não demonstrou firmeza: "não caiu de pé, pois abandonou o poder rápido e timidamente". Em contraste, menciona que Getúlio Vargas foi "corajoso ao acabar sua vida encerrando a aventura política", posicionamento que contradiz avaliações anteriores do mesmo jornal. Por fim, há uma menção ao fato de Jânio ter partido para o exílio sem prestar desculpas ao povo que o elegeu, com suas lágrimas sendo interpretadas como um gesto que "parecia esperar algo mais do povo que não demonstrou tanta comoção com sua partida". Tal narrativa, marcada por um tom dramático e uma escrita detalhista, reflete o estilo frequentemente teatral adotado pelo *Estadão* em sua cobertura.

Já o *Jornal do Brasil* adota uma postura mais moderada e equilibrada, ainda que igualmente crítica em certos aspectos, começando por suas capas que são mais expressivas em relação a política nacional, ao contrário do jornal paulista. Em 26 de agosto, no editorial[170], o jornal enfatiza a importância da preservação da unidade nacional e do respeito à Constituição, argumentando que a única solução legítima seria a posse de João Goulart como Presidente, pois para eles “Torna-se imprescindível, portanto, um ato de afirmação nacional. E esse ato só pode ser o de respeitar-se, integralmente, a Constituição, dando posse a quem de direito, sem que se façam restrições ou recomendações inoportunas.”. Entretanto, ao separar a figura de Goulart

[168] Idem.
[169] Em suas discussões sobre o papel da mídia na construção da realidade social e na legitimação de interesses dominantes, Champagne (1996) destaca como os veículos de comunicação atuam alinhados aos interesses de determinadas elites econômicas e políticas.
[170] “Continuidade”, *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1961, p.6, editorial.

das instituições que ele representava, o jornal demonstra relutância em apoiar plenamente sua liderança.

> Nesta hora de grave crise e de perigos incontáveis, cabe a todos os brasileiros a tarefa de se empenharem na preservação da unidade nacional e das instituições democráticas. A renúncia do Presidente Jânio Quadros causou profunda inquietação ao povo inteiro, paralisou a administração, obrigou as Forças Armadas a se colocarem de prontidão, fez com que os governos estaduais adotassem medidas de precaução, pôs o Poder nas mãos do Presidente da Câmara e deixou o Brasil numa situação tal que ninguém pode esconder o temor que todos sentimos de que a própria Nação pode perder-se ou descer de si mesma. É necessário, portanto, que a Nação se mantenha intacta, que ela recupere a sua capacidade de afirmação, que não fuja ao seu destino nem às suas responsabilidades[171].

Esse equilíbrio entre defesa da legalidade e críticas veladas reflete uma tentativa de manter um *ethos* de responsabilidade e maturidade institucional, posicionando-se como uma voz conciliadora em um momento de polarização política. Essa abordagem contrasta com a retórica mais contundente de outros jornais, mas não deixa de revelar o posicionamento estratégico do *Jornal do Brasil,* preocupados com a repercussão internacional da renúncia para o país, pois para eles agora que a política externa estava em pleno funcionamento.

Nos dias subsequentes, o *JB* aprofunda sua análise ao abordar os impactos internacionais da crise. Nos dias 27 e 28 o jornal carioca falam sobre sua posição quanto a João Goulart, de que eles o tem criticado "repetidas vezes e achamos, mesmo, que é uma pena que a renúncia do Sr. Jânio Quadros tenha colocado o País na situação de ter como Presidente da República um político que foi eleito por uma margem de votos menor e menos expressiva"[172]. E continuam, com um texto que ao mesmo tempo que faz alertas, procura tranquilizar a consciência do leitor.

> **Francamente, nunca pensamos que, um dia, iríamos afirmar que a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência seria um sinal de que o País está disposto a cumprir, fielmente, os preceitos constitucionais.** [...] Não acreditamos que o Sr. João Goulart, diante de tal situação, deixe de perceber que a sua responsabilidade não é apenas a de um dirigente político, de um representante deste ou daquele partido, de uma figura controvertida, mas a de um intérprete de todo o povo numa hora em que a Nação é chamada a fazer a mais trágica das opções, entre a paz interna e o conflito civil. Se o Sr. João Goulart não compreender tal coisa, o erro será dele, e não do País. O que não se pode fazer é, em nome do País, recusar-se, ao País, uma nova oportunidade de se afirmar constitucionalmente[173].

Na edição de 29 de agosto, o jornal menciona que a renúncia de Jânio expôs fragilidades institucionais brasileiras, afetando a imagem do país no exterior. Essa análise demonstra uma preocupação com o papel do Brasil nas relações internacionais, especialmente em um momento de intensificação da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, o jornal reforça sua oposição a Goulart de

[171] Idem.
[172] "Respeito", *Jornal do Brasil,* 27 e 28 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[173] Idem. Grifos meus.

maneira indireta, ao dizer que "A Nação tem o direito de ver empossado em suas funções o Vice-Presidente que elegeu para substituir o Presidente omisso. E tem também o direito de confiar, não nesse homem, porém na Constituição [...]"[174] apontando os riscos de instabilidade política e sugerir que sua posse poderia aprofundar as divisões internas. Essa retórica, ancorada na defesa da Constituição, revela uma formação discursiva que combina apelos à estabilidade e críticas sutis ao vice-Presidente, reforçando o *ethos* de um veículo moderado e atento às implicações mais amplas da crise.

O *Última Hora*, por sua vez, destaca-se como o principal defensor de João Goulart e da legalidade durante a semana. Desde 26 de agosto, o jornal adota uma retórica combativa, como evidenciado em manchetes como "Clamor nacional: defesa da legalidade!" e "País em ordem: salvo o regime democrático!". Ao exaltar figuras como Leonel Brizola e movimentos de resistência no Rio Grande do Sul, o *Última Hora* constrói um discurso de enfrentamento às tentativas de impedir a posse de Goulart, enfatizando termos como "resistência ativa" e "ordem jurídica". Essa postura reflete um alinhamento com lideranças progressistas e trabalhistas, consolidando o jornal como um veículo de oposição aos interesses conservadores e militares que tentavam moldar os desdobramentos da crise política.

O outro jornal carioca, nos dias que se seguiram, teve nas páginas do *UH* uma ampliação da cobertura para incluir análises sobre o parlamentarismo e as articulações militares. Já no dia 26 trazem na capa clamores de defesa da legalidade e no seu interior publicaram a carta da renúncia, sendo o único dos três jornais a fazerem isso, mas abaixo colocaram também a carta histórica de Vargas[175]. O texto principal fala sobre "calma e tranquilidade no Brasil inteiro"[176]. Na edição de 28 de agosto, por exemplo, o jornal denuncia as pressões dos ministros militares e publica declarações de apoio à posse de Goulart, vindas de diversos setores políticos e sociais[177]. Ainda assim, na capa está o editorial do *UH*, criticando a atitude de Jânio Quadros.

> Não é este o momento de olhar para trás, de lamúrias e recriminações. **O crime cometido contra o progresso e a paz do povo brasileiro, por este triste equívoco que foi a renúncia de Jânio Quadros, cuja irresponsabilidade política e insensibilidade cívica constituem o maior dos desserviços** que um homem conhecido pelo povo brasileiro, só pode ter deixado[178].

[174] "O caminho", *Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[175] *Última Hora*, 26 de agosto de 1961, p.3.
[176] "Calma E Tranquilidade No Brasil Inteiro", *Última Hora*, 26 de agosto de 1961, p.3, artigo.
[177] *Última Hora*, 28 de agosto de 1961, p.4.
[178] "ACIMA DE PARTIDOS E DE GRUPOS: A INDEPENDÊNCIA E A SOBERANIA DO BRASIL!", *Última Hora*, 28 de agosto de 1961, capa, editorial. Grifos meus.

Ao adotar uma linguagem que exalta a soberania popular e a defesa da Constituição, o jornal reforça sua posição como um veículo comprometido com os ideais democráticos. Passam a trazer inúmeras informações sobre a tentativa de retorno de João Goulart ao país e os possíveis impedimentos, inclusive com especulações na imprensa sobre a participação do Exército, Marinha e Aeronáutica. Também trazem uma entrevista realizada com JK, o qual se posiciona:

> **"Sou absolutamente contra o parlamentarismo no Brasil, pois não há condições para ele entre nós."** Concluindo, disse: **"Sou contra qualquer emenda parlamentarista no momento, principalmente tendo como objetivo ferir os direitos constitucionais assegurados ao Vice-Presidente João Goulart."** Assinalou ser absolutamente favorável ao integral respeito à Constituição "cuja manutenção fiz questão absoluta de manter durante os cinco anos do meu governo"[179].

Em 1º de setembro, temos novamente a Coluna de *UH* do diretor do jornal, em "Afirmação do Poder Civil"[180], o *Última Hora* celebra os avanços em favor da posse de Goulart, condenando a intervenção militar e reafirmando que a soberania reside no povo.

> **Se as Forças Armadas subverterem** o esquema democrático e tentarem transformar-se em poder militar, instância suprema e irrecorrível das decisões políticas, então **configura-se um atentado à Constituição**, **uma ameaça às instituições democráticas**, um desrespeito à República, um insulto à opinião pública, que é a fonte natural e única de onde emana a autoridade dos Governos. Lamentável o passo dado pelos três Ministros Militares. Em verdade, mais gesto de indisciplina que atitude responsável, **mais tentativa frustrada de impor à Nação uma ditadura de grupo que ação desinteressada visando a prevenir eventuais efeitos de uma crise política**[181].

Ao longo da semana, o jornal manteve uma narrativa que combinava apelos à legalidade e críticas contundentes aos setores que buscavam restringir os poderes de Goulart, consolidando sua atuação como agente discursivo central na defesa da democracia. Sempre amparando seu discurso em matérias que mostravam o apoio que João Goulart recebia de diversos setores.

Esses três veículos, portanto, oferecem algumas perspectivas complementares e, também, contrastantes sobre os eventos da semana após a renúncia, evidenciando como o discurso midiático foi utilizado para moldar percepções e influenciar os rumos da política nacional. A análise dessas narrativas, à luz das condições de produção e dos elementos discursivos que estruturam seus sentidos, permite compreender as formações ideológicas que permearam o debate público em um momento crucial da história brasileira. Sendo assim, a análise das publicações jornalísticas durante este período que abrange a renúncia de Jânio Quadros evidencia como os jornais construíram narrativas contrastantes para a compreensão da crise

[179] "JK: parlamentarismo agora viria ferir direito certo do Presidente Goulart", *Última Hora*, 30 de agosto de 1961, p.3, notícia. Grifos meus.
[180] "Afirmação do poder civil", *Última Hora*, 1º de setembro de 1961, p.3, Coluna de UH.
[181] Idem. Grifos meus.

institucional. Enquanto a semana anterior foi marcada por discursos que exploravam a instabilidade política e a ambiguidade da política externa independente para alguns, o período subsequente à renúncia ampliou as divergências, com cada veículo reforçando seu *ethos* e as estratégias discursivas que vinham empregando. Foi possível observar, mesmo nas entrelinhas dessas publicações, o uso recorrente do anticomunismo como um dispositivo retórico que servia para sustentar interesses e legitimar ações políticas, muitas vezes travestidas de expressão da opinião pública.

Esse recurso discursivo, evidente nas adjetivações, silenciamentos e escolhas temáticas feitas pelos periódicos, serve para reforçar a hipótese de que a luta contra o comunismo era instrumentalizada para justificar posicionamentos que ultrapassavam o debate ideológico explícito. Para além das diferenças evidenciadas nos *ethos* e nas cenografias construídas pelos jornais, os interdiscursos que permeiam suas narrativas oferecendo uma compreensão mais ampla das tensões entre a política externa independente, as reações internas à crise institucional e as implicações ideológicas que marcaram o período da renúncia de Jânio Quadros em 1961. Portanto, esse subcapítulo vem estabelecer as bases para aprofundar a análise dos elementos discursivos, que configuram a representação de atores e acontecimentos no cenário político brasileiro à luz da crise desencadeada pela renúncia.

3.3. UM ARRANJO TEMPORÁRIO OU "O ÚNICO CAMINHO"?

A adoção do sistema parlamentarista no Brasil em setembro de 1961, no contexto da crise política desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros que analisamos no subcapítulo anterior, representou uma tentativa de conciliar os interesses divergentes entre setores políticos e militares, preservando a ordem constitucional e evitando um conflito direto, conforme foi possível analisar através das publicações dos periódicos aqui em análise e também pelo que outros historiadores já trabalharam acerca da temática. A emenda parlamentarista foi uma solução de compromisso, articulada sob pressão, que limitava os poderes do Presidente João Goulart, permitindo sua posse sem que ele detivesse plenos controles sobre o Executivo, assim como estava previsto na Constituição[182].

[182] "O País se levantou num movimento rápido a favor da posse do vice nos termos constitucionais. A revolução esteve para irromper, enquanto os negociadores parlamentares buscavam uma saída constitucional para a crise. Veio, então, a proposta parlamentarista e, em oito dias, aprovou-se a Emenda Constitucional n2 4 Presidencialismo 21 de 2.9.61, chamada Ato Adicional, instituindo o sistema parlamentar de governo. Com isso, reduziram-se os poderes do Presidente da República, com o que os ministros militares concordaram com a posse de Jango. Este, apesar da oposição de Brizola, aceitou assumir o governo nas condições impostas, ou seja, com o parlamentarismo. Pelo ato adicional, o Poder Executivo seria exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros,

Essa transição, no entanto, gerou implicações significativas para a política externa brasileira, que era conduzida sob o protagonismo presidencial no sistema presidencialista. O parlamentarismo inaugurou um modelo de articulação entre o Itamaraty e o recém-criado Conselho de Ministros, colocando desafios à continuidade da Política Externa Independente (PEI). Enquanto no presidencialismo a PEI era conduzida diretamente pelo chefe de Estado, o parlamentarismo demandava negociações entre os ministros e o primeiro-ministro, reconfigurando a dinâmica decisória e o grau de autonomia do Brasil em suas relações internacionais[183], que por outro lado, era a grande preocupação dos setores conservadores da sociedade, que enxergavam a PEI como um movimento subversivo.

A crise de 1961 destacou-se pelo discurso polarizador nos jornais da época, como *Estadão*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, que apresentaram narrativas distintas sobre a emenda parlamentarista, a posse de Goulart e seus possíveis impactos no panorama nacional e internacional, conforme tem sido analisado neste capítulo que aborda as temáticas relacionadas aos inícios de governos, bem como as modificações no sistema governamental brasileiro. O *Estadão* enfatizava os riscos de instabilidade institucional e alertava sobre a ameaça de interferência comunista, enquanto o *Jornal do Brasil* adotava um tom moderado, ressaltando a necessidade de preservar a ordem e fortalecer as instituições democráticas. Já o jornal *Última Hora*, alinhado a movimentos de defesa da legalidade, destacava o papel de Goulart como líder legítimo e condenava as tentativas de cerceamento de sua autoridade por meio da imposição do parlamentarismo.

Nos dias subsequentes à posse de João Goulart no sistema parlamentarista, o debate sobre a eficácia do sistema e sua relação com a política externa emergiu como um ponto central nos editoriais e análises dos jornais, como veremos a frente. A transição representava não apenas uma tentativa de abrandar a crise política interna, mas também uma resposta às pressões externas, em especial no contexto da Guerra Fria, onde o Brasil buscava equilibrar sua posição de autonomia frente aos interesses polarizadores dos blocos hegemônicos.

---

cabendo a este a direção e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal" (Silva, 1990, p. 21-22). O autor ainda destaca todas as competências do Presidente do Conselho de Ministros, inclusive a de orientar a política externa, contudo, conforme o mesmo artigo, este sistema foi adotado com toda a instrumentalização necessária para não funcionar e ele ainda destaca os pontos frágeis que levaram ao plebiscito que trouxe de volta o presidencialismo para o Brasil.

[183] No sistema parlamentarista o Conselho de Ministros foi presidido por três primeiros-ministros diferentes: Tancredo Neves (Primeiro-Ministro de 8 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962), Francisco de Paula Brochado da Rocha (Primeiro-Ministro de 26 de junho de 1962 a 18 de setembro de 1962), Hermes Lima (Primeiro-Ministro de 18 de setembro de 1962 a 24 de janeiro de 1963). Hermes Lima que, conforme visto anteriormente, teve o cargo cumulativo de Ministro da Relações Internacionais neste período.

Antes de 7 de setembro de 1961, o *Jornal do Brasil* adotou uma abordagem mais inconclusiva em relação à crise política, mas sem deixar de expor as tensões entre os interesses civis e militares que ocupavam o auge do debate. A análise discursiva das suas edições mostra um esforço para equilibrar a defesa da legalidade, mesmo que com críticas ao sistema político, denunciando tanto as ações militares quanto a fragilidade do Congresso. No editorial do dia 31 de agosto, por exemplo, o jornal reconhecia a recuperação da autoridade do Legislativo frente às pressões das Forças Armadas, mas questionava a capacidade do Congresso de sustentar uma posição firme diante da crise, especialmente com a adoção do parlamentarismo como uma solução temporária.

> A grande lição da presente crise é a de que o poder civil, em nosso País, já está em condições de resolver, por seus próprios meios, todo e qualquer problema político, por mais grave que seja. Nestes dias de inquietação que estamos vivendo, tivemos a satisfação de ver o Congresso Nacional, aquele mesmo Congresso que tantas vezes criticamos asperamente, recuperar a autoridade perdida e não ceder, de forma alguma, às sucessivas intimações para reescrever a Constituição. [...] A imprensa brasileira, com raras e tristes exceções, procurou cumprir os seus deveres habituais. [...] O equívoco foi, sem dúvida, o de uma minoria, que consideramos respeitável e bem-intencionada, mas em cuja clarividência política, sinceramente, não acreditamos. [...] **Tal desconfiança levou o chamado poder militar a querer tutelar o poder civil ou, até mesmo, a substituí-lo em suas atribuições. Mas o que temos visto, nos últimos dias, prova que essa substituição não é aceita pela Nação**[184].

Essa postura revela uma visão complexa sobre a conjuntura política, refletindo a preocupação com a manutenção da ordem constitucional em meio a concessões políticas, mas também em relação ao que outros meios de comunicação vinham divulgando sobre a crise.

O anticomunismo também aparece de forma marcante nas páginas do *Jornal do Brasil*, ainda que mais sutilmente do que em outras publicações. A partir do dia 1º de setembro, o jornal passou a enfatizar o papel das instituições civis como baluartes contra os extremos políticos, denunciando tanto os riscos do totalitarismo de esquerda quanto da "histeria" da direita.

> Somente a decisão de impedir a entrada do País num plano inclinado que sem dúvida **nos levaria ao abismo da guerra civil**, somente o instinto de conservação nacional levou os nossos líderes políticos a pensar, num momento de crise, em reformar a Constituição. [...] Além de desrespeito, a reforma, neste momento, seria uma imprudência. [...] Insistimos na tese que aqui já defendemos: **o Sr. João Goulart ainda que venha a demonstrar ser realmente o flagelo de Deus**, não contribuirá, segundo esta mesma tese, para provocar subjetivamente, arrastar o País ao desastre[185].

[184] "O erro e a sua correção", *Jornal do Brasil*, 31 de agosto de 1961, p.6, editorial.

[185] "Arquive-se", *Jornal do Brasil*, 01 de setembro de 1961, p.6, editorial. Grifos meus. Nesta citação podemos ver elementos que no sentido figurado fazem parte da narrativa central do discurso anticomunista, como a referência ao "abismo da guerra civil" que faz associação das demandas por mudanças estruturais com a desordem e ao radicalismo político, assim como associar a figura de João Goulart ao "flagelo de Deus" pode significar, de forma velada, que ele conduziria o país ao desastre. Portanto, embora o trecho não cite explicitamente o

Essa abordagem permite identificar um esforço para construir uma imagem de equilíbrio, embora, na prática, o jornal frequentemente alinhava-se à crítica ao governo de Goulart e ao getulismo, retratando-os como símbolos de instabilidade política. Além disso, ao destacar o papel da imprensa na defesa da legalidade e da ordem, o *Jornal do Brasil* reforçava a sua própria posição como uma entidade responsável e comprometida com a democracia, conforme é possível identificar na citação acima.

No dia 6 de setembro, o jornal publicou um editorial que simbolizava a sua postura ambivalente em relação ao parlamentarismo, ao dizer que "O regime é outro. Os homens são os mesmos, porém terão trocado entre si algumas posições."[186]. Apesar de criticar a forma como o novo sistema foi implementado, apontando sua origem em uma concessão feita sob pressão militar, a publicação também destacava a necessidade de estabilidade política como prioridade nacional, lamentando uma possível perda de prestígio internacional, pois para eles "Depois dos píncaros a que foi alçada em Punta del Este — quando pela primeira vez agimos realmente [...] como o país líder da América Latina — vemo-nos atirados ao nível mais baixo do prestígio internacional."[187]. Essa narrativa revela a tensão discursiva do *Jornal do Brasil*, que, ao mesmo tempo em que denunciava os perigos de rupturas institucionais, reconhecia as limitações do presidencialismo e via no parlamentarismo uma chance de contenção dos conflitos entre civis e militares, ao concluir que "Constitucionalmente somos, agora, disjecta membra, os membros desconjuntados de um ser nacional acometido por uma explosão interior que lhe deixou fora de combate."[188].

O *Última Hora*, fiel ao seu perfil editorial de orientação mais progressista, o veículo reforça seu compromisso com pautas voltadas à transformação social e à ampliação de direitos, destacou o aspecto jurídico e político da crise, posicionando-se como uma das principais vozes em defesa da posse de João Goulart e do respeito à Constituição. Nos dias que antecederam o 7 de setembro daquele ano, a análise discursiva do jornal revela uma constante tentativa de deslegitimar os argumentos militares contrários à posse de Goulart, utilizando a retórica da legalidade como arma contra o anticomunismo e as pressões golpistas. Em 31 de agosto, a manchete “Denys, Heck e Moss insistem no veto a Jango: ‘Perigo Comunista’[189]” denuncia

comunismo, ele utiliza uma retórica que alimenta os temores amplamente explorados pelos setores anticomunistas da época.

[186] “Chamado”, *Jornal do Brasil*, 06 de setembro de 1961, p.6, editorial.

[187] Idem.

[188] Idem.

[189] “Denys, Heck e Moss insistem no veto a Jango: ‘Perigo Comunista’”, *Última Hora*, 31 de agosto de 1961, capa, manchete.

como o discurso anticomunista era mobilizado para justificar a intervenção militar, enquanto o editorial[190] do mesmo dia celebra a força do Congresso como salvaguarda do poder civil.

> NESTA etapa, vem a Nação brasileira revelando uma admirável maturidade. [...] TUDO isto renova a nossa esperança de que os chefes militares e civis que têm neste momento em suas mãos o destino da paz interna acabem por se curvar à realidade e à **força da opinião nacional unificada**, de tal sorte que a crise, uma vez resolvida nos quadros da legalidade, **possa revelar ao mundo um Brasil** político e social e altura do Brasil econômico e industrial **que, nestes últimos tempos, assumiu na América Latina uma indiscutível posição de liderança[191].**

Este comentário sobre a liderança do Brasil vai ao encontro também do discurso do *JB*, como vimos anteriormente. O *Última Hora* também explorou a relação entre o anticomunismo e a política externa brasileira, criticando a ingerência de atores internacionais no contexto da crise. Em 2 de setembro, o jornal publica um texto que condena a tentativa de militarizar o debate político sob o pretexto de combater o comunismo, alertando para o perigo de as Forças Armadas se tornarem instrumentos de interesses externos[192]. Essa abordagem permite identificar como o jornal utilizava o discurso da soberania nacional para articular sua crítica aos militares e reforçar o compromisso com um projeto político alinhado às demandas populares[193].

Ao longo desse período, o *Última Hora* construiu uma narrativa em que o parlamentarismo era apresentado como uma solução imposta pela força e não como uma escolha legítima do Congresso ou da sociedade. Em 5 de setembro, o jornal expôs a tentativa de desestabilizar a legalidade através da "Operação Mosquito[194]", uma conspiração que ilustrava a disposição dos militares golpistas em sabotar qualquer esforço de normalização

---

[190] "Rompida a Barreira da Censura à Imprensa", *Última Hora*, 31 de agosto de 1961, capa, editorial.
[191] Idem.
[192] Esta publicação foi de uma colunista assídua, Adalgisa Nery, criticando a ligação de Carlos Lacerda com os chefes militares e sobre as ligações externas deles. É um texto cheio de ironias em relação a CL, como é possível verificar no trecho a seguir: "O mais espantoso nisto é verificarmos que CL comanda de fato chefes militares, como se em verdade fosse o Supremo Comandante das Forças Armadas do Brasil, e daí a criação da crise rumando perigosamente para a porta tratricida projetada e encaminhada pelo interesse estrangeiro que visa tirar da fogueira nacional posições de maior domínio.". "A única saída honrosa", *Última Hora*, 02 de setembro de 1961, p.5, coluna.
[193] No dia primeiro de setembro, Paulo Silveira publicou a Coluna de UH depois de alguns dias em que ela não era publicada. Nela ele afirma que "O regime democrático é uma expressão do Poder Civil, síntese e soma dos três poderes clássicos: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. [...] **Se as Forças Armadas subverterem** o esquema democrático e tentarem transformar-se em poder militar, instância suprema e irrecorrível das decisões políticas, então configura-se um atentado à Constituição, uma ameaça às instituições democráticas, um desrespeito à República, um insulto à opinião pública, que é a fonte natural e única de onde emana a autoridade dos Governos. Lamentável o passo dado pelos três Ministros Militares", estando em consonância com o que vem sendo analisado. "Afirmação do Poder Civil", *Última Hora*, 01 de setembro de 1961, p.3, coluna.
[194] "Um grupo de oficiais da Aeronáutica, inconformados com a solução político legislativa da Emenda parlamentarista, se dispunha a impedir o desembarque do Sr. João Goulart no Brasil, e especialmente em Brasília. Por isso, os Ministros vinham dizer ao Presidente Mazzilli que não dispunham de condições técnicas para impedir que se consumasse essa ameaça. Seria o que chamaram de Operação Mosquito e sua atuação seria a de abater o avião presidencial, ou forçá-lo à rendição (Silva, H., 1975, p.144).

política[195]. Esse tipo de cobertura não apenas reafirma o papel do *Última Hora* como defensora de Goulart, mas também evidencia a forma como o discurso anticomunista foi instrumentalizado por seus oponentes para justificar ações contrárias à Constituição.

Entretanto, nas páginas do *Estadão*, a crise política que culminou na adoção do parlamentarismo foi abordada com uma postura crítica e alarmista, especialmente nas semanas que antecederam o 7 de setembro de 1961. O jornal demonstrou preocupação com o contexto de instabilidade institucional e com os possíveis desdobramentos da posse de João Goulart, associando-o reiteradamente ao legado getulista e, de maneira mais velada – mas nem tanto assim –, à ameaça comunista. A análise discursiva dos editoriais revela um esforço para legitimar a resistência militar à posse de Goulart, ao apresentar essa oposição como uma reação ponderada e fundamentada. Um exemplo claro é o editorial do dia 31 de agosto[196], que mencionava o "bem fundado" argumento dos militares ao vetar Goulart, ao mesmo tempo em que criticava o Congresso por optar pelo "subterfúgio" do parlamentarismo, insinuando que tal medida não resolveria os conflitos latentes e poderia levar o Brasil a novos episódios de instabilidade, mais uma vez chamando João Goulart de "Jango Goulart" e, também, de "herdeiro de Vargas".

> Daqui por diante, cabe à maioria do Parlamento a responsabilidade pelo que possa acontecer. O tempo passa vertiginosamente e a evolução dos sucessos processa-se no mesmo ritmo. Dentro de poucas horas já não será possível pensar-se numa solução capaz de salvaguardar a Constituição. **Os próprios acontecimentos levarão as Forças Armadas a assumirem o poder.** E a essa situação teremos sido levados pelas **manobras impatrióticas** dos membros dos dois partidos que foram o sustentáculo do Estado Novo[197].

Ainda nesse período, o *Estadão* explorou a retórica do anticomunismo para justificar a necessidade de contenção política e militar. A partir de 1º de setembro, o jornal intensificou as críticas ao contexto político, comparando a crise brasileira àqueles enfrentados por nações que sucumbiram ao totalitarismo, seja de direita ou de esquerda. Essa narrativa se alinha à metodologia de análise discursiva, que busca compreender como determinados enunciados são mobilizados para legitimar posições ideológicas e políticas[198]. Alertam os leitores para que não relaxem sua vigilância em relação à crise, que aparenta atenuar a tensão. Fornecem amplas explicações sobre o parlamentarismo, relembram o legado do ditador Vargas e afirmam que é uma questão de tempo até o surgimento de uma nova crise, fomentada por aqueles que buscam

[195] "Operação mosquito para aprisionar Jango em pleno voo", *Última Hora*, 05 de setembro de 1961, p.2, notícia.
[196] "A Responsabilidade do Parlamento", *O Estado de S. Paulo*, 31 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[197] Idem.
[198] Em Cenas da Enunciação (1998). Maingueneau explora como os enunciados servem não apenas para comunicar ideias, mas também, sobretudo, constroem posições de sujeito e legitimam práticas discursivas.

instaurar o regime comunista no Brasil[199]. Além disso, o jornal utilizava eventos externos, como os testes nucleares da União Soviética[200], para reforçar a ideia de que o comunismo representava uma ameaça não apenas global, mas também local, criando um ambiente propício para discursos de vigilância e controle interno, além de também apresentar charges sintomáticas do seu discurso nos editoriais, como a do "Cavalo de Tróia"[201] onde o cavalo era o parlamentarismo e João Goulart escondido nele.

No dia 6 de setembro, a crítica do *Estadão* ao parlamentarismo atingiu um novo patamar, destacando a incompatibilidade entre o novo sistema de governo e as estruturas federativas do Brasil, além de alertar para os riscos de uma "evolução" do regime parlamentarista em direção a uma nova ditadura.

> O que mais acentuava o vertiginoso declínio das correntes políticas de origem ditatorial era **a defecção que em torno do sr. Jango Goulart** se dava no Rio Grande do Sul. Sofria ali **o pupilo da ditadura** um revés que se refletia principalmente nos cento e tantos mil votos de diferença entre a sua, e a votação obtida pelo sr. Fernando Ferrari para a vice-presidência da República. Um dos seus maiores castigos, sofria-o, assim, o pupilo da ditadura no seu próprio reduto político, e que o era igualmente do ex-ditador[202].

E ainda que,

> Este o quadro político que oferecia a Nação até o instante em que, por motivos que um dia a História elucidará, o sr. Jânio Quadros resolveu resignar o cargo de Presidente da República. Foi então que, sob o **forte traumatismo provocado por aquele gesto, agravado por uma habilíssima e intensa campanha desencadeada pelo comunismo em ação**, passou a opinião pública brasileira a exigir que se guindasse à Presidência da República aquele que até à véspera era o alvo das mais acerbas críticas da imprensa, e da mesma imprensa que o passou a aclamar também como o homem capaz de assegurar a intangibilidade do princípio constitucional[203].

Essa narrativa não apenas buscava deslegitimar o governo que estava por se instaurar, mas também criava um clima de incerteza, reforçando a tese de que mudanças institucionais seriam insuficientes para garantir estabilidade. Essa postura é um exemplo evidente de como o jornal operava discursivamente para articular uma oposição ao governo que surgia, ao mesmo tempo em que tentava consolidar sua base de leitores como um público crítico e alinhado às ideias defendidas pela publicação.

O *Jornal do Brasil*, no dia 7 de setembro e nos dias subsequentes, apresenta uma visão mais conciliadora, embora não isenta de críticas à forma como o parlamentarismo foi

[199] "A situação real", *O Estado de S. Paulo*, 01 de setembro de 1961, p.3, editorial.
[200] "Jogo infernal", *O Estado de S. Paulo*, 01 de setembro de 1961, p.3, editorial.
[201] Charge, *O Estado de S. Paulo*, 01 de setembro de 1961, p.4.
[202] "Contra a democracia, pela ditadura", *O Estado de S. Paulo*, 06 de setembro de 1961, p.3, editorial.
[203] Idem.

instaurado. No editorial do próprio dia 7, o jornal carioca reforça o simbolismo da data ao mencionar a necessidade de reafirmação da soberania nacional e de fortalecimento do Estado, "Caminhar para a completa soberania deveria constituir-se a doutrina, ideologia, a utopia mesmo — utopia ativa, orientando idealmente os homens de objetivo eminentemente prático" como uma meta a ser seguida[204]. Esse discurso, ao mesmo tempo que reconhece a importância do momento, também insinua que o novo regime necessitava de uma orientação estratégica mais sólida, destacando os desafios de organizar e disciplinar o impulso desenvolvimentista iniciado por Juscelino Kubitschek. A análise discursiva identificada aqui nota-se um esforço para equilibrar a celebração da vitória da legalidade com uma avaliação crítica sobre as condições em que o parlamentarismo foi estabelecido.

Nos dias seguintes, o *Jornal do Brasil* reforça sua preocupação com os riscos de polarização política e a instrumentalização do parlamentarismo como ferramenta de disputa entre grupos ideológicos. Em 9 de setembro, o editorial[205] chama atenção para a necessidade de pacificação e de reformas sociais, criticando os extremos políticos que, segundo o jornal carioca, buscavam desestabilizar o novo regime.

> A crise militar e política que se seguiu à renúncia, ainda hoje inexplicada, do Presidente Jânio Quadros, **pôs à mostra todas as tensões e contradições existentes na sociedade brasileira.** [...] O **parlamentarismo** não foi aprovado por estarem os senadores e deputados convencidos de que é o melhor sistema. Eles quiseram encontrar **uma solução constitucional** para a crise e manter o contrôle da situação nacional. [...] **Do lado direito, temos uma minoria muito influente e poderosa**, que se empenha em defender privilégios, que se opõe às reformas sociais necessárias ao progresso do País e que, ideologicamente, **sustenta uma posição exclusivamente anticomunista.** [...] O Brasil, mais do que nunca, precisa das reformas sempre prometidas e sempre adiadas[206].

O discurso anticomunista também aparece em outro trecho de forma indireta, ao mencionar o "ressentimento popular" como um terreno fértil para discursos subversivos, mas o periódico também faz uma crítica contundente à direita autocrática, acusando-a de instrumentalizar as Forças Armadas para fins políticos. Essa ambivalência discursiva reflete a tentativa do *JB* de se posicionar como uma voz moderada em meio à crise.

No dia 14 de setembro, em "Contenção[207]", o *Jornal do Brasil* expõe com mais clareza suas preocupações com a fragilidade do parlamentarismo diante das divisões internas do Congresso e das pressões externas, tanto ideológicas quanto militares, ao relacionar a situação dos democratas brasileiros como vítimas de uma “guerra psicológica” que já havia sido

[204] “História”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1961, p.6, editorial
[205] “Trégua”, *Jornal do Brasil*, 09 de setembro de 1961, p.6, editorial.
[206] Idem.
[207] “Contenção”, *Jornal do Brasil*, 14 de setembro de 1961, p.6, editorial.

deflagrada. O jornal adota uma postura crítica ao denunciar a tentativa de grupos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, de transformar o regime em uma "reedição da República de Weimar[208]", evocando a instabilidade política, a polarização ideológica e os perigos do autoritarismo que marcaram aquele período histórico. Essa escolha discursiva revela uma estratégia narrativa que busca alertar para os perigos da instabilidade institucional sem abandonar completamente a defesa do sistema parlamentarista como uma alternativa viável para aquele contexto, ao dizer que "O dever de todos os brasileiros que prezam as liberdades é o de defender o atual sistema democrático de governo, sejam quais forem as suas deficiências."[209].

O *Última Hora*, no dia 7 de setembro, celebrou enfaticamente a posse de João Goulart e a vitória da legalidade, com textos que exaltavam a resistência democrática e a importância da mobilização popular. O discurso do jornal é marcadamente otimista, com destaque para as manifestações de apoio ao Presidente e a crítica direta aos opositores que, sob o pretexto de combater o comunismo, tentaram desrespeitar a Constituição. A análise discursiva das publicações revela uma constante associação entre a defesa de Goulart e o compromisso com os valores democráticos, utilizando um tom combativo contra os militares que haviam liderado a oposição à posse do Presidente.

> Hoje **o povo brasileiro sabe quem o defende**, defendendo a Lei, e sabe quem a trai, organizando, à custa da honra da Pátria, à custa do dinheiro do povo, sabatinas públicas com a finalidade de **achincalhar interna e externamente o Brasil**. [...] Do lado do povo ficaram estas figuras verdadeiramente representativas do espírito brasileiro. **Do outro lado estavam chefes militares golpistas** e o superchefe da baderna. [...] A transformação da democracia em ditadura só daria vantagens e lucros à política estrangeira que, para garantir posições de assalto, lançou mão de **conhecidos traidores** que, no plano sinistro, seriam mantidos nos postos de comando do País[210].

No dia 8, o jornal reforça essa narrativa ao destacar as celebrações nas ruas e as expectativas populares em relação ao novo governo, bem como de mobilizações que exigiam já naquele período o plebiscito[211]. Nos dias seguintes, o *Última Hora* voltou sua atenção para os desafios do novo regime, sem abandonar sua postura de apoio ao governo. Em 9 de setembro, o jornal criticou a maneira como o parlamentarismo havia sido imposto[212], destacando o papel

[208] A República de Weimar foi o regime político que esteve em vigor na Alemanha entre 1919 e 1933, estando marcado por uma tentativa de estabelecer a democracia parlamentarista em meio a profundas crises políticas, econômicas e sociais. O nome deste regime deriva da cidade de Weimar, local onde foi promulgada a nova Constituição alemã, após a q Primeira Guerra Mundial.
[209] Idem.
[210] "Legalistas e golpistas", *Última Hora*, 08 de setembro de 1961, p.3, coluna de Adalgisa Nery. Grifos meus.
[211] "Operários e estudantes Exigem Plebiscito", *Última Hora*, 08 de setembro de 1961, p.3, notícia.
[212] "O parlamentarismo tem as características da instabilidade, das improvisações e dos entendimentos de cúpula. Não é uma expressão de poder que emane diretamente do povo e, talvez por isso e pela fragmentação da autoridade

de Tancredo Neves como mediador em um contexto político marcado por desconfianças mútuas e tensões regionais. A análise discursiva identifica um esforço para legitimar o governo de Goulart, mesmo diante de suas limitações institucionais, ao ressaltar o caráter transitório do novo sistema e a necessidade de realizar um plebiscito para garantir sua legitimidade.

Por fim, em 12 de setembro, o *Última Hora* publicou editoriais que criticavam a permanência de práticas autoritárias no cenário político, mesmo após a consolidação do parlamentarismo. Textos como "Legalistas e golpistas" mencionado na nota de rodapé e "Os homens do golpe[213]" também assinado por Adalgisa Nery, reforçam a denúncia contra figuras militares e civis associadas ao anticomunismo, apresentando-as como responsáveis pelas crises recentes. Essa narrativa é um exemplo claro de como o jornal utilizava o discurso da resistência democrática para combater a retórica anticomunista, ao mesmo tempo em que reforçava seu papel como defensor da soberania popular e da legalidade.

Após a posse de João Goulart como Presidente, o *Estadão* manteve sua postura crítica em relação ao parlamentarismo, ampliando as análises sobre os desafios institucionais que o novo sistema de governo enfrentaria. No editorial de 8 de setembro, intitulado "É inútil iludirmo-nos[214]", o jornal reforça a tese de que a crise política está longe de ser resolvida, também alegam que "A Nação não recobrou ainda a calma necessária para compreender o que se passa. Aturdida e desorientada, ela se encontra, por enquanto ao menos, totalmente ausente do embate." sugerindo que a adoção do parlamentarismo foi apenas uma pausa temporária em uma trajetória de instabilidade e desacordos. Também comentam neste e em outro editorial[215] sobre as intenções de Jânio Quadros com a renúncia, que era de "voltar na crista da revolta popular e do caos político" que ele gerara com a renúncia. A análise discursiva do editorial principal[216] revela uma crítica velada a João Goulart, associando-o novamente ao getulismo e insinuando que sua relação com Leonel Brizola poderia minar o novo regime. Além disso, o uso de expressões como "ação corrosiva" para descrever a oposição ao parlamentarismo por parte do Presidente

---

do Executivo, tende, no exercício de uma política administrativa, a se desvincular das condições reais do país. [...] A emenda parlamentarista é, na verdade, uma constituição outorgada por um poder incompetente. [...] A nosso ver, houve um absurdo e inaceitável acordamento durante a coação militar sobre o Congresso, que, antes, resistido no 'ultimatum' do impedimento, solicitamente encaminhado pelo Sr. Ranieri Mazzilli a pedido dos ministros militares, rendeu-se afinal ao 'poder militar'." "É preciso ouvir a voz do povo", *Última Hora*, 09 de setembro de 1961, p.4, coluna de UH – por Paulo Silveira.

[213] "Não se extermina um tumor tratando-o com talco. É necessário lancetá-lo, extirpá-lo, limpar o campo afetado pela purgação fétida e infecciosa. [...] Temos há mais de dez anos um tumor com todas as características militares, com todo o intumescimento baderneiro, com toda a configuração e formação fascista, com vírus e infiltrações perigosas.". "Os homens do Golpe", *Última Hora*, 12 de setembro de 1961, p.3, coluna de Adalgisa Nery.

[214] "É inútil iludirmo-nos", *O Estado de S. Paulo*, 08 de setembro de 1961, p.3, editorial.

[215] "Faça-se luz para a História", *O Estado de S. Paulo*, 08 de setembro de 1961, p.3, editorial.

[216] "É inútil iludirmo-nos", *O Estado de S. Paulo*, 08 de setembro de 1961, p.3, editorial.

aponta para uma estratégia discursiva que buscava deslegitimar o governo e criar um ambiente de desconfiança em torno das intenções de Goulart, de que ele faria com que o governo se desgastasse autonomamente.

Nos dias seguintes, o jornal continuou a destacar os desafios estruturais do parlamentarismo em um país como o Brasil, utilizando uma linguagem que evocava a fragilidade das instituições e a incapacidade do novo sistema de atender às demandas populares e econômicas. No editorial de 10 de setembro[217], o *Estadão* argumenta que a posse de Tancredo Neves como primeiro-ministro representava mais um passo para o retorno do getulismo ao poder e "Com o discípulo de Vargas no governo, o getulismo é que se reapossaria das posições de mando. E não podemos compreendê-lo senão em luta contra as franquias democráticas.", reforçando a ideia de que o parlamentarismo seria incapaz de conter o avanço de projetos políticos que o jornal considerava incompatíveis com a democracia liberal. Essa análise reflete a preocupação do periódico em vincular o novo sistema às crises passadas e ao espectro do autoritarismo, evidenciando como a retórica anticomunista continuava presente, ainda que de forma mais implícita.

No dia 14 de setembro, o *Estadão* publica "Único caminho", um editorial[218] que critica diretamente a atuação do governo e do Congresso, sugerindo que o parlamentarismo seria apenas um interlúdio caótico entre duas crises profundas. Essa perspectiva demonstra uma visão pessimista e alarmista sobre o futuro do Brasil, com o jornal paulista reforçando a incompatibilidade do novo sistema com as bases federativas e sociais do país. A análise discursiva revela uma estratégia de construção narrativa que não apenas criticava a nova configuração política, mas também buscava associar sua possível falência à liderança de Goulart, utilizando o contexto externo de tensões globais como pano de fundo para intensificar suas advertências, ao dizer que "A corrente neutralista vem alcançando influência cada vez maior sobre os destinos da humanidade. [...] O neutralismo do mundo 'não-comprometido' não é, realmente, dos mais autênticos, imparciais e desprendidos."[219].

A análise discursiva dos três jornais em torno dos eventos que culminaram na posse de João Goulart e na implementação do parlamentarismo em 1961 revela diferentes estratégias narrativas que se conectam às visões político-ideológicas de cada um dos periódicos. O *Estadão* construiu uma retórica alarmista, sustentada por críticas ao parlamentarismo como um sistema incompatível com as estruturas políticas e federativas do Brasil, ao mesmo tempo que vinculava

[217] "Crise em marcha", *O Estado de S. Paulo*, 10 de setembro de 1961, p.3, editorial.
[218] "Único caminho", *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1961, p.3, editorial.
[219] "Os EUA e os não-comprometidos", *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1961, p.3, editorial.

Goulart ao getulismo e a supostas ameaças à ordem democrática. Essa postura exemplifica como o discurso anticomunista, embora sutil em muitos momentos, permeou a narrativa ao descrever o novo governo como uma continuação das práticas autoritárias e centralizadoras, intensificando o temor de uma subversão do regime político. A escolha de metáforas e argumentos históricos.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, apresentou uma visão moderada, combinando críticas ao processo de imposição do parlamentarismo com uma defesa pragmática da estabilidade política em prol da democracia. A utilização de termos como "trégua" e "contenção" reflete uma tentativa de equilibrar a crítica aos extremos ideológicos com a necessidade de preservar as instituições democráticas. Por outro lado, o jornal *Última Hora* adotou um tom enfático em defesa da legalidade e da posse de Goulart, posicionando-se de forma combativa contra os opositores, principalmente em relação aos militares, que justificaram suas ações com discursos anticomunistas. A celebração da mobilização popular e a denúncia das articulações golpistas evidenciam uma estratégia narrativa que visava legitimar o governo de Goulart enquanto deslegitimava seus adversários, utilizando a linguagem de resistência democrática como contraponto ao conservadorismo.

Esses enquadramentos diversos não apenas refletem as posições editoriais dos jornais, mas também iluminam as disputas pelo controle do significado político da crise de 1961. A análise discursiva revela que, embora cada jornal adotasse um tom distinto, todos exploraram as tensões ideológicas da época – entre presidencialismo e parlamentarismo, legalidade e golpismo, comunismo e anticomunismo – visando moldar suas narrativas. Esse processo demonstra como a mídia não apenas reportava os acontecimentos, mas também desempenhava um papel ativo na construção de significados e na legitimação ou contestação dos projetos políticos em disputa, com implicações profundas para a política externa e interna do período.

3.4. APÁTICOS OU TRANQUILOS? O POVO VAI ÀS URNAS

As eleições gerais de 7 de outubro de 1962 representaram um marco crucial no cenário político brasileiro, não apenas pela escolha de representantes legislativos e estaduais, mas também por seu impacto sobre a dinâmica política nacional e as discussões sobre o plebiscito que viria a ocorrer em 1963. Este evento eleitoral, ocorrido em um momento de transição entre parlamentarismo e presidencialismo, foi amplamente debatido na imprensa brasileira, que

desempenhou um papel central na formação da opinião pública[220]. A política externa de um país não ocorre de maneira isolada; pelo contrário, é profundamente influenciada pelo cenário internacional, respondendo a desafios, oportunidades e reconfigurações nas relações de poder globais. Nesse contexto, a política externa brasileira foi frequentemente usada como um reflexo das disputas internas, sendo analisada tanto como uma projeção das divisões ideológicas domésticas tanto quanto como um campo de disputa entre soberania nacional e alinhamento – ou não alinhamento – do Brasil com outros países da América.

Este subcapítulo analisa as publicações destacando como cada um dos periódicos abordou o pleito eleitoral e os temas correlatos de política externa. A partir da metodologia de análise de discurso, observa-se como os jornais articularam suas narrativas no período anterior e posterior as eleições, explorando os elementos explícitos e implícitos nas suas argumentações. Essa abordagem permite identificar como as posições editoriais destes periódicos foram moldadas por tensões ideológicas, assim como já se tem visto permeando todo o debate até agora discutido nesta tese, vinculando estes debates eleitorais às agendas internacionais e às estratégias políticas dos atores envolvidos.

No período que antecede as eleições de 7 de outubro de 1962, a cobertura dos jornais *O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *Última Hora* reflete não apenas o momento político-eleitoral em si, mas também as narrativas mais amplas sobre o papel do governo João Goulart, que recém tinha completado um ano na presidência do governo parlamentarista no Brasil, o próprio parlamentarismo em si e a política externa brasileira no contexto da Guerra Fria. Cada veículo utilizou sua posição editorial para alinhar os eventos eleitorais a discursos que transcendiam o pleito, conectando-os a preocupações ideológicas, institucionais e econômicas, conforme a necessidade de abordar os assuntos que lhes interessavam discutir e levar ao público leitor.

O *Estadão,* fiel à sua linha conservadora, utilizou o espaço editorial para reiterar sua **oposição ao governo** Goulart, apresentando-o como uma ameaça direta à democracia e à economia de mercado. No editorial de 30 de setembro[221], expressões como "sabotagem da democracia" e "caminho para o socialismo" serviram para caracterizar o governo como

[220] Já dizia Patrick Champagne em sua obra que trata sobre as sondagens de opinião que "Tornar ou não pública a sua opinião é um ato político. Quando é realizado pelo proprietário da opinião, permite limitar, pelo menos em certa medida, as manipulações" (Champagne, 1996, P.113) e, também, que "os políticos e comentaristas já brincava, de alguma forma, com as palavras ao designarem por "opinião pública" o que, no final das contas, não passava de sua opinião pessoal, proclamada publicamente (em particular, na imprensa), sobre o que, supostamente, passariam seus concidadãos" (Champagne, 1996, P.112).

[221] "Para onde caminhamos", *O Estado de S. Paulo*, 30 de setembro de 1962, p.3, editorial.

intrinsecamente antidemocrático, vinculado a uma agenda que buscava subverter as instituições em favor de um regime autoritário.

> Muito mais grave do que a **demagogia das esquerdas revolucionárias** e do que a agitação por elas desencadeada em seu frenesi de tudo destruir é a nosso ver, a ação sistemática de sabotagem da democracia que vem sendo desenvolvida no setor econômico pelos homens que detêm o poder. [...] O sr. Presidente da República e os seus assessores estão encaminhando a Nação **para o socialismo.** [...] **O que se pretende, em última análise, é debilitar e esmagar de modo sistemático a livre iniciativa, desbravando o caminho para a implantação do socialismo no Brasil[222].**

A evocação de analogias históricas, como a referência ao "golpe de Praga" de 1948, dizendo que de "um dia para outro, teremos o nosso pequeno 'golpe de Praga'.", reforça a tentativa do jornal de inserir o governo Goulart no espectro do autoritarismo comunista, criando uma narrativa – já tradicionalmente – alarmista e evocativa. A repetição desse tema no editorial de 3 de outubro[223], quando o jornal alertou sobre o perigo da subversão comunista no Hemisfério e exaltou a solidariedade do Brasil com outros países na contenção dessa ameaça, ao dizer que "O Brasil está inteiramente solidário com os demais países do Continente no sentido de reconhecer o perigo de subversão comunista no Hemisfério e de mobilizar os esforços necessários para impedi-la.", reforça o anticomunismo como pilar da interpretação do *Estadão* sobre a conjuntura, alegando que foi a URSS que implantou "em nossos territórios" a guerra fria.

Já o *Jornal do Brasil*, embora crítico em muitos aspectos, apresentou uma narrativa mais equilibrada, buscando balancear a crítica institucional ao governo Goulart com a reafirmação da importância de fortalecer o regime parlamentarista. Em 30 de setembro[224], destacou o papel do trabalho como elemento essencial para a estabilidade do regime, ao falar sobre o programa de governo, com o seguinte destaque para a PEI:

> O capítulo de política exterior recomenda a continuação das linhas essenciais da política iniciada pelo Sr. Jânio Quadros, sem o exibicionismo inútil que a caracterizava. O reparo que se pode fazer é à **insuficiente** atenção à Aliança para o Progresso, essencial para a aceleração do nosso desenvolvimento. Essa importantíssima evolução do pan-americanismo ocupa quase tanto espaço como uma tirada trabalhista sobre a nocividade das empresas privadas internacionais ou o comércio até agora **desapontador** com o mundo socialista. **Mas a formulação é orgânica, inteligente e merece, sem dúvida, o apoio da maioria da opinião pública, que deseja afirmação sem provocação[225].**

[222] Idem, grifos meus.
[223] "Cuba a hora das definições", *O Estado de S. Paulo*, 03 de outubro de 1962, p.3, editorial.
[224] "O programa", *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1962, p.6, editorial.
[225] Idem, grifos meus.

Mas o *JB* também criticou o comportamento do Presidente, em outro editorial na mesma data[226], que, segundo o jornal, **agia de maneira incoerente** com o sistema parlamentarista, insistindo em uma postura mais associada ao presidencialismo, como pode ser identificado nos trechos a seguir.

> Aliás, **o Sr. João Goulart** não poderá emitir queixa alguma, pois ele **tem sido o primeiro a quebrar as regras do comportamento político**, ignorando ou fingindo ignorar que estamos em regime parlamentarista e **procurando agir como se fosse o Presidente de uma República sob regime presidencialista**. Talvez a culpa não seja apenas do Sr. João Goulart, pois também o Sr. Tancredo Neves (que é homem muito inteligente para que admitamos a hipótese de estar ele errando por descuido ou distração) está funcionando como detentor de um cargo híbrido, que não é o de Primeiro-Ministro, mas de Chefe de Gabinete Civil misturado com Ministro da Justiça[227].

E, ainda, consideram que

> **Em suma: estão ambos empenhados em quebrar as regras do jogo parlamentarista.** E, com isso, já estão causando sérios prejuízos ao novo regime, sem terem a garantia de que este poderá ser substituído por um regime presidencialista, constitucional e democrático. **Será que o Sr. João Goulart não compreendeu que o povo, ao repudiar o veto oposto pelos chefes militares à sua posse, fez um pronunciamento formal em favor do respeito às regras do jogo?**[228]

Concluindo que João Goulart

> [...] **era o substituto constitucional do Sr. Jânio Quadros. O povo** apegou-se a isso, resistiu e ganhou a parada. É verdade que o Congresso aproveitou a brecha para aprovar o sistema parlamentarista. Mas também não deixa de ser verdade que foi o parlamentarismo a fórmula que evitou a guerra civil **que o povo não queria**. Houve, evidentemente, uma compensação. **E todos temos que aceitar a situação**[229].

No dia 2 de outubro, o jornal carioca reforçou o compromisso do Brasil com o sistema democrático e com a unidade do continente americano, enfatizando a importância da Aliança para o Progresso e das relações com os Estados Unidos, ao dizer que "O Brasil é fiel ao sistema democrático de governo, tem um interesse todo especial pela unidade do continente americano, quer manter as suas tradicionais ligações de amizade com os Estados Unidos."[230]. Esse discurso pragmático denota uma preocupação em associar a política externa brasileira a princípios de equilíbrio e responsabilidade, contrapondo-se à retórica alarmista de outros veículos, como do *Estadão*, por exemplo.

[226] "O regime", *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1962, p.6, editorial.
[227] Idem, grifos meus.
[228] Idem, grifos meus.
[229] Idem, grifos meus.
[230] "Confirmação", *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1962, p.6, editorial.

Por sua vez, o *Última Hora*, alinhado ao governo Goulart, dedicou-se a construir uma narrativa que enfatizava a defesa das instituições democráticas frente a conspirações golpistas e tentativas de desestabilização política que circulavam na sociedade. Em 3 de outubro, o jornal publicou um texto assinado por Carlos Alberto Wanderley[231], que denunciava os "golpistas" que ameaçavam inviabilizar o plebiscito, acusando setores opositores de conspirarem para minar o sistema parlamentarista em benefício de interesses autoritários. Além de outro texto na mesma página que tinha uma mensagem do exército para o Presidente João Goulart[232].

> Somos, Sr. Presidente, o mesmo Exército de sempre, pois com o povo estivemos sempre unidos em todas as vicissitudes da vida nacional: unidos estivemos contra a opressão dos estrangeiros, unidos estivemos na Independência, na Abolição, na República e em todas as lutas onde a alma e o coração exigiam esse ambiente de patriotismo e nacionalidade indispensável à grandeza da Pátria. [...] Não seria agora que iríamos fugir a esse patriótico e histórico papel. Não agora, quando temos um Presidente compreensivo e favorável às reformas que a Pátria tanto necessita. [...] As Forças Armadas são a força viva da Nação, que permanentemente têm dado **maior exemplo e uma inestimável colaboração na defesa da causa comum e das instituições democráticas[233].**

No dia 5, o *Última Hora* destacou o papel das Forças Armadas na garantia de eleições livres, sugerindo que o governo Goulart era um bastião da ordem democrática, em oposição às iniciativas de desestabilização articuladas por grupos conservadores. As principais matérias das páginas três e quatro giram em torno deste assunto das Forças Armadas protegerem as urnas, pois "O Governo Federal assegura a presença de tropas federais para garantir o pleito em qualquer ponto do território nacional desde que isto seja julgado necessário por algum partido político."[234]. E entre estas matérias havia uma sobre as relações de Brasil e URSS, dizendo que "Com o embaixador soviético, o Sr. João Goulart examinou aspectos do Acordo Comercial entre os dois países, ora em estudo pelos técnicos da SUMOC e que deve ser ultimado nos próximos dias."[235].

A **política externa** também foi um tema de destaque nesse período pré-eleitoral, especialmente em relação ao alinhamento brasileiro diante das tensões da Guerra Fria. O *Estadão*, em 2 de outubro, criticou duramente o uso seletivo do princípio de autodeterminação pelo governo brasileiro, utilizando a postura do Itamaraty em relação à ditadura salazarista

[231] "Política nacional", *Última Hora*, 03 de outubro de 1962, p.4, coluna.
[232] "GENERAIS A JANGO: "EXÉRCITO SEMPRE UNIDO AO POVO"", *Última Hora*, 03 de outubro de 1962, p.4, notícia.
[233] Idem, grifos meus.
[234] "Governo assegura: Tropas Federais Garantirão pleito em todo o país", *Última Hora*, 05 de outubro de 1962, p.4, coluna.
[235] "Embaixador da URSS com Jango: Aspectos do acordo comercial", *Última Hora*, 05 de outubro de 1962, p.4, notícia.

como exemplo de uma **política incoerente e oportunista**[236]**,** alegam que "A autodeterminação dos povos impede, mais uma vez, o sr. João Goulart e o Itamaraty de procederem de acordo com as tradições e os sentimentos da Nação brasileira", falando mais uma vez em nome de toda a Nação e criticam o governo ao concluírem dramaticamente que "Todas as ditaduras — as de direita como as de esquerda — se beneficiam do silêncio cúmplice dos nossos governantes". Essa crítica contrasta com a abordagem mais pragmática do *Jornal do Brasil*, que conforme foi mencionado acima, no mesmo dia, enfatizou a necessidade de uma política externa consistente e fiel às tradições democráticas brasileiras, propondo a manutenção de laços sólidos com os Estados Unidos e o fortalecimento da Aliança para o Progresso, em seu editorial[237].

Sendo assim, o período que antecedeu as eleições foi caracterizado por uma cobertura dinâmica que, ao mesmo tempo em que tratava das questões técnicas e institucionais referentes ao pleito, também explorava temas mais amplos, como a luta contra o comunismo, as disputas ideológicas internas e a posição do Brasil no cenário internacional. Esses discursos não apenas refletiam as posições editoriais de cada veículo, mas também buscavam moldar a percepção pública dos eventos, referenciadas como "a Nação", "o povo" ou simplesmente de "a opinião pública", destacando os alinhamentos e tensões políticas que marcavam o momento eleitoral.

Os resultados das eleições de 7 de outubro de 1962, embora ainda em fase de apuração imediata nos dias subsequentes, serviram como base para interpretações variadas nos jornais da grande imprensa, em especial nestes três que estão sendo analisados aqui. Esses veículos ajustaram suas narrativas aos desdobramentos do pleito, fazendo uso dos resultados para reforçar suas já tradicionais posições sobre o governo de João Goulart, o parlamentarismo e as diretrizes da política externa brasileira.

O *Estadão*, mantendo sua postura crítica ao governo, interpretou os resultados como uma reafirmação da **rejeição popular às lideranças populistas e às agendas associadas ao socialismo**. Em 9 de outubro, o jornal destacou a condenação de Jânio Quadros pelo eleitorado, considerando a derrota do ex-Presidente como **um sinal de desaprovação às lideranças autoritárias e oportunistas,** ao dizer que "Parece-nos que a principal característica da voz das urnas é a condenação do Sr. Jânio Quadros. – Não foi, com efeito, nada honroso para o eleitorado paulista preferir, para expressar seu repúdio ao Sr. Jânio Quadros, justamente a pior das soluções"[238]. Essa visão foi reiterada em 14 de outubro, quando o jornal criticou o **aparente desinteresse popular pelo plebiscito**, alegando que "O desinteresse popular pelo plebiscito é

[236] "A ditadura Salazarista", *O Estado de S. Paulo*, 02 de outubro de 1962, p.3, editorial.
[237] "Confirmação", *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1962, p.6, editorial.
[238] "Estaca zero", *O Estado de S. Paulo*, 09 de outubro de 1962, p.3, editorial.

evidente, e o governo precisa encontrar motivações que despertem o entusiasmo para o plebiscito"[239] e interpretando-o como uma demonstração de **apatia em relação ao governo** e suas propostas.

O editorial do dia 12 de outubro, anterior a este mencionado, também seguia na mesma linha do daquele do dia 9, enfatizavam sinais de desorganização no governo **Goulart**, apontando falhas na condução econômica e social como sendo evidências de **sua incapacidade de liderar** o país de forma eficiente imparcial ao dizer que "Foram eles os artífices da derrota do sr. Jânio Quadros, cuja política internacional, quando Presidente da República, chocou a opinião pública e cuja renúncia teve calamitosos efeitos principalmente com a devolução do Poder à parcialidade representada pelo sr. João Goulart"[240].

Nos dias 9 e 10 de outubro, o *Jornal do Brasil* **se posicionou** de maneira explícita como sendo **anticomunista** em editoriais como "A Indústria da Mentira"[241], onde refutou acusações feitas pelo IBAD sobre o *JB* estar de alinhado com a União Soviética, argumentando que sua posição contrária ao comunismo era **baseada em princípios ideológicos e patrióticos**. O jornal carioca ainda aproveitou para criticar setores que transformaram o anticomunismo em uma ferramenta comercial ou oportunista, **diferenciando-se de discursos extremistas e sensacionalistas**.

> **Os agitadores do IBAD** acusam-nos de apoiar uma política externa que atende aos interesses da União Soviética e de manifestarmos opiniões favoráveis ao Governo revolucionário comunista de Cuba. **É bom que os nossos leitores sintam**, em toda a sua crueza, a desonestidade desses profissionais da agitação, desonestidade de argumentos e de informações em tudo idêntica à dos comunistas. **A política externa comunista que defendemos** é aquela que o Presidente Jânio Quadros executou. E, portanto, a que foi reafirmada pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves e pelo Chanceler San Tiago Dantas[242].

E concluem,

> Quanto à nossa opinião sobre Cuba, **quem costuma ler esta página** já a conhece de sobra. **O JORNAL DO BRASIL se opõe ao comunismo por motivos de ordem ideológica e patriótica. Não fazemos, do anticomunismo, uma indústria ou fonte de renda.** Se esses **desordeiros do IBAD**, conseguirem se transformar em juízes das convicções democráticas de instituições verdadeiras, como o JORNAL DO BRASIL, e o Correio da Manhã**, este país corre um grande perigo**. Não pode sentir-se tranquila uma sociedade em que indivíduos sem escrúpulos, como esses do IBAD, ainda possam vir a público para fazer chantagem, pregar a desunião, lançar a suspeita

[239] "Equilíbrio e bom senso", *O Estado de S. Paulo*, 14 de outubro de 1962, p.3, editorial.
[240] "A grande lacuna: as indefinições", *O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1962, p.3, editorial.
[241] "A indústria da mentira", *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1962, p.6, editorial.
[242] Idem, grifos meus.

> e recomendar a subversão da ordem. Não iludam os desordeiros, nós teremos a luta e não os deixaremos fugir desta vez[243].

Essa postura busca diferenciar o jornal de outros setores da sociedade que lucravam politicamente ou economicamente com o discurso anticomunista, escondidos embaixo deste "guarda-chuva" retórico. Ao destacar valores como democracia e liberdade econômica, em harmonia com as falas de figuras políticas como Ademar de Barros, que também criticou a política externa de Goulart – Ademar afirma ser contra política exterior do país[244] –, o periódico reforçou sua defesa de um posicionamento moderado e institucional. Esse discurso revela uma tentativa de consolidar o papel do jornal como um defensor da legitimidade democrática em um contexto polarizado, **alinhando-se ao anticomunismo sem recorrer às práticas que, segundo o próprio editorial[245], instrumentalizavam essa narrativa[246].**

> Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente*, *mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1997, p. 82, grifos do autor).

Aplicando a teoria de Pêcheux a esta análise, a distância criada entre o periódico e outras instituições, sejam elas meios de comunicação ou não, remetem a estas formações imaginárias de si e do outro. O jornal *Última Hora*, por sua vez, adotou um tom de celebração, apresentando o pleito como uma vitória da democracia e uma prova do compromisso do governo Goulart com a estabilidade institucional. Em 9 de outubro, o periódico publicou várias matérias que elogiavam a tranquilidade e a segurança das eleições, inclusive uma fala de JK[247] de que "As eleições que acabam de se realizar, além de constituírem um espetáculo democrático que enche de tranquilidade o país, vêm revelar a tendência renovadora que, no momento, inspira e empolga o povo brasileiro" e de que "Essas eleições marcam uma hora decisiva para a democracia brasileira", destacando ainda o papel das Forças Armadas e do governo federal na garantia do processo eleitoral. No dia 12, o *UH* reforçou essa narrativa ao citar o Presidente

[243] Idem, grifos meus.
[244] "Ademar afirma ser contra a política exterior do país", *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1962, p.4, notícia.
[245] "A indústria da mentira", *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1962, p.6, editorial.
[246] Conforme a obra de Pêcheux (2019), o discurso é constituído pela materialidade histórica e ideológica que organiza **os sentidos e os silêncios** em torno de um tema. No caso do editorial "A Indústria da Mentira", o anticomunismo é reafirmado enquanto prática ideológica, mas com a crítica realizada pelo *JB* aos "agitadores do IBAD", **expõe-se a disputa de sentidos no interior do campo anticomunista**, revelando a complexidade das alianças e das **estratégias discursivas**, tão caras para a discussão realizada nesta tese.
[247] "JK: 'SUPERADAS AS CRISES POLÍTICAS'", *Última Hora*, 09 de outubro de 1962, p.4, notícia.

João Goulart[248], que congratulou o povo pela realização pacífica do pleito e interpretou os resultados com entusiasmo, como sendo uma validação de sua agenda reformista.

> Congratulo-me com o povo brasileiro pela tranquilidade com que transcorreram as eleições em todo o território nacional. [...] **O povo manifestou-se livremente, e o Governo Federal em nenhum momento exerceu qualquer coação.** Ao contrário, tudo fez para que o eleitor, sem o menor constrangimento, votasse em quem entendesse[249].

No dia seguinte ainda tem uma análise na tradicional coluna sobre política nacional, refletindo sobre motivações ao plebiscito e sobre a necessidade de uma "reforma constitucional a ser efetivada logo após o plebiscito"[250]. Em termos de política externa, o período pós-eleitoral trouxe uma continuidade nos discursos sobre a posição do Brasil no cenário internacional, especialmente em relação ao bloqueio a Cuba e às tensões da Guerra Fria. O *Estadão* e o *Jornal do Brasil* continuaram a destacar as implicações dessas tensões para o Brasil, mas com enfoques distintos: enquanto o *Estadão* via na política externa de Goulart sinais de fraqueza e alinhamento ao socialismo, o *JB* procurava enfatizar a necessidade de um equilíbrio pragmático entre as demandas internas e externas, mas também trazendo um posicionamento efetivo quanto a opinião do periódico sobre a política externa em vigor naquele período, sem nomeá-la de política externa independente. Já o jornal *Última Hora*, coerente com sua linha editorial mais alinhada com o governo, defendeu as ações realizadas por ele como parte de uma postura independente e alinhada aos princípios de autodeterminação.

Os dias que se seguiram às eleições, portanto, foram marcados por uma intensificação dos debates sobre os rumos do país, com os jornais utilizando os resultados como ponto de partida para reafirmar ou ajustar suas narrativas em torno da política externa, do parlamentarismo e da estabilidade – ou instabilidade, conforme seu ponto de vista – institucional. Essas interpretações, ainda que costumeiramente divergentes, revelam a complexidade das disputas políticas e ideológicas que permeavam o Brasil naquele momento crucial e enriquecem o debate envolvendo a PEI, pois fossem assuntos internos ou externos, sua condução estava sempre tornando-se palco de debate na grande mídia.

Portanto, a análise discursiva dos três jornais revela como o contexto das eleições gerais de 1962 serviu como um espelho das tensões políticas e ideológicas que marcavam o Brasil naquele período, com claros desdobramentos na política externa e no debate sobre o parlamentarismo ainda em vigor. Cada um dos três veículos utilizou o pleito como um ponto

[248] "Jango congratula-se com o povo pela ordem do pleito", *Última Hora*, 12 de outubro de 1962, p.4, notícia.
[249] Idem, grifos meus.
[250] "PTB quer formar uma grande aliança popular na câmara", *Última Hora*, 13 de outubro de 1962, p.4, coluna.

de apoio para reforçar suas narrativas e projetar visões contrastantes sobre o futuro político do país, mesmo na falta de editoriais propriamente ditos, como é o caso do *UH*, mas trazendo suas colunas fixas que também integram a linha editorial do periódico.

O *Estadão*, com seu discurso conservador, concentrou-se em alertar contra a ameaça de subversão comunista, que, segundo o jornal, estava intrinsecamente ligada às políticas do governo Goulart. A metáfora do "golpe de Praga" e as críticas à autodeterminação, quando aplicada seletivamente, evidenciam uma tentativa de vincular a política externa do Brasil a um suposto alinhamento com o socialismo. Por outro lado, o jornal apresentou as eleições como um reflexo das forças democráticas em alerta, apontando a UDN como um agente legítimo para conter as ameaças à ordem institucional.

O *Jornal do Brasil* apresentou uma narrativa mais equilibrada, posicionando-se como um observador crítico, mas pragmático, da conjuntura política. Destacou-se pela ênfase na estabilidade e no papel das instituições como mediadoras de uma transição segura, seja no contexto do plebiscito ou das reformas. Na política externa, o *JB* reforçou a ideia de uma diplomacia independente, conectando os resultados das eleições a uma possível ampliação do protagonismo do Brasil no hemisfério ocidental, especialmente diante da crise em Cuba, procurando firmar-se como defensores da democracia brasileira.

Por fim, o jornal *Última Hora*, em contraste com os anteriores, configurou-se como uma voz combativa e alinhada às bases populares e trabalhistas. Seus textos interpretaram o pleito como uma vitória contra o conservadorismo e como um apoio direto às reformas e ao presidencialismo defendido por Goulart, buscando entusiasmar seus leitores em relação ao plebiscito. Em um contexto geral de análise das publicações neste período que antecedeu as eleições gerais, bem como após a ocorrência do pleito, a política externa foi frequentemente vinculada à luta pela soberania e à rejeição da interferência estrangeira, especialmente no contexto de um anticomunismo que o jornal via como ferramenta de manipulação política pelas elites, bem como com um tom crítico ao discurso que era promovido pelo IBAD, pela UDN e demais grupos conservadores.

Esses discursos, ao se apoiarem em argumentos e estratégias retóricas específicas, revelam a complexidade do momento político e o uso instrumental da mídia na construção de narrativas sobre o país e sua posição internacional, sempre alinhados com a linha ideológica de cada uma das empresas que pertenciam. A análise discursiva desses veículos destaca como a eleição de 1962 transcendeu o debate interno, conectando-se diretamente às dinâmicas da

Guerra Fria e às disputas pelo controle do discurso hegemônico sobre o futuro do Brasil, cada qual com sugestões do que deveria ou poderia ser realizado dali em diante.

3.5. SOBERANIA POPULAR: O PAPEL DO PRESIDENCIALISMO NA POLÍTICA EXTERNA

Em 6 de janeiro de 1963 finalmente viria a acontecer o plebiscito que buscava findar o governo parlamentarista, ele representou um marco decisivo na trajetória política brasileira, assinalando o retorno do sistema presidencialista e a devolução dos plenos poderes ao então Presidente João Goulart. A consulta popular não apenas dirimiu a crise institucional instalada desde a renúncia de Jânio Quadros, mas também revelou tensões subjacentes no debate público sobre a natureza do Estado brasileiro e o papel do Executivo na condução das reformas sociais e econômicas. Os três jornais analisados – *Estadão, Jornal do Brasil e Última Hora* – desempenharam papéis fundamentais nesse processo, através do que circulava no meio social, refletindo formações discursivas distintas que dialogavam diretamente com os interesses políticos e econômicos do período. Enquanto o *Estadão* enfatizava os perigos de uma possível centralização de poder nas mãos de Goulart, associando o presidencialismo ao autoritarismo e à instabilidade, o *Jornal do Brasil* adotava uma postura mais pragmática, focando na necessidade de reorganização do Estado para enfrentar os desafios econômicos e sociais. E o *Última Hora*, alinhado ao governo, construiu uma narrativa otimista e de resgate da soberania popular, apresentando o plebiscito como um instrumento de legitimação democrática.

A análise discursiva revela, portanto, não apenas as diferenças explícitas nas abordagens dos jornais, mas também o "não dito" que permeia seus textos através do silenciamento em alguns momentos. No caso do *Estadão*, as críticas ao presidencialismo emergem de uma tradicional formação discursiva conservadora, que interpreta o fortalecimento do Executivo como uma ameaça à ordem liberal-democrática e à estabilidade econômica. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, mesclava discursos de ponderação e prudência, reconhecendo o presidencialismo como uma solução possível, mas advertindo para os riscos de uma administração centralizada sem planejamento claro, tendo em vista suas críticas a João Goulart ser o Presidente, mesmo defendendo a Constituição. Por fim, o *Última Hora* se posicionava de forma entusiástica ao lado do governo, associando o retorno do presidencialismo à viabilização de reformas estruturais e ao cumprimento de demandas populares. Essa diversidade discursiva reflete as disputas de poder e os projetos políticos em jogo, além de evidenciar como a mídia serviu de

palco para a construção de narrativas sobre o plebiscito e suas implicações na política externa e interna do Brasil, pois conforme Maingueneau (2013), os discursos não são entidades isoladas, se inserindo em configurações discursivas que organizam os enunciados e possibilitam a coexistência, a oposição e o conflito entre diferentes vozes.

O *Última Hora,* como mencionado, apresentou uma postura abertamente favorável ao presidencialismo, utilizando o plebiscito como uma plataforma para exaltar a liderança de João Goulart e promover uma visão positiva do retorno ao sistema presidencialista. O periódico construiu uma narrativa que vinculava o "Sim" ao presidencialismo às aspirações democráticas e à soberania popular, contrastando com os discursos conservadores que associavam o presidencialismo ao autoritarismo, inclusive acrescentando um tom dramático em seu editorial, como era comum de ver no Estadão, dizendo que o país tem um encontro marcado com seu próprio destino ao participar do plebiscito[251].

> A volta ao tradicional **sistema presidencialista, em cuja vigência vimos o País dar passos seguros no rumo da emancipação econômica e da justiça social** – e cujos marcos históricos podem ser identificados em Volta Redonda, na Petrobras, no conjunto da Legislação Trabalhista e na estrutura da Previdência, no inegável surto industrial que já nos situava na etapa do pré-desenvolvimento – **é assim uma exigência de todos e de cada um de nós, excluídos apenas**, desta soma, os pessimistas e os pusilânimes, **os traidores e os golpistas**, os negocistas e os agentes de grupos estrangeiros **empenhados em asfixiar os nossos anseios de progresso[252]**.

E, concluem,

> Vamos, pois, às urnas. **Serena e decididamente. Para dizer NÃO ao golpe.** NÃO à irresponsabilidade. NÃO à deterioração do princípio da autoridade. NÃO à aventura, à insensatez e ao oportunismo. NÃO ao lacerdismo sequioso de empolgar o poder para sufocar os direitos do povo. NÃO aos especuladores que enriquecem às custas da miséria alheia. **NÃO aos inimigos do Brasil[253].**

As publicações destacavam a necessidade de reformas sociais e econômicas, alinhando-se ao discurso governista e reforçando a ideia de que o fortalecimento do Executivo era essencial para enfrentar os desafios do Brasil, colocando aqueles que eram contrários ao presidencialismo alinhados ao golpismo e, consequentemente, "inimigos do Brasil". Em algumas matérias, o *Última Hora* enfatizava que o parlamentarismo havia sido uma imposição arbitrária de setores conservadores para limitar o poder de Goulart e que sua superação era uma vitória do povo brasileiro, como em um artigo que se refere ao sistema parlamentarista implantando em 1961 como sendo um golpe[254].

---

[251] "Pelo Plebiscito, a Revolução Constitucional", *Última Hora,* 05 de janeiro de 1963, capa, editorial.
[252] Idem, grifos meus.
[253] Idem, grifos meus.
[254] "O voto é não", *Última Hora*, 04 de janeiro de 1963, p.2, artigo.

Ainda nos dias que antecederam ao plebiscito, o *UH* também deu amplo espaço às articulações políticas e à mobilização popular pelo "Sim" ao sistema presidencialista, construindo um discurso de legitimação do presidencialismo como expressão da vontade da população. A evocação de valores democráticos e a crítica ao parlamentarismo como um sistema híbrido e confuso, como pode ser identificado nas publicações, visavam mobilizar a base popular e deslegitimar as narrativas contrárias ao governo. O *Última Hora* também explorava o apoio de líderes como Brizola – que atuou ativamente na liderança da Campanha da Legalidade – e Hermes Lima ao "Sim", reforçando a conexão entre o presidencialismo e a viabilização de reformas estruturais prometidas pelo governo Goulart.

Na política externa, o *UH* reforçou o discurso de independência, destacando que o fortalecimento do Executivo permitiria ao Brasil adotar uma postura mais assertiva no cenário internacional. Críticas às pressões dos Estados Unidos e aos interesses estrangeiros no país eram comuns, especialmente em relação à Lei de Remessa de Lucros e à Petrobrás, apresentadas como símbolos da resistência nacionalista. Assim, o *Última Hora* consolidou-se como um veículo de apoio ao presidencialismo, articulando uma visão que unia soberania popular, reformas internas e protagonismo externo como pilares para a retomada do desenvolvimento brasileiro nos anos 1960.

O *Jornal do Brasil* adotou, no período pré-plebiscito, seu costumeiro tom moderado que mesclava análise crítica e pragmatismo, refletindo uma preocupação com os impactos políticos e econômicos do retorno ao presidencialismo. Em editoriais como "Brasil 1963"[255], publicado no início do ano, o periódico enfatizou a necessidade de reformas estruturais e um realinhamento da política econômica como condições para a estabilidade nacional, mencionando um “fantasina” que já não deveria servir para assustar.

> Sovadas forças retrógradas se encarregarão de dar a nota pessimista à abertura de 1963, invocando **um velho fantasina** que desde o tempo do Marx passeia inutilmente pela Europa e **não assusta a mais ninguém: o comunismo**, **usado como arma de atemorizar medrosos,** será ressuscitado sistematicamente para impedir as tentativas de reformar o País, colocando-o ao alcance dos cem milhões que seremos no fim desta década[256].

Ao mesmo tempo, o jornal reconhecia as limitações do parlamentarismo, caracterizando-o como um sistema paralisado por disputas políticas internas e incapaz de oferecer respostas efetivas às demandas do país, ao dizer que "A cada tentativa de ação, correspondia uma reação,

[255] "Brasil 1963", *Jornal do Brasil,* 01 de janeiro de 1963, p.6, editorial.
[256] Idem, grifos meus.

maior e contrária."[257]. Mas uma postura ambígua revelava-se na forma como o jornal abordou a consulta popular: o plebiscito era visto como uma oportunidade para resolver uma crise institucional, mas com riscos de aprofundar a centralização do poder na figura de Goulart. E isso pode ser visualizado em trechos como "A opinião pública está suficientemente preparada, com ano e meio de regime híbrido que esclareceu, **pelo método confuso**, o julgamento definitivo de grandes áreas do eleitorado. Todos sabem que a hora de julgar a **impotência do sistema parlamentarista** é amanhã" e ainda chama a modificação na Constituição que colocou em vigor o parlamentarismo em 1961 de "precipitação dos fatos"[258].

O jornal também explorava as implicações do plebiscito para a política externa, um tema que se tornava central em seu discurso sobre o presidencialismo. Com críticas ao desgaste diplomático do Brasil durante o período destes 16 meses de governo parlamentarista, o *Jornal do Brasil* argumentava que a falta de coesão interna afetava negativamente a posição do país em questões internacionais, como as relações com os Estados Unidos e o bloco soviético.

> Os 16 meses do regime parlamentarista caracterizaram-se por uma crescente paralisação de iniciativas que tanto afetaram os setores públicos quanto os particulares. E essa tendência para o imobilismo teve como agravante uma série de fatores negativos que vieram comprometer ainda mais o ritmo de expansão do País: greves, inflação, petróleo, fuga de capitais deixam um pesado saldo negativo a ser recuperado com as novas medidas que estão sendo preconizadas com a volta do presidencialismo. [...] **O Brasil também acumulou, neste período, um saldo negativo no exterior, não apenas em dólares e em outras moedas, mas também em prestígio e autoridade**[259].

E ainda disse que "apesar de certas vacilações" a diplomacia brasileira se manteve coerente com as "linhas mestras" da "chamada política independente"[260]. Por linhas mestras o *JB* se refere a como a PEI foi proposta no governo de Jânio Quadros, conforme pode ser evidenciado no subcapítulo anterior. A análise sobre o Plano Trienal, conduzida por Celso Furtado, foi apresentada como um exemplo da necessidade de alinhamento entre as esferas interna e externa para garantir a credibilidade do Brasil no cenário internacional. Assim, o jornal defendia uma condução mais firme, embora não abertamente favorável ao presidencialismo, evitando endossar integralmente as posições do governo.

Nos textos sobre a campanha do "Sim" e do "Não", o jornal evitava polarizações, mas trazia reflexões sobre o impacto do plebiscito na democracia brasileira. Outro editorial, como "Confronto de mentalidades"[261], exploravam a transformação das mentalidades políticas no país

[257] "Brasil 1963", *Jornal do Brasil*, 01 de janeiro de 1963, p.6, editorial.
[258] "A Hora final", *Jornal do Brasil*, 05 de janeiro de 1963, p.6, editorial. Grifos meus.
[259] "Recuperação externa", *Jornal do Brasil*, 04 de janeiro de 1963, p.6, editorial. Grifos meus.
[260] Idem.
[261] "Confronto de mentalidades", *Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1963, p.6, editorial.

desde o fim do governo Jânio Quadros, observando mudanças nas percepções populares sobre a eficácia dos sistemas de governo.

> Planos sem ranços, sem maiores controvérsias, sem devaneios. Planos que obedecem à nova mentalidade nacional, sem preocupações beletristas e sem o sentido das improvisações que surpreendem e inquietam. Planos nos quais se conjugam o idealismo renovador com o realismo adulto. Como se viu com o Plano Nacional de Educação e, nestas últimas horas, com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Ressaltando-se que, tanto um quanto o outro, tiveram dois representantes da nova geração como os seus principais responsáveis, os Ministros Darci Ribeiro e Celso Furtado, a cujo valor soube o Presidente Goulart dar mão forte, sem se intimidar com as suspeitas campanhas publicitárias que se levantaram, em certos círculos, contra esses dois homens de Estado, mais jovens do que o próprio Presidente[262].

Embora crítico à instabilidade do parlamentarismo, o *Jornal do Brasil* sugeria que o presidencialismo também deveria ser acompanhado de reformas profundas e uma reorganização institucional para evitar a repetição dos mesmos problemas. Essa abordagem cautelosa reforçava a posição do jornal como mediador no debate público, buscando equilibrar críticas e esperanças em relação ao plebiscito.

Também em relação ao período que antecedeu o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, *O Estado de S. Paulo* consolidou seu discurso em torno de uma crítica incisiva ao presidencialismo e ao governo de João Goulart. A partir de editoriais e artigos assinados por colaboradores assíduos, o jornal destacou-se por associar o retorno do presidencialismo ao fortalecimento de uma liderança que, segundo o periódico, **carecia de competência** para lidar com a instabilidade econômica e política. A ênfase em palavras como "farsa" e "mistificação" sugere um esforço discursivo para deslegitimar a consulta popular, configurando o plebiscito como um instrumento manipulado pelo Executivo para concentrar poder. O editorial de 4 de janeiro[263], ao abordar a “desordem moral reinante”, alinha-se à formação discursiva conservadora que associa o governo Goulart ao caos econômico e institucional, reforçando a oposição ao fortalecimento do Executivo.

Outro editorial publicado no mesmo dia, que abordava mais diretamente as questões sobre o plebiscito[264], publicado pelo *Estado de S. Paulo*, reflete uma postura crítica e oposicionista, estruturada em torno de uma denúncia sobre a suposta ilegalidade e ilegitimidade do processo de consulta popular. O texto combina argumentos jurídicos, éticos e políticos para deslegitimar tanto o plebiscito quanto o governo que o promove, utilizando uma retórica de indignação e apelo ao senso de justiça do público leitor.

---

[262] Idem.
[263] “O Estado e a desordem moral reinante”, *O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1963, p.3, editorial.
[264] “Plebiscito”, *O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1963, p.3, editorial.

> Antecipar o plebiscito de dois anos, antes de se ter feito exatamente na conta da diferença que de fato existe entre um sistema e outro, é, como diz o prof. Gama e Silva, cometer um criminoso embuste. [...] **O que nós pretendemos, simplesmente, é convencer a opinião pública brasileira da farsa a que a pretendem sujeitar** e da nenhuma punição em que licitamente incorre o eleitor que deixar de responder à convocação plebiscitária. [...] O problema fundamental não está na opinião de 6 de janeiro, **mas na mão dos homens que nos desgovernam**, porque o País não pode suportar por mais tempo esta crise de legalidade, de autoridade e de probidade sob a qual vivemos há tanto tempo. [...] **Só os ingênuos ou os mal-intencionados podem aceitar de bom grado a ideia de que a mudança de sistema governamental,** com os mesmos homens que aí estão, tenha o prestígio de mudar para melhor a situação que eles nos criaram[265].

O uso de uma linguagem técnica para sustentar acusações de inconstitucionalidade é complementado por uma retórica emocional que denuncia o desgoverno e a crise ética. Nesse sentido, o texto não apenas questiona o mérito do plebiscito, mas o utiliza como símbolo de um sistema político em colapso, alinhando-se a uma visão conservadora que defende a restauração de princípios de autoridade e probidade como condição para a estabilidade nacional.

Além disso, o jornal articulava uma visão que combinava economia e moralidade política, criticando as medidas inflacionárias do governo e questionando a viabilidade de reformas estruturais sob o comando de Goulart. Em diversos textos, o *Estadão* sustentava que os problemas financeiros do país decorriam da irresponsabilidade do governo, marcado por gastos excessivos e falta de um planejamento sólido, discursos que já eram vistos desde o período da renúncia de Jânio Quadros e a oposição deste periódico em relação a posse de Goulart. A evocação de figuras como Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo, serviu para construir um contraste entre o "gestor eficiente" e o Presidente, apresentado como incapaz de conduzir o Brasil à estabilidade[266], com questionamentos como se "Estará, porém, disposto o Sr. João Goulart a conceber as coisas de modo semelhante? Estará S. Exa. decidido a conceder ao Sr. Carvalho Pinto poderes suficientemente amplos que lhe permitam, realmente, tornar-se útil à República?"[267]. O uso de analogias históricas, como a comparação do plebiscito a "golpes cesaristas"[268], buscava persuadir o leitor de que o presidencialismo poderia abrir caminho para um regime autoritário, esvaziando o papel do Congresso Nacional.

---

[265] Idem, grifos meus.

[266] "O sr. Carvalho Pinto e as finanças nacionais", *O Estado de S. Paulo*, 05 de janeiro de 1963, p.3, editorial.

[267] Idem.

[268] No contexto político moderno, o termo 'cesarista' é frequentemente usado de forma crítica para descrever líderes que ignoram ou subvertem as instituições democráticas, dependem de um apelo populista e deslegitimam o processo coletivo de governança. Assim, ao mencionar 'golpes cesaristas,' o *Estadão* denuncia tentativas de ruptura democrática que priorizam a figura de um líder autoritário em detrimento das normas e do equilíbrio institucional, sendo, portanto, uma crítica à centralização do poder e à fragilização da democracia representativa. Para saber mais sobre o assunto ver a obra de Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere, onde o autor faz uma análise extensa das relações do termo "cesarismo".

No campo da política externa, o jornal também expressava preocupação com a condução de Goulart, associando a política independente do Itamaraty a uma inclinação perigosa em direção ao bloco soviético. O *Estadão* se posicionava como defensor de um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos e denunciava a suposta ambiguidade da diplomacia brasileira em relação a temas como o bloqueio a Cuba e a coexistência pacífica entre as superpotências. Essa abordagem reiterava uma conexão entre o discurso anticomunista e a defesa de uma ordem política e econômica liberal, vinculando as críticas ao presidencialismo a um espectro mais amplo de inquietações sobre os rumos do Brasil sob o governo Goulart.

O *Última Hora* celebrou entusiasticamente o resultado do plebiscito, apresentando-o como uma vitória histórica da soberania popular e da liderança de João Goulart. O jornal destacou que o retorno ao presidencialismo representava não apenas a restauração de um sistema legítimo, mas também o triunfo das forças democráticas sobre os setores conservadores que, segundo a publicação[269], tentavam limitar o poder do povo por meio do parlamentarismo e o presidencialismo estaria abrindo uma "porta de grande esperança". Em manchetes como "O povo disse SIM a Jango"[270], de 8 de janeiro, o periódico exaltava a participação popular e a votação expressiva a favor do presidencialismo como um marco de renovação política no Brasil. Ainda no mesmo dia e página, tinha o mais curto dos editoriais vistos até agora, chamando Carlos Lacerda de irresponsável e marginal, enquanto o povo ia às urnas[271].

A análise do *Última Hora* enfatizava o plebiscito como um divisor de águas, possibilitando a implementação das reformas de base defendidas pelo governo. O jornal carioca veiculou declarações de líderes políticos e sociais naqueles dias que se seguiram ao plebiscito que reforçavam a legitimidade do resultado e destacavam a importância de consolidar as mudanças estruturais para atender às demandas da população.

No campo da política externa, o *Última Hora* reforçou o discurso nacionalista, argumentando que o fortalecimento do Executivo era indispensável para que o Brasil adotasse uma postura mais assertiva e independente nas relações internacionais. O periódico enfatizou que a independência diplomática era fundamental para proteger a soberania nacional contra as pressões externas, especialmente aquelas vindas dos Estados Unidos. A vitória do "Não" ao parlamentarismo no plebiscito foi celebrada como um passo decisivo para estabilizar o cenário

[269] "Aluísio Alves: É hora de Devolver o poder ao povo", *Última Hora*, 07 de janeiro de 1963, p.2, notícia. Aluízio Alves, jornalista, advogado e político brasileiro, nasceu no Rio Grande do Norte, onde exerceu o cargo de 40.º Governador do estado entre 1961 e 1966. Posteriormente, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1969.
[270] "O povo disse SIM a Jango", *Última Hora*, 08 de janeiro de 1963, capa, manchete.
[271] "O Marginal", *Última Hora*, 08 de janeiro de 1963, capa, editorial.

interno e fortalecer a posição do país no plano global, reafirmando o compromisso do Brasil com a democracia, o desenvolvimento e a justiça social. Nesse contexto, o *Última Hora* consolidou-se como um defensor das políticas nacionalistas e reformistas de João Goulart, articulando um discurso de otimismo em relação à capacidade do presidencialismo de promover um futuro mais soberano e democrático para o Brasil.

O *Jornal do Brasil* reagiu ao plebiscito com sua costumeira narrativa, reconhecendo a vitória do presidencialismo como uma expressão legítima da vontade popular, mas alertando para os desafios que aguardavam o governo de João Goulart. O jornal evitou polarizações extremas, adotando uma abordagem analítica que destacava tanto as oportunidades quanto os riscos trazidos pelo novo cenário político. Em editoriais como "O povo decidiu"[272], publicado em 10 de janeiro, o periódico enfatizou que o resultado conferia ao Presidente um "crédito de confiança" pois "O povo, no entanto, deu a última palavra", e este "crédito" deveria ser utilizado com responsabilidade, especialmente para a implementação de reformas estruturais. Anterior a este, teve outro editorial na mesma linha, falando sobre a crença depositada pela população nas urnas[273].

> Raras vezes na História desta República terá havido um Presidente que tenha acumulado tantas responsabilidades como o Senhor João Goulart. [...] O povo concedeu-lhe, no domingo, **um último crédito de confiança**. E para que o utilize. E para que escolha os homens em que confia capazes de ajudá-lo a governar. E para que não se preocupe mais com direitas e esquerdas. É para que coloque acima das ideologias a eficiência e acima dos políticos o interesse do Brasil[274].

A mensagem principal era de que Goulart não podia desperdiçar o respaldo das urnas com projetos que não atendessem às necessidades concretas da população. Ainda nas edições seguintes ao plebiscito, o jornal carioca abordou a questão das reformas de base, defendendo a necessidade de um diálogo mais amplo entre Executivo e Legislativo para garantir a governabilidade. Embora crítico ao parlamentarismo, o *Jornal do Brasil* insistia que o presidencialismo, por si só, não resolveria os problemas institucionais do país. Textos como "Flexibilidade e Realismo"[275], de 13 de janeiro, reforçavam a importância de manter a política externa independente, mas adaptada às mudanças no cenário global, especialmente nas relações com os Estados Unidos e o bloco soviético.

> A política externa brasileira, neste ano de 1963, deve adaptar-se ao novo degelo nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética para que os interesses do nosso País sejam preservados. [...] Com isto **não queremos** — em hipótese alguma — **dizer**

[272] "O povo decidiu", *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1963, p.6, editorial.
[273] "Ação e decisão", *Jornal do Brasil*, 08 de janeiro de 1963, p.6, editorial.
[274] Idem. Grifos meus.
[275] "Flexibilidade e Realismo", *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1963, p.6, editorial.

> **que essa política externa deve perder as características de independência que tanto contribuíram** não só para dar maior consciência política ao povo brasileiro, como também para que o orgulho nacional, readquirido ao iniciar-se o processo do desenvolvimento, se mantivesse aceso e dando esperanças ao País, **em uma fase de crises internas perigosas**[276].

E concluem, discorrendo sobre como deve ser a política externa independente.

> **A nova política externa tem, diante de si, o problema das relações bilaterais com os Estados Unidos, que se tornaram particularmente difíceis**, a questão do Mercado Comum Europeu, que se mostra avesso a um real entendimento com as nações latino-americanas, e a necessidade de incrementarem-se as nossas relações comerciais com o Leste Europeu, que são promissoras, mas ainda não suficientes. [...] Assim, **o Brasil não deve recuar**, em matéria de política externa, **mas progredir**, cada vez mais, **com flexibilidade e realismo**[277].

Para o periódico, a vitória do "Sim" ao presidencialismo deveria ser acompanhada de um esforço conjunto para restaurar a confiança internacional no Brasil. O periódico também reconhecia que o fortalecimento do presidencialismo poderia trazer estabilidade a curto prazo, mas alertava para os riscos de centralização de poder e a necessidade de reformas institucionais que evitassem novos ciclos de crise. A ênfase na maturidade democrática demonstrada pelo plebiscito contrastava com as críticas mais duras de outros jornais, posicionando o *Jornal do Brasil* como um mediador no debate público, buscando equilibrar expectativas e temores em relação ao novo cenário político, bem como demonstrando caminhos a serem trilhados pelo governo brasileiro.

A reação do *Estadão* ao resultado do plebiscito de 6 de janeiro de 1963 foi marcada por um tom de desalento e críticas severas ao retorno do presidencialismo. O jornal não poupou ataques ao governo de João Goulart, como já era de se esperar, tendo em vista os posicionamentos anteriores do periódico, reiterando que o fortalecimento do Executivo representava um grave risco para a estabilidade política e institucional do Brasil. Nos dias subsequentes, editoriais como "A próxima etapa: destruir o Legislativo"[278], publicado no mesmo dia do editorial do *JB* que foi analisado na página anterior, demonstraram preocupação com o que o periódico considerava **uma erosão das bases democráticas** e a ameaça de centralização excessiva do poder. Palavras como "cesarismo" e "deturpação" foram usadas para caracterizar o plebiscito, associando sua aprovação a um avanço de forças que buscavam minar a independência e a harmonia entre os poderes.

> O plebiscito sempre foi **uma ferramenta cara ao cesarismo** em todas as suas formas, e foi através dele que **o regime democrático sofreu as deturpações** que seus

[276] Idem. Grifos meus.
[277] Idem. Grifos meus.
[278] "A próxima etapa: destruir o Legislativo", *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1963, p.3, editorial.

> adversários lhe quiseram impor. [...] Para o Sr. Mangabeira, como para os Srs. **Jango Goulart** e Hermes Lima, não se trata do aperfeiçoamento das instituições liberal-democráticas através do sistema presidencialista. **O que visam [...] é levar-nos à revolução de esquerda** e, se possível, pelo desbaste sistemático dos elementos primaciais do sistema de governo baseado na independência e harmonia dos três poderes[279].

Além de mais uma vez trazerem para o seu discurso a referência ao cesarismo, também voltam a chamar João Goulart de Jango Goulart, sendo uma estratégia discursiva que carrega implicações simbólicas e políticas, que poderiam servir como elementos de identificação entre o periódico e o objeto de análise, ou como um ato de deslegitimar a figura de João Goulart no debate público, como já foi mencionado anteriormente e, também, o intuito mais provável do jornal paulista, dentro do contexto das demais publicações. A análise econômica foi outro ponto central nas críticas do jornal. O *Estadão* argumentava que a vitória do presidencialismo não oferecia soluções para os problemas estruturais do país, como a inflação e o endividamento externo, mas sim a ampliação de um cenário de incertezas. Trechos que mencionam que "a vontade do chefe tudo pode"[280] em seu editorial e outro[281] carregado de críticas ao eleitorado que estava acometido por falta de discernimento para ir às urnas, sem saber das consequências políticas e econômicas do voto que realizaram, entre outros, exemplificam este cenário criado pelo jornal paulista. Para o *OESP*, a "confiança popular" atribuída ao Presidente pelo resultado das urnas era, na verdade, fruto de manipulação e populismo, servindo como justificativa para medidas que poderiam aprofundar as divisões sociais e políticas.

Em relação à política externa, o *Estadão* adotou uma postura de silenciamento significativo após o plebiscito, evitando conectar diretamente o presidencialismo às implicações diplomáticas do Brasil no cenário internacional[282]. O jornal não explorou os possíveis impactos do fortalecimento do Executivo na posição brasileira em negociações internacionais ou no enfrentamento das pressões das superpotências durante a Guerra Fria. Enquanto outros periódicos destacavam o presidencialismo como um caminho para reforçar a independência diplomática do país, o *Estadão* priorizou críticas internas ao governo Goulart e às implicações do plebiscito, deslocando as questões externas a um segundo plano. Essa omissão reflete a linha editorial conservadora do jornal, que evitou atribuir ao presidencialismo qualquer potencial de

[279] Idem, grifos meus.
[280] "Política e Altivez", *O Estado de S. Paulo*, 09 de janeiro de 1963, p.3, editorial.
[281] "Mais uma grande mistificação", *O Estado de S. Paulo*, 12 de janeiro de 1963, p.3, editorial.
[282] Conforme Eni Orlandi (2015, p.80-81), o dito e o não dito devem ser acolhidos na análise discursiva, pois "O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente). Mas o objetivo, por exemplo, fica como subentendido. [...] O subentendido depende do contexto. [...] De alguma forma, o complementa, acrescenta-se. De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam. Na análise de discurso há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário".

fortalecimento para a política externa brasileira, reforçando, assim, uma narrativa centrada na desconfiança e na crítica ao governo.

A análise das reações dos jornais ao plebiscito de 1963 revela uma rede discursiva complexa, que evidencia as disputas políticas e ideológicas da época. O *Estadão*, fiel à sua linha conservadora, retratou o resultado como um retrocesso, apontando a concentração de poder nas mãos de João Goulart como uma ameaça à estabilidade democrática e econômica do país. Em contrapartida, o *Jornal do Brasil* adotou uma postura mais equilibrada, reconhecendo a legitimidade da decisão popular, mas ponderando sobre os desafios que o presidencialismo traria, especialmente no que diz respeito à implementação de reformas e à governabilidade. Já o *Última Hora* celebrou o plebiscito como sendo uma vitória da soberania popular e da liderança de Goulart, enaltecendo-o como um marco para a consolidação da democracia e para viabilizar as reformas estruturais.

Essas diferentes abordagens não apenas refletem os alinhamentos políticos de cada veículo, mas também demonstram como o discurso jornalístico era utilizado como ferramenta de construção e disputa de narrativas sobre o futuro do país. A articulação entre política interna e externa foi um ponto recorrente nos debates, conectando as críticas ou os elogios ao presidencialismo com a projeção do Brasil no cenário internacional e as expectativas de progresso econômico e social, bem como os silenciamentos que também se tornam evidentes nas publicações. Cada jornal, à sua maneira, explorou o resultado do plebiscito para reafirmar suas posições editoriais e influenciar o debate público, construindo a percepção da sociedade sobre as implicações do presidencialismo, a partir de seus leitores.

Dessa forma, este subcapítulo confirma que o plebiscito de 1963 não foi apenas uma consulta popular sobre o sistema de governo, mas também um catalisador de discursos que transcenderam a questão institucional. A disputa por hegemonia discursiva, evidente nos editoriais e reportagens dos jornais analisados, reafirma a importância de compreender os veículos de comunicação como atores políticos que, ao construir percepções e narrativas, atuaram como mediadores entre o poder e a sociedade, contribuindo para a definição das agendas e das estratégias políticas de um Brasil em transição.

Este capítulo procurou examinar como a Política Externa Independente (PEI) foi representada e debatida pela grande imprensa brasileira, evidenciando seu papel como campo

de disputa ideológica[283] durante um período que foi de intensas transformações políticas e sociais. A análise revelou que a PEI foi frequentemente utilizada como ferramenta discursiva para reforçar posicionamentos editoriais sobre questões internas e externas. Destacou-se a relevância da análise de representações sociais na mídia, enfatizando o silenciamento estratégico e a construção de narrativas que refletiam interesses políticos específicos, um tema presente ao longo dos cinco subcapítulos. Esses discursos exemplificam como a imprensa procurava influenciar as percepções públicas e moldar o entendimento da política nacional e internacional em um contexto de polarização ideológica, a partir de seus editoriais, majoritariamente.

Os subcapítulos exploraram desde a idealização inicial do governo Jânio Quadros até o retorno ao presidencialismo, com o plebiscito de 1963. Observou-se que a PEI, apresentada inicialmente como símbolo de soberania e inovação, tornou-se alvo de disputas narrativas à medida que o cenário político se deteriorava. O *Estadão*, com sua linha conservadora, associou a PEI à instabilidade e à ameaça comunista, enquanto o *Jornal do Brasil* buscou uma postura mais moderada, valorizando avanços diplomáticos, mas apontando fragilidades institucionais com ressalvas a João Goulart. Já o *Última Hora* construiu uma narrativa de resistência, apresentando a PEI como expressão da soberania nacional e criticando ferozmente adversários políticos. Essa variedade de enfoques ilustra como a política externa era, na verdade, um reflexo das tensões internas, instrumentalizada por cada jornal para sustentar suas agendas.

A análise do capítulo confirma que o discurso anticomunista e os debates em torno da PEI transcenderam seu campo original, atuando como elementos-chave na construção de representações ideológicas sobre o Brasil em um período de instabilidade política e desafios globais. Ao conectar política interna e externa, os jornais não apenas reportaram eventos, mas também construíram percepções e influenciaram o debate público dirigindo-se ao seu universo de leitores, frequentemente referenciado como toda a população – mas sabemos que não ocorre desta forma – legitimando ou contestando os atores e projetos políticos em jogo. A instrumentalização da PEI e do anticomunismo reafirma o papel da imprensa como ator político, reforçando a importância de se investigar suas narrativas para compreender o complexo cenário de transição vivenciado pelo Brasil entre 1961 e 1964.

[283] O conceito de campo, em Bourdieu (1989), refere-se a um espaço social estruturado onde agentes, portadores de diferentes capitais (econômico, cultural, social e simbólico), disputam posições de poder e legitimidade. No campo ideológico, essas disputas se concentram na produção e reprodução de ideias, valores e representações sociais, buscando legitimar determinadas visões de mundo em detrimento de outras.

4. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): ENTRE ESTRATÉGIAS PRESIDENCIAIS, PROJETOS ECONÔMICOS E DISCURSOS TRANSFORMADORES

A análise da relação entre a mídia, os discursos presidenciais e a política externa brasileira entre 1961 e 1964 oferece um panorama rico e multifacetado das tensões que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Neste capítulo, destacam-se quatro momentos chave: a mensagem de Jânio Quadros ao Congresso em 1961, o Plano Trienal lançado em 1962, o discurso de João Goulart na Central do Brasil em março de 1964, e a mensagem de Goulart ao Congresso no mesmo mês. Esses eventos não apenas revelam as estratégias governamentais para enfrentar os desafios econômicos, políticos e sociais do período, mas também ilustram como a imprensa atuou como protagonista na construção de narrativas que circularam na sociedade e no cenário político da época.

A mensagem de Jânio Quadros ao Congresso em 1961 marcou o início de um projeto denominado Política Externa Independente (PEI) que buscava reposicionar o Brasil no cenário internacional, desafiando o alinhamento automático com os Estados Unidos, que era muito comum de acontecer até então – e que retornaria em 1964 após o golpe, até o governo do ditador Geisel. Enquanto o *Última Hora* celebrava essa mudança como um passo necessário para a soberania nacional, *O Estado de S. Paulo* via nas iniciativas de Jânio um risco de aproximação com o bloco socialista, explorando o discurso anticomunista como forma de deslegitimar sua política. Já o *Jornal do Brasil*, ressaltava os desafios práticos da PEI e as possíveis repercussões econômicas internas. Esses posicionamentos evidenciam como a imprensa não apenas reportava os eventos, factual e objetivamente, mas sim, os reinterpretava à luz de seus próprios interesses e alinhamentos ideológicos.

O lançamento do Plano Trienal em 1962, sob a liderança de João Goulart e Celso Furtado, intensificou ainda mais o debate sobre o papel do Brasil no cenário global e a relação entre política interna e externa. Enquanto o *Última Hora* defendia o plano como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e a justiça social, *O Estado de S. Paulo* o denunciava como um projeto alinhado ao comunismo internacional e às ideias estatizantes. E o *Jornal do Brasil*, por sua vez, ponderava os méritos técnicos do plano, mas destacava os desafios políticos para sua implementação. Discursivamente, esses jornais utilizaram elementos como o **medo da instabilidade econômica** e o **apelo à soberania nacional** para mobilizar diferentes segmentos sociais e políticos.

No comício da Central do Brasil, em março de 1964, as divisões se tornaram ainda mais evidentes, tendo em vista que estes dois últimos temas deste capítulo ocorreram às vésperas do golpe civil-militar em 1964. A proposta de Goulart de reformas de base foi amplamente celebrada pelo *Última Hora,* como uma expressão legítima da democracia popular, alinhando-se à defesa da PEI como **pilar estratégico** do governo brasileiro. Em oposição, *O Estado de S. Paulo* usou a **retórica anticomunista** para pintar o evento como uma ameaça à ordem democrática, enquanto o *Jornal do Brasil* adotou uma **postura cautelosa**, reconhecendo a importância das reformas, mas alertando para os riscos de radicalização. O discurso de Goulart, ao conectar a política interna às relações internacionais, tornou-se um ponto de convergência para críticas e apoios, exemplificando as disputas e narrativas que caracterizavam o período.

A mensagem de Goulart ao Congresso, poucos dias depois do comício, consolidou a polarização, com as propostas de plebiscito e reforma agrária sendo recebidas de formas amplamente divergentes. O jornal *Última Hora* enalteceu a iniciativa como um compromisso com as demandas populares e com a soberania nacional, enquanto *O Estado de S. Paulo* reforçou sua oposição, utilizando termos como "radicalização" e "ameaça à democracia". O *Jornal do Brasil*, novamente equilibrado, apontava tanto os méritos das propostas quanto as dificuldades políticas de sua implementação, conectando as reformas ao desafio de manter o prestígio internacional do Brasil naquele contexto de Guerra Fria no mundo.

Ao longo desses quatro subcapítulos, fica evidente como a mídia brasileira funcionou como uma arena discursiva onde se cruzavam interesses econômicos, sociais, políticos e ideológicos. As diferenças entre os jornais analisados refletem não apenas seus alinhamentos editoriais, mas também a complexidade do contexto em que a política externa e a política interna se entrelaçavam. A análise discursiva revela estratégias como o silenciamento seletivo, a polarização e a construção de narrativas que buscaram influenciar a opinião pública e moldar o debate político, contribuindo para o clima de instabilidade que culminaria no golpe de 1964. Dessa forma, o estudo desses momentos permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas do período e do papel central da imprensa na construção e amplificação dessas tensões, podendo relacionar com o desenvolvimento da política externa brasileira em vigor no período, que procurava ampliar os horizontes do país, sem compromissos ideológicos como muitos acreditavam.

4.1. A PEI E A MENSAGEM PRESIDENCIAL AO CONGRESSO EM 1961

A política externa do governo Jânio Quadros, marcada pela busca de uma projeção internacional mais independente das amarras ideológicas e pela tentativa de romper com padrões diplomáticos tradicionais, gerou intensos debates na imprensa brasileira entre 1961 e 1964, como estamos acompanhando nas publicações analisadas. A mensagem presidencial ao Congresso Nacional, além de reafirmar compromissos históricos, como a fidelidade ao sistema interamericano e o apoio à Operação Pan-Americana, também trouxe elementos disruptivos, como a defesa do princípio de autodeterminação dos povos e a abertura de relações com países do bloco socialista. Ao enfatizar a necessidade de coexistência pacífica entre Leste e Oeste, o Presidente Jânio Quadros delineava um novo horizonte para a diplomacia brasileira, desafiando as expectativas dos setores conservadores arraigados em tradições e redefinindo o papel do Brasil no cenário global, buscando se firmar em uma posição soberana nas Américas.

No entanto, o discurso do Presidente encontrou respostas diversas nos principais jornais da época, como era de se esperar, pelo menos em relação aos três periódicos que servem como base para esta tese. O jornal carioca *Última Hora*, alinhado a pautas progressistas, destacou as iniciativas voltadas à aproximação com países socialistas e à **ampliação do comércio exterior**, celebrando a política de autodeterminação como **um avanço na soberania nacional**. Por outro lado, o *Jornal do Brasil*, com um tom ambíguo, reconhecia os méritos econômicos de algumas medidas, mas apresentava **dúvidas** sobre as implicações políticas das aproximações internacionais propostas, criando um discurso cauteloso na maior parte das publicações. Mas por outro lado, o jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, representando o conservadorismo político na imprensa, adotava uma **postura crítica**, tratando a reorientação diplomática de Jânio Quadros e do Itamaraty como um risco à tradição interamericana e um flerte perigoso com o comunismo.

Ao analisar o modo como os jornais retrataram a mensagem presidencial, evidencia-se o quanto a imprensa funcionava não apenas como um reflexo das disputas políticas em curso, mas também como um ator estratégico na construção do imaginário popular sobre a política externa brasileira. O discurso anticomunista, explícito ou implícito, permeava as análises e silenciava as motivações econômicas e geopolíticas mais amplas. Assim, este subcapítulo explora estes tensionamentos narrativos e os interesses em disputa na produção dessas representações, destacando como o governo Jânio Quadros tentou articular uma política externa de protagonismo, mas enfrentou resistências profundas em um cenário de polarização crescente.

Nos dias anteriores à mensagem de Jânio Quadros ao Congresso, o *Última Hora* destacou intensamente a postura decidida do Presidente em relação à política externa, alinhando-se a um

tom de apoio em muitos momentos, lembrando que era o período inicial do governo de Quadros e o *UH* não havia apoiado sua campanha antes da eleição. Em 09 de março, o jornal publicou uma fala do Presidente, na qual destacou trechos como "só deposto ou assassinado deixarei de cumprir meu dever"[284], em resposta às críticas de setores conservadores e econômicos que pressionavam contra sua política externa independente, a qual Jânio Quadros esclareceu que "Compraremos ou venderemos a todos que queiram comprar ou vender a nós. [...] Ao fim do Governo, desejo que o cruzeiro seja uma moeda forte e respeitada, e não aviltada como está, motivo de vergonha para todos os brasileiros."[285]. Essa narrativa reforçava a imagem de um Presidente disposto a romper com padrões de submissão econômica, ao mesmo tempo em que reafirmava seu compromisso com a soberania nacional. Jânio demonstrava sua intenção de diversificar os parceiros comerciais do Brasil e reforçar o princípio da autodeterminação dos povos, postura que desafiava o alinhamento automático com os Estados Unidos. Mas o UH também não deixava de criticar, publicando ainda neste mesmo dia na coluna do diretor do jornal uma matéria que dizia que a diplomacia no Brasil era só para ricos e que então "Voltamos, pois, à estaca zero. Diplomacia volta a ser função privativa das classes ricas."[286].

No dia 14 de março, *UH* trouxe rumores[287] sobre uma possível visita de "Che" Guevara ao Brasil, onde o líder cubano manifestaria gratidão pelo apoio brasileiro à autodeterminação cubana, fortalecendo a narrativa de Jânio como um mediador ativo no cenário latino-americano. Essa abordagem destacava a conexão do Brasil com os movimentos políticos da América Latina, mesmo diante de resistências internas. A notícia que iniciava com "Ontem, no Planalto, cercava-se do maior sigilo a recusa ou confirmação de uma mensagem, procedente de Havana, anunciando a chegada ao Brasil, nos próximos sete dias, do 'Che' Guevara, um dos principais esteios do governo revolucionário cubano" e concluía dizendo que "Por outro lado, 'Che' Guevara estaria incumbido de formular, pessoalmente, no governo brasileiro, o reconhecimento do povo e do governo de Cuba, ante a atitude do Brasil, que se manifestou peremptoriamente favorável à defesa da autodeterminação daquele país"[288], gerava impacto, pois simbolizava a coragem do governo em dialogar com figuras e países que representavam mudanças significativas no eixo de poder da região. Além disso, reforçava o papel de Jânio como defensor

[284] "Jânio: "só Deposto ou Assassinado Deixarei de cumprir meu dever!"", *Última Hora*, 09 de março de 1961, p.4, notícia.
[285] Idem.
[286] "Diplomacia para ricos", *Última Hora*, 09 de março de 1961, p.3, coluna.
[287] ""Che" Guevara viria ao Brasil para agradecer apoio dado por Jânio", *Última Hora*, 14 de março de 1961, p.4, notícia.
[288] Idem.

de uma política externa aberta, como foi proposta, mesmo que isso colocasse o Brasil em rota de colisão com grupos conservadores internos e externos.

No dia em que ocorreria a mensagem de Jânio ao Congresso, o *UH* publica uma matéria que ocupa toda a metade superior da página falando sobre a política externa do governo, os planos de como os governantes pretendem conduzi-la, fazendo um comparativo com o aumento no custo de vida do brasileiro ocorrido no ano anterior.

> Em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, na qualidade de Presidente da República, o Sr. Jânio Quadros se propõe adotar, em matéria de política exterior, os seguintes pontos: respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre; ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista; contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial; expansão do comércio externo brasileiro; apoio decidido no anticolonialismo[289].

Essa matéria torna-se ainda mais interessante por iniciar sua discussão através da política externa, listando os princípios da PEI, para só então ir dialogando com as outras questões internas do país. Também destacam que a mensagem tem 101 páginas, ao mesmo tempo que outra matéria ressaltava que a mensagem teria sido escrita de próprio punho por Jânio Quadros[290]. Conclui dizendo que, conforme Jânio Quadros, "estar o Brasil fadado a desempenhar papel de relevo no cenário internacional, como país sem passado colonialista e, portanto, livre de qualquer suspeição no que se refere a alguns dos graves problemas do momento atual."[291]. Essa iniciativa, ao mesmo tempo, servia para consolidar o posicionamento do Brasil como ator independente em um cenário bipolarizado pela Guerra Fria entre EUA e URSS.

O *Jornal do Brasil* abordou os dias que antecederam a mensagem ao Congresso com uma perspectiva analítica e cautelosa, ressaltando o impacto das medidas econômicas e suas conexões com a política externa de Jânio Quadros. A política externa era apresentada como um elemento contraditório: por um lado, buscava fortalecer a soberania e o protagonismo internacional do Brasil; por outro, gerava sacrifícios internos que poderiam comprometer a base de apoio popular do governo. Essa tensão indicava um equilíbrio delicado que Jânio precisava sustentar, conforme o periódico, especialmente em face das críticas de setores econômicos e políticos conservadores. O jornal carioca alega em seu editorial que "Continua a Nação **indagando sobre os rumos** que o Sr. Jânio Quadros pretende imprimir à política exterior

[289] "Jânio Convoca o Mundo Para a Defesa da Paz", *Última Hora*, 15 de março de 1961, p.2, reportagem.
[290] "PERPLEXIDADE GERAL ANTE A POLÍTICA DO GOVERNO", *Última Hora*, 15 de março de 1961, p.4, coluna.
[291] "Jânio Convoca o Mundo Para a Defesa da Paz", *Última Hora*, 15 de março de 1961, p.2, reportagem.

brasileira. Algumas facetas da orientação que irá prevalecer nesses próximos cinco anos já estão suficientemente delineadas, para que não pairem dúvidas na opinião pública"[292], mas que aqueles que o elegeram não poderiam estar demonstrando estranheza. E ainda ressaltam que

> Embora tais medidas suscitem inevitáveis controvérsias de fundo ideológico e doutrinário, com ponderáveis argumentos de caráter ético, a verdade é que em política, interna ou externa, o julgamento definitivo é sempre passado pelas gerações futuras e a sua sentença baseia-se, fundamentalmente, nos objetivos alcançados e não nos motivos íntimos que levam os homens de Estado a proceder dessa ou daquela maneira. [...] **As falhas** e erros cometidos no âmbito interno podem ser sanados e corrigidos, mas **na área exterior podem ser duráveis e irreversíveis**.[293]

Demonstram cautela em seu discurso, ao chamar atenção para falhas e erros que podem deixar um dano em gerações futuras, não importando as intenções do momento. Os dias que se seguem, os editoriais estão mais focados nas questões nacionais envolvendo o novo governo. Contudo, no dia em que ocorreria a mensagem de Jânio Quadros ao congresso, o JB realiza críticas diretas a condução que Quadros estava dando ao governo, retirando a "máscara" da cautela e do equilíbrio esclarecendo suas ideias sem subterfúgios.

> O Presidente **Jânio Quadros é um improvisador** às vezes brilhante. Não deu, até hoje, sinais de haver entendido as vantagens do planejamento e, mesmo, da discussão das medidas econômicas ou diplomáticas que o Governo deve tomar. [...] Com a sua preocupação que bem pode ser **prova de insegurança – de demonstrar autoridade**, o Sr. Jânio Quadros age como aqueles personagens de histórias policiais que atiram primeiro para depois fazer perguntas. [...] O **isolamento presidencial**, por outro lado, é uma realidade. O Sr. Jânio Quadros, que depois de eleito se trancara em hotéis europeus, está numa torre de marfim, em Brasília, vestindo costume do administrador colonial britânico. [...] Sente-se à vontade para fazer uma **política exterior esquerdizante**, uma política financeira direitista, uma política trabalhista demagógica, uma política militar divisionista[294].

E concluem com ironia ao questionar "Para onde vamos, não sabemos. Mas temos um Presidente que, às segundas, quartas e sextas é Frondizi e às terças, quintas e sábados é Fidel. Aos domingos, dias de descanso, é Nehru, Tito ou até mesmo Kennedy. Quando será Jânio, afinal?"[295]. Essa postura do *JB* demonstrava um tom mais crítico, apontando as incertezas e possíveis inconsistências não só na política governamental, mas nas diretrizes de Jânio e no próprio como pessoa. É interessante destacar também o fato de o *JB* ter se referido a PEI como uma política esquerdizante, que se aproxima das críticas do *Estadão* em relação a ela, visto que em outros momentos o jornal procura se abster de rotular ideologicamente a política externa. A análise discursiva desse trecho revela uma tentativa deliberada de desqualificar Jânio Quadros,

[292] "Autoritarismo e maturidade", *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1961, p.6, editorial. Grifos meus.
[293] Idem.
[294] "Isolamento e improvisação", *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1961, p.6, editorial. Grifos meus.
[295] Idem.

tanto no plano pessoal quanto político, associando sua figura a improvisação, ao isolamento e a incoerência. Esses elementos discursivos se alinham a uma formação ideológica que busca legitimar uma crítica ao governo e à PEI, enquanto reforça valores de ordem, planejamento e alinhamento político mais previsível, associando o que está sendo visto a atitudes aventureiras.

O Estado de S. Paulo, por sua vez, manteve uma postura crítica e desconfiada em relação às ações de Jânio Quadros também nos dias anteriores à mensagem ao Congresso. O editorial do *Estadão*[296] que aborda diretamente as questões da política externa, estrutura-se como um discurso de defesa da aliança com os Estados Unidos e das Forças Armadas como protagonistas da política externa brasileira, inserindo seu discurso na lógica da Guerra Fria. A crítica implícita à Política Externa Independente reflete o desconforto de setores conservadores com a diversificação das relações internacionais, enquanto a dramatização das ameaças comunistas reforça a necessidade de alinhamento ao bloco ocidental. A análise discursiva revela o esforço do jornal paulista em construir a opinião pública, legitimando o papel dos militares e desqualificando alternativas diplomáticas que pudessem desafiar o *status quo*, como um modelo tradicional.

> **O Brasil não podia admitir que a insídia bolchevista continuasse a ganhar terreno**, minando os nossos dispositivos de defesa e levando-nos, inclusive, a faltar aos compromissos internacionais que assumimos. [...] A presença, na América Latina, de uma base de operações a serviço de Moscou é mais do que bastante para reforçarmos a coesão da comunhão de nações do Continente. [...] **O desenvolvimento econômico e social do Brasil nos últimos vinte anos processou-se inteiramente à margem de quaisquer contatos ou relações com nações estranhas à esfera democrática**. Tudo o que somos e valemos hoje devemo-lo, tão-somente, ao nosso esforço e à cooperação dos países ao lado dos quais nos temos visto sempre ao longo da nossa História. [...] Sendo assim, só por tacanhez de entendimento, ou errada interpretação do papel que nos cabe desempenhar no mundo, poderíamos **cair na asneira de comprometer o presente e futuro com o reatamento de laços que só nos podem enforcar**[297].

Em 12 de março o *Estadão* retorna com uma crítica contundente à intenção de Jânio Quadros de estabelecer relações oficiais com a União Soviética, demonstrando a sua opinião sobre o assunto desde o título empregado. O texto reflete o temor anticomunista, argumentando que o comércio com a Rússia não traria benefícios econômicos significativos, mas representaria um risco estratégico ao Brasil, descrito como vulnerável cultural, econômica e politicamente às influências do bolchevismo[298].

> O sr. Presidente da República parece estar efetivamente disposto a entrar em negociações com as potências bolchevistas, a fim de estabelecer entre elas e o Brasil

[296] "As forças armadas e a nossa política exterior", *O Estado de S. Paulo,* 10 de março de 1961, p.3, editorial.
[297] Idem, grifos meus.
[298] "Propósito infeliz", *O Estado de S. Paulo*, 12 de março de 1961, p.3, editorial.

> relações oficiais. [...] Haverá ou não vantagem em estabelecer relações comerciais com a Rússia? [...] Nenhum desses elementos da nossa produção tem a menor possibilidade de penetrar no mercado russo, pelo menos em escala que justifique o risco que corremos. [...] Comerciar, para ela, é uma das modalidades da luta: quando manda ao exterior um representante, tenha ela o caráter que tiver, fá-lo sempre com o objetivo de combater, no próprio território em que essa missão passa a agir, as instituições que não se inspirem no materialismo soviético. [...] S. Exa., que tão hábil se tem mostrado em convencer a opinião pública no terreno puramente político, mostra-se muito pouco convincente nesse grave assunto. E, se S. Exa. se dispusesse a agir de acordo com o sentir da quase totalidade da Nação, pensaria duas vezes antes de converter em realidade o infeliz propósito que alimenta[299].

A narrativa associa as ações soviéticas à subversão das democracias ocidentais, destacando que a política externa de Moscou visava minar instituições democráticas globais. A postura crítica do Estadão enfatiza a incompatibilidade entre o Brasil e os objetivos soviéticos, posicionando o movimento de Jânio como imprudente e desconectado da "aspiração nacional". O editorial conclui apelando para que o Presidente reveja sua política externa, reforçando o alinhamento ideológico e estratégico com o Ocidente. Em 14 de março, o *OESP* direcionou suas críticas ainda a Jânio Quadros e as suas intenções que não estão claras quanto a eleição de 1965 para a presidência da República, questionando excessos de poderes que o Presidente dispunha[300].

Surpreendentemente, em 15 de março o OESP publica um editorial[301] intitulado "Um grande discurso", refletindo uma rara manifestação de elogio ao governo Jânio Quadros. A análise aponta o reconhecimento pela **sobriedade e firmeza do Presidente** ao apresentar ao público a situação crítica das finanças nacionais. O jornal paulista também utiliza a oportunidade para reforçar algumas de suas próprias pautas e críticas históricas, mas o tom geral é de apoio e alinhamento a certas propostas de Jânio. Portanto, o editorial revela um alinhamento parcial entre o *Estadão* e Jânio Quadros, destacando a coragem do Presidente ao expor a crise nacional e propor reformas. No entanto, o texto também busca afirmar a independência e legitimidade do jornal ao responder a críticas diretas de Jânio. O texto reflete a complexidade das relações entre o *Estadão* e o governo Quadros, alternando momentos de apoio e tensão.

> Com sobriedade e firmeza, o sr. Jânio Quadros colocou a opinião pública brasileira em face da situação real a que 30 anos de desmandos e irresponsabilidades reduziram as finanças nacionais. S. Exa. começou por referir-se ao déficit potencial de 240 bilhões de cruzeiros que o governo insano do sr. Juscelino Kubitschek deixou como legado à administração atual. [...] O sr. Jânio Quadros tem o direito de dizer a nosso respeito o que bem entender. Mas o que a Nação não desconhece, porque é um fato proclamado dentro e fora dos seus limites, é que as '140 páginas dos domingos', a que,

[299] Idem.
[300] "Um atentado contra a hierarquia dos poderes", *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1961, p.3, editorial.
[301] "Um grande discurso", *O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1961, p.3, editorial.

> num ímpeto incontido de intolerância, se refere, nos permitiram transformar o jornal que recebemos dos nossos antepassados no mais autorizado órgão da imprensa latino-americana[302].

Concluindo que esta "é também uma forma nobre e elevada de bem servir à terra em que nascemos"[303] e ainda afirmando que o Presidente havia de concordar com eles neste sentido. Retornando as publicações do *UH*, após a mensagem de Jânio Quadros ao Congresso, o *Última Hora* esteve recheado de críticas no dia seguinte, publicadas na "coluna de UH" que é assinada por Paulo Silveira, mas não em relação a política externa diretamente, mas sim, a política interna de reformas propostas por JQ e que afetariam diretamente certas camadas da população.

> Preparem-se a classe média e os trabalhadores brasileiros para financiar a 'revolução cambial' do Sr. Jânio Quadros. Serão os assalariados, ainda desta vez, os que entrarão com a parte mais pesada dos sacrifícios, no esforço reclamado pela nova ordem financeira. [...] É pena que o Sr. Jânio Quadros, ao par desta 'revolução cambial' tão sonhada pelo Fundo Monetário Internacional e pelos eminentes porta-vozes das classes conservadoras brasileiras, anunciasse algumas medidas que teriam a finalidade de conter a corrida altista e as especulações, para que a maioria do povo pudesse encarar com otimismo a consequência. [...] Ninguém mais acredita, nos dias que correm, que se possa construir o futuro de uma Nação com base em fórmulas cambiais puramente especulativas. Em contrapartida, há a crença generalizada entre o povo de que todos os sacrifícios lhe podem ser propostos, desde que canalizados em favor do progresso real do País[304].

Este discurso constrói uma crítica à política econômica de Jânio Quadros como sendo elitista e prejudicial às classes populares, ao mesmo tempo em que apela para a legitimidade do sacrifício coletivo quando em prol de um progresso palpável para o país. Essa dualidade reforça um *ethos* de responsabilidade social e oposição ao que é percebido como submissão aos interesses externos e especulativos. O *UH* também noticiou a determinação de Jânio de importar petróleo da União Soviética, decisão que causou polêmica, mas que foi apresentada como um gesto pragmático para diversificar os parceiros comerciais do Brasil[305]. A matéria enfatizou o caráter urgente da medida, refletido no estilo direto do Presidente ao emitir o "bilhetinho" que **ordenava** a transação.

> A ordem para importação urgente de produto soviético foi dada então pelo Presidente Jânio Quadros em 'bilhetinho' às 13 horas, pelo teletipo do Palácio do Planalto para o Gabinete do Ministro Clemente Mariani. O Presidente quer que sejam importadas 260 mil toneladas de óleo diesel e 600 mil toneladas de petróleo bruto. [...] **O 'bilhetinho' do Presidente foi enviado também ao Chanceler Afonso Arinos.** Ao Ministro da Fazenda o Sr. Jânio Quadros termina advertindo que 'a matéria tem a mais alta urgência e prioridades'[306].

---

[302] Idem.
[303] "Um grande discurso", *O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1961, p.3, editorial.
[304] "A "REVOLUÇÃO CAMBIAL" NÃO DEVE SER PAGA SÓ PELO POVO", *Última Hora*, 16 de março de 1961, p.3, coluna.
[305] "JQ Ordena Importação de Petróleo da URSS", *Última Hora*, 18 de março de 1961, p.4, notícia.
[306] Idem, grifos meus.

A abordagem do jornal apontava a importância de iniciativas como essa para reduzir a dependência econômica do país de mercados tradicionais e consolidar uma política externa multifacetada, embora reconhecesse os desafios impostos por essa estratégia. o papel ativo de Jânio Quadros na formulação e implementação de políticas voltadas à resolução de problemas econômicos imediatos. Elas também evidenciam sua **abordagem centralizadora** e a tentativa de diversificar os parceiros comerciais do Brasil em um contexto de dependência econômica da área do dólar.

Em 20 de março o UH publica uma matéria falando sobre um jornal de "New York" que sugeriu represálias ao Brasil por se relacionar com países comunistas, na forma de boicote a compra de produtos como o café, ressaltando que os países socialistas não compram tanto café como os norte-americanos[307]. Já em 21 de março, *Última Hora* abordou a posição brasileira favorável ao desarmamento e à coexistência pacífica[308]. O jornal reforçou a narrativa de que o Brasil, sob a liderança de Jânio, buscava promover a paz global e estabelecer parcerias baseadas no diálogo e no respeito mútuo. Essa postura se alicerçava no compromisso de vitalizar o sistema interamericano, vinculado ao progresso econômico e à estabilidade regional, destacando o papel estratégico do Brasil no hemisfério ocidental. Simultaneamente, a abertura ao diálogo com nações de ideologias distintas reafirmava o princípio brasileiro de autodeterminação e cooperação, elementos centrais de sua política externa. Contudo, as tensões internas decorrentes das medidas econômicas mostravam Jânio como uma figura que, mesmo diante de resistências, mantinha seu propósito de conduzir mudanças significativas.

A cobertura do *Jornal do Brasil* sobre os dias posteriores à mensagem de Jânio ao Congresso foi marcada por análises detalhadas e uma abordagem crítica das implicações econômicas e políticas referente as decisões do Presidente. Como foi possível visualizar anteriormente[309], o jornal destacou a tentativa de equilibrar a ampliação das relações com países socialistas com a manutenção de laços históricos com os Estados Unidos[310]. A narrativa apontava o pragmatismo de Jânio, mas também sublinhava os riscos de insatisfação entre setores conservadores. No dia 16 de março, o *JB* aprofundou as críticas à reforma cambial e ao impacto de suas políticas no custo de vida da população e na classe trabalhadora. O editorial[311]

[307] "JORNAL DE NEW YORK ACONSELHA REPRESÁLIAS CONTRA O BRASIL", *Última Hora,* 20 de março de 1961, p.2, notícia.
[308] "Jânio: Brasil é favorável ao desarmamento", *Última Hora*, 21 de março de 1961, p.4, notícia.
[309] "Isolamento e improvisação", *Jornal do Brasil,* 15 de março de 1961, p.6, editorial.
[310] Essa referência foi analisada no primeiro capítulo, sobre o Brasil ter sido alinhado aos EUA na sua política externa na maior parte dos Governos, antes e depois deste período em análise na tese. Uma autora que trabalha com esta temática é Letícia Pinheiro.
[311] "A mensagem presidencial", *Jornal do Brasil,* 16 de março de 1961, p.6, editorial.

destacava o ceticismo quanto à capacidade do governo de implementar mudanças estruturais sem comprometer a estabilidade interna.

> A Mensagem do Presidente Jânio Quadros ao Congresso é, antes de tudo, um compromisso governamental com um plano de reformas. [...] O Presidente dá ênfase às questões financeiras do País, apresenta, no corpo da Mensagem, como **órgãos entrosados e a política externa encarada como um caminho para a solução de problemas econômicos.** [...] Tem razão o Presidente quando manifesta a sua preocupação com o problema financeiro do País. A sua Mensagem, sob esse aspecto, é muito crítica, sendo mesmo uma resposta às explanações otimistas feitas pelo seu antecessor, o Presidente Juscelino Kubitschek. [...] **Atualmente, apenas há sinais de planejamento no que se refere às políticas financeira e externa.** [...] O grande problema da Mensagem, porém, é o fato de ser ela **um documento alinhavado às pressas e que não traça uma política geral para o Brasil**[312]**.**

A crítica central é que a mensagem reflete mais improvisação do que um projeto governamental integrado e robusto, evidenciando uma administração que opera de forma reativa e fragmentada. Pois o editorial reconhece que Jânio acerta ao priorizar questões financeiras e fazer uso da política externa como uma ferramenta para abordar os problemas econômicos do país, mas destaca que essa abordagem está desconectada de um planejamento geral. Em outro editorial[313], o *JB* enaltece a importância do "trânsito de ideias" e a participação ativa de todos os poderes e setores da sociedade no debate público. Ele critica qualquer tentativa de monopolizar as iniciativas políticas, ressaltando que o diálogo interinstitucional é essencial para o bem comum. Essa análise se enquadra em conjunto com outras já mencionadas sobre críticas da imprensa em relação a postura de Jânio Quadros referente a centralizações de poder.

> O País se empenha em liberar e atualizar os seus mecanismos econômicos**, e o Poder Executivo,** seguindo a fatalidade da lei que registra a impossibilidade de vácuo no campo político, **vem exercitando um monólogo administrativo e político** que o encaminha mais para uma atuação de tipo gerencial do que, propriamente, para a emulação necessária que poderia e deveria partir do Poder Legislativo. [...] **O Congresso Nacional não pode, sob pena de desintegrar-se irremediavelmente, assistir atônito e inerme à velocidade de ação do Poder Executivo.** [...] O que não se pode admitir é que o Congresso Nacional se recolha, comodamente, a um território de omissão: para que haja harmonia e independência de poderes, terá que haver primeiramente sinal visível de presença[314].

Sendo assim, o editorial é um apelo explícito para que o Congresso Nacional reafirme sua importância no sistema democrático, resistindo à tendência de centralização do poder no Executivo. A mensagem ressalta a ideia de que o equilíbrio entre os poderes é não apenas uma garantia constitucional, mas uma prática indispensável **para a legitimidade e sustentabilidade da democracia.**

---

[312] Idem, grifos meus.
[313] "Presença no Congresso", *Jornal do Brasil,* 19 e 20 de março de 1961, p.6, editorial.
[314] Idem, grifos meus.

Em relação ao jornal *O Estado de S. Paulo,* este continuou a adotar uma postura mais crítica e analítica, questionando as reais intenções e os possíveis impactos das políticas anunciadas pelo então Presidente Jânio Quadros. No dia 16 de março, o *OESP* voltou-se para as críticas da oposição sobre a reforma cambial, afirmando que as medidas eram amplamente favoráveis ao FMI e a grupos financeiros internacionais[315].

> Trata-se de mais um notável documento em que S. Exa. consubstancia as ideias fundamentais que informaram toda a sua campanha eleitoral e em que é racionis conta do decidido e árduo combate na luta pela definitiva implantação da liberal democracia no Brasil. [...] Ainda a esse respeito foi S. Exa. claro e peremptório: 'a política externa de um país democrático como é o Brasil — proclama S. Exa. — não pode ser senão a projeção no mundo do que ele é intrinsecamente. Nascido no Brasil de uma corrente histórica profundamente cristã, somos membros do mundo livre'. [...] As determinantes históricas da nossa evolução integraram-nos, de fato, no sistema ocidental dos povos que se batem pela preservação da democracia no mundo. E seria, com efeito, um erro irreparável se quebrássemos a constante dessa norma de conduta no plano internacional. [...] Se é vincadamente liberal e democrático o pensamento de S. Exa. em relação à nossa política exterior, não o é menos em relação à política interna do País.

E concluem, de forma elogiosa ao Presidente, dizendo que,

> No capítulo das exportações, não trepida o chefe do governo em atribuir ao 'efeito pernicioso da burocracia e das proibições de exportar' o declínio das nossas vendas ao estrangeiro. [...] Seja enaltecendo a iniciativa privada como instrumento de recuperação e desenvolvimento da economia nacional, seja acentuando os nossos pendores natos de cristãos e democratas, S. Exa. mostra-se verdadeiramente à altura para personificar e interpretar as aspirações e os ideais do povo que o elegeu.

O jornal apresentava Jânio como um Presidente ambíguo, que pregava a independência nacional, mas implementava políticas que, na prática, reforçavam a dependência econômica do Brasil. Essa perspectiva alinhava-se à linha editorial conservadora do jornal, que via com reservas as tentativas de Jânio de diversificar alianças e de implementar uma agenda mais nacionalista no cenário econômico e político. Essa abordagem reforçava, perante o público leitor, a visão de que o discurso de independência de Jânio Quadros era, na interpretação do jornal paulista, contraditório e insuficiente para atender às demandas de uma política externa coerente e, ao mesmo tempo, de um desenvolvimento econômico efetivamente soberano.

No dia 18 de março, editorial[316] do *OESP* apresenta uma retórica que exalta o plano de ajuda de John F. Kennedy à América Latina, destacando-o como um marco de solidariedade internacional. Ao reconhecer os erros históricos da política norte-americana na região, o texto procura legitimar a liderança dos Estados Unidos como uma força essencial para o progresso econômico e social dos países latino-americanos. A ênfase recai sobre a magnitude do plano,

[315] "No caminho da recuperação", *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1961, p.3, editorial.
[316] "Um pronunciamento popular", *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 1961, p.3, editorial.

descrito com vislumbre como um “ato de altruísmo” sem precedentes, com as condições impostas aos beneficiários – ordem, disciplina e seriedade – sendo interpretadas como requisitos justos e necessários para a eficácia da iniciativa.

> Embora tenhamos reconhecido sempre os erros cometidos pela maioria dos governos norte-americanos em relação à América Latina, nunca deixamos de acreditar que o povo ianque acabaria por compreender o papel de nação líder que o destino lhe cometeu. [...] Nós, pelo menos, nunca descremos dela. E que nos sobravam razões para confiar nos sentimentos fraternais daquele grande povo em relação aos demais países do Continente, atestam-no agora as proporções do plano com que o Presidente Kennedy propõe ao seu país cooperar com as nações latino-americanas na tarefa de acelerarem a mobilização das suas riquezas e a evolução social das suas populações. [...] Pelas inéditas proporções de um tal programa podem os latino-americanos avaliar o espírito de solidariedade com que os nossos aliados se dispõem a auxiliar-nos no fortalecimento da nossa economia e na defesa das nossas instituições. [...] Pedem-nos apenas, como cooperação nessa obra imensa, que ponhamos ordem nas nossas contas, disciplina na nossa vida política e cobro na falta de seriedade que os nossos governos têm demonstrado até agora no cumprimento de suas obrigações diplomáticas e financeiras[317].

O discurso posiciona a política externa norte-americana como uma resposta estratégica e pacífica à "insidiosa ofensiva de Moscou", reafirmando a integração da América Latina no sistema ocidental. Por fim, a defesa do protagonismo da OEA na implementação do plano reforça o compromisso com a cooperação multilateral, evitando qualquer suspeita de imposição unilateral por parte de Washington. Essa perspectiva evidencia um alinhamento discursivo com os ideais do panamericanismo, sublinhando a confiança no papel civilizador e no pragmatismo político dos Estados Unidos.

> Não vemos que melhor resposta Washington poderia dar à insidiosa ofensiva de Moscou em nosso Continente. Em vez de nos intimidarem com o seu poderio bélico e econômico, os Estados Unidos estendem-nos as mãos, simplesmente, lealmente, convictos de que saberemos compreender o enorme significado do seu gesto. [...] O plano do Presidente Kennedy é a prova irretorquível de que só no quadro da cooperação continental nos é dado esperar ajuda estranha sem comprometermos ou hipotecarmos os nossos direitos de povo livre[318].

Portanto, em relação à política externa brasileira, o editorial de *O Estado de S. Paulo* sugere, de **forma implícita**, que o Brasil deveria alinhar-se aos princípios e condições estabelecidos pelos Estados Unidos para a implementação do plano de ajuda à América Latina. A insistência na "ordem", "disciplina" e "seriedade" como requisitos para a cooperação reflete uma **crítica indireta** ao comportamento de governos latino-americanos, incluindo o brasileiro, que, segundo o jornal, precisam demonstrar maior responsabilidade diplomática e financeira. Nesse contexto, o editorial parece advogar por uma política externa brasileira que reconheça a

[317] Idem.
[318] Idem.

liderança norte-americana e privilegie a integração continental no sistema ocidental, como forma de garantir recursos e apoio internacional sem comprometer a soberania nacional. A posição reforça a ideia de que o Brasil deveria adotar uma postura pragmática, ajustando-se às exigências da cooperação interamericana para não ficar à margem dos benefícios econômicos e estratégicos oferecidos pelo plano Kennedy.

Em outro editorial[319] que aborda as relações diplomáticas entre Brasil e EUA, após a mensagem de Jânio ao Congresso, o OESP enfatizou a complexidade das relações com os Estados Unidos, destacando o ceticismo em relação às políticas do Presidente Jânio Quadros. O jornal apontava a contradição entre o discurso de autonomia e a prática de dependência estrutural, evidenciando uma tensão entre o ideal de ordem financeira e as "tergiversações" e "atitudes desconcertantes" atribuídas ao Presidente, que poderiam comprometer a confiança de aliados tradicionais, especialmente as potências ocidentais. Além disso, o editorial posiciona as políticas de Jânio como uma resposta direta aos "cinco anos de esbanjamentos, loucuras e roubalheiras" atribuídos ao governo de Juscelino, consolidando uma narrativa que utiliza o passado recente como justificativa para as medidas de austeridade e alinhamento internacional.

> Ambas [Europa e Estados Unidos] aceitam com agrado as severas e inteligentes medidas com que o novo governo brasileiro procura restabelecer a ordem e a disciplina nas finanças nacionais. Ambas aplaudem a coragem com que o sr. Presidente da República se abalança a por cobro às loucuras do seu predecessor. [...] As suas maiores dúvidas nascem, exatamente, das tergiversações e ameaças que, em relação aos problemas que mais afligem as potências das quais temos dependido, caracterizaram os primeiros pronunciamentos do sr. Presidente da República. [...] Convencidos de que a solução dos nossos problemas não poderia dispensar o apoio da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, chocava-nos o desprezo que os nossos homens responsáveis votavam a esse aspecto primordial da questão[320].

E ainda ressaltam que,

> Tanto mais quanto a Rússia, a Índia, o Egito ou a Iugoslávia e Cuba estavam longe de nos poder acudir com as enormes somas de que precisamos para saldar as dívidas que nos prendem à Inglaterra, à França, à Alemanha, aos Estados Unidos, ao Japão e à Suíça. [...] O Brasil vem sendo sacudido, de há 30 anos a esta parte, pelas comoções de todo um ciclo revolucionário que, iniciado em 1922, só terminou a 3 de outubro do ano findo. E algum tempo decorrerá ainda antes de readquirirmos o equilíbrio e a sábia ponderação que nos trouxera o Segundo Império e que tão prematuramente se esvairam com os três grandes governos chefiados pelos ilustres paulistas Prudente de Morais, Campos Salles e Rodrigues Alves[321].

Essa análise do jornal reflete não apenas um ceticismo em relação à liderança de Jânio, mas também as próprias inclinações editoriais do OESP, que valorizava a previsibilidade e a

[319] "Um serviço à Nação", *O Estado de S. Paulo*, 22 de março de 1961, p.3, editorial.
[320] Idem.
[321] Idem.

adesão a estruturas econômicas tradicionais como garantias de estabilidade nacional. Ao enfatizar a necessidade de "lealdade e franqueza" nas relações com as potências ocidentais, o texto reafirma o papel subordinado do Brasil na ordem internacional liderada pelos Estados Unidos e Europa, revelando uma visão conservadora que priorizava a manutenção do status quo global em detrimento de alternativas que pudessem sinalizar maior autonomia nacional.

Como foi possível identificar, a análise discursiva das reações da imprensa brasileira à mensagem presidencial de Jânio Quadros ao Congresso em 1961 revela uma arena de disputas narrativas, onde os jornais projetavam suas visões sobre o papel do Brasil no cenário internacional e os rumos de sua política interna. Utilizando os pressupostos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, observa-se que os discursos analisados não apenas refletiam opiniões, mas também buscavam construir sentidos e interpelar seus leitores dentro de formações discursivas específicas. A política externa independente implementada no governo Jânio Quadros, ao desafiar paradigmas estabelecidos ao longo de anos, gerou respostas que variavam entre apoio cauteloso, no caso do *Última Hora*, e críticas contundentes, como as apresentadas pelo *Jornal do Brasil* e, especialmente, *O Estado de S. Paulo*.

Nesse contexto, o *Última Hora* destacou o alinhamento da política externa de Jânio com os princípios de autodeterminação e soberania nacional, enquanto celebrava a diversificação de alianças como uma ruptura necessária com a dependência econômica e política dos Estados Unidos. Já o *Jornal do Brasil*, mesmo reconhecendo os méritos estratégicos de algumas medidas, enfatizava as contradições entre a busca por autonomia e os sacrifícios econômicos impostos à população. Por sua vez, o jornal *O Estado de S. Paulo*, alinhado a uma visão conservadora, utilizou o discurso anticomunista para deslegitimar a diversificação diplomática de Jânio, reforçando a necessidade de manutenção do *status quo* interamericano e da adesão às potências ocidentais. Essas diferenças discursivas refletem não apenas os interesses ideológicos de cada um dos periódicos aqui em análise, mas também a complexidade de um momento histórico marcado pela polarização ideológica da Guerra Fria.

Ao alternarem apoio e crítica, os jornais analisados revelam suas inclinações políticas e suas tentativas de construir a percepção do governo e do papel do Brasil no cenário global. Essa análise evidencia o fato de a imprensa não ser um mero espelho da realidade política, mas sim uma arena de produção de sentidos, onde os discursos sobre Jânio Quadros e a sua mensagem ao Congresso ecoam as tensões e desafios de um país em busca de uma posição soberana no sistema internacional. Assim, a política externa independente foi simultaneamente um

catalisador de novas possibilidades, mas, também, um foco de resistência nas representações discursivas da época.

4.2. ECONOMIA E SOBERANIA: O PLANO TRIENAL E AS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL

O lançamento do Plano Trienal pelo governo João Goulart, em dezembro de 1962, marcou um esforço ambicioso para enfrentar os desafios econômicos do Brasil, como a inflação descontrolada e a estagnação do desenvolvimento. Coordenado pelo economista Celso Furtado, o plano foi apresentado como um instrumento para equilibrar o crescimento econômico com reformas estruturais e a busca por estabilidade financeira[322]. Entretanto, a recepção do Plano Trienal pela grande imprensa revelou muito mais do que preocupações econômicas, pois os editoriais e outras matérias incorporaram o Plano Trienal em discursos que transcenderam as questões internas, conectando-o à política externa e ao posicionamento do Brasil no cenário internacional, que é o foco desta tese. Nesse contexto, os discursos jornalísticos tornaram-se palco para embates ideológicos que refletiam os interesses políticos e econômicos dos diferentes setores da sociedade brasileira.

Para *O Estado de S. Paulo*, o Plano Trienal era uma ameaça velada, associado a ideais que poderiam comprometer a liberdade econômica e a soberania empresarial, interpretados pelo jornal como concessões ao avanço do comunismo. O periódico reforçou a conexão entre o plano e o que chamava de "infiltração cubano-moscovita", questionando a legitimidade das reformas e denunciando a aproximação do governo brasileiro com regimes socialistas. Já o *Jornal do Brasil*, mantendo um tom moderado, buscou balancear críticas ao governo com análises técnicas, interpretando o plano como uma oportunidade para corrigir desequilíbrios econômicos e reconstruir a confiança internacional no Brasil. Por sua vez, a *Última Hora* enfatizou a necessidade de soberania nacional e progresso social, apresentando o Plano Trienal como uma

[322] Conforme Thomas Skidmore (1982, p.286), “Suas ideias foram expressas num Plano Trienal visando a manter o crescimento econômico e reduzindo, ao mesmo tempo, o ritmo da inflação. Um resumo do plano foi publicado a 30 de dezembro de 1962, alguns dias antes do plebiscito. Logo que Jango recuperou os plenos poderes, o Plano Trienal tornou-se o centro da sua experiência de cinco meses com a "esquerda positiva".”, mas o plano apresentou falência ainda no primeiro semestre de 1963 e sobre isso o autor analisa que “A notória falência do programa San Tiago Dantas-Furtado foi, temporariamente apenas, disfarçada com a nomeação do novo Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, um moderado muito bem conceituado. O abandono de qualquer política coerente que aliasse o desenvolvimento ao combate à inflação logo se tornou evidente no destino da máquina de planejamento. O Ministério do Planejamento, de Furtado, desaparecera oficialmente em junho. Haveria de ser substituído por um novo órgão, criado por decreto de 11 de julho, com o nome de Coordenação do Planejamento Nacional, que devia dar prosseguimento à execução do Plano Trienal. Entre os signatários do decreto figurava Furtado, que continuava nominalmente ministro, mas perdera qualquer função dentro do Governo João Goulart” (Skidmore, 1982, p.312).

ferramenta essencial para garantir o desenvolvimento e combater a exploração imperialista, muitas vezes atribuindo ao governo dos Estados Unidos uma postura de oposição às iniciativas brasileiras.

Dessa forma, as diferentes abordagens dos jornais não apenas espelharam o momento de intensa polarização ideológica vivido pelo país, que ao final de 1962 se tornava cada vez maior, mas também pode-se evidenciar os múltiplos usos políticos do discurso jornalístico. Ao conectar o Plano Trienal à política externa, os jornais apresentaram interpretações que buscavam construir a opinião de seus leitores sobre o papel do Brasil no mundo e, ao mesmo tempo, reforçar suas próprias agendas internas. Esta análise permite compreender como a imprensa do período contribuiu para tensionar a relação entre as estratégias econômicas do governo e o debate sobre soberania, alinhamento internacional e os rumos do desenvolvimento brasileiro.

Nos dias que antecederam a divulgação do Plano Trienal, *O Estado de S. Paulo* demonstrou uma postura predominantemente crítica, que permeia suas publicações desde o princípio das análises, associando o Plano às políticas que julgava de caráter estatizante e alinhadas ao espectro comunista. Em 23 de dezembro, dois editoriais se destacam, pois um deles, representa um discurso fortemente anticomunista que se alinha às tensões políticas do período, utilizando uma retórica de crise para deslegitimar o governo de João Goulart, além de mais uma vez se referir a ele como Jango Goulart, escolha de palavras que o periódico faz em seus textos mais "ácidos" em relação ao governo[323].

> A crise criada na Marinha pela distribuição a granel da comenda da Ordem do Mérito Naval às mais destacadas personalidades comunistas e aos que a sua volta servem à causa **da revolução em marcha**, ao invés de se resolver, vai tomando as características de um movimento da classe contra os seus superiores hierárquicos. [...] Não é uma consequência da insubordinação daquele grupo de oficiais superiores, mas sim a resultante do espírito de **desrespeito à lei e à moral** que vem prevalecendo nas altas esferas da República, **desde o dia em que assumiu a chefia do Executivo nacional o sr. Jango Goulart.** [...] S. exa., é **um aliado notório do comunismo** e não esconde em todas as suas atitudes a fria deliberação em que sempre se manteve de destruir pela base as instituições políticas que nos regem. [...] Procurando, agora, **facilitar o trabalho subversivo de um grupo de comunistas**, concedendo-lhes uma condecoração que até aqui tem servido apenas para distinguir homens que se esforçaram por servir a Nação e as suas instituições, ultrapassou o sr. Presidente da República os limites do admissível.[324].

A narrativa posiciona o Presidente como um aliado estratégico do comunismo, destacando suas ações como deliberadas tentativas de desestabilizar as instituições republicanas. Ao destacar a concessão de condecorações a figuras identificadas como comunistas ou simpáticas

[323] "A Marinha e o Presidente da República", *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1962, p.3, editorial.
[324] Idem, grifos meus.

à esquerda – citando nomes no texto como Adalgisa Nery, colunista assídua do *UH* e o próprio Samuel Wainer –, o texto constrói uma visão de subversão interna orquestrada pelo governo, ameaçando diretamente a ordem hierárquica e constitucional. A Marinha é apresentada como um bastião da defesa da Constituição, em oposição a um governo retratado como moralmente e legalmente comprometido. Essa análise discursiva reflete o esforço do jornal em legitimar uma reação institucional contra Goulart, alimentando uma percepção de que a intervenção militar seria uma resposta inevitável e necessária para proteger a soberania nacional e a estabilidade política.

O editorial utiliza estratégias discursivas como a personalização da crise em torno da figura de João Goulart, reforçando sua imagem como inimigo central das instituições e da ordem. A escolha de termos como "subversivo," "revolução em marcha" e "desrespeito à lei e à moral" intensifica o tom alarmista e constrói uma narrativa de iminente colapso institucional, instigando o medo e a urgência de ação. Além disso, ao destacar a Marinha como guardiã da Constituição contra um governo retratado como ilegítimo, o texto legitima a possibilidade de uma reação extra institucional, como uma intervenção militar, alinhando-se ao discurso conservador que, de certa maneira, preparava o terreno para o golpe civil-militar de 1964.

No outro editorial do mesmo dia[325], o jornal paulista questionou a capacidade do governo de implementar medidas que conciliassem desenvolvimento com controle inflacionário, embora não diretamente ligado ao editorial anterior, complementava a crítica ao governo Goulart ao tratar das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. A narrativa apresenta um tom de defesa das dificuldades econômicas do país, ao mesmo tempo em que posiciona a gestão do governo em contraste com a complexidade estrutural da economia brasileira.

> Depois das respeitosas advertências do Presidente Kennedy ao governo brasileiro, certos círculos de negócios de Nova York passaram a condenar o nosso país a uma catástrofe irremediável. [...] Apesar da inflação, a economia brasileira acusou um índice de crescimento apreciável em valor real, índice que, sem a inflação, teria sido ainda maior, mas que bem demonstra que a ajuda recebida do exterior não foi inútil. [...] Essa evolução justifica bem o pedido do sr. Roberto de Oliveira Campos a alguns comentaristas estrangeiros da economia brasileira no sentido de não julgarem a nossa inflação de um ponto de vista moralista, mas sim de um ponto de vista sociológico. [...] Os países latino-americanos mais adiantados mal encontram, no momento do 'take off', esse estágio em que uma economia pode desenvolver-se por si mesma[326].

[325] "Economia brasileira e desencanto norte-americano", *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1962, p.3, editorial.
[326] Idem.

Portanto, os dois textos refletem uma abordagem discursiva complementar. O editorial sobre a Marinha foca em reforçar a narrativa de ameaça comunista interna, vinculando-a ao governo Goulart e suas ações, enquanto o segundo editorial busca separar a economia brasileira do governo, apelando a um público internacional e interno mais moderado. Juntos, eles constroem uma crítica que pode ser considerada multilateral: no plano político, Goulart é uma ameaça à ordem; no plano econômico, o governo é inepto e um obstáculo para o progresso com falas como "certos comentaristas que confundem demasiadamente o Brasil com o seu atual governo"[327]. Ambos os textos reforçam a necessidade de mudanças estruturais, alinhadas aos valores tradicionais e ao alinhamento com o Ocidente.

A crítica tornou-se ainda mais contundente nos dias que antecederam o lançamento oficial do plano, quando o jornal questionou a legitimidade das reformas propostas pelo governo. Os editoriais "O Plebiscito? Uma fraude constitucional"[328] e "A Verdade vai transparecendo"[329] refletem aspectos centrais da posição editorial de *O Estado de S. Paulo* nos últimos dias de 1962, ao analisar criticamente o cenário político brasileiro e sua inserção no contexto internacional. Ambos os editoriais têm como destaques elementos discursivos que tratam sobre a deslegitimação do governo de João Goulart, associando-o a incompetências e subversão, bem como um uso estratégico de termos pejorativos e alarmistas como "fraude", "farsa", "estupidez" e "mediocridade" e, ainda, um apelo à tradição e ao conservadorismo, criticando a política externa em nome das "bases tradicionais". Algumas destas características podem ser evidenciadas nos seguintes trechos:

> Não é preciso muito esforço de inteligência para concluir que o que se pretendeu com a Lei Complementar n.o 3 foi, efetivamente, trucar o texto da Constituição; há, pois, uma fraude, um ato ilegítimo, uma farsa que os senhores do governo pretendem arrastar à Nação. [...] Não será, de maneira nenhuma, comparecendo ao ato plebiscitário de 6 de janeiro próximo que se defenderá as instituições vigentes, mas recusando-se cada um, formal e decididamente, a atender à convocação dos que pretendem, a todo custo, subverter a ordem e destruir o regime[330].

E, também:

> Poderia o Presidente do Brasil determinar ao sr. San Tiago Dantas que fosse aos Estados Unidos; mas estava o governo norte-americano no uso de um direito, considerando o ex-chanceler o homem menos indicado a bater à sua porta. [...] A política internacional de um país [...] não se constrói sem lógica e sem respeito pelos antecedentes históricos. Foi, entretanto, o que, na sua mediocridade, não chegaram a

[327] Idem.
[328] "O Plebiscito? Uma fraude constitucional", *O Estado de S. Paulo*, 27 de dezembro de 1962, p.3, editorial.
[329] "A Verdade vai transparecendo", *O Estado de S. Paulo*, 28 de dezembro de 1962, p.3, editorial.
[330] "O Plebiscito? Uma fraude constitucional", *O Estado de S. Paulo*, 27 de dezembro de 1962, p.3, editorial.

> perceber nem o sr. Jânio Quadros nem o sr. Jango Goulart nem muito menos o sr. San Tiago Dantas[331].

Criticando não só João Goulart, mas também San Tiago Dantas. Esses editoriais se inserem em um contexto discursivo que busca mobilizar a dita "opinião pública" contra o governo, legitimando a resistência ao que o jornal considera um projeto subversivo, de poder populista e alinhado ao comunismo, preparando assim o terreno para a defesa de intervenções que preservem os valores "ocidentais e democráticos."

Assim como o *Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* abordou questões relacionadas à Marinha em editorial[332] de mesmo dia, mas com perspectivas e focos diferentes. Enquanto o *Estadão* utilizou a crise como uma plataforma para criticar diretamente o governo de João Goulart e sua relação com o comunismo, o *JB* foca na decadência das elites e sua incapacidade de enfrentar os desafios impostos pela "subversão" de valores tradicionais. Embora partam de pontos de vista diferentes, os dois editoriais convergem ao retratar a crise na Marinha como um reflexo de uma desordem institucional mais ampla. O *Estadão* constrói sua narrativa com foco no embate ideológico e na responsabilidade do governo, reafirmando sua postura conservadora e anticomunista.

Já o *JB* critica o papel das elites, apresentando uma análise mais moralista e voltada para as consequências da acomodação e do abandono de valores tradicionais pelas lideranças privadas. Em sua abordagem, o *JB* utiliza elementos discursivos para reforçar a ideia de que a crise da Marinha Mercante não é apenas um problema administrativo, mas um reflexo de uma crise maior de valores e liderança. Palavras como "acomodação," "subversão" e "deformação" criam um tom alarmista, atribuindo às elites a responsabilidade pela desordem. Além disso, o texto critica o "espírito da empresa privada," que teria se distanciado do interesse público, reforçando a crítica à falta de compromisso com um projeto nacional estruturado. Ambos os textos demonstram, no entanto, a importância da imprensa como veículo para construir a opinião pública sobre a instabilidade política e institucional do período.

Nos dias seguintes, o *Jornal do Brasil* aprofundou o debate sobre as implicações do plano, deixando de lado a política externa diretamente, o que pode significar em alguns aspectos como simplesmente estar focando no nacionalismo econômico, ou ainda, que estejam evitando controvérsias diplomáticas ou divergências entre as políticas interna e externa. Três matérias chamam atenção no dia 29 de dezembro de 1962, sendo elas uma matéria de capa com

[331] "A Verdade vai transparecendo", *O Estado de S. Paulo*, 28 de dezembro de 1962, p.3, editorial.
[332] "A demissão das Elites", *Jornal do Brasil*, 23 e 24 de dezembro, p.6, editorial.

aprofundamento na parte interna do jornal e um editorial. A matéria da capa[333] destaca os principais pontos técnicos do Plano Trienal, como o fim dos subsídios cambiais para trigo e petróleo, o investimento em infraestrutura (energia hidrelétrica, sistema ferroviário e transportes), e a dependência de financiamento externo de grande magnitude. Ao enfatizar que o plano "representa um esforço no sentido de preservar o ritmo de desenvolvimento com a contenção da inflação," o texto constrói uma visão técnica e realista, destacando a complexidade e as ambições do projeto. A menção de que o plano foi "elaborado secretamente" e está "guardado a sete chaves" insinua certo mistério em torno do processo de formulação, sugerindo um distanciamento do debate público. Esse elemento discursivo reforça a imagem de uma tecnocracia que opera acima do alcance da sociedade, criando uma barreira entre o plano e sua legitimidade popular.

Ao aprofundar a matéria no interior do jornal[334], o tom é mais analítico, com foco no discurso de Goulart que associará o Plano Trienal ao otimismo econômico. A narrativa celebra conquistas como a transição do Brasil para uma fase "pré-industrial" e a crescente autossuficiência em setores-chave. O destaque para o papel predominante do capital brasileiro na expansão econômica, com apenas 20% do esforço atribuído ao capital estrangeiro, reflete uma tentativa de consolidar um discurso nacionalista em economia, buscando afastar a dependência externa. Contudo, a ênfase no otimismo pode ser interpretada como uma resposta estratégica às críticas e ao ceticismo em relação ao governo, tentando resgatar a confiança em um momento de instabilidade política.

Já o editorial[335] se distancia da abordagem técnica e adota um tom político mais direto. Ele ressalta a necessidade de Goulart definir claramente as "coordenadas" do plano e sua "filosofia política" antes de nomear os responsáveis por executá-lo. A crítica implícita sugere uma pressão para que o Presidente reforce sua liderança, especialmente no contexto do plebiscito que decidiria entre o presidencialismo e o parlamentarismo. A frase "a Nação quer conhecer primeiro as ideias, depois os homens" reflete um apelo à transparência e planejamento estratégico, enquanto a ênfase em "autoridade e responsabilidade" reforça a visão de que o presidencialismo exige maior protagonismo e coerência do chefe do Executivo.

> **Reclamamos do Presidente que venha dizer ao país as coordenadas que traçou, para depois anunciar os nomes que possam executá-las com o proveito que todos esperam.** [...] Antes dos nomes, é preciso conhecer as linhas de filosofia política com

[333] "Plano Trienal vai manter a Instrução 204", *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1962, capa, manchete.
[334] "Discurso do Presidente será otimista como plano trienal", *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1962, p.3, notícia.
[335] "A Opção do Presidente", *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1962, p.6, editorial.

> que o Presidente prepara os planos da ação, que não pode demorar mas também não pode ficar na dependência de figuras. [...] **A Nação quer conhecer primeiro as ideias, depois os homens.** [...] Autoridade e responsabilidade são patrimônio do Presidente da República no regime presidencialista. Não poderá dividi-las a não ser com os executores diretos que escolher para operar o plano de recuperação da confiança nacional[336].

Os textos refletem diferentes dimensões do Plano Trienal, com a capa e a página 3 oferecendo uma análise econômica e técnica, enquanto o editorial adota uma perspectiva política e institucional. Essa diversidade de enfoques revela uma tentativa do *JB* de equilibrar informações factuais e interpretações ideológicas, refletindo uma posição editorial cautelosa, mas crítica.

Em termos discursivos, a combinação de otimismo técnico com exigências de liderança política demonstra uma estratégia retórica que busca engajar o público, equilibrando críticas ao governo com a apresentação de possibilidades de progresso. A ênfase no nacionalismo econômico, na autossuficiência e no papel do Presidente como figura central do plano, evidencia a tentativa de legitimar o projeto no contexto de uma opinião pública dividida. Ao mesmo tempo, o uso de expressões como "autoridade e responsabilidade" e "filosofia política" no editorial articula uma crítica à percepção de falta de clareza e consistência do governo Goulart, enfatizando a necessidade de confiança e liderança em um momento decisivo para o regime político brasileiro.

Como pode ser identificado, as matérias não abordaram diretamente as questões da PEI, mas isto não significa que a política externa seja irrelevante para o contexto do Plano Trienal. Pelo contrário, as necessidades de financiamento externo, mencionadas na manchete da capa, implicam em negociações diplomáticas e no alinhamento internacional do Brasil. No entanto, essa conexão não é explicitada nas matérias. O foco discursivo parece estar na construção de uma narrativa de autossuficiência econômica e nacionalismo, destacando o papel do capital brasileiro e evitando menções diretas à dependência de acordos internacionais. Essa ausência de menção à política externa pode ser interpretada como **uma estratégia editorial**. Ela evita trazer à tona possíveis controvérsias sobre o alinhamento internacional do Brasil ou as relações com os Estados Unidos e outras potências, temas sensíveis no período. Esse silêncio pode ser significativo ao analisar as prioridades discursivas do *Jornal do Brasil* naquele momento.

A cobertura do *Última Hora*[337] sobre o Plano Trienal foi marcada por um discurso enfaticamente favorável ao governo Goulart, destacando o plano como uma resposta necessária

[336] Idem, grifos meus.

[337] A análise do *UH* referente ao período que esta tese compreende em relação ao Plano Trienal foi prejudicada por conter edições faltando, páginas que não estão legíveis ou ainda que estão arquivadas rasgadas. Sendo assim,

às demandas populares por justiça social e soberania econômica. Em sua edição de 24 de dezembro, a coluna de Carlos Alberto Wanderley[338], colunista assíduo, exaltou a postura do Presidente em manter uma política externa independente, reafirmando que os interesses nacionais não seriam negociados mesmo diante de pressões internas ou externas. Nesse sentido, o *Última Hora* posicionou o plano como parte de uma estratégia maior para fortalecer a economia brasileira sem renunciar à soberania diante das potências estrangeiras, especialmente os Estados Unidos.

> UMA declaração expressa no sentido de **que a política exterior brasileira não sofrerá qualquer alteração** será feita pelo Presidente João Goulart no bolo de sua mensagem de fim de ano, através do rádio e da TV. [...] No último dia que passou no Rio, o Presidente mostrou-se preocupado com as versões inexatas atribuídas ao seu encontro com o Sr. Roberto Kennedy, sobretudo com a que indicava ter sido acertada na ocasião algumas alterações na conduta do Itamaraty. [...] De tal maneira **preocupado ficou o Sr. João Goulart com os rumores** e as indagações que ouviu no Rio a esse respeito que decidiu incluir este tema no seu pronunciamento de fim de ano. [...] O Presidente deixou claro, numa conversa ampla que manteve com assessores, presentes alguns parlamentares, que **a política exterior** não terá incluída no rol das permutas com ninguém: trata-se de assunto **que se vincula à grande questão da soberania**, **e não poderá ser negociada**[339].

Esse trecho nos informa pelo menos quatro mensagens a respeito das falas de João Goulart: preocupação com a soberania nacional, contestação de narrativas inexatas, ressignificação da política externa e o uso estratégico do pronunciamento de fim de ano. De forma sintética, o discurso de Goulart revela uma estratégia discursiva que articula soberania, autonomia e resistência às pressões internacionais, ao mesmo tempo em que responde às tensões internas sobre a legitimidade de sua condução política. Esses elementos não apenas reafirmam a linha ideológica de sua política externa, mas também tentam consolidar seu papel como líder em um momento de fragilidade política e polarização.

Na sequência da semana, nos dias possíveis de analisar, o jornal continuou a reforçar o papel central do Plano Trienal como um instrumento de transformação estrutural. Em 26 de dezembro, destacou a mensagem de Natal de Goulart, que tinha chamada na capa, na qual o Presidente apelou à solidariedade e à união do povo para enfrentar os desafios do próximo ano[340]. O *Última Hora* sublinhou o tom conciliador e progressista do discurso presidencial,

---

diferentemente dos outros dois jornais que tiveram a semana anterior e após o plano completamente analisadas, no *UH* ficaram faltando a análise dos seguintes dias: 23/12/62, 25/12/62, 27/12/62, 28/12/62, 30/12/62, 01/01/63, 06/01/63 e a página com rasgo é a do dia 03/01/63.

[338] "Governo dirá que **a política exterior** também **é intocável**", *Última Hora*, 24 de dezembro de 1962, p.4, coluna. Grifos meus.

[339] Idem, grifos meus.

[340] "Nunca Precisamos Tanto de União", *Última Hora,* 26 de dezembro de 1962, p.4, notícia. Parte da matéria não está legível.

apresentando o plano como um projeto que colocava as demandas populares no centro das políticas econômicas. Nesse período, o jornal buscou contrapor as críticas de setores conservadores e defender as reformas como fundamentais para romper com um modelo de dependência econômica e exploração, enfatizando a necessidade de mobilização popular para sustentar as mudanças propostas pelo governo.

> **Enquanto incertezas e perigos de toda ordem rondam a humanidade**, temos conseguido mais, sem comprometer a integridade do nosso patrimônio interno, **a liberdade dos cidadãos e a independência de suas instituições democráticas**. [...] Amparados em nossa formação cristã, lutamos e continuaremos a lutar para vencer as dificuldades atuais, **dentro dos postulados democráticos**. [...] Que as mães possam viver sem temores e os jovens construir o seu futuro, na serena certeza de que trarão realizar ideais generosos que povoam seus sonhos. [...] Ao lado de minha família, dirijo o meu caloroso apelo ao povo brasileiro para que seja estimulada e revigorada a solidariedade cristã, que é uma força invencível pela paz e pela justiça social, na construção de um mundo melhor e mais feliz[341].

Essa declaração de João Goulart utiliza elementos discursivos que apelam à emoção, moralidade e solidariedade nacional para reforçar o papel de Goulart como líder comprometido com a paz, a justiça social e os **valores democráticos**. A integração de valores cristãos, a ênfase na unidade e a visão de futuro se articulam em uma narrativa que busca fortalecer a legitimidade do governo em um contexto de desafios internos e externos. Frisando mais de uma vez, neste pequeno trecho, suas ações democráticas e pela liberdade da população brasileira.

Avançando, na última semana de cobertura do Plano Trienal analisada, *O Estado de S. Paulo* intensificou as críticas ao Plano Trienal, apontando-o como um projeto inviável e ideologicamente enviesado. No editorial[342] de 03 de janeiro, o periódico ironizou as promessas do governo, afirmando que as medidas propostas por Celso Furtado eram apenas "meras palavras", incapazes de reverter a crise econômica. A narrativa do *Estadão* focou na incompatibilidade entre as metas do plano e a realidade fiscal do país, acusando o governo de fomentar a inflação ao mesmo tempo que prometia austeridade. A relação entre o plano e a política externa também foi um ponto central, com o jornal destacando que o Brasil se encontrava isolado no cenário internacional devido à condução "equivocada" de Goulart e à desconfiança das potências estrangeiras.

> **A Nação conhece suficientemente os homens que presentemente a dirigem, para levar a sério a afirmativa do chefe do Governo quando diz que está disposto a manter "rigidamente os limites totais de inversões, gastos de custeio financiamentos do Poder Público até 1965".** [...] De modo que **ninguém pode levar a sério o sr. Goulart** quando este afirma que, ao fim do seu governo, "a indústria estará contribuindo com mais de 70% dos bens de capital de que necessita a economia

[341] Idem, grifos meus.
[342] "Palavras, palavras...", *O Estado de S. Paulo*, 03 de janeiro de 1963, p.3, editorial.

> nacional para manter sua elevada taxa de crescimento". **Em condições normais, seria essa, sem dúvida, a perspectiva.** Mas basta olharmos para trás e inventariarmos o poder de destruição revelado por aqueles que tornaram possível a eleição de s. exa. para Vice-Presidente da República e, em seguida, a sua elevação à Presidência, para nos persuadirmos de que **as coisas em nada mudarão** depois da farsa plebiscitária do próximo domingo.[343]

E ainda, com relação a Celso Furtado, concluem que

> **Tanto o plano do sr. Celso Furtado, como o discurso do sr. Presidente da República, são meras palavras, nada mais.** A inércia demonstrada pelo mago da economia esquerdista na execução dos planos da SUDENE é quanto basta para nos prevenir contra qualquer excesso de otimismo em relação às possibilidades de mudança do "status quo" atual. **E não será o sr. João Goulart, certamente, quem será capaz de mudar uma situação que ele próprio concorreu decisivamente para nos criar**.[344]

Sendo assim, este editorial desqualifica a liderança e a retórica governamental, constrói perante seus leitores uma memória negativa, associando as propostas a ideologias desqualificadas, principalmente quando se refere a Celso Furtado como "mago da economia esquerdista". O *OESP* também reforça valores econômicos tradicionais e contrastam retoricamente as "condições normais" com o período que o país estava vivenciando. O texto reafirma sua posição conservadora e liberal, criticando tanto as promessas governamentais, quanto os princípios ideológicos que as sustentam.

No dia seguinte, o editorial[345] do *Estado de S. Paulo* sobre o Plano Trienal apresenta mais uma vez uma postura crítica e desconfiada em relação às promessas e diretrizes apresentadas pelo economista Celso Furtado. Embora o texto pareça, inicialmente, reconhecer a importância de combater a inflação sem depender exclusivamente de medidas monetárias, ele desmonta essa narrativa ao enfatizar que o sucesso do plano depende, na prática, de uma aplicação rigorosa de políticas monetárias tradicionais, alinhando-se às ideias dos "economistas ortodoxos" que o próprio Furtado criticava. Portanto, o texto apresenta Celso Furtado como um idealista que, embora tente se afastar das soluções ortodoxas, acaba dependente delas. Esse discurso reflete uma visão conservadora que valoriza a estabilidade monetária e questiona a capacidade do governo de implementar mudanças estruturais em um cenário de desafios políticos e econômicos. Assim, o editorial posiciona-se como defensor de um pragmatismo econômico que considera mais viável e menos arriscado para o contexto brasileiro.

> Em sua alocução sobre o Plano Trienal, afirmou o sr. Celso Furtado que a nota original do seu trabalho é "deter progressivamente a inflação sem o recurso, exclusivamente, de medidas de caráter monetário", o que naturalmente lhe permite atirar-se aos eco-

[343] Idem, grifos meus.
[344] Idem, grifos meus.
[345] "Novo plano de estabilização monetária", *O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1963, p.3, editorial.

> nomistas ortodoxos. Ora, a leitura do Plano Trienal mostra-nos que, na realidade, se trata de outro plano monetário e, pode dizer-se, o seu sucesso depende exclusivamente da estrita aplicação de medidas monetárias. Compreende-se que o sr. Celso Furtado, que grandemente ironizou sobre os economistas ortodoxos, procure dar no seu plano uma orientação diferente; mas parece-nos indispensável que ele se não afaste da realidade. Esta observação não constitui uma crítica. Pelo contrário, só podemos apoiar uma tal política na medida em que ela seja realista...[346]

E continuam falando sobre os números e porcentagens apresentados pelo Plano Trienal, para, por fim, concluírem:

> No caso dessa política financeira e monetária não ser bem-sucedida, o que restaria fazer ao governo? No espírito do Plano Trienal, não lhe restaria mais (ainda que não seja lícito admitir tal hipótese) do que reduzir certos investimentos públicos, isto é, renunciar à taxa de crescimento prevista, qual só poderá ser mantida se a inflação for realmente contida dentro dos limites preestabelecidos. Volta-se, portanto... à tese dos economistas clássicos...[347]

Ao enfatizar que "volta-se, portanto... à tese dos economistas clássicos," o texto não apenas critica o Plano Trienal, mas também reforça uma visão cética e conformista, desautorizando as tentativas de inovação no campo econômico em favor de uma abordagem que considera testada e segura. Essa conclusão evidencia um discurso que privilegia a estabilidade e desconfia de transformações estruturais significativas. O *Jornal do Brasil* manteve uma postura mais equilibrada na semana posterior a divulgação do Plano, reconhecendo os desafios de implementar o Plano Trienal enquanto ressaltava a sua relevância como instrumento de estabilização econômica. Em 30 de dezembro de 1962, na capa o JB publica uma manchete sobre o Plano Trienal com o seguinte texto:

> O Plano cria normas para a estabilização da moeda, com a ordenação dos investimentos do Estado, a orientação adequada à aplicação dos capitais privados, a realização da reforma tributária e estabelece, ainda, a possibilidade de redução dos depósitos compulsórios à ordem da Sumoc, que será uma espécie de núcleo do sistema de Banco Central previsto pela reforma bancária[348].

E no editorial "Plano Trienal" de mesmo dia[349], o jornal enalteceu o esforço técnico e a visão estratégica de Celso Furtado, descrevendo o plano como um marco na tentativa de conciliar desenvolvimento econômico e estabilidade monetária. Ao mesmo tempo, alertou para a necessidade de engajamento político e diálogo com os setores produtivos para superar as resistências internas e externas. O jornal também destacou a importância de uma política

[346] Idem.
[347] Idem.
[348] "JB REVELA PLANO TRIENAL DO GOVERNO", *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1962, capa, manchete.
[349] "Plano Trienal", *Jornal do Brasil,* 30 de dezembro de 1962, p.6, editorial.

externa sólida, que permitisse ao Brasil mobilizar recursos internacionais para viabilizar os investimentos previstos no plano.

> Em termos gerais, ele é um esforço no sentido de ordenar a administração pública, em si e nas suas relações com a economia nacional, visando à estabilização monetária de uma economia em desenvolvimento, situando os processos econômicos sem perder de vista as condições inerentes de uma política financeira adequada. [...] A razão mais forte que levou o Governo Federal a recomendar a elaboração de um Plano [...] foi ditada pela própria necessidade de assegurar condições de sobrevivência à Nação, sob as instituições políticas e sociais que temos neste País. [...] Longe de fechar as portas aos capitais estrangeiros, prevê a mobilização, no triênio, de US$ 1,5 bilhão, nos Estados Unidos e na Europa, para sustentar as aplicações necessárias ao funcionamento da economia nacional e para compensar compromissos em que o Estado é parte, direta ou indiretamente. [...] O Plano Trienal é uma clara, nítida mensagem de confiança nas possibilidades de recuperação e expansão do Brasil. Ele não é uma ameaça a qualquer liberdade, mas é um passaporte para o futuro. [...] Os sacrifícios que exigirá, até que se façam sentir seus efeitos, serão muito menores, por certo, que aqueles a que o País vem sendo exposto, desde muitos anos, precisamente pela ausência de uma disciplina[350].

A análise discursiva do editorial do *Jornal do Brasil* revela uma tentativa de construir uma narrativa de equilíbrio e pragmatismo em torno do Plano Trienal. O texto combina elementos de exaltação técnica e estratégica, ao destacar a competência de Celso Furtado, com um tom pedagógico, enfatizando a necessidade de disciplina econômica e administrativa como condição para a recuperação nacional. Ao descrever o plano como um "passaporte para o futuro," o editorial mobiliza uma metáfora otimista e mobilizadora, buscando gerar adesão ao projeto governamental, ao mesmo tempo em que reconhece os sacrifícios inevitáveis no curto prazo.

O uso de expressões como "confiança nas possibilidades de recuperação" e "condições de sobrevivência à Nação" aponta para um discurso que alinha a urgência econômica com um apelo patriótico, reforçando a legitimidade do plano como um esforço coletivo em prol do bem-estar nacional. Além disso, o reconhecimento da importância de capitais estrangeiros e da política externa como pilares para viabilizar os objetivos do plano reflete um posicionamento estratégico que busca conciliar autonomia econômica com integração ao sistema financeiro internacional, em oposição a visões mais nacionalistas ou isolacionistas.

Por fim, o *JB* adota uma abordagem que tenta equilibrar elogios à visão estratégica do governo com uma advertência implícita sobre os desafios políticos e sociais para a implementação do plano. Essa construção discursiva reforça a necessidade de diálogo com os setores produtivos e do engajamento político como condição essencial para que o Plano Trienal

[350] Idem.

transcenda a retórica e se concretize como um marco na estabilização econômica e na retomada do desenvolvimento brasileiro.

Nos editoriais de 03 e 04 de janeiro de 1963, o *JB* reiterou seu apoio ao plano, mas adotou um tom mais crítico quanto às dificuldades de execução. Ao discutir as relações Brasil-EUA, o jornal sublinhou que o sucesso do Plano Trienal dependia de um equilíbrio delicado entre a manutenção da soberania nacional e a atração de investimentos externos. Além disso, ressaltou que a política externa de Goulart precisava ser mais pragmática, evitando atritos desnecessários com as potências ocidentais. Apesar disso, o *JB* destacou o papel transformador do plano, reafirmando sua importância como um projeto essencial para o futuro econômico do Brasil.

Na última semana de análise, embora o Plano Trienal não seja diretamente mencionado nas edições dos dias 03, 04 e 05 de janeiro de 1963 do *Última Hora*, a atmosfera política descrita nos textos é essencial para compreender os desafios discursivos e institucionais que o plano enfrentava. A retórica polarizada do período, com apelos à soberania, críticas à fragmentação do poder, e demandas por autoridade e estabilidade, demonstra como o plano estava inserido em um campo de disputa não apenas econômica, mas também simbólica e ideológica. Primeiramente, a conexão implícita entre o plebiscito e a economia reflete como a estabilidade institucional era vista como pré-requisito para a recuperação econômica. O Plano Trienal, com seu foco em estabilização monetária e ordenamento fiscal, surge como uma resposta técnica às críticas sobre o caos econômico, enquanto o plebiscito buscava reforçar a autoridade presidencial, condição considerada essencial para a aplicação efetiva de qualquer política pública.

Em segundo lugar, o cenário de legitimidade em disputa evidencia que a aceitação do plano dependia de uma articulação mais ampla com diferentes setores da sociedade. A polarização entre as acusações de "golpistas" e "oportunistas" e a exaltação de "soberania" e "progresso" revelam um ambiente no qual o Plano Trienal precisava transcender os conflitos políticos para ser percebido como uma solução nacional, e não partidária[351]. Por fim, os discursos sobre soberania e nacionalismo, presentes nos textos sobre o plebiscito, ecoam os objetivos do Plano Trienal de priorizar o esforço nacional e reduzir a dependência do capital estrangeiro. O uso de termos como "autoridade fragmentada" e "soberania popular" dialoga com a retórica do governo ao promover o plano como um instrumento técnico para preservar a autonomia nacional em um momento de crise[352]. Esses aspectos destacam que o sucesso do

[351] "Pelo Plebiscito, a Revolução Constitucional", *Última Hora*, 05 de janeiro de 1963, capa, editorial.
[352] Idem.

Plano Trienal não se restringia à sua formulação técnica, mas estava intrinsecamente ligado à capacidade do governo de sustentar uma narrativa que conciliava demandas econômicas e políticas em um cenário de instabilidade e desconfiança.

O Plano Trienal, ao propor uma estratégia ambiciosa de estabilização econômica e desenvolvimento estrutural, emergiu como um símbolo das tensões políticas e ideológicas que marcaram o Brasil no início dos anos 1960. Enquanto *O Estado de S. Paulo* enfatizou críticas à viabilidade do plano e associou-o a um projeto ideológico incompatível com os valores tradicionais do país, o *Jornal do Brasil* buscou um equilíbrio discursivo, reconhecendo a relevância técnica e estratégica do projeto, mas alertando para seus desafios políticos. Por outro lado, a *Última Hora* adotou uma postura declaradamente favorável, destacando o plano como uma resposta às demandas populares por soberania econômica e justiça social, consolidando um discurso alinhado ao governo João Goulart. Essas diferentes abordagens refletem não apenas a polarização ideológica da época, mas também os esforços da imprensa em construir a percepção pública sobre a viabilidade e a legitimidade do plano.

Em um cenário de instabilidade política e econômica, a cobertura do Plano Trienal pela imprensa revela mais do que as divergências sobre políticas econômicas, ela escancara disputas simbólicas sobre o futuro do Brasil. As tensões entre soberania e dependência, entre alinhamento internacional e nacionalismo econômico, e entre progresso técnico e restrições políticas foram amplificadas nos discursos jornalísticos, criando uma narrativa multifacetada sobre o plano. No fim, para os periódicos, o sucesso ou o fracasso do Plano Trienal transcendeu seus méritos técnicos, sendo intrinsecamente ligado à habilidade do governo em articular uma visão coesa de desenvolvimento, enquanto enfrentava as pressões de uma sociedade profundamente dividida. E no âmbito da política externa, o Plano Trienal foi apresentado como uma oportunidade de projetar o Brasil como um ator econômico soberano, mas integrado ao sistema internacional, destacando a importância de negociações diplomáticas para mobilizar recursos e reforçar a autonomia nacional em um contexto de polarização global pela Guerra Fria.

4.3. CENTRAL DO BRASIL, 13 DE MARÇO: O DISCURSO QUE ECOOU NA POLÍTICA EXTERNA E INTERNA

O comício realizado em 13 de março de 1964 na Central do Brasil marcou um dos momentos mais emblemáticos da conjuntura política que antecedeu o golpe civil militar ao final

daquele fatídico mês[353]. Sob a liderança do Presidente João Goulart, o evento reuniu trabalhadores, estudantes e lideranças políticas para discutir as reformas de base e reafirmar compromissos com uma agenda de transformação social. Entretanto, a interpretação do comício pela grande imprensa brasileira, revelou profundas divergências nas perspectivas editoriais e políticas dos jornais aqui analisados, assim como também foi estudado por outros pesquisadores[354], evidenciando disputas discursivas fundamentais para entender o ambiente de polarização que permeava o Brasil naquele período.

Enquanto o *Última Hora* celebrou o comício como uma manifestação legítima e histórica, retratando o povo como protagonista de um processo democrático, *O Estado de S. Paulo* o enquadrou como uma ameaça à estabilidade institucional, reforçando o discurso anticomunista. E o *Jornal do Brasil,* por sua vez, tentou ser moderado no sentido de não ser alarmista, mas analisou o evento com ressalvas, alertando para os riscos de uma radicalização política. Essas diferentes abordagens expõem como as narrativas midiáticas construíram interpretações divergentes sobre o papel de João Goulart e das reformas de base, moldando a percepção pública sobre o comício e seus desdobramentos.

Cumprindo seu papel como líder nacional, João Goulart procurou conectar sua política interna ao cenário internacional por meio da Política Externa Independente (PEI), um pilar estratégico de seu governo[355]. Durante o comício, Goulart reiterou que a emancipação econômica e as reformas sociais necessárias para o Brasil caminhavam lado a lado com a defesa de uma soberania mais ampla nas relações internacionais. A PEI, ao propor uma postura de não alinhamento automático aos blocos da Guerra Fria, buscava expandir a autonomia do Brasil na construção de parcerias comerciais e na busca por financiamento ao desenvolvimento, frequentemente desafiando interesses de potências estrangeiras e elites locais, como foi possível identificar no primeiro capítulo.

---

[353] Conforme Melo (2014, p.10) destaca sobre a importância do comício no Rio de Janeiro, apesar de não ser mais a capital do país: "No fim da tarde de uma sexta-feira, dia 13 de março de 1964, a cidade do Rio de Janeiro parou para assistir a um dos momentos mais dramáticos da história do Brasil contemporâneo: o Comício pelas Reformas de Base, promovido pelo então Presidente da República, João Goulart, e seus aliados. A transferência da sede do governo federal para a nova cidade de Brasília, feita em 1960, não apagou a importância do Rio – que fora capital do país desde o Império – para a política nacional. Aliás, convém lembrar que, poucas semanas depois do comício, quando era iniciado o golpe de Estado que derrubou o governo Jango e o regime político vigente, as tropas do general Mourão se dirigiram de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, e não a Brasília."

[354] Sobre isso, ver os trabalhos de Dayane Cristina Guarnieri.

[355] "Se há dúvidas quanto à existência do interesse nacional pela política externa no período, o mesmo não pode ser dito sobre a quebra do caráter elitista em relação às decisões internacionais. Isso está comprovado pelas reverberações que a PEI alcançou, tanto à direita quanto à esquerda no espectro político. Serviu tanto para aglutinar apoios, como para desestabilizar o governo" (Domingos, 2011, p.153).

Essa posição foi instrumentalizada por setores conservadores e amplificada pela imprensa como mais um indício de uma suposta aproximação do governo com o bloco socialista. No entanto, ao mesmo tempo, a PEI era um elemento central no projeto democrático de Goulart – assim como vinha sendo estruturada em conjunto com o MRE desde o início de 1961 – para consolidar a soberania nacional e promover justiça social, articulando a agenda reformista com a luta por maior igualdade no cenário global. Esse vínculo entre política externa e interna intensificou os ataques ao Presidente no meio midiático e, entre os jornais aqui analisados, ocorria principalmente no *O Estado de S. Paulo*, enquanto o *Última Hora* defendia a PEI como uma política progressista, em consonância com as aspirações populares.

O estudo dos enquadramentos e silêncios nos discursos midiáticos revela não apenas os interesses explícitos das publicações, mas também estratégias de controle simbólico e disputa hegemônica. A análise dos aspectos discursivos – como o uso do medo, a exaltação da esperança e a representação seletiva do público[356] – permite compreender como os jornais atuaram como agentes políticos, alinhando-se a grupos específicos e reforçando valores e antagonismos que contribuíram para intensificar as tensões no cenário político nacional. Nesse contexto, a cobertura jornalística do comício e da sua relação com a Política Externa Independente de Goulart se torna uma peça-chave para buscar desvendar os conflitos subjacentes à narrativa anticomunista e os interesses que ela buscava ocultar.

O jornal *Última Hora* destacou-se como um defensor explícito das reformas propostas pelo governo de João Goulart, utilizando suas publicações para refutar narrativas contrárias e reforçar a legitimidade do comício do dia 13 de março de 1964. Em 6 de março, uma matéria exemplifica esse posicionamento ao criticar severamente o governador Carlos Lacerda, associado à oposição conservadora[357]. O texto ressalta como Lacerda desrespeitava o Presidente e manipulava questões políticas para fomentar inflação e instabilidade, associando suas ações a interesses elitistas. Essa crítica não era isolada, mas conectava-se ao esforço do governo de Goulart em projetar uma política externa independente, combatendo influências externas que,

[356] "O exemplo ou a analogia, que estabelece "a relação da parte à parte e do semelhante ao semelhante", é o segundo pilar sobre o qual a retórica de Aristóteles funda o logos. Pode-se dizer, sucintamente, que a sua força persuasiva "deve-se ao fato de colocar em relação um objeto problemático com um objeto já integrado pelas representações do enunciador" (Maingueneau, 1991:246). O novo é posto em perspectiva e esclarecido pelo familiar e pelo antigo. Segundo Aristóteles, é necessário distinguir entre o exemplo real, tirado do passado, e o exemplo fictício, inventado pelo orador em função das necessidades da causa, como o apólogo ou a narrativa: "existem duas espécies de exemplos: uma consiste em relatar os fatos acontecidos anteriormente; na outra, o exemplo é inventado" (ibidem: 251). O ficcional seria um meio de prova inferior ao histórico, "pois os fatos futuros possuem, mais frequentemente, uma analogia com o passado" (ibidem: 253). Se essa observação pode, atualmente, parecer sujeita a um questionamento, por outro lado, ilumina o princípio em que está fundado o exemplo" (Amossy, 2020, p.152).

[357] "Imprensa Nacional Contra Descompostura de Lacerda", *Última Hora*, 06 de março de 1964, p. 5, notícia.

de forma semelhante, eram vistas como tentativas de limitar a soberania do país. Assim, a política interna e a externa entrelaçavam-se no discurso governista, destacando um embate contra o controle de forças "imperialistas" e nacionais reacionárias, pois o próprio Carlos Lacerda que a matéria destaca, era opositor do governo desde o princípio em 1961.

Já no dia 9 de março, o tom de exaltação ao comício tornou-se evidente na matéria principal da página 4, intitulada "Êxito do Comício Garantido: Agitação é Só Boato"[358]. O jornal apresentou o evento como um marco da luta democrática pelas reformas de base, contrastando as demandas populares com as tentativas da oposição de deslegitimar o governo.

> O sucesso do comício já está amplamente garantido [...] começará a mostrar o lado prático da união povo-governo na luta pela obtenção, custo o que custar, das Leis que possibilitem as reformas de base. [...] O Governador da Guanabara [...] fez uso de 14 itens para dirigir ofensa às Forças Armadas e ao seu Chefe, o Presidente da República, que são acusados, no mínimo, de 'prestigiar e garantir um comício comunista. [...] Esses boatos visam apenas dividir as forças populares e, por reflexo, prejudicar o comício da próxima sexta-feira[359].

A matéria também reforçou a participação de lavradores e pescadores, associando a mobilização interna às ideias de soberania nacional e desenvolvimento autônomo, temas presentes na Política Externa Independente (PEI). Ao desmentir rumores de violência e criticar figuras como Lacerda, afirmando que a ofensa mais leve que ele fez ao Presidente e às Forças Armadas foi associar ao comunismo, o *Última Hora* ecoou a retórica de Jango na defesa de uma soberania ampliada, que deveria incluir tanto o controle sobre os recursos nacionais quanto a inclusão social e econômica da população.

Por fim, com relação ao período que antecedeu ao comício, a edição de 12 de março consolidou o discurso de apoio ao comício, alinhando-o a demandas históricas de justiça social e à defesa da autonomia nacional, uma das marcas da política externa do governo Goulart. Em uma matéria[360] que fala do discurso realizado por Jango na Marinha, com mais de 6 mil pessoas presentes, o *UH* transcreveu e comentou algumas falas do Presidente.

> Não é o comício de amanhã que pode ameaçar o povo, mas a fome, a miséria e a doença dos que não têm recursos para enfrentá-la. Esses são os males que podem ameaçar uma democracia, mas nunca o povo na praça pública, no uso dos seus direitos legítimos e democráticos. [...] O que ameaça a democracia não pode ser o encontro do povo com o seu Presidente, não é a voz do povo nas ruas, não são os trabalhadores reivindicando legitimamente aquilo que eles entendem útil ao seu País. [...] O que pode ameaçar, o que ameaçaria na realidade um regime democrático é pretender alguém sufocar a vontade do povo, estrangular a palavra do povo, quando o povo quer falar e dizer o que pensa, o que sente de sua Pátria e de suas dificuldades. [...] A democracia que nós queremos e que haveremos de conquistar é a democracia para o

[358] "Êxito do Comício Garantido: Agitação é Só Boato", *Última Hora*, 09 de março de 1964, p. 4, notícia.
[359] Idem.
[360] "João Goulart: - Comício Não Ameaça o povo; A fome, sim.", *Última Hora*, 12 de março de 1964, p. 2, notícia.

> povo, democracia que seja um instrumento a favor do povo, em suas lutas e em suas reivindicações[361].

E para concluir, remetem a política externa.

> Aqueles que não entendem a democracia para o povo, a democracia dos que trabalham, a democracia que permite o entendimento e o diálogo franco entre os dirigentes e a coletividade de uma nação... querem impor uma democracia à moda, uma falsa democracia feita para privilegiados. [...] O Brasil fez da coexistência pacífica uma característica dominante de sua política externa, em consonância com o sentido evolutivo de nossa própria democracia, e procura colher tanto da experiência capitalista quanto da socialista as contribuições positivas trazidas à organização social. [...] Espero ver os trabalhadores da Marinha no comício de amanhã, para mais um encontro democrático do povo brasileiro, encontro que há de fortalecer cada vez mais o regime de liberdade que desejamos preservar, que há de fortalecer a democracia ao ponto de ela ser um instrumento seguro e eficiente na luta patriótica pelas reivindicações populares e pela emancipação econômica de nossa Pátria[362].

Ao afirmar que "não é o comício de amanhã que pode ameaçar o povo, mas a fome, a miséria e a doença", Jango refuta as acusações de que o evento seria um fator de desestabilização e desloca a narrativa para questões estruturais que desafiam tanto a democracia quanto a soberania nacional. A democracia, segundo ele, não pode ser representada por privilégios de poucos, mas deve ser um "instrumento a favor do povo", evidenciando a ligação entre demandas populares e o projeto de reformas de base.

Esse discurso não se restringe à política interna, mas também remete à política externa ao conectar a "democracia para o povo" à busca de uma posição internacional que privilegie a soberania e a coexistência pacífica. Ao destacar que a PEI acolhe contribuições tanto do capitalismo quanto do socialismo, Jango reforça o caráter autônomo de sua política, alinhando-a à necessidade de emancipação econômica e social da nação. A conclusão do discurso, convocando trabalhadores para o comício do dia 13, reafirma o compromisso com a união entre povo e governo como motor de mudanças internas e externas, projetando o Brasil como um país capaz de dialogar com diferentes modelos ideológicos, mas sempre guiado pelos interesses nacionais.

Na matéria “Tudo Pronto Para o Grande Comício de Amanhã”, o jornal projetou uma participação massiva no evento e destacou o simbolismo dos decretos que seriam assinados, incluindo a desapropriação de terras marginais, conectando essas ações às reformas de base[363].

> Será de pelo menos 150 mil o número de participantes do comício de amanhã, não sendo mesmo de estranhar que esse número atinja a casa dos 220 mil. [...] ‘Pelo que estou informado, também Marinha e Aeronáutica estão com seus efetivos prontos, aguardando apenas ordem para entrar em ação. Tudo será realizado pacificamente.

[361] Idem.
[362] Idem.
[363] “Tudo Pronto Para o Grande Comício de Amanhã”, *Última Hora*, 12 de março de 1964, p. 4, notícia.

> Em caso contrário, teremos condições de sobra para manter a ordem e a integridade do Presidente da República e demais autoridades que estarão presentes ao grande acontecimento', concluiu o general Milton Barbosa Guimarães[364].

O texto também destacou a presença de diversos sindicatos e jornalistas que apoiavam as medidas como respostas às desigualdades estruturais. A fala do general Milton Barbosa Guimarães reforça a narrativa de que o comício não apenas será pacífico, mas que o governo está determinado a assegurar sua realização como um marco democrático. Esse enquadramento do comício como um evento de mobilização legítima e transformação social também reflete a dimensão internacional do projeto de Goulart. Ao promover reformas internas, o governo reforça seu discurso de soberania nacional, essencial à Política Externa Independente, projetando o Brasil como um ator comprometido com justiça social e autonomia em suas relações externas.

No período que antecedeu o discurso de Jango, o editorial[365] do *Jornal do Brasil* de 6 de março de 1964 reflete a atmosfera de tensão política e social que precedia o golpe de Estado. A imprensa, particularmente os editoriais, desempenhava um papel fundamental na construção de narrativas que buscavam influenciar a opinião pública e pressionar as instituições políticas. Nesse contexto, o texto critica diretamente a condução do governo João Goulart e as Reformas de Base, principalmente a questão agrária, apontando a "vacilação" do Congresso como um fator de risco para a estabilidade democrática. Tal abordagem evidencia as ambiguidades da época, nas quais o discurso em defesa da democracia frequentemente ocultava posicionamentos que pavimentavam o caminho para a sua ruptura.

> Pouco a pouco as coisas vão tomando rumo no País. Ainda há, porém, muita vacilação quanto ao rumo da questão agrária posta em marcha pelo complexo agitante do Presidente e seus agentes agrários. [...] Por isso, será preciso dizer mais uma vez que não há mais tempo para vacilações no Congresso. As expectativas geradas pela agitação presidencial podem jogar-nos na voragem de sentimentos agressivos nascidos da frustração. [...] Já dissemos recentemente que esta é a hora crucial do Congresso. A vacilação em 1961 poderá ser funesta para a própria instituição central da democracia representativa.

Essa análise evidencia como setores da imprensa, enquanto clamavam pela proteção das "instituições centrais da democracia representativa", associavam o governo de João Goulart à instabilidade e à ameaça de radicalização social. O discurso sobre a necessidade de decisões rápidas por parte do Congresso, aliado à crítica da "agitação presidencial", contribuiu para fortalecer a percepção de que o governo Goulart era incapaz de conduzir o país. Tal narrativa não apenas refletia os interesses de setores conservadores da sociedade, mas também

[364] Idem.
[365] "Compromissos democráticos", *Jornal do Brasil*, 06 de março de 1964, p.6, editorial.

desempenhava um papel crucial na legitimação do golpe que se concretizaria algumas semanas depois

No editorial "Presidência da Câmara"[366], publicado em 10 de março (p. 6), o *JB* critica os comícios de Goulart, classificando-os como "bonapartistas"[367] e acusando o Presidente de usar as reformas de base para impor uma agenda personalista ao Congresso.

> No momento em que, erigido em comícios bonapartistas à condição suposta de 'procurador do povo' contra o Congresso, o Presidente da República ameaça reabrir a crise do regime, ao tentar impor reformas constitucionais personalistas ao Congresso. [...] Já dissemos que o problema da Presidência da Câmara é, antes de tudo, um problema de coluna vertebral. [...] Todos se recordam de que o Sr. Mazzilli tomou posição contra a convocação extraordinária do Congresso para agradar o Presidente da República. [...] O Presidente da República ameaça reabrir a crise do regime, ao tentar impor reformas constitucionais personalistas ao Congresso[368].

Essa crítica também se reflete no editorial "Crédito Político"[369], que acusa Goulart de adotar uma política econômica "antiliberal" e de alinhar-se a práticas intervencionistas que supostamente afastariam o Brasil do capital privado internacional.

> Seria lamentável que isso ocorresse. Em tão curto tempo tanta mudança de língua e de propósitos, daria a sensação penosa de esforços de personalidade múltipla, multiplicando-se hoje, para agradar amanhã. [...] Certas teses antiliberais do discurso, como a reiteração do monopólio de câmbio, do contrôle cambial cada vez maior, em harmonia com a interpretação dirigista feita pelo Presidente. [...] Registre-se o fato de que o Presidente volta a ter uma política de contenção, com medidas principalmente antiempresariais, ao lado de uma política de expansão dos investimentos públicos[370].

Essas críticas destacam, mais uma vez, a ligação entre a política interna e externa, já que a Política Externa Independente (PEI) de Goulart buscava multiplicar as parcerias do Brasil em sua diplomacia. O jornal carioca, no entanto, apresenta essa tentativa de autonomia como um risco à estabilidade política e econômica, reiterando uma visão conservadora sobre a integração do Brasil ao sistema internacional.

---

366 "Presidência da Câmara", *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1964, p.6, editorial.

367 O termo "bonapartista" faz alusão a Napoleão Bonaparte, mas no discurso político, é frequentemente usado para descrever líderes que recorrem a um estilo de governo personalista e autoritário. Atualmente, o termo é usado com frequência para definir um tipo de governo em que o Poder Legislativo se torna enfraquecido, em proveito do Executivo. No caso de Goulart e no contexto do editorial, o Jornal do Brasil usa "bonapartista" para acusá-lo de contornar ou pressionar as instituições democráticas, como o Congresso, utilizando os comícios e sua conexão com as massas para fortalecer sua autoridade pessoal. Essa crítica busca caracterizar Goulart como alguém que estaria minando a democracia representativa para impor sua própria agenda.

368 "Presidência da Câmara", *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1964, p.6, editorial.

369 "Crédito Político", *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1964, p.6, editorial.

370 Idem.

Já em 12 de março, o editorial "Votos para o comício"[371] reforça a oposição ao evento, criticando seu impacto econômico e social e classificando-o como uma "pregação da ruína nacional".

> O trabalho tranqüilo, normal, rotineiro, ordeiro e indiferente a uma eloqüência burlesca e codiça, é a resposta a ser dada amanhã, numa afirmação vitoriosa das convicções democráticas, sempre corajosas, nunca nervosas e provocativas. [...] Custa caro pelo que o comício significa em redução de giro de negócios, em quebra do ritmo de trabalho, em tensão geradora de insegurança e perplexidade em chefes de empresa, nas famílias, nas escolas. Custa caro na queda da receita estimada para os tesouros federal e estadual. [...] Nesse rumo, por esses processos de comício de rua, a pregação das reformas logo se estará transformando em pregação da ruína nacional. E o Brasil não poderá ser arruinado, a pretexto algum, nem pelo seu Primeiro Magistrado, transformado em 'procurador do povo'. [...] O resultado da política dita de compromisso é um comício de agitação que paralisa a energia nacional, coisa que o Presidente da República não tem o direito de fazer[372].

O texto também denuncia o envolvimento das Forças Armadas no comício, sugerindo que Goulart tentava usá-las para pressionar o Congresso em prol de suas reformas constitucionais, ao dizer que "Defendendo um conceito 'moderno' de soberania, ele tenta envolver as Forças Armadas na luta econômica e ideológica em que se debate o Brasil sob o Sr. João Goulart, **o Brasil do acirramento da hostilidade ao capital privado em geral e ao capital estrangeiro em particular.**"[373]. Essa análise reflete uma desconfiança geral quanto ao uso das reformas para fortalecer o poder do Executivo, tanto no âmbito interno quanto externo. O *JB* posiciona-se contra o conceito ampliado de soberania defendido por Goulart, que associava a democracia ao combate às desigualdades sociais e à emancipação econômica. Em vez disso, o jornal privilegia uma visão tradicional de soberania, limitada às dimensões territorial e militar, enfatizando os riscos de Goulart comprometer alianças com potências ocidentais por meio de suas políticas reformistas e de neutralidade internacional.

Por fim, no dia 13 de março, dia do comício, o *Jornal do Brasil* publicou uma série de editoriais críticos ao comício, com destaque para "Em tempo"[374], no qual o evento é descrito como uma manifestação de "agitações plebiscitárias" voltadas para o "continuísmo" de João Goulart, aproximando-o – e mencionando mais uma vez – de um modelo "bonapartista". O texto acusa o Presidente de utilizar o comício como forma de violar a Constituição, pressionando o Congresso por meio de manifestações populares para aprovar reformas constitucionais.

---

[371] "Votos para o comício", *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1964, p.6, editorial.
[372] Idem.
[373] Idem. Grifos meus.
[374] "Em tempo", *Jornal do Brasil*, 13 de março de 1964, p.6, editorial.

> **A crítica de hoje** parece trazer de novo o período de **agitações comandadas pelo Presidente da República.** Também pode ser o fim, no nascedouro, da agitação plebiscitária visando ao **continuísmo**, à ditadura consentida, **bonapartista** em suas galas. [...] O comício de Central, ao contrário daquele relatado e praticado em outras eras, não apanha mais o País desprevenido. **O País já desconfia das intenções do Presidente João Goulart.** [...] Nem o Presidente da República nem mais comícios detêm poder constituinte. Não podem pretender exercê-los à margem da Constituição. A pregação das reformas constitucionais pelo Presidente já é **uma clara violação da Constituição.** [...] Desde logo, porém, podemos dizer que não seremos complacentes com qualquer forma plebiscitária ou de pressão ilegítima sobre o Congresso, para dele obter reformas constitucionais. [...] **Pelo respeito aos compromissos firmados na democracia representativa e no regime de liberdades, rejeitamos categoricamente os providenciais, autênticos ou não, manipuladores autoritários da vontade popular**[375].

Além disso, o editorial critica o uso das Forças Armadas como instrumento político, argumentando que sua função é proteger o regime democrático, e não participar de disputas entre os poderes.

> No Brasil, as Forças Armadas estão a serviço dos poderes constituídos. Por isso, não são instrumentos, ou não podem ser, de pressão política de um poder sobre outro poder constituído. [...] É lamentável para o próprio Presidente confundir a proteção que elas têm o dever de dar ao território nacional com qualquer solidariedade política contra o Congresso[376].

Essa crítica reflete uma oposição às ideias de Goulart de uma soberania ampliada, que integrava a dimensão social ao conceito tradicional de segurança nacional. **O *JB* interpreta essas ações como autoritárias e perigosas para o equilíbrio institucional** e, implicitamente, como um afastamento do Brasil das práticas democráticas reconhecidas no Ocidente, em sintonia com as potências liberais que rejeitavam qualquer traço de aproximação com o socialismo.

Os editoriais "Votos para o comício" e "Em tempo", publicados em dias consecutivos pelo *Jornal do Brasil*, representam uma estratégia discursiva alinhada a uma carregada crítica ao governo João Goulart, com estratégias discursivas. O título "Votos para o comício", que à primeira vista sugere um tom positivo, carrega uma ironia sutil que se contrapõe ao conteúdo do texto, que é inteiramente dedicado a condenar o evento. Essa dissonância entre título e texto reflete uma retórica calculada: ao criar uma expectativa inicial de apoio, o jornal desconstrói essa ideia de forma incisiva, reforçando sua posição contrária ao impacto econômico, social e político dos comícios de Goulart. O editorial seguinte, "Em tempo", complementa essa crítica, funcionando como uma extensão discursiva que consolida a narrativa negativa construída pelo

[375] Idem.
[376] Idem.

jornal. Assim, a sequência dos dois editoriais evidencia uma campanha articulada contra o governo, em que o **uso de ironia e continuidade** reforça a mensagem de oposição[377].

O *Estadão* apresenta uma narrativa crítica e alinhada com o anticomunismo, associando as ações de João Goulart à subversão e à ameaça à ordem constitucional. No editorial "As lições dos fatos"[378], o jornal critica a atuação do governador Miguel Arraes em Pernambuco, classificando-o como um "bolchevista" que estaria promovendo desordem no Estado com apoio do Presidente Goulart. A matéria ainda alerta para a possibilidade de o Brasil se tornar uma "pequena Cuba", caso o governo federal continue a apoiar essas iniciativas. Essa crítica reflete a preocupação do *Estadão* com a política externa de Goulart, especialmente sua defesa da coexistência pacífica, que era interpretada como uma aproximação com o bloco socialista e uma ameaça à soberania nacional, retratada no texto como limitada à proteção contra influências comunistas.

> O que se tornava, é obvio, indispensável era extrair definitivamente o tumor que está contaminando o organismo pernambucano e que, se não for devidamente tratado, acabará por infeccionar todo o organismo nacional. [...] A essa atitude francamente revolucionária do governador bolchevista, revidaram as forças produtoras da economia pernambucana com um 'lock-out' geral, medida que imperativamente se impunha se o Estado pernambucano não queria perder a última esperança de deter a crescente audácia do esquerdismo desenfreado. [...] Entregue o Estado à sua própria sorte, isto é, à vontade discricionária do sr. Miguel Arraes, assessorando neste caso pelo Presidente da República, ter-se-ia implantado no País uma pequena Cuba, que só não vinga neste momento no Nordeste brasileiro porque a tanto se opôs formalmente o comando do IV Exército. [...] Do sr. Presidente da República ninguém nada espera. E o que é doloroso é que não se percebe, até agora, que as Forças Armadas estejam dispostas a dar à Nação uma prova, por mínima que seja, de que, ante a omissão do chefe do Executivo nacional, ela possa contar com elas[379].

Pode-se identificar uma retórica alarmista para reforçar a percepção de que o governo de João Goulart e o apoio ao governador Miguel Arraes representariam uma ameaça comunista iminente. A metáfora do "tumor" e a associação ao modelo cubano servem para caracterizar Pernambuco como um foco de desordem e subversão, que poderia "infeccionar" o restante do país caso não fosse contido. Ao mesmo tempo, o texto cobra explicitamente uma postura mais ativa das Forças Armadas, insinuando que sua omissão diante da "ameaça bolchevista"

[377] Conforme Machado (2014, p. 126-127), "Uma pequena observação sobre o aspecto estratégico do uso da ironia em documentos que visam comunicar algo a alguém [...] Vemos a ironia como um procedimento bastante ligado ao estilo de ser e escrever de cada ser humano. Há aqueles que não ironizam nunca. Há os que ironizam de modo brusco, agressivo e ofensivo. Há também os que preferem ironizar realizando um sutil jogo estratégico que busca influenciar o outro de alguma forma ou então torná-lo mais ou menos consciente do absurdo ou do ridículo de certas opiniões ou situações." Esta reflexão ajuda a explicar de forma clara o aspecto estratégico da ironia no discurso. Ele amplia nossa compreensão ao destacar que a ironia não é apenas um recurso estilístico, mas também uma ferramenta comunicativa e argumentativa, profundamente enraizada no contexto e na intenção do enunciador.
[378] "As lições dos fatos", *O Estado de S. Paulo*, 06 de março de 1964, p.3, editorial.
[379] Idem.

comprometeria a estabilidade nacional. Assim, o jornal legitima a ideia de uma intervenção militar como única solução viável para conter a crise.

Em 10 de março, no editorial "Cobertura para a ilegalidade"[380], o jornal acusa Goulart de violar leis do antigo Distrito Federal ao realizar o comício em um local proibido, além de instrumentalizar as Forças Armadas para legitimar a manifestação.

> Não se trata apenas de promover a assinatura do decreto da SUPRA em praça pública, dando foros de lei a um ato de implicações históricas que as hostes **comuno-nacionalistas** se preparam para interpretar como mero prelúdio ao assalto de poder. [...] Tal como em agosto, os exploradores comunistas novamente marcaram o comício para um local onde essas manifestações são proibidas por lei. [...] Agora sobre a Praça Cristiano Ottoni, ambos os lugares apresentando um fator em comum: o de serem locais de concentração popular e de passagem obrigatória de milhares de pessoas que não têm obrigação de participar de um comício. [...] E, exatamente como há sete meses, o Exército é chamado a garantir com suas armas de defesa nacional um ato ilegal promovido pelos agentes de uma potência estrangeira infiltrada **no comuno-nacionalismo[381].**

O texto descreve o evento como parte de um plano comunista, apoiado por uma "potência estrangeira infiltrada no comuno-nacionalismo". Essa narrativa sugere que o comício, além de ser um ataque ao Congresso, simboliza uma ruptura com alianças tradicionais do Brasil no contexto internacional, aproximando o país do socialismo. Assim, o *Estadão* associa a política interna de reformas à desestabilização das relações externas, reforçando o discurso anticomunista que permeia a cobertura não só deste evento, mas do governo como um todo.

No dia 13 de março, o editorial "O Presidente fora da lei"[382] intensifica as críticas ao comício, acusando Goulart de promover um "governo de decretos-leis" e de usar o evento para deslegitimar o Congresso. A assinatura do decreto da SUPRA é apresentada como o início de uma "nova era" marcada pela intervenção direta no poder legislativo.

> Todo o País aguarda, com ansiosa apreensão, o desenrolar dos acontecimentos que estão marcados para hoje, por ordem do Presidente da República, no Estado da Guanabara. [...] Tudo na atitude do Presidente da República denuncia que, fora da lei que S. Exa. pretende agir, numa demonstração de que não reconhece limites às suas fantasias. [...] Depois dessa preliminar, teremos imediatamente a seguir o fato capital do dia [...] A SUPRA tornar-se-á um fato, e à sua promulgação em praça pública pretende o Presidente da República conferir as honras do começo de uma nova era, de uma era em que S. Exa. passará a governar à revelia do Congresso e à força de decretos-leis. [...] É também o momento de as Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ante a sistemática destruição do regime pelo Sr. João Goulart, apoiando-se nos comunistas[383].

[380] "Cobertura para a ilegalidade", *O Estado de S. Paulo,* 10 de março de 1964, p.3, editorial.
[381] Idem.
[382] "O Presidente fora da lei", *O Estado de S. Paulo,* 13 de março de 1964, p.3, editorial.
[383] Idem.

O editorial evidencia a crescente tensão política ao retratar João Goulart como um líder autoritário que estaria ultrapassando os limites constitucionais para implementar suas políticas. Ao conclamar as Forças Armadas a definirem sua posição, o texto legitima o discurso de ruptura institucional como resposta à "ameaça comunista" e à suposta destruição do regime democrático. Em "João Goulart, professor de ciências políticas"[384], o jornal ironiza a definição de soberania apresentada pelo Presidente na Escola Superior de Guerra, que defendia uma visão ampliada envolvendo justiça social e desenvolvimento econômico.

> Não se pode deixar de admirar a audácia do Sr. João Goulart, que, apesar da sua reduzida bagagem cultural, compareceu, no afã de exibir-se como líder intelectual à Nação, à Escola Superior de Guerra para ministrar uma aula inaugural. [...] Todavia, ao resolver ministrar uma aula sobre o sentido moderno de soberania, parecia mentir vagamente a surpresa que sua ambição intelectual causou entre seus ouvintes. [...] Viveríamos, pensalmente, um estado paradisíaco, se a soberania territorial das nações não fosse mais ameaçada por nenhuma espécie de agressão estrangeira e se a plena realização de soberania nacional fosse condicionada única e exclusivamente pelo desenvolvimento das riquezas econômicas e das potencialidades produtivas das nações, conforme o Sr. João Goulart afirmou.

E concluem, destacando a política externa brasileira em vigor no período:

> O Sr. João Goulart fez questão de salientar que 'o Brasil se tornou nos últimos anos uma das nações mais representativas da chamada política de coexistência pacífica.' [...] A 'política de coexistência' é de timbre soviético. [...] A soberania é, assim, a possibilidade de viver em determinado território, de utilizar em proveito do nosso povo as riquezas, de proteger o trabalho nacional, de gerar nele novas riquezas, de adotar e manter um regime da livre escolha popular. [...] Se aceitarmos essa nova e bela definição, teremos que reconhecer que é o próprio governo do Sr. João Goulart que está destruindo a soberania nacional do País.

O *Estadão* interpreta essa posição como uma ameaça à soberania nacional, sugerindo que a política externa de Goulart, ao adotar conceitos como "coexistência pacífica", estaria alinhada aos interesses soviéticos. Assim, a crítica ao comício é ampliada para questionar o papel de Goulart no cenário internacional, destacando diretamente a desconfiança em relação à sua condução das relações externas. Por fim, também podemos destacar que a ironia utilizada para desqualificar João Goulart como intelectual e estadista, apresentando sua visão ampliada de soberania como ingênua e desconectada da realidade.

O *Última Hora* destacou o discurso de João Goulart na Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, como **uma manifestação histórica** de apoio às reformas de base e à política externa independente do governo. Na edição de 14 de março, o jornal publicou em destaque na capa que o comício foi a maior manifestação popular já realizada no Brasil até então, sublinhando a conexão entre o Presidente e os trabalhadores. A matéria intitulada

[384] "João Goulart, professor de ciências políticas", *O Estado de S. Paulo*, 13 de março de 1964, p.3, editorial.

“Comício das Reformas Leva à Central Milhares de Pessoas”[385] enfatizou os decretos assinados por Goulart, como o da SUPRA e avanços concretos no caminho da reforma agrária. O uso de expressões como "passo seguro para a reforma agrária" e outras que referenciavam as milhares de pessoas presentes dando a ideia de "apoio irrestrito das massas", evidencia uma estratégia discursiva que buscava legitimar o evento como parte de um projeto democrático de transformação social.

A edição de 17 de março reforçou essa narrativa ao publicar textos como “Oposição Desesperada: Derrubar João Goulart Antes da Reforma”[386], que denunciava os ataques de opositores, referindo-se a eles como “frenética agitação golpista” liderada por Carlos Lacerda e que “derrubar Jango” era a missão deste grupo. Também neste mesmo dia, a edição contou com um editorial em sua capa[387], que defende João Goulart ao desconstruir a narrativa de "pânico" propagada por setores conservadores e parte da imprensa. O texto afirma que a tensão política não atinge as classes trabalhadoras ou as Forças Armadas, mas sim uma elite econômica representada por especuladores, opositores políticos e organizações como o IBAD, interessadas em preservar privilégios.

> Quem está em pânico é uma ínfima parcela da população, ínfima, mas poderosa, e que, pelos seus imensos recursos de divulgação e pressão, procura, como o sapo da fábula, parecer elefante, representando todo o País. [...] O povo que vive do seu trabalho não está em pânico. As classes trabalhadoras não estão em pânico. [...] Felizmente o Governo Goulart e as bases políticas, populares, militares e sindicais que o apoiam já estão suficientemente amadurecidos para não se deixarem contaminar pelo pânico de minoritários marginais. [...] Quem está em pânico? É Lacerda, é Ademar, que veem seu plano de subversão a custo da miséria inflacionária explodir como o já referido sapo da fábula. [...] As Forças Armadas estão tranquilas, nos seus quartéis, inquebrantavelmente unidas em torno da evolução do País das reformas, da justiça social. Estiveram junto com o povo no Comício; e o povo as aplaudiu[388].

A narrativa constrói um contraste claro: de um lado, as massas populares e o governo reformista comprometido com justiça social e progresso; de outro, a elite, descrita como conspiradora e antidemocrática. A crítica aos adversários, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, é direta, acusando-os de desestabilizar o país com ações egoístas e manipuladoras. O texto também exalta a maturidade e equilíbrio de Goulart, reforçada pela citação de sua mensagem ao Congresso, que apela à união nacional e à preservação da ordem democrática como pilares de um futuro pacífico.

---

[385] “Comício das Reformas Leva à Central Milhares de Pessoas”, *Última Hora*, 14 de março de 1964, p.2, notícia.
[386] “Oposição Desesperada: Derrubar João Goulart Antes da Reforma”, *Última Hora*, 17 de março de 1964, p.2, notícia.
[387] “O Pânico e a mensagem” *Última Hora*, 17 de março de 1964, capa, editorial.
[388] Idem.

Além disso, a edição de 19 de março incluiu a mensagem de Goulart, que analisaremos a frente, destacando a importância das reformas para consolidar um Brasil livre e independente. O discurso foi analisado como parte de um esforço articulado para alinhar as políticas internas e externas, fortalecendo a imagem do Brasil como um país soberano que busca construir uma democracia que represente todos os seus cidadãos. O jornal *Última Hora* utilizou essas publicações para criar uma narrativa otimista e de resistência democrática, reforçando o papel das reformas e da política externa independente como instrumentos para alcançar justiça social e a soberania brasileira.

O *Jornal do Brasil*, em seu editorial que ocupou toda a centralidade da página, de cima a baixo, após o Comício, utiliza uma retórica alarmista e polarizadora para desqualificar o comício liderado por João Goulart e Leonel Brizola, descrevendo-os como figuras antidemocráticas e "inelegíveis"[389]. O texto constrói uma narrativa de ameaça à Constituição e à democracia representativa, sugerindo que as ações de Goulart e Brizola seriam um ataque direto às instituições.

> Foi comício de dois políticos inelegíveis, destinado a atirar o povo contra a Constituição, destinado a compor movimento de vias fora da normalidade. [...] O Presidente da República fez ontem um pré-comício de sua tentativa de permanência no poder, assumindo todos os riscos do desgaste, atos e palavras demagógicas, de solidariedades provocativas com inimigos ostensivos do Congresso e da Constituição. [...] **Estarão no futuro, no largo da crise, para cada um puxar um para o outro, sobre o cadáver da democracia representativa.** [...] O deputado Leonel Brizola vai à frente do Presidente em seus arroubos mais radicais. [...] É missão das Forças Armadas dar cobertura e proteção à pregação revolucionária do deputado Leonel Brizola? [...] Dois políticos que não podem candidatar-se à Presidência da República, sob a atual Constituição[390].

A metáfora do "cadáver da democracia" é emblemática, pois associa os líderes a um projeto de destruição do regime vigente. O texto critica também a relação entre o governo e as Forças Armadas, questionando sua participação em eventos considerados "subversivos". Essa abordagem legitima a ideia de que as Forças Armadas deveriam intervir para preservar a ordem constitucional. Por fim, o editorial conclama uma união das forças políticas legítimas contra Goulart e Brizola, enfatizando a necessidade de uma "frente institucional" para garantir a continuidade do processo democrático, o que, na prática, funciona como um apelo por uma solução que culminaria no golpe de 1964.

A edição de 18 de março trouxe uma crítica contundente ao comício e ao governo de João Goulart, retratando o evento como um marco da radicalização política e do abuso de poder[391].

---

[389] "Os inelegíveis", *Jornal do Brasil*, 14 de março de 1964, p.6, editorial.
[390] Idem. Grifos meus.
[391] "Assalto ao regime", *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1964, p.6, editorial.

O *Jornal do Brasil* destacou como as ações do Presidente, apresentadas como parte de um programa reformista, ameaçavam a democracia representativa e alimentavam uma atmosfera de instabilidade interna. O editorial associava a mobilização popular ao fortalecimento de forças subversivas e alertava para os riscos de que o Brasil fosse visto internacionalmente como um país em crise institucional e alinhado ideologicamente ao socialismo, com seu discurso se aproximando cada vez mais do discurso do *Estadão*.

> Do palanque da praça, blindado sob a proteção sindical e militar, o Presidente da República decidiu abrir as comportas do poder arbitrário, contra a autoridade orgânica das instituições. **Essa orgia de arbítrio** inunda agora todos os setores da vida nacional. [...] Somos hoje uma Nação de perplexos e só a custo nos convencemos de que não caiu sobre nós um manto surrealista. Mas é o próprio Governo quem se encarrega de comprovar, a cada passo, que estamos diante de uma situação real, e que essa realidade não poderia ser mais desalentadora. [...] Essa atmosfera dramática, engendrada artificialmente pelo poder desbordado do Presidente da República, paralisa as atividades vitais do País. [...] Naquele caso, consideramos a autoridade legítima que se excedia na sua esfera de competência, a ponto de pretender substituir os fundamentos da democracia representativa pela **farsa bonapartista** da solução plebiscitária. [...] Nutre-o de substância política e audácia subversiva o próprio Presidente da República, ao transferir para a entidade clandestina todo o papel que estaria reservado legitimamente ao partido que chefia, o PTB. [...] Essas resistências poderão restabelecer o equilíbrio democrático, ferido por tantos atos de violência. Para isso, a palavra de ordem terá que ser não capitular[392].

O editorial intensifica a crítica ao governo de João Goulart ao associar seu discurso e suas ações a uma ruptura institucional iminente, caracterizada como arbitrária e desestabilizadora. A retórica alarmista reforça a ideia de que a radicalização política promovida pelo comício e as medidas governamentais colocavam em risco tanto a democracia interna quanto a credibilidade do Brasil no cenário internacional. O *Jornal do Brasil*, ao apontar a mobilização popular como ferramenta de um projeto autoritário, reforça a necessidade de resistências democráticas para conter o que descreve como um governo cada vez mais distante das normas constitucionais.

A reação de *O Estado de S. Paulo* ao discurso de João Goulart foi marcada pela tradicional postura crítica e alarmista que temos visualizado ao longo das análises dos editoriais nesta tese, utilizando o evento como prova de que o governo estava conduzindo o Brasil à instabilidade política e econômica. Na edição de 14 de março, o jornal publicou uma análise intitulada "O comício"[393], que descreveu o comício realizado por João Goulart na Praça Cristiano Ottoni como um marco de ruptura com a ordem democrática. O texto apresenta o evento como evidência de que o Brasil já vivia sob um "regime pré-totalitário", acusando o Presidente de incitar a subversão e utilizar as reformas como pretexto para implantar uma ditadura.

[392] Idem, grifos meus.
[393] "O comício", *O Estado de S. Paulo,* 14 de março de 1964, p.3, editorial.

A crítica enfatiza a suposta ameaça de Goulart à Constituição, retratando seus decretos – como o da SUPRA – como instrumentos de espoliação e desrespeito à propriedade privada. O uso das Forças Armadas para garantir a execução das reformas é interpretado como um indicativo da militarização do poder em prol de um projeto autoritário. Por fim, o texto destaca o "não comparecimento do povo" como uma mensagem de resistência democrática e um sinal de rejeição ao que o jornal descreve como o esboço de uma ditadura. Essa narrativa reflete a postura do *Estadão* em legitimar a oposição ao governo e preparar terreno para a ruptura institucional que ocorreria pouco depois.

> **O País estava já vivendo em regime pré-totalitário**. O comício de ontem, na Guanabara, veio confirmá-lo. [...] Depois do que se passou na Praça Cristiano Ottoni, depois de tudo o que ali foi dito, depois da leitura dos decretos presidenciais que violam frontalmente a lei, **não se pode mais falar em legalidade democrática como coisa existente.** [...] Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo**, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato.** [...] Esse fim colimado, essa meta que perseguem com igual ardor é a supressão do regime constitucional, a abolição da Lei Magna da República. [...] Sob a bandeira das reformas, as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do País, sob a proteção dos tanques e das metralhadoras, com as Forças Armadas transformadas em instrumento do poder ditatorial. [...] **Os fatos são tão claros na sua dramaticidade, tão sombrios na perspectiva que deles decorrem, que a ninguém mais é lícito duvidar da lucidez e do patriotismo daqueles que, em luta constante e desesperada, vêm chamando a atenção da nacionalidade para os perigos que a ameaçam.** [...] O não comparecimento do povo à concentração [...] foi um grande significado para todos os democratas brasileiros e uma séria advertência à ditadura que se esboça[394].

O uso da expressão "sob a bandeira das reformas, as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do País" sugere um paralelo entre o discurso interno e as estratégias diplomáticas de Goulart, como a defesa da coexistência pacífica e a aproximação com países socialistas. Essa visão amplificava a narrativa de que as reformas não eram apenas questões internas, mas parte de um movimento mais amplo que desafiava o modelo econômico e político capitalista. Nesse sentido, o editorial reforça a ideia de que as ações de Goulart não apenas ameaçavam a ordem constitucional interna, mas também comprometiam a soberania e a estabilidade do Brasil no sistema internacional, ao distanciar o país de seus aliados tradicionais e fortalecer as suspeitas de alinhamento com o bloco socialista.

Os editoriais "O caudilho, o Congresso e a Nação"[395] e "Os EUA e a América Latina"[396], publicados pelo Estadão em 18 de março, reforçam o discurso anticomunista e a oposição ao governo de João Goulart, conectando a política interna e externa em uma narrativa que retrata

[394] Idem, grifos meus.
[395] "O caudilho, o Congresso e a Nação", *O Estado de S. Paulo,* 18 de março de 1964, p.3, editorial.
[396] "Os EUA e a América Latina", *O Estado de S. Paulo,* 18 de março de 1964, p.3, editorial.

o Presidente como uma ameaça à democracia e à estabilidade regional. No primeiro editorial mencionado, Goulart é descrito como um "caudilho" que utiliza as reformas de base e o plebiscito como instrumentos para consolidar um regime autoritário, com frases como "O Sr. João Goulart enfeixaria, desse modo, em suas mãos todos os poderes essenciais, sem assumir as responsabilidades que costumam recair sobre uma ditadura pura e simples.". Essa crítica reflete a visão de que as reformas, em vez de fortalecerem a democracia, estavam sendo manipuladas para centralizar poder.

O *Estadão* sugere que Goulart estaria buscando um modelo de "cesarismo", caracterizado pelo "colóquio direto, sob a forma plebiscitária, entre a massa popular e o chefe do governo." Essa estratégia é interpretada como um desrespeito ao Congresso e um passo em direção à supressão da Constituição. A narrativa do jornal se intensifica ao acusar o Presidente de usar o CGT como ferramenta para pressionar o Legislativo, afirmando: "O CGT já saiu a campo, ele que até agora se caracteriza por organização clandestina, para lançar ao Legislativo um ultimato: ou cede, no prazo de trinta dias, às imposições do Palácio da Alvorada, ou ter-se-á de braços com a paralisação total do trabalho em todo o território nacional.".

No plano externo, o editorial *"Os EUA e a América Latina"* amplia a crítica ao associar as ações do governo brasileiro à instabilidade regional e à ameaça comunista. O texto aborda os desafios da Aliança para o Progresso, descrevendo-a como uma iniciativa que não seria capaz de conter o avanço do totalitarismo na América Latina. O *Estadão* ressalta que "a potência responsável pela causa da liberdade do mundo não comunista tem mostrado maior interesse em não permitir que o Vietnã do Sul se perca para a democracia do que em impedir que este continente se vá passando, quase imperceptivelmente, para o lado totalitário.".

O jornal acusa diretamente o governo brasileiro de ser cúmplice dos desígnios comunistas, afirmando: "Governos cúmplices dos desígnios comunistas, como o atual governo brasileiro, aplicam exatamente tal política e desenvolvem a demagogia correspondente.". Nesse sentido, as reformas de Goulart são interpretadas como um instrumento para criar instabilidade econômica e política: "Pregando as 'reformas' de tipo comunista, cria-se, ao mesmo tempo, instabilidade econômica que abala a autoridade política do governo [...] a instabilidade que, para ele, se transforma em um argumento para encaminhar o país para a 'estabilidade' dos regimes comunistas totalitários.".

Esses dois editoriais exemplificam como o *Estadão* articulava sua oposição ao governo de Goulart, utilizando o discurso anticomunista para deslegitimar tanto suas políticas internas quanto sua condução da política externa. A conexão entre as reformas de base e o avanço do

socialismo na América Latina reflete o temor de que o Brasil estivesse abandonando os valores democráticos e se alinhando ao bloco socialista, um tema central nas críticas da imprensa oposicionista ao governo.

Na edição de 19 de março, o *Estadão* reforçou sua oposição ao governo, acusando João Goulart de liderar um movimento autoritário disfarçado de luta por reformas estruturais. O jornal destacou que o discurso de Goulart na Central do Brasil apresentava as ruas e praças como o novo palco da política, em detrimento dos parlamentos e gabinetes, o que foi interpretado como um desvirtuamento das instituições democráticas. A publicação relacionou o projeto de Goulart a regimes autoritários da América Latina, como o peronismo na Argentina, e criticou o governo por tentar impor reformas radicais que colocariam em risco o Direito Constitucional e a ordem representativa.

O estudo do discurso jornalístico dos periódicos da grande imprensa aqui em análise, sobre o comício de João Goulart na Central do Brasil em março de 1964, destaca o papel crucial da **imprensa como agente político e ideológico**[397] no cenário que antecedeu ao golpe civil-militar. A análise discursiva dos editoriais evidencia como diferentes veículos não apenas interpretaram os eventos de acordo com seus alinhamentos políticos, mas também participaram ativamente na construção de narrativas que delineavam a "opinião pública"[398] e influenciaram os desdobramentos políticos do período.

No caso do *Última Hora,* a defesa enfática das reformas e da Política Externa Independente (PEI) reflete um esforço para **legitimar o governo Goulart** e seu projeto de soberania nacional, conectando demandas internas de justiça social com a busca por uma maior autonomia no cenário internacional. Em contrapartida, o *Estadão* e o *Jornal do Brasil* mobilizaram **discursos anticomunistas e alarmistas** que relacionavam o comício a um suposto **avanço autoritário**, comprometendo tanto a estabilidade institucional quanto as alianças tradicionais do Brasil com o bloco ocidental.

Essa análise discursiva permite revelar como a Política Externa Independente foi instrumentalizada por opositores de João Goulart como prova de um alinhamento ao socialismo

[397] A noção de esfera pública, em "Mudança Estrutural da Esfera Pública" (Habermas, 1984), ajuda a compreender como a mídia age como intermediária entre a sociedade civil e os agentes políticos. Assim como, também, Patrick Champagne em "Formar a Opinião" (1996) descreve como os jornais e outros meios de comunicação atuam como agentes na produção e legitimação de discursos políticos. Por fim, em "Sobre a Televisão" (1997), Bourdieu analisa o papel dos jornalistas e meios de comunicação como agentes que influenciam o campo político e as representações simbólicas.

[398] Para esta tese, é importante destacar que o termo "opinião pública" não se refere à totalidade da população, como frequentemente sugerem os periódicos, mas sim ao público leitor do jornal, ou mais especificamente, à parcela desse público que teria acesso e interesse em ler os editoriais. Isso ocorre porque não é possível determinar com precisão quais páginas seriam efetivamente lidas pelo público geral do jornal.

e de uma ameaça aos interesses econômicos e geopolíticos de elites nacionais e de potências estrangeiras. Ao mesmo tempo, demonstra como a imprensa reforçou a tensão entre a proposta de soberania ampliada de Goulart e as forças conservadoras que viam nas reformas e na PEI uma ruptura com o modelo capitalista liberal predominante.

A análise dos enquadramentos e silêncios da mídia não apenas ilumina as disputas ideológicas do período, mas também oferece uma chave interpretativa essencial para entender como a política externa de Goulart se entrelaçou com os embates internos. No capítulo, destacam-se os silêncios estratégicos dos editoriais analisados, que revelam as lacunas discursivas utilizadas para sustentar narrativas oposicionistas ao governo João Goulart. Entre os principais silêncios, estão a omissão das condições estruturais que justificavam as reformas de base, como a desigualdade econômica e a concentração fundiária – problemas históricos ignorados por jornais como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Da mesma forma, o apoio popular às reformas e ao comício de 13 de março é frequentemente minimizado ou tratado de forma marginal, invisibilizando o protagonismo das massas trabalhadoras.

Outro ponto relevante é a ausência de análise sobre os interesses das elites econômicas e políticas, que resistiam às mudanças propostas para proteger privilégios, enquanto as reformas eram criticadas como "subversivas." Também se destaca o silenciamento em torno da soberania ampliada defendida por Goulart, que incluía justiça social e autonomia econômica como pilares do desenvolvimento nacional, sendo deslegitimada e associada ao socialismo. Narrativas progressistas sobre a Política Externa Independente (PEI) também foram invisibilizadas, ignorando seu esforço para construir alternativas ao alinhamento automático aos Estados Unidos e às assimetrias da Guerra Fria.

A PEI, ao desafiar a lógica da Guerra Fria e ao mesmo tempo propor uma nova posição para o Brasil no sistema internacional, tornou-se um dos alvos centrais das críticas que pavimentaram o caminho para a ruptura institucional de 1964, fossem essas críticas através da imprensa ou de outros órgãos. Esses silêncios, ao construírem com suas narrativas a percepção pública, reforçaram os discursos conservadores e anticomunistas que buscaram deslegitimar tanto as políticas internas quanto externas de Goulart. Assim, a análise discursiva não é apenas uma ferramenta metodológica, mas também um componente indispensável para desvendar as dinâmicas internas e externas que definiram o período.

4.3.1. O Ultimato Reformista: a Mensagem de João Goulart ao Congresso e os Enfrentamentos de 1964

A mensagem enviada pelo Presidente João Goulart ao Congresso Nacional em março de 1964 é um dos marcos mais significativos do período que antecedeu o golpe civil militar, simbolizando o auge das tensões entre as forças progressistas e conservadoras no Brasil[399]. Propondo reformas de base amplas, como a agrária, a política e a extensão do voto a analfabetos, Goulart apresentou ao Legislativo uma plataforma de transformação social que visava corrigir desigualdades históricas e modernizar as estruturas econômicas e políticas do país. Essa iniciativa, no entanto, encontrou forte resistência por parte das elites econômicas e de setores oposicionistas, que a interpretaram como um passo rumo à radicalização política e à aproximação com ideais comunistas. O episódio intensificou o ambiente polarizado da época, expondo não apenas as contradições internas da política nacional, mas também as pressões externas ligadas ao contexto da Guerra Fria e à Política Externa Independente.

A análise da cobertura da mensagem nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* revela diferentes enquadramentos e estratégias discursivas que refletem os interesses e alianças político-ideológicas de cada veículo. Enquanto o *Estadão* se destacou por adotar uma postura de rejeição às propostas de Goulart, reforçando a ideia de ameaça à ordem institucional vista do sub capítulo anterior, o *JB* tentou manter uma postura de equilíbrio, ainda que com ressalvas quanto à viabilidade política das reformas. Já o *UH*, alinhado ao governo, enalteceu a mensagem como um compromisso histórico com as demandas populares e com a soberania nacional. Esses discursos divergentes ilustram como a mídia atuou como um ator político ativo, moldando as percepções públicas sobre o governo de Goulart e seu projeto reformista.

O *Estadão* tratou a mensagem de João Goulart ao Congresso Nacional de forma crítica e combativa, reforçando seu papel de opositor ao governo. Na edição de 15 de março, o editorial principal trata das questões da SUPRA, alegando que é inconstitucional o decreto, mas o texto não está legível. Contudo, ao lado dos editoriais, tem uma matéria sobre a mensagem que iria ao Congresso naquele dia, destacando no título que ela tem caráter de "ultimato"[400]. O texto

[399] Segundo Munteal (2008, p. 7-8), "Após o inflamado comício da Central do Brasil, com as participações ativas de João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Roberto Silveira, Francisco Julião, dentre outros destacados personagens da linha de frente trabalhista e socialista, um outro momento de reflexão do Presidente Jango foi a mensagem do dia 15 de março de 1964 dirigida ao Congresso Nacional. Nela João Goulart combina um repertório de medidas econômicas e iniciativas políticas que poderiam freqüentar qualquer discurso liberal de orientação Keynesianista. No entanto pode-se observar uma diferença substancial na proposta trabalhista da época. O suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, e as disputas internas entre PSD e PTB desgastaram sobremaneira o ex-Presidente que operava com uma persona administrativa/racional, e uma sombra fundada num discurso radicalizado e projetado nos supostos anseios das massas, como se elas soubessem o seu caminho com clareza. Esta tensão fragilizou em larga escala a efetividade das reformas.".

[400] "Terá caráter de ultimato a mensagem ao congresso", *O Estado de S. Paulo*, 15 de março de 1964, p.3, notícia.

retrata o Presidente como responsável por uma crise política iminente, alegando que a alternativa à aceitação de suas propostas seria uma "convulsão sangrenta".

> O comício de ontem, na Guanabara, apesar de seu tom explosivo, foi uma simples componente de importância secundária no processo de aguçamento da crise política. [...] O Sr. João Goulart adverte que a sua aceitação pelo Congresso é 'inadiável', porque a sua alternativa seria a 'convulsão sangrenta' a que o País estaria sendo conduzido pela 'maré montante' do descontentamento popular. [...] Sob a bandeira das reformas, o Sr. Goulart propõe medidas como a eliminação das palavras 'prévia' e 'em dinheiro' das condições para as desapropriações, [...] permitindo, na prática, a espoliação dos proprietários legítimos. [...] O Sr. João Goulart surpreendeu alguns dos seus assessores com o tom razoavelmente respeitoso com que se dirigiu ao Congresso [...] moderando a introdução de sua mensagem como manobra para contornar as possíveis repercussões negativas[401].

Essas citações evidenciam como o *Estadão* utilizava a análise da mensagem de Goulart para sustentar sua narrativa de oposição ao governo, mesmo quando não se tratava de editoriais propriamente dito, mas se relacionava com eles, ocupando espaço na mesma página. Ao retratar o Presidente como um líder que alternava entre tom conciliador e ameaças, e que promovia reformas apresentadas como ataques às bases do regime constitucional, o jornal reforçava a percepção de que Goulart representava uma ameaça à estabilidade política e social do país. Esse enquadramento buscava legitimar a resistência a seu governo, contribuindo para a construção de um ambiente propício à ruptura institucional.

A política externa era colocada como prova dessa inclinação subversiva que o periódico costumava mencionar, com a PEI sendo apresentada como uma estratégia que fragilizava as alianças com as democracias ocidentais e abria espaço para influências do bloco socialista. Em termos discursivos, o jornal utilizava a técnica de silenciamento seletivo para minimizar o aspecto social das reformas, focando em argumentos sobre supostos riscos econômicos e institucionais. Esse era um enquadramento típico de quando se buscava associar a figura de Goulart à instabilidade, tanto no plano interno quanto no externo.

O editorial "O panorama político brasileiro"[402], o jornal reforça a retórica anticomunista, vinculando Goulart a movimentos como o CGT e a UNE, descritos como ameaças à democracia representativa. Ao mesmo tempo, o texto silencia sobre questões estruturais que justificavam as reformas, como a desigualdade econômica e a concentração fundiária, ignorando também o apoio popular às iniciativas do governo. Essa narrativa anticomunista se conecta à crítica à PEI, apresentada como uma política que desalinhava o Brasil do bloco ocidental e abria espaço para influências do socialismo. Dessa forma, o *Estadão* não apenas deslegitimava a política interna

[401] Idem.
[402] "O panorama político brasileiro", *O Estado de S. Paulo*, 22 de março de 1964, p.3, editorial.

de reformas, mas também reforçava a ideia de que a PEI representava um desvio dos modelos econômicos e políticos tradicionais. Ao omitir os méritos das propostas de Goulart, o jornal legitimava sua oposição e contribuía para pavimentar o caminho para o golpe de 1964.

> Os mais exaltados, aqueles que no dia 13 foram as vedetes da concentração popular da Guanabara, passam a ser exatamente os intérpretes da dúvida que se apoderou das forças aglomeradas em torno do sr. João Goulart após a esmagadora manifestação verificada em São Paulo na passada quinta-feira. [...] A verdade é que caminhamos vertiginosamente para o desfecho da situação criada pelo Presidente da República, mas não pelo processo montado e desencadeado por s. exa., e sim em decorrência da completa inépcia com que se vem conduzindo à frente dos negócios públicos desde o dia em que, ante a covarde defecção do sr. Jânio Quadros, assumiu a chefia do Executivo. [...] E não nos esqueçamos de que jamais rompeu o sr. João Goulart com o sr. Brizola. O que tem havido entre eles é apenas consequência da cautela com que o Presidente atua, desde o golpe que nos levou à emenda constitucional parlamentarista. [...] A liberdade de imprensa, como todos sabem, é sinônimo de governo constitucional[403].

Além disso, o editorial reforça a retórica anticomunista ao associar Goulart a movimentos e organizações descritos como ameaças ao regime constitucional. Essa crítica implícita se conecta à Política Externa Independente (PEI), que também era alvo de desconfiança pelo dito desalinhamento do Brasil do bloco ocidental. Ao silenciar sobre os esforços da PEI para ampliar a autonomia econômica e diplomática do país, o jornal legitima um discurso conservador que priorizava a estabilidade institucional vinculada ao alinhamento com os Estados Unidos. Esses silêncios revelam como o *Estadão* moldava sua narrativa para deslegitimar o governo, construindo uma oposição não apenas às reformas internas, mas também à política externa de Goulart. A omissão de questões estruturais e a ênfase em críticas seletivas reforçam a ideia de que tanto a agenda reformista quanto a PEI representavam desvios de um modelo político e econômico tradicional, defendido pelo periódico paulista.

Por fim, análise do editorial e da matéria sobre a mensagem de João Goulart ao Congresso evidencia a estratégia discursiva do *Estadão* em reforçar uma narrativa de instabilidade política e ameaça institucional. Ao caracterizar as reformas como "espoliação" e a mensagem como um "ultimato", o jornal posiciona o Presidente como um líder incapaz e autoritário, ignorando os fundamentos sociais e estruturais que embasavam as propostas de Goulart. Além disso, a crítica à Política Externa Independente, embora implícita, reflete o alinhamento do jornal com interesses conservadores que priorizavam o vínculo com os Estados Unidos e rejeitavam qualquer abertura ao bloco socialista. Esse enquadramento seletivo, ao silenciar sobre as demandas populares e enfatizar os riscos institucionais, contribuiu para construir uma oposição ideológica às reformas e ao governo.

[403] Idem.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, representava uma oposição moderada, pois evidenciou tanto as dificuldades políticas quanto as oportunidades de transformação que a mensagem ao Congresso representava. Na edição de 16 de março, o editorial "Resposta ao Desafio"[404], do *Jornal do Brasil*, apresenta uma crítica contundente ao governo de João Goulart, mas com uma abordagem distinta de outros veículos mais abertamente alinhados ao anticomunismo. Embora reconheça a necessidade de reformas, o texto adota um tom que busca deslegitimar a condução de Goulart ao associá-lo a uma "campanha política subversiva e personalista". O Presidente é retratado como um líder que rompe com a "linha da legalidade", utilizando o discurso reformista como pretexto para implantar um projeto autoritário. Essa abordagem sustenta a narrativa de que a crise não é fruto das desigualdades sociais e econômicas, mas de uma suposta manipulação política promovida pelo Executivo.

> Diante do Congresso está plantada a lança do desafio. O Presidente da República plantou-a arriscando-se ao máximo, deixando para trás a linha da legalidade. Essa lança tem inserta no cabo a palavra REFORMAS. Assim, por esta via agressiva, o Presidente da República se apresenta como campeão das reformas. Mas de que reformas? [...] As causas da crise não devem, portanto, ser encontradas na ordem social e econômica. Devem ser e serão encontradas na campanha política subversiva e personalista do Presidente da República contra a ordem vigente. [...] A resposta ao desafio será a obra legislativa-reformista que ajude a elevar o padrão de vida do povo sem estarmos no comunismo ou em regimes paracomunistas. [...] Pela obra legislativa, o Congresso estará forçando o Presidente a retomar o diálogo político com os 'poderes constituídos', sustentados por lei pelas Forças Armadas. [...] O reencontro da política das reformas com a esperança terá de ser obra imediata do Congresso e dos candidatos. Sobre o desespero nada se constrói: apenas se deflagram revoluções, plebiscitos, renúncias, tudo que não é normalmente democrático. [...] Somente assim será possível retomar o fio da esperança e da grandeza, através das reformas do desenvolvimento, sob o amparo do desenvolvimento, porque só este cria riqueza e bem-estar. Sem desenvolvimento o que teremos é a distribuição militarizada da escassez, o socialismo totalitário da miséria[405].

O texto destaca o papel do Congresso como o local legítimo para liderar as reformas necessárias, contrapondo-o à figura de Goulart e à radicalização atribuída ao governo. A ideia de que o desenvolvimento econômico é a única via para garantir riqueza e bem-estar evidencia uma visão conservadora, que rejeita o socialismo como solução e teme a "distribuição militarizada da escassez". Além disso, o editorial enfatiza que o Congresso e os "candidatos" devem resgatar a esperança, evitando "revoluções, plebiscitos e renúncias" – elementos que considera fora da normalidade democrática. Esse enquadramento, portanto, reforça o papel das instituições como antídoto ao que é descrito como uma ameaça à ordem constitucional e ao desenvolvimento.

[404] "Resposta ao Desafio", *Jornal do Brasil*, 15 e 16 de março de 1964, p.6, editorial.
[405] Idem.

A ausência de menções à Política Externa Independente (PEI) pode ser lida como um silenciamento estratégico, considerando que a política de não alinhamento de Goulart dialogava com o discurso de soberania ampliada e de autonomia econômica, temas relevantes no contexto reformista. Ao ignorar essa dimensão, o editorial reforça uma visão reducionista das reformas, limitando-se a criticar sua condução política e insinuando que qualquer esforço fora do modelo tradicional de desenvolvimento capitalista levaria ao "socialismo totalitário da miséria". Dessa forma, o *Jornal do Brasil* utiliza sua crítica para legitimar uma oposição moderada que defende reformas dentro de parâmetros estritamente alinhados aos interesses conservadores.

O *Jornal do Brasil*, em um editorial[406] que ocupou quase toda a página central da edição, apresenta uma crítica contundente à mensagem de João Goulart ao Congresso, descrita como um "ultimato à democracia representativa". A publicação retrata o Presidente como alguém que utiliza a retórica das reformas para justificar uma contestação direta ao Legislativo, negando-lhe seu papel de arbitragem nas questões fundamentais do regime. A mensagem é caracterizada como uma tomada de posição agressiva, marcada por um suposto autoritarismo que, segundo o jornal, busca subverter os mecanismos constitucionais em favor de uma solução plebiscitária. Nesse contexto, as reformas são apresentadas como um pretexto para a implementação de um projeto político personalista, com foco na perpetuação de Goulart no poder, descrita como a "meta que na realidade o Sr. João Goulart busca atingir".

Além disso, o editorial critica a proposta de ampliação do direito ao voto para analfabetos, argumentando que a inclusão deveria ser precedida por alfabetização e capacitação, associando a medida a uma suposta "democracia sindicalista e plebiscitária" que não representaria a mesma base política que elegeu o Congresso vigente. Ao caracterizar a mensagem como uma provocação e apontar para o "arbítrio da exclusividade", o *Jornal do Brasil* não apenas rejeita o conteúdo das propostas, mas também insinua que elas poderiam levar à opressão. Essa análise reflete a preocupação do periódico com a centralização de poder no Executivo e seu impacto sobre as instituições democráticas, reforçando um discurso de alerta contra o que considera os riscos de ruptura institucional promovidos pelo Presidente.

Os editoriais "Reforma Administrativa" e "Linha Democrática" do *Jornal do Brasil* ilustram a complexidade do discurso editorial do periódico, que busca conciliar uma defesa ostensiva da democracia representativa com críticas à condução do governo João Goulart. Em "Reforma Administrativa"[407] publicado em 22 de março, o jornal aborda a modernização do

[406] "Mensagem – ultimato", *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1964, p.6, editorial.
[407] "Reforma Administrativa", *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1964, p.6, editorial.

serviço público como uma reforma prioritária, mas distante do apelo emocional e mobilizador das reformas de base. Apresentada como uma necessidade técnica, a reforma é vista como uma pré-condição para a implementação de outras mudanças estruturais, como a reforma agrária, ressaltando a falta de articulação administrativa do governo. O texto critica o empreguismo e a ausência de concursos públicos, caracterizando a administração pública como ineficiente e politizada. A narrativa também se aprofunda na conexão entre a modernização administrativa e o desenvolvimento econômico, argumentando que a eficiência estatal deve ser equivalente à do setor privado, ao mesmo tempo que este adquire um espírito público, em uma visão idealizada de equilíbrio entre interesses sociais e econômicos.

Já o editorial "Linha Democrática"[408] reforça o compromisso com os valores da democracia representativa ao criticar movimentos que, segundo o jornal, flertam com o autoritarismo e o personalismo. Líderes como Juscelino Kubitschek são exaltados por sua postura conciliatória e por apontarem caminhos para reformas que respeitem o ordenamento jurídico. No entanto, figuras associadas ao brizolismo e correntes "continuístas" no PTB são acusadas de promover um "cesarismo" ou "bonapartismo," apresentados como ameaças à soberania popular e à ordem institucional. O jornal enfatiza a necessidade de preservação das Forças Armadas como defensoras da Constituição e não de interesses de facções ou líderes específicos. Ao mesmo tempo, destaca os pronunciamentos de estados como Minas Gerais e São Paulo como sinais de fortalecimento da linha democrática contra projetos autoritários.

Embora os editoriais reconheçam a necessidade de reformas, silenciam sobre as demandas sociais que sustentam a urgência das mudanças. Ao tratar a reforma administrativa como uma prioridade técnica, o jornal desassocia as reformas da mobilização popular e das críticas ao sistema econômico e social vigente. Além disso, não menciona o papel da Política Externa Independente (PEI) no fortalecimento da soberania nacional, concentrando-se em argumentos internos que reafirmam a estabilidade institucional como condição essencial para o progresso. Essa seleção discursiva reflete uma narrativa que busca legitimar a oposição ao governo de João Goulart e suas políticas reformistas, posicionando-se contra mudanças que desafiavam o modelo político e econômico tradicional defendido pelo *Jornal do Brasil*.

A análise dos editoriais do *Jornal do Brasil* evidencia uma crítica moderada, mas incisiva, à mensagem de João Goulart ao Congresso, caracterizada como um "ultimato à democracia representativa". O jornal questiona o uso das reformas como pretexto para centralizar poder, destacando a necessidade de preservação das instituições e de uma condução política menos

[408] "Linha Democrática", *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1964, p.6, editorial.

personalista. Apesar disso, a publicação reconhece a relevância de algumas reformas estruturais, embora silencie sobre as demandas sociais que justificavam sua urgência. Esse silenciamento se estende à Política Externa Independente (PEI), cuja conexão com a mensagem ao Congresso é ignorada, mesmo quando a soberania ampliada e a busca por autonomia econômica eram elementos centrais do projeto reformista de Goulart. Assim, ao separar as críticas à condução política interna da agenda de inserção internacional do Brasil, o jornal reforça uma narrativa que legitima a oposição às reformas, enquanto obscurece os vínculos entre a política externa e os esforços de modernização estrutural defendidos pelo governo.

A matéria publicada no *Última Hora* sobre a mensagem de João Goulart ao Congresso oferece uma análise detalhada das propostas presidenciais, conectando as reformas internas e a Política Externa Independente (PEI)[409]. No âmbito interno, o Presidente defende a realização de um plebiscito para decidir sobre as reformas de base, incluindo a ampliação do direito ao voto para grupos excluídos. A mensagem sublinha a reforma agrária como prioridade central, apresentada como um instrumento para corrigir o "descompasso histórico" que marginalizou milhões de brasileiros do desenvolvimento nacional. Goulart convoca os "brasileiros lúcidos e progressistas" a se unirem em um esforço coletivo para transformar o Brasil em uma nação moderna e democrática. Esse apelo reflete tanto a urgência das mudanças quanto a tentativa de mobilizar um discurso de solidariedade nacional frente à resistência conservadora no Congresso e na sociedade.

> **A política externa independente do Brasil**, na interpretação e na projeção do exclusivo interesse nacional, não poderia, consequentemente, deixar de prestigiar por todos os meios essa cruzada histórica em prol da **eliminação das desigualdades que violentam o próprio conceito de soberania nacional.** [...] A nação incapaz de repelir as tentativas de tutela que contra ela se armem, e destituída de energia bastante para impedir a alienação do produto do seu trabalho e das suas riquezas naturais, compromete irremediavelmente a sua própria segurança e submete-se a um processo de dominação, em que é sacrificada a liberdade de opção, que deve ser um dos seus apanágios. [...] Nossa política externa se rege pelo esforço de conduzir as nações capitalistas e socialistas, plenamente industrializadas, bem como a ONU e demais organizações internacionais, a assumirem maiores responsabilidades na área do financiamento e da assistência técnica mediante a reestruturação do comércio internacional e a liberação de recursos aplicados na corrida **armamentista para as grandes tarefas da paz e da prosperidade de todos os povos**[410].

Na esfera internacional, Goulart reforça os pilares da PEI, criticando a desigualdade estrutural entre países ricos e pobres e denunciando a deterioração dos termos de troca no comércio global. A matéria destaca a visão do Presidente de que o Brasil, como nação em

[409] "Jango ao Congresso: Plebiscito Para Reformas", *Última Hora*, 16 de março de 1964, p.4, notícia.
[410] Idem. Grifos meus.

desenvolvimento, deve liderar um movimento pela reestruturação do sistema internacional, defendendo melhores condições para exportadores de produtos primários e a redução da dependência econômica. A mensagem enfatiza que a soberania nacional está intrinsicamente ligada à capacidade de repelir tutelas externas e de proteger os recursos e riquezas naturais do país. Ao propor que nações industrializadas, capitalistas e socialistas assumam maiores responsabilidades no financiamento e assistência técnica, Goulart conecta a PEI a um projeto de justiça econômica global e à paz, reforçando seu compromisso com a autonomia brasileira no cenário mundial. A publicação do *Última Hora* legitima a visão de Goulart, alinhando a narrativa das reformas internas e externas a um projeto coerente de emancipação e soberania.

O *Última Hora*, na edição de 20 de março de 1964, publicou uma matéria em que João Goulart refuta acusações de golpismo e continuísmo enquanto reafirma seu compromisso com as reformas estruturais e o respeito à democracia[411]. Goulart responsabiliza o Congresso pela condução das mudanças, destacando que sua recusa em atender às demandas populares significaria assumir o peso histórico das consequências sociais da omissão. Ele afirma: "Que o Congresso dê as reformas que a imensa maioria da Nação reclama. E, se não o fizer, que assuma ele e só ele as responsabilidades históricas dessa recusa." Além disso, conforme destaca o periódico, o Presidente denuncia a atuação de grupos de extrema direita que, segundo ele, organizavam reações violentas para defender interesses elitistas. Essa "reação em cadeia" revela a disposição de setores conservadores de impedir as reformas a qualquer custo, apontando também para a crescente ameaça de violência política no país.

O texto articula a mensagem de Goulart à defesa de um pacto nacional para evitar um "choque" institucional, afirmando: "Se o clima de violência em que o País está sendo mergulhado não for controlado em tempo, então, só mesmo o histórico gênio de compromisso que o povo brasileiro sempre evitou nas suas crises políticas poderá evitar um choque, cujo alcance é impossível prever." Embora a matéria não mencione diretamente a Política Externa Independente (PEI), é possível estabelecer conexões com o discurso reformista do governo. Assim como a PEI buscava enfrentar desigualdades no cenário internacional, a agenda de reformas internas desafiava a ordem econômica e política tradicional, enfrentando resistências de elites que viam nas mudanças uma ameaça ao status quo. O *Última Hora*, ao publicar essa matéria, reforça a narrativa de que o projeto de Goulart era legítimo e necessário, mas enfrentava uma oposição feroz e organizada.

[411] "Jango: - Nada de Golpes e de Continuísmo", *Última Hora*, 20 de março de 1964, p.4, notícia.

Portanto, a análise das matérias publicadas pelo *Última Hora* evidencia como o jornal articulava o discurso de João Goulart em defesa das reformas estruturais e da Política Externa Independente (PEI), apresentando-os como partes de um projeto integrado de soberania nacional e justiça social. No plano interno, a mensagem ao Congresso destacava a centralidade das reformas, como a agrária, na superação de desigualdades históricas e na mobilização popular para a transformação de uma sociedade arcaica em uma nação moderna e democrática. No plano externo, a PEI consolidava a narrativa de autonomia ao denunciar a exploração dos países em desenvolvimento no sistema internacional e propor um esforço coletivo por justiça econômica global. O *Última Hora*, ao legitimar essas iniciativas, contribuiu para conectar as reformas internas e a PEI em um discurso de resistência às elites conservadoras e ao modelo econômico e político tradicional, reforçando a visão de Goulart como um líder comprometido com mudanças estruturais e com a defesa da soberania brasileira.

A análise das mensagens de João Goulart ao Congresso, conforme explorado nas edições dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, revela como os debates sobre as reformas internas e a Política Externa Independente (PEI) se entrelaçaram em um momento de extrema polarização política no Brasil. Enquanto o *Estadão* e o *JB* utilizaram narrativas que questionavam tanto a condução das reformas quanto a legitimidade da mensagem presidencial, reforçando o discurso de ameaça à ordem institucional e ao modelo político tradicional, o *Última Hora* se posicionou como defensor de Goulart, legitimando seu projeto reformista como uma resposta necessária às desigualdades históricas e como uma afirmação da soberania nacional.

Esse panorama reforça o papel central da mensagem ao Congresso como uma arena discursiva onde convergiram as tensões internas, marcadas por resistências conservadoras às mudanças estruturais, e os desafios externos, expressos na tentativa de reconfigurar a posição do Brasil no cenário internacional por meio da PEI. A cobertura da imprensa, ao refletir e amplificar interesses distintos, não apenas construiu a percepção pública de seus leitores sobre a mensagem de Goulart, mas também contribuiu para pavimentar o caminho para a ruptura institucional de 1964, reforçando antagonismos que inviabilizaram uma articulação política mais ampla em torno das reformas e da autonomia nacional.

Este capítulo analisou as intersecções entre política externa e política interna do Brasil durante os anos de 1961 a 1964, destacando como os discursos presidenciais, as reações da

mídia e os projetos governamentais, como o Plano Trienal, foram centrais para moldar o imaginário político e as tensões ideológicas que culminariam no golpe de 1964. O estudo das mensagens de Jânio Quadros e João Goulart ao Congresso, do lançamento do Plano Trienal e do comício na Central do Brasil revelou um panorama em que política externa, soberania econômica e disputas ideológicas se entrelaçaram profundamente. Os subcapítulos evidenciaram que a Política Externa Independente (PEI) tornou-se um catalisador de discursos polarizadores. A imprensa, que comumente destaca que se atem apenas aos fatos, desempenhou papel ativo na construção de narrativas em seus editoriais. O *Última Hora* alinhou-se a uma defesa enfática da soberania e do nacionalismo progressista, celebrando a PEI como instrumento de autodeterminação e justiça social. Já o *Jornal do Brasil* adotou um tom técnico e equilibrado, reconhecendo méritos e desafios, enquanto o *Estado de S. Paulo* destacou sua oposição ao governo, recorrendo ao discurso anticomunista para deslegitimar a diversificação diplomática e as reformas propostas.

Esses eventos destacam a importância da PEI e de projetos como o Plano Trienal não apenas como políticas públicas, mas também como ferramentas de disputas ideológicas e simbólicas. A PEI foi representada pelo *Última Hora* como um esforço legítimo de afirmação da soberania nacional e de diversificação das relações internacionais, enquanto o *Estado de S. Paulo* a considerava uma ameaça à ordem interamericana. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, oscilava entre críticas técnicas e reconhecimento de avanços estratégicos, evidenciando a complexidade do contexto, mas cada vez aproximando mais o seu discurso do discurso do *OESP*. Ao longo do capítulo, ficou claro que a PEI e seus desdobramentos econômicos e sociais não foram debatidos apenas como estratégias de reposicionamento internacional ou de enfrentamento das crises econômicas internas, foram também instrumentos retóricos para mobilizar apoio, resistências e construir bases ideológicas para disputas de poder. A análise discursiva permitiu compreender como as narrativas jornalísticas não apenas refletiam os alinhamentos políticos de cada periódico, mas também funcionavam como palco para a construção de sentidos e de mobilização social.

Por fim, a relação entre política externa e interna no período revelou-se inseparável. A política externa de Jânio Quadros e João Goulart, seja pela mensagem ao Congresso em 1961, seja pelos debates em torno do Plano Trienal, foi simultaneamente uma ferramenta de afirmação soberana e uma fonte de polarização. Esse processo não apenas moldou a percepção pública sobre os governos de Quadros e Goulart, mas também contribuiu para o clima de instabilidade que antecedeu o golpe de 1964. Assim, este capítulo reforça a relevância de compreender a

política externa como um elemento central na análise das disputas políticas internas e das tensões que marcaram o Brasil em um dos períodos mais turbulentos de sua história.

5. ENTRE MANCHETES E EDITORIAIS: A PEI NAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS E A RECONFIGURAÇÃO DO BRASIL NA GUERRA FRIA

Este capítulo explora, por meio da análise de discurso, quatro momentos centrais da Política Externa Independente (PEI) e seus desdobramentos na imprensa brasileira durante o início da década de 1960: a visita do emissário norte-americano Adolf Berle, a condecoração de Ernesto "Che" Guevara pela Ordem do Cruzeiro do Sul, o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, e as ressonâncias do Tratado de Moscou. Esses episódios foram selecionados por ilustrarem tanto a complexidade de reposicionar o Brasil no sistema internacional em um contexto polarizado pela Guerra Fria, quanto a maneira como a mídia contribuiu para construir narrativas sobre a política externa nacional, com base nas suas atuações.

O primeiro subcapítulo analisa a visita de Adolf Berle, destacando como os discursos midiáticos oscilaram entre a crítica à ingerência norte-americana e o questionamento da eficácia da PEI, refletindo tensões internas e internacionais. A condecoração de Ernesto "Che" Guevara, discutida no segundo subcapítulo, expõe o papel da imprensa na polarização ideológica, ao construir sentidos que ora exaltavam a autonomia diplomática brasileira, ora reforçavam o temor de aproximação com o comunismo. O terceiro subcapítulo, dedicado ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, examina como os jornais configuraram suas narrativas em torno de temáticas como soberania, alinhamento ideológico e riscos à estabilidade política interna. Por fim, o subcapítulo sobre o Tratado de Moscou analisa como as ressonâncias do acordo de desarmamento nuclear foram apropriadas pelos veículos jornalísticos para construir interpretações sobre o papel do Brasil na Guerra Fria e seus desdobramentos internos.

A análise de discurso das coberturas de *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* permite identificar padrões recorrentes e estratégias narrativas específicas. Por exemplo, enquanto *O Estado de S. Paulo* reforçou uma retórica conservadora e anticomunista, utilizando-se frequentemente de um discurso alarmista, o *Jornal do Brasil* demonstrou momentos de crítica contundente, mas em geral manteve a narrativa de uma abordagem mais pragmática, equilibrando reconhecimento de avanços diplomáticos com críticas às ambiguidades internas da PEI. Já o *Última Hora*, alinhado ao governo João Goulart, construiu narrativas que celebravam a autonomia diplomática e os ganhos econômicos, enquanto minimizava ou silenciava os desafios associados à política externa.

Por meio de escolhas linguísticas, silêncios estratégicos e recursos retóricos, os jornais analisados não apenas refletiram as disputas ideológicas do período, mas desempenharam um

papel ativo na construção de sentidos sobre a política externa brasileira, influenciando a percepção pública e moldando os debates políticos. Este capítulo busca, portanto, evidenciar como os discursos jornalísticos, ao dialogarem com os contextos nacionais e internacionais, contribuíram para consolidar narrativas que ressoaram muito além das páginas dos periódicos, moldando a própria compreensão histórica da PEI.

5.1. BRAZIL, UNCLE SAM WANTS YOU!

O presente subcapítulo tem como objetivo examinar como os jornais *Estadão, Jornal do Brasil* e *Última Hora*, entre fevereiro e março de 1961, abordaram as questões relacionadas a política externa brasileira, no contexto da visita do emissário norte-americano ao Brasil[412], ainda no princípio do governo de Jânio Quadros. Este evento, marcado pela tensão da Guerra Fria e pela tentativa de reposicionar o Brasil no cenário internacional, torna-se oportuno avaliar e comparar as linhas doutrinárias com oposições ao governo, pois os jornais analisados desempenharam um papel crucial na construção e na disseminação de discursos que refletiam não apenas a política do governo, mas também interesses ideológicos e econômicos específicos. A análise será guiada por quatro eixos principais: o discurso de aproximação com países socialistas; a política de neutralismo adotada por Jânio Quadros; as relações do Brasil com os Estados Unidos; e as reações internas à política externa. Esses eixos permitem compreender como os jornais interpretaram, apoiaram ou contestaram as decisões do governo, revelando os posicionamentos políticos implícitos e explícitos de cada veículo.

Busca-se, assim, articular os discursos midiáticos com o contexto político mais amplo, analisando como cada jornal construiu sua narrativa de acordo com o público-alvo e com suas agendas editoriais[413]. No eixo da aproximação com países socialistas, investigaremos como a

[412] Adolf Augustus Berle Junior tornou-se assistente do Secretário de Estado dos Estados Unidos para Assuntos da América Latina após a posse de John F. Kennedy como Presidente. Anteriormente, Berle havia servido como embaixador dos EUA no Brasil em 1945. O documento de um telegrama enviado por Berle, ainda no Rio de Janeiro, ao departamento de Estado norte-americano datou o encontro de Berle e Quadros em 02 de março de 1961 e que Adolf Berle esteve no Brasil entre 27 de fevereiro e 03 de março daquele ano. Fonte: https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d205. Acesso em: 26/09/2023.

[413] Nelson Traquina (2000) desenvolve a teoria do agendamento e da manipulação, destacando que esta não deve ser entendida como algo necessariamente negativo ou mal-intencionado, mas como uma dinâmica em que o detentor da informação estabelece a agenda. No contexto político, é pertinente observar que nem sempre os jornalistas são os responsáveis diretos por ditar essa agenda; muitas vezes, ela é moldada por suas fontes, os fornecedores dos acontecimentos que serão transformados em notícias. Não apenas os jornalistas possuem uma agenda — os políticos também a elaboram, e isso se reflete diretamente no conteúdo midiático. Com frequência, a mídia acaba transmitindo ao público os planos ou estratégias de um líder político, como o Presidente, para os próximos dias ou semanas. Contudo, é fundamental reconhecer que essa agenda não é algo concreto; trata-se de uma construção abstrata, controlada por aqueles que detêm o domínio sobre a informação, aquilo vai ser veiculado na mídia e em qual posição da página irá aparecer.

reaproximação com a China e os países do bloco soviético foi apresentada como uma ameaça ou uma estratégia, dependendo do veículo. O eixo do neutralismo evidencia o esforço de Jânio em projetar uma imagem de independência diplomática, enquanto o tratamento das relações com os Estados Unidos revela os limites e as tensões desse projeto (CERVO; BUENO; 2002). Por fim, o eixo das reações internas expõe as críticas e os apoios à política externa dentro do Brasil, com destaque para os silenciamentos e dramatizações promovidos pela imprensa. A análise discursiva fundamentada em autores como Michel Pêcheux, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi permitirá desvendar os significados explícitos e velados desses discursos, contribuindo para uma compreensão mais profunda do papel da mídia na construção das narrativas sobre a política externa brasileira no período.

Vamos iniciar pela "Percepção da Política Externa Brasileira", analisando como os jornais *Estadão*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* refletiram sobre os rumos e diretrizes adotados por Jânio Quadros na área internacional. Durante o período analisado, destacou-se a tentativa do governo de imprimir uma postura autônoma e neutralista, marcada pela aproximação com países socialistas e afro-asiáticos, enquanto buscava manter relações estáveis com aliados históricos, como os Estados Unidos. Essa estratégia gerou críticas de diferentes matizes, revelando as tensões entre tradição e inovação diplomática. Os jornais exploraram essa dualidade ao relacionar discursos de figuras-chave, como o chanceler Afonso Arinos, e os movimentos concretos da administração federal.

No *Estadão*, a abordagem se concentrou na avaliação das contradições entre os princípios democráticos e as decisões do governo Jânio, alegando que, em relação a Cuba, "Não pode, com efeito, o sr. Presidente da República ignorar o gravíssimo conflito criado no Continente pela vitória do movimento chefiado pelo caudilho Fidel Castro, conflito que é o mais sério já registrado nestes últimos cinquenta anos de história continental." e, também, avaliam que "O Brasil, temo-lo dito dezenas de vezes, sempre revelou um grande equilíbrio, um profundo bom senso no julgar os fatos que o cenário internacional nos apresenta"[414]. O editorial publicado em 26 de fevereiro[415], critica abertamente a tentativa de estabelecer relações com países socialistas, interpretando-a como uma ruptura com os valores democráticos e uma ameaça à identidade diplomática do Brasil.

> Sabido, como é, que **o mundo se encontra atualmente dividido em dois blocos antagônicos**, ambos de concepções e objetivos diametralmente opostos, vem talvez a polo perguntar **para que espécie de paz e em que parcela do mundo se propõe**

[414] "Dois pesos e duas medidas", *O Estado de S. Paulo*, 19 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.
[415] "O Novo Rumo da Política Exterior", *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.

> **contribuir a política externa brasileira.** [...] Ceder às possíveis pressões dessa corrente para imprimir à política internacional do País uma feição inteiramente contrária às convicções da maioria, é ter em pequena conta o processo democrático. [...] **Ou somos um País convictamente democrático, ou não somos.** Nem nos venham com a alegação de que existem nações mais poderosas e de maior experiência democrática que não têm relutado até agora em manter relações com tais governos. [...] Que autoridade moral podemos ter para incutir no povo brasileiro constância e fidelidade aos princípios democráticos se os seus próprios administradores e representantes lhe dão na prática exemplos absolutamente contrários?[416]

Esse trecho reflete uma posição clara em relação às escolhas que um país deve fazer em sua política externa diante de um cenário global polarizado. Ele aponta a necessidade de coerência entre os princípios internos, como a adesão à democracia, e as posturas adotadas na esfera internacional. A crítica implícita à relativização de valores democráticos, mesmo em nome de pragmatismos diplomáticos, sugere que a legitimidade de uma política externa está diretamente vinculada à sua fidelidade aos ideais proclamados. Esse discurso também revela tensões entre alinhamentos estratégicos e a autonomia decisória, além de enfatizar o papel das lideranças nacionais em **servir como exemplo moral** para seus cidadãos.

Já em primeiro de março daquele ano, o discurso de Afonso Arinos é avaliado de forma ambígua: enquanto o jornal reconhece a importância da reafirmação de princípios democráticos e de alinhamento com os EUA, questiona a coerência entre as palavras do chanceler e as ações do governo. O *Estadão* evidencia uma preocupação com a perda de credibilidade internacional diante das ambiguidades da política externa de Jânio.

> [...] nesse belo discurso, **o sr. Afonso Arinos voltou a usar a linguagem leal e franca de que a nossa diplomacia tradicionalmente se tem servido para transmitir às potências amigas o pensamento do Brasil a respeito dos problemas internacionais. [...] As relações do Brasil com os Estados Unidos — afirmou o chanceler — constituíram sempre um dos pontos capitais, às vezes o mais relevante, na cultuação da nossa personalidade, tanto internacional quanto nacional.** [...] o desenvolvimento da América Latina — diz s. exa. em outro passo do seu discurso —, mediante avaliação de reais potencialidades econômicas e correspondente **ajuda internacional, sobretudo norte-americana, poderá criar no Ocidente um agrupamento estável de nações democráticas** e será, com a demonstração de desenvolvimento dentro da liberdade, a prova decisiva da superioridade democrática em face das doutrinas e ideologias totalitárias.[...] As brechas que o bloco democrático ainda oferece à infiltração das ideologias totalitárias consistem, precisamente, na ignorância e na miséria que os nossos países se têm demorado a combater.[...] Nunca negaremos o nosso lugar em defesa da democracia e dos valores cristãos da vida social, pois neles é que nos formamos e ninguém virá capaz de deles nos afastar[417].

O discurso reflete uma reafirmação dos compromissos tradicionais da política externa brasileira no contexto da Guerra Fria, em particular a defesa de valores democráticos e cristãos

[416] Idem, grifos meus.
[417] "O Discurso do Chanceler", *O Estado de S. Paulo*, 01 de março de 1961, p.3, editorial. Grifos meus.

como pilares da identidade nacional e internacional. Ao destacar a importância das relações com os Estados Unidos, o chanceler Afonso Arinos coloca a cooperação econômica e política entre os países do continente como um caminho para consolidar a democracia e combater as ideologias totalitárias. A menção, no editorial, à necessidade de desenvolvimento econômico na América Latina como um meio de evitar a infiltração de ideologias totalitárias evidencia uma visão pragmática, que associa progresso material à estabilidade política. Essa abordagem busca reafirmar o papel do Brasil como parceiro no bloco ocidental, ao mesmo tempo em que sublinha a relevância de uma política externa que dialogue com as potências, mas sem perder de vista a promoção de valores e interesses nacionais.

No *Jornal do Brasil*, o enfoque recaiu na análise de movimentos estratégicos específicos, como em 23 de fevereiro, quando o *JB* noticiou que "Na próxima reunião da Assembleia das Nações Unidas, o Brasil votará a favor da inclusão na agenda de trabalhos da proposta relativa à inclusão da China na ONU — esta a instrução dada pelo Presidente da República ao Ministro das Relações Exteriores" além de que "No despacho ficou acertado ainda que seria instalada, no prazo o mais curto possível, a Embaixada do Brasil em Rabat, capital do Marrocos" e, no mesmo despacho com Arinos, "um dos mais trabalhosos do atual governo, discutiu também, no que se supõe, a questão do reatamento das relações com a União Soviética", ponderando que tal postura reflete uma tentativa de ampliar a influência brasileira no cenário internacional[418]. Posteriormente, no editorial[419] do dia 26 de fevereiro, o periódico argumenta que a prudência deveria nortear as decisões externas de Jânio, criticando a ausência de um plano diplomático claro e a falta de comunicação com a sociedade. Essa abordagem revela uma posição mais pragmática, ao enfatizar que as escolhas externas devem estar atreladas aos interesses econômicos e políticos do Brasil.

> **As medidas que vêm sendo determinadas pelo Presidente Jânio Quadros na área internacional [...] não devem traduzir-se em decisões precipitadas**, nem significar que as iniciativas no campo da política internacional tenham o seu ponto de partida na mais alta autoridade administrativa do País.[...] No âmbito internacional, mais sensível por estar condicionado a fatores que não dependem da determinação de nenhum país ou governo isoladamente, **o sistema que tem sido adotado pelo Sr. Jânio Quadros exclui as vantagens dos métodos tradicionais de trabalho e não acrescenta aspectos positivos que possam justificar a inovação.** [...] **Enquadra-se nesse caso o problema das relações com os países comunistas, que permanecerá em foco ainda por muito tempo, além de ser daqueles que mais se prestam a controvérsias e desentendimentos, tanto de aspecto ideológico quanto político.** [...] O estabelecimento de relações diplomáticas com os três países da Cortina de

[418] "Brasil na ONU Lutará pela China", *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1961, p.4, notícia.
[419] "Segurança Diplomática", *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.

> Ferro, Romênia, Bulgária e Hungria, é, naturalmente, de efeitos mais psicológicos do que efetivos quanto aos interesses políticos ou econômicos do Brasil[420].

Portanto, o trecho reflete uma crítica às iniciativas da política externa do Presidente Jânio Quadros e do MRE, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações diplomáticas com países do bloco comunista. As medidas são apresentadas como **decisões que rompem com os métodos tradicionais de condução diplomática brasileira**, sem trazer benefícios concretos em termos de interesses econômicos ou políticos. A crítica do *JB* enfatiza que a abordagem adotada pelo Presidente carece de justificação prática e corre o risco de gerar controvérsias ideológicas e políticas, tanto no cenário doméstico quanto no internacional. O estabelecimento de relações com a Romênia, a Bulgária e a Hungria é descrito como um movimento de impacto mais simbólico do que prático, sugerindo que a política externa de Quadros poderia estar priorizando gestos de ruptura simbólica em detrimento de uma estratégia diplomática mais sólida e vantajosa para o Brasil. Essa visão sublinha o desconforto de certos setores com a tentativa de diversificação diplomática e, ainda, com o diálogo com regimes de orientação socialista no contexto polarizado da Guerra Fria.

Por sua vez, o *Última Hora* tratou o tema com um tom mais descritivo e crítico à centralização do poder. Em 20 de fevereiro[421], destacou a intenção do governo de fortalecer o papel do Brasil na Operação Pan-Americana e de buscar maior protagonismo entre os países afro-asiáticos.

> Dentre os assuntos que deverão ser discutidos na reunião ministerial figura o estabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas. [...] O Brasil tornará mais independente sua atuação na Organização das Nações Unidas e se mostrará propenso a lutar ao lado dos novos países independentes afro-asiáticos, ao mesmo tempo em que ampliará o intercâmbio com essas nações, por meio de legações diplomáticas permanentes e um programa mais extenso de trocas comerciais. [...] O Presidente quer intensificar a Operação Pan-Americana e acertará com o Ministro Arinos as providências necessárias a consolidar o que já foi feito nesse setor e incentivar outras realizações constantes daquele programa de ajuda a países latino-americanos[422].

Esse trecho destaca a agenda diplomática do governo brasileiro em um momento de reorientação de sua política externa. O estabelecimento de relações diplomáticas com países socialistas é apresentado como um tema de destaque nas discussões ministeriais, sinalizando uma intenção de diversificar parcerias internacionais, mesmo em meio a Guerra Fria. Além disso, o Brasil busca uma atuação mais independente na Organização das Nações Unidas

[420] Idem, grifos meus.
[421] "JQ E ARINOS TRAÇARÃO HOJE A POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL", *Última Hora*, 20 de fevereiro de 1961, p.4, notícia.
[422] Idem.

(ONU), alinhando-se aos países afro-asiáticos recém-independentes, com o objetivo de fortalecer laços diplomáticos e econômicos. Essa postura reflete uma tentativa de posicionar o país como um mediador entre blocos e um defensor das demandas dos países em desenvolvimento, ampliando seu protagonismo no cenário internacional.

Paralelamente, a intensificação da Operação Pan-Americana demonstra o compromisso do Brasil com a integração e o desenvolvimento regional na América Latina. O trecho enfatiza a intenção do Presidente de consolidar os avanços já alcançados nesse programa, ao mesmo tempo que busca impulsionar novas iniciativas para fortalecer a cooperação regional. Essas ações refletem um esforço para equilibrar a política externa entre a busca por autonomia e a manutenção de relações tradicionais com os países do hemisfério ocidental. No entanto, em 02 de março, na coluna de Brasília[423], o *UH* denuncia como a centralização das decisões de Jânio enfraqueceu o papel do chanceler e criou incertezas sobre a condução das relações internacionais.

> A missão atribuída ao Sr. Moreira Sales é mais um indício de que o Sr. Jânio Quadros esmera-se em conferir ao governo **um tom muito próprio**, cuja consequência imediata é a diminuição da autoridade dos ministros. [...] **As relações internacionais do Brasil**, especialmente as apregoadas 'reformulações', **escaparam inteiramente das mãos do Ministro das Relações Exteriores para se concentrarem exclusivamente no poder autoritário do Sr. Jânio Quadros.** [...] Antes que o titular da Fazenda desça no aeroporto de 'Idlewild', o Sr. Moreira Sales terá realizado, em nome do Sr. Jânio Quadros, consultas e negociações de que o Sr. Mariani só tomará conhecimento depois[424].

A missão atribuída a Moreira Salles é apresentada como um exemplo de como o Presidente assumia pessoalmente o controle de questões cruciais, marginalizando seus auxiliares diretos, como o ministro das Relações Exteriores e o titular da Fazenda. A crítica aponta para um estilo de governança caracterizado por **autoritarismo e personalismo**, em que decisões importantes, como negociações internacionais e consultas diplomáticas, eram conduzidas sem o envolvimento ou pleno conhecimento dos ministros responsáveis por essas áreas. Essa postura não apenas subvertia as normas tradicionais de coordenação governamental, mas também gerava tensões e desarticulações internas no governo, comprometendo a coesão e a eficácia da política externa e econômica brasileira no período. Ao longo do período, o *Última Hora* ressaltou os riscos deste personalismo na condução da política externa e de um eventual isolamento diplomático. Assim, as nuances discursivas dos três jornais mostram a complexidade do debate sobre a política externa brasileira no início de 1961.

---

[423] "MOREIRA SALLES IRÁ AOS EUA: OBSERVADOR PESSOAL DE JQ", *Última Hora*, 02 de março de 1961, p.4, coluna.
[424] Idem, grifos meus.

Com relação a visita do emissário norte-americano[425], os jornais exploram a cobertura jornalística sobre a visita de Adolf Berle, enviado especial do Presidente John F. Kennedy ao Brasil. A presença do emissário simbolizava a tentativa dos Estados Unidos de reforçar os laços com o governo brasileiro em meio à Guerra Fria e ao avanço do socialismo na América Latina. A recepção de Berle por Jânio Quadros gerou avaliações divergentes nos jornais, que refletiram sobre o significado político da visita e os impactos na relação Brasil-EUA. O tom das publicações oscilou entre críticas e frieza no tratamento ao emissário e a contextualização da visita no panorama mais amplo das tensões internacionais.

No *Estadão*, a cobertura destacou o distanciamento demonstrado por Jânio na recepção a Berle, interpretando-o como uma quebra de etiqueta diplomática. No editorial[426] de quatro de março, o jornal enfatiza que o diálogo aberto e construtivo com os Estados Unidos seria crucial para resolver os problemas financeiros do Brasil. O texto alerta para os riscos de um afastamento estratégico entre os dois países em um momento de fragilidade econômica.

> Não pode deixar de causar estranheza que até o momento não se tenha feito uma definição categórica sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos. [...] Enquanto o Presidente da República insiste em manter um clima de pessimismo e apreensão sobre a situação financeira e também econômica do País, [...] a opinião pública aguarda com ansiedade as medidas de âmbito externo que venham desafogar a tensão criada [...] E não pode haver dúvidas de que ainda se encontra em Washington a chave principal para a solução dos nossos problemas externos a curto e médio prazo. [...] A maturidade e independência que se revelam na política exterior do Sr. Jânio Quadros não exigem silêncio nem distância para com os países mais chegados ao Brasil, e especialmente os Estados Unidos[427].

Já na edição de 05 e 06 de março, a crítica se intensifica ao apontar que a postura indiferente do governo brasileiro poderia prejudicar as relações bilaterais com os EUA,

[425] Conforme Loureiro (2013, p.551), "Diante desse contexto, Kennedy enviou ao Brasil, no final de fevereiro de 1961, o chefe da força-tarefa da Aliança para o Progresso, Adolf Berle. Berle recebeu a rara autoridade de oferecer a Quadros um empréstimo de US$ 100 milhões do Eximbank sem qualquer contrapartida econômica, como símbolo de confiança da administração norte-americana. É evidente que essa oferta possuía motivação política. Berle foi enviado à América Latina com o intuito de recrutar aliados contra Cuba", acrescentando ainda que "Apesar de não ter aceitado o empréstimo do Eximbank, o governo Quadros aproveitou a visita de Adolf Berle para iniciar formalmente negociações com os Estados Unidos sobre os compromissos externos do Brasil. Adolf Berle recebeu uma proposta do governo brasileiro sobre o montante de ajuda que o país consideraria necessário para superar suas dificuldades financeiras. Redigido pelo diretor-executivo da SUMOC, Octávio Gouveia de Bulhões, o documento afirmava que o governo Quadros estaria disposto a implementar uma política econômica "completamente diferente" daquela seguida pela administração Kubitschek. Essa política seria baseada nos mesmos princípios aplicados por Eugênio Gudin quando de sua passagem pelo Ministério da Fazenda em 1955, ou seja, austeridades monetária e fiscal, fim dos controles cambiais, e promoção das exportações. No entanto, isso só poderia ser realizado, segundo o documento, se o Brasil recebesse "novas facilidades creditícias internacionais"." (Loureiro, 2013, p.552).

[426] "A Missão Berle", *O Estado de S. Paulo*, 04 de março de 1961, p.3, editorial.

[427] Idem.

interpretando a atitude de Jânio como inadequada e contraproducente para os interesses nacionais.

> O que nos causa estranheza não é o fato de brasileiros e norte-americanos discordarem em algumas questões, [...] parece-nos que o mais importante foi **a maneira excessivamente formal e indiferente com que o Presidente tratou o Embaixador Berle.** [...] Ao que tudo indica, o Governo brasileiro passa a dar aos Estados Unidos o mesmo tratamento formal e cortês que dá ao Iraque ou à União Sul-Africana. E, ao mesmo tempo, estende a mão para a União Soviética e para a China, corteja neutralistas como o Marechal Tito e o Primeiro-Ministro Nehru, solidariza-se, sentimentalmente, com o Governo revolucionário do Primeiro-Ministro Fidel Castro. [...] **Afinal, que pretende o Presidente?** [...] Para demonstrar independência teremos que esquecer [...] as boas maneiras de Tito e adotar a diplomacia pugilística de Fidel Castro ou do Coronel Mobutu? [...] Esperemos que o Presidente evolua, rapidamente, no sentido de **dar ao Brasil uma política exterior coerente, corajosa e cordial. Não é fazendo cara feia que uma diplomacia se impõe[428].**

A crítica sugere que o tratamento igualitário entre potências como os Estados Unidos e países de menor relevância geopolítica, como o Iraque, reflete uma diplomacia inadequada para a posição do Brasil. O editorial ironiza a estratégia de Jânio ao questionar se o país deveria adotar práticas diplomáticas agressivas, como as atribuídas a Fidel Castro ou Mobutu, para alcançar reconhecimento internacional. Por fim, o editorial cobra uma política externa "coerente, corajosa e cordial", sublinhando que o estilo de "cara feia" não seria suficiente para garantir respeito e influência. A crítica implícita à Política Externa Independente é evidente, com o texto apontando para o risco de isolacionismo e a perda de prestígio internacional em razão de uma postura que o *Estadão* considera confusa e mal articulada.

No *Jornal do Brasil*, a abordagem foi mais moderada e indireta. Em primeiro de março, no editorial[429], o jornal carioca reconhece a deterioração nas relações Brasil-EUA e critica a falta de reciprocidade no tratamento diplomático. Embora mencione a visita de Berle como um gesto de aproximação norte-americana, o periódico destaca a necessidade de ambos os países superarem mal-entendidos e reconstruírem uma relação baseada no respeito mútuo. Ainda que menos incisivo nas críticas ao governo brasileiro, o *Jornal do Brasil* evidencia a preocupação com as repercussões negativas de um possível esfriamento na parceria histórica com os Estados Unidos.

> Nem o Brasil nem os Estados Unidos podem, hoje em dia, dar-se ao luxo de permitir que as suas relações continuem estabelecidas em termos quase que puramente formais, beirando a perplexidade e a incompreensão. [...] **Depois que a Política da Boa Vizinhança foi arquivada e esquecida**, as frases perderam todo o sentido, porque não correspondem ao que o Brasil e os Estados Unidos, realmente, sentem. [...] Torna-se, porém, necessário que reconheçamos ter havido, nos últimos anos, um sensível deterioramento dessas relações .[...] Nada melhor para as duas nações do que

[428] "Frieza e malogro", *O Estado de S. Paulo*, 05 e 06 de março de 1961, p.3, editorial.
[429] "Encontro de Amigos", *Jornal do Brasil*, 01 de março de 1961, p.3, editorial.

> a conversa franca e a discussão construtiva, a tentativa de elaboração de uma política comum, **o desejo de restaurar** – traduzindo-a em termos e fatos novos – **uma aliança que, atualmente, é vital para os destinos da América[430].**

O *Última Hora* abordou o tema com foco na desorganização interna e na centralização de decisões no governo Jânio. Em 02 de março, uma notícia[431] relata a preparação para conversas com o governo Kennedy, sugerindo a falta de articulação entre os ministérios.

> O Presidente da República solicitou então um estudo sobre nossa situação para servir de orientação durante o encontro que terá com o encarregado de assuntos latino-americanos do Governo Kennedy [...] Declarou que conta com o apoio de todos os setores para a política de estabelecimento de relações com os países socialistas.[...] Mesmo o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que teria feito pronunciamentos a um jornal condenando o estabelecimento de relações com os comunistas, no contato com o Chanceler Afonso Arinos teria manifestado confiança nos condutores de nossa política externa de forma a que a Igreja ou o nosso regime não se sentissem ameaçados. [...] Ficou acertado que será baixado apenas o ato determinando a extinção dos Escritórios Comerciais do Brasil no exterior. [...] Nossas missões no exterior terão, em consequência, serviços econômicos permanentes[432].

Esse trecho destaca algumas diretrizes da política externa brasileira sob o governo Jânio Quadros, refletindo a intenção de ampliar relações diplomáticas com países socialistas, uma medida controversa no contexto da Guerra Fria. A solicitação presidencial de um estudo sobre a situação do Brasil antes do encontro com representantes do governo Kennedy sugere um esforço de planejamento estratégico para lidar com as sensibilidades das relações com os Estados Unidos. A menção ao apoio esperado de "todos os setores" para o estabelecimento de relações com países socialistas revela a intenção de legitimar a política externa junto a diversos grupos de influência, incluindo a Igreja Católica. O texto ressalta que, apesar de críticas públicas, como as atribuídas ao Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, houve manifestações privadas de confiança nos responsáveis pela política externa, indicando uma tentativa de conciliação e redução de tensões entre o governo e a Igreja.

Além disso, o trecho registra uma mudança administrativa significativa, com a decisão de extinguir os Escritórios Comerciais do Brasil no exterior e transferir suas funções para missões diplomáticas permanentes. Essa medida aponta para um processo de centralização e racionalização das atividades econômicas e comerciais no exterior, reforçando a integração dessas funções à política diplomática. No conjunto, o texto ilustra a complexidade da Política Externa Independente ao buscar equilibrar aproximações com países socialistas, manter diálogo com aliados tradicionais e organizar a estrutura administrativa de modo a atender aos objetivos estratégicos do governo

---

[430] Idem, grifos meus.
[431] "Jânio e Ministros em Reunião no Itamarati", *Última Hora,* 02 de março de 1961, p.5, notícia.
[432] Idem.

Outra questão sobre a ida de Moreira Salles aos EUA, mencionada acima e publicada neste mesmo dia, é a crítica presente na coluna quanto a substituição do chanceler Afonso Arinos por intermediários diretos escolhidos pelo Presidente Jânio Quadros, o que teria prejudicado a condução diplomática e minado a autoridade do Ministério das Relações Exteriores. O *Última Hora* enfatizou os problemas administrativos internos como um fator prejudicial ao aproveitamento político da visita do emissário norte-americano.

A comparação entre os jornais revela divergências importantes: enquanto o *Estadão* e o *Jornal do Brasil* destacaram os impactos diplomáticos e estratégicos da visita, o *Última Hora* focou nas falhas estruturais e no centralismo do governo brasileiro. A ausência de uma abordagem clara e uniforme em relação à recepção de Berle por Jânio Quadros demonstra como o evento foi interpretado sob óticas distintas, dependendo do alinhamento político e editorial de cada veículo.

O enfoque sobre o papel dos EUA, analisa como os jornais abordaram a influência norte-americana na política internacional e sua relação com o Brasil. Nesse contexto, a posição dos Estados Unidos como uma superpotência global e a liderança nas Américas surgem como temas recorrentes. Os jornais interpretaram de forma diversa as ações dos EUA, desde sua atuação na ONU até as implicações de sua presença na política externa brasileira, refletindo tensões ideológicas e interesses nacionais em um cenário polarizado pela Guerra Fria.

No *Estadão*, as publicações destacaram os dilemas gerados pela nova política externa de Jânio Quadros, vista como uma tentativa de reconfigurar o papel do Brasil em relação aos Estados Unidos. No editorial de 23 de fevereiro[433], não há uma menção direta ou explícita aos Estados Unidos. No entanto, algumas interpretações podem sugerir uma relação indireta, como a crítica ao populismo, a valorização da técnica e o elogio à "moralidade" podem ser lidos como parte de um discurso que, em certa medida, ecoa valores alinhados ao bloco ocidental no período da Guerra Fria. Já em 26 de fevereiro, no editorial *"*O Novo Rumo da Política Exterior", já analisado acima, o periódico alerta para os riscos de alienar aliados históricos, como os Estados Unidos, em prol de uma agenda neutralista. A abordagem do *Estadão* revela um equilíbrio entre o reconhecimento da hegemonia norte-americana e a crítica à política de Jânio, percebida como incoerente e a análise dos editoriais do *OESP* permite observar como os discursos jornalísticos constroem significados e alinham-se a determinadas posições políticas e ideológicas.

[433] "Tempos novos", *O Estado de S. Paulo*, 23 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.

O *Jornal do Brasil* deu destaque à atuação da ONU no cenário internacional. Em 22 de fevereiro, o editorial[434] analisou a decisão do Conselho de Segurança de aprofundar sua atuação na crise congolesa, considerando-a uma medida inovadora e necessária para a restauração da paz. A reportagem também destacou o apoio das nações afro-asiáticas à proposta, enfatizando a relevância do tema no contexto global e sua relação com os esforços multilaterais de cooperação.

> A decisão do Conselho de Segurança de aprofundar a intervenção das Nações Unidas no Congo é mais do que acertada e a mais conveniente aos interesses da paz no mundo. [...] A proposta, apresentada pela delegação da República Árabe Unida e apoiada pela maioria das nações afro-asiáticas, prevê até o uso da força para a restauração da paz no Congo. [...] Enganam-se os que pensam que a intervenção da ONU no Congo poderá limitar-se a alguns aspectos da crise. Ela será cada vez mais profunda. Tudo indica que a ONU terá que fazer uma experiência inovadora e corajosa.

Ao focar no protagonismo da ONU e no apoio afro-asiático, a abordagem do jornal dialoga diretamente com os princípios da Política Externa Independente (PEI), que buscava fortalecer soluções diplomáticas por meio de organismos internacionais e ampliar a interação com países em desenvolvimento. Esse destaque evidencia a afinidade da PEI com a construção de alianças entre nações emergentes e a busca por maior autonomia no cenário internacional, sem depender exclusivamente das grandes potências. Embora menos focado na relação bilateral Brasil-EUA, o *Jornal do Brasil* explora questões globais que de uma forma ou de outra vão se relacionar com a política externa brasileira, seja falando sobre acontecimentos como este mencionado, ou com algo que entraria mais nas diretrizes norte-americanas.

O *Última Hora*, por sua vez, enfatizou as contradições entre a postura de Jânio em relação aos EUA e suas decisões externas. Em 23 de fevereiro, a matéria "Exército dos EUA Pronto para Reprimir Revoltas Comunistas" discute as estratégias militares americanas, evidenciando sua posição como interventora em casos de insurgências, ao destacar que

> O Exército dos Estados Unidos manifestou a disposição de enviar forças de comandos a países amigos que lhe venham a pedir ajuda para 'terminar com revoltas comunistas ou de outro tipo. [...] Tais comandos terão a missão de instruir militarmente, organizar, abastecer e dirigir as tropas estrangeiras que procurem dominar insurreições. [...] Tais comandos terão a missão de instruir militarmente, organizar, abastecer e dirigir as tropas estrangeiras que procurem dominar insurreições. [...] A força de comandos será aumentada, ainda este ano, de 1.900 para 2.400 homens, como parte do plano de defesa do Presidente John Kennedy[435].

[434] "Intervenção no Congo", *Jornal do Brasil,* 22 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.
[435] "EXÉRCITO DOS EE. UU. PRONTO A "REPRIMIR REVOLTAS COMUNISTAS"", *Última Hora,* 23 de fevereiro de 1961, p.2, notícia.

Essa abordagem reflete a política de contenção do comunismo que caracterizava a estratégia americana durante a Guerra Fria, evidenciando o papel dos EUA como um ator central na manutenção da ordem política alinhada ao bloco ocidental (GADDIS, 2006). A matéria, ao enfatizar essa intervenção direta, também dialoga indiretamente com o cenário da Política Externa Independente (PEI), na medida em que expõe a tensão entre as potências hegemônicas e os esforços de países como o Brasil em buscar uma posição autônoma frente às pressões geopolíticas globais. Também neste mesmo dia, na coluna do planalto, o *UH* evidencia as tensões diplomáticas geradas por esse movimento, considerado um desafio às diretrizes norte-americanas.

> O Presidente Jânio Quadros deu instruções a S. Exa., o Ministro das Relações Exteriores, para que na próxima reunião das Nações Unidas, o Brasil vote a favor da inclusão na agenda dos trabalhos, da proposta relativa à representação da China na ONU. [...] Ao que se informa, uma das razões do atrito é o fato de o Ministro das Relações Exteriores entender que uma decisão da ordem da tomada por JQ — apoio ao ingresso da China na ONU — não deveria ser dada ao público, pois a diplomacia de portas fechadas permite barganhas internacionais que não são possíveis com uma política exterior de portas abertas para o público. [...] O Sr. Jânio Quadros solicitou a efetiva colaboração do episcopado do Norte e Nordeste do País para o trabalho de reerguimento daquela região, que será enfrentado pelo atual governo[436].

A citação expõe como o apoio do Brasil à inclusão da China na ONU marcou um movimento ousado e contraditório às expectativas dos EUA no contexto da Guerra Fria. Essa decisão ilustra o esforço de Jânio em redefinir a política externa brasileira com base na autonomia e na busca por um protagonismo no cenário internacional, mesmo quando isso desafiava diretamente os interesses do bloco ocidental. O texto também revela um conflito entre a abordagem pública e transparente da política externa, promovida por Jânio, e a prática tradicional de diplomacia reservada. Essa tensão é explicitada na crítica de que a abertura ao público poderia dificultar "barganhas internacionais", um elemento que sublinha os desafios de equilibrar ideais de soberania com as realidades pragmáticas da diplomacia.

Por fim, a menção ao reerguimento do Norte e Nordeste brasileiro adiciona uma dimensão doméstica ao discurso, vinculando esforços internos de desenvolvimento às ações e prioridades da política externa, um aspecto que reflete a interconexão típica da PEI entre política interna e externa. O tratamento do tema nos três jornais evidencia diferenças editoriais significativas. Em comum, os veículos reconhecem a centralidade norte-americana no cenário internacional, mas divergem quanto às consequências e aos desafios que isso representa para o Brasil. Essas

[436] "JÂNIO MANDA RECONHECER CHINA CONTINENTAL: ARINOS IRRITADO", *Última Hora,* 23 de fevereiro de 1961, p.4, coluna.

nuances discursivas refletem não apenas as linhas editoriais, mas também a complexidade das relações internacionais durante o período analisado.

Para finalizar, a crítica à política econômica e administrativa, aborda como os jornais avaliaram as medidas administrativas e econômicas adotadas por Jânio Quadros. Durante o período analisado, suas políticas de austeridade e centralização enfrentaram fortes críticas, especialmente em relação ao impacto no funcionalismo público e às reformas administrativas. Os jornais divergem quanto às interpretações, mas convergem ao destacar os efeitos sociais e políticos dessas medidas, frequentemente associadas a um governo de caráter personalista.

No *Estadão*, no editorial "O Papel da Oposição", o jornal critica a centralização excessiva do poder no Executivo e sugere que o Legislativo deveria assumir um papel mais ativo como resistência democrática.

> Um dos maiores males que advêm das ditaduras é, sem dúvida nenhuma, a deformação de espírito e de caráter que elas exercem nos cidadãos que lhes experimentam o jugo. [...] A liberdade cria nos homens a tendência para se autocriticarem e analisarem os atos dos detentores do poder. A falta dessa liberdade traz como consequência o conformismo da maioria às situações de fato, levando a maior parte dos homens a descurar a obrigação de vigilância pela qual se afirma e robustece o espírito cívico. [...] Decorre o tempo, e só com grande dificuldade os que nunca se dobraram ao regime de força logram despertar de novo o sentimento cívico do povo. [...] Compete aos órgãos de opinião deste País criar e fortalecer as correntes de resistência à deformação do regime. [...] País sem oposição é país fadado a cair sob o guante do cesarismo[437].

No contexto do trecho analisado, a crítica à ausência de oposição e à deformação do espírito cívico sob ditaduras alinha-se com os valores que os EUA promoviam como fundamentais para o progresso democrático. Além disso, a ênfase na vigilância cívica e na liberdade como antídotos contra o cesarismo dialoga com a narrativa norte-americana de que sociedades democráticas precisam de instituições robustas e uma opinião pública ativa para resistir a qualquer forma de autoritarismo. O Estadão, enquanto veículo alinhado ideologicamente ao Ocidente e aos princípios liberais, frequentemente ecoava essas preocupações em suas análises, defendendo a democracia como um modelo superior ao totalitarismo. Contudo, há também uma ambiguidade nessa relação: enquanto os EUA apoiavam a democracia em princípio, eles também deram suporte a regimes autoritários em diversas partes do mundo – inclusive no Brasil, em 1964 – quando esses se alinhavam aos seus interesses estratégicos.

[437] "O Papel da oposição", *O Estado de S. Paulo*, 24 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.

No *Jornal do Brasil*, as críticas giraram em torno do impacto social das políticas de Jânio Quadros. Em 23 de fevereiro o editorial[438] traça uma conexão entre as decisões econômicas do governo e sua política externa, apontando como os ajustes internos repercutiam globalmente.

> O Brasil, por decisão do Presidente, votará a favor da inclusão, na agenda de problemas políticos a serem tratados pela Assembleia Geral, do caso da admissão da China comunista na ONU. [...] Parte do pressuposto lógico de que não podem as Nações Unidas ignorar o Governo da República Popular da China, que é o único com possibilidades de representar uma população de mais de 600 milhões de pessoas. [...] O reconhecimento de uma realidade não implica na aprovação de um regime ou de uma ideologia. [...] A posição brasileira passa a assemelhar-se à da Grã-Bretanha, que, nação integrada no esquema ocidental, não deixa de agir com independência quando diverge de premissas norte-americanas. [...] No caso da China, o Brasil não podia continuar, pura e simplesmente, votando contra a discussão do assunto pela ONU[439].

O trecho do *Jornal do Brasil* reflete os princípios da Política Externa Independente (PEI), ao defender a inclusão da China comunista na agenda da ONU com base no realismo político, reconhecendo o governo de Pequim como representante legítimo de uma vasta população, sem endossar sua ideologia. A comparação com a Grã-Bretanha reforça a busca do Brasil por autonomia diplomática, mostrando que é possível divergir dos EUA em questões específicas sem romper alianças. Essa postura pragmática reposiciona o Brasil como um ator independente no cenário internacional, mesmo frente a possíveis tensões com Washington. Já em "Brasília e Reforma"[440], o periódico destaca a centralidade da nova capital como um catalisador para as reformas administrativas, ao dizer que "Como um centro irradiador de revisões severas, Brasília desempenha o papel fecundo de um catalisador de métodos e de técnicas que terão de ser implantados, para possibilitar a sobrevivência política da Nação, em termos compatíveis com o seu papel nacional, continental e universal", enfatizando a necessidade de modernização para superar a ineficiência estatal, pois para eles "Brasília e reforma são as faces de um mesmo problema". O *Jornal do Brasil* adota um tom mais pragmático, focando no efeito das ações governamentais no cotidiano dos cidadãos e nas relações diplomáticas.

Já o *Última Hora* enfatiza as dimensões políticas das reformas. A notícia de 27 de fevereiro, relata a reação do Congresso às medidas administrativas, classificando-as como improvisadas e autoritárias.

> O Parlamento responderá à altura à improvisação e ao personalismo de um Presidente sem destino. A presente convocação extraordinária do Congresso Nacional será o palco de maior reação oposicionista a que o País já assistiu contra um Governo inepto e desorientado. [...] Em cada reunião do ministério, ao invés de um planejamento adequado para enfrentar a situação que diz ter encontrado, de um plano de trabalho

[438] "Voto e China", *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.
[439] Idem.
[440] "Brasília e Reforma", *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1961, p.3, editorial.

> ou de um esquema de ação, resultam novas afirmações pessimistas, novas ameaças no progresso do País, novos prognósticos derrotistas. [...] Esse Presidente exótico lança ao desemprego mais 350 mil servidores da Verba 3, além das derrubadas generalizadas nas autarquias e repartições federais, sem atentar para o fato de que o serviço público no Brasil ainda é assistencial, desde que a vida econômica do País não apresenta condições para absorver as disponibilidades de mão de obra. [...] A reação a Jânio explodirá no Congresso desde hoje, quando terão início efetivo as sessões desta convocação extraordinária. A tribuna do Parlamento será o cenário de reação ao personalismo e improvisação no trato com as mais sérias questões do País[441].

O texto reflete uma crítica contundente ao governo de Jânio Quadros, acusando-o de personalismo, improvisação e ineficiência administrativa. O Última Hora posiciona o Parlamento como foco de resistência contra o que descreve como uma gestão errática, marcada por cortes no funcionalismo público e falta de planejamento estratégico. Essa crítica expõe o desgaste político de Jânio, atribuindo-lhe uma condução desarticulada e desalinhada com as necessidades sociais e econômicas do país. Além disso, a menção ao Parlamento como palco de oposição destaca a crescente tensão institucional e as reações adversas às decisões do governo no período. Embora a crítica do Última Hora foque na administração interna, ela se conecta indiretamente ao impacto político mais amplo das escolhas de Jânio, incluindo sua política externa.

Por mais que os três jornais abordem o tema com foco distinto, todos destacam a insatisfação geral com as políticas de austeridade e a centralização administrativa. O *Estadão* e o *Jornal do Brasil* tendem a discutir as reformas com um viés técnico e institucional, enquanto a *Última Hora* prioriza as consequências políticas e sociais. Essa divergência nas abordagens reflete as linhas editoriais de cada veículo, oferecendo um panorama abrangente sobre os desafios enfrentados por Jânio no início do governo e as percepções públicas midiáticas de seu governo.

Este subcapítulo analisou como os jornais *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*), *Jornal do Brasil* e *Última Hora* abordaram os eventos ligados à política externa brasileira nos meses iniciais do governo de Jânio Quadros, com destaque para a visita de Adolf Berle, emissário especial do Presidente norte-americano John F. Kennedy, em fevereiro de 1961. A cobertura midiática refletiu as tensões da Guerra Fria, as mudanças promovidas pela Política Externa Independente (PEI) e as complexidades das relações Brasil-EUA naquele período em que a polarização já estava em alta, mas não tão inflamada como em outros eventos analisados nesta tese, em virtude de ainda se tratar do princípio do governo Jânio Quadros.

[441] "Explode na Câmara a Ofensiva Anti-Jânio", *Última Hora,* 27 de fevereiro de 1961, p.4, notícia.

Os jornais apresentaram narrativas distintas sobre os principais temas relacionados ao período: a postura do Brasil em relação aos países socialistas, as implicações da visita de Berle, o reposicionamento diplomático buscado por Jânio Quadros e as críticas internas às suas políticas. A visita do emissário norte-americano foi tratada de forma diversa: o *Estadão* criticou a falta de cordialidade de Jânio no encontro com Berle, interpretando-a como um risco ao relacionamento com os EUA; o *Jornal do Brasil* adotou um tom mais cauteloso, sugerindo a necessidade de superar mal-entendidos entre os dois países; e *Última Hora* priorizou críticas à centralização das decisões no governo de Jânio, conectando sua política externa às falhas administrativas internas.

A análise evidencia como os jornais interpretaram a visita de Adolf Berle à luz de suas agendas editoriais, utilizando o evento para destacar as tensões entre tradição e inovação na política externa. Embora as abordagens difiram, há consenso na avaliação de que o governo Jânio Quadros enfrentava desafios para equilibrar sua busca por autonomia diplomática com a necessidade de manter relações construtivas com os Estados Unidos, no contexto de um cenário internacional polarizado. Essas nuances discursivas refletem não apenas os interesses ideológicos de cada veículo, mas também a importância da imprensa na construção e disseminação de narrativas sobre os eventos-chave da política externa brasileira no início de 1961.

5.2. A ORDEM E O CAOS: AS IMPLICAÇÕES DA CONDECORAÇÃO DE CHE GUEVARA PARA A PEI EM 1961

A condecoração de Ernesto "Che" Guevara pela Ordem do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961, tornou-se um dos episódios mais controversos da política externa do governo Jânio Quadros. Esse gesto simbolizou o esforço de Jânio em projetar o Brasil como um ator independente em um mundo polarizado pela Guerra Fria, mas também gerou reações adversas na política doméstica e na imprensa. Os jornais da época interpretaram o episódio de diferentes formas, variando entre a crítica à ruptura com tradições diplomáticas, a defesa de uma postura soberana e a acusação de que a oposição instrumentalizou o anticomunismo para desestabilizar o governo. Nesse contexto, as publicações refletiram tensões entre a busca de autonomia internacional e os desafios internos enfrentados por Jânio, expondo os múltiplos significados políticos da condecoração.

Algumas datas analisadas abaixo batem com datas e textos já visualizados no capítulo três desta tese, mas serão investigados por diferentes ângulos, focando agora no evento da

condecoração de “Che” Guevara. A condecoração se encaixava na busca por soberania e independência internacional do país, como pode ser identificada através da crítica, mas também pela defesa que alguns periódicos realizaram sobre a questão no período que também antecedeu a renúncia de Quadros. Em 19 de agosto o *Estadão* publicou um editorial[442] onde fez uso do discurso de Clemente Mariani no encerramento da Conferência de Punta del Este para contrapor a "tradição diplomática" brasileira ao que considerou os excessos da condecoração. O jornal exaltou a "linguagem escoimada de qualquer demagogia" de Mariani, destacando a "reabilitação" do Itamaraty após o episódio, que teria, segundo eles, manchado a imagem do Brasil no exterior.

> Voltamos a ouvir, através do discurso pronunciado pelo sr. Clemente Mariani no encerramento da Conferência de Punta del Este, a palavra do Brasil. A linguagem usada por s. exa., linguagem escoimada de qualquer erva de demagogia exibicionista que tanto vinha prejudicando o prestígio nacional no exterior, foi substituída por outra, por aquela a que nos haviam habituado os Rio Branco e os Nabuco, os Oliveira Lima e os Raul Fernandes. [...] O Brasil consciente, o Brasil culto voltou a reconhecer-se nos períodos lúcidos, sóbrios e substanciosos com que se dirigiu ao mundo, em nome da totalidade dos seus colegas de trabalho, o sr. Clemente Mariani. [...] Sentamo-nos em torno destas mesas — afirmou — 'como homens politicamente livres, conscientes, entretanto, das restrições com que o subdesenvolvimento nos algema, ameaçando aquelas liberdades'[443].

Essa referência aos grandes diplomatas do passado projeta a ideia de que Mariani recuperou uma credibilidade e um prestígio que, segundo o editorial, haviam sido comprometidos por discursos anteriores marcados por excessos e exibicionismo. O reconhecimento das limitações impostas pelo subdesenvolvimento, expressas no discurso de Mariani, alinha-se com uma visão pragmática que busca equilibrar a afirmação de liberdade política com a necessidade de enfrentar desafios estruturais. Ao afirmar que "o Brasil consciente, o Brasil culto voltou a reconhecer-se", o texto parece sugerir uma reconexão entre os valores tradicionais e uma abordagem renovada para os dilemas contemporâneos, reforçando a legitimidade do país no cenário internacional.

Essa leitura também reflete um alinhamento com os valores ocidentais durante a Guerra Fria, enfatizando a liberdade política enquanto reconhece os entraves econômicos que afetam os países subdesenvolvidos. O editorial, portanto, articula uma narrativa que reforça a importância de uma diplomacia equilibrada, fundamentada na tradição, mas ciente das urgências do presente. Em 23 de agosto, em outro editorial[444], o *Estadão* aprofundou suas

[442] “Volta á tradição brasileira”, *O Estado de S. Paulo,* 19 de agosto de 1961, editorial. (A grafia do título no editorial foi escrita desta maneira, por isso não foi realizada correção ortográfica para referenciar na tese.
[443] Idem.
[444] “A crise se acentua”, *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1961, editorial.

críticas, associando a condecoração ao que chamou de "desvio da posição tradicional" brasileira, sugerindo que Jânio alinhava-se perigosamente ao bloco soviético, uma postura vista como um atentado à soberania nacional segundo a visão conservadora do jornal.

> A causa, como todo mundo sabe, do quase rompimento entre o sr. Carlos Lacerda e o sr. Jânio Quadros, reside na formal divergência que aquele líder udenista sempre manifestou **contra a política de aproximação do Brasil com as nações bolchevistas**, política para que o chefe do Executivo nacional vem pendendo cada vez mais desde os primeiros dias do seu governo. [...] Essa divergência agravou-se ao ponto de criar uma **crise de proporções nacionais** quando s. exa., o Presidente da República, tomou **a estranha deliberação** de conceder o mais alto grau da ordem nacional do Cruzeiro do Sul ao **aventureiro internacional** que dá pelo nome de Che Guevara. [...] Considerando a distinção conferida ao chefe da delegação cubana à Conferência de Punta del Este um acinte à dignidade brasileira, o governador da Guanabara dispôs-se a ir até a renúncia do alto cargo eletivo que desempenha, num protesto que, repercutindo em todo o País, passasse a constituir o início de um movimento de todas as correntes democráticas nacionais contra a **esdrúxula orientação do governo federal**. [...] No Senado, as palavras contundentes do sr. Calado de Castro contra o ato do Presidente da República revelam bem o estado de espírito das nossas Forças Armadas[445].

O texto destaca a "formal divergência" de Lacerda como sendo central no "quase rompimento" entre ele e Jânio, reforçando a oposição de lideranças da UDN (União Democrática Nacional) à política de aproximação com nações bolchevistas. Essa divergência foi amplificada pela honraria concedida a Che Guevara, descrito de maneira pejorativa como um "aventureiro internacional", em uma linguagem que reflete o tom anticomunista característico do período. O trecho também evidencia que a insatisfação não se limitava ao campo político, mas alcançava setores institucionais, como o Senado e as Forças Armadas. A menção às palavras do senador Calado de Castro e à "repercussão nacional" do protesto de Lacerda sinaliza a possibilidade de uma mobilização mais ampla contra a orientação do governo federal.

Essa narrativa sublinha a polarização interna no Brasil diante da Política Externa Independente de Jânio Quadros. A aproximação com Cuba e outros países socialistas é apresentada como uma ameaça à dignidade nacional e aos princípios democráticos, reforçando a visão de que as decisões do Presidente estavam em desalinho com os valores defendidos por setores conservadores e pró-Ocidente no contexto da Guerra Fria.

Em contraste, o *Jornal do Brasil* enfatizou o papel da independência diplomática do Brasil como um valor central da política externa de Jânio. No editorial[446] de 16 de agosto de 1961, o jornal destacou os esforços brasileiros em reintegrar Cuba ao sistema interamericano,

[445] Idem, grifos meus.
[446] "Cuba na Aliança", *Jornal do Brasil,* 16 de agosto de 1961, editorial.

apresentando tal atitude como uma demonstração de "realismo político" e um exemplo de liderança responsável no hemisfério.

> Por motivos econômicos, mais que por motivos políticos, Cuba se foi afastando do sistema interamericano. Por vias econômicas, e não tanto por meios políticos, é que se poderá trazer a República das Caraíbas de volta a esse sistema — se é que se quer, verdadeiramente, realizar tal operação. [...] O Brasil quer. E, em o querendo, dá uma demonstração de **realismo político e responsabilidade de nação consciente de seus deveres**, um exemplo digno de ser imitado por outros Estados mais e menos poderosos. [...] O Brasil sabe o que representa a permanência do problema cubano como ameaça à normalidade do desenvolvimento desta parte do mundo, e até como ameaça à paz internacional. [...] Graças à ação brasileira, os cubanos já deram alguns passos demonstrativos de sua vontade de voltar à **fraternidade interamericana**[447].

Este trecho reflete uma tentativa de posicionar o Brasil como um mediador na questão cubana durante a Guerra Fria, enfatizando a abordagem econômica como caminho para reintegrar Cuba ao sistema interamericano. A narrativa destaca o pragmatismo do Brasil ao **priorizar o diálogo econômico em vez do confronto político direto**, **alinhando-se aos princípios da Política Externa Independente (PEI)** de Jânio Quadros. Com relação ao "realismo político" a ser seguido já mencionado, essa postura sugere que o país buscava desempenhar um papel de liderança na América Latina, promovendo soluções que evitassem a escalada de tensões no continente e reforçassem a estabilidade política e econômica na região.

Ao apontar para o "problema cubano" como uma ameaça à normalidade do desenvolvimento regional e à paz internacional, o texto reconhece a centralidade de Cuba no contexto geopolítico hemisférico. A ideia de que "graças à ação brasileira, os cubanos já deram alguns passos" sugere uma tentativa de legitimar as iniciativas do governo Jânio como eficazes e alinhadas ao interesse coletivo das Américas. Esse discurso, porém, contrasta com a visão mais crítica de setores alinhados aos Estados Unidos, que viam Cuba como uma ameaça ideológica direta e defendiam a política de isolamento. A ênfase brasileira no diálogo econômico pode ser interpretada como uma busca por autonomia e como uma resposta alternativa ao intervencionismo americano no contexto da Guerra Fria.

No dia 23 de agosto, o *Jornal do Brasil* reafirmou esse posicionamento ao elogiar a postura de Jânio como um desafio aos preconceitos ideológicos que tradicionalmente limitavam a diplomacia brasileira, trazendo além do editorial, algumas notícias sobre a política de Jânio e, também, o principal destaque na parte superior da capa vai para "Arinos: "Política do Brasil é de luta pela paz""[448]. Além de, na parte inferior da capa, a foto emblemática de Jânio Quadros com as pernas trançadas, com um pé apontando para esquerda e outro para direita, divulgada

[447] Idem, grifos meus.
[448] "Arinos: "Política do Brasil é de luta pela paz"", *Jornal do Brasil*, dia 23 de agosto de 1961, capa, manchete.

em uma exposição pelo fotógrafo Erno Schneider[449]. O jornal argumentou que a condecoração de Guevara não deveria ser vista como um alinhamento com o comunismo, destacando que "Até hoje, as resistências à política externa do Presidente Jânio Quadros se basearam em suspeitas infundadas e temores inarticulados", mas como parte de um esforço maior para reposicionar o Brasil como um ator relevante e independente no cenário internacional, pois "Agora, o que se vê, de maneira tumultuária ainda, é um reflorescimento da diplomacia brasileira e uma afirmação cada vez maior do nosso País no exterior."[450].

A *Última Hora*, por sua vez, destacou o compromisso de Jânio com uma política externa soberana e estratégica. Em 23 de agosto de 1961, a Coluna do Planalto[451] abordou as questões da política exterior e enfatizou as declarações do Presidente reafirmando a independência da política internacional brasileira, mesmo diante das pressões internas e externas, ancorada em uma manchete na capa com uma citação de Quadros que demonstrava sua firmeza na condução da PEI[452]. O jornal apresentou a condecoração de Guevara como um símbolo da tentativa do Brasil de consolidar sua posição no hemisfério sem se submeter às polarizações da Guerra Fria. Esse enfoque reforçou a narrativa de que a autonomia era um elemento essencial para ampliar a projeção internacional do país e demonstrar sua capacidade de atuar como mediador entre os blocos ideológicos.

> Dirigiu palavras aos que tentam desvirtuar sua política, "para aqueles que desconhecem o valor e benefícios dessa nova política internacional. Peço apenas que se façam mais úteis à coletividade e, por isso, à Nação, depois de assinalar que qualquer crítica deve ser construtiva, "com toda a matéria e custe o que custar, até o que vier depois"." A certa altura de seu discurso, o Presidente Jânio Quadros destacou que tudo o que seu Governo realiza é feito com seriedade e determinação, indicando um caminho de maior equilíbrio ao Brasil e às demais nações. Encerrando sua fala, afirmou: "Não quero ser um eco do governo anterior, mas uma voz que reflita o verdadeiro sentimento de soberania de todos os que a Nação estima."[453]

Este discurso de Jânio Quadros revela sua defesa enfática da Política Externa Independente (PEI), destacando os princípios de soberania, equilíbrio e responsabilidade que fundamentavam suas ações no cenário internacional. As palavras dirigidas aos críticos refletem o esforço do Presidente em reforçar a legitimidade de sua postura, apelando à importância de uma crítica construtiva que priorize os interesses coletivos e a Nação. Ao enfatizar que "tudo o que seu Governo realiza é feito com seriedade e determinação", Jânio projeta uma imagem de

[449] "Rumo de Jânio é atração", *Jornal do Brasil*, dia 23 de agosto de 1961, capa, manchete.
[450] "Afirmação", *Jornal do Brasil*, dia 23 de agosto de 1961, p.6, editorial.
[451] "JQ: Política Exterior Será Mantida a Qualquer Custo", *Última Hora*, 23 de agosto de 1961, p.4, coluna.
[452] "Ponto Final de Jânio: "Eu Manterei a Qualquer Custo a Política Exterior Que me Prometi ao Povo", *Última Hora*, 23 de agosto de 1961, capa, manchete.
[453] Idem.

liderança comprometida com a construção de um Brasil autônomo e equilibrado no cenário global, em oposição ao alinhamento automático com blocos de poder, característica de governos anteriores. Sua rejeição a ser "um eco do governo anterior" reforça a intenção de reposicionar o país em um contexto diplomático inovador, capaz de refletir os anseios de soberania e autodeterminação nacional.

O discurso evidencia também a tentativa de distanciar sua administração de práticas tradicionais de submissão a influências externas, propondo um protagonismo ativo e independente. Ao mesmo tempo, a mensagem carrega um tom de enfrentamento, as vésperas de sua renúncia, desafiando os opositores a contribuírem de maneira mais produtiva, e reafirma seu compromisso com a construção de um novo modelo de relações internacionais para o Brasil.

Vamos nos deter agora no conflito interno e na oposição que o ato de condecorar Ernesto "Che" Guevara pela Ordem do Cruzeiro do Sul provocou, gerando uma forte reação política interna, especialmente entre os conservadores liderados por Carlos Lacerda, que usaram o evento para criticar duramente o governo de Jânio Quadros. Na sua cobertura sobre a política externa e os reflexos da visita de Che Guevara à Conferência de Punta del Este, o *Estadão* dedica atenção especial à repercussão do evento no Cone Sul, com foco no Chile e na Argentina. Um artigo[454] escrito por um correspondente do jornal na Argentina, um dia após aquele editorial sobre a crise no Brasil se acentuar abordado acima, destaca que o Presidente Arturo Frondizi também não conseguiu aplacar a inquietação provocada pela passagem de Guevara por Buenos Aires. Segundo o texto, a visita do líder cubano gerou um mal-estar político significativo, sobretudo entre os setores militares de tendência nacionalista, que demonstraram descontentamento com os desdobramentos do encontro.

Essa análise revela as tensões internas no governo argentino, em um momento em que as movimentações de figuras como Che Guevara eram vistas como símbolos de desafios ideológicos à ordem estabelecida no continente. A menção às reações dos militares argentinos é particularmente relevante, pois sugere uma conexão entre os debates internos de países sul-americanos e as preocupações geopolíticas mais amplas relacionadas à influência de Cuba e, por extensão, ao papel dos Estados Unidos na contenção do avanço socialista na região. Esse episódio também aponta para o alinhamento editorial do *Estadão*, que frequentemente vinculava essas dinâmicas regionais à eficácia ou à fragilidade das lideranças locais em lidar com as pressões externas e internas. Além disso, a atenção dada ao comportamento militar na

[454] "Frondizi não teria conseguido desfazer a inquietação criada pela visita de "Che" Guevara", *O Estado de S. Paulo*, 24 de agosto de 1961, p.2, artigo.

Argentina reflete a preocupação do jornal com a estabilidade política do Cone Sul e com a crescente polarização ideológica no contexto da Guerra Fria, bem como, se vincula aos argumentos utilizados pelo jornal paulista sobre os alertas democráticos e os perigos de subversão que costumava fazer em seus editoriais.

A Política Externa Independente (PEI), promovida pelo governo de Jânio Quadros, gerou reações contrastantes no cenário internacional e entre os atores políticos nacionais e estrangeiros, que também se enquadram nesta temática da oposição a PEI. No *Jornal do Brasil*, por um lado, foi vista como um avanço nas relações do Brasil com o bloco afro-asiático e árabe, reforçando o protagonismo do país como um mediador entre as grandes potências e os países em desenvolvimento. Por outro, despertou desconfianças e críticas entre aliados tradicionais, como os Estados Unidos, que viam a postura brasileira como uma ameaça à lógica binária da Guerra Fria.

Uma entrevista com o Presidente da República Árabe Unida, noticiada pelo *Jornal do Brasil*, exemplifica a recepção favorável da PEI no mundo árabe[455]. O líder afirmou que as preocupações em torno da política externa brasileira eram infundadas, elogiando-a por ser "apenas uma política externa independente" e destacando a satisfação de seu governo com as diretrizes brasileiras. Esse reconhecimento internacional reflete a busca da PEI por um alinhamento diplomático que não dependesse das grandes potências, priorizando a ampliação do diálogo com países que compartilhavam desafios de soberania e desenvolvimento. O elogio à liderança de Jânio Quadros sugere que sua postura fortalecia laços com nações recém-independentes, consolidando a imagem do Brasil como um ator relevante no Sul Global.

No entanto, a receptividade positiva da PEI não foi unânime. Em outra matéria publicada ao lado desta, destaca que deputados norte-americanos criticaram duramente a política externa brasileira, chamando-a de "dissimulação hipócrita e traiçoeira"[456]. As críticas centraram-se no que consideraram um tratamento inadequado de aliados e amigos, em contraste com a aproximação de "inimigos neutros e oportunistas". Essa reação reflete a insatisfação de setores políticos dos EUA com a autonomia diplomática promovida pelo Brasil, que desafiava o alinhamento esperado dos países do hemisfério ocidental durante a Guerra Fria. A matéria demonstrava que essa dificuldade em aceitar a postura brasileira evidenciava como a PEI

[455] "Nasser acha que política do Brasil não pode preocupar, pois é apenas independente", *Jornal do Brasil,* 22 de agosto de 1961, p.4, notícia.
[456] "Deputados dos EUA acusa política de Jânio de hipócrita e traiçoeira", *Jornal do Brasil,* 22 de agosto de 1961, p.4, notícia.

tensionava as relações com os EUA, que viam o governo Jânio Quadros como imprevisível e, em alguns casos, contraditório aos interesses do bloco ocidental.

No contexto doméstico, as tensões geradas pela PEI foram minimizadas publicamente pelo chanceler Afonso Arinos, que descreveu o conflito entre Jânio Quadros e Carlos Lacerda como uma questão pessoal, sem impactos na condução da política externa[457]. Em nota publicada pelo *Jornal do Brasil*, Arinos reafirmou que a PEI seguia "tranquila e bem delineada", buscando desviar o foco das críticas e assegurar a continuidade da política no cenário internacional. Essa tentativa de dissociar conflitos internos da política externa reflete uma estratégia para preservar a imagem de estabilidade e independência do governo diante de um cenário político polarizado. Assim, a PEI destacou-se no *JB* como uma política de impacto ambivalente. Se, por um lado, reforçou a autonomia do Brasil ao buscar diversificação nas relações internacionais e um papel mais ativo no Sul Global, por outro, gerou desconfiança e atritos com aliados tradicionais, como os Estados Unidos. Essa dualidade revela os desafios enfrentados por Jânio Quadros ao tentar equilibrar inovação diplomática e interesses estratégicos naquele contexto, consolidando a PEI como uma política ousada, mas por vezes vista como controversa, tanto em âmbito doméstico quanto internacional.

O *Última Hora* reforçou a defesa da política externa de Jânio, buscando desqualificar as críticas de Carlos Lacerda como fruto de desespero político e oportunismo. Em 24 de agosto de 1961, o jornal publicou uma matéria destacando que até Adauto apoiava a PE de Jânio[458], destacando o respaldo que o Presidente recebia no Congresso, contrastando com as tentativas de Lacerda de mobilizar oposição contra ele.

> É indiscutível nosso apoio à política exterior do Presidente da República. Aceitamo-la nas plataformas e promessas do candidato que fomos buscar fora de nossas fileiras partidárias. [...] Nas linhas essenciais de sua conduta, o Sr. Presidente da República não tem desmerecido da solidariedade que lhe prometemos, quando nossos partidos resolveram sustentar-lhe a candidatura nas urnas de 3 de outubro de 1960[459].

No dia seguinte, em 25 de agosto, na matéria sobre Castro Neves responder que "Não Farão com Jânio o que Fizeram com Vargas!", o *UH* traçou um paralelo com a crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954, sugerindo que a oposição recorria às mesmas estratégias para enfraquecer um governo que buscava mudanças estruturais[460]. O *Última Hora* posicionou-

[457] "Arinos acha divergência caso pessoal", *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 1961, p.4, nota.
[458] "Até Adauto Cardoso Apóia Política Exterior de JQ: 'Foi Desespêro de Lacerda'", *Última Hora*, 24 de agosto de 1961, p.4, notícia. Mais uma vez, grafia da época no título, não realizei correção ortográfica.
[459] Idem.
[460] "Castro Neves Responde: Não Farão com Jânio o que Fizeram com Vargas!", *Última Hora,* 25 de agosto de 1961, capa, manchete.

se como uma voz de resistência contra os setores que tentavam instrumentalizar o anticomunismo para sabotar a estabilidade política e deslegitimar a política externa independente de Jânio.

A decisão de Jânio Quadros de condecorar Ernesto "Che" Guevara evidenciou os desafios de sua política externa, que buscava posicionar o Brasil como um ator autônomo em um mundo dividido pela Guerra Fria, o que gerava impactos na política externa e na doméstica também. O *Estadão*, no editorial de 17 de agosto de 1961[461], reconheceu os avanços diplomáticos da Conferência de Punta del Este e a Aliança para o Progresso como marcos de liderança americana. Contudo, criticou a condecoração de Guevara como "delicada e quase patética", argumentando que o gesto enfraquecia os esforços de Jânio para alinhar o Brasil aos interesses hemisféricos liderados pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o jornal via na política externa do Presidente um paradoxo, com ações que oscilavam entre o pragmatismo diplomático e decisões consideradas imprudentes, expondo tensões entre ambição internacional e reações domésticas.

> A Conferência Interamericana de Punta del Este, que chega agora à sua conclusão vitoriosa, é o primeiro ponto de luz a surgir, por fim, no panorama sombrio destes tempos. [...] Foi por isso que um revolucionário profissional, tal como o ministro cubano Guevara, veio a encontrar-se em Punta del Este em uma situação delicada, quase patética. [...] Em última análise, não lhe foi possível desempenhar o papel de antagonista que Fidel Castro lhe confiara. [...] John Kennedy, de fato, não concebeu a 'Aliança' apenas como louvável iniciativa de sua nação, mas como cidadão das Américas, e a política que ele preconizou, e agora aplica, não é uma política de mera boa vizinhança, mas de integração. [...] Não basta, porém, ter assinado a Carta de Punta del Este para que os frutos da Aliança estejam ao alcance da mão. Temos os instrumentos, as diretrizes e os meios financeiros e técnicos. De agora em diante, cada qual arcará com suas próprias responsabilidades[462].

No contexto da Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros, a Conferência de Punta del Este apresenta implicações significativas. A postura brasileira de buscar um equilíbrio entre alinhamentos tradicionais e a autonomia diplomática ganha relevância à medida que a Aliança para o Progresso se torna um instrumento de influência dos EUA. Embora a PEI visasse diversificar parcerias e projetar uma imagem de independência, eventos como este revelam os desafios de posicionar o Brasil como mediador internacional.

O *Jornal do Brasil,* por sua vez, destacou como a política externa de Jânio era integrada a sua estratégia doméstica de austeridade econômica e modernização. No editorial do *Jornal do Brasil* sobre o Canadá[463] reflete uma visão ambiciosa de integração hemisférica, destacando o

[461] "Rumo as Novas Fronteiras", *O Estado de S. Paulo,* 17 de agosto de 1961, p.3, editorial.
[462] Idem.
[463] "Canadá", *Jornal do Brasil,* 17 de agosto de 1961, p.6, editorial.

papel potencial do Canadá como parceiro estratégico para a América Latina e, em especial, para o Brasil. O texto posiciona o Brasil como o "porta-voz natural" da região, sublinhando sua centralidade na articulação de relações econômicas e políticas no continente americano. A análise enfatiza a complementaridade entre o Canadá e a América Latina, com destaque para o capital, a tecnologia e a expertise canadenses como elementos essenciais para o desenvolvimento da região. Simultaneamente, o Canadá, segundo o editorial, poderia beneficiar-se ao redirecionar seus produtos e investimentos para os mercados latino-americanos, especialmente diante da perda de espaços em mercados tradicionais. Essa relação mutuamente benéfica é apresentada como uma oportunidade para intensificar o diálogo econômico entre as partes.

> Neste momento, mais do que nunca, a América Latina e o Brasil — por todos os títulos, o porta-voz natural da América Latina — está precisando do Canadá, e o Canadá da América Latina. [...] Mais do que nunca a América Latina necessita dos capitais, dos produtos de tão alta categoria, da técnica, da experiência canadenses. [...] O Canadá, além de ser o segundo país mais rico do Hemisfério e uma das grandes potências econômicas mundiais, se encontra em condições invejáveis para entabular conosco um diálogo econômico mais intenso. [...] Na verdade, não está longe o dia, grato a todos os americanos e fatídico para os que tramam a perdição deste Hemisfério, em que a América virá a constituir, do Ártico ao Antártico, uma verdadeira família — todos os membros em pé de igualdade e sem nenhuma área que se envergonhe, seja de sua imerecida pobreza, seja de sua indébita riqueza[464].

Há também a sugestão de que o Canadá ocupe uma cadeira na OEA, sendo um ponto marcante do editorial. A proposta simboliza a renovação do sistema interamericano, atribuindo ao Canadá um papel mais ativo na política hemisférica. Essa visão, que conecta a entrada do Canadá à reintegração de Cuba no sistema interamericano, busca projetar um futuro em que o continente americano funcione como uma "família" unificada, superando divisões de pobreza e riqueza. A metáfora reforça um ideal de cooperação continental ampla, alinhada a princípios de igualdade e solidariedade. O editorial também carrega implicações para a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros, ao ecoar o interesse do Brasil em diversificar parcerias internacionais. A aproximação com o Canadá, uma potência econômica e tecnológica não hegemônica, dialoga com o esforço da PEI de reduzir a dependência das grandes potências, como os Estados Unidos e a União Soviética, sem romper com o bloco ocidental. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* apresenta a integração canadense como um movimento estratégico para renovar as instituições interamericanas e reforçar a estabilidade regional, em consonância com os objetivos de modernização e autonomia da política externa brasileira naquele período. Embora reconhecesse as críticas geradas pela condecoração, o *Jornal do Brasil* tratou o

[464] Idem.

episódio como parte de uma estratégia maior de reafirmação da autonomia brasileira em uma ordem mundial polarizada.

O *Última Hora* adotou uma posição fortemente favorável à política externa de Jânio, destacando sua importância para o fortalecimento do Brasil no cenário internacional. O *UH* também abordou as questões envolvendo a presença do ministro canadense no Brasil[465], destacando a proximidade entre os problemas econômicos do Canadá e do Brasil, particularmente no comércio de produtos primários. Segundo Sévigny, a dependência das exportações de commodities é uma semelhança que conecta os dois países, evidenciando o potencial para maior cooperação econômica. Além disso, o ministro trouxe uma mensagem especial do Primeiro-Ministro canadense a Jânio, buscando reforçar os laços bilaterais. Ele também elogiou o papel de liderança do Brasil entre as nações latino-americanas na abordagem metódica e realista dos desafios econômicos regionais, observados durante a Conferência Econômica de Montevidéu. O destaque dado pelo jornal a essas declarações demonstra o interesse em sublinhar a relevância internacional do Brasil no contexto hemisférico.

Em outra matéria, o *Última Hora* analisa a postura controversa de Jânio Quadros em relação a Cuba[466]. O jornal revela que o Presidente brasileiro insistiu na presença de "Che" Guevara em Brasília, mesmo diante da tentativa de excluir Cuba das discussões centrais de Punta del Este. Essa decisão reflete a linha diplomática da Política Externa Independente (PEI), que buscava neutralidade e respeito à autodeterminação dos povos, afastando-se da lógica de exclusão promovida pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Todavia, o jornal expõe o papel ativo do Brasil na moderação do discurso político da conferência. Jânio telefonou para Punta del Este com instruções claras para que a delegação brasileira não subscrevesse documentos que restringissem Cuba. Conforme o periódico, por iniciativa brasileira, trechos sobre a iniciativa privada e eleições periódicas foram retirados do documento oficial, enquanto foi mantida a declaração de apoio à autodeterminação dos povos, reforçando o princípio de neutralidade e soberania. Essas abordagens mostram como o *Última Hora* interpretava os movimentos de Jânio Quadros na política externa como tentativas de reposicionar o Brasil como uma liderança diplomática regional. Ao mesmo tempo, destacava as tensões e as críticas que surgiam devido à sua postura desafiadora em relação aos Estados Unidos e a defesa da inclusão cubana, ainda que envolta em mistério. Essa cobertura evidencia

[465] "MINISTRO CANADENSE TROUXE MENSAGEM PARA JÂNIO E ESTÁ IMPRESSIONADO COM BRASÍLIA", *Última Hora*, 16 de agosto de 1961, p.2, notícia.
[466] "JQ Contra Restrição a Cuba na Resolução de Punta Del Este", *Última Hora*, 16 de agosto de 1961, p.4, coluna.

a complexidade e a dualidade do papel do Brasil como intermediador entre os blocos e defensor de um equilíbrio diplomático no contexto polarizado da Guerra Fria.

A análise discursiva das narrativas jornalísticas sobre a condecoração de Ernesto "Che" Guevara evidencia como os diferentes periódicos da época construíram significados conflitantes em torno do evento, projetando tanto os desafios da Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros quanto as disputas internas que ela suscitava. As críticas e elogios variaram conforme as estratégias discursivas empregadas, com jornais como *Estadão* enfatizando o desvio de uma suposta tradição diplomática e o alinhamento ao bloco soviético, enquanto *Última Hora* e *Jornal do Brasil* buscaram legitimar a autonomia brasileira como uma afirmação de soberania e liderança no cenário global.

O episódio, ao ser mediatizado, não só refletiu a polarização política do período, mas também configurou uma arena discursiva onde diferentes atores buscaram impor suas interpretações e agendas políticas. Elementos como o uso de termos pejorativos para descrever Che Guevara, a evocação de figuras diplomáticas históricas e a construção de uma imagem de pragmatismo ou irracionalidade nos discursos, revelam os esforços de legitimação e deslegitimação que caracterizaram o debate. Esses elementos discursivos não apenas moldaram a opinião pública, mas também demarcaram fronteiras ideológicas, instrumentalizando o anticomunismo ou a busca pela soberania de acordo com os interesses políticos de cada veículo.

Nesse sentido, a abordagem da análise de discurso permite compreender como o "não dito" — as implicações veladas, os silêncios estratégicos e as escolhas linguísticas — construiu sentidos que transcendiam o evento em si, conectando-o a disputas maiores sobre o posicionamento do Brasil na Guerra Fria e as tensões internas do regime democrático. Assim, a condecoração de Guevara não foi apenas um gesto diplomático, mas também um catalisador de narrativas que revelam os dilemas e contradições construídas pela imprensa em torno da PEI, projetando o Brasil como um espaço de negociações entre autonomia e alinhamentos globais, ao mesmo tempo que expôs as fragilidades políticas do governo Jânio Quadros.

5.3. ENTRE PONTES E BARREIRAS: O REATAMENTO BRASIL-URSS E O DISCURSO SOBRE A PEI NA GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA

O reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética, em 23 de novembro de 1961, representou um marco na política externa brasileira e na definição da chamada Política Externa Independente (PEI). Liderada pelo governo João Goulart, essa iniciativa refletiu a tentativa de posicionar o Brasil como um ator soberano em meio à

polarização da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que enfrentava intensas pressões internas e externas. A decisão foi polêmica e gerou amplos debates na imprensa, onde diferentes veículos expressaram posições conflitantes sobre as implicações políticas, econômicas e ideológicas do movimento[467]. Para além das declarações oficiais, a cobertura jornalística evidenciou a complexidade de se navegar entre alinhamentos estratégicos, demandas comerciais e o discurso anticomunista que permeava a sociedade brasileira da época.

A imprensa brasileira desempenhou um papel central na construção das narrativas sobre o reatamento, com *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* adotando perspectivas distintas que refletiam suas orientações ideológicas. Enquanto o *Estadão* reforçava uma retórica anticomunista ao criticar a aproximação com a URSS como um risco à segurança e aos valores democráticos, o *Jornal do Brasil* buscava um tom equilibrado, reconhecendo a necessidade pragmática da decisão sem ignorar as tensões internas que ela provocava. Já o *Última Hora*, alinhado ao governo, celebrava o reatamento como um triunfo da política externa independente e uma oportunidade de ampliação das relações comerciais e culturais com o bloco socialista. A análise discursiva das matérias desses jornais permite identificar não apenas os posicionamentos explícitos, mas também os silêncios que revelam omissões estratégicas e disputas narrativas, tão caras para a compreensão do todo, em relação a PEI.

Este capítulo se dedica a explorar como a imprensa interpretou e projetou os debates em torno do reatamento, analisando os argumentos, tensões e subtendidos presentes em suas publicações. Ao observar o período que antecedeu e sucedeu a formalização das relações diplomáticas, busca-se compreender como a mídia refletiu, influenciou e, em alguns casos, distorceu o debate público sobre o evento. Mais do que uma decisão diplomática, o reatamento se tornou um símbolo de conflitos mais amplos sobre a identidade nacional, a soberania econômica e o papel do Brasil no sistema internacional. É nesse contexto que a análise discursiva dos jornais ganha relevância, permitindo identificar as camadas ideológicas que construíram as narrativas e ajudaram a configurar as percepções sobre a Política Externa Independente durante um período crítico da história brasileira.

O *Estadão* se posicionou de forma contundentemente contrária ao reatamento, articulando um discurso centrado na retórica anticomunista. Em 18 de novembro, o editorial

[467] Charles Domingos trabalhou especificamente este tema sob a ótica da imprensa gaúcha e conforme o autor, "o primeiro ato de relevo do novo governo em sua política externa foi o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Essa medida foi extremamente polêmica. Trouxe à tona muito da tensão que se pretendia refrear, pois foi tomada em 23 de novembro de 1961, pouco mais de dois meses após a conturbada posse do novo governo. Imediatamente, os que se opunham ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS se fizeram ouvir. Da mesma maneira, os setores políticos que apoiavam a medida também se manifestaram. Tudo contribuindo para evidenciar as disputas políticas daquele período histórico." (Domingos, 2010, p.208).

"Lição da História"[468] apresenta uma visão alarmista, afirmando que as democracias ocidentais se mostravam incapazes de enfrentar os avanços soviéticos. O jornal associa o expansionismo da URSS à política cubana, destacando o risco de Havana influenciar outras nações latino-americanas, incluindo o Brasil. O texto insinua que a aproximação diplomática com Moscou poderia representar **uma falha estratégica, ao abrir espaço para a subversão no continente.**

> A história política registra uma constante na vida das democracias: a sua aversão para encarar de frente os perigos que as ameaçam. [...] A União Soviética, inimiga inconciliável da democracia, resolveu transpor o Oceano Atlântico para atacá-la neste Continente, onde ela tem seu maior baluarte. [...] Diante desta inequívoca manifestação dos intuitos agressivos do governo de Havana, que é que fazem as latino-americanas? Reúnem-se em Buenos Aires e, em três dias de emaranhadas jaculatórias, redigem um documento literária e juridicamente perfeito, traçando com magistral perfeição as linhas da sua política em face do agressor[469].

Esse trecho reflete uma crítica incisiva ao que é percebido como inação ou resposta insuficiente das democracias latino-americanas frente às ameaças do comunismo representado pela União Soviética e pelo governo de Havana. A narrativa aponta para uma tendência das democracias de evitar enfrentar diretamente os perigos que as rondam, sugerindo uma atitude complacente ou inepta. A União Soviética é apresentada como um inimigo ativo e estratégico que busca estender sua influência no hemisfério ocidental, identificando em Cuba um veículo para suas ambições expansionistas. A crítica à reunião em Buenos Aires sublinha um contraste entre a gravidade da ameaça percebida e a resposta diplomática, caracterizada como excessivamente formal e pouco prática. O "documento literária e juridicamente perfeito" é ironizado como um exemplo de retórica vazia, destacando uma frustração com a falta de medidas concretas ou efetivas diante do contexto da Guerra Fria.

Esse discurso ressoa com uma visão anticomunista típica do período[470], enfatizando a necessidade de ação mais enérgica e articulada por parte das democracias do continente. Essa perspectiva é complementada pelo editorial de 21 de novembro, "O Governo Federal e a Economia Agrícola"[471], que, embora centrado em questões econômicas, destaca a importância da Aliança para o Progresso como alternativa às relações com países comunistas. Ao enfatizar os benefícios da cooperação com os EUA e criticar indiretamente qualquer iniciativa que afastasse o Brasil do "mundo livre", o *Estadão* reforça seu posicionamento alinhado aos valores ocidentais, enquanto silencia sobre as dificuldades econômicas que poderiam justificar a busca

[468] "Lição da História", *O Estado de S. Paulo*, 18 de novembro de 1961, p.3, editorial.
[469] Idem.
[470] Sobre isso ver: Rodeghero, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.
[471] "O Governo Federal e a Economia Agrícola", *O Estado de S. Paulo*, 21 de novembro de 1961, p.3, editorial.

por novos parceiros comerciais, como a URSS, alegando que “A hora é decisiva e poderá marcar o início de nova etapa em nossa vida rural. O espírito de solidariedade dos nossos irmãos do Norte está a oferecer-nos o ensejo. Resta agora que saibamos aproveitá-lo”[472].

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, apresentou um tom mais moderado que o *OESP*, embora também crítico em alguns momentos. No editorial "Chamado"[473], de 16 de novembro, o jornal analisa o "vácuo ideológico" no Brasil, identificando uma fragilidade interna que permitiria a infiltração de forças externas, incluindo o Partido Comunista. Esse alerta implícito às consequências de um eventual reatamento das relações com a URSS é acompanhado de uma defesa da soberania nacional e da necessidade de o Brasil construir uma identidade ideológica própria, independente de pressões externas.

> No Brasil vai tudo regularmente bem, exceto uma coisa: há um vácuo ideológico. Nos dois limites desse vácuo, à esquerda e à direita, esgueiram-se de fora para dentro as forças exóticas do Partido Comunista e do direitismo lacerdista. [...] O Sr. Jânio Quadros, por sua vez, continua sendo [...] a imagem da decisão do País de reorganizar-se internamente e de reafirmar-se externamente como unidade nacional adulta e verdadeiramente soberana. [...] Tem que falar. Tem que assumir, diretamente, a posição que lhe cabe. Não pode continuar a omitir-se. Não está fora, está bem dentro, está no centro mesmo do País. [...] Há que dar ao País, ou melhor, que devolver-lhe, em forma atuante, ideias e teses válidas, realmente brasileiras, ideias e teses capazes de orientar e entusiasmar as nossas forças criadoras[474].

O Presidente Jânio Quadros é posicionado como uma figura central, encarregado de preencher esse vácuo e liderar o Brasil em direção a uma reorganização interna e à reafirmação de sua soberania nacional. Há um chamado explícito para que ele se posicione de forma clara e ativa, assumindo um papel de liderança ideológica e fornecendo uma direção que reflita ideias genuinamente nacionais. A ênfase na necessidade de ideias e teses que sejam “realmente brasileiras” indica uma preocupação em evitar influências externas e construir um projeto político e social alinhado com as características e necessidades específicas do país. Essa retórica reforça a ideia de soberania, autonomia e criatividade como elementos indispensáveis para o desenvolvimento e fortalecimento do Brasil. O texto, portanto, articula uma crítica à omissão e uma expectativa de liderança que equilibre os desafios internos e externos.

Em 18 de novembro, no editorial[475], o *Jornal do Brasil* reflete as tensões internas no Brasil e as influências externas no período, com críticas tanto à retórica extremista quanto às contradições nas ações dos personagens que aparecem mencionados no texto. A menção à "aliança" contra o comunismo, apoiada por líderes como Eisenhower e Kennedy, coloca o

---

[472] Idem.
[473] "Chamado", *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1961, p.6, editorial.
[474] Idem.
[475] "O General Almirante", *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1961, p.6, editorial.

contexto maior da Guerra Fria como pano de fundo[476], evidenciando a polarização ideológica da época. O texto, no entanto, não apenas relata os eventos, mas também carrega um tom editorial claro, que questiona a integridade e as motivações dos líderes mencionados, especialmente no caso brasileiro.

> O protótipo do direitismo militar norte-americano, no momento, é o General Edwin Walker, que se notabilizou pela maneira peculiar com que politizava suas tropas, na Alemanha, para o combate ao comunismo. [...] Para o General Walker, textualmente, já estamos em guerra, cada homem é um soldado, e o Governo americano está minado pelos comunistas, que reduzem, por dentro, à impotência, o colosso norte-americano. [...] Em suma, uma versão norte-americana do brasileiro, Sr. Pena Bóto, que, ontem mesmo, declarava, em Roma, que o Brasil caminha para o comunismo e que o atual Governo brasileiro é 'decididamente criptocomunista'[477].

O General Walker é descrito como um símbolo do militarismo ideológico americano, conhecido por politizar suas tropas na Alemanha e defender a ideia de que o comunismo já havia iniciado uma guerra contra os EUA. Ele renunciou ao Exército para defender abertamente suas ideias, um gesto que pode ser interpretado como de convicção ou radicalismo. Por outro lado, o Sr. Pena Bóto, da reserva, é criticado por continuar recebendo benefícios do Estado enquanto promove uma retórica conspiratória contra o governo brasileiro, ao qual acusa de ser "criptocomunista". Essa diferença de postura é usada para destacar a suposta hipocrisia do líder brasileiro em contraste com o militar americano. Esses textos sugerem uma postura de cautela e realismo, evitando tanto o alarmismo anticomunista em sua narrativa quanto uma celebração desmedida do reatamento que ocorreria alguns dias depois.

Já o *Última Hora* se destacou por seu alinhamento pró-governo e por adotar uma abordagem otimista em relação ao reatamento. Em 18 de novembro, a matéria "URSS Vai Incrementar Comércio Com o Brasil"[478] destaca os benefícios comerciais da aproximação, enfatizando os interesses mútuos em produtos como café, trigo e petróleo. Esse enfoque econômico busca legitimar a decisão como uma estratégia racional e vantajosa para o Brasil, em um contexto de crise financeira. A narrativa é ampliada em 22 de novembro, com a publicação de "San Tiago Anuncia Reatamento com a URSS"[479], na qual o chanceler San Tiago Dantas defende o movimento como parte da política externa independente do Brasil. A matéria

[476] A referência ao contexto da Guerra Fria como 'pano de fundo' reflete a construção discursiva específica da matéria jornalística em questão, e não implica uma visão de passividade do Brasil nesse cenário. Como argumentado em outras partes desta pesquisa, o Brasil teve um papel ativo na dinâmica da Guerra Fria, influenciando e sendo influenciado pelos desdobramentos desse conflito global.
[477] Idem.
[478] "URSS Vai Incrementar Comércio Com o Brasil", *Última Hora*, 18 de novembro de 1961, p.2, notícia.
[479] "San Tiago Anuncia Reatamento Com a URSS", *Última Hora*, 22 de novembro de 1961, p.4, notícia.

sublinha que o reatamento é uma decisão comercial e estratégica, desqualificando preocupações ideológicas como infundadas.

> O chanceler anunciará que o reatamento está à vista e deverá ser feito dentro de poucos dias. Esperava o Ministro do Exterior fazer a comunicação do restabelecimento de relações, explicando a sua significação para a economia do País, diante das dificuldades que o mercado comum europeu criou para a colocação na Europa dos produtos primários brasileiros. [...] Falando à imprensa, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves revelou que 'estão adiantados os entendimentos para o reatamento' e que isto se daria dentro em pouco, 'logo que superadas algumas formalidades'[480].

A fala do Primeiro-Ministro Tancredo Neves reforça a perspectiva de que as negociações estão avançadas, restando apenas a superação de formalidades para a concretização do processo. Esse posicionamento reflete um esforço do governo em adaptar a política externa às necessidades econômicas do país, ao buscar alternativas de mercado e estreitar laços internacionais. O texto também sugere um componente pragmático na Política Externa Independente, na medida em que articula movimentos diplomáticos com benefícios econômicos, evidenciando uma abordagem estratégica para enfrentar desafios externos. O *Última Hora* silencia sobre as resistências internas e os riscos geopolíticos associados ao reatamento por outros veículos, optando por retratar o evento como um passo rumo à soberania e à projeção internacional do Brasil.

Esses recortes mostram como cada jornal utilizou o debate sobre o reatamento para moldar suas narrativas e reforçar suas posições políticas. Enquanto o *Estadão* destacou os riscos ideológicos e geopolíticos, o *Jornal do Brasil* equilibrou críticas moderadas com análises econômicas e a *Última Hora* priorizou a defesa do governo e os potenciais benefícios comerciais. O que se observa, entretanto, é uma tendência comum de omitir ou minimizar questões que pudessem contradizer suas respectivas linhas editoriais, reforçando a importância do silêncio como estratégia discursiva.

O reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, continuou gerando reações intensas na imprensa brasileira ao longo da semana seguinte. Cada jornal analisado utilizou o evento como uma lente para reforçar suas posições ideológicas, seja para criticar, apoiar ou reinterpretar o significado da aproximação com Moscou. O período pós-reatamento revela como o discurso jornalístico construiu a percepção pública sobre o tema, destacando tanto as vantagens econômicas quanto as preocupações de ordem política e ideológica.

[480] Idem.

O *Estadão* manteve sua postura fortemente contrária ao reatamento, articulando argumentos baseados em sua retórica anticomunista. No editorial "Brasil e a Rússia Bolchevista"[481], o jornal questiona a segurança nacional frente à presença diplomática soviética no Brasil. A narrativa associa o reatamento à abertura de uma "porta para a subversão", reforçando que a URSS não poderia ser tratada como um parceiro confiável devido a sua história de interferência em outras nações.

> O Brasil, ficou provado, não é o que pretende dele fazer a coorte dos comunistas e dos desajustados mentais. **O Brasil é fundamentalmente cristão e democrático.** [...] **Que os senhores de Moscou não pretendem de modo algum limitar-se à prática correta da diplomacia entre gentes do mesmo nível moral e de idêntica formação espiritual, di-lo a própria facilidade com que aceitaram essas humilhantes condições.** [...] Aplaudiram a decisão governamental comunistas notórios, hoje inscritos em vários partidos e, sobretudo, no PTB; repeliram-na com veemência deputados pertencentes ao clero católico e os que se filiam na 'Ação Democrática Parlamentar'. **Tão animadores indícios confirmam que estamos dentro da razão quando nos insurgimos contra as falsas verdades daqueles que de viva força querem mudar a linha de evolução da história nacional. O Brasil é um país visceralmente democrático.** [...] A cautela com que atuou o Itamarati está a demonstrar clamorosamente o bem fundado das objeções opostas ao restabelecimento das relações entre os dois países por quantos colocam as exigências da segurança nacional acima dos interesses político-partidários[482].

A narrativa apresenta uma clara oposição ao movimento, fundamentada em uma visão que associa o Brasil a valores cristãos e democráticos, os quais, segundo o texto, seriam incompatíveis com os objetivos dos "senhores de Moscou" e dos apoiadores do comunismo. A crítica se estende aos comunistas, vistos como infiltrados em partidos como o PTB, e à suposta falta de alinhamento moral e espiritual entre o Brasil e os regimes comunistas. A menção de apoio por comunistas e rejeição por setores católicos e conservadores, como a "Ação Democrática Parlamentar", ilustra o embate político-partidário e ideológico em torno da política externa. Por fim, o discurso evidencia a tentativa de legitimar essa oposição como um movimento em defesa da "evolução histórica nacional", reafirmando uma identidade democrática e cristã como pilares da nação brasileira em contraposição ao avanço comunista.

Esse tom é intensificado no editorial de 28 de novembro, "O Levante do III Regimento"[483], que revisita as memórias do levante comunista de 1935. A matéria conecta simbolicamente o reatamento ao perigo histórico representado pelo comunismo, sugerindo que as lições do passado estavam sendo ignoradas. Ambos os textos reforçam uma visão alarmista

[481] "Brasil e a Rússia Bolchevista", *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p.3, editorial.
[482] Idem, grifos meus.
[483] "O levante do IlI Regimento", *O Estado de S. Paulo*, 28 de novembro de 1961, p.3, editorial.

e silenciam sobre os benefícios comerciais e estratégicos da decisão, priorizando uma narrativa de ameaça à soberania e aos valores nacionais.

> Pelas características que assumiu e pela violência com que se portaram os seus cabeças, a intentona foi algo de inédito em nossa História, pois o brasileiro tem uma longa tradição de humanidade em suas lutas. [...] **Os comunistas** são homens à parte. **Não se pode ver neles a condição humana**, pelo menos no sentido que a civilização ocidental empresta à expressão. [...] A camisa de força que voluntariamente vestem ao penetrar nas organizações bolchevistas deturpa-os, transformando-os em seres de uma espécie zoológica diferente. Não raciocinam, porque esse privilégio, herança da civilização greco-latina, lhes é vedado. [...] Afirmava há dias um jornalista italiano que **o comunismo é anti-histórico**. A expressão é extremamente feliz e define com extraordinária precisão o estranho fenômeno[484].

Esse material é valioso para uma análise discursiva, pois exemplifica como o anticomunismo no Brasil se articulava não apenas em termos políticos, mas também culturais e morais, criando uma narrativa abrangente que justificava medidas repressivas e reforçava o alinhamento com o bloco ocidental durante a Guerra Fria. Embora a PEI buscasse um posicionamento mais equilibrado em relação ao bloco socialista, discursos como esse demonstram o embate interno entre diferentes setores políticos e sociais quanto à aproximação ou neutralidade em relação ao bloco comunista. Além da clássica retórico de desumanização dos comunistas, apelo a tradição ocidental e cristã, argumentação anticientífica e anti-histórica, bem como a construção narrativa de uma ameaça inédita na história do país.

O *Jornal do Brasil* continuou a adotar uma abordagem mais pragmática e equilibrada em relação ao reatamento. No editorial "Reatamento"[485], de 24 de novembro, o jornal celebra a decisão como um movimento necessário em uma era marcada pela coexistência nuclear. Argumenta que, no contexto internacional, o diálogo com todas as potências é imperativo para a paz global, destacando que a reaproximação com a URSS não comprometeria os valores democráticos do Brasil.

> Assim sendo, já desde há bastante tempo, não mais podíamos deixar de ter relações diplomáticas com a União Soviética. O curso dos tempos **nos retirou esse luxo.** [...] A convivência internacional, na era dos teleguiados e das bombas de centenas e até milhares de megatoneladas, passou a ser um imperativo de sobrevivência. [...] **Com a União Soviética, uma das duas nações que têm a capacidade de destruir o mundo, têm que dialogar todas as outras nações, inclusive, sem dúvida, o Brasil, que tem uma palavra a dizer e uma contribuição a dar no sentido da preservação da paz universal**. [...] O Brasil tem novamente, desde ontem, relações diplomáticas com a União Soviética. **Retomou-as livremente, como país adulto que é[486].**

[484] Idem, grifos meus.
[485] "Reatamento", *Jornal do Brasil*, 24 de novembro de 1961, p.6, editorial.
[486] Idem, grifos meus.

Esse discurso ilustra como a reaproximação com a União Soviética foi articulada como uma escolha racional e estratégica, sustentada pelo contexto geopolítico e pelo compromisso do Brasil com uma política externa independente e pragmática. A argumentação apresenta elementos que defendem a decisão como inevitável, natural e alinhada ao papel do Brasil no cenário global. Em 28 de novembro, o editorial "Adiante"[487] sugere que o Brasil deve aproveitar o momento para expandir sua diplomacia e explorar novas oportunidades comerciais e estratégicas. Essa visão aponta para a possibilidade de o país fortalecer sua posição no cenário internacional, mas evita abordar diretamente as críticas internas ao reatamento, demonstrando uma postura que privilegia a continuidade diplomática e econômica em vez de debates ideológicos polarizados.

> **Desde ontem não há mais dúvida: a Nação aceitou com naturalidade, sem entusiasmo e sem escândalo, o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.** [...] É preciso, também, que o Itamarati dê prosseguimento, em toda a linha, à inteligente política de penetração no mundo afro-asiático iniciada pelo Governo Jânio Quadros. [...] Necessitamos, através de ação ponderada e paciente, ajudar Portugal a sair positivamente do impasse que criou nos últimos anos em Angola. Nosso papel nessa área nos garantirá futuro promissor de íntimas relações com o verdadeiro novo mundo da política internacional. [...] Na América Latina, a necessidade é de consolidação mais que de inovação. É preciso aprofundar e estender cada vez mais nosso entendimento fraternal com a República Argentina. [...] **Entre as nações maduras, de verdadeiro prestígio moral, de verdadeira autoridade e influência políticas, há um grande lugar ainda vago, destinado ao Brasil[488].**

O trecho ilustra bem os princípios e objetivos da PEI, combinando pragmatismo e ambição. Ele retrata o Brasil como um país em busca de um papel de liderança global, apostando em sua capacidade de equilibrar interesses regionais, alianças tradicionais e novos horizontes diplomáticos, em consonância com os ideais do governo Jânio Quadros. A visão de que o Brasil tem "um grande lugar ainda vago" no clube das "nações maduras" sugere uma confiança na capacidade do país de assumir um papel de liderança moral e política no cenário internacional, desde que mantenha uma política externa consistente e estratégica.

A *Última Hora* reiterou seu alinhamento pró-governo, exaltando o reatamento como um ato de soberania e progresso. Na matéria "Brasil Reatou Relações com URSS"[489], publicada em 24 de novembro, a decisão é descrita como um marco histórico, com declarações de San Tiago Dantas e líderes políticos destacando os benefícios econômicos e a reafirmação da política externa independente.

---

[487] "Adiante", *Jornal do Brasil*, 24 de novembro de 1961, p.6, editorial.
[488] Idem, grifos meus.
[489] "Brasil Reatou Relações com URSS", *Última Hora*, 24 de novembro de 1961, p.4, notícia.

> Somos, hoje, um Estado cônscio de seus próprios objetivos e de seus próprios problemas, com capacidade para orientar os nossos planos de acordo, exclusivamente, com a nossa vontade, que é a vontade do nosso povo. Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das consequências dos nossos atos, medir, em toda sua extensão, qual a conveniência da política brasileira no que diz respeito às nossas relações com os demais povos. [...] O reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS não implica em nenhuma concessão por parte do Governo brasileiro a qualquer motivação de ordem ideológica – declarou o Sr. Tancredo Neves –. **O Brasil continua sendo uma democracia cristã e o seu Governo compromissado com os princípios jurídicos incorporados à nossa Constituição.** [...] **O reatamento é inevitável se o nosso País realmente deseja incrementar seu comércio com a área socialista e, acima disso, é indispensável para a reafirmação da política externa independente que o Brasil vem seguindo.** [...] Entre os responsáveis pela formulação da política externa brasileira, no Itamarati, Última Hora apurou ontem que, com a formalização do reatamento, a URSS passou a ser a 8ª Nação socialista com a qual o Brasil tem agora relações diplomáticas[490].

O trecho busca legitimar o reatamento com a URSS ao sublinhar a maturidade política do Brasil e sua capacidade de agir de acordo com seus interesses nacionais. Ao destacar que a decisão não representa uma adesão ao comunismo, mas sim uma reafirmação da soberania brasileira, o discurso constrói uma narrativa que fortalece a imagem do país como um ator diplomático independente e responsável. Essa abordagem é coerente com o esforço do governo Jânio Quadros de equilibrar as relações tradicionais com o Ocidente e a aproximação com blocos alternativos. Em 27 de novembro, a matéria que trata sobre o reatamento e as relações comerciais[491] detalha os ganhos esperados, como a ampliação do comércio de café e açúcar com os mercados soviéticos. Destaca-se este trecho com relação a fala de San Tiago Dantas:

> Reatamos porque o Brasil, nos dias de hoje, não pode dispensar nenhum utensílio na luta pelo seu desenvolvimento – disse, inicialmente, o Sr. San Tiago Dantas, pela TV Tupi, em entrevista realizada anteontem. [...] O pauperismo de uma imensa nação, face ao crescimento constante da densidade demográfica brasileira, força o País a dilatar seu intercâmbio comercial, a aumentar e acelerar o ritmo de suas exportações. [...] O comunismo vem é do chão, num País que sofre um processo desses, que oferece uma estrutura social separada, em que as classes pobre e média sofrem constante ataque da alta do custo de vida. [...] Depois de uma conversa com o Presidente João Goulart, os líderes da Ação Democrática Parlamentar decidiram arquivar a anunciada moção de desconfiança ao Conselho de Ministros diante do reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a URSS[492].

O discurso de San Tiago Dantas é emblemático ao destacar o pragmatismo econômico e o realismo político como fundamentos do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética. Ele desvia o foco das críticas ideológicas, concentrando-se nas urgências internas do Brasil, como a luta contra o pauperismo e a necessidade de expandir o intercâmbio comercial.

[490] Idem, grifos meus.
[491] "Reatamento Facilitará Transações Comerciais do Brasil Com a Rússia", *Última Hora,* 27 de novembro de 1961, p.4, notícia.
[492] Idem.

Esse argumento legitima a decisão ao vinculá-la à sobrevivência econômica do país, consolidando a Política Externa Independente (PEI) como uma estratégia voltada à busca de alternativas para o desenvolvimento nacional, mesmo que desafiando convenções ideológicas.

Ao apresentar a maior ameaça ao Brasil como interna e estrutural, e não externa ou ideológica, a fala de Dantas reforça a lógica de que a política externa deve ser uma ferramenta para superar desafios internos. O reatamento com a URSS é, assim, articulado como uma necessidade estratégica que alinha o Brasil à sua autonomia soberana e promove seu desenvolvimento em um cenário internacional polarizado. A postura defendida por Dantas reafirma o papel do Brasil como um ator independente e pragmático, comprometido com suas prioridades econômicas e sociais, mas atento às complexidades da Guerra Fria. Portanto, o *Última Hora* posiciona o reatamento como um avanço estratégico que fortaleceria a economia nacional e consolidaria o papel do Brasil como uma nação soberana no cenário internacional. No entanto, o jornal silencia sobre as críticas ou controvérsias associadas ao evento, oferecendo uma visão predominantemente otimista e alinhada às narrativas oficiais do governo Goulart.

O reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética, em 1961, emergiu como um evento que transcendeu as dinâmicas tradicionais de política externa, tornando-se também um campo de disputa ideológica na imprensa. A análise discursiva dos veículos *O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil* e *Última Hora* revela como as posições editoriais construiram narrativas divergentes, que enfatizavam ora o pragmatismo econômico e a soberania nacional, ora os riscos ideológicos e geopolíticos.

Enquanto o *Estadão* articulava um discurso alarmista, ancorado no anticomunismo e na defesa de valores ocidentais, o *Jornal do Brasil* buscava equilibrar sua crítica moderada com a valorização dos ganhos estratégicos e econômicos do reatamento. Por outro lado, a *Última Hora* adotava uma perspectiva pró-governo, celebrando a decisão como uma afirmação de independência e maturidade política, sendo esta "maturidade" uma expressão que o *JB* também utilizava em suas matérias. Essas diferenças evidenciam como a imprensa operou não apenas como transmissora de fatos, mas como agente ativo na construção das percepções públicas sobre a Política Externa Independente.

Ao mesmo tempo, os silêncios estratégicos de cada periódico demonstram como elementos específicos foram omitidos para reforçar determinadas interpretações e construir o debate público do período. Essa prática discursiva reflete a polarização ideológica da época e a complexidade de se afirmar uma política externa autônoma em um mundo dividido pela Guerra Fria. O episódio do reatamento, assim, não apenas reafirma os princípios da PEI, mas também

ilustra os desafios enfrentados por uma diplomacia que buscava equilibrar interesses econômicos, alinhamentos políticos e resistências internas em um período de intensa transformação global.

5.4. RESSONÂNCIAS DO TRATADO DE MOSCOU: A IMPRENSA, A GUERRA FRIA E O BRASIL

A cobertura jornalística sobre o Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares[493], assinado em 1963, oferece um panorama revelador das dinâmicas políticas e ideológicas da época. Os três jornais analisados refletem narrativas distintas que se alinham às suas respectivas linhas editoriais, revelando como o evento foi interpretado no contexto da política interna e externa do Brasil. Cada publicação, no período determinado para análise[494], empregou o tratado como um ponto de partida para discussões mais amplas sobre governabilidade, soberania e os desafios impostos pela Guerra Fria, com destaque para a polarização ideológica entre o bloco socialista e as democracias ocidentais. Allen Pietrobon (2016, p.61) se dedicou ao estudo da temática a partir da participação que um jornalista norte americano teve nos "bastidores" das negociações do Tratado, conforme o autor, o seu artigo "reinterprets the existing evidence and brings new documents to bear in order to explore the role that Norman Cousins, long-time editor of *The Saturday Review of Literature*, played in helping to move the treaty forward"[495], assim como esta pesquisa procura trazer novas vozes sobre esta discussão na imprensa brasileira.

Enquanto o *Última Hora,* tal qual em outros momentos, se posicionou como defensor do governo João Goulart, enfatizando os avanços diplomáticos do Brasil e conectando o tratado às

[493] O tratado é frequentemente referido como PTBT – *Partial Test Ban Treaty* – na bibliografia internacional dedicada à temática da corrida armamentista, consultada para a construção desta tese. Contudo, também é comum encontrá-lo denominado como LTBT – *Limited Nuclear Test Ban Treaty* –, dependendo da abordagem ou contexto da obra. Por vezes, serão utilizadas estas siglas ao longo do texto para facilitar a referência ao tratado.

[494] Este evento, por sua duração prolongada entre agosto e outubro de 1963, respectivamente, meses de assinatura do Tratado e de quando entrou em vigor, apresenta uma peculiaridade em relação à metodologia usual aplicada aos demais casos analisados na tese. Por não se tratar de um acontecimento pontual, mas de um processo contínuo, sua análise requer uma abordagem diferenciada para captar as nuances discursivas ao longo do tempo. Assim, a investigação foi conduzida considerando os dias imediatamente anteriores e posteriores ao início e ao término do evento, permitindo uma compreensão mais abrangente sobre as narrativas construídas pela imprensa brasileira durante o período. Esse método possibilita identificar não apenas as reações iniciais e os desdobramentos do evento, mas também as mudanças ou consistências na linha editorial dos jornais ao longo do tempo. Além disso, a amplitude temporal da análise busca revelar como diferentes momentos do processo foram enquadrados na mídia, explorando tanto os temas recorrentes quanto os silenciamentos ou deslocamentos discursivos que marcaram a cobertura jornalística. Essa abordagem mais extensa é fundamental para compreender a complexidade do contexto político e social que envolveu o evento e os interesses em disputa nas narrativas midiáticas.

[495] Tradução: "Reinterpreta as evidências existentes e apresenta novos documentos para explorar o papel que Norman Cousins, editor de longa data da *The Saturday Review of Literature*, desempenhou ao ajudar a impulsionar o tratado."

reformas de base, o *Jornal do Brasil* adotou uma postura mais equilibrada. Este último destacou o papel do tratado no fortalecimento da diplomacia global, ao mesmo tempo em que apontava as tensões internas que poderiam minar o potencial do Brasil em capitalizar esses avanços. Por outro lado, *O Estado de S. Paulo* utilizou o evento para criticar ferozmente a administração Goulart, reforçando sua linha editorial anticomunista e apontando a instabilidade política interna como um entrave ao protagonismo brasileiro no cenário internacional.

Essas três abordagens destacam não apenas a multiplicidade de narrativas em torno do Tratado de Moscou, mas também como a política externa do período foi instrumentalizada para construir a percepção pública. As diferenças nas coberturas refletem as divisões ideológicas da época e ajudam a compreender como o Brasil, marcado por crises internas, se posicionou em um contexto global dominado pelas disputas da Guerra Fria. Ainda com relação a obra de Pietrobon (2016), ele cita Terchek ao analisar que "representantes não oficiais" desempenharam um papel crucial ao transmitir mensagens entre Kennedy e Khrushchev, facilitando a demonstração de determinação americana em alcançar um acordo[496].

No *Estadão*, a cobertura se destacou por uma retórica crítica à política externa do governo Goulart, enquadrando a assinatura do tratado como parte de um cenário maior de fragilidade institucional e avanço comunista no país. Em 30 de julho, o editorial “Evolução da Conjuntura Nacional”[497] a postura crítica do impresso em relação ao governo de João Goulart, sugerindo que suas ações eram contrárias ao espírito democrático e constitucional do país. A narrativa acusa o Presidente de buscar mecanismos alternativos, como o apoio militar e alianças com forças radicais de esquerda, para implementar políticas que o Parlamento rejeitava. A menção à tentativa de Goulart de substituir ministros e a referência a um jornalista preso reforçam a percepção de confronto entre o Executivo e outras instituições democráticas. Essa construção discursiva posiciona Goulart como uma ameaça à ordem institucional, retratando-o como o "ponto aglutinador" de forças políticas consideradas radicais e antidemocráticas, ao alegar que “Falta, debaixo dos pés do Sr. Presidente da República, qualquer espécie de base para uma

[496] “Ronald Terchek more plausibly argues that “no single component was responsible for the success of the treaty’s negotiation.” Terchek claims that “unofficial representatives carrying messages from Kennedy to Khrushchev were often a more effective avenue in demonstrating American determination to reach an agreement.” Unofficial representatives, however, should not be equated with “unimportant” representatives. [...] Kennedy’s use of Cousins during the test ban negotiations marks one of the first, and arguably the most successful, use of a “citizen diplomat” during the Cold War. This case is especially important given that the LTBT was the first major nuclear arms control treaty. An analysis of this key episode in the Cold War powerfully illustrates the influence of informal diplomacy, supporting the work of authors such as Evangelista, Wittner, and Charles DeBenedetti, who stress the need to take citizen diplomacy more seriously” (Pietrobon, 2016, p.60-61).

[497] "Evolução da conjuntura nacional", *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1963, p.3, editorial.

política suscetível de enquadrar-se dentro da Constituição. [...] O Sr. João Goulart é cada vez mais impelido a transformar-se no ponto aglutinador do radicalismo esquerdista"[498].

Em 03 de agosto, a manchete[499] que fala sobre Dean Rusk partir para Moscou aborda a assinatura do tratado sob uma perspectiva diplomática, mas com forte crítica ao que considera ser uma aproximação excessiva entre EUA e URSS, ao ponto de o *OESP* usar a China comunista como referência para dizer que Moscou teria se aliado aos EUA. Segundo o *Estadão*, as negociações podem reforçar a dominação de superpotências sobre nações periféricas, incluindo o Brasil. Já em 08 de agosto, no editorial "Supremo Tribunal e o Senado"[500], há evidências de uma forte crítica à suposta infiltração comunista em diversos setores do Estado brasileiro, com ênfase na ameaça que isso representaria às instituições democráticas e à estabilidade do regime político. A retórica utilizada carrega um tom alarmista, buscando convencer o leitor de que a presença de figuras associadas à esquerda nos altos cargos da República seria um fator desestabilizador e perigoso.

A crítica se torna mais incisiva ao abordar o Supremo Tribunal Federal (STF), tratando qualquer possível desvio ideológico como intolerável. O texto reflete uma visão elitista e conservadora, que desqualifica o governo de João Goulart ao descrever sua administração como promotora de "indisciplina" e "desordem". O editorial argumenta que a ascensão de figuras consideradas alinhadas com a "extrema esquerda" ao STF comprometeria o compromisso com a ordem constitucional e jurídica. Além disso, ao mencionar nomes específicos como o de Hermes Lima, o editorial reforça a personalização das críticas, apresentando os indicados como agentes de uma "subversão em marcha". A narrativa constrói a imagem de um governo supostamente infiltrado por inimigos das instituições democráticas, utilizando a defesa da ordem e da estabilidade como justificativa para deslegitimar decisões políticas relacionadas ao Poder Judiciário.

Esse discurso reflete o clima de polarização ideológica do período e se insere no contexto de crescente tensão entre o Executivo, o Legislativo e a imprensa, que, alinhada a setores conservadores, frequentemente associava o governo Goulart e seus aliados à ameaça comunista e à subversão da ordem democrática. O editorial ganha ainda mais relevância quando comparado às manchetes da capa do jornal no mesmo dia, que destacavam uma conferência entre Dean Rusk, secretário de Estado dos EUA, e Nikita Khrushchev, líder da União Soviética,

[498] Idem.
[499] "Dean Rusk partiu ontem para Moscou a fim de assinar o acôrdo de sustação de provas", *O Estado de S. Paulo*, 03 de agosto de 1963, capa, manchete.
[500] "Supremo Tribunal e o Senado", *O Estado de S. Paulo*, 08 de agosto de 1963, p.3, editorial.

além de reportarem uma oferta de ajuda do governo norte-americano à URSS. Essa justaposição de temas – a crítica à suposta infiltração comunista no Brasil e a abordagem diplomática entre as grandes potências da Guerra Fria – evidencia um contraste marcante.

Enquanto o editorial assume um tom alarmista e combativo, enfatizando os riscos da presença de elementos de esquerda no Estado brasileiro, as manchetes internacionais sugerem uma tentativa de diálogo e cooperação mesmo entre adversários ideológicos globais. Esse contraste sublinha como o discurso interno brasileiro se alimentava de tensões ideológicas e de um anticomunismo exacerbado, enquanto, no cenário internacional, as potências buscavam vias de negociação para evitar confrontos diretos. Essa disparidade reforça a complexidade do período e a função política do discurso midiático, especialmente ao construir as percepções internas em um contexto de crescente polarização ideológica. O editorial, ao posicionar-se de forma veemente contra o governo Goulart e suas supostas associações com a esquerda, alinhava-se a um discurso conservador que ecoava preocupações locais, mesmo quando o contexto global apontava para estratégias mais pragmáticas e conciliatórias.

O *Jornal do Brasil* adotou uma perspectiva mais pragmática e equilibrada ao abordar o Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares, ressaltando a importância do desarmamento e da diplomacia global sem ignorar as complexidades da política interna brasileira. Em 06 de agosto, no editorial "Realismo Nuclear"[501], o jornal celebra o tratado como um passo importante rumo à paz mundial. O texto defende que o Brasil, ao assinar o tratado, reforça sua posição como um mediador internacional, mas alerta para os desafios de se manter independente em um sistema dominado pelas superpotências. O *Jornal do Brasil* critica a postura francesa e chinesa, que recusaram o tratado, e sugere que o Brasil deveria continuar exercendo uma política externa que equilibre diálogo e pragmatismo, especialmente em relação aos Estados Unidos.

> A posição chinesa neste caso é demagógica, alinhando o tratado de Moscou a manobras que expressam uma tentativa de oscilação no sentido da guerra ao invés da paz mundial. [...] O Brasil deve estar preparado para rejeitar a posição chinesa nesse tratado, já até porque se pode afirmar que é a única democracia do mundo que tem capacidade de interpretar o seu valor nos acontecimentos. [...] A recusa da França reafirma a sua intransigência nuclear; a proposta chinesa é mais atraente do que as limitações do tratado de Moscou. [...] Não é preciso ir muito longe no meio, não basta a força da posição da China, mas é preciso, sobretudo, a força de uma resolução oficial como a que ocorreu em 5 de março e deve hoje ser tomada pelos países do tratado de Moscou. [...] O Brasil, ao assinar o tratado, reforça sua posição como um mediador

[501] "Realismo Nuclear", *Jornal do Brasil*, 06 de agosto de 1963, p.6, editorial.

> internacional, mas enfrenta os desafios de se manter independente em um sistema dominado pelas superpotências[502].

O trecho destaca uma crítica à posição chinesa em relação ao PTBT, descrita como demagógica e alinhada a manobras que, em vez de promoverem a paz mundial, são interpretadas como fomentadoras de tensões globais. Essa visão contrasta com a posição brasileira, apresentada como única democracia com capacidade de interpretar adequadamente os valores e implicações do tratado. A recusa da França ao tratado é mencionada como um sinal de sua "intransigência nuclear", enquanto a proposta chinesa é apontada como mais atrativa do que as limitações impostas pelo Tratado de Moscou. No entanto, o texto sugere que não basta a força de qualquer uma dessas posições isoladamente; o que realmente importa é a adoção de resoluções oficiais firmes, como as promovidas pelos países signatários do tratado em 5 de março, sendo considerada um modelo a ser seguido.

A posição brasileira ao assinar o tratado é destacada como estratégica, reforçando seu papel como mediador internacional. Ao mesmo tempo, o texto sublinha os desafios enfrentados pelo Brasil para manter sua independência em um sistema internacional dominado pelas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. O discurso reflete o compromisso do Brasil com a Política Externa Independente (PEI), ao equilibrar sua atuação entre os blocos antagônicos da Guerra Fria e buscar relevância como ator diplomático no cenário global. Já na edição de 11 e 12 de agosto, o editorial “Diálogo Necessário”[503] amplia o debate ao destacar a necessidade de o Brasil preservar boas relações com todas as nações, especialmente os EUA. O texto argumenta que, embora o tratado seja positivo, o governo precisa evitar uma postura ideológica que prejudique suas relações bilaterais. O jornal defende a importância de manter um equilíbrio entre o desarmamento e o fortalecimento das capacidades econômicas e militares do Brasil, evitando a radicalização que poderia comprometer o diálogo com outros países.

> Já dissemos que existe estreita vinculação entre a cooperação financeira e a cooperação militar nas relações dos dois países. [...] Os partidários da ruptura violenta da cooperação financeira parecem não compreender o alcance real da tese que defendem, na esfera militar. [...] Eles imaginam ser possível uma coisa e outra: a ruptura financeira e militar ao mesmo tempo, embora não confessem de público [...] o seu desejo final e verdadeiro de colocar o Brasil na dependência de importar armas da União Soviética e da Tcheco-Eslováquia. [...] A acusação de satelitismo brasileiro no sistema de defesa interamericano esconde apenas a política que nos levaria à condição de satélites militares de países comunistas. [..] O processo de industrialização brasileiro terminará por modificar o tipo de relações amigáveis que mantemos com os Estados Unidos, tanto no plano militar como no financeiro[504].

[502] Idem.
[503] “Diálogo Necessário”, *Jornal do Brasil*, 11 e 12 de agosto de 1963, p.6, editorial.
[504] Idem.

Ao sugerir que uma ruptura completa colocaria o Brasil na dependência militar de países comunistas, como a União Soviética e a Tchecoslováquia, o discurso utiliza uma retórica anticomunista característica do período. Essa narrativa busca deslegitimar quaisquer movimentos que questionem a cooperação interamericana, argumentando que tal postura inevitavelmente resultaria em uma subordinação militar a potências comunistas, um cenário visto como indesejável e perigoso no contexto da Guerra Fria. A menção à acusação de "satelitismo brasileiro no sistema de defesa interamericano" revela o desconforto com críticas à influência norte-americana nas políticas de defesa e economia do Brasil. O texto contrapõe essa crítica ao temor de que o Brasil se tornasse, por outro lado, um "satélite militar" do bloco socialista, reforçando a necessidade de manter relações estratégicas com os EUA.

Essa posição reflete uma tentativa de consolidar a imagem do *Jornal do Brasil* como um veículo que prioriza o pragmatismo e a análise equilibrada. Portanto, o jornal carioca reconhece que o acordo pode ser instrumentalizado tanto pelos opositores quanto pelos defensores do governo Goulart, mas insiste na ideia de que o tratado, por si só, é um avanço no campo diplomático. O *Jornal do Brasil* também aponta para os desafios de implementar uma política externa independente em um país marcado por divisões internas, enfatizando que o governo deveria focar em estabilizar sua economia e fortalecer suas instituições para maximizar os benefícios de sua atuação internacional.

A *Última Hora* destacou-se por seu alinhamento ao governo João Goulart, retratando o tratado como uma conquista significativa da Política Externa Independente e uma vitória diplomática para o Brasil. Em 30 de julho, publicou uma matéria[505] que, embora o texto não se refira diretamente ao tratado, ele ajuda a compreender o pano de fundo ideológico e político que moldava as decisões brasileiras no cenário internacional. A defesa de reformas de base e a crítica ao imperialismo encontram eco na postura do Brasil ao buscar uma política externa menos subordinada às grandes potências, como evidenciado na adesão ao PTBT e no esforço de equilibrar relações com o bloco socialista e capitalista.

Com base nas matérias publicadas nos dias após a assinatura do PTBT, não há menção direta ou detalhada ao Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares. A cobertura do jornal priorizou questões relacionadas a temas internos, como a carestia de vida[506], as reformas de

[505] "'MAR HUMANO" CONSAGROU JANGO NAS RUAS DO RECIFE", Última Hora, 30 de julho de 1963, p.4, notícia.
[506] "Trabalhadores vão hoje às ruas: Dia Nacional de Protesto contra a Carestia", *Última Hora*, 07 de agosto de 1963, p.2, notícia.

base[507], o envolvimento de organizações como o IBAD e a CPI correspondente[508], além de eventos específicos como o "lockout" do leite[509] e as movimentações políticas de figuras como Carlos Lacerda[510]. Embora o jornal não aborde diretamente o tratado, há pontos que, de maneira tangencial, podem ser associados ao contexto global em que o PTBT foi negociado. A mobilização popular e os debates sobre soberania e imperialismo indicam uma preocupação com as interferências externas nos assuntos nacionais, o que, de certa forma, dialoga com a política externa independente promovida pelo Brasil na época. A menção a instituições financeiras estrangeiras ligadas ao IBAD também reforça a ideia de uma tensão entre autonomia nacional e dependência de atores externos[511], um pano de fundo que permeava as negociações diplomáticas internacionais, incluindo aquelas sobre o controle de armas nucleares.

A ausência de cobertura direta do tratado no *Última Hora* pode refletir uma escolha editorial que privilegiava questões internas e a luta política local, relegando temas internacionais a segundo plano, ou, possivelmente, uma percepção de que o tratado não era central para o público leitor do jornal. Assim, qualquer conexão com o PTBT dependeria de uma análise interpretativa mais ampla sobre os discursos de soberania, independência e crítica ao imperialismo presentes na narrativa do periódico.

O jornal *Última Hora*, no período em que o Tratado entrou em vigor, reflete em suas edições de 04, 08 e 12 de outubro de 1963 uma perspectiva centrada nas realizações e desafios do governo de João Goulart, destacando-se novamente mais pela cobertura da política interna do que pela menção explícita ao Tratado de Moscou. Na primeira data mencionada, o jornal dá espaço à sanção do salário-família[512], ressaltando o impacto social das reformas de base promovidas por Goulart. Ao mesmo tempo, a crítica ao IBAD e à ADEP por sua atuação política ilícita[513], reforça a narrativa de tensões entre o governo e setores considerados conservadores ou de oposição. Esses temas, embora domésticos, ajudam a contextualizar a dificuldade do Brasil em assumir protagonismo no cenário internacional devido às divisões internas.

---

[507] "Jango - Reformas Urgentes Para Sobrevivência da Democracia", *Última Hora*, 07 de agosto de 1963, p.4, notícia.
[508] "IBAD - Uma Conspiração Contra o Brasil (VII): Badianos da Câmara Querem Arrasar com a CPI do IBAD", *Última Hora*, 07 de agosto de 1963, p.3, notícia.
[509] "Jango Mobiliza Exército, Fazenda, Agricultura e Banco do Brasil Contra o 'Lockout' do Leite", *Última Hora*, 10 de agosto de 1963, p.2, notícia.
[510] "Lacerda Acusou Meio Mundo de 'Comunismo' à CPI das Pressões", *Última Hora*, 10 de agosto de 1963, p.2, notícia.
[511] "IBAD - Uma Conspiração Contra o Brasil (X): Três Bancos Estrangeiros São a Fonte dos Dinheiros do IBAD", *Última Hora*, 10 de agosto de 1963, p.3, notícia.
[512] "JANGO SANCIONOU NAS LARANJEIRAS O SALÁRIO-FAMÍLIA", *Última Hora*, 04 de outubro de 1963, p.4, notícia.
[513] "JG RESPONDEU AO SUPREMO: - IBAD E ADEP SÃO ACINTE AO CONGRESSO", *Última Hora*, 04 de outubro de 1963, p.4, notícia.

No dia 08 de outubro, o jornal celebra a retirada do pedido de estado de sítio como uma vitória popular, alinhando-se à defesa das reformas impulsionadas por Goulart. A matéria[514] indica que a publicação busca projetar o Presidente como um líder fortalecido frente às adversidades políticas. Outra matéria intitulada "Jango: Usarei Instrumentos do Poder em Favor do Povo", publicada na página 4 do *Última Hora*, destaca um discurso de João Goulart que reflete tanto uma defesa de sua posição política quanto uma justificativa para o uso de medidas excepcionais, caso necessário[515]. A fala de Goulart pode ser interpretada como uma tentativa de reafirmar sua legitimidade em um momento de crescente polarização política e social no Brasil, marcado por tensões entre setores conservadores e movimentos populares que clamavam por reformas. Seu compromisso declarado com o povo e com a democracia serve para construir uma imagem de estadista que age em defesa dos interesses nacionais, mesmo diante de pressões internas e externas.

Essa retórica de defesa da democracia, aliada à disposição de recorrer a medidas excepcionais "em favor do povo", reflete o dilema vivido pelo governo Goulart: a necessidade de governar em um contexto de crescente radicalização política, sem comprometer a imagem de defensor da ordem democrática. A matéria, portanto, oferece uma visão do esforço do Presidente em manter sua base de apoio enquanto lida com os desafios impostos por uma oposição que questionava sua autoridade e suas intenções. No entanto, o foco contínuo na crise doméstica limita qualquer análise ou vínculo direto com o Tratado de Moscou, ainda que o contexto internacional da Guerra Fria permaneça latente no pano de fundo das publicações.

Por fim, em 12 de outubro, o *UH* destaca os elogios dos técnicos soviéticos ao potencial petrolífero brasileiro insinua um alinhamento tácito com o bloco socialista, o que poderia acirrar o discurso anticomunista tão presente na época[516]. Embora o jornal não aborde diretamente o Tratado de Moscou, a inclusão dessa perspectiva reforça a ligação implícita entre os avanços técnicos e a rivalidade ideológica que permeava a política internacional do período, revelando um tensionamento constante entre política doméstica e externa.

A inclusão de técnicos soviéticos no cenário de análise petrolífera brasileiro ilustra a estratégia de diversificação de parcerias do governo, um elemento alinhado à Política Externa Independente (PEI). Essa abordagem reflete o esforço do Brasil em buscar autonomia e

514 "JANGO EXPLICA SITIO HOJE AO MINISTÉRIO", *Última Hora*, 08 de outubro de 1963, p.2, notícia.
515 "Jango: Usarei Instrumentos do Poder em Favor do Povo", *Última Hora*, 08 de outubro de 1963, p.4, notícia.
516 "TÉCNICOS SOVIÉTICOS: BRASIL POSSUI ÁREA SEDIMENTAR DE PETRÓLEO MAIOR QUE EUROPA", *Última Hora*, 12 de outubro de 1963, p.4, notícia.

alternativas às tradicionais influências norte-americanas, sem, contudo, romper completamente com essas relações.

Ao destacar a crítica às avaliações americanas e a cooperação com a União Soviética, a matéria reforça a narrativa de que a soberania brasileira depende da capacidade de explorar e maximizar seus próprios recursos naturais, com apoio técnico qualificado. A menção à construção de refinarias também demonstra um compromisso com a autossuficiência energética e a industrialização, pontos centrais das políticas de desenvolvimento econômico do período. Por fim, a matéria conecta-se com o contexto maior da Guerra Fria, onde disputas ideológicas frequentemente permeavam debates técnicos e econômicos. Nesse sentido, o reconhecimento dos soviéticos como parceiros em uma área estratégica como o petróleo, pode ser encarada como um gesto simbólico de abertura e pragmatismo, em sintonia com os princípios da PEI.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, adota uma postura crítica e analítica ao abordar os desdobramentos políticos internos e suas implicações para a política externa brasileira. Em 03 de outubro, a manchete "Goulart denuncia conspiração contra o Governo"[517] reflete a tensão política crescente, enquanto o editorial "Jogo Claro" expõe o descontentamento com as estratégias de Goulart, acusando-o de fomentar a desordem e desviar-se das responsabilidades governamentais[518]. O Tratado de Moscou não é mencionado, mas o foco na deterioração das condições internas sugere um impacto negativo na capacidade do Brasil de atuar como ator relevante no cenário global.

> Não pode ficar bem com ninguém o responsável pela transformação do País num vasto ringue de luta livre americana. [...] O jogo está claro: primeiro incendiar o País. Atirar uns contra os outros, implantar a desordem, o desalento e a anarquia. Depois, apresentar-se como capaz de repor as coisas nos lugares, com a supressão de liberdades e violação de direitos políticos de pessoas e Estados. [...] A disposição de passar à ação coloca diante do Ministro do Exterior a urgência para uma série de passos que precisam ser dados, porque o Brasil tem deixado que equívocos obstruam o caminho de suas relações com outras nações, com as quais nos identificamos em interesses e cultura. [...] O restabelecimento da normalidade nas relações com países como a França, os Estados Unidos e a Alemanha não pode esperar mais[519].

O destaque à França, Alemanha e Estados Unidos reforça o alinhamento cultural e econômico que parte da elite política e midiática considerava essencial para o Brasil. A preocupação com a urgência em reparar relações diplomáticas reflete o temor de que o país estivesse se afastando de seus tradicionais aliados ocidentais em um momento de tensões globais marcadas pela Guerra Fria. O editorial também aponta para o papel do ministro das

[517] "Goulart denuncia conspiração contra o Governo", *Jornal do Brasil*, 03 de outubro de 1963, capa, manchete.
[518] "Jogo Claro", *Jornal do Brasil*, 03 de outubro de 1963, p.6, editorial.
[519] Idem.

Relações Exteriores como figura chave para reposicionar o Brasil no cenário internacional. Isso reflete uma expectativa de que a diplomacia poderia mitigar os danos causados pelo suposto isolamento e reconduzir o Brasil a uma postura mais alinhada com os interesses e valores das democracias ocidentais. Por fim, a crítica ao ambiente de desordem e a sugestão de manipulação do caos interno para justificar medidas autoritárias ressoam com os temores anticomunistas da época.

No dia 05 de outubro, o emblemático editorial "NÃO"[520] ocupando toda a centralidade da página, destaca a rejeição ao pedido de estado de sítio, defendendo a manutenção das garantias democráticas e atacando o que considera uma tentativa de autoritarismo por parte de Goulart. O texto reflete o temor de que medidas excepcionais comprometam a democracia brasileira, ao mesmo tempo em que critica as estratégias do governo frente ao avanço comunista. Essa dualidade ilustra como a política interna do período era vista como uma arena de conflitos que transcendiam as fronteiras nacionais.

> Agora, só resta lutar e impedir o sítio que nos amordaçará, e acrescentará à insegurança econômica a falta de garantias jurídicas e franquias democráticas. [...] O País diz NÃO ao sítio porque ele não acrescenta nada, nenhum poder ao Governo, válido para a solução dos problemas econômicos e sociais, que estão gerando os acontecimentos da crise. [...] O Governo procura a conivência de todos - da direita e da esquerda - para o atentado liberticida. Na verdade, ele já não inspira confiança a ninguém. [...] Por tudo isso, o Congresso pode dizer NÃO ao sítio, sem temor de entrar em choque com as Forças Armadas. Elas não estão em jogo, nem o seu prestígio institucional nem a sua autoridade. [...] Ao Congresso e às Forças Armadas cumpre resistir ao sítio para não chegarmos à ditadura pessoal, ambição do Presidente da República, fiel discípulo de um ex-ditador[521].

O texto adota uma postura alarmista ao descrever o estado de sítio como um "atentado liberticida" e denuncia a tentativa do governo de buscar apoio tanto da direita quanto da esquerda para implementar uma medida que, segundo o editorial, ameaça as liberdades fundamentais. A expressão "o País diz NÃO ao sítio" apela a uma generalização que procura legitimar a crítica, sugerindo que o sentimento de rejeição à medida é amplamente compartilhado. Além disso, o editorial posiciona o Congresso como o guardião das instituições democráticas, incentivando-o a resistir à medida e reforçando que tal postura não resultaria em confronto com as Forças Armadas. Essa narrativa visa isolar politicamente o Presidente João Goulart, representado como um líder que busca instaurar uma "ditadura pessoal". A referência ao "discípulo de um ex-ditador" reforça a ideia de que Goulart estaria seguindo passos

[520] "Não", *Jornal do Brasil*, 05 e 06 de outubro de 1963, p.6, editorial.
[521] Idem.

autoritários similares aos de Getúlio Vargas, em um movimento contrário aos princípios republicanos.

Os editoriais analisados do *Jornal do Brasil* durante o mês de outubro de 1963 revelam um forte foco nas relações internacionais, ainda que não mencionem diretamente o *Partial Test Ban Treaty*. Os textos abordam questões como a política externa brasileira, a colaboração técnica com países estrangeiros, e as relações diplomáticas com potências internacionais, especialmente no contexto da Guerra Fria. Essa ênfase reflete a relevância de temas globais no debate público do período e reforça o papel do Brasil como um ator importante na arena internacional. No editorial "Nosso Petróleo"[522], publicado em 12 de outubro, há destaque para a divulgação de um relatório técnico soviético sobre as áreas sedimentares brasileiras, que contraria avaliações norte-americanas e reforça a ideia de que o Brasil deveria priorizar suas necessidades econômicas e técnicas acima de considerações ideológicas. Esse posicionamento dialoga com a Política Externa Independente (PEI), que buscava diversificar parcerias estratégicas e promover a autonomia nacional. No entanto, a questão nuclear ou o PTBT não são mencionados explicitamente.

De forma semelhante, no editorial "Perplexidade"[523], de 17 de outubro, o jornal critica a condução das relações franco-brasileiras, destacando a importância de normalizar essas interações em prol de interesses mútuos. Esse texto reforça a postura pragmática da diplomacia brasileira, que visava conciliar interesses econômicos e culturais no âmbito internacional. O tom crítico sugere que a gestão dessas relações merecia mais atenção e transparência, algo coerente com os princípios da PEI. Embora os editoriais não tratem diretamente do tratado de limitação de testes nucleares, o destaque às relações internacionais demonstra a importância atribuída pelo *Jornal do Brasil* aos temas globais e à necessidade de posicionamento estratégico do Brasil no cenário mundial. Esses textos reafirmam a visão de que o país deveria assumir um papel mais assertivo e autônomo nas negociações internacionais, sem necessariamente alinhar-se aos polos de poder dominantes. A ausência do PTBT nos editoriais analisados pode ser vista como uma escolha editorial, direcionando a atenção para questões econômicas e técnicas que também eram fundamentais no contexto da política externa brasileira.

Essa abordagem permite compreender o olhar do periódico sobre as relações internacionais do Brasil, mesmo que os editoriais daquele período específico não se conectem diretamente ao tratado. Contudo, o foco constante em parcerias externas e autonomia estratégica

[522] "Nosso Petróleo", *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1963, p.6, editorial.
[523] "Perplexidade", *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1963, p.6, editorial.

revela uma afinidade indireta com os princípios mais amplos que permeavam a negociação de acordos multilaterais, como o PTBT, no cenário da Guerra Fria.

O *Estado de S. Paulo* apresenta uma linha editorial marcadamente anticomunista e crítica ao governo de Goulart, com foco em crises políticas internas e desdobramentos externos. Em 08 de outubro, o *OESP* traz em sua capa a manchete que destaca a assinatura do Tratado de Moscou por Kennedy[524], ao lado de uma foto do Presidente norte-americano assinando um documento, enquanto o editorial "A catástrofe em que vamos socobrando"[525] condena o governo Goulart pelo caos político interno. O jornal argumenta que a anarquia doméstica compromete a credibilidade do Brasil em questões internacionais, sublinhando como as disputas internas dificultam qualquer tentativa de protagonismo no cenário global. A crítica ao governo é constante, com ênfase na incapacidade de conter as tensões e liderar de forma efetiva.

Os editoriais do *Estadão* publicados em 11 e 15 de outubro de 1963 destacam aspectos significativos das relações internacionais e da política interna brasileira, evidenciando como os debates locais estavam conectados ao cenário global da Guerra Fria. No dia 11 de outubro, o editorial "A interpretação presidencial da crise"[526] menciona a entrada em vigor do Acordo Nuclear de Moscou e as reuniões entre Andrei Gromyko, Kennedy e Dean Rusk, sublinhando a relevância do diálogo entre as superpotências. Apesar de seu foco ser mais voltado para críticas à atuação de João Goulart, a referência ao tratado nuclear e às dinâmicas internacionais sugere uma tentativa de contextualizar os desafios domésticos brasileiros no cenário diplomático global.

Já no editorial de 15 de outubro, "Novo atentado à autonomia dos estados"[527], o jornal aborda a assinatura do tratado nuclear de Moscou, relacionando-o ao condicionamento da ajuda soviética a Fidel Castro. Embora o foco principal seja a análise das tensões entre o governo federal e os estados brasileiros, essa menção internacional reflete o modo como o Estadão conectava questões globais à crítica ao governo Goulart, sugerindo que o alinhamento internacional era parte de um jogo de poder mais amplo. Esses editoriais revelam como a imprensa da época utilizava os eventos internacionais, como o PTBT, para contextualizar ou reforçar narrativas sobre o cenário político interno. Embora não explorem diretamente o papel do Brasil nas discussões do tratado, os textos evidenciam a influência do contexto global nas tensões políticas nacionais e nas disputas por legitimidade no período.

[524] "Kennedy assinou o Tratado de Moscou em nome dos EUA", *O Estado de S. Paulo*, 08 de outubro de 1963, capa, manchete.
[525] "A catástrofe em que vamos socobrando", *O Estado de S. Paulo*, 08 de outubro de 1963, p.3, editorial.
[526] "A interpretação presidencial da crise", *O Estado de S. Paulo*, 11 de outubro de 1963, p.3, editorial.
[527] "Novo atentado à autonomia dos estados", *O Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 1963, p.3, editorial.

Esta parte do capítulo dedicado ao Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares (PTBT) destaca como a imprensa brasileira utilizou o evento para construir narrativas que refletiam suas agendas políticas, ideológicas e editoriais, ao mesmo tempo em que lidava com as tensões da política interna. A análise das coberturas de *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* evidencia não apenas a diversidade de interpretações sobre a assinatura do tratado, mas também as estratégias discursivas que cada veículo empregou para enquadrar o tema em consonância com sua visão de mundo e seu posicionamento em relação ao governo João Goulart.

O Estado de S. Paulo enfatizou o tratado como pano de fundo para reforçar críticas ao governo Goulart, utilizando uma retórica anticomunista que vinculava as tensões globais da Guerra Fria às supostas fragilidades e perigos do contexto doméstico. O jornal frequentemente associava a Política Externa Independente (PEI) a uma ameaça ideológica interna, construída por meio de narrativas alarmistas que exploravam o temor de infiltrações comunistas e o enfraquecimento das instituições democráticas. Essa abordagem revela como o periódico instrumentalizava o debate internacional para sustentar argumentos conservadores e reforçar a necessidade de alinhamento com o bloco ocidental, silenciando, por outro lado, os potenciais benefícios econômicos e diplomáticos da diversificação das relações externas promovidas pela PEI.

Já o *Jornal do Brasil* adotou uma perspectiva pragmática, destacando a relevância do tratado como um avanço diplomático global, mas sem deixar de apontar os desafios que a política externa brasileira enfrentava diante das divisões internas. Seus editoriais equilibraram uma análise crítica das tensões domésticas com a defesa de uma postura soberana e diplomática, alinhada aos princípios da PEI. A abordagem do periódico enfatizou a necessidade de preservar boas relações com potências tradicionais, como os Estados Unidos e a França, enquanto destacava o papel do Brasil como mediador global. Nesse sentido, o *Jornal do Brasil* ofereceu uma leitura mais complexa do cenário, buscando legitimar a PEI como uma estratégia viável, mas que dependia de estabilidade interna para alcançar resultados concretos.

Por outro lado, *Última Hora* posicionou-se como um defensor aberto do governo João Goulart, utilizando o tratado como símbolo da Política Externa Independente e das reformas propostas pelo Presidente. Apesar da ausência de menções diretas ao PTBT em muitas edições, o jornal integrava o evento ao contexto de uma luta mais ampla pela soberania e pelo progresso nacional. A narrativa do periódico frequentemente conectava a política externa às transformações internas, destacando o alinhamento pragmático do Brasil com novas parcerias

internacionais como uma ferramenta para fortalecer sua posição global e combater desigualdades estruturais. Contudo, essa visão otimista e alinhada ao governo tendia a silenciar as críticas e as dificuldades enfrentadas pela PEI, apresentando um quadro predominantemente positivo.

Ao analisar discursivamente essas coberturas, observa-se como a imprensa desempenhou um papel crucial na mediação entre o público e os eventos internacionais, projetando as disputas ideológicas da Guerra Fria no cenário político interno. As diferentes estratégias de silenciamento e ênfase utilizadas pelos jornais reforçam a ideia de que a cobertura jornalística não apenas refletia, mas também construía realidades sociais, moldando as percepções sobre o Brasil e seu papel no sistema internacional. Assim, o tratado de Moscou não foi apenas um marco nas negociações de desarmamento, mas também um ponto de inflexão na forma como a mídia nacional interpretou e disputou os rumos da Política Externa Independente, em um período de polarização política e transformações globais.

A análise dos quatro episódios centrais abordados neste capítulo evidencia como a Política Externa Independente (PEI) foi um ponto de tensão e disputa não apenas no cenário internacional, mas também dentro das fronteiras nacionais, refletida pelas diferentes abordagens jornalísticas de *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Esses veículos, ao articularem narrativas específicas, revelaram não apenas suas posturas editoriais, mas também os interesses e alinhamentos ideológicos que permeavam o período.

No contexto discursivo, observamos como os jornais desempenharam um papel ativo na construção de sentidos sobre a PEI, moldando percepções públicas em torno de eventos como a visita de Adolf Berle, a condecoração de Ernesto "Che" Guevara, o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e as ressonâncias do Tratado de Moscou. Cada episódio foi narrado por meio de silêncios, ênfases e enquadramentos que, embora alinhados às diretrizes editoriais, transcenderam a mera reprodução de informações, participando diretamente do debate político e ideológico.

O Estado de S. Paulo, com sua retórica alarmista e frequentemente anticomunista, posicionou a PEI como uma ameaça à ordem interna e às relações tradicionais com o bloco ocidental, associando os movimentos do governo Goulart a riscos institucionais. Por outro lado, o *Jornal do Brasil*, embora tenha buscado uma abordagem mais pragmática, também registrou momentos de crítica incisiva, especialmente diante das tensões internas que limitavam o

potencial da política externa brasileira. Já o *Última Hora* se destacou pelo entusiasmo em exaltar as conquistas da PEI, utilizando as narrativas internacionais como extensão das lutas domésticas promovidas pelo governo, mesmo que isso significasse o silenciamento de desafios e controvérsias.

Discursivamente, esses posicionamentos foram construídos por meio de estratégias como a escolha de manchetes, o uso de editoriais e a seleção de temas para cobertura, demonstrando como a mídia não apenas reportava, mas construía ativamente a narrativa pública. As tensões ideológicas da Guerra Fria, somadas às crises políticas internas, transparecem tanto nos discursos explícitos quanto nas ausências significativas, que revelam as disputas em jogo.

Assim, o capítulo conclui que a PEI, ao buscar reposicionar o Brasil em um cenário global polarizado, tornou-se um campo de interpretação e disputa na mídia, servindo como prisma para as batalhas ideológicas que atravessavam o país. A análise discursiva das coberturas jornalísticas permite compreender não apenas os eventos em si, mas também os papéis ativos desempenhados pelos veículos de comunicação na definição de agendas, percepções e narrativas sobre a política externa nacional, em um momento de profunda reconfiguração política e diplomática do Brasil.

6. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS DESAFIOS GLOBAIS: REFLEXOS DE CRISES INTERNACIONAIS NO BRASIL

O início da década de 1960 foi marcado por intensas polarizações no cenário internacional, impulsionadas pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética no contexto da Guerra Fria. Nesse cenário, o Brasil, sob a liderança dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, articulou a Política Externa Independente (PEI), uma iniciativa que buscava projetar maior autonomia no sistema internacional ao mesmo tempo em que conciliava os princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção. Essa postura contrastava com as demandas de alinhamento automático impostas pelas superpotências, gerando debates significativos na política interna e também na imprensa brasileira, que desempenhou papel central na construção de narrativas para o público leitor sobre os rumos da política externa brasileira, conforme temos visto até agora.

Este capítulo investiga como quatro eventos emblemáticos da Guerra Fria — a invasão da Baía dos Porcos (1961), a Conferência de Punta del Este (1962), a Crise dos Mísseis (1962) e o assassinato do Presidente John F. Kennedy (1963) — refletiram na condução da PEI e como esses episódios foram apropriados pela imprensa brasileira para articular discursos políticos e ideológicos no período. A análise volta-se para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, observando como cada veículo construiu interpretações específicas sobre esses acontecimentos, com implicações para a percepção pública da PEI e para o debate político interno.

Na primeira seção, examina-se a cobertura da invasão da Baía dos Porcos, um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, quando exilados cubanos, apoiados pelos Estados Unidos, tentaram derrubar o regime de Fidel Castro. A investigação busca identificar como os jornais abordaram as decisões do governo brasileiro, que optou por defender o princípio da autodeterminação de Cuba, e como articularam suas interpretações em função das tensões políticas internas. A segunda seção analisa as reações da imprensa brasileira à Conferência de Punta del Este, realizada em janeiro de 1962, na qual Cuba foi formalmente excluída da Organização dos Estados Americanos (OEA). A pesquisa foca na maneira como os jornais lidaram com a postura brasileira, marcada pela abstenção e pela defesa da não-intervenção, explorando os sentidos atribuídos a essa decisão em um contexto de pressões hemisféricas e disputas ideológicas internas.

Na terceira seção, o capítulo aborda a Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, que colocou o mundo à beira de um conflito nuclear. A análise concentra-se em investigar como os jornais

interpretaram a neutralidade ativa do Brasil nesse cenário de tensão e quais articulações discursivas emergiram para posicionar o país diante das superpotências e do público interno. Por fim, a quarta seção examina as narrativas construídas em torno do assassinato do Presidente John F. Kennedy, em novembro de 1963. O evento tornou-se um marco simbólico para os debates sobre o futuro das relações hemisféricas e a legitimidade das políticas de João Goulart. A investigação observa como os jornais utilizaram o episódio para construir interpretações sobre os impactos do contexto internacional nas políticas externa e interna do Brasil.

Este capítulo procurou investigar como eventos internacionais influenciaram a Política Externa Independente, utilizando como fonte principal a análise discursiva da grande imprensa, aqui representada pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. A análise buscou compreender como os discursos jornalísticos construíram e influenciaram as percepções públicas sobre a PEI, explorando os alinhamentos ideológicos e as disputas políticas que atravessaram os jornais no período. A pesquisa revela não apenas como a mídia apropriou-se de eventos globais para articular suas agendas, mas também como ajudou a tensionar a política externa nacional em um momento de intensa polarização ideológica, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre os debates que resultariam no golpe civil-militar de 1964.

6.1. AUTODETERMINAÇÃO OU ALINHAMENTO? A PEI DIANTE DA INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS

Em abril de 1961, o mundo parou para assistir a um dos momentos mais tensos da Guerra Fria: a invasão da Baía dos Porcos[528], uma tentativa fracassada de exilados cubanos, apoiados pelos Estados Unidos, de derrubar o governo revolucionário de Fidel Castro. Como analisa Brands (2010) em sua obra, *"For Latin America, the Cold War was anything but cold",* pois na América Latina as crises iam do local ao global. O evento transcendeu o cenário político de Cuba, revelando fissuras profundas no hemisfério ocidental e ecoando nas relações internacionais de países como o Brasil, que buscava afirmar sua identidade diplomática em um

[528] Conforme Farias (2008, p.105) "Em 17 de abril de 1961, entre 1.500 e 1.800 exilados cubanos contrários ao governo do Presidente de seu país, Fidel Castro, e treinados pela Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), aportaram na Baía dos Porcos, localizada ao sul de Cuba. A ação, que acabou dois dias depois, na tarde do dia 19 do mesmo mês, fracassou completamente, com 114 mortos e quase 1.200 invasores capturados. O objetivo imediato da investida era ter o controle do sul do território cubano nas mãos daqueles contrários ao governo de Fidel Castro (no poder desde o início de 1959), e em seguida avançar pelo país colhendo apoio da população para derrubar o regime vigente. No entanto, a operação foi mal-preparada, não houve apoio militar explícito dos EUA, e a população local mostrou-se defensora do governo revolucionário. O resultado foi um grande constrangimento para a administração de John F. Kennedy, Presidente dos EUA, que foi forçada a admitir ter organizado a operação".

contexto de polarização global. O governo Jânio Quadros, ainda em seus primeiros meses, foi lançado ao epicentro de um debate que tocava em princípios fundamentais da política externa brasileira, como a autodeterminação dos povos, e desafiava sua habilidade de equilibrar neutralidade e pragmatismo.

Neste capítulo, analisa-se como a imprensa brasileira cobriu e interpretou a crise cubana, oferecendo uma janela para as disputas internas sobre a condução da política externa do país. Os editoriais do *Estado de S. Paulo*, do *Jornal do Brasil* e da *Última Hora* capturaram as múltiplas dimensões desse momento histórico, desde a reafirmação de valores democráticos até as críticas incisivas à intervenção norte-americana. Essas narrativas revelam não apenas os posicionamentos políticos de cada veículo, mas também a forma como o Brasil enxergava seu papel no tabuleiro internacional: um mediador cauteloso ou um aliado natural das potências ocidentais?

À medida que se examinam os discursos, observa-se um país dividido entre os que viam a Revolução Cubana como uma inspiração e os que a encaravam como uma ameaça. Enquanto a *Última Hora* enfatizava o apoio popular à autodeterminação cubana, o *Estado de S. Paulo* alertava para o "perigo comuno-nacionalista" e reforçava a necessidade de alinhamento com os Estados Unidos. Já o *Jornal do Brasil*, sempre ponderado, procurava navegar entre críticas pontuais à condução americana e o reconhecimento de que a crise cubana era um teste decisivo para a estabilidade hemisférica.

A invasão da Baía dos Porcos também foi um catalisador para um debate mais amplo sobre os limites da política externa independente defendida por Jânio Quadros. O que significava, na prática, a autodeterminação dos povos em um cenário marcado pela Guerra Fria? Como equilibrar esse ideal com as pressões reais de um continente em ebulição? E, acima de tudo, que narrativas construíam os ditos representantes da opinião pública brasileira sobre o papel do Brasil no mundo?

Este capítulo busca desvendar as reações do Brasil à invasão de Cuba, refletindo sobre como os discursos da época ajudaram a construir uma compreensão de política externa que ainda ressoa em nossa história. Ao fazê-lo, oferece-se uma análise discursiva que transcende os acontecimentos históricos imediatos, iluminando as tensões entre ideologia, soberania e pragmatismo no contexto da política externa brasileira durante a Guerra Fria.

No *Estadão*, as datas anteriores à invasão da Baía dos Porcos já revelavam uma preocupação significativa com a posição internacional do Brasil e os desafios do hemisfério ocidental frente ao avanço do comunismo. No editorial do dia 12 de abril, intitulado "A

conferência do Rio de Janeiro"[529], nota-se a ênfase dada ao papel dos Estados Unidos em apoiar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. O jornal enaltece a importância de reformas estruturais que promovam igualdade social, destacando que essa era uma condição essencial para a consolidação da democracia.

> A igualdade social para os cidadãos — acrescentou o Sr. Dillon — tem de ser o alvo fundamental do nosso empreendimento. Não só porque as nossas tradições espirituais assim o exigem, mas também porque, sem igualdade social, a democracia definhará e os governos livres desaparecerão. [...] A democracia é o estágio mais perfeito a que pode chegar a sociedade humana, precisamente por nela caberem e conviverem todas as tendências filosóficas e religiosas num clima de liberdade e de respeito mútuo.
> Os Estados Unidos [...] estão firmemente decididos a ajudar-nos a anular o handicap que as injustiças da Natureza nos criaram. [...] O grosso do esforço para o desenvolvimento, tanto materiais como humanos — acentuou muito bem o Sr. Douglas Dillon — tem de proceder dos próprios países. A assistência externa poderá corresponder a um suplemento [...] aos seus próprios esforços. [...] As medidas de austeridade e saneamento financeiro do governo Jânio Quadros são, por assim dizer, antecipação dos sacrifícios que somos chamados a fazer nesse sentido. [...] A Conferência do Rio de Janeiro abre-nos, portanto, duas perspectivas: a de resolvermos sem grandes dificuldades os problemas internos e, uma vez estes resolvidos, podermos prestar aos demais povos do Hemisfério a assistência que hoje recebemos dos Estados Unidos[530].

Essa perspectiva, reflete o alinhamento do jornal com os valores liberais democráticos e uma perspectiva favorável à política externa norte-americana, enfatizando o papel dos Estados Unidos como parceiros no desenvolvimento econômico da América Latina. Ele adota um tom que combina otimismo e pragmatismo, reconhecendo a necessidade de reformas internas e de sacrifícios nacionais como condição para se alcançar a estabilidade econômica e social. Essa linha discursiva aponta para uma defesa implícita da política externa americana e sugere que o Brasil deveria se alinhar de maneira mais clara com os interesses do bloco ocidental.

No editorial do dia 14 de abril, sob o título "Razões para o Otimismo"[531], percebe-se uma tentativa de equilibrar as críticas à política externa de Jânio Quadros com a necessidade de reafirmar a aliança do Brasil com os Estados Unidos.

> Assinalando, antes de tudo, a atenuação dos ressentimentos que **uma errônea interpretação da atitude brasileira em relação aos Estados Unidos, no terreno da política internacional**, teria criado no espírito dos governantes da grande República do Norte. [...] Unidos Washington e Brasília, estará constituído o fulcro de uma política em torno da qual se aglutinarão as forças que sustentam no Continente as tradições democrático-liberais dos povos americanos e, consequentemente, desanuviada a atmosfera de incerteza e insegurança que os comuno-nacionalistas criaram neste hemisfério. [...] Há evidentíssimos sinais de que a Nação se não deixará contagiar pelo falso pessimismo dos comuno-nacionalistas. [...] O que é preciso, diremos mesmo o que é indispensável, é que o sr. Presidente da República se capacite de que os tempos mudaram efetivamente, e de que o apoio moral da Nação só crescerá

[529] "A conferência do Rio de Janeiro", *O Estado de S. Paulo,* 12 de abril de 1961, p.3, editorial.
[530] Idem.
[531] "Razões para o Otimismo", *O Estado de S. Paulo,* 14 de abril de 1961, p.3, editorial.

> na medida em que os seus atos de governo se revelarem intransigentemente fiéis ao plano que se traçou. [...] **As bases para um futuro melhor estão lançadas. A nossa política exterior volta a ser o que sempre foi, isto é: o melhor elemento com que os Estados Unidos podem contar na sua tarefa de líder insubstituível do Mundo Ocidental**[532].

O *Estadão* avalia que a postura de autodeterminação de Jânio, embora idealista, precisava estar alinhada com o compromisso moral e político do Brasil em apoiar a liderança americana contra os "comuno-nacionalistas". O texto sugere que uma política externa firme e alinhada aos valores ocidentais era indispensável para sustentar o crescimento econômico e evitar que o Brasil fosse isolado. Isso demonstra como o anticomunismo era mobilizado pelo jornal para criticar os desvios ou excessos da política externa de Jânio, ao mesmo tempo em que consolidava os Estados Unidos como o principal aliado.

O elogio ao retorno do Brasil a uma postura histórica de alinhamento com os Estados Unidos reforça a ideia de que a política externa deveria servir como um pilar para consolidar a posição do Brasil no hemisfério. Ao afirmar que "as bases para um futuro melhor estão lançadas", o jornal demonstra otimismo com o potencial de estabilidade e cooperação interamericana, enquanto reforça a percepção de que os Estados Unidos continuam sendo o "líder insubstituível" do Mundo Ocidental. Essa posição sublinha o apoio do Estadão a uma política externa mais tradicional e alinhada às potências democráticas, enquanto rejeita os esforços de neutralismo ou de maior aproximação com países fora do bloco ocidental.

No dia 16 de abril, véspera da invasão, o editorial "Entrevista coletiva"[533] reforça o papel do Brasil como mediador no cenário internacional. O discurso de Jânio é apresentado como um esforço para estabelecer uma política de neutralidade ativa, pautada no respeito à autodeterminação dos povos. Entretanto, o texto não deixa de lançar dúvidas sobre a eficácia dessa postura, sobretudo em relação a Cuba, que é mencionada de maneira indireta. A tensão crescente no Caribe já se fazia sentir, e o *Estadão* prenuncia um cenário de confronto que exigiria decisões firmes por parte do governo brasileiro. Assim, mesmo antes da invasão, o jornal enfatiza o perigo de posições ambíguas em relação ao conflito ideológico em curso.

> Nesse seu primeiro contato oficial com os jornalistas, o Presidente Jânio Quadros mostrou-se senhor de si e inteiramente à vontade no atendimento às perguntas que lhe fizeram. [...] Respondendo às perguntas que lhe formularam, principiou por afirmar os princípios que não podem deixar de ser ratificados por quem tenha a noção exata da importância que as questões externas podem ter na vida do País. [...] Ora, é isso que o Presidente Jânio Quadros demonstra ter compreendido ao desfazer as dúvidas que ainda subsistiam a respeito da posição do Brasil, primeiro em face das Américas e, depois, em relação às nações que atualmente se defrontam em dois grupos antagônicos. [...] No que particularmente se refere ao Continente americano, declarou

[532] Idem. Grifos meus.
[533] "Entrevista coletiva", *O Estado de S. Paulo*, 16 de abril de 1961, p.3, editorial.

> o sr. Jânio Quadros que a atitude brasileira se pautará sempre pelo respeito à autodeterminação dos respectivos povos e, principalmente, tendo em vista 'uma política democrática que concorra para o fortalecimento, nos vários planos, sobretudo no econômico e no social, das próprias instituições livres'. [...] A revolução que ali se processa deve ser para todos nós, democratas, uma advertência e uma lição e deve reclamar de todos nós o máximo da nossa tolerância.[534]

O texto enfatiza a visão de Jânio em relação ao continente americano, apontando para um compromisso com o respeito à autodeterminação dos povos e com o fortalecimento das instituições democráticas em níveis econômico e social. Esse alinhamento com os valores democráticos é apresentado como um norte para as relações interamericanas, sugerindo que o Brasil desempenharia um papel de liderança moral e política no hemisfério. Além disso, o editorial reflete sobre os processos revolucionários em curso no continente, vistos como advertências e lições para as democracias. A menção à necessidade de "tolerância" por parte dos democratas evidencia uma tentativa de equilibrar o apoio às instituições democráticas com a compreensão das transformações sociais que ocorriam na região. Essa abordagem reflete a complexidade do momento, marcado pelas tensões da Guerra Fria e pelo desafio de articular uma política externa independente em meio a blocos ideologicamente opostos.

No contexto mais amplo da Política Externa Independente (PEI), esse editorial é uma peça significativa para entender como Jânio Quadros buscava projetar o Brasil como um ator internacional moderado, comprometido com princípios democráticos, mas disposto a dialogar com diferentes nações e modelos políticos, tal qual uma política exterior com a característica de independente significa.

O *Jornal do Brasil* aborda os dias anteriores à invasão com um tom que tenta equilibrar análise crítica e apoio à postura do governo brasileiro, perante as suas movimentações. No editorial do dia 12 de abril, intitulado "Maturidade"[535], o jornal comenta a disposição dos Estados Unidos em oferecer ajuda financeira ao Brasil sem exigir mudanças na política externa de Jânio Quadros, como o reatamento de relações com a União Soviética.

> As informações que recebemos nas últimas horas a respeito da disposição do Governo norte-americano de dar ajuda financeira, com eficácia e rapidez, ao Brasil, são o primeiro sintoma de que há, atualmente, em Washington, uma nova mentalidade. [...] O Presidente Quadros, para receber a ajuda financeira norte-americana que lhe permitirá garantir um melhor esquema de pagamentos para o Brasil, não terá que desistir do seu plano de reatar relações diplomáticas com a União Soviética nem precisará mudar de opinião a respeito do Sr. Fidel Castro. [...] O Sr. Bowles chegou a dizer que o Brasil deveria merecer um tratamento especial por parte dos Estados Unidos, dada a sua importância no contexto latino-americano[536].

[534] Idem.
[535] "Maturidade", *Jornal do Brasil,* 12 de abril de 1961, p.6, editorial.
[536] Idem.

E concluem, em relação aos EUA, que

> As reiteradas declarações do Presidente Kennedy sobre a América Latina e sobre a questão da ajuda às nações estrangeiras demonstravam que o novo Governo norte-americano vinha disposto a fazer aquela mudança na política exterior que as nações latino-americanas reclamaram em vão durante os oito anos de mandato do Presidente Dwight Eisenhower. [...] Insistem os Estados Unidos, preocupados com a unidade continental e com os movimentos revolucionários, em que as nações latino-americanas façam reformas de estrutura, de maneira a que a riqueza seja distribuída e não fique concentrada em poucas — e ávidas — mãos. [...] Ao que tudo indica, os Estados Unidos estão, por fim, falando uma linguagem inteligente e inteligível. [...] Tudo leva a crer que estamos, finalmente, amadurecendo. Nós e os norte-americanos[537].

A abordagem ressalta que o governo Kennedy estaria adotando uma postura mais compreensiva em relação às particularidades latino-americanas, ao contrário de administrações anteriores. O texto sugere um amadurecimento nas relações bilaterais, sinalizando que tanto o Brasil quanto os Estados Unidos estavam ajustando suas posturas para fortalecer os laços continentais. Essa narrativa reflete o papel do Brasil como um ator estratégico na construção de uma política hemisférica que equilibrasse soberania nacional e colaboração internacional. No entanto, o *Jornal do Brasil* alerta para a necessidade de equilíbrio, enfatizando que a aproximação entre Brasil e Estados Unidos deve ocorrer sem comprometer os princípios de autodeterminação defendidos por Jânio.

O dia 13 de abril trouxe o editorial "Kennedy e Cuba"[538], que discute a postura do Presidente americano em relação ao regime de Fidel Castro. O texto elogia Kennedy por reafirmar que os Estados Unidos não participariam diretamente de uma invasão militar à ilha, destacando a importância de evitar comparações com práticas intervencionistas soviéticas. O *Jornal do Brasil* vê essa declaração como um passo positivo para restaurar a confiança das massas latino-americanas nos Estados Unidos. No entanto, também expressa preocupação de que ações precipitadas, como um apoio direto a grupos anticastristas, poderiam comprometer essa confiança e fortalecer os argumentos de Fidel Castro contra o imperialismo americano.

> A última das dúvidas **a respeito da sinceridade** do novo Governo dos Estados Unidos desfez-se ontem com a declaração **do Presidente John Kennedy** de que nenhum ramo das Forças Armadas daquele país participará de atividades que visam a invasão do território de Cuba e de que o problema deve ser resolvido pelos próprios cubanos. [...] **Afirmou o Presidente que os Estados Unidos não permitirão que parta do seu território qualquer força ou grupo de invasão.** [...] As declarações de Kennedy são tranquilizadoras e é evidente que o Chefe de Estado norte-americano manifesta grande simpatia pelos adversários da ditadura de Fidel Castro. [...] Ao frisar que o seu Governo [...] não está disposto a financiar a intervenção em Cuba, dá um passo decisivo para fazer com que **as massas latino-americanas recuperem a confiança no fair play norte-americano.** [...] **Não se compreenderia, aliás, que os Estados**

[537] Idem.
[538] "Kennedy e Cuba", *Jornal do Brasil,* 13 de abril de 1961, p.6, editorial.

> **Unidos se equiparassem, nos métodos, à União Soviética**, nem que Cuba se transformasse numa Hungria deste Continente. [...] As promessas de Kennedy demonstram que o seu Governo não permitirá que grupos [...] que adrogavam o treinamento de guerrilheiros por militares norte-americanos [...] tenham mais voz forte nas decisões sobre Cuba. [...] Tudo isso é muito bom, inclusive porque mostra que **os Estados Unidos começam a entender a psicologia latino-americana** e que estão dispostos a deixar que Fidel Castro se encarregue de reduzir a sua própria popularidade[539].

Ao declarar que os EUA não financiarão intervenções em Cuba nem apoiarão diretamente grupos anticastristas, Kennedy demonstra, segundo o jornal, uma compreensão crescente da "psicologia latino-americana". Essa posição fortalece o compromisso americano com o respeito à autodeterminação, contrastando com atitudes de imposição externa. O *Jornal do Brasil* elogia a visão de que o próprio Fidel Castro deve arcar com as consequências de suas políticas, permitindo que o desgaste de sua popularidade ocorra de forma natural, sem interferências externas. O editorial reflete uma leitura equilibrada, destacando a importância das promessas de Kennedy para uma nova era nas relações interamericanas, marcada pela tentativa de evitar confrontos diretos e de fortalecer laços de confiança com a América Latina. Essas ideias dialogam com o contexto mais amplo da Guerra Fria, em que os Estados Unidos buscavam redefinir sua imagem no hemisfério ocidental diante do avanço do socialismo e das críticas ao intervencionismo.

Por sua vez, o *Última Hora* apresenta uma postura crítica e voltada para os impactos sociais e políticos do contexto cubano. Nos dias anteriores à invasão, o jornal destaca os desdobramentos internos do governo Jânio Quadros, como a reforma agrária e as iniciativas para reatar relações com países do bloco socialista. A matéria "Pela Extravagância, Jânio Sacrifica Até a Coerência"[540] publicada em *Última Hora*, oferece um olhar crítico sobre as ações e declarações do Presidente Jânio Quadros em relação aos trabalhadores de Brasília. A crítica não se restringe às ações administrativas, mas também aborda o estilo pessoal de Jânio, descrito de forma irônica em trajes exóticos, como o "sack egípcio" e sapatos de tênis, criando uma narrativa que contrasta sua imagem pública com a gravidade dos problemas sociais e econômicos enfrentados na capital.

Essa abordagem evidencia como a imprensa, mesmo em uma coluna assinada, utilizava um tom ácido para apontar as contradições percebidas entre as ações e a postura do Presidente. O texto sugere que, apesar de medidas populares como a construção de moradias e o financiamento sindical, a gestão de Jânio era frequentemente vista como marcada pela

[539] Idem, grifos meus.
[540] "Pela Extravagância, Jânio Sacrifica Até a Coerência", *Última Hora*, 12 de abril de 1961, p.4, coluna.

teatralidade e pela falta de coerência. Isso reflete uma preocupação maior com a capacidade do governo de abordar os desafios nacionais com seriedade e consistência.

No dia 13 de abril, uma matéria[541] na coluna *O Dia do Planalto* publicada no jornal *Última Hora* relata ações e declarações do Presidente Jânio Quadros, com destaque para o envio de uma mensagem oficial ao Professor Régo, delegado do Brasil à Conferência Regional Africana da Organização Internacional do Trabalho. O relatório de Régo denunciava práticas do governo português, incluindo a venda de escravos para a União Sul-Africana, e propunha que o Brasil rompesse seu tratado de amizade e consulta com Portugal. Jânio, ao parabenizar o autor, sinalizou apoio às críticas feitas, alinhando-se a uma postura anticolonialista e reforçando o discurso de independência que marcava sua política externa.

Além disso, a coluna apresenta outras decisões de Jânio, como a regulamentação do tempo de propaganda televisiva e a determinação de horários específicos para a exibição de conteúdos adequados a diferentes faixas etárias, evidenciando sua preocupação com a moralidade pública e a formação da juventude. Também menciona a priorização de obras de infraestrutura, como a Usina de Conceição de Macabu, para a qual foi autorizada a liberação de verbas. Por fim, a referência ao interesse do governo da União Sul-Africana pela política adotada por Jânio demonstra como sua postura internacional estava sendo observada por outros países. Essa atenção evidencia a relevância de sua política externa independente no contexto global e reforça a ideia de que as ações de seu governo buscavam projetar o Brasil como um ator relevante em temas políticos e sociais, especialmente em questões anticoloniais.

O *Última Hora*, com seu tom mais progressista, adotou uma cobertura marcadamente solidária ao regime cubano, apresentando a invasão como uma agressão imperialista. No dia 17, a matéria principal, intitulada "Cuba invadida: desembarque começou à meia-noite"[542], descreveu o desembarque das tropas anticastristas com detalhes, apontando a resistência organizada pelas forças de Fidel Castro.

> Forças revolucionárias anticastristas iniciaram, esta manhã, a invasão de Cuba por mar, tendo o governo de Havana enviado milhares de soldados às praias, para enfrentar os atacantes, que lograram obter uma cabeça de praia a 135 quilômetros daquela capital. [...] José Miró Cardona, Presidente do 'Conselho Revolucionário no Exílio', informou do seu quartel-general, situado em lugar cujo nome não foi revelado, que a luta para derrubar Castro começou sábado à noite, mediante a infiltração de centenas de soldados que desembarcaram na província de Oriente. [...] Três batalhões de Fidel Castro estavam já em ação ou se dirigindo para o local. Junto com os batalhões, iam quatro tanques. Além disso, um 'destroyer' governista estava

[541] "Jânio Saúda Autor do Relatório Anti-Salazar", *Última Hora*, 13 de abril de 1961, p.4, coluna.
[542] "Cuba Invadida: Desembarque Começou a Meia-Noite", *Última Hora*, 17 de abril de 1961, p.2, notícia.

> disparando das proximidades da costa, com o objetivo de impedir que os invasores fugissem para o mar. [...] O 'Conselho Revolucionário Cubano', presidido pelo Dr. Miró Cardona, anunciou que o governo provisório poderá ser reconhecido pelos países estrangeiros desde o momento em que consiga estabelecer uma cabeça de ponte em território cubano. [...] A Rádio de Havana informou que as forças invasoras eram compostas por exilados cubanos e não eram norte-americanas, apesar das especulações iniciais sobre o apoio direto dos EUA[543].

O *Última Hora* adota um tom de condenação, denunciando a agressão como uma violação da soberania cubana e alertando para as implicações dessa invasão no cenário internacional. O jornal dá voz a líderes sindicais, parlamentares e movimentos estudantis, que se mobilizam em apoio a Cuba e denunciam a intervenção como um ato de imperialismo. Essa abordagem reflete não apenas a posição editorial do *Última Hora*, mas também o engajamento do periódico em amplificar as vozes de oposição ao que era percebido como uma aliança tácita entre os Estados Unidos e os grupos contrarrevolucionários.

No dia seguinte, o *Última Hora* intensificou seu tom crítico, com a manchete "Moscou anuncia socorro a Cuba"[544], destacando a mobilização internacional em torno do evento. As manifestações no Brasil em apoio a Fidel Castro foram amplamente cobertas, com depoimentos de líderes estudantis e sindicais que condenavam a invasão como uma ameaça ao continente[545]. O jornal questionava se os Estados Unidos estavam dispostos a repetir os erros de intervenções anteriores, como na Guatemala, e alertava para as implicações de uma guerra prolongada no hemisfério.

Em 20 de abril, a matéria "Deputados intercedem por Cuba"[546] trouxe um enfoque na resposta política brasileira ao conflito. O *Última Hora* enfatizou os protestos de parlamentares brasileiros contra a intervenção norte-americana e o crescente movimento de solidariedade a Cuba em diversas partes do país. Além disso, o jornal destacou a reação de grupos de intelectuais e artistas brasileiros, que condenaram a invasão e reafirmaram seu apoio à revolução liderada por Fidel Castro. Nesse dia, o *Última Hora* parecia consolidar sua posição ao apresentar o regime cubano como símbolo de resistência e autodeterminação na América Latina.

> Não é possível permitir que a invasão do território de Cuba acoberte os interesses coloniais — disseram, ontem, ao Embaixador John Cabot, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, que foram levar ao representante americano uma mensagem dirigida ao Presidente Kennedy, protestando contra a intromissão dos Estados Unidos nos negócios internos da República Cubana. [...] O movimento de solidariedade ao povo cubano assume, no Brasil, proporção nacional. Em todos os

[543] Idem.
[544] "Moscou anuncia socorro a Cuba", *Última Hora,* 18 de abril de 1961, capa, manchete.
[545] "Apoio e Simpatia Nas Ruas a Fidel Castro", *Última Hora,* 18 de abril de 1961, p.2, notícia.
[546] "Deputados intercedem por Cuba", *Última Hora,* 20 de abril de 1961, p.2, notícia.

> Estados brasileiros organizam-se manifestações as mais diversas de protesto contra a agressão sofrida pelo governo revolucionário de Fidel Castro. [...] No próximo sábado, no Sindicato dos Tecelões, na Rua Mariz e Barros, uma grande assembleia reunirá os principais líderes sindicais cariocas, numa inequívoca demonstração de que o proletariado brasileiro cerra fileiras ao lado dos barbudos de Fidel[547].

Por fim, o editorial intitulado "Basta de Fuzilamentos!"[548] publicado na capa do *Última Hora* no dia 24 de abril de 1961 reflete uma abordagem crítica e ao mesmo tempo diplomática sobre os acontecimentos recentes em Cuba, após a fracassada invasão da Baía dos Porcos. O texto, ao condenar a possibilidade de execuções em massa de prisioneiros anunciada pelo governo de Fidel Castro, faz um apelo em nome da "consciência democrática do continente", pedindo um tratamento humanitário e equânime aos prisioneiros. Tal posicionamento reforça o compromisso com os valores universais de justiça, em um contexto em que as tensões ideológicas estavam acirradas no cenário da Guerra Fria.

O editorial não deixa de criticar a influência externa nos conflitos cubanos, ao destacar o papel dos Estados Unidos no treinamento e financiamento de grupos opositores a Fidel Castro. Essa crítica, no entanto, é acompanhada de uma provocação direta a Fidel, lembrando que até a própria União Soviética, que o apoia, adotou uma abordagem menos agressiva contra dissidentes internos. A comparação sugere que a postura de Fidel estaria ultrapassando limites aceitáveis mesmo entre seus aliados. Por fim, o texto utiliza um tom irônico e nacionalista ao destacar que Cuba, apesar de sua suposta autonomia, acabaria por se alinhar a modelos externos, como o soviético. Esse argumento reforça uma posição de independência brasileira frente às potências globais, alinhando-se à política externa independente de Jânio Quadros, que buscava evitar alinhamentos automáticos com os blocos da Guerra Fria.

No conjunto, o editorial equilibra críticas ao governo cubano e aos Estados Unidos, defendendo valores democráticos e humanitários, enquanto reforça uma posição de autonomia para o Brasil. A publicação desse texto na capa demonstra a relevância do tema nas discussões políticas da época, bem como o papel estratégico de Cuba como um símbolo das disputas ideológicas e diplomáticas que marcavam o período.

No *Estadão*, os editoriais e outras matérias que cobriram o período de invasão a Cuba refletem uma postura de apoio ao princípio de autodeterminação dos povos, mas com nuances claras de alinhamento ao bloco ocidental. No dia 18, o editorial "As palavras do Presidente da República"[549] demonstra preocupação com o avanço soviético, representado pela recente conquista espacial, enquanto um raro elogio a Quadros por sua habilidade diplomática em

[547] Idem.
[548] "Basta de Fuzilamentos!", *Última Hora*, 24 de abril de 1961, capa, editorial.
[549] "As palavras do Presidente da República", *O Estado de S. Paulo*, 18 de abril de 1961, p.3, editorial.

reforçar a soberania brasileira e sua capacidade de diálogo com os dois blocos. Este contexto mostra como o jornal equilibrava críticas aos excessos do comunismo com uma tentativa de distanciar o Brasil de intervenções diretas promovidas pelos EUA.

> Nessa entrevista, como dissemos, o Presidente Jânio Quadros enunciou pontos de vista extremamente interessantes e que bem demonstram a evolução que se operou no espírito de s. exa., relativamente à maneira de encarar a nossa posição em face do mundo atual, mesmo em relação àquela 'parte ponderável do mundo' que, no dizer do Presidente, o Brasil não pode ignorar. [...] A autodeterminação, como o Presidente Jânio Quadros declarou, é um imperativo da consciência brasileira: por isso mesmo, não reconhecemos à Rússia o direito de se intitular país civilizado e digno do nosso respeito enquanto mantiver sob o jugo dos seus exércitos os seus súditos e as nações que hoje domina. [...] Quanto aos demais pontos da entrevista, estamos inteiramente de acordo com o Presidente Jânio Quadros. E é com o maior prazer, até, que chamamos a atenção dos nossos leitores para este trecho da entrevista, em que s. exa. responde aos representantes de 'Time', 'Life' e 'Fortune' sobre o provável prazo de recuperação econômica e financeira do País: 'Não é possível estabelecer prazos fatais... Creio que em um ano teremos experimentado sensível desafogo.' [...] Trata-se de fatos ao alcance de qualquer um, fatos eloquentemente demonstrativos de que podemos olhar com serenidade e otimismo o dia de amanhã[550].

Esse momento de apoio ao governo Jânio Quadros, por parte de um jornal que geralmente se colocava de maneira crítica, reflete um reconhecimento pontual das iniciativas e declarações que alinhavam o Brasil a princípios democráticos e de soberania. Além disso, a avaliação positiva sobre as perspectivas econômicas sugere que, naquele instante, o governo conseguiu conquistar parte da confiança da imprensa em meio a um cenário de desafios internos e externos.

No dia seguinte, o *Estadão* abordou o conflito cubano com ênfase na tensão internacional que o evento gerava. O editorial "O princípio da autodeterminação e Cuba"[551] descreveu a situação de maneira a criticar tanto o regime castrista quanto os grupos exilados que desembarcavam na Baía dos Porcos. A publicação rejeitou o uso da autodeterminação como justificativa para perpetuar regimes ilegítimos, apontando a contradição do regime castrista em se afirmar soberano, mas alinhar-se ao comunismo internacional. Por outro lado, o jornal exaltou os combatentes anticastristas como defensores de uma Cuba livre e democrática, demonstrando sua inclinação política no apoio aos movimentos contrarrevolucionários. A cobertura nesse dia também enfatizou a ausência de Fidel Castro nos pronunciamentos públicos, algo que o jornal viu como um sinal de incerteza dentro do regime.

> Para os adversários do golpe comunista não fazerem segredo nem mistério das suas intenções, é porque se sentiam extremamente fortes e com boas probabilidades de vitória, quaisquer fossem as medidas que o triunvirato bolchevista viesse a tomar contra a ação que eles projetavam. [...] Amigo da oratória, sempre pronto a perorar

[550] Idem.
[551] "O princípio da autodeterminação e Cuba", *O Estado de S. Paulo*, 19 de abril de 1961, p.3, editorial.

> durante horas diante do vídeo ou das multidões, Fidel Castro calou-se desta vez, nem um só momento encontra disponível para se dirigir aos países ávidos por informações seguras sobre o que ali se passa, naquele tom jactancioso e cheio de atrevimento que já nos habituaram na América. [...] Aceitar como boa a tese de que o fato consumado legitima a ação dos que o praticam, ou invocar o princípio da autodeterminação para proteger um poder ilegítimo, é pretender justificá-lo com o amoralismo maquiavélico[552].

O editorial também ecoa o contexto internacional de polarização ideológica, em que a Guerra Fria impunha leituras binárias e estratégicas sobre os eventos na América Latina. O apoio aos opositores do regime cubano reflete a influência do discurso anticomunista predominante na imprensa brasileira da época, que frequentemente colocava em segundo plano os próprios princípios democráticos que dizia defender. Por fim, "A hora das decisões definitivas"[553], publicado pelo *O Estado de S. Paulo* em 22 de abril de 1961, reflete a tensão do contexto da Guerra Fria e a polarização ideológica que marcava o período. O texto destaca e enaltece a postura assertiva do Presidente norte-americano John F. Kennedy, que, em declarações recentes, teria reafirmado a disposição dos Estados Unidos de defender as liberdades americanas a qualquer custo, incluindo o uso da força militar. O editorial descreve a política norte-americana como clara e decidida, ressaltando que, caso as circunstâncias exigissem, os EUA assumiriam sozinhos a liderança no combate à penetração comunista na região.

O texto também faz menção à "cabeça de ponte das Antilhas", referindo-se à Cuba socialista, que era vista como um êxito estratégico da União Soviética na região. Apesar disso, o editorial adverte que a continuidade da política soviética nas Américas poderia levar a um conflito direto, com os Estados Unidos dispostos a assumir uma postura beligerante. A referência ao "regime de mobilização permanente" sugere que o jornal considera legítima e necessária a preparação para um cenário de guerra, caso fosse indispensável para conter a ameaça comunista.

Além de elogiar a liderança norte-americana, o editorial convoca o Brasil a assumir um papel ativo no Hemisfério, alinhando-se aos interesses dos Estados Unidos. Há um apelo à classe política brasileira — líderes do Congresso, membros do Conselho de Segurança Nacional e do Estado-Maior das Forças Armadas — para que tomem decisões firmes e definitivas diante da "extrema gravidade" do momento. Esse texto reforça a linha editorial conservadora e anticomunista do *Estadão*, que defendia um alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos na luta contra o comunismo. A mensagem, ao mesmo tempo em que exalta a democracia

[552] Idem.
[553] "A hora das decisões definitivas", *O Estado de S. Paulo*, 22 de abril de 1961, p.3, editorial.

como valor central, advoga por medidas que poderiam escalar tensões globais e regionais, reforçando a influência norte-americana sobre os países da América Latina.

Já no dia 23 de abril, o *Estadão* publica "Conferência de Uruguaiana e o momento internacional"[554], que usa a reunião entre os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi para ressaltar a necessidade de uma maior integração regional em defesa da democracia. A matéria traça um paralelo entre o fracasso da invasão cubana e os desafios enfrentados pelos países latino-americanos em resistir à penetração comunista. Ao promover o conceito de autodeterminação dos povos, o jornal sugere que a unidade continental deve estar fundamentada na rejeição aos regimes autoritários e ao avanço de ideias revolucionárias, destacando a responsabilidade de líderes como Quadros em preservar esses valores. Essa abordagem reflete o esforço do periódico em reafirmar o papel de liderança do Brasil no hemisfério, mesmo diante das críticas internas à condução da política externa pelo Presidente.

O *Jornal do Brasil* adotou uma abordagem mais comedida, refletindo sua reputação de veículo moderado e com uma análise mais ampla dos eventos internacionais. No dia 17 de abril, o editorial "Cuba invadida" apresentou os primeiros relatos do desembarque, destacando a complexidade do conflito e os interesses geopolíticos envolvidos. Embora não tomasse um lado abertamente, o jornal sublinhou o caráter organizado da invasão, mencionando a logística e o suporte que os exilados pareciam ter recebido, sugerindo uma ligação implícita com o governo norte-americano. O tom crítico emergiu nas entrelinhas, onde o apoio dos Estados Unidos à operação era visto como uma violação da autodeterminação, enquanto o regime castrista era avaliado como um dos motivos centrais da instabilidade na região.

Em 18 de abril, o editorial "Apreensão"[555] aprofundou a crítica à falta de transparência das informações sobre a invasão. O texto avalia as denúncias de que os exilados cubanos que participaram da tentativa de derrubar o regime de Fidel Castro contaram com o apoio de governos estrangeiros, possivelmente os Estados Unidos, e reflete sobre o significado desse envolvimento no contexto da Guerra Fria. Questiona ainda, de forma incisiva, se o governo norte-americano, liderado por John F. Kennedy, teria adotado os mesmos métodos intervencionistas que marcaram ações passadas, como o golpe na Guatemala em 1954, patrocinado pelo governo de Eisenhower. Ao sugerir que tal atitude colocaria os Estados Unidos no mesmo patamar dos "velhos imperialismos europeus" e da União Soviética, o texto critica a

[554] "Conferência de Uruguaiana e o momento internacional", *O Estado de S. Paulo*, 23 de abril de 1961, p.3, editorial.
[555] "Apreensão", *Jornal do Brasil*, 18 de abril de 1961, p.6, editorial.

moralidade e a coerência de uma ação militar contra Cuba, sobretudo por sua contradição com os ideais democráticos que o país dizia defender.

> Tudo isso nos leva à conclusão inevitável de que os exilados contaram com a ajuda efetiva de um ou de vários governos de países daquela região. [...] Até hoje essas denúncias não tiveram resposta — o que é uma das coisas que nos causam apreensão. **Terão os Estados Unidos, compelidos pela lógica inexorável e cruel da Guerra Fria, resolvido apelar para os métodos usados pelos velhos imperialismos europeus do século XIX ou, mais recentemente, pela União Soviética?** [...] Relutamos muito em afirmar, à base das informações contraditórias que nos chegam, que o Governo democrático dos Estados Unidos repetiu, em 1961, o que, na Guatemala, em 1954, fez o Governo republicano do General Eisenhower. [...] Se os grupos que desembarcaram em Cuba foram organizados, treinados e equipados pelo Governo norte-americano, devemos então reconhecer que a União Soviética pode dar-se por satisfeita, pois Kennedy — se isso é verdade — fez exatamente o que ela queria. [...] **Uma invasão de Cuba organizada pelos Estados Unidos seria pior do que um crime — um erro**[556].

A ideia central é a de que uma invasão promovida pelos Estados Unidos não só seria moralmente condenável, mas também estrategicamente equivocada, fortalecendo a narrativa soviética de que o imperialismo norte-americano representava uma ameaça aos países latino-americanos. Este editorial demonstra o posicionamento crítico do *Jornal do Brasil*, que, embora reconhecendo os riscos do regime cubano no tabuleiro geopolítico hemisférico, alerta para os perigos de práticas intervencionistas que comprometam os princípios democráticos e as relações dos Estados Unidos com as demais nações da América Latina. A análise revela um profundo ceticismo em relação aos caminhos escolhidos pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que reflete as tensões ideológicas e estratégicas que dominavam o cenário internacional naquele momento.

No dia 20 de abril, o editorial intitulado "O Erro"[557], publicado pelo *Jornal do Brasil*, analisa criticamente a posição dos Estados Unidos no contexto da invasão da Baía dos Porcos, destacando os desdobramentos negativos para o governo de John F. Kennedy e para as relações interamericanas. O texto aponta que a decisão de intervir em Cuba, mesmo que indiretamente, foi um grave equívoco estratégico e moral, ao colocar as "razões de Estado" acima do *fair play* esperado de uma nação que se apresentava como defensora das liberdades e da justiça.

O jornal carioca observa que, embora o regime de Fidel Castro tenha consolidado o controle sobre a situação após a invasão frustrada, os custos políticos e diplomáticos recaíram pesadamente sobre os Estados Unidos. A iniciativa, vista como uma interferência direta nos assuntos internos de Cuba, resultou em fuzilamentos sumários no país e em uma onda de "agitações anti norte-americanas" em várias capitais latino-americanas. Nesse sentido, o

[556] Idem. Grifos meus.
[557] "O Erro", *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1961, p.3, editorial.

editorial sugere que a intervenção feriu profundamente a imagem dos Estados Unidos como um defensor das "causas justas", transformando-a, aos olhos de muitas massas na região, em uma "sombria e gasta nação imperial".

> O erro de Kennedy, em nossa opinião, foi o de permitir que as razões de Estado falassem mais alto do que o fair play que todos nós acostumamos a esperar dos Estados Unidos. [...] Os Estados Unidos, com o seu jovem Presidente, ficam com os ônus de uma intervenção nos negócios internos de um país sem ter nenhuma das vantagens que tal coisa podia dar. [...] Os dirigentes latino-americanos que simpatizam com os Estados Unidos silenciam, e as ruas das capitais de países da América Latina assinalam o recrudescimento das agitações anti norte-americanas. [...] O que todos esperávamos do Governo Kennedy [...] era um congelamento da questão cubana e um ataque maciço, planificado e rápido nos problemas do subdesenvolvimento na América Latina. [...] Tudo porque o novo Governo norte-americano não soube ouvir uma voz que falava ainda mais alto do que a dos cubanos: a voz silenciosa e discreta das grandes nações latino-americanas[558].

O texto critica ainda a falta de visão do governo Kennedy em priorizar uma solução diplomática e de longo prazo para os problemas do subdesenvolvimento na América Latina, optando em vez disso por uma abordagem imediatista e desastrosa. A expectativa mencionada pelo jornal era de um "congelamento da questão cubana" e de um esforço mais consistente em atacar as causas estruturais da pobreza e desigualdade na região, que contribuíam para a instabilidade política. O *JB* conclui que o grande erro de Kennedy foi ignorar as "vozes silenciosas e discretas" das nações latino-americanas, que, embora simpatizantes dos ideais democráticos dos Estados Unidos, buscavam soluções mais alinhadas à autonomia e ao respeito mútuo. O episódio é retratado como um marco negativo que comprometeu seriamente a credibilidade norte-americana na região e reforçou as tensões ideológicas da Guerra Fria no hemisfério ocidental.

O *Jornal do Brasil*, nas edições posteriores à invasão, adota um tom mais moderado, mas igualmente preocupado com os desdobramentos da crise cubana. No editorial de 22 de abril, intitulado "Brasil e Cuba"[559], o periódico aplaude a decisão do governo brasileiro de apoiar a resolução do México na ONU, enfatizando a importância da mediação internacional para evitar um agravamento das tensões. A defesa de uma solução diplomática contrasta com as críticas veladas à posição norte-americana, vista como intervencionista e desrespeitosa ao princípio da autodeterminação dos povos. O texto demonstra o compromisso do jornal em equilibrar seu discurso, mantendo a imagem do Brasil como um país moderador e comprometido com o multilateralismo.

[558] Idem.
[559] "Brasil e Cuba", *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1961, p.3, editorial.

> O Governo brasileiro agiu bem ao decidir dar apoio, na Organização das Nações Unidas, à proposta mexicana sobre a questão de Cuba. Essa proposta reclama a cessação das hostilidades e pede a investigação imparcial das acusações de que os exilados que desembarcaram em Cuba contavam com ajuda estrangeira. [...] É uma pena que a questão tenha que ser discutida na ONU, mas o fato é que a Organização dos Estados Americanos enfraqueceu-se a tal ponto que, no auge da crise cubana, ninguém pensou em recorrer aos seus bons ofícios. [...] O Governo cubano classifica a OEA de instrumento norte-americano. O Governo norte-americano não acredita que a OEA resolva alguma coisa. [...] No dizer que a segurança nacional dos Estados Unidos pode determinar até uma intervenção direta em Cuba, Kennedy revogou o artigo XV da Carta da OEA. [...] Se não houver um malogro da ONU e se a proposta mexicana for aprovada, é possível que uma clara demonstração de prestígio e imparcialidade da organização internacional ponha em cheque a própria posição soviética. [...] Só a ação de grandes democracias latino-americanas, como o Brasil, a Argentina, o México, etc., pode impedir que a questão cubano-norte-americana se torne irremediável[560].

O editorial também chama a atenção para a perda de relevância da Organização dos Estados Americanos (OEA), descrita como enfraquecida a ponto de não ser considerada uma opção viável para intermediar a crise cubana. Essa constatação reforça a necessidade de uma ação mais eficaz e imparcial por parte da ONU, que, com a proposta mexicana, poderia recuperar sua credibilidade como instância mediadora. O texto destaca ainda que o apoio brasileiro à resolução fortalece o papel das democracias latino-americanas — como Brasil, Argentina e México — na promoção de uma solução pacífica, posicionando a região como protagonista na contenção das tensões hemisféricas e na preservação dos princípios do direito internacional.

No editorial de 23 e 24 de abril[561], o *Jornal do Brasil* apresenta uma análise crítica sobre os desdobramentos da crise cubana, com foco na frustração gerada pela ação dos Estados Unidos e na falta de liderança das democracias latino-americanas. O texto aponta a amargura do Presidente Kennedy como resultado de uma "guerra por procuração" fracassada, cuja estratégia foi amplamente rejeitada pelos vizinhos do hemisfério. Além de condenar a precipitação norte-americana, o editorial lamenta a inércia das democracias latino-americanas, que, segundo o jornal, falharam em conter tanto o expansionismo dos Estados Unidos quanto a ideologia cubana. A crítica estende-se à desvalorização da OEA, descrita como substituída pela ONU na gestão da crise, um movimento que simboliza a fragilidade do sistema interamericano. Finalmente, o texto destaca uma oportunidade perdida para os líderes regionais exercerem um papel moderador, sinalizando que a ausência de "intermediários" agrava os desafios de desenvolvimento e integração no continente.

[560] Idem.
[561] "A omissão", *Jornal do Brasil*, 23 e 24 de abril de 1961, p.3, editorial.

O episódio da invasão da Baía dos Porcos destacou, de maneira emblemática, as complexidades e contradições que permearam a Política Externa Independente (PEI) do Brasil no início dos anos 1960. A análise discursiva dos editoriais e matérias dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* evidencia como cada veículo construiu narrativas específicas sobre os desdobramentos desse evento, refletindo suas agendas editoriais, orientações ideológicas e concepções de soberania e alinhamento internacional.

Enquanto o *Estadão* adotou uma postura de apoio implícito aos Estados Unidos, enfatizando os perigos do "comuno-nacionalismo" e a necessidade de uma aliança hemisférica liderada pelas democracias ocidentais, o *Jornal do Brasil* apresentou uma crítica ponderada às ações norte-americanas, destacando os riscos do intervencionismo para a estabilidade interamericana e a credibilidade dos princípios democráticos. Por outro lado, o *Última Hora* posicionou-se como uma voz progressista, enfatizando a solidariedade à Revolução Cubana e denunciando a invasão como um exemplo do imperialismo estadunidense. Essa diversidade de posicionamentos na imprensa não apenas reflete as divisões ideológicas internas do Brasil, mas também aponta para o papel ativo dos meios de comunicação na construção de percepções sobre a política externa. O alinhamento automático a um dos blocos da Guerra Fria ou a defesa de uma neutralidade ativa tornaram-se pontos de disputa que ultrapassavam as esferas governamentais, reverberando nas páginas dos jornais e construindo o debate público sobre o papel do Brasil no cenário internacional.

A abordagem discursiva permitiu identificar como as narrativas jornalísticas mobilizaram categorias como autodeterminação, soberania e democracia, frequentemente de forma instrumental, para legitimar suas posições. Por exemplo, o *Estadão* enalteceu a autodeterminação como um princípio universal, mas limitou sua aplicação ao criticar regimes alinhados ao socialismo. Já o *Última Hora* usou o mesmo conceito para validar a resistência cubana à intervenção externa, enquanto o *Jornal do Brasil* questionou, de certa maneira, a coerência dos Estados Unidos ao violar princípios que diziam defender. O episódio também evidenciou os desafios enfrentados pela PEI ao tentar equilibrar pragmatismo e idealismo em um contexto de forte polarização global. A tentativa de Jânio Quadros de consolidar o Brasil como mediador internacional encontrou eco em discursos que ora celebravam a neutralidade ativa, ora a condenavam como hesitação estratégica. A cobertura da imprensa revelou, assim, tanto o potencial quanto as limitações dessa abordagem diplomática, especialmente em um cenário onde a Guerra Fria impunha escolhas binárias.

Em última análise, a invasão da Baía dos Porcos funcionou como um catalisador para os debates sobre os rumos da política externa brasileira e sobre as implicações das escolhas do governo para a posição do país no hemisfério ocidental. A análise das narrativas midiáticas mostra que, mais do que um reflexo das disputas políticas, os jornais desempenharam um papel central na construção das interpretações sobre a PEI e suas respostas aos desafios da Guerra Fria. Esse capítulo, ao explorar essas dinâmicas discursivas, contribui para a compreensão das intersecções entre mídia, ideologia e política externa em um momento crítico da história brasileira e mundial.

6.2. PUNTA DEL ESTE: DEFENDER A DEMOCRACIA OU TRAIR O HEMISFÉRIO? A DIPLOMACIA BRASILEIRA ENTRE PRESSÕES E DISCURSOS NA GUERRA FRIA

A Conferência de Punta del Este, realizada entre 22 e 31 de janeiro de 1962, representou um dos momentos mais emblemáticos da política interamericana no contexto da Guerra Fria[562]. A exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a reafirmação do princípio de incompatibilidade entre o comunismo e os sistemas democráticos consolidaram as divisões ideológicas que permeavam o hemisfério. Para o Brasil, esse evento foi um teste de sua política externa independente, liderada pelo Presidente João Goulart e pelo chanceler San Tiago Dantas[563]. Diante das pressões dos Estados Unidos e de outros países do bloco anticomunista, o governo brasileiro manteve uma postura de não-intervenção, evitando alinhar-se automaticamente às decisões hegemônicas. Essa escolha gerou intensos debates na imprensa,

[562] Conforme Azevedo (2014, p.46), "A VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 1962, na cidade uruguaia de Punta del Este, reuniu os países que compunham essa organização internacional para decidir as repercussões políticas e jurídicas do novo regime de governo cubano. Ela pode ser considerada um dos momentos mais dramáticos de História continental, marcada pelo ingresso definitivo, na América do Sul e Central, do conflito da Guerra Fria. Esta Conferência entrou, também, para o imaginário político e social dos países do continente, como, aliás, foi o caso da maioria das polêmicas a respeito de Cuba: se o golpe apresentava-se como um perigo de infiltração socialista no Hemisfério e de transformação de seus países em repúblicas comunistas, ou se a revolução era algo a ser valorizada e cultuada, representando um grito de contestação à hegemonia norte americana e ao capitalismo".

[563] Também conforme Azevedo, compreender a trajetória de San Tiago Dantas, tal qual retomamos no capítulo dois desta tese, acerca de todos os Ministros do Exterior que passaram pelo MRE no período do Governo Jânio e João Goulart, "é o ponto de partida para entender a atuação de San Tiago em Punta del Este. De um modo geral, ele buscava convergir a aplicação de conceitos de seu receituário intelectual com a realidade política do momento, de um modo mais "doutrinário" do que "oportunista".82 Sua trajetória nos ajuda a compreender, em parte, o modo como ele julgava as relações interamericanas, isto é, qual importância dava à OEA e aos vínculos com os países do continente. Dentro do seu arcabouço conceitual, presente nas manifestações que deu a respeito da Conferência, dois conceitos aparecem com grande ênfase: o de "Sistema interamericano" e o de "Luta pelo direito", conceitos ligados à sua experiência de vida" (AZEVEDO, 2014, p.49-50).

evidenciando como os jornais assumiram diferentes papéis na construção das narrativas sobre o evento.

Este capítulo busca compreender como os discursos jornalísticos do período dialogaram com os interesses políticos e ideológicos da época, utilizando-se do anticomunismo como eixo articulador de suas análises. Conforme a teoria da análise discursiva, a mídia não apenas reproduz os fatos, mas também constrói sentidos, legitimando determinadas interpretações enquanto silencia outras. Assim, a análise se concentra em identificar as estratégias discursivas que moldaram a percepção pública sobre a Conferência e sobre o papel do Brasil no sistema interamericano.

A abordagem metodológica segue a lógica de analisar cada jornal individualmente, permitindo captar as nuances específicas de seus discursos. O *Estadão*, alinhado ao conservadorismo e ao discurso anticomunista, adotou uma postura crítica à política externa brasileira, enfatizando sua suposta fragilidade diante da influência de Cuba. Já o *Jornal do Brasil* buscou apresentar a posição brasileira como moderada e diplomática, enquanto o *Última Hora* destacou o protagonismo do Brasil na defesa da autodeterminação. Essas perspectivas revelam não apenas os diferentes posicionamentos editoriais, mas também as disputas políticas internas do período, em que a retórica anticomunista se consolidava como um instrumento poderoso de mobilização e deslegitimação.

A cobertura do *Estadão* sobre a Conferência de Punta del Este revela uma retórica intensamente crítica à política externa brasileira, centrada na rejeição à postura do governo João Goulart e no reforço de uma narrativa anticomunista. Em 16 de janeiro, o editorial "Volta ao marco zero"[564] introduz a associação entre nacionalismo e comunismo, criticando o que chama de "nacionalismo ultramontano". A expressão reflete um esforço discursivo de deslegitimação, ao situar projetos nacionalistas como ameaça à democracia e facilitadores da infiltração comunista. Esse posicionamento silencia possíveis debates sobre a soberania brasileira na formulação de sua política externa, enquanto legitima uma dependência tácita da ordem liderada pelos Estados Unidos. A construção do discurso envolve o que é dito e o que é ocultado, e o *Estadão* oculta aqui as tensões internas do hemisfério, priorizando uma narrativa binária e polarizadora.

> Queremos referir-nos ao nacionalismo ultramontano, jacobinismo, característico dos espíritos estreitos tremebundos das influências externas. [...] O nacionalismo ultramontano, menos do que um aspecto retrógrado da política, representa um perigoso instrumento da infiltração comunista. [...] O retrocesso à politização

[564] "Volta ao marco zero", *O Estado de S. Paulo*, 16 de janeiro de 1962, p.3, editorial.

> nacionalista constitui um desastre que assinala, fundamente, o perigoso fenômeno de desquite entre a política e a opinião popular, entre o Governo e a Nação.[565]

Na edição de 19 de janeiro, o editorial "Manifesto dos ex-chanceleres"[566] intensifica o tom ao criticar a posição do Brasil na Conferência. Ao destacar o compromisso do hemisfério em combater o comunismo, o jornal projeta um senso de urgência, retratando a abstenção brasileira como um ato de deslealdade. Essa construção discursiva mobiliza elementos emocionais para desqualificar a posição do governo, como observado por Patrick Charaudeau (2018) em sua análise do discurso político. Nesse contexto, a mídia atua não apenas como observadora, mas como participante ativa na formação de uma hegemonia discursiva, alinhada aos interesses do bloco anticomunista liderado pelos Estados Unidos.

> Em todos esses documentos nos comprometemos solenemente, com as demais nações que as assinaram: a combater o totalitarismo de esquerda que viesse porventura a se implantar no Continente. [...] Não estão de modo nenhum em discussão os princípios com que todos concordamos. Tanto quanto o sr. Jânio Quadros ou o sr. San Thiago Dantas, os quatro signatários respeitam e consideram intangíveis os princípios da autodeterminação e da não-intervenção em Cuba. [...] Com o que não concordam, porém, [...] é que, sob aqueles dois axiomas da filosofia política nacional, o governo brasileiro acoberte a intenção de destruir, a favor do regime cubano, o sistema de defesa de todo o Hemisfério. [...] **O que o Presidente da República e o ministro do Exterior têm em vista é o colocarem-se numa posição que lhes granjeie os votos da extrema esquerda no pleito eleitoral de outubro próximo.** [...] Um ato de deslealdade que de modo nenhum se condiz com a nossa índole e as nossas tradições e que só teria como resultado aniquilar a mais completa organização de convivência internacional existente no mundo.[567]

Conforme a Conferência se aproxima, o tom crítico do *Estadão* é mantido. Em 21 de janeiro, o editorial "Cuba em face do Direito Internacional"[568] utiliza argumentos legais para sustentar a exclusão de Cuba da OEA, destacando sua integração ao bloco comunista como incompatível com os princípios interamericanos. Sob uma análise habermasiana, percebe-se que o discurso apela à razão jurídica, mas oculta as implicações políticas de tal decisão, como a subordinação das soberanias nacionais às prioridades da Guerra Fria. Enquanto o jornal enfatiza a necessidade de proteger a "unidade hemisférica", ele silencia os esforços do Brasil em defender uma política de não-intervenção como meio de evitar conflitos diretos na região.

> O governo cubano já se afastou de modo inequívoco do convívio com os demais Estados americanos. **Integrando-se declaradamente no bloco comunista [...] acabou por colocar o seu país, embora de modo dissimulado, sob o protetorado da Rússia e da China Vermelha, a sombra de cujos escudos e armas ofensivas ameaça comunizar o resto da América.** [...] Inúteis e perigosas ao mesmo tempo, portanto, serão todas as tentativas de chegar a um entendimento ou convivência

[565] Idem.
[566] "Manifesto dos Ex-chanceleres", *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962, p.3, editorial.
[567] Idem. Grifos meus.
[568] "Cuba em face do Direito Internacional", *O Estado de S. Paulo*, 21 de janeiro de 1962, p.3, editorial.

> pacífica com um Estado ao qual coube a missão de abrir a primeira senda no maciço da unidade americana. [...] O Direito Internacional é que prescreve os requisitos a que deve obedecer uma organização política, para que esta possa ser classificada como Estado. [...] **O sujeito da prerrogativa concernente à autodeterminação não é o Estado, mas o povo.** [...] Ainda que aceitasse aquele estatuto, o governo cubano, uma vez integrado no bloco comunista, com compromissos expressos e implícitos com ele, não dispõe da necessária independência para se comprometer internacionalmente num assunto que não interessa a ele só, mas igualmente, de modo muito particular, à estratégia política dos grandes Estados comunistas. [...] **A proposta que o nosso ministro do Exterior tenciona submeter à conferência de Punta del Este constitui, a par de um valioso serviço à estratégia comunista, um gravíssimo golpe na unidade e segurança da América.** [...] Se o governo de Cuba se não sujeitar às restrições ao abuso de se imiscuir nos negócios domésticos de outros povos, [...] que os Estados americanos interrompam, enquanto perdurar em Cuba o regime comunista, todas as suas comunicações com o governo Fidel Castro.[569]

Enquanto o jornal enaltece a necessidade de ruptura com o regime cubano, acusando-o de representar uma ameaça à estabilidade continental, silencia sobre as possíveis consequências dessa postura para as soberanias nacionais e a paz regional. A crítica ao governo brasileiro e à sua política de não-intervenção também revela uma tentativa de deslegitimar esforços diplomáticos que buscavam alternativas ao isolamento e ao confronto direto. Assim, o texto do *Estadão* exemplifica como o discurso jurídico pode ser instrumentalizado para mascarar interesses políticos, reforçando narrativas de polarização ideológica no contexto interamericano.

O desenrolar da Conferência, a partir de 26 de janeiro, intensifica ainda mais as críticas no *Estadão*. O editorial "O Itamarati em Punta del Este"[570] acusa San Tiago Dantas de alinhar o Brasil ao castrismo, configurando uma narrativa que simplifica o debate diplomático em termos de lealdade ou traição. Essa exclusão de outras possibilidades discursivas reflete a tentativa de estabilizar um campo simbólico onde qualquer dissidência é vista como ameaça à ordem. Nesse momento, o anticomunismo se consolida como um instrumento de deslegitimação política, silenciando as intenções do governo brasileiro de evitar a polarização no sistema interamericano.

> A facilidade com que o chanceler colombiano conseguiu atrair ao seu ponto de vista a grande maioria das delegações americanas veio demonstrar a razão que tínhamos quando afirmamos, por várias vezes, que a recepção oferecida pelas populações de Caracas e Bogotá ao Presidente Kennedy tinha o significado e a força de um plebiscito por meio do qual a América Latina, inclusive o Brasil, afirmava a sua inconformidade irredutível com o particular ponto de vista da Chancelaria brasileira em relação ao problema cubano. [...] Isto prova que não há sutileza de palavras capaz de fazer prevalecer a dialética jurídica sobre a realidade dos fatos. Estes jamais consentem que a eles se sobreponha o artificialismo de concepções puramente abstratas. [...] **Os estadistas que fizeram a grandeza da diplomacia brasileira no passado sabiam perfeitamente que, em primeiro lugar, está a defesa da democracia**

[569] Idem.
[570] "O Itamarati em Punta del Este", *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1962, p.3, editorial.

> **representativa, em segundo a garantia internacional da defesa dos direitos humanos, e só respeitando estes direitos poderá o princípio da não-intervenção ter força moral necessária para se impor.** [...] A Casa de Rio Branco era terreno respeitado, onde nunca lograva penetrar a política rasteira dos partidos. [...] **Não é o prestígio nem a segurança nacional que o sr. San Thiago Dantas tem em vista quando procura insistentemente solidarizar-nos com a aventura castrista: o que preocupa s. exa. é o que possa pensar de sua atitude em Punta del Este o eleitorado que obedece à liderança da corrente comuno-nacionalista.**[571]

Em 30 de janeiro, o editorial "Pródromos de um levante geral"[572] reforça essa estratégia ao conectar a atuação externa do governo com questões internas de ordem e segurança. A retórica empregada, que associa conflitos agrários a uma "onda irresistível de desordem", expõe o uso do discurso anticomunista para mobilizar o medo e justificar uma postura mais dura contra o governo. Essa interconexão entre contextos internos e externos cria um cenário discursivo onde a política externa se torna reflexo da suposta falência administrativa do governo, deslocando a análise para um campo moralizante.

> A princípio confinava-se no Nordeste a ação subversiva. Ela se iniciou no Estado de Pernambuco com a constituição das chamadas Ligas Camponesas, as quais, de começo, se limitaram a agir contra certas usinas. [...] A lição desses episódios era clara. O exemplo de Pernambuco e da Paraíba frutificara e já não se podia falar de um fenômeno esporádico. [...] O espírito de revolta organizada que tem o Nordeste por epicentro atingiu já o Estado do Rio de Janeiro. [...] Se levarmos na devida consideração o estado anormal que atravessa a República e a soma enorme de fatos que concorrem para debilitar o regime em que vamos vivendo, somos forçados a concluir pela extrema gravidade desses repetidos assaltos à propriedade rural. [...] Os atentados contra a propriedade, iniciados em Pernambuco, passaram a verificar-se, logo em seguida, no Estado do Rio de Janeiro, para rebentarem agora em proporções muito maiores no Sul da República. [...] As forças armadas, nesta altura, já se tenham compenetrado do imenso risco que corre o Brasil. Mas disporão elas dos elementos necessários para conter a onda que se vai alastrando num ímpeto praticamente irresistível?[573]

Ao destacar a influência de ideologias externas e traçar um paralelo entre conflitos locais e ameaças globais, o jornal insinua que a situação interna do Brasil reflete um alinhamento perigoso com interesses comunistas internacionais. Assim, a política externa brasileira sob a liderança de Goulart é implicitamente apresentada como cúmplice na fragilização da ordem interna, ao passo que se reforça um apelo à necessidade de ação militar como garantia de segurança e soberania. Essa narrativa, ao misturar o moralismo político com o discurso de segurança nacional, ajuda a sustentar uma visão de que o Brasil estaria vulnerável tanto às forças externas quanto à incapacidade do governo em administrar conflitos internos. Isso

[571] Idem. Grifos meus.
[572] "Pródromos de um levante geral", *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1962, p.3, editorial.
[573] Idem.

contribui para o fortalecimento de um ambiente propício ao apoio de medidas autoritárias que poderiam, sob essa ótica, restaurar a estabilidade do país.

No dia 31 de janeiro, ao abordar os resultados da Conferência, o *Estadão* descreve a postura do Brasil como um "ato de deslealdade" e atribui ao país a responsabilidade por ter sido o "grande obstáculo" à unanimidade na exclusão de Cuba. O editorial "Um documento notável"[574] reforça o papel do jornal como porta-voz de uma hegemonia discursiva alinhada ao bloco liderado pelos EUA, deslegitimando qualquer tentativa de autonomia diplomática brasileira. Nesse contexto, adaptando o conceito de Bourdieu, pode-se dizer que o jornal exerce uma forma de violência simbólica, impondo um discurso que naturaliza a subordinação política e econômica do Brasil no sistema interamericano.

> Maior vai sendo o número das vozes autorizadas que se insurgem contra a tremenda situação a que nos levaram os homens do PSD e do PTB. [...] O governador Carlos Lacerda sente-se perfeitamente à vontade para dirigir à Nação as palavras que ela precisa ouvir, e, sobretudo, para lhe expor certas verdades que os detentores do Poder, e até a própria UDN, se esforçam por ocultar. [...] É nessas forças, com efeito, que repousa a estrutura social do País; sem a consciente participação das três Armas na vida política nacional, é inútil toda tentativa de salvarmos o que ainda resta da conquista. [...] Sem a cooperação ativa e vigilante das forças militares — sem o seu aval, pelo menos — será humanamente impossível reatar o fio da evolução política e administrativa interrompida pela deserção do sr. Jânio Quadros. [...] No fim de contas, o Brasil precisa sair disto, custe o que custar. Nem que seja necessário colocarmos acima de um equívoco legal o poder disciplinador das três Armas.[575]

A referência ao "poder disciplinador das três Armas" aponta para uma aceitação, ainda que implícita, da ruptura da legalidade em nome de um bem maior, o que demonstra a crescente naturalização da intervenção militar como alternativa para solucionar crises. Esse discurso também reflete o anticomunismo característico da época, que via na política de alianças entre PSD e PTB uma ameaça aos "valores sociais" do país. Ao propor que "o Brasil precisa sair disto, custe o que custar", o texto legitima ações excepcionais que se sobreponham à ordem democrática, justificando uma possível intervenção sob o pretexto de salvar a nação de uma suposta derrocada institucional. A análise desse editorial revela um alinhamento com forças conservadoras que buscavam reconfigurar o equilíbrio político no Brasil, justificando a mobilização militar como um elemento necessário para a preservação da ordem e o combate ao que era percebido como desordem administrativa e ideológica.

Por fim, no editorial de 1 de fevereiro, "A defesa do continente e o Itamarati"[576], o jornal amplia suas críticas, acusando o chanceler brasileiro de sacrificar os interesses hemisféricos em

[574] "Um documento notável", *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1962, p.3, editorial.
[575] Idem.
[576] "A defesa do continente e o Itamarati", *O Estado de S. Paulo*, 1 de fevereiro de 1962, p.3, editorial.

troca de alianças internas com a esquerda. Esse discurso, que pode ser descrito como uma prática de desqualificação do outro, evidencia a postura do *Estadão* como defensor da ordem anticomunista. O uso reiterado do anticomunismo como eixo central de sua narrativa não apenas enquadra a posição brasileira como equivocada, mas também sustenta uma lógica de alinhamento automático com os interesses norte-americanos, obscurecendo os esforços do governo em construir uma diplomacia mais independente e menos confrontacional.

> Vinte países, entre os vinte e um de ali reunidos, votaram a já agora chamada Declaração de San Rafael e, votando-a, referendaram todos eles o princípio da incompatibilidade de um regime marxista com a Organização dos Estados Americanos. [...] Recorrendo, entretanto, a processos capciosos de rigorosa interpretação jurídica do notável documento, seis países — o Brasil, a Argentina, o México, o Chile, a Bolívia e o Equador — abstiveram-se de votar a exclusão imediata de Cuba da OEA. [...] O sr. San Thiago Dantas sabe perfeitamente o que está fazendo. Prevalece-se s. exa. do fato de, pelo voto da maioria, estar assegurada a exclusão de Cuba do quadro de nações americanas para fazer a sua barretada politiqueira às chamadas esquerdas nacionais. [...] O acaso e os imponderáveis da política nacional acabaram por guindar o sr. San Thiago Dantas à dignidade de ministro das Relações Exteriores do Brasil. E isso aconteceu no momento em que com a sorte das Américas se joga também o futuro do partido a que s. exa. pertence. [...] Desde que os seus calculozinhos pessoais saíssem beneficiados, não hesitaria s. exa. em diminuir o nome brasileiro, fazendo-o aparecer em face do mundo como o fautor da diminuição do prestígio norte-americano no seio das nações do Ocidente.[577]

Portanto, o editorial revela uma crítica feroz à atuação do chanceler San Thiago Dantas durante a Conferência de San Rafael, na qual foi debatida a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para o *Estadão*, a postura do Brasil ao abster-se na votação reflete um cálculo político oportunista e uma tentativa de agradar as esquerdas internas, comprometendo a imagem do país no cenário internacional. O texto articula uma visão em que o chanceler brasileiro teria priorizado interesses políticos domésticos e partidários, em detrimento da unidade hemisférica e da aliança com os Estados Unidos.

A narrativa editorial insere-se no discurso anticomunista predominante, posicionando-se contra qualquer hesitação em relação à exclusão de Cuba e associando a postura brasileira à "diminuição do prestígio norte-americano". Essa visão reforça a retórica do jornal que, ao criticar duramente San Thiago Dantas, busca legitimar a exclusão de Cuba como necessária para a defesa da ordem interamericana. O texto também exemplifica como o *Estadão* utiliza a política externa brasileira como espaço para desqualificar atores políticos que considera desviantes da ordem anticomunista. Assim, o jornal constrói uma narrativa onde o chanceler brasileiro é acusado de comprometer a estabilidade continental em troca de ganhos políticos domésticos.

[577] Idem.

A cobertura do *Jornal do Brasil* sobre a Conferência de Punta del Este apresenta uma perspectiva que oscila entre a defesa da posição brasileira e a valorização da diplomacia moderada adotada pelo governo João Goulart. No dia 18 de janeiro, a matéria de capa destaca o apoio do México à proposta brasileira, um gesto que reforça a liderança do Brasil na formulação de uma resposta diplomática ao caso cubano. O editorial "Apelo aos apelantes"[578], publicado na mesma edição, rebate o manifesto dos ex-chanceleres brasileiros que criticavam a postura do governo. Ao desqualificar as críticas como contraproducentes, o jornal constrói uma narrativa que enquadra a política externa brasileira como alinhada aos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Percebe-se aqui um esforço discursivo de reconstrução da legitimidade, mobilizando os ideais democráticos como fundamento para sustentar a posição brasileira.

> O documento que publicaram, sob a aparência de um apêlo ao Governo, é de crítica indireta às teses oficiais e chega, mesmo, a pôr em dúvida a reta intenção das autoridades no que se refere à apreciação do problema cubano. [...] Os ex-Chanceleres, em seu pronunciamento de ontem, se limitaram a dizer o óbvio a respeito da ditadura revolucionária e comunista que governa Cuba. Mas, na hora de apontar uma solução, não o fazem. [...] Querem os ex-Chanceleres proclamar que as classes dirigentes do nosso País estão divididas? Querem, por acaso, provar que o atual Governo não tem a retaguarda coberta? [...] Insinuam que o Governo está, pura e simplesmente, invocando o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil. [...] É o caso de acolherem — éles — um apêlo. O daqueles brasileiros mais informados e mais atualizados que sabem que a luta contra o adversário é um exercício de paciência e de firmeza, que já perceberam que não há soluções finais para problemas que, diariamente, se equacionam de modo diverso.[579]

A retórica utilizada pelo editorial reforça a ideia de que o governo brasileiro, ao adotar uma postura de neutralidade, está tentando equilibrar sua política externa em um cenário marcado pela polarização da Guerra Fria. No entanto, ao mesmo tempo, o jornal desqualifica os críticos do governo como desatualizados e descomprometidos com a realidade estratégica e dinâmica do momento. Por fim, o editorial conclui com um tom de ironia ao sugerir que os próprios ex-chanceleres deveriam acolher os apelos daqueles que compreendem que a luta contra o comunismo não se resolve com soluções definitivas, mas exige uma combinação de paciência e firmeza. Assim, o texto reafirma a visão do jornal de que a defesa da ordem hemisférica deve prevalecer sobre divergências internas e disputas políticas.

No editorial de 21 de janeiro, "Destemor e confiança"[580], o jornal elogia a diplomacia de João Goulart, destacando seu encontro com o Presidente cubano Osvaldo Dorticós. A

[578] "Apelo aos apelantes", *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1962, p.6, editorial.
[579] Idem
[580] "Destemor e confiança", *Jornal do Brasil*, 21 e 22 de janeiro de 1962, p.6, editorial.

reafirmação brasileira do princípio de não-intervenção é apresentada como um ato de equilíbrio diante das "paixões e ressentimentos" que permeavam a política hemisférica. Essa postura encontra eco em Pierre Bourdieu, ao demonstrar como a diplomacia brasileira tenta preservar seu capital simbólico no sistema interamericano, desafiando as pressões hegemônicas sem abdicar de sua legitimidade. O *Jornal do Brasil* constrói uma narrativa que contrapõe a moderação de Goulart às posturas beligerantes de outros países, projetando a política externa brasileira como uma alternativa viável ao confronto direto.

> A Conferência dos Chanceleres [...] deverá responder a três questões principais. A primeira é se os Estados membros da OEA são - ou não - tão soberanos quanto os outros países independentes das várias regiões do mundo. A segunda é se existe realmente uma diferença ético-política entre o sistema interamericano e o sistema de nações que têm seu centro no [...] eixo Moscou-Pequim. A terceira é se a orientação democrática e política de homens como o Presidente Kennedy é realmente a que domina hoje em dia no alto do Poder norte-americano. O apoio maciço aos pontos básicos da proposta a ser defendida pela delegação brasileira é o caminho natural que levará a Conferência de Punta del Este a esse resultado ideal.[...] Os outros caminhos [...] levariam, infalivelmente, ao desmantelamento do sistema interamericano como um sistema ético e jurídico; abririam portas largas, no Hemisfério, ao primado da força sobre o Direito, do militar sobre o político e o diplomático.[...] A Aliança é um programa democrático, político, diplomático — civilizado. É a antítese da intervenção em Cuba ou onde quer que seja, da política de potência, do fechamento de portas e janelas, da interrupção do diálogo. [...] A proposta brasileira oferece a Cuba este dilema: ou se democratiza e permanece no sistema interamericano, ou fica como está e é neutralizada. [...] O castrismo será, então, neutralizado. Isto é, higiénica e exemplarmente isolado.[581]

A proposta brasileira, segundo o editorial, articula uma solução ética e pragmática para a questão cubana, ao impor um dilema a Cuba: democratizar-se para permanecer no sistema interamericano ou permanecer como está e enfrentar um isolamento exemplar. A retórica empregada reforça a ideia de uma abordagem civilizada e legalista, alinhada ao princípio de autodeterminação e ao compromisso de preservar o sistema interamericano como um modelo ético e jurídico. Ao mesmo tempo, o texto implicitamente critica abordagens mais agressivas e intervencionistas, sugerindo que estas comprometeriam a legitimidade e a integridade do sistema interamericano. A neutralização de Cuba, proposta como "higiênica e exemplar", evidencia a tentativa de reconciliar uma postura firme contra o castrismo com a manutenção de valores democráticos, evitando o desmantelamento do sistema interamericano e o primado da força sobre o Direito.

Conforme a Conferência avança, a edição de 26 de janeiro reafirma o apoio à posição brasileira em "América livre e unida"[582]. O editorial celebra o papel do Itamaraty ao consolidar

[581] Idem.
[582] "América livre e unida", *Jornal do Brasil,* 26 de janeiro de 1962, p.6, editorial.

um "denominador comum" entre os interesses cubanos, norte-americanos e interamericanos, sugerindo que a estratégia brasileira evitava polarizações extremas. Essa abordagem, reflete a busca por uma identidade discursiva que privilegie o diálogo e a negociação em um contexto de tensão política. Ao elogiar o chanceler San Tiago Dantas por unir delegações de diferentes países, o *Jornal do Brasil* valoriza a atuação do Brasil como mediador, reforçando a retórica de autodeterminação enquanto resposta às pressões do bloco liderado pelos EUA.

> **O Itamarati, ao formular sua posição sobre a situação de Cuba na Organização dos Estados Americanos, fez nada mais nada menos que encontrar um denominador comum que atende aos verdadeiros interêsses, a longo prazo, não só de Cuba [...] e dos Estados Unidos, como, acima de tudo, do próprio sistema interamericano.** [...] A primeira vitória parcial do Itamarati nesse sentido foi consolidar em torno de sua posição as delegações de um grupo de países cujos governos estão acima da suspeita de ligações comunistas. [...] A segunda vitória parcial foi o controle exercido sobre a delegação cubana [...] impedindo que Cuba, como de hábito, sirva aos interesses soviéticos de polarização e divisão do Continente e de desmoralização do sistema jurídico-político interamericano. [...] O discurso pronunciado pelo Secretário de Estado Dean Rusk [...] representa uma aproximação em relação ao ponto de vista do Brasil que nem os observadores mais otimistas poderiam prever há apenas quarenta e oito horas. [...] **A condenação do comunismo em geral e da versão cubana em particular, feita por todas as delegações que se manifestaram até agora, não deixa dúvida sobre a vocação democrática dos povos do Hemisfério**.[583]

O discurso de Dean Rusk, citado no editorial, é apresentado como uma inesperada aproximação ao ponto de vista brasileiro, ilustrando o impacto da atuação do Itamaraty na condução das discussões. A condenação unânime ao comunismo pelas delegações é destacada como uma demonstração clara da "vocação democrática" dos povos do Hemisfério, reforçando a narrativa de que o sistema interamericano, apesar das tensões, permanece coeso e comprometido com seus valores. Essa análise ressalta a habilidade do Brasil em articular uma posição que preserva a estabilidade regional, evitando confrontos diretos e promovendo soluções que respeitam tanto a autodeterminação dos povos quanto os princípios democráticos. Ao situar o Brasil como um mediador habilidoso e racional, o texto enfatiza o papel do Itamaraty como uma força diplomática capaz de preservar o equilíbrio em um momento crítico para o continente.

Em 28 de janeiro, o editorial "Posição de Grandeza"[584] destaca o desfecho parcial da Conferência, com a reafirmação da incompatibilidade entre o comunismo e o sistema democrático interamericano. Contudo, o *Jornal do Brasil* evita comemorar sanções punitivas ou exclusões, concentrando-se na contribuição brasileira para preservar a unidade hemisférica.

[583] Idem. Grifos meus.
[584] "Posição de Grandeza", *Jornal do Brasil*, 28 e 29 de janeiro de 1962, p.6, editorial.

Esse discurso, apresenta uma tentativa de reposicionar o Brasil no sistema interamericano, construindo uma imagem de resistência pragmática à radicalização e de defesa da estabilidade regional. A ênfase na "grandeza" da postura brasileira sugere que o jornal buscava consolidar uma narrativa de diplomacia assertiva, mas não confrontacional.

> Punta del Este II já surge, neste momento, como o indispensável complemento histórico de Punta del Este I [...] para a consolidação do sistema interamericano como um modus vivendi justo e eficaz entre nações que reconhecem, todas, ao mesmo tempo, a soberania de cada uma e a comunidade de interesses que a reúne. [...] A política do Departamento de Estado encontra-se, finalmente, no limiar do exato equilíbrio entre os objetivos idealistas e a estratégia realista que se impõe, simultaneamente, à potência moral e à potência material que são os Estados Unidos [...] **As ameaças cubanas no sentido de poder Cuba vir a integrar-se no Pacto de Varsóvia são bravatas pueris.** [...] É visível o temor dos cubanos de se verem súbitamente à matroca, em águas tempestuosas, sem uma amarra sequer que os segure a seu meio ambiente natural - histórico e geográfico. [...] **Na afirmação desses pontos de referência nota-se claramente a marca do Itamarati [...] no qual tem hoje o Brasil um instrumento precioso de auto-realização econômica e política. [...] A posição do Brasil em Punta del Este não tem sido compreendida por esses estalinistas a outrance** [...] **Mas estamos certos de que Kennedy, em Washington, compreende Roberto Campos. Rusk, em Punta del Este, compreende San Tiago Dantas.**[585]

Ao tratar das ameaças de Cuba de uma possível adesão ao Pacto de Varsóvia, o editorial desqualifica tais declarações como bravatas, revelando o isolamento da ilha em seu "meio ambiente natural" latino-americano. Nessa análise, o Brasil é apontado como um mediador essencial, cuja posição equilibrada em Punta del Este reflete a habilidade diplomática do Itamaraty em alinhar interesses locais e globais. O texto enfatiza o papel de figuras como Roberto Campos e San Tiago Dantas, simbolizando o reconhecimento internacional da política externa brasileira, especialmente pelos Estados Unidos. A crítica aos "estalinistas a outrance" demonstra a rejeição a leituras simplistas da política interamericana, reforçando a imagem do Brasil como um ator que combina autonomia e responsabilidade no cenário hemisférico.

No editorial de 31 de janeiro, "Os grandes resultados"[586], o *Jornal do Brasil* analisa o desfecho da Conferência com uma visão otimista. A exclusão de Cuba da OEA, ainda que com abstenções de países como o Brasil, é interpretada como uma vitória da democracia interamericana. O jornal elogia a Conferência por não ceder à retórica de intervenção militar, destacando que as sanções punitivas foram evitadas em favor de soluções diplomáticas. A análise aqui descreve a construção de um *ethos* discursivo: o Brasil é projetado como defensor de um sistema interamericano ético e justo, em oposição ao uso de força ou imposições externas.

---

[585] Idem. Grifos meus.
[586] "Os grandes resultados", *Jornal do Brasil,* 31 de janeiro de 1962, p.6, editorial.

> Soube o mundo, através do desenrolar da Conferência, que todos os governos do Hemisfério, com exceção do próprio governo cubano, condenam claramente, insofismàvelmente, o regime imperante em Cuba — o regime dos sanguinários que traíram miseravelmente uma grande esperança. [...] **Os fidelistas saem de Punta del Este condenados, marcados, de cabeça baixa. Apenas, não saem punidos com sanções materiais — simplesmente porque os governos livres da América Latina consideraram** [...] **que mais valia deixar o próprio povo cubano, com suas próprias mãos, fazer justiça contra Castro.** [...] Foi provado, de uma vez por todas, para conhecimento [...] que o sistema em que vivemos é uma associação de países livres [...] exercendo em toda a sua profundidade o direito de escolha entre objetivos, métodos, estilos de ação. [...] **Os Estados Unidos nada impuseram. Nada exigiram. Nada venderam, nada compraram. Trataram, muita vez, de conter seus aderentes mais exaltados.** [...] **Por isso mesmo, os Estados Unidos como nação e, em particular, a administração Kennedy saíram moralmente inteiros.** [...] **A Conferência, em definitivo, escoimou a Aliança para o Progresso de qualquer conotação menos nobilitante. Ninguém mais ousará dizer que, através desse plano, os Estados Unidos estão querendo comprar a América Latina.**[587]

O editorial também exalta o papel dos Estados Unidos na Conferência, destacando que a nação evitou imposições, transações ou pressões, reforçando sua integridade moral. Essa narrativa sustenta a ideia de que a Aliança para o Progresso foi escoimada de quaisquer suspeitas de ser uma tentativa de "comprar" a América Latina, consolidando-a como um plano nobre e genuíno. A Conferência, segundo o texto, demonstrou que o sistema interamericano é uma associação de nações livres, capazes de exercer plenamente sua soberania e escolher suas próprias direções políticas.

O tom otimista do editorial reflete a tentativa de consolidar a imagem de união hemisférica liderada pelos Estados Unidos, enquanto reforça a marginalização de Cuba como um desvio do modelo democrático ocidental.

No editorial de 6 de fevereiro, intitulado "Batalha decisiva"[588], o *Jornal do Brasil* amplia sua análise para abarcar a dinâmica interna das nações do continente americano, traçando um paralelo entre as disputas políticas regionais e as divisões internas de cada país. O texto argumenta que a verdadeira luta na América Latina não é entre nações, mas entre forças reformistas e progressistas, de um lado, e forças reacionárias e conservadoras, de outro. A crítica se estende tanto ao "anticomunismo profissional", que ignora as causas estruturais da desigualdade, como ao militarismo, visto como ameaça à soberania nacional e à democracia.

O editorial também insere a figura de Arturo Frondizi, Presidente da Argentina, como símbolo de resistência a essas forças retrógradas. A defesa de Frondizi, associada à Aliança para o Progresso de Kennedy, reflete o alinhamento do jornal com um projeto de modernização econômica e política que privilegia a reforma e o diálogo. No entanto, o texto alerta para as

[587] Idem. Grifos meus.
[588] "Batalha decisiva", *Jornal do Brasil*, 06 de fevereiro de 1962, p.6, editorial.

consequências de sua possível derrota: o fortalecimento da extrema direita a curto prazo e do comunismo a longo prazo. Ao criticar tanto o anticomunismo superficial quanto as soluções belicistas, o jornal reforça a importância de enfrentar as causas estruturais da miséria e da ignorância como forma de preservar a democracia no continente. O discurso se apresenta como uma defesa do equilíbrio político e da soberania nacional, ressaltando que o progresso só pode ser alcançado por meio de instituições sólidas e reformistas, e não pela imposição de forças externas ou autoritárias.

A cobertura do *Última Hora* sobre a Conferência de Punta del Este constrói uma narrativa que enfatiza o protagonismo diplomático do Brasil e a defesa dos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Em 15 de janeiro, a matéria "Embaixador Vale: EUA não recusam proposta brasileira"[589] analisa as negociações preliminares entre Brasil e Estados Unidos, destacando o papel ativo da diplomacia brasileira. O chanceler San Tiago Dantas é retratado como um estrategista habilidoso, capaz de propor soluções viáveis que preservem a autonomia de Cuba sem romper os laços interamericanos. Nesse contexto, os conceitos de Patrick Champagne (1996) sobre o papel da mídia como legitimadora da ação política são fundamentais: o *Última Hora* busca projetar uma imagem do Brasil como mediador confiável, valorizando a moderação em um cenário polarizado.

> Ao chegar, ontem, de Washington, onde expôs oficialmente ao Governo norte-americano a posição do Brasil na próxima Conferência de Chanceleres, o Embaixador Henrique Rodrigues do Vale declarou textualmente que "não houve recusa do Governo dos EUA à proposta brasileira". [...] Instado pela reportagem, o titular da Pasta do Exterior nada quis antecipar. Garantiu, entretanto, que será concedida hoje, às 17 horas, no Itamarati, uma entrevista coletiva à imprensa, quando o assunto será abordado. A propósito da posição brasileira com relação a Punta del Este, o Departamento de Estado divulgou o seguinte comunicado: "Estamos dispostos, como é natural, a dar às proposições do Ministro do Exterior brasileiro o estudo cuidadoso que merecem. Realizamos atualmente intensas consultas com os governos do Hemisfério em preparação para a reunião de Punta del Este. Tudo o que desejamos dizer por ora é que os Estados americanos estão ligados por relações especiais incorporadas em compromissos e obrigações que têm sua principal conjunção no Tratado do Rio de Janeiro e na Carta da OEA. Estas obrigações requerem continua e positiva resistência a qualquer ideologia totalitária que pretende negar a independência dos Estados e o direito dos povos a determinar livremente seu próprio destino.".[590]

O comunicado do Departamento de Estado reforça o compromisso norte-americano com os valores do sistema interamericano, como a resistência às "ideologias totalitárias" e a defesa da "independência dos Estados". Esse trecho evidencia a centralidade do discurso anticomunista na narrativa dos Estados Unidos e seu esforço em alinhar os países do hemisfério

[589] "Embaixador Vale: EUA não recusam proposta brasileira", *Última Hora*, 15 de janeiro de 1962, p.4, notícia.
[590] Idem.

à sua estratégia durante a Guerra Fria. Ao mesmo tempo, a menção ao Tratado do Rio de Janeiro e à Carta da OEA revela a importância das estruturas jurídicas e institucionais para legitimar as ações norte-americanas e consolidar o domínio hemisférico no âmbito da OEA.

Por outro lado, a postura brasileira de não antecipar posicionamentos públicos, conforme indicado pela declaração de que o Ministro do Exterior concederia uma coletiva somente no dia seguinte, reflete a estratégia de prudência e diplomacia calculada de San Tiago Dantas. Essa abordagem permitia ao Brasil não se alinhar automaticamente aos interesses norte-americanos, preservando sua autonomia e sua imagem de país comprometido com os princípios de autodeterminação dos povos e não-intervenção. A análise do texto mostra o esforço do Brasil em equilibrar suas relações com os Estados Unidos sem alienar os demais países da América Latina, que enfrentavam os desafios da modernização e das desigualdades estruturais, frequentemente exacerbados pelo alinhamento automático com o bloco ocidental. Essa postura do Itamaraty, sob a liderança de San Tiago Dantas, reafirma o compromisso brasileiro com o multilateralismo e com a busca de soluções que privilegiassem o diálogo e evitassem o acirramento das polarizações na região.

Em síntese, o documento revela o papel complexo desempenhado pelo Brasil, que, ao tentar mediar as tensões hemisféricas, buscava se posicionar como um ator independente no cenário internacional, capaz de equilibrar interesses nacionais e regionais em um contexto dominado pelas disputas ideológicas da Guerra Fria.

A edição de 22 de janeiro reforça essa perspectiva com a coluna "Dorticós a Jango: Cuba quer permanecer na OEA"[591], que aborda o encontro entre João Goulart e Osvaldo Dorticós, Presidente de Cuba. A reafirmação brasileira do princípio da autodeterminação é apresentada como um gesto de liderança moral, equilibrando as pressões externas com a necessidade de preservar a unidade hemisférica. Essa postura reflete uma tentativa de manter o diálogo em um espaço público transnacional, evitando que a Conferência se transforme em um campo de imposições unilaterais. O *Última Hora* silencia as críticas à posição brasileira, concentrando-se em destacar o alinhamento diplomático com os princípios democráticos.

> **O Presidente João Goulart conferenciou com o Presidente Oswaldo Dorticós, de Cuba, oportunidade em que lhe afirmou que, a despeito das divergências de caráter ideológico entre os dois governos, o Brasil sustentará em Punta del Este o princípio de não-intervenção e do direito dos povos à sua autodeterminação.**[...] Por sua vez, o Chefe de Estado cubano externou o agradecimento do Governo e do povo cubano pela posição assumida por nosso Governo, assegurando que seu país pretende permanecer no seio da comunidade americana, 'pois todos os dispositivos da

[591] "Dorticós a Jango: Cuba quer permanecer na OEA", *Última Hora*, 22 de janeiro de 1962, p.4, notícia.

> Carta da Organização dos Estados Americanos conduzem a esse entendimento continental'.[592]

Esse episódio ilustra a complexidade da posição brasileira na Conferência de Punta del Este. Ao sustentar a autodeterminação e a não-intervenção, o Brasil buscava equilibrar a defesa de uma ordem hemisférica estável com a preservação de sua autonomia diplomática. Essa postura, no entanto, também expôs o governo Goulart a críticas internas e externas, principalmente dos setores conservadores, que viam na proximidade diplomática com Cuba uma ameaça aos interesses brasileiros alinhados com os Estados Unidos. A análise desse diálogo evidencia a tentativa do Brasil de reforçar sua posição como mediador de tensões regionais, defendendo uma solução diplomática que evitasse o isolamento de Cuba e que, ao mesmo tempo, preservasse a coesão do sistema interamericano. No entanto, essa estratégia também ressalta as dificuldades de sustentar um discurso independente em um cenário marcado pela pressão de potências externas e pela polarização ideológica interna no Brasil.

À medida que a Conferência avança, a edição de 26 de janeiro publica "San Tiago relata a JG atuação do Brasil em Punta del Este"[593], na qual o chanceler descreve a atuação brasileira como estratégica e bem-sucedida. A matéria enfatiza o misto de otimismo e apreensão de San Tiago Dantas, que aponta o fortalecimento do prestígio do Brasil entre os países latino-americanos como um dos resultados mais relevantes. Essa visão, opera pela exclusão de discursos que poderiam questionar a eficácia da postura brasileira, privilegiando uma narrativa que legitima a moderação e o diálogo como valores centrais da política externa.

> **O telegrama, sigiloso**, não tendo tido conhecimento de seu texto nem mesmo os mais chegados auxiliares do Sr. Renato Archer, foi imediatamente levado ao Sr. João Goulart, para que tomasse conhecimento. [...] **Apesar dos termos animadores da informação do Sr. San Tiago Dantas, não escondeu ele o receio de não ver aprovada em toda a linha a posição do Brasil, embora considere que os efeitos dessa posição junto à opinião pública da América Latina vão fortalecer enormemente o prestígio do nosso País**. [...] O Presidente da República e o Primeiro-Ministro estão sendo informados a todo momento sobre a reunião de Punta del Este, através do Deputado Renato Archer, que fala para o Uruguai diariamente, quase sempre mais de uma vez.[594]

O conteúdo desse telegrama sigiloso e os relatos sobre a comunicação constante entre o deputado Renato Archer e os líderes brasileiros ilustram o cuidado estratégico e a centralidade que a Conferência de Punta del Este teve na política externa do governo João Goulart. A informação, encaminhada diretamente ao Presidente e ao primeiro-ministro, demonstra como a posição brasileira na conferência era vista como uma questão de grande relevância nacional,

[592] Idem. Grifos meus.
[593] "San Tiago relata a JG atuação do Brasil em Punta del Este", *Última Hora*, 26 de janeiro de 1962, p.4, notícia.
[594] Idem. Grifos meus.

com potencial para fortalecer a imagem do país na América Latina, mesmo diante de receios quanto à aprovação plena de sua postura.

A constante atualização do Presidente e do primeiro-ministro sobre os acontecimentos em Punta del Este também sinaliza a natureza dinâmica das negociações e a importância de ajustes rápidos na estratégia brasileira. Isso reflete tanto o peso da conjuntura internacional quanto a pressão interna sobre o governo Goulart, que precisava equilibrar demandas externas e críticas domésticas, principalmente de setores mais conservadores que viam a postura do Brasil como ambígua ou complacente com o regime cubano. Esse episódio evidencia o papel central de San Tiago Dantas e de outros atores diplomáticos na formulação e condução de uma política externa que buscava projetar o Brasil como mediador e defensor do multilateralismo, em um cenário polarizado pela Guerra Fria. No entanto, também deixa claro que essa postura, embora ambiciosa, não estava imune a desafios e incertezas, tanto no âmbito internacional quanto no contexto político interno brasileiro.

O apoio popular à política de autodeterminação de Cuba é destacado na edição de 31 de janeiro do *Última Hora*, com a matéria "Povo fluminense hipotecou solidariedade a Cuba"[595]. O texto descreve um comício massivo em apoio à autodeterminação cubana, no qual lideranças sindicais e estudantis condenam qualquer intervenção externa. A mobilização popular é apresentada como uma extensão da diplomacia brasileira, reforçando a conexão entre os princípios defendidos por Goulart e os anseios das classes trabalhadoras. Segundo Pierre Bourdieu, essa articulação entre política institucional e movimentos sociais confere legitimidade adicional à posição brasileira, projetando-a como reflexo de um consenso nacional.

Ainda no mesmo dia, publicado por um colunista, a matéria "Jango-TN balanceiam posição do Brasil em Punta del Este"[596] analisa reuniões entre João Goulart e Tancredo Neves para avaliar os desdobramentos da Conferência. O *Última Hora* destaca a preocupação do governo em alinhar sua política externa aos princípios democráticos sem ceder às pressões polarizadoras. Essa narrativa, conforme a teoria de Dominique Maingueneau (2013), busca construir um *ethos* político que combina liderança prudente e capacidade de negociação, projetando o governo Goulart como um ator diplomático relevante em um cenário de alta tensão.

> Sucessivos e prolongados encontros entre os **Srs. Tancredo Neves e João Goulart** mantiveram o Palácio do Planalto, durante todo o dia de ontem, **em um clima de**

[595] "Povo fluminense hipotecou solidariedade a Cuba", *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962, p.3, notícia.
[596] "Jango-TN balanceiam posição do Brasil em Punta del Este", *Última Hora*, 31 de janeiro de 1962, p.4, coluna.

> **'suspense'.** Nenhuma fonte palaciana se dispôs a prestar esclarecimentos sobre as conversações. [...] Apurou-se, contudo, que o desfecho iminente da Conferência de Punta del Este e o exame da composição das diretorias dos principais órgãos de economia mista foram objetivamente abordados pelos Chefes do Executivo. Por volta de 16 horas, o Chanceler San Tiago Dantas conversou, pelo telefone internacional, com o Presidente Goulart. A ligação demorou cerca de 20 minutos. [...] **'Estamos certos de que, em meio às paixões e ressentimentos que estão toldando o espírito de tantos governos, a orientação do Brasil, inspirada pelo desejo de concórdia e pelo senso de equilíbrio, tão característicos de nossa tradição diplomática, há de fazer-se ouvir'.** [...] O Governador Leonel Brizola foi chamado a Brasília pelo Sr. João Goulart. Algumas audiências chegaram mesmo a ser canceladas, a fim de permitir maior tempo para as conversações. [...] **A mensagem que o Presidente João Goulart enviará ao Parlamento, por ocasião da reabertura da sessão legislativa ordinária, retratará com absoluto realismo a situação nacional, em linguagem franca e isenta de qualquer artifício**.[597]

A conversa entre Goulart e San Tiago Dantas, realizada por telefone internacional, sublinha a relevância das decisões que estavam sendo tomadas no âmbito da conferência e reforça o papel de San Tiago como interlocutor-chave na formulação e execução da política externa brasileira. A ênfase na "orientação do Brasil" como guiada pelo "desejo de concórdia" e pelo "senso de equilíbrio" reflete a tentativa do governo de afirmar uma postura diplomática que evitasse polarizações e consolidasse a tradição brasileira de neutralidade e diálogo multilateral.

A convocação de Leonel Brizola a Brasília sugere o esforço de alinhamento entre as diferentes forças políticas internas do governo, buscando unidade em um momento crítico tanto para a política externa quanto para os desafios domésticos. A promessa de que a mensagem de Goulart ao Parlamento seria marcada por "realismo" e "linguagem franca" revela uma tentativa de se conectar diretamente com o cenário nacional, reconhecendo as dificuldades, mas também reafirmando o compromisso do governo em enfrentá-las de maneira transparente. No conjunto, o cenário descrito reflete a convergência de pressões internacionais e demandas internas, em um esforço de Goulart para equilibrar a agenda diplomática, preservar a autonomia brasileira em um momento de polarização global e manter a coesão política no plano doméstico. A referência às "paixões e ressentimentos" entre os governos participantes da conferência reforça o papel do Brasil como mediador, enquanto as negociações internas demonstram a importância de fortalecer as bases políticas do governo em meio a um contexto de instabilidade.

Por fim, em 3 de fevereiro, a matéria "San Tiago de volta: América mais unida"[598] celebra o retorno do chanceler ao Brasil, destacando o reconhecimento público e institucional à sua atuação em Punta del Este. O *Última Hora* apresenta o desfecho da Conferência como uma

[597] Idem. Grifos meus.
[598] "San Tiago de volta: América mais unida", *Última Hora*, 3 de fevereiro de 1962, p.2, notícia.

vitória para a diplomacia brasileira, enfatizando o papel do Brasil em evitar sanções punitivas e preservar a unidade interamericana. Essa análise reflete a teoria de Patrick Charaudeau (2019) sobre o discurso midiático como ferramenta de construção de legitimidade: ao projetar a atuação brasileira como exemplar, o *Última Hora* constrói uma memória positiva sobre o evento, consolidando o protagonismo do Brasil na política hemisférica.

> "Tenho grande satisfação em retornar do Rio de janeiro, depois da memorável reunião de Punta del Este. A unidade americana saiu reforçada desse certame". [...] O Primeiro-Ministro Tancredo Neves foi o primeiro a cumprimentá-lo: 'Estou orgulhoso de sua atuação. Aceite meus parabéns. Vim em nome do Governo Federal prestigiar o Ministro do Exterior que cumpriu sua missão brilhantemente. [...] Delegações de sindicatos de trabalhadores e estudantes apresentaram, igualmente, cumprimentos ao Chanceler, manifestando integral apoio ao ponto de vista adotado pelo Brasil, sendo este coincidente com o da opinião da grande maioria dos brasileiros [...] **Tancredo Neves fez questão de ressaltar perante o jornalismo a posição de apoio irrestrito ao Ministro do Exterior no momento em que este começa a ser alvo de uma campanha por parte dos inimigos do País, de suas tradições, de sua política exterior.** [...] Soldados do Exército isolaram a parte fronteira do Aeroporto, ficando os populares do outro lado da Avenida Justo, de onde também saudaram entusiasticamente o Chanceler. [...] Anunciando para terça-feira a presença do Ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados para uma exposição sobre os resultados da recente Conferência de Punta del Este, o Presidente **Ranieri Mazzilli** praticamente prenunciou que o principal debate que se travará naquela Casa, na próxima semana, **envolverá a política internacional do Brasil**.[599]

O retorno de San Tiago Dantas da Conferência de Punta del Este foi recebido com uma demonstração significativa de apoio e reconhecimento, tanto por parte do governo quanto da sociedade civil. A declaração inicial do chanceler, destacando o fortalecimento da unidade americana como resultado da conferência, sublinha o sucesso diplomático que buscava projetar a posição do Brasil como mediador equilibrado em um cenário polarizado pela Guerra Fria.

O cumprimento de Tancredo Neves ao chanceler, bem como seu destaque à "brilhante atuação" de San Tiago Dantas, reflete o esforço do governo brasileiro em sustentar a legitimidade e o impacto positivo de sua política externa. Este apoio público, articulado por Tancredo, também visava neutralizar as críticas que surgiam contra o chanceler, associando-as a "inimigos do País" e de suas "tradições". A narrativa construída reforça a imagem de um Brasil comprometido com o diálogo multilateral e a autodeterminação, em contraste com as pressões externas e as tensões internas.

A recepção calorosa no aeroporto, que incluiu manifestações de sindicatos e estudantes, demonstra o respaldo de setores organizados da sociedade à postura adotada pelo Brasil na conferência. Esse entusiasmo popular reflete o alinhamento entre a política internacional conduzida pelo chanceler e as expectativas de maior autonomia e protagonismo do País no

[599] Idem. Grifos meus.

hemisfério. Finalmente, o anúncio da presença de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados para debater os resultados da conferência prenuncia a centralidade da política externa no debate político nacional. A condução brasileira em Punta del Este se torna, assim, não apenas um marco diplomático, mas também um ponto de inflexão no embate interno sobre os rumos da política externa do governo Goulart, evidenciando as disputas ideológicas que permeavam o período.

A Conferência de Punta del Este representou um marco na política externa brasileira, testando os limites e as potencialidades da Política Externa Independente (PEI) em um cenário de polarização hemisférica. Por meio da análise das narrativas jornalísticas sobre o evento, este subcapítulo revelou como os discursos midiáticos não apenas registraram os fatos, mas também os construíram, direcionando as percepções públicas sobre o papel do Brasil no sistema interamericano.

Os jornais analisados desempenharam papéis distintos na disputa discursiva: *O Estado de S. Paulo*, com seu alinhamento conservador, enfatizou a retórica anticomunista e deslegitimou a postura diplomática brasileira, reforçando a necessidade de alinhamento com os Estados Unidos. O *Última Hora* destacou a liderança de San Tiago Dantas e a defesa da autodeterminação como elementos centrais da política externa, apresentando o Brasil como um mediador progressista em meio às tensões ideológicas. Por sua vez, o *Jornal do Brasil* adotou uma abordagem moderada, equilibrando a valorização da diplomacia brasileira com uma leitura crítica das pressões externas e internas.

A análise discursiva mostrou como os veículos de imprensa mobilizaram diferentes estratégias para legitimar ou desqualificar a atuação brasileira. O *Estadão* recorreu à instrumentalização do anticomunismo e ao apelo à tradição interamericana para justificar sua crítica ao governo. O *Última Hora* articulou a conexão entre a política externa de Goulart e os movimentos sociais, consolidando uma imagem de resistência e protagonismo. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, construiu uma narrativa que reforçava o *ethos* diplomático brasileiro, valorizando a moderação como virtude em um contexto de polarização.

Ao longo do capítulo, emergiu a centralidade do discurso como ferramenta de construção simbólica. A retórica de autodeterminação, amplamente empregada pelo governo e por seus defensores, revelou-se um campo de disputa ideológica, onde valores como soberania, democracia e alinhamento hemisférico foram ressignificados de acordo com os interesses políticos de cada ator. Essa dinâmica reflete a tensão intrínseca à PEI, que buscava conciliar princípios idealistas com a realidade pragmática da Guerra Fria. A condução brasileira na

Conferência de Punta del Este reforçou o compromisso com uma diplomacia multilateral e moderada, mas também evidenciou os desafios de sustentar uma política externa independente em um ambiente marcado por pressões internas e externas. A construção discursiva dos jornais mostrou-se instrumental na legitimação ou na contestação dessa postura, revelando como as narrativas jornalísticas ajudaram a moldar os debates sobre soberania, alinhamento e autonomia no Brasil do início dos anos 1960.

Por fim, a Conferência de Punta del Este consolidou o papel da mídia como um ator central na construção das interpretações sobre a política externa brasileira. Mais do que registrar os acontecimentos[600], os jornais participaram ativamente na definição dos sentidos atribuídos ao evento, influenciando não apenas as percepções públicas, mas também os rumos das disputas políticas internas. Esse episódio reafirma a importância de compreender a imprensa como um espaço privilegiado para a análise das intersecções entre discurso, poder e política internacional no contexto da Guerra Fria.

6.3. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE ENTRE A PAZ E O PERIGO COMUNISTA: O BRASIL NA CRISE DOS MÍSSEIS EM 1962

A Crise dos Mísseis de 1962, é considerada pelos pesquisadores da área como um dos momentos mais tensos da Guerra Fria, que por sua vez, mobilizou a imprensa brasileira de maneiras distintas, refletindo não apenas as dinâmicas globais, mas também os interesses e tensões locais, como temos observado até agora através da análise discursiva dos periódicos. A crise se instaurou no hemisfério quando o então Presidente dos Estados Unidos John Kennedy, recebeu informações sobre a instalações de mísseis soviéticos na América do Norte, mais precisamente, em Cuba.

> Os dias que se seguiram foram de muitas reuniões entre governantes dos países envolvidos no conflito, com o clima da proximidade de uma guerra nuclear tomando conta da atmosfera mundial. As negociações eram tensas. Os Estados Unidos exigiam a retirada imediata das bases nucleares de Cuba, sob pena de invadir a ilha. Já Fidel Castro passou a ver o episódio como a melhor forma de enfrentar os americanos e apoiava totalmente a proposta do primeiro ministro soviético Nikita Kruschev de permanecer com as bases nucleares instaladas em Cuba (ORSO, 2014, p.97).

[600] "Sabemos que a objetividade é vista pelos jornalistas como um ideal a ser alcançado ao levar uma notícia ao público consumidor. Porém, esse ideal não é simples de ser atingido, segundo Schudson, pois a subjetividade é considerada como algo inevitável ao jornalista (Schudson, 2010, p.185). Uma maneira utilizada por esses profissionais para tentar atingir a objetividade é procurar seguir o método, as normas de construção da notícia, que podem variar de uma empresa para outra, evitando que elementos subjetivos sejam inseridos neste processo. Conforme Ribeiro (2007, p.345), seja uma produção objetiva ou subjetiva, a objetividade e a subjetividade são apenas aspectos discursivos, dotados de estratégias de autoridade que produzem diferentes sensações nos leitores, através da narrativa" (Müller, 2019, p.34).

A autora que analisou especificamente este evento em seu trabalho, a partir da análise de conteúdo das publicações da grande imprensa, aponta que "Durante a Crise dos Mísseis, o mundo acompanhou apreensivo as negociações entre Estados Unidos e União Soviética, que tiveram grande repercussão na imprensa internacional e nacional" (ORSO, 2014, p.99), pois até então "a possibilidade de uma guerra nuclear não chegava a alarmar a população mundial. Era difícil imaginar uma situação que levasse as superpotências ao limite de uma guerra" (ORSO, 2014, p.98). Os jornais *Estadão*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* abordaram o evento de formas que vão além do relato factual, construindo narrativas que articularam discursos anticomunistas, críticas à política externa de João Goulart e, em alguns casos, defesas da neutralidade diplomática. A análise desses veículos revela estratégias discursivas que oscilam entre apoio e oposição à política externa independente do Brasil, evidenciando como os contextos internacionais foram apropriados para debates políticos internos.

Os editoriais e outras matérias desses jornais não apenas refletiram os posicionamentos de suas editorias, mas também desempenharam um papel ativo na construção de narrativas que reforçavam ou deslegitimavam a postura do governo Goulart. O *Estadão* apostou em uma retórica alarmista, pois desde o princípio foi contrário ao governo de João Goulart e exaltava o bloco ocidental, enquanto o *Última Hora* apresentava o Brasil como um mediador pragmático e equilibrado. Já o *Jornal do Brasil* destacou-se por críticas ponderadas e uma tentativa de manter distância dos extremos, buscando projetar o país como um ator relevante no cenário internacional. Em cada abordagem, o anticomunismo, explícito ou implícito, aparece como elemento estruturante das análises.

A investigação dessas estratégias discursivas é fundamental para compreender como o contexto da Crise dos Mísseis foi instrumentalizado para reforçar posicionamentos políticos e ideológicos no ano de 1962, onde o Brasil ainda se encontrava sob o sistema parlamentarista de governo. Essa instrumentalização evidencia que, embora a tensão global girasse em torno de Cuba e da rivalidade entre EUA e URSS, a grande imprensa brasileira utilizou a crise para construir discursos sobre a política externa e interna, contribuindo para o fortalecimento de agendas[601] que culminariam no golpe de 1964.

[601] "Na esfera das produções jornalísticas, a notícia é resultado do trabalho produzido por uma equipe de jornalistas que se apropriaram de um acontecimento e o transformaram em notícia. Mas isso não significa que todo acontecimento é uma notícia. Pelo contrário, conforme Darnton (1990), por vezes um não-acontecimento pode tornar-se em uma notícia. O autor exemplifica esta questão contando sobre o caso do roubo de uma bicicleta, algo que não parecia ser de grande importância para publicação, mas que o jornalista resolvera exercitar a escrita. É neste momento que a experiência jornalística faz a diferença, no momento da construção do fato noticioso. Um jornalista com mais anos de profissão do que o responsável pela matéria do roubo da bicicleta mostra a este como melhor poderia ficar a notícia, utilizando aspectos emocionais ligados à bicicleta que chamariam a atenção do

A Crise dos Mísseis de 1962, ocorrida entre 16 e 28 de outubro, foi acompanhada pelo *Estadão* com uma análise crítica da política externa brasileira, sempre permeada pela retórica anticomunista. Antes do início do confronto direto, em 9 de outubro, o jornal destacou o discurso do Presidente cubano Osvaldo Dorticós na ONU, que denunciava o bloqueio americano e buscava apoio internacional[602].

> O Presidente Osvaldo Dorticós, de Cuba, em discurso que pronunciou hoje perante a Assembleia Geral da ONU, várias vezes interrompido por gritos proferidos da galeria por manifestantes antifidelistas, pediu às Nações Unidas que condenassem o bloqueio econômico norte-americano contra Cuba e que considerassem este bloqueio como uma violação da Carta da ONU. [...] **Pergunto se esse bloqueio não constitui um ato de guerra. Pergunto se o governo dos EUA tem o direito de realizar essa ação fora desta organização internacional, demonstrando de tal maneira seu desprezo pela mesma.** [...] Concedemos todo seu valor à declaração de solidariedade do governo soviético. **A hostilidade dos Estados Unidos contra Cuba é anterior à proclamação, pelo governo cubano, de um regime inspirado no marxismo-leninismo.** [...] **Cuba quer manter boas relações com todos os países do continente.** Mas, se chegar a ser atacada, enfrentarão a resistência de nossas armas e, ao mesmo tempo, a resistência do nosso patriotismo.[603]

O *OESP* destaca que o discurso do Presidente Cubano foi acompanhado por um misto de vaias e aplausos, que após a fala de Dorticós, o delegado norte-americano pediu a palavra e, entre outras falas, disse que "A manutenção do comunismo na América não é negociável" e, também, deixou a sugestão de "que a melhor maneira de começar seria rompendo seus múltiplos vínculos com a União Soviética, abandonando sua submissão a esse país"[604]. Os editoriais deste e dos dias que se seguiram estavam com foco nas eleições que ocorreram em 1962.

No entanto, em 16 de outubro o editorial "De novo à beira do abismo"[605], publicado pelo *Estadão*, oferece uma análise detalhada das tensões crescentes em torno da questão de Berlim durante a Guerra Fria, com um foco particular nas ações de Moscou e na resposta das potências ocidentais. O texto reflete a percepção de que a União Soviética, liderada por Nikita Kruschev, buscava provocar uma crise política e diplomática, utilizando a estratégia conhecida como

---

leitor, fazendo com que este se conectasse com o ocorrido de forma emocional (Darnton, 1990, p. 105). Outro fator importante na construção de uma notícia é o seu público consumidor. Um acontecimento que se torna notícia em um jornal, por exemplo, pode não ser nem mencionado em outro jornal, por não se adequar ao seu público. Isso está relacionado ao destinatário da notícia" (Müller, 2019, p.34).

602 "Discurso de Dorticos na ONU", *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1962, p.2, notícia.

603 Idem. Grifos meus.

604 "Discurso de Dorticos na ONU", *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1962, p.2, notícia. Normalmente aqui só são analisados os editoriais do Estadão, mas a página 2 costuma ser composta de notícias internacionais em meio a publicidades, neste dia em questão, essa era a única matéria publicada nesta página, de forma centralizada e cercada por anúncios diversos.

605 "De novo à beira do abismo", *O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1962, p.3, editorial.

"política da beira do abismo", em que ameaças de ações drásticas visavam forçar concessões dos adversários.

O jornal caracteriza as manobras soviéticas como parte de uma tentativa de explorar a Assembleia Geral das Nações Unidas para criar "uma atmosfera de pânico", especialmente com a ameaça de assinar um tratado de paz em separado com a Alemanha Oriental. O editorial afirma que, com esse movimento, os soviéticos buscavam "obter por meio de negociações o que antes queriam conseguir pela força". A crítica ao Kremlin é contundente, com o texto descrevendo as ações soviéticas como "chantagem atômica", enquanto a era do equilíbrio nuclear, também chamada de "equilíbrio do terror", é apresentada como um contexto em que tais ameaças perderiam eficácia. Esse editorial é um exemplo claro da narrativa anticomunista promovida pelo *Estadão*, que enfatizava a necessidade de resistência contra a influência soviética, enquanto reafirmava os valores democráticos e a cooperação entre as nações ocidentais. Ao mesmo tempo, o texto utiliza o caso de Berlim para reforçar a importância do alinhamento automático do Brasil com os interesses norte-americanos, obscurecendo possíveis alternativas de posicionamento mais autônomo no cenário internacional.

O editorial[606] de 23 de outubro reforça críticas à política externa brasileira, de forma indireta, pois critica a agressão chinesa contra a Índia durante os conflitos fronteiriços no Himalaia, utilizando o episódio para desmascarar, em suas palavras, a hipocrisia das chamadas "forças da paz" associadas ao comunismo, destacando os perigos de aproximações com regimes totalitários e práticas ideológicas contrárias aos princípios de autodeterminação e integridade territorial. O texto expõe como o "imperialismo" e o "totalitarismo", especialmente ligados ao comunismo, violam direitos fundamentais e desprezam fronteiras, apresentando-se como ameaças globais. Essa narrativa visava isolar o governo Goulart como um obstáculo à unidade interamericana em momentos de crise.

> As forças da paz, estas insuperáveis defensoras da autodeterminação nacional e da integridade territorial dos povos, atacam novamente, desta vez nas regiões montanhosas do Himalaia. [...] A vítima da agressão chinesa é justamente a Índia de Jawaharlal Nehru, que tantas vezes aplicaram no plano internacional o critério dos 'dois pesos e duas medidas'. [...] A propaganda já se esgotou. As frases, os 'slogans', as palavras de ordem comunistas já foram superados. Fala por eles a verdade, a realidade brutal: o imperialismo definitivamente desmascarado destas 'forças da paz'. [...] **O totalitarismo, seja qual for seu matiz ideológico, não conhece princípios, não tem padrões morais, não respeita fronteiras, despreza amizades, vilipendia os mais sagrados direitos, idolatrando a força brutal que aplica, indiscriminadamente, contra amigos, inimigos e neutros**[607].

606 "As forças da paz", *O Estado de S. Paulo*, 23 de outubro de 1962, p.3, editorial.
607 Idem. Grifos meus.

Por fim, o editorial revela o alinhamento ideológico do jornal com os valores ocidentais e anticomunistas, ao criticar a suposta propaganda comunista que estaria "esgotada" frente à realidade brutal das agressões promovidas por regimes totalitários. Essa análise serve para reforçar a necessidade de resistência global contra o imperialismo comunista e para justificar posições mais assertivas em favor dos blocos democráticos liderados pelos Estados Unidos e seus aliados.

Nos dias que se seguiram, o *Estadão* consolidou sua visão sobre a crise. Em 26 de outubro, exaltou a firmeza dos Estados Unidos e acusou a "leviandade" e a "irresponsabilidade" do Chanceler Hermes Lima, conforme o nome do editorial, "Leviandade e irresponsabilidade"[608]. O editorial ressaltava que o Brasil não apenas falhava em cumprir seu papel no sistema interamericano, como se afastava de suas "tradições diplomáticas".

> **Profundamente respeitável** a atitude assumida pelos Estados Unidos em face do perigo que para este Hemisfério representam os esforços soviéticos para a criação, em Cuba, de uma poderosa base militar a serviço dos desígnios moscovitas na América. [...] Não é outra a livre determinação de que goza o sr. Fidel Castro para submeter o povo cubano às provações que o sr. Hermes Lima tem por 'experiência socialista'. [...] Democratas e comunistas participaram da repressão de tão nefanda delinquência. O que agora a uns e outros diferencia é a lealdade dos primeiros aos mesmos princípios de humanidade e o abuso, pelos outros, da lei dos dois pesos e das duas medidas. [...] Essa, a posição a que vem tentando arrastar o Brasil o improvisado primeiro-ministro, **abrindo uma única brecha na unanimidade do repúdio latino-americano à agressão comunista**[609].

O texto enaltece a "profundamente respeitável" atitude dos Estados Unidos frente à ameaça de Moscou, apresentando-a como uma ação legítima para evitar que Cuba se transforme em uma base estratégica a serviço dos interesses soviéticos na América Latina. Além disso, o jornal atribui ao governo brasileiro a responsabilidade de abrir "uma única brecha na unanimidade do repúdio latino-americano à agressão comunista". Essa acusação reforça a narrativa de que o Brasil estaria se distanciando dos compromissos hemisféricos de combate ao comunismo, alinhando-se parcialmente a forças que o *Estadão* vê como desestabilizadoras. O editorial, ao associar a política externa brasileira a um suposto isolamento moral no contexto interamericano, reflete as tensões diplomáticas do período. Ele também reforça a dicotomia ideológica característica da Guerra Fria, na qual qualquer sinal de diálogo com regimes comunistas era visto como uma ameaça à coesão das democracias liberais do continente.

Após o desfecho da crise, o *Estadão* intensificou suas análises contra o governo Goulart. Em 30 de outubro, o editorial "O Brasil ante a capitulação da URSS"[610] classificou a postura

[608] "Leviandade e irresponsabilidade", *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1962, p.3, editorial.
[609] Idem. Grifos meus.
[610] "O Brasil ante a capitulação da URSS", *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1962, p.3, editorial.

brasileira como "indigna", acusando o Itamaraty de trair as tradições diplomáticas nacionais. A tentativa de mediação do Brasil, liderada por Hermes Lima, foi deslegitimada, com o jornal sugerindo que o país havia se isolado no sistema interamericano.

> Tudo quanto se vem fazendo nesse campo é profundamente errado. A posição do Itamaraty, em relação aos acontecimentos desencadeados pela ocupação militar de Cuba pela Rússia, é de todo em todo insustentável. [...] "Não era, pois, o desejo de defender um princípio que tinha em vista, mas a intenção mal disfarçada de se acumpliciar com os planos criminosos de Cuba e de Moscou. [...] E aí está o tristíssimo papel a que nos forçaram os srs. Presidente da República e chanceler da República. Sem elevação [...] arrastaram-nos, moralmente pelo menos, a referendar uma política cujo epílogo se resumiu na capitulação formal da Rússia. [...] **Mais de uma vez aqui temos afirmado que nenhuma responsabilidade o povo brasileiro tem nesta política indigna. E que a Nação se não identifica nela e que formalmente a repudia**[611].

O texto acusa diretamente o governo brasileiro, em particular o Presidente João Goulart e o Chanceler Hermes Lima, de arrastar o país a um "tristíssimo papel", afirmando que suas decisões contribuíram para legitimar uma política alinhada aos "planos criminosos de Cuba e de Moscou". Essa acusação reflete o tom moralista e alarmista típico do jornal, que caracteriza as ações do governo como uma capitulação às forças comunistas, ao invés de uma defesa legítima do princípio da autodeterminação dos povos.

O editorial também se esforça para dissociar o povo brasileiro das decisões tomadas pelo governo, afirmando que "a Nação se não identifica nela e que formalmente a repudia". Essa estratégia discursiva reforça a ideia de que a política externa brasileira estaria desconectada das aspirações e valores nacionais, sugerindo que ela representava apenas uma agenda ideológica do governo de Goulart. A crítica reflete as tensões da época, marcadas pela polarização ideológica da Guerra Fria e pela pressão para alinhar os países latino-americanos às políticas anticomunistas dos Estados Unidos. O texto também ilustra a postura do *Estadão* como um veículo alinhado aos interesses conservadores, que via qualquer tentativa de diálogo ou neutralidade como um ato de traição aos compromissos hemisféricos e à ordem democrática ocidental.

Em 31 de outubro, o tom de reprovação atingiu seu auge, com críticas diretas à atuação de João Goulart, acusado de comprometer a credibilidade internacional do Brasil em favor de ideais esquerdistas e, como se trata de desqualificar Goulart, o jornal paulista traz em seu texto mais uma vez a referência de "sr. Jango Goulart".

> Depois de malograr fragorosamente na tentativa de torpedeamento da ação da OEA e dos Estados Unidos contra a agressão desfechada pela União Soviética contra as Américas, troca agora o Presidente da República cartas com o ditador Tito da

[611] Idem. Grifos meus.

> Iugoslávia. [...] A remoção sub-reptícia do ilustre soldado do comando da I Região Militar é mais um episódio da trama que **o sr. Jango Goulart** vem urdindo desde que assumiu o governo, conspirando contra as instituições e a favor da implantação no Brasil de um regime forte sob a sua chefia. [...] A intenção dos inconfidentes está clara na atitude tergiversante e dúbia do Brasil oficial em relação à crise cujo epicentro se acha em Havana. [...] O preço da instalação no País de um poder discricionário é a deserção do Brasil do sistema de defesa hemisférico para se integrar no dispositivo moscovita[612].

O texto sugere que a troca de correspondências entre Goulart e o marechal Tito, da Iugoslávia, reforçaria os temores de um alinhamento brasileiro com o bloco socialista. Essa conexão simbólica é utilizada para intensificar a crítica ao que o jornal classifica como a "tergiversante e dúbia" posição do Brasil em relação à crise cubana, apresentando Havana como o epicentro de um conflito maior entre o Ocidente e o comunismo. Além disso, a remoção de um oficial militar destacado é interpretada como mais uma etapa de uma "trama" de Goulart para enfraquecer as instituições democráticas e consolidar um "poder discricionário". O editorial não só condena essas supostas ações como também insinua que o preço de tal postura seria a deserção do Brasil do sistema interamericano de defesa, com uma possível integração ao "dispositivo moscovita".

Essa retórica exemplifica a posição do *Estadão* como defensor da ordem hemisférica anticomunista e crítico feroz de qualquer ação governamental que fosse vista como concessão ao bloco socialista. Ao pintar Goulart como um conspirador e uma ameaça às instituições, o jornal ecoava as tensões da época e legitimava a narrativa anticomunista que seria utilizada para justificar o golpe em 1964.

Por fim, mesmo após a retirada dos mísseis soviéticos e a resolução diplomática da crise, o jornal manteve um discurso de oposição ao governo brasileiro. Em 2 de novembro, o *Estadão* em seu editorial, "Tudo se coordena"[613] acusou a política externa de ser coordenada com objetivos comunistas, refletindo uma ameaça interna à ordem democrática. Essa continuidade do discurso anticomunista evidencia como a crise internacional foi utilizada como ferramenta retórica para reforçar a oposição a Goulart e justificar futuras rupturas políticas. Em toda a cobertura, o jornal destacou a crise dos mísseis como um reflexo do avanço do comunismo global.

> Compreendemos o desgosto com que os leitores [...] tomam conhecimento de ações e manifestações oficiais que francamente os constrangem, pela consideração do ridículo a que estas arrastam uma grande nação que tem tudo para liderar as suas irmãs do Continente. [...] **O sr. João Goulart é fundamentalmente um caudilho, cujos pendores contrastam com a missão de chefia de um governo democrático.** [...] Trata-se de uma lorota, sim, mas não apenas disso. [...] Não foi a uma demonstração

[612] "As forças armadas e a situação", *O Estado de S. Paulo*, 31 de outubro de 1962, p.3, editorial. Grifos meus.
[613] "Tudo se coordena", *O Estado de S. Paulo*, 2 de novembro de 1962, p.3, editorial.

> de sandice que assistimos, mas a uma simples **repetição dos deliberados propósitos deste governo de comprometer a posição internacional do Brasil.** [...] **Se no exterior é o ridículo que deslustra o bom nome brasileiro, no interior bem mais grave é a situação a que nos vão arrastando os propósitos deste governo**[614].

Esse editorial reforça a narrativa do *Estadão* que deslegitima o governo de João Goulart ao acusá-lo de comprometer tanto a imagem internacional quanto a estabilidade interna do Brasil. O jornal utiliza termos contundentes para classificar a atuação do Presidente, retratando-o como um "caudilho" incapaz de liderar de maneira condizente com os princípios democráticos. Essa caracterização busca contrapor a figura de Goulart a um ideal de liderança responsável e moderna, que deveria ser capaz de projetar o Brasil como uma liderança no continente americano.

O texto também explora a dimensão internacional, afirmando que ações e declarações do governo expõem o Brasil ao "ridículo", prejudicando seu prestígio e comprometendo sua posição no cenário global. Essa crítica está diretamente associada ao contexto da Guerra Fria, no qual a política externa brasileira buscava uma posição mais independente, mas que o jornal retrata como errática e prejudicial. No plano interno, o editorial agrava suas acusações ao sugerir que o governo estaria deliberadamente conduzindo o país a uma situação grave e insustentável. Esse discurso é alinhado com a retórica anticomunista e antipopulista comum na imprensa conservadora da época, que frequentemente vinculava a atuação de Goulart a ameaças à ordem e à democracia. Assim, o texto funciona como um instrumento para fortalecer a oposição ao governo e legitimar ações futuras contra ele.

A cobertura do *Última Hora* sobre a Crise dos Mísseis (16 a 28 de outubro de 1962) oferece uma perspectiva que equilibra informações factuais e análises sobre o papel do Brasil e a polarização internacional. Antes do início formal da crise, em 9 de outubro, na notícia, "Dorticós Pede à ONU Que Condene Bloqueio Dos EUA Contra Cuba autor"[615] o jornal destacou o discurso de Dorticós na ONU, onde o líder cubano denunciou o bloqueio econômico dos Estados Unidos. A reportagem revelou o esforço de Cuba em buscar apoio internacional, situando a ilha como vítima de agressões imperialistas.

> Uma nova agressão contra Cuba poderá transformar-se no início de uma guerra mundial. Damos máximo valor à declaração de solidariedade do governo soviético - declarou o Presidente de Cuba. [...] **O bloqueio econômico a que se entregam os EUA contra Cuba constitui uma violação da Carta da ONU e uma tentativa de sufocar o desenvolvimento de Cuba socialista, que terá que ser detido pela ação exterior.** [...] **Cuba reivindica sua soberania sobre a base militar norte-americana de Guantánamo, arrancada ao território nacional, mas exerceria esse direito no**

[614] Idem. Grifos meus.
[615] "Dorticós Pede à ONU Que Condene Bloqueio Dos EUA Contra Cuba autor", *Última Hora*, 9 de outubro de 1962, p.6, notícia.

> **tempo devido e de acordo com as normas pacíficas do Direito Internacional.** Não queremos dar-lhes de presente um pretexto de agressão aos EUA. [...] Bastou que fizéssemos uma reforma agrária não socialista para que os EUA empreendessem medidas de pressão econômica e diplomática[616].

O discurso reproduzido reflete uma narrativa de luta pela soberania nacional e pela autodeterminação, colocando o bloqueio econômico e as ações norte-americanas como violações dos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas. O texto também ilustra a estratégia cubana de justificar sua postura internacional com base em argumentos jurídicos e pacifistas, ao mencionar a base de Guantánamo e a intenção de reivindicar sua soberania "no tempo devido e de acordo com as normas pacíficas do Direito Internacional". Essa abordagem busca retratar Cuba como uma nação vítima de agressões externas e comprometida com os padrões internacionais, enquanto contrapõe as ações dos EUA como abusivas e contrárias à ordem jurídica global.

Por fim, a menção à reforma agrária reforça a narrativa de que a hostilidade norte-americana seria motivada não apenas por questões estratégicas, mas também pelo impacto das transformações sociais promovidas pelo regime cubano. Nesse contexto, o texto serve para articular uma defesa do modelo socialista adotado por Cuba e para denunciar as práticas imperialistas atribuídas aos Estados Unidos, alimentando o discurso de resistência que consolidava a identidade do regime perante seu povo e a comunidade internacional.

Já na edição de 17 de outubro, a notícia, "'Premier': Papa Confirmou Acêrto da Política Externa do Brasil"[617] o *Última Hora* apresentou um enfoque positivo sobre a política externa brasileira, mencionando elogios do Papa e, também, de Hermes Lima à postura diplomática equilibrada do Brasil. A matéria também revelou negociações comerciais com o Leste Europeu, incluindo a URSS, reforçando o pragmatismo diplomático que contrasta com o contexto de tensões globais.

> **A reformulação da Aliança para o Progresso, afirmou o Sr. Hermes Lima, depende de conversações mais demoradas. Os pontos capitais, no entanto, serão expostos ao Presidente Kennedy. O Brasil é um país que tem estabilidade política e capacidade para planejar e executar programas de desenvolvimento econômico, conforme já comprovou, e pode, portanto, estabelecer as prioridades de aplicação de recursos e merecer amplamente a confiança para esse objetivo. A Aliança é uma ideia aberta para a ajuda aos povos americanos, podendo receber sugestões.** [...] Promover o Brasil à seleção dos projetos que devem merecer recursos da Aliança para o Progresso e estabelecer as prioridades, caso as negociações com os Estados Unidos cheguem a bom termo, significará uma total modificação na mecânica daquele programa. Quando foi lançada a Aliança, os Estados Unidos estabeleceram que os países interessados preparassem projetos e os encaminhassem à

[616] Idem. Grifos meus.
[617] "'Premier': Papa Confirmou Acêrto da Política Externa do Brasil", *Última Hora*, 17 de outubro de 1962, p.6, notícia.

> Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), que os selecionaria e fixaria as prioridades. Essa exigência é considerada como uma das razões do fracasso da Aliança[618].

E continuam:

> Quanto à questão das desapropriações das empresas de serviços públicos de propriedade estrangeira, segundo informou o Chanceler Hermes Lima, está sendo estudada pela CONESP, sob a presidência do Gen. Berenhauser, devendo, por ocasião da visita de Kennedy, estar pelo menos com uma orientação definida para discussão em bases concretas. [...] **Comentou o Chanceler Hermes Lima problemas de comércio externo com o Leste Europeu,** manifestando opinião de que o volume das transações podem crescer substancialmente **e que o comércio com a área socialista não prejudica absolutamente o comércio do Brasil com o mundo ocidental.** Informou que estão sendo realizados estudos para a assinatura de novo convênio comercial com a URSS, considerando que o atual deverá expirar a 1 de janeiro próximo[619].

Ao tratar de temas como a Aliança para o Progresso, o comércio com o bloco socialista e a questão das empresas estrangeiras, Hermes Lima reforça a imagem de um Brasil engajado em buscar soluções diplomáticas e econômicas que preservem sua soberania e promovam seu desenvolvimento. Essa postura contribui para consolidar o papel do Brasil como um interlocutor relevante no Hemisfério Ocidental, ao mesmo tempo que amplia sua margem de manobra em um contexto internacional polarizado.

Após o início do confronto direto o jornal intensificou sua cobertura sobre as questões envolvendo a crise. Em 24 de outubro, *Última Hora* noticiou a abstenção do Brasil na votação da OEA para aprovar ações contra Cuba, sugerindo que o governo brasileiro buscava evitar alinhamentos extremos e preservar sua postura de mediação.

> O Embaixador brasileiro explicou que tinha instruções para abster-se, porque os Estados Unidos não haviam esclarecido o alcance dessa frase. Acrescentou, contudo, ter instruções de apoiar o projeto de resolução 'em sua totalidade'. [...] Em janeiro último, Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México abstiveram-se de votar em favor da expulsão de Cuba da OEA. Todos esses países apoiaram a quarentena norte-americana aplicada a Cuba, embora Brasil, Bolívia, Chile e México ainda mantenham relações diplomáticas com o regime de Fidel Castro[620].

Esse trecho evidencia a postura cautelosa e ambivalente do Brasil e de outros países latino-americanos diante das decisões relativas a Cuba no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). A decisão brasileira de abster-se de uma votação específica, ainda que com o comprometimento de apoiar a resolução em sua totalidade, reflete a tentativa de equilibrar interesses diplomáticos divergentes. A justificativa dada pelo embaixador brasileiro — de que

[618] Idem. Grifos meus.
[619] Idem. Grifos meus.
[620] "Brasil Abstém-se de Votar na Resolução da OEA de Intervir em Cuba", *Última Hora,* 24 de outubro de 1962, p.2, notícia.

os Estados Unidos não haviam esclarecido o alcance de uma frase na proposta — sublinha a sensibilidade dos termos e o cuidado com as implicações jurídicas e políticas envolvidas.

A estratégia brasileira revela o esforço de navegar entre os extremos: de um lado, a tentativa de evitar o rompimento total com os Estados Unidos e, de outro, o desejo de preservar um papel de mediador e defensor de princípios como o multilateralismo e a autodeterminação. Esse posicionamento ressalta as contradições inerentes à Política Externa Independente (PEI) de João Goulart, que buscava uma margem de manobra maior para o Brasil em meio às tensões ideológicas e geopolíticas da época.

Nos dias seguintes, *Última Hora* continuou a relatar os desdobramentos com foco na diplomacia. Em 26 de outubro, por meio do texto, "Navio Soviético Passa Pelo Bloqueio Sem Ser Revistado"[621] o jornal destacou a permissão dos EUA para a passagem de navios-tanques soviéticos que não transportavam material militar, indicando um possível caminho para a negociação.

> A força operativa da Marinha norte-americana que bloqueia Cuba interceptou, nas primeiras horas de ontem, um navio-tanque soviético, mas deixou que a nave continuasse viagem por não conduzir materiais proibidos. O anúncio do Departamento da Defesa indicou que o encontro em alto mar, tão esperado com tensão, desenvolveu-se sem incidentes, porque nada havia de objetável no carregamento transportado pelo navio soviético[622].

O incidente sublinha também a fragilidade da situação, onde qualquer mal-entendido poderia desencadear consequências catastróficas. A tensão que permeou esse encontro em alto-mar reflete o ambiente de incerteza e risco característico da Guerra Fria, no qual as potências buscavam evitar um confronto direto, mas ainda assim demonstrar firmeza em suas posturas.

Para o contexto latino-americano e, em especial, para o Brasil, esse tipo de evento fornecia uma narrativa que poderia ser utilizada para justificar posições diplomáticas mais equilibradas. A ênfase na resolução pacífica e na manutenção de canais diplomáticos, como buscava o governo brasileiro, contrastava com a abordagem militarizada do conflito por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. A comunicação pública desses episódios servia, portanto, como um termômetro tanto para os governos quanto para a população em geral, indicando até onde as partes estavam dispostas a ir para evitar um confronto direto de proporções globais.

A cobertura incluiu também os discursos de Khrushchev e Kennedy, que propunham condições para um acordo mediado pela ONU, reforçando a narrativa de que a crise poderia ser

[621] "Navio Soviético passa pelo bloqueio sem ser revistado!" *Última Hora*, 26 de outubro de 1962, p.2, notícia.
[622] Idem. Grifos meus.

resolvida sem um confronto direto. Essa perspectiva foi ampliada com as matérias de 30 de outubro, após o desfecho da crise, que noticiaram elogios de Kennedy ao papel mediador do Brasil e a participação de representantes brasileiros nas negociações em Havana, sinalizando o reconhecimento internacional da postura do país, como pode ser identificado no trecho a seguir.

> – O Presidente Kennedy manifestou seu agradecimento ao Brasil pelo apoio dado por este país aos Estados Unidos durante a crise cubana. [...] **'Muito devemos ao Brasil. Foi um grande nosso aliado na Segunda Guerra Mundial. Tem sido uma fonte de vigor para nós em dias recentes. Estou esperançoso em que o Brasil e os Estados Unidos prosseguirão a caminhar lado a lado.** Esperamos, na paz, caminhar juntos em qualquer circunstância e provermos, em um momento realmente crucial da história do mundo, a defesa da liberdade em nosso Hemisfério, e, assim agindo, defendermos a liberdade em todo o mundo[623].

A declaração do Presidente Kennedy expressa não apenas gratidão ao Brasil por seu apoio durante a crise cubana, mas também um apelo simbólico à continuidade da parceria estratégica entre as duas nações. Ao destacar o papel histórico do Brasil como aliado durante a Segunda Guerra Mundial e como parceiro em momentos cruciais da Guerra Fria, Kennedy reforça a narrativa de uma unidade hemisférica na defesa da liberdade e na contenção da influência comunista.

A mensagem também carrega uma expectativa de alinhamento político e diplomático, sugerindo que o Brasil deveria continuar sendo um ator-chave na política interamericana e um aliado confiável dos Estados Unidos. Essa reafirmação de laços se dá em um contexto de crescente polarização ideológica, em que Washington buscava consolidar sua liderança no Hemisfério Ocidental por meio de alianças com democracias que pudessem contrabalançar a expansão soviética. Para o Brasil, essa declaração era tanto um reconhecimento de seu papel diplomático quanto uma oportunidade de consolidar sua posição como mediador e líder regional. Ao mesmo tempo, a fala de Kennedy reflete a complexidade do momento histórico, em que o apoio ao bloco liderado pelos Estados Unidos implicava delicados equilíbrios entre os interesses nacionais e as pressões externas. Assim, a relação entre Brasil e Estados Unidos é aqui apresentada como um pilar na manutenção da ordem hemisférica e na defesa dos ideais democráticos no cenário global.

O *Última Hora* enfatizou o papel da ONU na resolução do conflito e destacou o impacto da diplomacia brasileira. Em 2 de novembro, a capa trazia a declaração de U Thant sobre a garantia de desmantelamento das bases soviéticas em Cuba e a prevenção de uma invasão.

> Estou orgulhoso de ter podido, em nome de meu País, antecipar os entendimentos para terminar com a crise que vem causando apreensão em todo o mundo. Posso afirmar

[623] "Kennedy: Apoio do Brasil foi decisivo na crise do Caribe" *Última hora*, 30 de outubro de 1962, p.6, notícia.

> que o Brasil conseguiu abrir o caminho para as negociações e trazer, assim, novamente, a tranquilidade tão desejada pela humanidade[624].

O termo "apreensão" destaca o impacto global da crise e sublinha a importância de evitar um confronto direto entre as superpotências, que poderia resultar em uma guerra nuclear. A ênfase na "tranquilidade tão desejada pela humanidade" reflete uma postura alinhada com os princípios do multilateralismo e da diplomacia, valores que o Brasil buscava projetar em sua política externa no período. Essa declaração não apenas reforça a narrativa de uma política externa brasileira independente e ativa, mas também demonstra o esforço do país em equilibrar sua posição entre os blocos da Guerra Fria, promovendo a paz sem alinhar-se irrestritamente a nenhuma das superpotências. Ao assumir um papel de mediador, o Brasil tentava consolidar sua influência regional e global, utilizando-se de sua diplomacia para se afirmar como um ator relevante na arena internacional.

Abaixo desta notícia, o *UH* trouxe declarações de Jânio Quadros[625], que interpretava o acordo como uma vitória diplomática da URSS, sinalizando a continuidade das disputas narrativas mesmo após o alívio das tensões. Segue um trecho da fala de Quadros:

> Entendo que a aceitação incondicional, pela URSS, das condições impostas pelos EUA deve levar todo homem responsável a uma demorada e prudente reflexão. Não compreendo a euforia que se registrou em alguns setores. Falava, há poucos dias, no provérbio que diz: 'Os partas são mais temíveis quando em retirada. [...] **Desse acordo, somente resultou um fato inequívoco: a URSS obteve, em decorrência da crise, a plena segurança da integridade de Cuba.** [...] De qualquer maneira, parece que, pelo menos no momento, **poderemos respirar tranquilos**. **Parece mesmo que a calma voltou a reinar entre as duas grandes correntes que dividem o mundo atual: o capitalismo e o socialismo**[626].

A citação reflete uma avaliação crítica do acordo que encerrou a Crise dos Mísseis de Cuba, destacando tanto a complexidade quanto as ambiguidades do resultado. A aceitação incondicional das condições impostas pelos Estados Unidos pela União Soviética é interpretada não como uma vitória inequívoca do Ocidente, mas como um momento que exige prudência e reflexão. O provérbio sobre os partas – conhecidos por sua habilidade estratégica em aparentes recuos – sublinha o receio de que a retirada soviética possa mascarar movimentos futuros mais calculados.

A segurança assegurada à integridade territorial de Cuba é identificada como o principal fato do acordo, reafirmando a importância simbólica e estratégica da ilha para o bloco socialista. Isso indica que, apesar da retirada de armamentos nucleares, Cuba permanece protegida,

---

[624] "Albino: Brasil Fortaleceu Posição da ONU", *Última hora*, 2 de novembro de 1962, p.4, notícia.
[625] "JÂNIO: URSS SALVOU CUBA DA INVASÃO", *Última hora,* 2 de novembro de 1962, p.4, notícia.
[626] Idem. Grifos meus.

garantindo à URSS um aliado estratégico em pleno hemisfério ocidental. A menção à aparente tranquilidade que se segue à resolução da crise sugere um alívio temporário, mas não elimina a percepção de que as tensões entre capitalismo e socialismo permanecem latentes. A narrativa ressalta a natureza episódica da calma alcançada, apontando para a continuidade da rivalidade ideológica e estratégica entre os blocos.

Esse período revelou como a *Última Hora* construiu uma narrativa de equilíbrio, alinhando a política externa brasileira à neutralidade e ao pragmatismo, enquanto contextualizava a crise dentro da polarização global. Diferentemente de outros jornais que atacavam a postura brasileira, a *Última Hora* exaltou o papel de mediação, enfatizando o reconhecimento internacional e a busca pela estabilidade em um momento de extrema tensão.

A cobertura da *Jornal do Brasil* durante a Crise dos Mísseis revela um discurso que combina equilíbrio diplomático, crítica política e retórica anticomunista, situando o Brasil em um contexto de polarização global e instabilidade interna. Mas, antes da eclosão da crise, em 9 de outubro, o jornal destacava os esforços cubanos para obter apoio internacional, enquanto dava ênfase ao papel do Brasil como mediador na política regional. Na página 2, assim como os outros dois jornais também noticiaram, o *Jornal do Brasil* destacou a declaração do Presidente de Cuba, Osvaldo Dorticós, na Assembleia-Geral das Nações Unidas. Dorticós propôs que o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba fosse formalmente condenado como um ato de guerra, reforçando o discurso de oposição à política externa norte-americana e a defesa da soberania cubana[627].

À medida que a crise se desenrolava, o jornal demonstrava preocupação com a escalada militar e com a necessidade de preservar a neutralidade do Brasil. Em 23 de outubro, o *Jornal do Brasil* elogiou a postura diplomática brasileira ao defender negociações pacíficas, mas criticou a falta de clareza na política externa de João Goulart, que se abstivera de votar na resolução da OEA que apoiava o bloqueio a Cuba.

> Outra não foi, aliás, a posição firmada, ainda ontem, de maneira coerente e antecipada, pelo Presidente João Goulart, ao dizer [...] que o Brasil, não aceitando 'o recurso à violência como forma de solução dos conflitos internacionais', defende [...] 'o processo das soluções pacíficas para os problemas mundiais'. [...] Vale recordar que a diplomacia brasileira tem-se batido pela desnuclearização progressiva das diversas regiões do mundo[628].

A citação destaca a posição diplomática projetada pelo *Jornal do Brasil* ao narrar as declarações do Presidente João Goulart. O jornal ressalta o compromisso brasileiro com a

[627] "Dorticós pede a condenação dos EUA", *Jornal do Brasil*, 09 de outubro de 1962, p.2, notícia.
[628] "Nas Mãos da ONU", *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1962, p.6, editorial.

solução pacífica de conflitos internacionais, alinhando-se ao discurso de rejeição à violência como forma de resolver crises globais. A menção à "desnuclearização progressiva das diversas regiões do mundo" reflete uma preocupação contemporânea com o desarmamento nuclear, uma questão central no contexto da Guerra Fria.

O texto do *Jornal do Brasil* não apenas reforça a posição pacifista do governo, mas também articula uma visão do Brasil como mediador ético em questões globais. Contudo, ao enfatizar essa narrativa, o jornal também parece endossar a ideia de uma diplomacia brasileira distinta, que equilibra a busca pela paz com a defesa da autodeterminação e da soberania dos povos. Essa postura, por sua vez, dialoga com os princípios de não intervenção que permeiam a política externa do período, marcando o Brasil como um ator disposto a se desvencilhar de pressões de grandes potências. No entanto, o posicionamento do governo e a forma como o *Jornal do Brasil* o apresenta indicam a tensão latente entre idealismo diplomático e os desafios de lidar com um hemisfério profundamente dividido pela polarização ideológica. Assim, a citação não apenas informa, mas também reforça a construção de uma identidade internacional pacifista para o Brasil.

Em 24 de outubro, o editorial reconheceu o bloqueio econômico como uma ferramenta legítima contra o regime cubano, mas rechaçou intervenções militares, reforçando a visão de que a diplomacia deveria ser o principal instrumento de resolução de conflitos. A menção a um possível acordo envolvendo a "neutralização e desarmamento de Cuba" como solução para a crise ressalta o compromisso brasileiro com a diplomacia e com a rejeição do uso da força como método de resolução de conflitos. Essa posição alinha-se com a tradição do país de advogar pela solução pacífica de disputas e pela autodeterminação dos povos, especialmente no contexto latino-americano.

> Se o Brasil não tem força para fazer a guerra moderna, já tem a influência política necessária para contribuir para a paz. [...] Somente um acordo dessa natureza [neutralização e desarmamento de Cuba] poderá fazer com que a crise atual se resolva pacificamente. [...] Para o Brasil, o essencial é que haja negociações e que se impeça a guerra, com a rejeição do jogo de poder tão cruamente praticado pelas grandes potências nucleares[629].

Ao criticar o "jogo de poder tão cruamente praticado pelas grandes potências nucleares," o discurso reflete uma crítica implícita às políticas de dominação conduzidas tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética. Essa crítica posiciona o Brasil em um espaço diferenciado, buscando preservar sua autonomia política e moral, mesmo em meio às pressões

[629] "A missão do Brasil", *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1962, p.6, editorial.

externas. Portanto, a citação não apenas descreve uma postura política, mas também reforça a narrativa de que o Brasil, apesar de suas limitações militares, tem o potencial de contribuir de maneira significativa para a estabilidade e a paz hemisférica, ao insistir em um papel ativo na mediação internacional.

No dia 26, enquanto as tensões alcançavam o ápice, o jornal alertava sobre a "renúncia cotidiana" do governo federal em assumir um papel de liderança mais ativo, criticando a hesitação de Goulart frente às crises internacionais e domésticas. O *JB* expõe um cenário de profunda crise política e institucional no Brasil, marcado pela inação do Governo e pela falta de clareza em sua condução.

> O Brasil é, hoje, um país em crise. [...] **Enquanto isso, o Governo faz exercícios de retórica, perdendo tempo e latim (e fazendo todo mundo perder a paciência) em discussões de um bizantinismo atroz. O que o País não pode é suportar, depois da renúncia inesperada de um Presidente, a renúncia cotidiana de um Gabinete ausente.** [...] Ninguém pode ficar imóvel no meio de uma tempestade. [...] Defina-se o Governo e terá apoio. Fale o Governo e será ouvido. Atreva-se o Governo e será respeitado[630].

A referência ao "bizantinismo atroz" nas discussões governamentais indica um foco excessivo em debates teóricos e improdutivos, contrastando com a necessidade de ações práticas e resolutivas em um momento de crise. Essa crítica sugere um esgotamento da paciência por parte da sociedade, que se vê diante de um Governo que não se posiciona nem age com a firmeza exigida pelas circunstâncias.

As sugestões apresentadas — que o Governo se "defina," "fale," e "atreva-se" — apontam para a necessidade de liderança clara, comunicação direta e coragem para enfrentar os desafios. O texto reflete o anseio por uma postura governamental que inspire confiança e respeito, ao invés de incerteza e frustração. Esse comentário ressalta a importância de uma governança assertiva em tempos de instabilidade, enfatizando que a legitimidade e o apoio público dependem diretamente da capacidade do Governo de agir de forma decisiva e transparente.

Conforme os desdobramentos da crise apontavam para uma possível resolução, o *Jornal do Brasil* adotou um tom de cautela e otimismo moderado. Contudo, mantinha críticas à administração federal, cobrando maior firmeza e clareza em suas decisões políticas. Após o fim da crise, o *JB* consolidava esse posicionamento ao celebrar o papel mediador do Brasil, elogiado por Kennedy, ao mesmo tempo que apontava inconsistências na condução política interna do governo Goulart.

[630] "Renúncia", *Jornal do Brasil*, 26 de outubro de 1962, p.6, editorial. Grifos meus.

> É ponto pacífico, por exemplo, que a disseminação das armas nucleares representa maiores possibilidades de guerra e, por conseguinte, maior perigo para a humanidade. [...] É extremamente construtiva a proposta do Brasil para que as Nações Unidas decretem a desnuclearização da América Latina, banindo de uma vez por todas o espectro da guerra atômica neste Continente[631].

A citação sublinha a gravidade da proliferação de armas nucleares como uma ameaça direta à paz global e destaca a posição proativa do Brasil ao propor, no âmbito das Nações Unidas, a desnuclearização da América Latina. Essa iniciativa é descrita como "extremamente construtiva," reforçando a percepção de que o Brasil buscava atuar como mediador e líder regional na construção de um continente livre da ameaça nuclear. O texto reflete a preocupação crescente com os riscos da guerra atômica em um contexto global polarizado pela Guerra Fria, ao mesmo tempo que posiciona o Brasil como um ator diplomático comprometido com soluções pacíficas e multilaterais. A ideia de "banir de uma vez por todas o espectro da guerra atômica neste Continente" é particularmente poderosa, pois sugere não apenas a eliminação de armas nucleares, mas também a construção de uma cultura de paz e cooperação entre as nações latino-americanas.

Além disso, a proposta brasileira se alinha a uma visão mais ampla de segurança internacional, reforçando a necessidade de que iniciativas regionais contribuam para um esforço global de controle e desarmamento nuclear. Essa postura não apenas fortalece a imagem do Brasil no cenário internacional, mas também legitima sua diplomacia como um exemplo de liderança responsável e ética em tempos de tensões geopolíticas. Sendo assim, o *Jornal do Brasil* focou em duas narrativas principais: a celebração da resolução diplomática e a avaliação do impacto da crise na política interna. Em 31 de outubro, Fidel Castro foi descrito como resistente à inspeção internacional, evidenciando uma desconfiança contínua em relação ao regime cubano e um tom alinhado ao discurso anticomunista.

> O enviado especial do Presidente da República a Havana, General Albino Silva, relatou ontem ao Sr. João Goulart, pelo telefone internacional, os 'resultados satisfatórios' dos primeiros entendimentos que manteve com o Primeiro-Ministro Fidel Castro sobre a proposta brasileira, já considerada exequível, anteriormente, em consultas diplomáticas, pelos Governos dos Estados Unidos e da União Soviética[632].

A "proposta brasileira," mencionada como previamente avaliada e considerada viável tanto pelos EUA quanto pela URSS, demonstra o papel ativo que o Brasil tentava desempenhar na busca por soluções diplomáticas. Este episódio ilustra o compromisso do governo brasileiro com uma política externa que priorizava à autodeterminação dos povos e a resolução pacífica

[631] "Lições da Crise", *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1962, p.6, editorial.
[632] "Bem recebidas por Fidel Castro as gestões brasileiras", *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1962, capa, notícia.

de conflitos, em alinhamento com sua tradição diplomática e princípios da ONU. Além disso, o envolvimento direto de figuras de alto escalão como o General Albino Silva sinaliza o peso que o governo brasileiro atribuía a essa mediação. A referência aos "resultados satisfatórios" sugere otimismo quanto à aceitação da proposta por parte de Cuba, reforçando a imagem do Brasil como um ator relevante no hemisfério ocidental e uma ponte possível entre as superpotências da Guerra Fria.

Contudo, o jornal também utilizou o episódio em seu editorial para reforçar críticas ao governo federal, questionando sua capacidade de manter a coerência entre a política externa e interna.

> Neste momento em que uma das crises mais graves que o mundo contemporâneo já conheceu dá ao Brasil a oportunidade de projetar, no plano internacional, a sua imagem de nação defensora da paz e propugnadora de soluções políticas racionais. [...] A política externa brasileira não tem donos nem donatários. Ela é a de um país que se afirma e que sabe o que está fazendo. É de todos — inclusive daqueles que antes não compreendiam que nela estavam implícitos poder e glória para o nosso País[633].

O editorial reflete o reconhecimento do papel do Brasil no desfecho da crise dos mísseis em Cuba, destacando a oportunidade histórica que o momento oferece para consolidar sua imagem internacional. Ao afirmar que o país é "defensor da paz e propugnador de soluções políticas racionais," o texto evidencia o compromisso do Brasil com o multilateralismo e a diplomacia, princípios fundamentais para evitar confrontos diretos entre as superpotências. A declaração de que "a política externa brasileira não tem donos nem donatários" reforça a independência do Brasil em sua atuação diplomática, posicionando-se como uma nação que busca mediar conflitos sem subordinação aos interesses de blocos ideológicos. Essa postura é apresentada como um ativo estratégico que projeta o país como um interlocutor confiável no sistema internacional.

Ao afirmar que "ela é de todos — inclusive daqueles que antes não compreendiam que nela estavam implícitos poder e glória para o nosso País," o editorial faz um apelo à unidade nacional em torno de uma diplomacia que transcende diferenças internas. Essa mensagem também sugere uma tentativa de reafirmar o prestígio do Brasil como um mediador capaz de influenciar positivamente os destinos do hemisfério, enfatizando que seu papel na resolução pacífica da crise dos mísseis trouxe reconhecimento global e fortaleceu sua posição no cenário internacional. Por fim, no editorial de 2 de novembro, intitulado "Primeiro a Constituição"[634],

[633] "Prestígio Externo", *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1962, p.6, editorial.
[634] "Primeiro a Constituição", *Jornal do Brasil*, 2 de novembro de 1962, p.6, editorial.

o jornal reiterou a importância da legalidade democrática, condenando tanto as ameaças autoritárias de setores conservadores quanto as inadequações administrativas do governo Goulart.

> Uma das virtudes fundamentais da vida democrática é a do respeito à individualidade. [...] Durante muito tempo, no Brasil, vivemos em clima de subversão dessas noções no campo político e administrativo. Confundiu-se muito a liberdade democrática com as incontinências impulsionadas por ardências de certas personalidades. [...] Precisamente na Democracia, ninguém deve colocar-se à margem dela e, muito menos, acima dela. [...] **A política externa do Brasil é uma das prerrogativas constitucionalmente atribuídas ao Chefe do Executivo, assim como a greve é um dos recursos que a Constituição reconhece aos trabalhadores**[635].

O editorial aborda questões fundamentais da vida democrática, entre elas o respeito à individualidade e o equilíbrio entre direitos e deveres, tanto no âmbito político quanto administrativo. A crítica implícita ao contexto brasileiro sublinha os desafios históricos do país em diferenciar liberdade democrática de impulsos personalistas, destacando a necessidade de alinhar ações individuais e coletivas às estruturas institucionais.

Ao afirmar que "ninguém deve colocar-se à margem dela e, muito menos, acima dela," o texto enfatiza a centralidade das regras democráticas para preservar o funcionamento harmônico do sistema político, particularmente em momentos de instabilidade. A menção à política externa e ao direito de greve como prerrogativas constitucionais reforça o argumento de que esses instrumentos devem ser exercidos com responsabilidade, respeitando a ordem democrática e os limites institucionais. Essa análise reflete a importância de consolidar práticas políticas que fortaleçam a democracia, garantindo que prerrogativas constitucionais não sejam distorcidas por interesses individuais ou corporativos. Ao vincular política externa e direitos trabalhistas ao respeito ao Estado de Direito, o editorial oferece uma visão que busca reconciliar autonomia e coesão social em prol da estabilidade democrática.

O *Jornal do Brasil* buscava equilibrar críticas aos extremos ideológicos, reforçando o discurso anticomunista enquanto promovia uma abordagem diplomática baseada no diálogo e na soberania nacional. Embora evitasse a retórica alarmista de veículos mais conservadores, o jornal utilizava o contexto internacional para projetar seus comentários sobre a política interna, contribuindo para a construção de uma narrativa que reforçava as fragilidades do governo Goulart e o posicionava como incapaz de lidar com as complexidades do período.

A análise discursiva da cobertura jornalística durante a Crise dos Mísseis de 1962 nos prova como este episódio de extrema tensão global foi apropriado pela imprensa brasileira para

[635] Idem. Grifos meus.

narrativas que extrapolam o plano internacional. Para além de um simples reflexo da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, os jornais *Estadão*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* utilizaram a crise como um espelho das disputas políticas e ideológicas no Brasil. O *Estadão* manteve sua postura de crítica contundente ao governo João Goulart, articulando o evento internacional com acusações de alinhamento do governo ao bloco comunista. A retórica alarmista e moralizante do jornal reforçou a narrativa anticomunista como pilar discursivo, ao mesmo tempo que deslegitimava os esforços brasileiros em sustentar uma política externa independente. A Crise dos Mísseis, para o *Estadão*, tornou-se mais um campo de batalha simbólico para pressionar o governo e legitimar uma oposição alinhada aos interesses do bloco ocidental.

Por outro lado, o *Última Hora* adotou uma abordagem que conciliava a valorização da mediação brasileira com um tom de apoio ao pragmatismo diplomático de Goulart. A ênfase no reconhecimento internacional do papel brasileiro na crise, especialmente com os elogios de Kennedy e Khrushchev, foi acompanhada por críticas pontuais às tensões internas que dificultavam a implementação plena da Política Externa Independente. Assim, o jornal projetava a imagem de um Brasil engajado e relevante, enquanto buscava reforçar a legitimidade do governo em um contexto de crescente polarização interna. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, transitou entre a valorização da postura brasileira como mediadora e uma análise crítica das inconsistências do governo Goulart. Embora evitasse os extremos ideológicos, o jornal aproveitou a crise para apontar fragilidades na condução política interna, cobrando maior clareza e firmeza do governo em suas decisões. Ao mesmo tempo, utilizou o contexto internacional para reforçar sua visão de um Brasil que poderia ser protagonista no hemisfério, desde que superasse seus entraves administrativos e políticos.

No conjunto, a cobertura da grande imprensa brasileira, representada por estes três periódicos, durante a Crise dos Mísseis, evidencia como um evento internacional foi instrumentalizado para construir discursos que dialogavam com as disputas políticas internas. O anticomunismo, explícito ou implícito, perpassou as narrativas dos jornais, reforçando alianças e rivalidades no campo político nacional. Este episódio confirma o papel ativo da mídia na construção de sentidos que transcendem o relato factual, contribuindo para os alinhamentos e polarizações que marcariam os anos seguintes, culminando no golpe de 1964.

A Crise dos Mísseis, assim, revelou-se não apenas como uma disputa entre superpotências, mas também como um ponto de inflexão nas estratégias discursivas da imprensa brasileira, projetando no plano local os ecos de uma Guerra Fria global.

6.4. ENTRE DIÁLOGOS E PESSIMISMO: A GRANDE IMPRENSA E A PEI PERANTE O ASSASSINATO DE JOHN KENNEDY

> O mesmo personagem pode ser glorificado ou demonizado, dependendo de quem o descreva; um mesmo acontecimento pode ser tido como extremamente positivo, totalmente negativo ou, mesmo, inexistente. No caso de personagens e de acontecimentos polêmicos, as disputas de memória podem chegar a dificultar uma compreensão objetiva do passado ou, quando certas memórias prevalecem sobre outras, é possível que leituras parciais ou tendenciosas se estabeleçam como "verdades históricas" (Fico, 2008, p.67).

O assassinato do Presidente John F. Kennedy, em 22 de novembro de 1963, foi um marco não apenas para os Estados Unidos, mas também para a política internacional e as relações hemisféricas durante a Guerra Fria. No Brasil, o evento reverberou profundamente, encontrando eco em uma conjuntura interna de instabilidade política, acirramento ideológico e crescente tensão entre o governo de João Goulart e a oposição. Nesse contexto, os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* refletiram, em suas páginas, a complexidade das relações Brasil-Estados Unidos, marcadas por discursos antagônicos sobre a Aliança para o Progresso, a política externa brasileira e as reformas defendidas pelo governo Goulart. A tragédia de Dallas foi interpretada por esses periódicos tanto como um símbolo do momento conturbado vivido pelas democracias ocidentais quanto como um evento que poderia redefinir os rumos da política hemisférica.

A análise do período que envolve os dias anteriores e posteriores ao assassinato de Kennedy permite evidenciar como a imprensa brasileira articulou narrativas para associar o impacto desse acontecimento a questões cruciais da política nacional e internacional. Os editoriais e demais matérias publicados por esses jornais destacaram aspectos variados da tragédia: enquanto o *Estadão* e o *Jornal do Brasil* enfatizaram o legado de Kennedy como defensor da liberdade e da democracia, também o usaram como parâmetro para criticar a gestão de Goulart e sua aparente incapacidade de alinhar o Brasil aos valores do "mundo livre". Já a *Última Hora*, alinhada ao governo, ressaltou a importância da continuidade da cooperação entre Brasil e EUA, destacando a necessidade de diálogo e entendimento, mesmo com as mudanças esperadas na Casa Branca sob a liderança de Lyndon Johnson.

Este último subcapítulo, portanto, busca explorar os aspectos de como o evento foi utilizado como uma lente para interpretar e projetar questões relacionadas à política externa brasileira e a sua – conturbada – relação com os Estados Unidos naquele período. A partir da análise de matérias publicadas pelos três jornais, destaca-se como o discurso anticomunista, o apoio ou resistência às reformas de base e as tensões diplomáticas emergiram de forma

diferenciada nas páginas dos periódicos, revelando disputas ideológicas e narrativas subjacentes ao contexto. A análise permitirá compreender de que maneira o assassinato de Kennedy, embora um evento distante no espaço geográfico, se tornou um elemento simbólico no debate político brasileiro, exacerbando divisões internas e projetando ansiedades sobre o futuro da relação bilateral.

O *Estadão* abordou o assassinato de Kennedy como uma oportunidade para reafirmar sua visão crítica da política externa de João Goulart. Antes da tragédia, o jornal já demonstrava uma linha editorial fortemente marcada por uma retórica anticomunista, como evidenciado no editorial de 15 de novembro de 1963, que atacava a delegação brasileira na Conferência do CIES.

> **Os homens do Itamarati foram para esta reunião com o intuito preconcebido de impossibilitar qualquer entendimento e dispostos à mesma sabotagem que tem predominado nas esferas oficiais em relação à Aliança para o Progresso ou a qualquer outra forma de colaboração que porventura nos ofereça a grande República do Norte.** [...] Agem nas sombras, por subterfúgios, sem oferecer o flanco ao revide dos democratas sinceros que constituem a esmagadora maioria da coletividade brasileira. [...] **O que eles desejam, no fim de contas, é levar a um malogro retumbante a admirável concepção ianque, pois com isso prestam mais um serviço à causa de Moscou.** [...] Os componentes da nossa representação no CIES estão a serviço de uma nação estrangeira, o que eles procuram, portanto, é impedir de qualquer forma que tiremos da Aliança para o Progresso os benefícios potenciais que ela encerra[636].

Acusando o Itamaraty de "sabotagem" à Aliança para o Progresso, o periódico utilizou o discurso contra o comunismo para deslegitimar a diplomacia brasileira, retratando-a como alinhada a Moscou e contrária aos valores do hemisfério ocidental. Em 20 de novembro, ao analisar um discurso de Kennedy, o jornal apontou avanços no entendimento dos EUA sobre a América Latina, mas usou a oportunidade para ironizar as "conquistas democráticas" do Brasil, destacando falhas na administração Goulart.

> O enviado especial do Presidente da República a Havana, General Albino Silva, relatou ontem ao Sr. João Goulart, pelo telefone internacional, **os 'resultados satisfatórios'** dos primeiros entendimentos que manteve com o Primeiro-Ministro Fidel Castro sobre a proposta brasileira, já considerada exequível, anteriormente, em consultas diplomáticas, pelos Governos dos Estados Unidos e da União Soviética. [...] Um porta-voz militar soviético citado pelas agências AP e UPI declarou, em Moscou, que as condições impostas por Fidel Castro para a solução do problema cubano (principalmente a evacuação da Base norte-americana de Guantánamo) não serão levadas em consideração pelo enviado especial do Primeiro-Ministro Kruschev às negociações em Nova Iorque, Vasily Kuznetsov. [...] **O Presidente dos EUA manifestou a um grupo de 80 oficiais brasileiros da Escola Superior de Guerra, na Casa Branca, a esperança de que Brasil e Estados Unidos continuem a caminhar juntos, destacando a colaboração brasileira durante a Segunda Guerra**

[636] "A delegação brasileira na Conferência do CIES", *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1963, p.3, editorial. Grifos meus.

> **Mundial e em dias recentes.** [...] Autoridades norte-americanas declararam, ontem à noite, que a promessa de Kennedy de não invadir Cuba não significa que os Estados Unidos deixem de usar força em Cuba se esse país ameaçar o Continente[637].

Nesse contexto, o General Albino Silva aparece como um agente diplomático em Havana, representando o Brasil nas conversas com Fidel Castro, enquanto busca consolidar a proposta brasileira de desarmamento e neutralização de Cuba. O relato de "resultados satisfatórios" sugere que o Brasil ainda tentava se posicionar como mediador em uma arena internacional marcada por tensões persistentes, mesmo após a resolução da crise dos mísseis. No entanto, as declarações soviéticas, mencionando a rejeição às exigências cubanas, como a evacuação de Guantánamo, revelam a dificuldade em alinhar as expectativas de Cuba com as grandes potências. Simultaneamente, os Estados Unidos reafirmavam sua disposição de usar a força caso Cuba representasse uma ameaça, mantendo o tom firme em relação à segurança hemisférica.

A fala de Kennedy a um grupo de oficiais brasileiros da Escola Superior de Guerra, destacando a colaboração histórica entre os dois países, reflete o interesse norte-americano em reforçar alianças regionais diante do avanço do comunismo. Ao sublinhar "a colaboração brasileira durante a Segunda Guerra Mundial e em dias recentes", o Presidente buscava fortalecer o vínculo estratégico com o Brasil, reiterando sua importância no cenário hemisférico. Esse episódio mostra que, em novembro de 1963, o Brasil continuava a desempenhar um papel ativo no equilíbrio das relações entre Cuba, Estados Unidos e União Soviética. Apesar de não se tratar mais da crise dos mísseis, o contexto permanece marcado pela instabilidade e pela necessidade de esforços diplomáticos para evitar escaladas maiores. A postura brasileira reafirmava seu compromisso com o princípio da autodeterminação e da resolução pacífica de conflitos, ao mesmo tempo em que mantinha canais abertos com ambos os lados da Guerra Fria, consolidando uma diplomacia independente, mas sensível às pressões internacionais.

Um dia antes do assassinato, no editorial "Nós, os conspiradores"[638], o *Estadão* intensificou suas críticas, sugerindo que as ações do governo Goulart levavam o país ao caos e ao autoritarismo. Esse tom, que oscilava entre alarmismo e crítica severa, preparou o terreno para o uso da morte de Kennedy como um símbolo da perda de uma liderança que representava os ideais democráticos supostamente ausentes no Brasil.

---

[637] "O discurso de Kennedy e a realidade sul-americana", *O Estado de S. Paulo*, 20 de novembro de 1963, p.3, editorial. Grifos meus.
[638] "Nós, os conspiradores", *O Estado de S. Paulo*, 22 de novembro de 1963, p.3, editorial.

> Quanto à acusação de conspirador e golpista, feita pelo Sr. Jurema, no seu estilo de conversador de arraial, temos a lembrar que **o diretor de "O Estado"** conspirou desta vez perante 400 jornalistas que representam a imprensa livre em países que somam mais de 400 milhões de habitantes; conspirou, em que pese ao Sr. Ministro da Justiça, publicamente, junto com homens que formam a opinião dos americanos livres**. A verdade indesmentível é que a democracia brasileira está ameaçada. Se conspirar é lutar para defendê-la, sentimo-nos honrados em aceitar o qualificativo.** E não só. Assinale-se que os únicos a reconhecer o perigo mortal que impende sobre as instituições são o próprio chefe do Sr. Jurema, o Sr. Presidente da República, que o proclama abertamente, sem evasivas. **Porventura não foi S. Exa. quem veio declarar que marchamos para o caos, para a bancarrota, que a desvalorização do cruzeiro atingiu este ano a cota dos 100, que só governando sozinho poderá resolver os problemas nacionais? Quem promete a ditadura: nós ou o chefe do Executivo?** E não foi acaso o Sr. Leonel Brizola, cunhado de S. Exa., quem declarou ao jornal venezuelano "La Esfera" que não se poupará a esforços para derrubar o regime democrático e tomar o poder na crista de uma insurreição popular?[639].

No texto, o periódico adota um tom incisivo e irônico para inverter as acusações, reafirmando sua posição como defensor da democracia diante das ameaças que, segundo o editorial, vinham do próprio governo de João Goulart. O jornal afirma que "a democracia brasileira está ameaçada" e, em uma frase marcante, declara: "Se conspirar é lutar para defendê-la, sentimo-nos honrados em aceitar o qualificativo". Dessa forma, o texto busca legitimar a oposição ao governo, apresentando-a como um dever cívico. O Presidente é descrito como alguém que "promete a ditadura" ao afirmar que "só governando sozinho poderá resolver os problemas nacionais". Essa construção narrativa reforça a ideia de que o governo federal representava uma ameaça à estabilidade democrática, enquanto a oposição era retratada como a única força comprometida com a ordem e a legalidade.

Além disso, o texto destaca o papel de Leonel Brizola, cunhado de Goulart, como um dos principais instigadores do suposto perigo à democracia. Atribui-se a Brizola a declaração de que não pouparia esforços para "derrubar o regime democrático e tomar o poder na crista de uma insurreição popular", publicada no jornal venezuelano *La Esfera*. Essa citação reforça a retórica de que a ameaça comunista estava próxima e era alimentada por figuras próximas ao Presidente. O editorial, portanto, utiliza uma combinação de ironia, críticas econômicas e denúncias de intenções autoritárias para mobilizar os leitores contra o governo Goulart. Esse discurso, emoldurado pelo contexto de polarização política e pela escalada do anticomunismo, reflete como a imprensa, especialmente o *Estadão*, atuava não apenas como observadora, mas como participante ativa no cenário político.

No caso do *Jornal do Brasil*, a relação entre o assassinato de Kennedy e a política externa brasileira foi explorada com um tom mais equilibrado, mas igualmente crítico. Antes

[639] Idem. Grifos meus.

do evento, o jornal destacou tensões nas relações bilaterais, como no editorial "Franqueza Final"[640], que analisava a postura ambígua de Goulart em relação à Aliança para o Progresso, associando-a à influência de Leonel Brizola. Essa crítica antecipava a preocupação com a continuidade da política externa americana após a tragédia.

> Se isso chegar a acontecer, dois países carregarão nas costas a responsabilidade histórica do fracasso da Aliança: os Estados Unidos da América do Norte e os Estados Unidos do Brasil. [...] Foi essa crise que levou o Presidente João Goulart a omitir, de forma significativa e hostil, qualquer definição política e pública da atitude do governo brasileiro sobre a Aliança. [...] A segunda franqueza – e esta é bem mais lealmente amiga – é a de que será inútil tentar fazer progredir o Programa da Aliança sem normalizar-se relações com o Brasil. [...] A Aliança só se salvará livrando-se, ao mesmo tempo, do realismo burguês de curta visão e do isolacionismo brizolo-janguista[641].

O *Jornal do Brasil* adota uma postura ambígua, pois, ao mesmo tempo em que aponta a responsabilidade de Washington, também denuncia o "isolacionismo brizolo-janguista", caracterizando a política externa brasileira como míope e desarticulada. A expressão "realismo burguês de curta visão" serve como crítica às limitações do próprio modelo da Aliança, denunciando uma falta de profundidade e compromisso com as transformações estruturais necessárias no continente. Ao destacar que "a Aliança só se salvará livrando-se, ao mesmo tempo, do realismo burguês de curta visão e do isolacionismo brizolo-janguista", o editorial reforça a necessidade de ajustes no programa, mas também expõe a divisão interna na política brasileira e as tensões crescentes entre diferentes visões de desenvolvimento regional. Esse discurso do *Jornal do Brasil* reflete tanto a preocupação com a deterioração das relações Brasil-EUA quanto um chamado à ação para que os dois países retomem um papel de protagonismo no contexto hemisférico.

Em 19 de novembro, a visita de Averell Harriman foi explorada no editorial "Nova tentativa"[642], que sublinhava a necessidade de cooperação entre Brasil e EUA, mas também criticava a postura de ambos os governos.

> Está no país o Sr. Averell Harriman, enviado especial do Governo norte-americano e com credenciais bastantes, sob todos os pontos de vista, para contatos efetivos com o Governo brasileiro.[...] A estada do Sr. Harriman abre perspectivas para a retomada do diálogo entre os dois países, diálogo que teve impulso quando da gestão do Ministro San Tiago Dantas na Pasta da Fazenda.[...] Infelizmente, até o momento, as tentativas de recolocar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos em plano normal e regular não foram felizes[643].

---

[640] "Franqueza Final", *Jornal do Brasil*, 16 de novembro de 1963, p.6, editorial.
[641] Idem.
[642] "Nova tentativa", *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1963, p.6, editorial.
[643] Idem.

O *Jornal do Brasil*, em sua análise sobre a visita do enviado especial norte-americano Averell Harriman ao Brasil, destaca o potencial de sua presença como uma oportunidade para reestabelecer o diálogo entre os dois países. A escolha de Harriman, descrito como uma figura altamente qualificada e experiente, é vista como um indicativo do interesse do governo norte-americano em avançar nas relações bilaterais. O editorial relembra o momento de aproximação ocorrido durante a gestão de San Tiago Dantas na pasta da Fazenda, quando o diálogo entre Brasil e Estados Unidos experimentou um breve período de entendimento. No entanto, o texto também reconhece que as tentativas subsequentes de normalizar as relações bilaterais não foram bem-sucedidas, sugerindo que persistem entraves políticos e econômicos que dificultam a retomada de uma parceria mais produtiva.

A visita de Harriman é apresentada como um marco potencial para superar essas dificuldades, mas o *Jornal do Brasil* adota um tom cauteloso ao ponderar que a normalização efetiva ainda depende de esforços concretos de ambas as partes. Essa análise reflete a expectativa de que o Brasil e os Estados Unidos possam encontrar um terreno comum para cooperação, sobretudo em um contexto de crescentes desafios hemisféricos e divergências ideológicas.

Já no dia 21 de novembro, o texto "Subversão por cima"[644] relacionou a crise interna brasileira à política externa, sugerindo que o programa de reformas de Goulart poderia desestabilizar ainda mais as relações bilaterais. Esse discurso preparou o terreno para a cobertura posterior ao assassinato, que combinaria lamento pela perda de Kennedy com reflexões sobre a fragilidade das relações hemisféricas.

> No Governo, isto é, no Poder, e na Oposição, ao mesmo tempo, **o Presidente Goulart se apresenta como candidato a ditador, aspirante eterno a novos poderes.** [...] O programa de reformas vago e inviável é a **plataforma ideal do candidato à ditadura.** [...] **O programa do aspirante à Ditadura** situa o Presidente completamente à margem de qualquer responsabilidade pelo que vem acontecendo em matéria de inflação e caos. [...] **O JORNAL DO BRASIL é pela manutenção das instituições. E adverte: quem sair da legalidade perde a proteção da legalidade**[645].

O *Jornal do Brasil* claramente abandona o equilíbrio que, em outras ocasiões, buscava adotar, especialmente no que diz respeito à figura de João Goulart. O jornal assume uma posição crítica contundente, retratando o Presidente como alguém que simultaneamente ocupa o papel de governante e opositor, em uma tentativa de se esquivar de responsabilidades e consolidar um projeto autoritário. A associação entre o programa de reformas proposto por Goulart e a

[644] "Subversão por cima", *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1963, p.6, editorial.
[645] Idem. Grifos meus.

"plataforma ideal do candidato à ditadura" reflete uma desconfiança explícita em relação às suas intenções políticas.

A postura do jornal, ao afirmar que "quem sair da legalidade perde a proteção da legalidade", vai além de uma simples crítica; é um alerta direto, quase um ultimato, em defesa das instituições democráticas. Ao contrário de editoriais que buscavam interpretar os movimentos de Goulart de forma mais ponderada, aqui o *Jornal do Brasil* deixa clara sua oposição a qualquer desvio autoritário, alinhando-se com setores que temiam que as reformas propostas fossem uma cortina de fumaça para um golpe presidencial. Esse discurso também evidencia uma preocupação com o impacto do governo sobre a inflação e o caos administrativo, atribuindo a Goulart a responsabilidade por essa situação, enquanto reforça a necessidade de preservar a legalidade como um princípio fundamental para evitar rupturas institucionais. Assim, o editorial se posiciona como defensor ferrenho das instituições, mas não esconde sua descrença e oposição ao governo vigente.

O *Última Hora*, por sua vez, adotou uma abordagem distinta, marcada pelo alinhamento ao governo Goulart e uma narrativa mais conciliatória. Antes do assassinato, a matéria "Jango e Harriman: Paz no 'front' das divergências"[646] destacou os esforços de Goulart para manter uma relação diplomática funcional com os EUA, mesmo diante de críticas à Aliança para o Progresso.

> O certo é que o encontro contentou as duas partes e, nesse detalhe, serviu exatamente ao interêsse que néle tinha o Sr. João Goulart, para quem uma série de medidas administrativas de seu Govêrno, a serem executadas imediatamente — e a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros está entre elas — não deve e não pode servir de elemento ou pretexto de deterioração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. [...] Foi Harrimann quem tocou na marcha das relações entre os dois países, ao se referir à diversidade de pontos de vista manifestados pelos representantes brasileiros e norte-americanos durante a reunião do CIES. Como resposta, ouviu de Jango a manifestação de desconfiança dos brasileiros para com a 'Aliança Para o Progresso', cujo programa de desenvolvimento falhara 'in limine' na América Latina[647].

No *Última Hora*, a cobertura do encontro entre João Goulart e Averell Harriman adota um tom pragmático ao destacar a tentativa de preservação das relações entre Brasil e Estados Unidos, mesmo diante de divergências significativas. O texto enfatiza que o encontro "contentou as duas partes", sinalizando que Goulart buscava, estrategicamente, evitar que medidas como a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros se tornassem elementos catalisadores para uma deterioração ainda maior das relações bilaterais.

---

[646] "Jango e Harrimann: Paz no "Front" Das Divergências", *Última Hora*, 20 de novembro de 1963, p.4, coluna.
[647] Idem.

O jornal sublinha também a menção de Harriman à "diversidade de pontos de vista" entre os representantes brasileiros e norte-americanos, especialmente nas discussões no CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social). Essa diversidade reflete um cenário de desconfiança e desacordos, explicitados na crítica de Goulart à Aliança para o Progresso, descrita como um programa que "falhara in limine" na América Latina. Essa visão ressalta a frustração de Brasília e de outros países da região com a incapacidade da iniciativa de atender às reais demandas de desenvolvimento.

O editorial destaca o esforço de Goulart em equilibrar suas posições críticas com a manutenção de um diálogo diplomático, evidenciando o papel do Brasil em resistir às pressões externas, mas sem romper completamente com os canais de negociação hemisférica. Essa abordagem reflete a complexa estratégia do governo brasileiro de afirmar sua autonomia política enquanto gerenciava as tensões ideológicas e econômicas com Washington. Próxima a esta, outra matéria "Brasil não recusou nem recebeu ajuda soviética"[648] refutou rumores sobre um suposto alinhamento com Moscou, evidenciando a preocupação do jornal em defender a neutralidade do governo brasileiro na Guerra Fria.

> **TELEGRAMAS procedentes dos Estados Unidos informam que um correspondente americano baseado no Brasil noticiou a recusa pelo Govêrno brasileiro de um plano de ajuda soviético**, no montante de um bilhão de dólares, pelo qual seriam fornecidos equipamentos para exploração de petróleo, fábricas completas de bens de capital, aviões Illiushin e outros produtos. O pagamento seria feito em minério de ferro. **Na realidade, não há qualquer oferta nas bases noticiadas pelo jornalista, e muito menos recusa por parte do Brasil.** [...] A União Soviética tem feito vários oferecimentos de equipamentos de toda espécie, inclusive um complexo industrial, formado de pequenas unidades semielaboradoras em torno de uma grande fábrica para a extração de óleo de babaçu, a se localizar no Maranhão. Usinas hidro e termelétricas têm sido também ofertadas, bem como equipamento para exploração e refino de petróleo, além de fábricas para esses equipamentos. As possibilidades são enormes e um bilhão de dólares seriam insuficientes para cobrir as ofertas russas. [...] **Essa ajuda, se assim se quiser chamar o desenvolvimento dessas transações, será feita, no entanto, dentro dos têrmos do Acôrdo de Comércio e Pagamentos assinado entre os dois países, sem qualquer característica excepcional capaz de impressionar quem quer que seja. Quanto à recusa do Govêrno brasileiro, não existe.** Cada oferecimento é analisado especificamente, estando a maioria das ofertas soviéticas em fase de estudo sem qualquer decisão até o momento pelos órgãos competentes do Govêrno[649].

O texto destaca a amplitude das possibilidades apresentadas pela União Soviética, que incluem desde fábricas de bens de capital até usinas hidrelétricas e termelétricas, além de equipamentos para a extração de petróleo. No entanto, o *Última Hora* enfatiza que essas

[648] "Brasil não recusou nem recebeu ajuda", *Última Hora*, 20 de novembro de 1963, p.4, notícia.
[649] Idem. Grifos meus.

transações seguem os termos do Acordo de Comércio e Pagamentos firmado entre os dois países, sem características excepcionais ou extraordinárias.

O jornal adota uma posição de cautela, ao afirmar que todas as propostas estão sendo analisadas caso a caso pelos órgãos competentes, sem qualquer decisão definitiva até o momento. Essa abordagem reflete o esforço do Brasil em manter uma política externa equilibrada, analisando as ofertas dentro de uma lógica pragmática de desenvolvimento econômico, sem se alinhar automaticamente a um dos blocos da Guerra Fria. A reportagem desmonta, assim, as narrativas que poderiam sugerir alinhamento ideológico ou rejeições categóricas em função de pressões externas, reforçando a autonomia das decisões governamentais.

Em 22 de novembro, o discurso de Goulart sobre a paz foi publicado com destaque, enfatizando a importância das reformas sociais como prioridade. Essa abordagem contrastava com o tom mais alarmista dos outros jornais, que enfatizaria a continuidade das relações bilaterais e a necessidade de diálogo, após a tragédia.

> **A paz desejada pelos setores antirreformistas da Nação é para atender aos interêsses das minorias, enquanto a paz que nós queremos é para atender aos interêsses de todo o povo brasileiro.** [...] Nada adianta produzirmos aço e mais aço, tecidos e mais tecidos, se o povo não pode participar da riqueza nacional. **As estruturas atendem às pequenas minorias à custa do trabalho e do sacrifício das grandes maiorias.** [...] Não pode ser intocável uma Constituição que, hoje, já não atende aos interêsses mais legítimos do povo. Não compreendemos que apenas 2% da população seja proprietária de mais de 50% da área cultivável do País. [...] A regulamentação da remessa de lucros será feita não para atender a outros interêsses que não sejam os interesses do povo. **Não temos prevenção contra capitais estrangeiros, mas temos o direito de defender o nosso capital e defender o povo brasileiro**[650].

Esse discurso, fortemente marcado por uma retórica reformista, evidencia uma crítica contundente às desigualdades estruturais do Brasil e ao impacto das elites econômicas na definição das prioridades nacionais. A oposição traçada entre os interesses das minorias privilegiadas e os da maioria da população estabelece o tom de um embate político que transcende a mera retórica: trata-se de um apelo por mudanças profundas nas estruturas econômicas, políticas e sociais do país. A declaração confronta a ideia de progresso que exclui a maioria da população.

O texto ainda aborda a questão constitucional, desafiando a sacralidade da Carta Magna ao afirmar que ela já não responde às demandas legítimas do povo. A regulamentação da

[650] "Jango: - Quero Paz Que Atenda a Todos os Brasileiros", *Última Hora*, 22 de novembro de 1963, p.4, notícia. Grifos meus.

remessa de lucros, nesse contexto, é descrita como uma medida soberana, orientada não contra o capital estrangeiro em si, mas em defesa do interesse nacional e da população brasileira. Em última instância, o discurso é um chamado à justiça social, conectando as reformas estruturais a um ideal maior de soberania e inclusão. Ao contrastar as visões de "paz" — a desejada pelas elites e a reivindicada pelo povo —, estabelece-se uma divisão ideológica que articula a luta por mudanças como um compromisso com a democracia e a dignidade coletiva.

Após o assassinato, o *Última Hora* destacou o impacto simbólico da morte de Kennedy, mas evitou usá-la para criticar diretamente o governo brasileiro. Na notícia "Mártir da liberdade", o jornal exaltou Kennedy como um "baluarte contra as forças tenebrosas", mas vinculou sua morte à necessidade de continuar o diálogo e a cooperação hemisférica. Ao contrário de outros periódicos, o *Última Hora* não sugeriu que a tragédia evidenciava falhas do governo Goulart, mas focou na continuidade de sua política externa, como demonstrado na cobertura do chanceler Araújo Castro, que representou o Brasil nas homenagens a Kennedy nos EUA. Essa linha editorial, embora alinhada ao governo, também silenciou sobre questões mais críticas, como as tensões internas e a resistência da oposição, destacando-se como um exemplo de discurso que privilegiava a manutenção da legitimidade governamental em um momento de comoção internacional.

> **A morte do Presidente John Kennedy cobre de luto a humanidade inteira.** Em todos os recantos do mundo, do leste como do oeste, a notícia repercute entre expressões de incredulidade, de espanto, de dor e de indignada condenação no crime. [...] **Os brasileiros sentiram-se profundamente abalados com a morte do jovem Presidente dos Estados Unidos. Kennedy representou sempre, para nós, a viabilidade do diálogo, do entendimento acima de todas as dificuldades.** [...] Instintivamente, o povo brasileiro via em Kennedy um baluarte contra as forças tenebrosas que desejam a guerra, a discriminação entre os homens e a perpetuação da exploração. [...] **Sejam quais forem essas consequências, resta esperar, neste instante de consternação, que o crime de Dallas venha galvanizar o povo americano para uni-lo, como uma força invencível, contra os ateadores de ódios e de guerras que pretendem desviar a grande nação irmã do seu destino de paz e liberdade**[651].

A morte de John F. Kennedy, lamentada com profundidade em editoriais como este, evidencia não apenas o impacto global de sua perda, mas também a maneira como sua figura foi idealizada como um símbolo de diálogo e progresso, especialmente em países como o Brasil. A comoção transcende fronteiras e torna-se uma expressão de solidariedade universal, que reflete a percepção de Kennedy como um líder comprometido com a paz, a justiça e a igualdade.

[651] "Mártir da Liberdade", *Última Hora*, 23 de novembro de 1963, capa, notícia. Grifos meus.

Além disso, o texto explora o potencial unificador da tragédia. A esperança de que o "crime de Dallas" pudesse galvanizar os Estados Unidos em torno da liberdade e da paz destaca uma visão otimista e idealista do papel da liderança em momentos de crise. Assim, a narrativa não apenas lamenta a perda, mas também exorta o fortalecimento da unidade americana contra as ameaças à democracia e aos valores que Kennedy simbolizava. No contexto da Guerra Fria e das tensões hemisféricas, o editorial também reflete o desejo de que a diplomacia e a paz, valores associados ao legado de Kennedy, prevaleçam sobre os conflitos e polarizações, reafirmando um vínculo entre o Brasil e os Estados Unidos como "nações irmãs" comprometidas com um destino comum de liberdade.

Alguns dias depois, o *UH* traz a notícia de que a "Política de Kennedy será mantida"[652], que enfatiza o compromisso de Lyndon Johnson com a continuidade da política externa americana, uma notícia que serve como contraponto às incertezas expressas por outros periódicos.

> O Presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em mensagem de agradecimento as condolências de Nikita Krushev, assinala que se dispõe a se a seguir a política de Kennedy, no sentido de melhorar as relações com todos os países[653].

No dia seguinte, "Araújo Castro nos EUA: Sondagens"[654] relata a percepção brasileira sobre o novo governo americano, destacando as preocupações do Itamaraty com uma possível mudança de postura em relação à América Latina.

> O Chanceler Araújo Castro representa o Presidente João Goulart, mas leva em mente o ambiente de anseio que cobre o governo dos Estados Unidos, suas tendências e sua posição frente a problemas que nos dizem respeito diretamente.[...] O Sr. Lyndon Johnson é muito mais aproximado aos grupos econômicos que faziam oposição ao Presidente Kennedy — os grupos de Wall Street — do que dos que o prestigiavam, o chamado grupo de Middle East. [...] Conservador da linha mais extremada, foi apresentado ao lado de Kennedy para angariar as simpatias dos sulistas. Racista, manteve posição discreta a esse respeito, enquanto o Presidente Kennedy lutava pela integração racial. [...] Segundo informações chegadas ao Itamarati, o clima é de grande expectativa na América Latina quanto ao novo governo dos Estados Unidos. [...] A impressão dominante nos meios diplomáticos é a de que haverá um retorno à política de isolamento e intolerância com as nações latinas[655].

Embora a *Última Hora* reconheça os desafios no cenário interamericano, o jornal silencia sobre possíveis falhas ou contradições na política de Goulart, reforçando uma narrativa otimista e alinhada ao governo. Esse enfoque revela não apenas uma tentativa de legitimar a

[652] "Política de Kennedy será mantida", *Última Hora*, 26 de novembro de 1963, capa, notícia.
[653] Idem.
[654] "Araújo Castro nos EUA: Sondagens", *Última Hora*, 26 de novembro de 1963, p.4, notícia.
[655] Idem.

administração, mas também uma estratégia de suavizar tensões em um momento de grande incerteza global.

Após o assassinato, o *Estadão* adotou um tom de lamento que reforçava a idealização de Kennedy como líder do "mundo livre". Em 23 de novembro publicou um editorial com título em inglês, "His Soul Goes Marching On"[656], o jornal exaltou a Aliança para o Progresso como uma "grandiosa e humana ideia", contrastando-a com a suposta ineficácia do governo brasileiro em aproveitar as oportunidades oferecidas por ela. A tragédia foi usada para criticar a falta de alinhamento do Brasil com os valores do Ocidente, enquanto o legado de Kennedy foi instrumentalizado para reforçar a narrativa de que o país estava se afastando de suas "tradições democráticas".

> Morreu vítima das balas disparadas por um desvairado criminoso. **Sua nação e todas as nações amigas, entre elas o Brasil, tardarão muito para se recuperarem do tremendo choque que sofreram diante do desaparecimento inesperado e trágico do jovem líder do mundo livre.** [...] John **Kennedy foi também um visionário das novas fronteiras**. [...] Tinha o **espírito dos pioneiros** e quis abrir novos caminhos humanos na floresta selvagem dos estúpidos preconceitos dos homens. [...] Por essa razão, **foi combatido pelas duas minorias extremistas, ambas reacionárias, ambas interessadas [...] na manutenção do atraso cultural e social deste Continente**[657].

Kennedy é exaltado como um visionário, um pioneiro que buscava romper com as barreiras impostas por "estúpidos preconceitos" e que se dedicava à transformação social e cultural do hemisfério. O texto enfatiza sua luta contra as forças reacionárias que se opunham à mudança e que, segundo o editorial, habitavam tanto a extrema direita quanto a extrema esquerda. Essas minorias, descritas como "interessadas [...] na manutenção do atraso cultural e social deste Continente", simbolizam os obstáculos que o Presidente enfrentou em sua busca por um futuro mais justo e inclusivo. Ao apresentar Kennedy como uma figura que desafiava o status quo e buscava "abrir novos caminhos humanos", o editorial conecta sua liderança aos anseios de modernização e justiça social do próprio Brasil na época. A tragédia de sua morte não apenas interrompe essa trajetória, mas também simboliza o desafio contínuo enfrentado pelas democracias do continente: superar os interesses retrógrados em prol de um progresso coletivo.

Essa narrativa coloca Kennedy como um símbolo das "novas fronteiras", um líder comprometido com a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos, cujos ideais permanecem relevantes mesmo após sua morte. O texto conclui, implicitamente, com uma convocação para que os povos democráticos honrem seu legado, resistindo às forças

[656] "His Soul Goes Marching On", *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1963, p.3, editorial.
[657] Idem. Grifos meus.

que ameaçam o avanço político e social. Nos dias seguintes, o *Estadão* manteve a crítica à política externa brasileira, lamentando a morte de Kennedy como um obstáculo para os esforços de cooperação hemisférica. Assim, a cobertura do jornal combinou comoção pela tragédia com uma análise que reiterava suas críticas ao governo de Goulart, revelando um discurso que priorizava a deslegitimação interna e externa da administração.

Em "Além da morte"[658], o jornal amplia a discussão, destacando as contribuições de Kennedy na Guerra Fria e sua defesa da Aliança para o Progresso, reafirmando indiretamente que o governo brasileiro desperdiçava as oportunidades oferecidas pelos Estados Unidos.

> Sob o estímulo da sua ação e da sua imaginação, o mundo livre tornou-se consciente de sua força e verificou o acerto do seu sistema, comprovado, aliás, pelas derrotas teatrais do sistema marxista. [...] **Sob a sua direção acertada, a guerra fria foi sustentada, mas as novas esperanças não poderão ser concretizadas na medida em que soubermos seguir para a frente pelos caminhos que ele abriu.** [...] John Kennedy governou apenas durante três anos e, neste breve tempo, levou os Estados Unidos a um nível nunca atingido de poderio militar, grandeza econômica e prestígio espiritual. [...] **John Kennedy**, ao contrário, vivia especialmente no presente, porque o amanhã depende do hoje, e porque **era, antes de tudo, humano**[659].

A abordagem humanista de Kennedy, ilustrada pela observação de que ele "vivia especialmente no presente", destaca seu pragmatismo e senso de urgência em relação às questões do momento, reconhecendo que "o amanhã depende do hoje". Essa perspectiva contrasta com a imagem de líderes ideológicos que se perdem em utopias futuras, enfatizando a capacidade de Kennedy de agir no aqui e agora para moldar o futuro. Por fim, o editorial sugere que o legado de Kennedy não está apenas em suas realizações tangíveis, mas também no "caminho que ele abriu". É uma convocação para que o mundo continue a trilhar as rotas de progresso e entendimento que ele iniciou, honrando sua memória por meio de ações que fortaleçam os ideais democráticos e a coesão entre as nações.

Após a tragédia, o *Jornal do Brasil* enfatizou o impacto global da morte de Kennedy, enquanto destacava as incertezas sobre a continuidade de sua política externa. No editorial "John F. Kennedy"[660], o jornal lamentou a perda de um líder que "demonstrou sempre uma compreensão muito especial em relação aos problemas da América Latina e do Brasil". Essa visão foi complementada por análises que expressavam apreensão sobre a capacidade de Lyndon Johnson de manter o equilíbrio entre os interesses hemisféricos.

> O ódio cego não poupou sequer o Mahatma, angelical pregador da não-violência. Não pouparia Kennedy, que também quis acabar com o sistema de 'párias' raciais em

[658] "Além da Morte", *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1963, p.3, editorial.
[659] Idem. Grifos meus.
[660] "John F. Kennedy", *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1963, p.6, editorial.

> território e povo dedicados à causa da liberdade e da igualdade. **[...] Somos todos culpados pela violência política, racial e ideológica que empesta a nossa pobre humanidade. [...] Essa pequena parcela da Humanidade chamada Brasil inclina-se em homenagem a um cidadão que, na política, servia à Razão**[661].

O editorial adota um tom autocrítico ao afirmar que "somos todos culpados pela violência política, racial e ideológica que empesta a nossa pobre humanidade". Essa frase coloca em perspectiva a responsabilidade coletiva pelos conflitos que afligem o mundo, incluindo o Brasil. Assim, o texto conecta a tragédia da morte de Kennedy a uma reflexão global e nacional sobre os perigos do extremismo e da intolerância.

Por fim, ao afirmar que "essa pequena parcela da Humanidade chamada Brasil inclina-se em homenagem a um cidadão que, na política, servia à Razão", o jornal reconhece a admiração dos brasileiros por Kennedy e sua visão de mundo. Ele é retratado como um líder racional e visionário, comprometido com valores universais de liberdade e igualdade. O editorial, portanto, vai além da simples consternação, apresentando a morte de Kennedy como um alerta contra a violência e um apelo à renovação dos valores democráticos.

Em outro editorial, o *Jornal do Brasil* fez da morte de Kennedy um ponto de partida para criticar a falta de clareza na política externa de Goulart, sugerindo que o Brasil precisava adotar uma postura mais coerente para se alinhar ao legado deixado pelo Presidente americano. Assim, embora evitasse ataques diretos ao governo brasileiro, o jornal usou o contexto da tragédia para reforçar sua visão de que a política externa nacional deveria buscar maior alinhamento com os valores democráticos e de cooperação.

> **Ainda é cedo para prever as consequências do brutal acontecimento do Texas na política interna do Brasil, influenciada pelo desenvolvimento de alguns problemas de projeção internacional.** [...] Auxiliares do Sr. João Goulart não escondem o receio de que o Vice-Presidente Lyndon Johnson, embora homem do mesmo partido, não possua a mesma habilidade de Kennedy para equilibrar os interesses em relação aos problemas globais de desenvolvimento dos países latino-americanos[662].

O assassinato de John F. Kennedy não apenas causou um impacto profundo no cenário internacional, mas também gerou incertezas sobre suas repercussões na política interna de diversos países, incluindo o Brasil. O trecho destacado demonstra como a transição repentina de poder nos Estados Unidos trouxe apreensão aos círculos políticos brasileiros, especialmente em relação à capacidade do Vice-Presidente Lyndon Johnson de manter o equilíbrio que Kennedy havia alcançado nos interesses hemisféricos.

---

[661] Idem. Grifos meus.
[662] "Morte de Kennedy causa apreensões no Govêrno", *Jornal do Brasil*, 23 de novembro de 1963, p.6, editorial. Grifos meus.

A observação de que "auxiliares do Sr. João Goulart não escondem o receio" quanto à habilidade de Johnson evidencia a fragilidade percebida das relações interamericanas diante de um contexto de mudanças na liderança norte-americana. Kennedy era visto como um defensor de políticas que buscavam conciliar os interesses dos Estados Unidos com os desafios do desenvolvimento latino-americano, especialmente através de iniciativas como a Aliança para o Progresso. A incerteza sobre a continuidade desse compromisso amplificava os temores de uma abordagem menos diplomática e mais centrada nos interesses imediatos dos EUA sob a administração de Johnson.

Esse cenário sublinha a interdependência entre a política externa brasileira e os desdobramentos no plano internacional. As preocupações mencionadas refletem uma percepção de vulnerabilidade que dominava a conjuntura brasileira, especialmente em um momento de instabilidade política interna e pressões externas intensificadas pela Guerra Fria. Assim, a tragédia do Texas transcendeu as fronteiras norte-americanas, reverberando de maneira significativa nas relações hemisféricas e nos debates políticos do Brasil.

Em "Lugar na história"[663], o *Jornal do Brasil* critica tentativas de reescrever a imagem de Kennedy para fins políticos, defendendo que seu legado seja preservado de forma autêntica. Essa postura revela um interesse em manter a cooperação hemisférica alinhada aos ideais de Kennedy, mas com cautela quanto a interferências externas ou uso indevido de sua memória.

> Começam a surgir as primeiras tentativas para criar uma imagem de John Kennedy. [...] A tentativa de reescrever John Kennedy e fixar uma imagem [...] conveniente aos interesses políticos do dia de uma facção, é o maior desrespeito que se poderá cometer contra a memória do jovem Presidente. [...] Kennedy está muito vivo ainda em sua ação e em suas palavras para que admitamos, sem reação viril, a tentativa de construção de uma imagem falsa. [...] Menos admissível será ainda a tentativa de usar as circunstâncias trágicas de sua morte para fins internos de sentido político falso[664].

A crítica se fundamenta na premissa de que Kennedy, em suas ações e discursos, ainda está "muito vivo", o que torna inadmissível qualquer manipulação de seu legado para objetivos políticos oportunistas. A menção a uma "reação viril" sugere a necessidade de preservar sua imagem genuína como um líder comprometido com causas globais, especialmente no contexto da Guerra Fria e da Aliança para o Progresso, que marcou suas relações com a América Latina.

Além disso, o texto reforça que usar "as circunstâncias trágicas de sua morte para fins internos de sentido político falso" seria ainda mais condenável. Essa afirmação reflete uma preocupação ética com o uso da tragédia para ganhos políticos momentâneos, um tema

[663] "Lugar na história", *Jornal do Brasil*, 24 e 25 de novembro de 1963, p.3, editorial.
[664] Idem.

especialmente relevante no Brasil da época, marcado por crises internas e debates polarizados sobre o alinhamento com os Estados Unidos. O editorial posiciona-se como um defensor da integridade histórica e moral, ressaltando a necessidade de honrar a memória de Kennedy sem manipulações que comprometam sua verdadeira contribuição ao mundo.

Por fim, no editorial "Brasil x EUA (I)"[665], o jornal analisa a posição de Lyndon Johnson e aponta a necessidade de o Brasil aproveitar o momento para fortalecer sua relação com os EUA, mas sem renunciar a seus próprios interesses nacionais. Essa abordagem balanceada evidencia as preocupações do jornal com o cenário pós-Kennedy, mas também silencia sobre as divisões internas que afetavam a política externa brasileira.

> No sinal pioneiro do começo, com que o Presidente Kennedy anunciou a tomada de posição do Governo dos Estados Unidos na reformulação do destino continental, o Presidente Lyndon Johnson responde [...] com a mensagem de consagração e de esperança do continuemos. [...] Tanto no seu pronunciamento perante o Congresso, como nas declarações que dirigiu aos representantes de 19 repúblicas latino-americanas, o novo Presidente dos Estados Unidos timbrou em marcar os seus propósitos de fidelidade às crenças e à política do seu antecessor. [...] Reiterou Lyndon Johnson os princípios básicos que se encerram na Aliança para o Progresso [...] o da autodeterminação dos povos sob o signo da representação autêntica; o da garantia às liberdades democráticas [...] o do direito à justiça social [...] e o princípio do desenvolvimento econômico, nos termos de um programa de cooperação multilateral objetivo e realista. [...] O Presidente Johnson deu a medida da importância que empresta a esses compromissos da doutrina Kennedy, procurando reafirmá-los sem perda de tempo e, prioritariamente, aos representantes das nações latino-americanas. [...] Sabemos agora que o diálogo poderá prosseguir no mesmo tom e dentro das mesmas premissas de entendimento e de cooperação para o progresso que interessa a todos[666].

O texto elogia Johnson por reafirmar, sem demora, os pilares da doutrina Kennedy, como a autodeterminação dos povos, a representação democrática autêntica, a garantia das liberdades democráticas, a justiça social e o desenvolvimento econômico por meio da cooperação multilateral. Essa postura é interpretada como um sinal de compromisso com os interesses hemisféricos e um esforço para assegurar a continuidade de um diálogo produtivo com as nações latino-americanas. A análise do jornal ressalta o tom de confiança no futuro das relações interamericanas, sustentado por uma transição que não rompe com os valores e projetos centrais iniciados por Kennedy. A expressão de Johnson de dar prioridade às relações com a América Latina é vista como um movimento estratégico e simbólico, indicando que o "diálogo poderá prosseguir no mesmo tom e dentro das mesmas premissas de entendimento e de cooperação para o progresso".

---

[665] "Brasil x EUA (I)", *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1963, p.6, editorial.
[666] Idem.

O editorial reflete otimismo com a capacidade de Johnson de manter as metas estabelecidas por seu antecessor, reafirmando a relevância da Aliança para o Progresso como um instrumento de integração regional e progresso socioeconômico. Ao mesmo tempo, projeta a continuidade de um alinhamento político e econômico que reforça os laços entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

A morte de John F. Kennedy em 22 de novembro de 1963, um evento de impacto global, também ressoou profundamente na política externa brasileira, intensificando os debates sobre o alinhamento do país no contexto hemisférico e suas relações com os Estados Unidos. A tragédia foi interpretada por diferentes veículos da imprensa brasileira de maneiras que refletem suas visões editoriais e alinhamentos políticos, ao mesmo tempo que permitiu uma reavaliação da postura do Brasil frente à política externa independente (PEI).

Enquanto *O Estado de S. Paulo* aproveitou o episódio para reiterar críticas à gestão de João Goulart, enfatizando a suposta incapacidade do governo de alinhar-se ao Ocidente e maximizar os benefícios da Aliança para o Progresso, sua abordagem também reforçou o discurso anticomunista, apresentando a PEI como um perigoso desvio que isolava o Brasil das democracias liberais. *Última Hora*, por outro lado, priorizou a narrativa da continuidade diplomática e da necessidade de diálogo entre Brasil e Estados Unidos, enquanto combatia diretamente insinuações de alinhamento do governo Goulart com o bloco soviético, reafirmando a neutralidade da política externa brasileira. Já o *Jornal do Brasil* adotou uma abordagem mais cautelosa, lamentando a morte de Kennedy enquanto destacava a urgência de consolidar a relação bilateral em um momento de incerteza geopolítica, mas também expressava preocupação sobre os efeitos do extremismo político – tanto da esquerda quanto da direita – no futuro do hemisfério.

A cobertura jornalística revelou como a morte de Kennedy foi usada para projetar narrativas simbólicas que associavam a liderança do Presidente americano a valores de liberdade, progresso e democracia. Contudo, também evidenciou disputas internas na interpretação de seu legado e sobre o futuro das relações hemisféricas sob a liderança de Lyndon Johnson. O discurso anticomunista emergiu como uma lente importante na análise desses debates, com os jornais conservadores explorando a tragédia como um alerta contra as supostas ameaças que o comunismo representava para a ordem hemisférica, enquanto outros veículos buscavam dissociar o evento de insinuações alarmistas.

A política externa independente de João Goulart foi, nesse contexto, simultaneamente celebrada por sua neutralidade e criticada por sua suposta ineficácia. A postura do Brasil, que

buscava equilibrar as pressões da Guerra Fria sem renunciar à autodeterminação, foi interpretada pelos veículos analisados de maneira divergente, refletindo as divisões políticas internas e a instrumentalização do episódio de Dallas para reforçar narrativas já estabelecidas. O anticomunismo permeou esses discursos como um elemento estruturante, muitas vezes utilizado para deslegitimar a diplomacia de Goulart e justificar uma maior aproximação com os Estados Unidos.

Assim, o assassinato de John F. Kennedy, além de ser um marco trágico da história mundial, funcionou como um catalisador para debates sobre o papel do Brasil na política hemisférica. A análise das reações da imprensa ao evento evidencia não apenas a complexidade das relações Brasil-EUA, mas também as tensões intrínsecas a um país que buscava se posicionar de forma autônoma em um cenário global marcado por polarizações ideológicas e pelo fortalecimento de narrativas anticomunistas.

Ao longo deste capítulo, analisou-se como a Política Externa Independente, conduzida pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi interpretada e tensionada pela grande imprensa brasileira diante de quatro momentos marcantes da Guerra Fria: a invasão da Baía dos Porcos, a Conferência de Punta del Este, a Crise dos Mísseis e o assassinato de John F. Kennedy. Por meio da análise discursiva dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, buscou-se compreender como esses eventos internacionais foram mobilizados para refletir e construir narrativas sobre as políticas externa e interna do Brasil.

A invasão da Baía dos Porcos, em 1961, demonstrou como os jornais utilizaram diferentes *ethos* para legitimar suas posições. Enquanto *O Estado de S. Paulo* projetava uma autoridade moral baseada na defesa da ordem ocidental e no combate ao "comuno-nacionalismo", *Última Hora* se apresentava como voz crítica ao imperialismo e defensora da autodeterminação cubana. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, construiu um *ethos* de moderação e pragmatismo, tensionando os limites entre a neutralidade ativa da PEI e as pressões hemisféricas.

Na Conferência de Punta del Este, em 1962, a construção discursiva tornou-se ainda mais sofisticada. O conceito de cenografia, como definido por Dominique Maingueneau, revela como cada jornal construiu cenários argumentativos distintos. *O Estado de S. Paulo* moldou uma narrativa em que o Brasil deveria assumir um papel alinhado ao bloco ocidental para proteger a estabilidade regional. Em contraste, *Última Hora* representou a atuação de San Tiago Dantas como uma reafirmação do protagonismo brasileiro em defesa da soberania e da

democracia. Já o *Jornal do Brasil* explorou uma cenografia em que o Brasil era mediador entre os extremos ideológicos, tentando evitar a radicalização das relações hemisféricas.

A Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, e o assassinato de John F. Kennedy, em 1963, ampliaram o uso de silenciamentos estratégicos nas narrativas jornalísticas. A crise nuclear foi utilizada para reforçar discursos que, embora aparentassem neutralidade, frequentemente ocultavam tensões internas, como o impacto das escolhas de política externa de Goulart na estabilidade do governo. O assassinato de Kennedy, por sua vez, tornou-se um símbolo que os jornais usaram para sustentar agendas conflitantes: enquanto *O Estado de S. Paulo* destacava a perda de um aliado importante para as democracias ocidentais, *Última Hora* sublinhava as falhas do modelo político que Kennedy representava, e *Jornal do Brasil* equilibrava uma reflexão sobre a legitimidade das políticas hemisféricas com a busca por uma transição ordenada no sistema interamericano.

Esses eventos evidenciaram que a cobertura da PEI pela grande imprensa não apenas refletiu os acontecimentos internacionais, mas os transformou em arenas discursivas que tensionavam as divisões políticas e sociais do Brasil. Por meio de escolhas discursivas como o silenciamento de determinados aspectos e a amplificação de outros, os jornais desempenharam um papel ativo na construção de sentidos.

Ao final, este capítulo demonstrou que a análise discursiva, com atenção a elementos como *ethos*, cenografia e silenciamento, permitiu compreender como os eventos internacionais foram ressignificados pela grande imprensa para refletir na Política Externa Independente. Os jornais mobilizaram categorias como soberania, alinhamento e democracia para legitimar ou criticar as decisões do governo, moldando as percepções públicas sobre o papel do Brasil no cenário global. Ao tensionar as fronteiras entre política externa e interna, a imprensa contribuiu para a construção simbólica da PEI e para a articulação das disputas ideológicas que culminariam no golpe de 1964.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu da seguinte problemática central: como a Política Externa Independente (PEI), adotada pelo Brasil entre 1961 e 1964, foi representada pela imprensa no contexto da Guerra Fria? E, mais especificamente, de que maneira o discurso anticomunista, amplamente veiculado no período, foi mobilizado para além de seu significado ostensivo de combate ao comunismo, mascarando interesses políticos, econômicos e estratégicos subjacentes?

Para responder a essas questões, o objetivo principal desta tese foi analisar como os periódicos *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* narraram os eventos relacionados à PEI, destacando convergências e divergências em suas abordagens discursivas. Entre os objetivos específicos, buscou-se compreender como os jornais construíram narrativas capazes de influenciar a opinião pública, relacionando a política externa ao contexto nacional e internacional, marcado pela polarização ideológica da Guerra Fria e pela ascensão do anticomunismo no Brasil.

Ao longo dos capítulos, a pesquisa explorou a evolução da PEI e as trajetórias dos atores políticos responsáveis por sua formulação, como Jânio Quadros, João Goulart e seus chanceleres. Além disso, utilizou um roteiro de eventos nacionais e internacionais para examinar como a imprensa conectou a política externa às dinâmicas internas do Brasil e às tensões globais. Por meio da análise de discurso, investigaram-se os sentidos explícitos e implícitos presentes nos editoriais e matérias jornalísticas, evidenciando tanto as mensagens explícitas quanto os silenciamentos estratégicos que construíram as representações da PEI.

Com base nesse percurso, a pesquisa revelou aspectos centrais que corroboram a hipótese apresentada, os quais serão detalhados a seguir, estruturados em três dimensões principais: as motivações subjacentes mascaradas pelo discurso anticomunista, as variações entre os jornais e os elementos concretos que sustentaram a mobilização desse discurso.

A análise conduzida nesta pesquisa revelou que o discurso anticomunista prevalecente entre 1961 e 1964 foi amplamente utilizado como uma ferramenta para mascarar motivações subjacentes de ordem política, econômica e estratégica. No plano político interno, o anticomunismo serviu para deslegitimar reformas propostas pelo governo João Goulart, como as Reformas de Base, que buscavam redistribuir terras, ampliar o acesso à educação e fortalecer a soberania econômica do Brasil. Embora concebidas como medidas estruturais para reduzir desigualdades, essas reformas foram enquadradas pela imprensa conservadora, especialmente

O Estado de São Paulo, como uma ameaça comunista, desviando a atenção das reais intenções reformistas e fomentando temores sobre um suposto avanço do comunismo no país.

No campo econômico, o discurso anticomunista mascarou tensões relacionadas à autonomia brasileira na formulação de políticas de desenvolvimento. A PEI, ao propor o reatamento de relações com países socialistas e a ampliação de mercados internacionais livres de alinhamentos ideológicos, foi frequentemente retratada por setores da imprensa como um afastamento dos interesses ocidentais. Contudo, essa crítica encobria os receios das elites econômicas e comerciais, que temiam que o pragmatismo da PEI enfraquecesse a dependência histórica do Brasil em relação a potências como os Estados Unidos, ameaçando seus interesses consolidados.

No plano estratégico, o discurso anticomunista foi mobilizado para justificar ações voltadas ao reforço do alinhamento hemisférico do Brasil com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Eventos como a Conferência de Punta del Este foram retratados como momentos cruciais para a defesa da democracia e da ordem no continente, enquanto as posições de autonomia do Brasil foram frequentemente associadas a riscos ideológicos. Assim, o anticomunismo não apenas deslegitimava ações internas e externas do governo, mas também protegia interesses políticos e econômicos das elites nacionais e internacionais.

Os três jornais analisados — *Última Hora* (UH), *Jornal do Brasil* (JB) e *O Estado de São Paulo* (OESP) — apresentaram posturas distintas em relação ao discurso anticomunista, embora compartilhassem elementos comuns na mobilização desse discurso para justificar ou criticar aspectos da PEI.

O *Última Hora*, alinhado ao trabalhismo e tradicionalmente favorável a João Goulart, utilizava o discurso anticomunista de forma defensiva, buscando neutralizar as acusações de que a PEI era ideologicamente orientada. Apesar de seu apoio ao governo, o UH enfrentava dificuldades em confrontar diretamente os discursos mais agressivos contra Goulart, optando por legitimar a política externa como pragmática e de interesse nacional.

O *Jornal do Brasil*, inicialmente mais moderado, oscilou entre um apoio cauteloso e uma crítica velada à PEI, especialmente à medida que as tensões internas se intensificaram. O discurso anticomunista foi empregado para sinalizar desconfianças em relação às reformas internas de Goulart, refletindo uma posição de equilíbrio que gradualmente se inclinou contra o governo.

Já *O Estado de São Paulo* adotou uma postura consistentemente contrária à PEI e ao governo Goulart, utilizando o discurso anticomunista como ferramenta central para criticar não

apenas a política externa, mas também as ações internas do governo. O OESP frequentemente vinculava a aproximação com países socialistas e a retórica reformista de Goulart a uma suposta ameaça comunista, buscando mobilizar a opinião pública contra o governo.

Essas variações ilustram como o discurso anticomunista era adaptável, servindo a interesses específicos de cada periódico, mas com um ponto de convergência: a associação entre a PEI e o comunismo foi uma estratégia comum para construir percepções públicas e fortalecer posicionamentos editoriais.

Os elementos concretos que sustentaram o discurso anticomunista durante o período analisado derivam tanto do contexto internacional da Guerra Fria quanto dos conflitos internos brasileiros. Eventos internacionais, como a invasão da Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis, foram utilizados pela imprensa para reforçar a dicotomia entre democracia e comunismo. No caso do reatamento de relações com a URSS, os jornais conservadores retrataram a ação como um sinal de "submissão ao bloco socialista", ignorando o caráter pragmático da PEI, que buscava ampliar mercados internacionais sem alinhamentos ideológicos.

No plano interno, os conflitos relacionados às Reformas de Base e às greves e manifestações populares foram frequentemente enquadrados como ameaças comunistas, criando um ambiente de medo que favorecia a oposição ao governo Goulart. Personagens políticos, como João Goulart e San Tiago Dantas, também foram representados de forma polarizada. Goulart foi associado a um populismo reformista que alimentava o comunismo, enquanto Dantas, um dos formuladores da PEI, foi retratado como idealista e ingênuo, incapaz de compreender os riscos do contexto internacional.

A imprensa utilizou a narrativa de "defesa da ordem e da democracia" para legitimar o discurso anticomunista, que servia não apenas para criticar as políticas de Goulart, mas também para mobilizar setores sociais em oposição ao governo. Esses elementos demonstram como o discurso anticomunista foi instrumentalizado de maneira estratégica, conectando eventos globais às dinâmicas políticas nacionais.

Esses três aspectos analisados — as motivações mascaradas, as variações entre os jornais e os elementos concretos mobilizados — demonstram que a tese alcançou plenamente a hipótese proposta. O discurso anticomunista não apenas legitimava interesses ocultos, mas também desempenhava um papel central na construção de narrativas midiáticas que influenciavam a opinião pública e direcionavam o debate político naquele período polarizado pela Guerra Fria.

Dessa forma, a análise revelou que o discurso anticomunista, além de seu caráter ostensivo de combate ao comunismo, desempenhou um papel estratégico na construção de narrativas que legitimaram interesses políticos, econômicos e sociais no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964. Ao investigar os diferentes posicionamentos dos jornais analisados, a pesquisa evidenciou como o anticomunismo foi instrumentalizado para sustentar narrativas específicas e influenciar a opinião pública em meio às tensões globais da Guerra Fria e aos conflitos internos do Brasil.

Com isso, esta tese oferece uma contribuição significativa para os estudos sobre a interseção entre política externa, imprensa e sociedade, ao iluminar como a mídia brasileira participou ativamente da construção de consensos e polarizações durante um dos períodos mais desafiadores da história política do Brasil. Além disso, o trabalho reafirma a importância da análise de discurso como ferramenta metodológica para desvendar sentidos explícitos e implícitos nas narrativas midiáticas, evidenciando o papel central da imprensa na mediação de conflitos políticos e ideológicos.

Embora a pesquisa tenha se concentrado em três jornais de grande circulação, futuras investigações poderiam ampliar o escopo para incluir veículos regionais ou outros formatos midiáticos, como revistas e programas de rádio da época, para captar diferentes nuances das representações da PEI e do discurso anticomunista. Além disso, cruzar os achados da análise midiática com documentos oficiais, como discursos parlamentares, relatórios diplomáticos e arquivos do Itamaraty, pode oferecer uma visão mais abrangente sobre a dinâmica entre política externa, imprensa e sociedade. Explorar como esse discurso evoluiu em períodos posteriores, especialmente durante os anos da ditadura civil-militar e, principalmente, nos anos subsequentes, ou ainda relacioná-lo com outras políticas externas do século XXI, pode contribuir para ampliar a compreensão da relação entre mídia, política e ideologia em diferentes momentos históricos.

Assim, ao desvendar as representações da PEI e o papel do discurso anticomunista na imprensa brasileira, esta tese reafirma a centralidade da mídia como espaço de disputa simbólica, refletindo e influenciando os rumos políticos de um Brasil marcado por profundas transformações internas e externas.

REFERÊNCIAS

Abreu, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:** Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 03/06/2019.

Almeida, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil:** dos descobrimentos à globalização. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

Amossy, Ruth. (org.) **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2016.

Amossy, Ruth. Pierrot, Anne Herschberg. **Estereótipos e clichês.** São Paulo: Editora Contexto, 2022.

Amossy, Ruth. **A argumentação no discurso.** São Paulo: Editora Contexto, 2020.

Azevedo, Arthur Schreiber. Brasil e a Questão Cubana: a Politica Externa Independente na visão da grande imprensa. In: MARTINS, Luis Carlos Dos Passos, BIAZETTO, Bruno Henz. **Revolução Cubana em Perspectiva:** EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v.1.

Barbosa, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil – 1990-2000. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

Bastos, Lauren Dos Reis. Sob os panos quentes do Última Hora: a visita oficial de Jango a Kennedy e a política externa independente. **Semina** - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, n. 1, p.129 - 145, jan/jul 2019.

Bento, Guilherme Gonzaga. **A Política Externa do governo Jânio Quadros sob a ótica do Jornal Lavoura e Comércio (1960-1961).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

Berger, Cristha. Toda a notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In.: Mouilliaud, M (org.) **O Jornal:** forma e sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997. P. 273-284.

Biagi, O. L. O Imaginário Da Guerra Fria. **Revista de História Regional**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, 2001.

Bourdieu, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Bourdieu, Pierre. A Opinião Pública Não Existe. In: Thiollent, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária.** Belo Horizonte: Editora Polis, 1987.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

Burke, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1992.

Catroga, Fernando. **Memória, História e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

Capelato, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. João Augusto de Araújo Castro. In: _____. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-araujo-castro Acesso em: dez/2022.

Cervo, Amado Luiz & Bueno, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Editora da Universidade de Brasília, 2002.

Cervo, Amado Luiz. **Inserção Internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

Cervo, A. L. . **O Desafio Internacional.** 1ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. v. 1.

Chartier, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Champagne, Patrick. **Formar a opinião. O novo jogo político**. – Petrópolis,. RJ: Vozes, **1996**.

Charaudeau, Patrick. **Discurso das Mídias.** Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019.

Charaudeau, Patrick. **Discurso Político.** Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.

Comparato, Fábio Konder. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. **Estudos Avançados.** Scielo. 11 (31). Dez:1997.

Coutinho, Amélia. Hermes Lima. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-hermes Acesso em: dez/2022.

Darnton, R. Jornalismo: toda a Notícia que couber a gente publica. In.: DARNTON, R**. O Beijo de Lamourette.** Mídia, Cultura e Revolução. Cia das Letras. 1990. P. 41-57.

Dantas, San Tiago**. Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

Delgado, Lucilia De Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Revista Tempo, **Dossiê: 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil** – **Tempo** 14 (28) – Jun, 2010.

Domingos, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria:** a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

Farias, Déborah Barros Leal. **Contextualizando a invasão à Baia dos Porcos.** Rev. bras. polít. int. 51 (1), 2008.

Ferreira, Jorge; Gomes, Angela De Castro. **1964:** o golpe que derrubou um Presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Ferreira, Jorge. **João Goulart:** uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª ed., 2011.

Ferreira, Marieta De Morais. João Belchior Marques Goulart. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart Acesso em: nov/2022.

Fico, Carlos. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2ª ed., Civilização Brasileira, 2008.

Franco, Álvaro Da Costa (Org). **Documentos da política externa independente.** – Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 161.

Furtado, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento** – um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1980.

Gaddis, John Lewis. **História da Guerra Fria.** Tradução: Glauber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Galvão, Olímpio José De Arroxelas. POLÍTICAS REGIONAIS NA UNIÃO EUROPEIA DESDE O TRATADO DE ROMA E LIÇÕES PARA O BRASIL. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 32-53, abril/jun., 2014.

Grijó, Luiz Alberto. A "Legalidade" na imprensa. In: Noll, Maria Izabel et AL. **O Movimento da Legalidade:** Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre, Webprint, 2011.

Habermas, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Haffner, Jacqueline A. H. **A CEPAL e a Industrialização brasileira (1950-1961).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Hobsbawm, Eric J. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Junqueira, Eduardo. Evandro Cavalcanti Lins e Silva. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/evandro-cavalcanti-lins-e-silva Acesso em: dez/2022.

Keller, Vilma. Francisco Clementino de San Tiago Dantas. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas Acesso em: dez/2022.

Konrad, D. A., & Lameira, R. F. (2012). Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90,** *18*(33), 67–98.

Koshiyama, Daniel Bohn. **Crescimento econômico e comércio externo:** teorias e evidências empíricas para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Lacerda, T. S., Carvalho, R. F. G., & Teixeira, R. C. (2016). O Apartheid na Política Internacional entre 1948 e 1994. **Conjuntura Internacional**, *12*(3), 178-184.

Lafer, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Lemos, Renato. Afonso Arinos de Melo Franco. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco Acesso em: dez/2022.

Ligiéro, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira:** a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Loureiro, Felipe Pereira. A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia De Almeida Neves; (Orgs). **O tempo da experiencia democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 8ª edição, 2019.

Loureiro, Felipe Pereira. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas de Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 29, nº 57, p. 187-208 – 2009.

Loureiro, Felipe Pereira. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 547-576, ago. 2013.

Luca, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

Machado, Ida Lucia. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. **Bakhtiniana,** São Paulo, Número 9 (1): 108-128, Jan./Jul. 2014.

Maia, Tatyana De Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e argumento,** Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 182 - 206.

Maingueneau, Dominique. **Análise de textos de Comunicação.** Tradução: Maria Cecília P. de Souza e Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 6ª ed. ampliada, 2013.

Maingueneau, Dominique. **Discurso e análise do discurso.** Tradução: Sírio Possenti, - 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

Manzur, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964).** Curitiba: Editora Juruá, 2009.

Martins, Luis Carlos Dos Passos, Biazetto, Bruno Henz. **Revolução Cubana em Perspectiva:** EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v.1.

Martins, Luis Carlos Dos Passos; Azevedo, Arthur Schreiber. Brasil e a Questão Cubana: a Política Externa Independente na visão da grande imprensa. In: Martins, Luis Carlos Dos

Passos, Biazetto, Bruno Henz. **Revolução Cubana em Perspectiva:** EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v.1.

Mattos, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart:** novos rumos da produção historiográfica. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008.

Mayer, Jorge Miguel; Xavier, Libânia. Jânio da Silva Quadros. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Disponível em: < https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros> Acesso em: nov/2022.

Mcmahon, Robert. **La Guerra Fría:** una breve introducción. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2009.

Melo, D. B. De. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango (The Central Station Rally: Rio and Jango's reforms) - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2014v15n22p10. **Cadernos de História**, v. 15, n. 22, p. 10-29, 30 maio 2014.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto. **O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional.** In: Toledo, Caio Navarro. (Org.). 1964: Visões Críticas do Golpe - Democracia e Reformas no Populismo. 2ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

Moreira, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart:** o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Tese (Doutorado em Economia): UFRGS, Porto Alegre, 2011.

Motta, Rodrigo Patto De Sá. **EM GUARDA CONTRA O PERIGO VERMELHO:** O ANTICOMUNISMO NO BRASIL (1917-1964). Tese de doutorado: USP. São Paulo, 2000.

Motta, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil** – 50 Anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

Moura, Gerson et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:** TIAR. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 23/06/2022.

Munhoz, Sidnei J. **Guerra Fria:** história e historiografia. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

Munteal, Oswaldo. **As Reformas de Base na Era Jango**, Pós-Doutorado em administração publica, fundação Getulio Vargas Rio de Janeiro, 2008.

Müller, Pricila Niches. **Marcha sobre Pequim:** a República Popular da China na política externa do Governo Geisel (1974-1979) segundo *O Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2019.

Oliveira, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. Ed. Saraiva, 2005. 1ª ed.

Oliveira, H; Masiero, G. **Estudos asiáticos no Brasil:** contexto e desafios. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 2, jul./dez. 2005.

Orlandi, Eni P.. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n.101, 2008.

_____. DESTRUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO: UM ESTUDO DA IRONIA. Mato Grosso do Sul: **Web Revista Discursividade**. Edição n° 09 - Janeiro/2012 - Maio/2012.

Orso, Lilian. A Crise dos Mísseis: o conflito na visão da grande imprensa brasileira. In: MARTINS, Luis Carlos Dos Passos, Biazetto, Bruno Henz. **Revolução Cubana em**

Perspectiva: EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 60. Porto Alegre: Editora All Type Ltda, 2014, v.1.

Pêcheux, Michel. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução Eni P. Orlandi – 7ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Pêcheux, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp,1997.

Pereira, Luisa Rauter. **"Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo": uma história do conceito de povo no Brasil;** revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). 2011. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Pinheiro, Letícia De Abreu. **Política externa brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Pietrobon, Allen. "The Role of Norman Cousins and Track II Diplomacy in the Breakthrough to the 1963 Limited Test Ban Treaty." **Journal of Cold War Studies.** 18, no. 1 (2016): 60–79. https://www.jstor.org/stable/26925576.

Powaski, Ronald E. **LA GUERRA FRÍA:** Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991. Traducción: Jordi Beltrán Ferrer. Barcelona: Crítica, 2000.

Queler, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política:** Jânio Quadros e a sua imagem pública (1959-1961). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH. Campinas, SP, 2009.

Quintaneiro, Tania. **Cuba e Brasil:** da revolução ao golpe (1959-1964) – Uma interpretação da política externa independente. Belho Horizonte: Editora UFMG, 1988.

Regina, T. C. J.; Souza, P. C. B. Análise do Discurso da grande imprensa: eleições presidenciais de 1950 no Brasil. **Lumina**, *[S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 59–74, 2024.

Rémond, René. **Por uma história política.** Tradução: Rocha, Dora. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

Ribeiro, Lavina Madeira. **Imprensa e Espaço público**: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1964. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2004.

Ribeiro, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

Rodeghero, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488, 2002.

Rodeghero, Carla Simone. **Memórias e Combates:** uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

Santos, Norma Breda. **História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área**: In: História, vol. 24, n. 1, p. 11-39, 2005.

Silva, Alexandra De Mello e. **A política externa de JK: a Operação Pan-Americana.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

Silva, André Luiz Reis da. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento:** a política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Silva, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações:** a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Silva, José Afonso da. PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO NO BRASIL. Rio de Janeiro: **Revista de Ciência Política**, nov. 1989/jan. 1990; p. 9-32.

Silveira, Helder V. G. da. Nacionalismo e desenvolvimento da Guerra Fria: Confrontos Ideológicos na Política Internacional do Brasil em Golbery do Couto e Silva. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. **De Vargas aos militares:** autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

Skidmore, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**, 1930-1964/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Soares, António Goucha. "**O Tratado de Roma: a 'relíquia' da construção europeia**". Instituto Superior de Economia e Gestão ,2009.

Souza, Pâmela Chiorotti Becker. **Representações em Disputa:** Trabalhismo e PTB Nas páginas dos Jornais Cariocas Última Hora e Correio da Manhã (1951-1954). Dissertação (Mestrado): PUCRS, 2021.

Schudson, Michael. **Descobrindo a Notícia.** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

Traquina, N. (2000). **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. Lisboa: Ed. Presença.

Uziel, Eduardo; Santos, Norma Breda dos. **Source Criticism and the History of Brazilian Foreign Policy.** Contexto internacional, Rio de Janeiro ,v. 41, n.1, p.187-208, Apr. 2019.

Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964):** o nacionalismo e a política externa independente. Editora Vozes, 2004.

_____. **Relações Internacionais e Desenvolvimento:** o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964). Editora Vozes, 1994.

ANEXOS

Abaixo seguem as tabelas que foram criadas na formulação dos eventos que guiaram esta pesquisa, totalizando 17 eventos ao todo. As classificações e siglas não se enquadram em análise discursiva, pois na seleção do doutorado o projeto foi pensado através da análise de conteúdo. Durante o desenvolvimento do doutorado, ainda na fase inicial de coletar o material, é que se optou pela análise de discurso.

ROTEIRO GERAL DE EVENTOS 1961-1964		
DATA	**CLASIFICAÇÃO**	**AÇÕES / ACONTECIMENTOS**
31/01/1961	EI/Pol-B	Posse de Jânio Quadros como Presidente do Brasil
Ação do Governo/Incumbente		
26/02/1961	EE/Pol/GF	Emissário dos EUA visita o Brasil
Ação do Governo		
15/03/1961	EI/Pol-B/Eco-B	Mensagem de Jânio ao Congresso Nacional
Ação do Governo		
17/04/1961	EE/Pol/GF	Invasão da Baía dos Porcos
AERI		
19/08/1961	EE/Pol/GF	Condecoração Che Guevara
Ação do Governo		
25/08/1961	EI/Pol-B	Renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil
Ação do Governo/Incumbente		
07/09/1961	EI/Pol-B	Posse de João Goulart como Presidente do Brasil no sistema parlamentarista
Ação do Governo/Incumbente		
23/11/1961	EE/Pol/Eco	Reestabelecimento de relações entre Brasil e URSS
Ação Internacional do Governo		
22/01 a 31/01/1962	EE/GF/PI/Pol	Conferência de Punta Del Este
Ação Internacional do Governo		
07/10/1962	EI/Pol-B	Eleições Gerais no Brasil
Ação do Governo/Eleições		
16/10 a 28/10/1962	EE/GF/PI	Crise dos Mísseis
Ação do Governo		
30/12/1962	EI/Eco-B	Plano Trienal
Ação do Governo		
06/01/1963	EI/Pol-B	Sistema Presidencialista no Brasil
Ação do Governo/Mudança Regime		
05/08 a 10/10/1963	EE/GF/PI	Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares
Ação do Governo		
22/11/1963	EE	Assassinato de John Kennedy nos EUA
AERI		
13/03/1964	EI/Pol-B	Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil
Ação do Governo/Fala Jango		
15/03/1964	EI/Pol-B/Eco-B	Mensagem de João Goulart ao Congresso Nacional
Ação do Governo		

Siglas empregadas:	
AERI	Acontecimento Externo de Repercussão Internacional
Eco	Evento vinculado a questões econômicas
Eco-B	Evento vinculado a questões econômicas brasileiras
EI	Evento Interno
EE	Evento Externo
GF	Evento vinculado a Guerra Fria
PI	Participação Internacional
Pol	Evento vinculado a questões políticas
Pol-B	Evento vinculado a questões políticas brasileiras

ROTEIRO GERAL DE EVENTOS 1961-1964		
DATA	**AÇÕES / ACONTECIMENTOS**	
31/01/1961 (EI/Pol-B)	Posse de Jânio Quadros como Presidente do Brasil	
	Descrição: Jânio Quadros foi o 22º Presidente eleito do Brasil, pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, nas eleições de outubro de 1960, sucedendo Juscelino Kubitschek. Até aquele momento, foi considerada a votação mais expressiva no Brasil, com mais de 5 milhões de votos. Seu mandato deveria vigorar de 1961 até 1965, mas o ex-Presidente viria a renunciar em agosto do primeiro ano vigente.	**Importância/objetivo para tese:** analisar como os jornais avaliaram e se posicionaram em relação ao novo governo que se iniciava, podendo avaliar quais eram as perspectivas dos periódicos para os anos do novo mandato e a sua tomada de posição mais doutrinária frente a este evento, considerando que cada um dos jornais selecionados tem um histórico diferente do outro.
26/02/1961 (EE/Pol/GF)	Emissário dos EUA visita o Brasil	
	Descrição: Adolf Augustus Berle Junior, tornou-se assistente do secretário de Estado norte-americano para assuntos na América Latina após John Kennedy assumir a presidencia, pois o mesmo havia sido embaixador dos EUA no Brasil em 1945. Berle veio oferecer um empréstimo solicitado por Jânio Quadros e solicitar o apoio do Brasil na questão de Cuba. Quadros recusou ambos, a oferta e o pedido.	**Importância/objetivo para tese:** examinar o posicionamento dos jornais quanto a visita do emissário estadunidense, pois este evento se enquadra dentro das preocupações norte-americanas na Guerra Fria, o que também gerava preocupações na oposição ao governo. Torna-se oportuno avaliar e comparar a linha doutrinária com oposições ao governo de Jânio Quadros e João Goulart.
15/03/1961 (EI/Pol-B/Eco-B)	Mensagem de Jânio ao Congresso Nacional	
	Descrição: é uma espécie de "carta de intenções" de Quadros apresentada na primeira reunião anual do Congresso, no primeiro ano de seu mandato que deveria vigorar até 1965, contendo os principais itens do seu Programa de Governo, expondo as diretrizes gerais (situação econômico-financeira, social, político institucional e política externa) para os futuros projetos de desenvolvimento.	**Importância/objetivo para tese:** investigar o posicionamento dos periódicos em relação ao Programa de Governo apresentado por Quadros no congresso, pois este evento oferece oportunidade para avaliar a tomada de posição mais doutrinária dos periódicos, antes da crise que se instalaria e culminaria na renúncia de Quadros em agosto daquele ano.
17/04/1961 (EE/Pol/GF)	Invasão da Baía dos Porcos	
	Descrição: Um grupo anticastrista apoiado pelos EUA invadiu Cuba um dia depois de Fidel Castro ter anunciado que a revolução	**Importância/objetivo para tese:** avaliar a posição dos jornais frente a este evento ao qual o Governo brasileiro havia se

	tinha caráter socialista. A invasão tinha por objetivo barrar este Governo, mas foi frustrada porque o Governo cubano já aguardava que algo semelhante ocorresse e estavam preparados, pois estes obtiveram apoio do Bloco do Leste. A operação durou cerca de três dias.	posicionado de forma contrária, pois não estava de acordo com os seus princípios da política externa independente.
19/08/1961 (EE/Pol/GF)	Condecoração Che Guevara	
	Descrição: Em 19 de agosto de 1961, dias antes de renunciar a Presidencia da República, o Presidente Jânio Quadros condecorou Ernesto Che Guevara, guerrilheiro e Ministro da Industria de Cuba, com a Ordem Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul.	**Importância/objetivo para tese:** Jânio Quadros tinha uma trajetória alinhada com o lado político conservador do país e a condecoração não foi bem vista por estes setores. Portanto, é possível investigar como repercurtiu nos discursos da imprensa este acontecimento.
25/08/1961 (EI/Pol-B)	Renúncia de Jânio Quadros da presidência do Brasil	
	Descrição: Após 7 meses de governo Jânio Quadros renuncia ao mandato de Presidente da República, deixado a cargo do Ministro da Justiça suas funções. Com este ato inicia-se uma crise e junto com ela a Campanha da Legalidade, que tinha por objetivo garantir que o seu vice, João Goulart, que estava em uma missão na China, assumisse a Presidencia da República.	**Importância/objetivo para tese:** oferece oportunidade para verificar a avaliação geral dos jornais sobre a política empregada por Jânio durante os 7 meses de mandato, avaliando os seus posicionamento doutrinários. Torna-se interessante investigar o apoio e as críticas a esta tomada de decisão.
07/09/1961 (EI/Pol-B)	Posse de João Goulart como Presidente do Brasil no sistema parlamentarista	
	Descrição: João Goulart soubera da renúncia na madrugada do dia 26/08 e chegara ao Brasil apenas no dia 01/09. Preocupado com a iminencia de uma guerra civil, Jango aceitara a opção sugerida de um regime parlamentarista, na tentativa de evitar o colapso democrático no país. Após votação, assumiu a presidencia em meio a uma crise militar e dividas externas e internas.	**Importância/objetivo para tese:** em meio a crise e protestos contra e a favor de Jango na presidencia, assim como dito acima, é necessário analisar a representação doutrinária destes periódicos em relação ao novo Presidente e ao sistema parlamentarista implementado, assim como as perspectivas dos jornais em relação ao futuro do governo brasileiro.
23/11/1961 (EE/Pol/Eco)	Reestabelecimento de relações entre Brasil e URSS	
	Descrição: Após 14 anos de rompimento, delineado por San Tiago Dantas que assegurava os princípios democráticos do país, o Brasil e a URSS retomam relações diplomáticas, tendo retomado as relações comerciais ainda em 1959 com JK. As justificativas para a retomada eram as	**Importância/objetivo para tese:** com o anticomunismo em evidencia no período, é interessante avaliar a tomada de posição dos jornais em relação a esta parceria diplomática, mesmo que as relações comerciais já vinham ocorrendo,

	transações comerciais para importação e exportação, de interesse mútuo entre ambos os governos.	verificando se vão de encontro ou não com a linha doutrinária dos mesmos.
22/01/1962 até 31/01/1962 (EE/GF/PI/Pol)	Conferência de Punta Del Este	
	Descrição: Foi assim denominada a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada em Punta del Este, no Uruguai, entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962. O objetivo central da reunião era discutir o impacto da Revolução Cubana nos assuntos hemisféricos, caracterizando o ingresso, na América do Sul e Central, na Guerra Fria.	**Importância/objetivo para tese:** analisar o posicionamento dos jornais em relação a participação brasileira nesta conferência, visto que o Brasil não se posicionou a favor dos EUA na votação. Investigando também as possíveis relações político-ideológicas realizadas pelos periódicos entre a PEI e a Guerra Fria.
07/10/1962 (EI/Pol-B)	Eleições Gerais no Brasil	
	Descrição: Foi o último pleito eleitoral para as vagas no Congresso Nacional brasileiro antes do golpe civil-militar ocorrido em 1964. Foi a única eleição ocorrida durante o regime parlamentarista de João Goulart. Os candidatos opositores ao governo receberam apoio estadunidense através do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), interferência esta dirigida pelo Embaixador Lincoln Gordon.	**Importância/objetivo para tese:** interpretar as possíveis relações feitas entre a política externa e a política interna através dos periódicos, tendo em vista a interferência externa ocorrida no período em favor da oposição ao governo de João Goulart, levando em consideração a linha ideológica de cada periódico.
16/10/1962 até 28/10/1962 (EE/GF/PI)	Crise dos Mísseis	
	Descrição: Foi um dos maiores embates entre EUA e URSS durante a Guerra Fria, após a descoberta pelos norte-americanos de uma base nuclear soviética instalada na ilha de Cuba. Foram dias de muita tensão e negociações mundial com a iminencia de uma guerra nuclear, os EUA exigiam a retirada da base de Cuba ameaçando uma invasão, até que ao final de outubro os soviéticos decidiram retirar os mísseis de Cuba.	**Importância/objetivo para tese:** analisar a representação feita pelos periódicos sobre este evento externo que foi o mais próximo de um confronto durante a Guerra Fria, considerando a crise interna pela qual o país passava, relacionando com a política externa independente e a situação da relação entre Brasil e EUA.
30/12/1962 (EI/Eco-B)	Plano Trienal	
	Descrição: Buscando conter a inflação e retomar o crescimento do PIB, uma equipe liderada por Celso Furtado elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Era uma proposta de continuidade ao nacional-desenvolvimentismo que tinha como modelo a substituição de importações e entraria em vigor em janeiro de 1963.	**Importância/objetivo para tese:** oferece oportunidade para perceber o posicionamento dos jornais em uma iniciativa de conter a crise que se alastrava no período, verificando também como os jornais equacionaram alinhamento doutrinário com uma provável oposição ao governo e as relações entre política interna e externa.

06/01/1963 (EI/Pol-B)	Sistema Presidencialista no Brasil	
	Descrição: Foi realizado antecipadamente o plebiscito que era pra ocorrer em 1965, onde o sistema presidencialista venceu sob o parlamentarista, devolvendo a João Goulart os seus plenos poderes presidenciais, pois os eleitores assim votaram. A oposição relacionava o Presidente aos comunistas, mas dentre os apoiadores também haviam muitos anticomunistas.	**Importância/objetivo para tese:** avaliar como os jornais se posicionaram diante da aprovação do sistema presidencialista e se havia alguma mudança na postura dos periódicos em relação a política externa, levando sempre em consideração as tensões da Guerra Fria.
05/08/1963 até 10/10/1963 (EE/GF/PI)	Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares	
	Descrição: O Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares foi um acordo internacional realizado para conter os testes de armas nucleares sob as águas, na atmosfera e no espaço exterior, sendo liberado apenas os testes subterrâneos. O desejo era também de preservar o meio ambiente de substâncias radioativas. Cento e treze países ratificaram o tratado, dentre eles o Brasil.	**Importância/objetivo para tese:** examinar como os jornais representaram a participação brasileira na aprovação deste Tratado que freava os avanços nucleares, considerando também que a Guerra Fria entrou em uma nova fase após a crise dos mísseis, é interessante verificar se isso já se desenrrolava através dos periódicos brasileiros também.
22/11/1963 (EE)	Assassinato de John Kennedy nos EUA	
	Descrição: Kennedy era o 35º Presidente dos EUA e seu assassinato ocorreu durante uma viagem a Dallas no Texas com objetivos de aumentar sua popularidade com os sulistas já pensando nas eleições que ocorreriam em 1964, pois as pesquisas não estavam favoráveis. Kennedy fora atingido na cabeça por um atirador enquanto passava em uma limusine aberta por Dallas.	**Importância/objetivo para tese:** analisar as impressões dos periódicos em relação a política externa frente a esta tragédia norte-americana, considerando sua linha ideológica, pois como mencionado acima, não havia apoio estadunidense ao Governo brasileiro, pelo contrário, o apoio era para a oposição.
13/03/1964 (EI/Pol-B)	Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil	
	Descrição: Em um grande comício na Central do Brasil-RJ, acompanhado por cerca de 150 mil pessoas, João Goulart defendeu as reformas de base propostas pelo seu governo. Estas reformas tinham o intento de melhorar a questão da desigualdade social no país, reestruturando as instituições políticas, econômicas e jurídicas do país, defendendo as liberdades democráticas e sindicais.	**Importância/objetivo para tese:** permite novamente verificar uma ação do Estado na busca da solução de uma grave crise no país através das reformas de base, analisando mais uma vez o posicionamento ideológico dos jornais através de seus textos, assim como as possíveis oposições ao governo de Jango.
15/03/1964 (EI/Pol-B/Eco-B)	Mensagem de João Goulart ao Congresso Nacional	
	Descrição: A "carta de intenções" de Jango, apresentada na primeira reunião anual do Congresso Nacional em 1964, para seu último ano do mandato como Presidente do Brasil, dias antes de sofrer o golpe civil-militar. A mensagem continha um capítulo inteiro para a Política Externa de seu governo, além de tratar de assuntos político-institucionais, do social, das finanças, da economia e do progresso social.	**Importância/objetivo para tese:** investigar o posicionamento dos periódicos em relação ao Programa de Governo apresentado por Goulart no congresso, pois este evento oferece oportunidade para avaliar a tomada de posição mais doutrinária dos periódicos, considerando que era um plano de longo prazo e que o Governo estava prestes a sofrer um Golpe civil militar que teve apoio da imprensa.





Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br